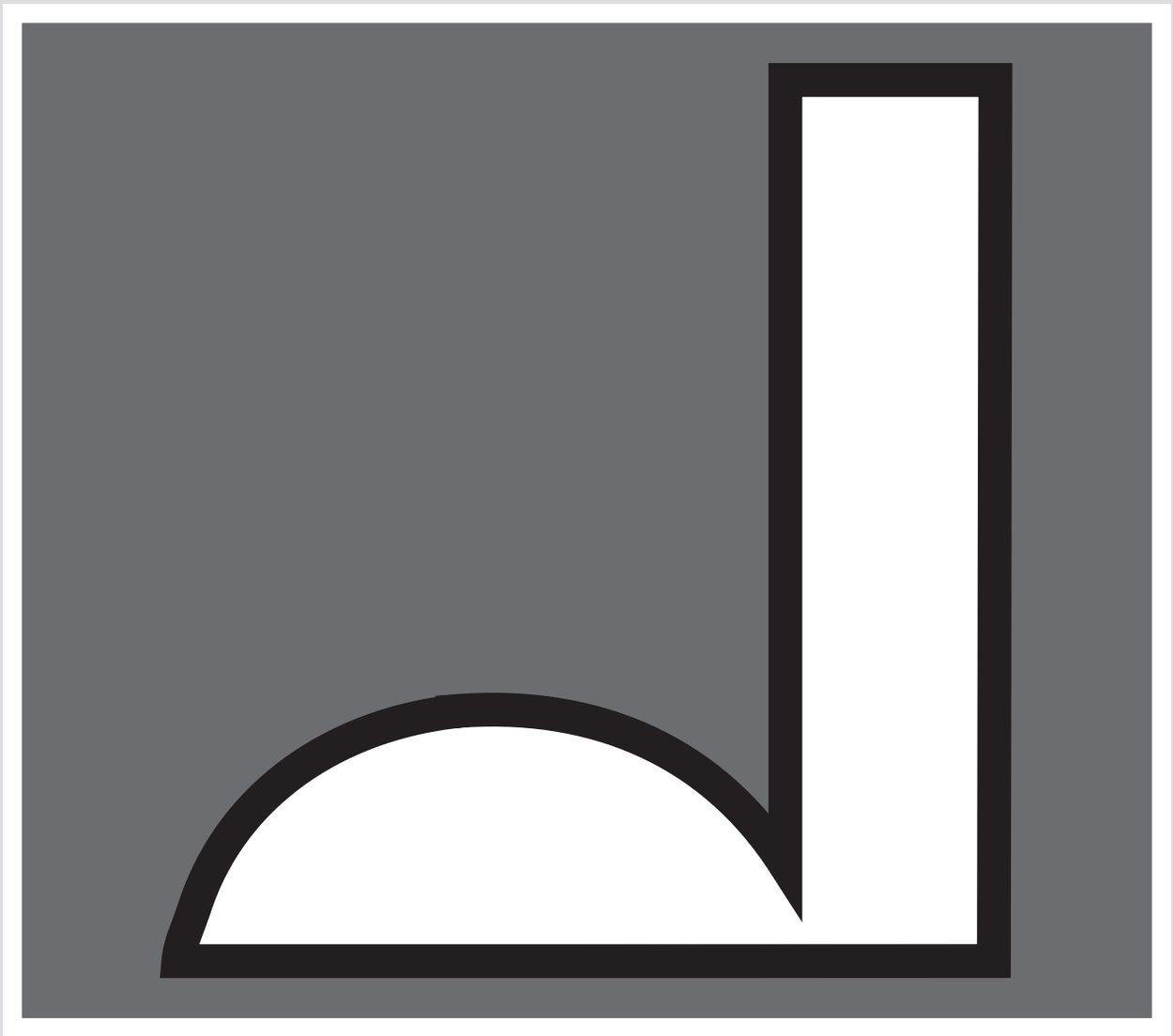
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 091 - TERÇA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29	**Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16**
Líder **Humberto Costa - PT** ..... **Líder do PT - 15** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias **Líder do PR - 4** **Magno Malta** **Líder do PDT - 4** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB (9)** Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 11** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres (3,4)** Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**PPS - 1** **Líder** **Itamar Franco - PPS**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal **Florian Augusto Coutinho Madruga** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Claudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal **Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata **Patrícia Freitas Portella Nunes Martins** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATOS DECLARATÓRIOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 22 e 23, de 2011. 21394

1.2 – RESOLUÇÃO

Nº 1, de 2011-CN.

2 – ATA DA 91ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE JUNHO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 7 do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente..... 21398

2.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro do transcurso, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia; e outros assuntos. 21398

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Reafirmação da confiança de S. Exª quanto à construção de um entendimento acerca do Código Florestal, registrando sua admiração pelo Deputado Aldo Rebelo..... 21405

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Registro da declaração de estado de calamidade, pelo governador do Estado de Roraima, em face das enchentes que estão afligindo aquele estado. 21410

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Considerações acerca do embargo imposto pelas autoridades sanitárias da Rússia à importação de carnes do Brasil; e outros assuntos 21412

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA*, como Líder – Cumprimento ao Governo Federal pela decisão de ampliar o âmbito dos exames neonatais contidos no Teste do Pezinho; e outro assunto..... 21414

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES* – Análise dos resultados da Balança Comercial do País, publicados no mês de abril; e outros assuntos..... 21415

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE*, como Líder – Importância da discussão acerca da situação dos refugiados em virtude de problemas ambientais. 21419

SENADOR J*OÃO PEDRO* – Registro do transcurso, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente; e outro assunto. 21421

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Registro do transcurso, hoje, do Dia Nacional do Teste do Pezinho; e outro assunto. 21423

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Registro da realização de reunião entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente venezuelano Hugo Chaves, hoje, quando firmaram acordos em diversas áreas; e outro assunto. 21425

SENADOR *WALTER PINHEIRO* – Considerações acerca do novo Código Florestal, destacando a importância do desenvolvimento sustentável; e outro assunto. 21426

SENADORA *MARINOR BRITO*, como Líder – Comentários sobre a repressão do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar à manifestação dos Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro; e outro assunto..... 21432

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Registro da visita de S. Exª à 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, São Paulo. 21433

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Considerações acerca de denúncias publicadas pela revista **Veja**, intituladas “O raio X da corrupção” e “Apertem os cintos, o dinheiro sumiu”; e outro assunto. 21457

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Registro do lançamento, na última quinta-feira, pelo Governo Federal, do Programa Brasil sem Miséria; e outros assuntos. 21462

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Registro da apresentação, por S. Exª, de projeto de lei complementar que autoriza o Poder Executivo a criar Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba, contemplando os Estados do Piauí e do Maranhão..... 21466

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Relato das discussões, na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das

Olimpíadas de 2016, no que concerne à Copa do Mundo..... 21467

SENADOR *IVO CASSOL* – Registro da apresentação de três propostas de emenda à Constituição, entre os temas tratados estão mudanças na composição dos conselhos de consulta do presidente da República e a concessão de benefícios aos estados que preservarem o meio ambiente; e outros assuntos. 21469

SENADORA *KÁTIA ABREU* – Manifestação acerca de entrevista concedida pelo Senador Blairo Maggi ao jornal **Folha de S.Paulo**, a respeito do novo Código Florestal..... 21473

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Lembrança de que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os cinquenta anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, nos termos do Requerimento nº 411, de 2011, do Senador Casildo Maldaner e outros Srs. Senadores. 21478

2.2.4 – Pareceres

Nº 379, de 2011, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Ofício "S" nº 12, de 2011..... 21479

Nº 380, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011..... 21484

Nº 381, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2011. 21497

Nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011. 21501

Nº 383, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2010..... 21507

Nº 384, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2011..... 21512

Nºs 385 a 387, de 2011, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010. 21515

Nºs 388 a 410, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 194, de 2003; 488, de 2007; 48 e 219, de 2009; 371, 527, 529, 530, 542, 606, 621, 685 e 692, de 2010; 7, 9, 25, 60, 65, 85, 89, 96, 99 e 103, de 2011..... 21537

Nº 411, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009..... 21635

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Ofício "S" nº 12, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente. 21646

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 70/2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**..... 21646

Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciada pelo Plenário. 21646

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 21646

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 194, de 2003; 488, de 2007; 48 e 219, de 2009; 371, 527, 529, 530, 542, 606, 621, 685 e 692, de 2010; 7, 9, 25, 60, 65, 85, 89, 96, 99 e 103, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário. **(Ofício nº 54/2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)** 21646

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 52/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais)**..... 21646

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 48, de 2008; 321 e 1.020, de 2009; 320, 376, 377, 449, 497, 520, 523, 525, 603, 605 e 694, de 2010; 8, 23, 24, 44, 45, 58, 61 e 118, de 2011, aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 21647

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 2 de junho de 2011, e publicação no dia 3 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 535, de 2011, que *institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências*. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 21648

2.2.6 – Mensagens da Presidente da República

Nº 83, de 2011 (nº 173/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata no Quadro Especial do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. 21650

Nº 84, de 2011 (nº 174/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Marco Antonio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia. 21674

Nº 85, de 2011 (nº 175/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Carlos Sérgio Sobral Duarte*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão. 21737

Nº 86, de 2011 (nº 176/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Bruno Luiz dos Santos Cobuccio*, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa. 21777

Nº 87, de 2011 (nº 177/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *José Carlos de Araújo Leitão*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe..... 21801

Nº 88, de 2011 (nº 178/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Norton de Andrade Mello Rapesta*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia. 21835

Nº 89, de 2011 (nº 179/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Srª *Maria Dulce Silva Barros*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica..... 21863

Nº 90, de 2011 (nº 180/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque. 21891

2.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 685, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Florestal FM de Planalto. 21922

Nº 686, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul – SESCOOP/RS. ... 21922

Nº 687, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Educadora AM. 21922

Nº 688, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Gazeta 101.7 FM. 21922

Nº 689, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Gazeta 1.180 AM..... 21922

Nº 690, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Sananduva AM. 21922

Nº 691, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Liberdade FM..... 21922

Nº 692, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio RBS TV Passo Fundo. 21923

Nº 693, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Atlântida FM..... 21923

Nº 694, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Cacique AM. 21923

Nº 695, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Pitangueira AM. 21923

Nº 696, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Solaris AM. 21923

Nº 697, de 2011, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação..... 21924

2.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2011-Complementar, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.* 21927

Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, para determinar critérios de reajuste da bolsa de médico-residente e estabelecer seu regime de filiação ao Regime Geral de Previdência Social e os benefícios a que tem direito.* 21931

2.2.9 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 47, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ivo Cassol, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios que*

abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza de proteção integral. 21935

Nº 48, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ivo Cassol, que *altera a redação dos arts. 84 e 89 e acrescenta o art. 90-A à Constituição Federal, para modificar a composição e as atribuições do Conselho da República.* 21941

2.2.10 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009*..... 21944

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2011 (nº 1.669/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008*..... 21950

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 137 e 138, de 2011, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre as proposições..... 21964

2.2.12 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, informando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 42 a 46, de 2011, e recomendando os seus arquivamentos. **(Ofícios nºs 95 a 99/2011, de 10 de maio último, respectivamente)**..... 21964

2.2.13 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 58, de 2011 (nº 698/2011, na origem), encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2011. 21965

Nº 59, de 2011 (nº 680/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.365/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 33/2010, do Senado Federal (TC 022.073/2010-8)..... 22042

2.2.14 – Leitura de projetos de lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 3, de 2011-CN (Mensagem nº 41/2011-CN), que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.* Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. Projeto de Lei nº 4, de 2011-CN (Mensagem nº 42/2011-CN), que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões, seiscentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.* Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.. 22047

2.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Registro do transcurso, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente..... 22074

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Importância da Justiça do Trabalho, que comemorou 70 anos de instalação em 2 de maio último. 22075

2.2.16 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 7, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 22075

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Secretaria-Geral da Mesa

3.2 – Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de maio de 2011

Ata da 2ª Reunião Conjunta, realizada em 5 de maio de 2011

Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

(Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 22, de 2011

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional,** nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010, que "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 6 de junho de 2011

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO Nº 23, de 2011

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional,** nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH e dá outras providências" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.

Congresso Nacional, em 6 de junho de 2011

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2011-CN

Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências.

O Congresso Nacional resolve:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, adicional ao Tratado de Assunção, e com a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 28, de 2010, e sobre a tramitação das matérias de interesse do Mercosul no Congresso Nacional.

Art. 2º É criada a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

CAPÍTULO II
Da Competência

Art. 3º Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições:

I – apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do artigo 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

II – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, retratando a evolução do processo de integração do Mercosul;

III – examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul, nos termos do artigo 4, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

IV – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul;

VII – receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida;

VIII – apreciar e emitir parecer a todas as matérias sobre a organização da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul que sejam submetidas ao Congresso Nacional.

Art. 4º No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do artigo 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

§ 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária, bem como manifestar-se quanto ao mérito da matéria.

§ 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

§ 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para numeração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

§ 5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá às respectivas disposições regimentais.

Art. 5º Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata o art. 4º desta Resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I – a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;

II – a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que, após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

III – concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia;

IV – após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do Plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

CAPÍTULO III
Da Composição

Art. 6º A Representação Brasileira compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, mantida a mesma divisão numérica entre as Casas, designados por ato assinado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos da Decisão nº 28, de 2010, do Conselho do Mercado Comum, aprovada em complementação ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Art. 7º A Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Representação Brasileira, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Parágrafo único. A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo será fixada de acordo com o resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral.

Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º desta Resolução, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Representação Brasileira, como titulares e suplentes.

Parágrafo único. Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente de cada Casa fará as respectivas designações.

Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, afastamento ou impedimento permanente, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

§ 1º Em caso de perda de mandato no Parlamento do Mercosul, nos termos das normas regimentais do Parlamento, o Deputado ou Senador perde sua vaga na Representação Brasileira.

§ 2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões do Parlamento do Mercosul, o membro da Representação Brasileira será substituído, preferencialmente, pelos suplentes da mesma Casa.

Art. 10. O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará com a posse dos parlamentares eleitos diretamente em 7 de outubro de 2012, nos termos do artigo 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Parágrafo único. Não sendo realizadas as eleições previstas no caput, as lideranças dos partidos indicarão, dentre os membros de suas bancadas no Congresso Nacional, os parlamentares que comporão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul até o final da 54ª Legislatura.

CAPÍTULO IV
Dos Trabalhos

Art. 11. A Representação Brasileira observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e de 2 (dois) Vice-Presidentes.

Parágrafo único. O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos na primeira e na terceira sessão legislativa, alternando-se a presidência entre Deputados e Senadores, sendo sempre Vice-Presidentes um Senador e um Deputado.

Art. 12. As reuniões da Representação Brasileira serão públicas, e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 13. Cabe à Representação Brasileira criar, no âmbito das respectivas competências, turmas permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes.

Art. 14. A Representação Brasileira participará das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul realizadas na sede, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 1º É autorizada a participação dos membros da Representação Brasileira em sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul, quando convocadas para outras localidades fora da sede, em Montevidéu, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 2º O registro da presença dos membros da Representação Brasileira nas sessões, reuniões e demais atividades no Parlamento do Mercosul terá efeito equi-

valente ao comparecimento às sessões deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional.

§ 3º A Secretaria da Representação Brasileira comunicará previamente às respectivas Mesas a realização de sessão, reunião ou outra atividade do Parlamento do Mercosul, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o § 2º.

§ 4º Cada Casa do Congresso Nacional fixará as despesas com deslocamento e diárias para manutenção e hospedagem dos parlamentares que participem das sessões, reuniões e demais atividades do Parlamento do Mercosul e do corpo técnico necessário aos trabalhos do Parlamento do Mercosul.

Art. 15. Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 16. A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após a publicação desta Resolução.

Art. 17. Revoga-se a Resolução nº 1, de 2007 – CN.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de junho de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 91ª Sessão, Não Deliberativa em 6 de junho de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Rollemberg, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Anibal Diniz, Ivo Cassol e Blairo Maggi

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos, e encerra-se às 19 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 7 de junho do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao primeiro orador inscrito nesta tarde, Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Senadora Ana Amélia, Senadores e Senadoras, vou falar de um tema que sei que V. Exª, Senador Rollemberg, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, olha com muito carinho: vou falar do Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia.

Sr. Presidente, ontem, 5 de junho, foi celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia. Nas grandes, médias e pequenas cidades, nas localidades mais distantes, de uma forma ou de outra, ocorreram debates e atividades que tiveram como finalidade a reflexão sobre a natureza, a situação dos nossos rios, dos nossos campos, florestas, oceanos, plantações, tendo os seres vivos como centro do Universo e aí apontaram com muita clareza, no meu entendimento, a responsabilidade da raça humana, principalmente na preservação ambiental, de tomada de atitudes que possam servir de modelo para as presentes e futuras gerações.

A humanidade e o meio ambiente foram sonhados, esculturados e pintados com as mais puras cores que Deus reservou para uma aquarela num pequeno espaço do nosso cosmos. Um faz parte do outro, um é o espelho do outro. Eles se entrelaçam, são matéria e energia, comungam a mesma existência do vento que faz tremular as palmeiras ou aquele que embala o brinquedo das crianças nos quintais.

Sr. Presidente, se há toda essa relação, por que o mundo está tão triste quanto às catástrofes relacionadas ao meio ambiente? Por que estamos tão calados quanto aos crimes que devastam o verde, poluem as águas e matam de fome cerca de 30 mil pessoas todos os dias? Segundo a FAO, hoje há cerca de um bilhão de pessoas no mundo passando fome.

Quando a gente ama, a gente se envolve. Quando a gente gosta, a gente cuida. E assim falamos que quando a felicidade é tão grande é impossível guardá-la dentro do peito. Isso é verdade, não é diferente.

Por isso, Senador Rodrigo Rollemberg, para mim a humanidade perdeu um pouco da sua consciência, do seu destino traçado e apontado por Aquele que está lá no alto. E esse pouco é capaz de gerar muitos medos, desilusões e pregar, nos anos vindouros, com certeza, muitos arrependimentos.

Lembro, Sr. Presidente, somente nos últimos dez anos, 13 milhões de hectares de florestas nativas foram devastadas no mundo, o que representa 17% das emissões globais de gás do efeito estufa, um número maior do que é causado pelo próprio setor de transportes.

As maiores perdas de áreas verdes, entre 2000 e 2010, foram registradas na América do Sul e na África, registrando quatro e 3,4 milhões de hectares, respectivamente.

A Oceania também teve uma grande perda de florestas, mas por motivos naturais, devido a grande seca que atingiu a Austrália desde 2000.

Por outro lado, a Ásia ganhou 2,2 milhões de hectares ao ano na ultima década em função das ações

de reflorestamento em grande escala na China, na Índia e no Vietnã, aumentando sua superfície florestal em cerca de quatro milhões de hectares anuais nos últimos cinco anos.

Nos Estados Unidos e na America Central, a superfície florestal permaneceu estável. Na Europa, houve crescimento na área verde.

Mesmo o Brasil diminuindo as áreas desmatadas, processo iniciado na década passada, continuamos em primeiro lugar no *ranking* do desmatamento no mundo.

Entre 2000 e 2005, foram desmatados 165 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a 3,6% das perdas de floresta no mundo todo. É importante lembrar que a Amazônia Legal tem o menor desmatamento dos últimos 23 anos, mas, mesmo assim, é da maior gravidade o que aconteceu entre agosto de 2009 e julho de 2010. Foram cerca de 6,4 milhões de quilômetros quadrados. Esse número antecipa em cinco anos o previsto pelo Governo por meio do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Na região da Operação Arco Verde, que levou 2,2 mil ações aos 43 Municípios que mais desmatam na Amazônia, a taxa é 23% menor em relação ao período anterior (2008/2009).

O Poder Público e o setor privado são responsáveis pela elaboração de agendas de sustentabilidade e articulação econômica e social. Pois é por meio desses planos e metas que vamos esboçar o mundo que queremos.

Porém, Sr. Presidente, o homem consciente da sua responsabilidade de habitante do planeta Terra é o mais importante em todo esse processo.

A consciência, para o pensador Juan Luis Lorda, não é a decisão de como devemos agir. Segundo ele, a decisão vem depois e consiste em seguir ou não o juízo da consciência. A consciência não é a decisão da vontade. Eu me atreveria a dizer, Sr. Presidente, "a consciência é o desejo que nasce no coração".

O agricultor Delton Luiz Lucca, de 75 anos, num relato que me forneceu, plantou ao longo da sua vida mais de 11 mil árvores às margens do rio que banha a sua pequena propriedade no interior de Santo Ângelo, lá no nosso Rio Grande.

Ele tem por hábito acordar cedo, às seis da manhã, e chamar a companheira Marta Corso Lucca, de 74 anos, para tomar o chimarrão. Em seguida, os dois tomam o café e vão cuidar das suas árvores, plantações e animais.

Seu Delton Luiz Lucca estudou até a quarta série do ensino fundamental, e a sua consciência é de dar inveja a muita gente, a muito letrado, a muito doutor, a muito especialista.

Sr. Presidente, disse-me ele: "Muita gente questiona o porquê de eu não derrubar tudo e ganhar dinheiro plantando mais. Ocorre que quero fazer a diferença no Planeta. Por isso, prefiro deixar o mundo melhor para as gerações futuras".

Seu exemplo e suas palavras retratam um pouco do que eu disse no início sobre a importância do homem e o meio ambiente: um faz parte do outro, um é o espelho do outro. Eles se entrelaçam, são matéria e energia, comungam a mesma existência, como eu falava, do próprio vento balançando as palmeiras e das crianças brincando no quintal da casa.

Sr. Presidente, feita esta homenagem ao Dia Mundial do Ambiente e da Ecologia, vou tratar de um assunto que estamos debatendo aqui, no Congresso Nacional, e que é de extrema importância para o desenvolvimento econômico sustentável e social do nosso País.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª preside a Comissão mais importante deste tema na Casa. A Câmara dos Deputados aprovou o relatório do Deputado Aldo Rebelo sobre o novo Código Florestal.

O texto no Senado terá como Relator o Senador Luiz Henrique, pela informação que recebi, na CCJ e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, indicado por V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

Tomo a liberdade de dizer que esta Casa sempre foi a catedral do diálogo e da construção de propostas e projetos com o objetivo claro de melhorar a vida de toda a nossa gente, de todos os Estados Federados do nosso País.

Acreditamos, Senador Mozarildo Cavalcanti, que sempre devemos olhar para o horizonte e deixar que o sol atinja a todos nós com seus fachos de luz, demonstrando que olhamos a floresta, mas olhamos também além da floresta. Por isso, entendo que o Senado deve buscar um entendimento para que todos, independentemente de sua origem, tenham oportunidades e direitos iguais assegurados.

Foi-se o tempo, no meu entendimento, dos extremos, da guerra fria, onde você era a favor ou contra, onde o debate, em nível de Planeta, era você estar ao lado dos comunistas ou ao lado dos capitalistas. Agora temos muito mais a debater, Sr. Presidente, temos mais é que conversar e discutir exaustivamente sobre o que está a nossa volta e ao que diz respeito a toda a humanidade.

A democracia brasileira foi conquistada com muito suor e lágrimas e com a participação, com certeza, de toda a sociedade. Ela está dando essa oportunidade a todos nós. Portanto, creio eu, devemos agarrar com

as duas mãos essa bandeira da liberdade, da igualdade e do diálogo.

Lembro que não acreditávamos e não acreditamos que os ambientalistas sejam contra o desenvolvimento econômico do País, como também não acreditamos, da mesma forma, que os nossos produtores rurais sejam contra o respeito e a preservação do meio ambiente. Se nós assim entendemos e respeitamos os produtores e os ambientalistas, por que não entrarmos na linha do diálogo, na linha do entendimento, na linha do bom senso?

Temos que ouvir tanto os ambientalistas como os produtores rurais para que, com tranquilidade, com diálogo franco e aberto, possamos avançar, fazendo aquilo que é o melhor para o Brasil e para o Planeta. Afinal, estamos todos no mesmo barco.

Afinal, não tenham dúvida: tanto produtores como ambientalistas estão no mesmo barco.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós estamos no mesmo barco.

A Presidente da República Dilma Rousseff tem dito que o texto do novo Código Florestal tem que englobar, com certeza, o direito e a visão de todos, não esquecendo os pequenos produtores, a agricultura familiar. Essa fala é justa e vai na linha do equilíbrio.

A história nos mostra que, quando o setor agropecuário teve dificuldades e problemas com dívidas, nós, aqui mesmo, por diversas vezes, aprovamos a renegociação e fomos na linha do entendimento e, muitas vezes, avançamos numa renegociação que fez justiça.

Reconheço a importância desse setor que, somente no primeiro trimestre de 2011, foi responsável pelo crescimento do PIB em 1,3%. Foi a maior taxa de expansão entre todos os setores da economia brasileira.

O IBGE estima uma produção de grãos para a safra deste ano em torno de 145 milhões de toneladas.

Senadora Ana Amélia, ouvi aqui o pedido do seu parte. Só quis concluir o raciocínio e, com satisfação, concedo um aparte a V. Exª, que entende deste tema até pela sua história, que eu aprendi a respeitar ao longo das nossas vidas: eu, no Parlamento, e V. Exª, atuando como jornalista, mas conhecendo com profundidade este tema.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Paim, fico extremamente animada e entusiasma até com a forma como o caro colega está abordando este bom, necessário e – diria até – prioritário entendimento entre produtores rurais e ambientalistas. A propósito disso, está aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nosso Senador Rodrigo Rollemberg, que sabe bem do esforço que nós, que pertencemos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, fizemos para que o debate nesta Casa em torno do Código Florestal, tema que V. Exª aborda com muita propriedade, fosse feito conjuntamente nas duas Comissões, exatamente para tirar um clima de alguma eventual divergência ou até um contencioso político desnecessário entre dois segmentos que querem o mesmo objetivo: o bem do Brasil. Hoje, o produtor rural brasileiro, consciente e com responsabilidade social, tem a noção exata, a clareza certa da importância que é a preservação ambiental. O nosso Estado, V. Exª conhece bem, pratica manejo de preservação ambiental, como plantio direto – 90% das culturas do nosso Estado são plantio direto –, e pratica agricultura de alta precisão. A própria biotecnologia permitiu que a produtividade fosse aumentada. E os números que a própria Embrapa apresenta em relação a essa matéria são suficientemente expressivos para dizer que, no Brasil, tem havido responsabilidade entre um e outro setor, a preservação ambiental e agricultores. Nos últimos 35 anos, Senador Paim, por dados da Embrapa, nosso grande orgulho na pesquisa agropecuária, houve aumento de área plantada, em 35 anos, de 48% – eu gosto de usar esse dado, porque ele é muito expressivo do que foi feito até agora nessa área – enquanto o aumento da produção de alimentos ou de grãos chegou a 268%. Isso já diz tudo, ou seja, aumento de produtividade com a preservação do ambiente e, consequentemente, uma área menor de terras para o plantio. O Brasil é, hoje, protagonista da grande fronteira agrícola. Ninguém quer desmatar mais para continuar aumentando a produção. E, na semana passada, Senador Paim, o senhor estava aqui presidindo a sessão na sexta-feira, a questão do embargo que a Rússia impôs à carne suína brasileira, à carne de frango e à carne bovina não teve nada a ver com a questão ambiental, da mesma forma que a decisão da União Europeia de retirar o Brasil das tarifas preferenciais também nada tem a ver com questão ambiental e, sim, com interesses comerciais. Aliás, a alegação da Rússia é por questões sanitárias, de fiscalização sanitária, do que duvido muito, porque nossos fiscais federais agropecuários, que V. Exª conhece muito bem, são muito eficientes. O Serviço de Defesa Agropecuária é muito eficiente. Alguns países até copiam. Nós exportamos para 150 países, e não é possível que a Rússia alegue a questão sanitária e o controle para fazer esse embargo. A verdade é que a Rússia espera o apoio do Brasil para uma questão crucial, que é a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio. Então, nesse aspecto, espero que a Presidente Dilma, que estava até há pouco reunida com o Ministro da Agri-

cultura, Wagner Rossi, trate desse assunto. Também na criação de suínos, de aves e de carne bovina há a questão ambiental. Os projetos são, hoje, sustentáveis. Há uma preocupação muito grande com isso. Agradeço muito a V. Exª por entrar nesse tema, com essa linha de diálogo, de entendimento. Tenho convicção de que esta Casa irá por esse caminho, porque é o que espero a Nação brasileira de todos nós aqui, Senador Paulo Paim. Muito obrigada pela sua gentileza em conceder-me este aparte.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, porque ilustra o meu pronunciamento com dados e números inclusive da economia gaúcha. Eu sei que V. Exª caminha, como dizem os gaúchos, pela mesma estrada que estamos desenvolvendo em meu pronunciamento, do diálogo, do entendimento, respeitando ambos os lados: o meio ambiente e a nossa produção.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, peço a tolerância do nosso Presidente hoje, para que eu possa concluir depois de ouvir o João Pedro.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar V. Exª, Senador Paulo Paim, pelo pronunciamento. E aproveito para cumprimentar também a Senadora Ana Amélia pelo seu aparte, assim como o Senador João Pedro, e dizer que é por posicionamentos como esse, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que alimento a firme convicção de que o Senado, em tempo hábil, saberá dar uma boa resposta à sociedade brasileira, que alimenta uma expectativa muito grande em relação ao nosso trabalho neste momento, apresentando ao Brasil um Código Florestal moderno, realista e fruto de um grande entendimento. Nós temos que utilizar o bom senso. Nós sabemos que o debate na Câmara, especialmente no final, foi carregado de muito emocionalismo. E o fato de o Senado já ter se antecipado a esse debate, fazendo algumas audiências públicas conjuntas, sempre conjuntas, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura, já demonstra o esforço de entendimento que estamos construindo. E uma colocação como a da Senadora Ana Amélia e como a de V. Exª, em seu pronunciamento, só nos leva a alimentar a firme convicção de que vamos construir um entendimento. Como próximo orador, voltarei a esse tema tão importante para o País, que é o Código Florestal. Mas receba aqui meus cumprimentos por seu excelente pronunciamento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Sua fala mostra que os cinco Senadores em plenário estão defendendo a mesma posição. Um grande entendimento. E, com isso, quem ganha é o Planeta.

Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Paim, parabéns pelo pronunciamento. V. Exª é um Senador comprometido com a vida, um Senador que preside a Comissão de Direitos Humanos, e não poderia, nesta semana, principalmente ontem, que foi o Dia Mundial do Meio Ambiente... Mas nós temos uma semana para refletir e comemorar, porque há avanços na consciência ambiental e nas políticas públicas no sentido de garantir a sustentabilidade. Há avanços. V. Exª faz um pronunciamento, e eu quero me associar às preocupações que V. Exª levanta. E, evidentemente, aproveito para, neste aparte, registrar aqui preocupações. Primeiro, sobre o Código Florestal. Nós precisamos melhorar o Código Florestal que veio da Câmara. Nós não podemos permitir, nas Áreas de Preservação Permanente – APP, a forma como veio o texto da Câmara dos Deputados. Nós precisamos corrigi-lo. A APP é uma faixa para garantir a boa água, para garantir o solo, para garantir a reprodução, para garantir a sustentabilidade. Sobre o Código Florestal, nós podemos fazer um bom debate, olhar as opiniões, principalmente das instituições cientificas, que guardam e detêm conhecimento com pesquisa. Nós podemos trabalhar isso e oferecer para o Brasil, para o Estado brasileiro uma lei moderna, mas comprometida, acima de tudo, com a qualidade de vida. Sobre a semana do meio ambiente, que V. Exª chama a atenção no pronunciamento, temos de ver a governança, os nossos prefeitos, as iniciativas que cada prefeito pode ter no sentido de tratar os resíduos sólidos das nossas cidades.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Na semana do meio ambiente, nós precisamos refletir sobre orçamentos, destinação de recursos para encarar este desafio de tratar os resíduos sólidos das pequenas, médias e grandes cidades. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento que faz, numa semana tão importante para nós brasileiros, para o planeta Terra, para o mundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Pedro.

Permita-me dizer que eu estava assistindo a um debate, Senadora Ana Amélia, em que estava um empresário do setor rural e um ambientalista. E ambos diziam a mesma coisa: nós temos que olhar para as florestas, para os rios, mas também para a grande poluição nos centros urbanos, porque parece que

esquecemos disso. Temos que olhar. E V. Exª destaca aqui, com muita prioridade, no seu aparte. Meus cumprimentos.

Sr. Presidente, para poder concluir, eu gostaria de entrar, novamente, nesta linha ainda do diálogo, do acordo e do entendimento.

Sr. Presidente, entendo que há espaço para que façamos um grande entendimento com base no texto que veio da Câmara. Tenho o maior respeito pelo Deputado Aldo, que considero um grande parlamentar. Tenho certeza de que, na construção do seu relatório, ele deixou espaço para esse acordo, para esse entendimento.

Ouvi recentemente uma fala dele, em que ele disse que há condição, sim, de ajustar ainda mais o texto no Senado da República. Tenho certeza de que ele, como grande parlamentar, está torcendo para que isso aconteça.

Nós podemos, sim, construir aqui um Código Florestal da grandeza do Congresso Nacional, da grandeza de todos os parlamentares, tanto Deputados, como Senadores, e da própria sociedade.

Lembro, para ajudar ainda, que Tancredo Neves, no seu último discurso, aqui, no Senado, em 1983, quando saiu da Casa para ser candidato ao Governo de Minas Gerais, disse: "união, diálogo, entendimento, conciliação e trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional" e que há de transformar e construir a sociedade que todos nós queremos.

Que bom, Sr. Presidente, que os anos de aprendizado nos mostraram que Tancredo estava certo. Nós acreditamos que a preservação do meio ambiente e a produção agrícola podem conviver com tranquilidade e com respeito mútuo. Claro que estou falando de toda a produção agrícola, da pecuária, enfim, de todo o setor da produção da área do campo.

Cabe a nós termos altivez e pensarmos o Brasil como a grande Nação que é. Essas condições estão em nossas mãos. E, em nossas mãos, estão também o passado, o presente e o futuro, até porque ninguém é contra o barulho das águas abrindo caminho por cascatas e vertentes; ninguém é contra o canto dos pássaros nos labirintos matagais, e nenhum de nós é insano ao ponto de não reconhecer o valor daqueles que, com as mãos calejadas e a pele queimada pelo sol, abrem sulcos, semeiam a terra, veem o fruto nascer e colocam a alimentação em nossas mesas. Quando digo "em nossas mesas", não me refiro só ao Brasil, mas ao Planeta.

Aproveito, Sr. Presidente, finalizando, para dizer que vai ao encontro do entendimento e do bom-senso nós prestarmos hoje, aqui, uma homenagem sincera e singela aos camponeses e ambientalistas assassinados recentemente, Senador João Pedro, no Pará, no Amazonas, Rondônia e Acre, somente nos últimos 15 dias. Seis foram assassinados. Lembro aqui, de forma solidária, aos familiares: José Claudio Ribeiro, Maria Espírito Santo, Heremilton Pereira dos Santos, José Cláudio da Silva, Adelino Ramos.

Segundo ainda a Pastoral da Terra, no ano passado, trinta líderes foram assassinadas no País. A grande maioria vivia nas Regiões Norte e Nordeste.

Nos últimos 30 anos, 1.580 pessoas foram assassinadas nesse conflito terra e meio ambiente. Lembro aqui – por que não? – do grande e inesquecível Chico Mendes, lembro de Margarida Maria Alves, que conheci, foi sindicalista comigo, de Dorothy Stang e de tantos outros.

Esses acontecimentos brutais são o exemplo típico de que o diálogo e a tolerância são fundamentais para o entendimento daquilo que todos nós sonhamos, de uma pátria livre, com respeito ao meio ambiente e com respeito àqueles que produzem, que trabalham a terra para que o alimento chegue às nossas mesas.

Termino, Sr. Presidente, só pedindo a V. Exª que registre esse meu pronunciamento sobre o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Houve uma grande audiência, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, liderada pela Senadora Gleisi Hoffmann. A Senadora Ana Amélia acompanhou os debates; esteve lá também a Senadora Marinor. Naquele momento, foi debatida a importância do teste do pezinho. Neste meu pronunciamento, faço comentários sobre a importância dessa reunião, em que não pude ficar presente, só fiz a abertura, porque fui coordenar outra reunião sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª, inclusive pela tolerância, porque ultrapassei um pouco o tempo.

Solicito que considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, cinco de junho, foi celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia.

Nas grandes, médias e pequenas cidades, nas mais distantes localidades, de uma forma ou de outra, de maneira peculiar, ocorreram debates e atividades que tiveram como finalidade a reflexão sobre a condição da natureza, dos nossos rios, oceanos, campos, florestas, e tendo os Seres Vivos como centro do Universo e a responsabilidade da raça humana, principal-

mente, na preservação ambiental, de tomada de atitudes que possam servir de modelo para as presentes e futuras gerações.

A Humanidade e o Meio Ambiente foram sonhados, esculturados e pintados com as mais puras cores que Deus reservou para uma aquarela num pequeno espaço do nosso cosmos.

Um faz parte do outro, um é o espelho do outro. Eles se entrelaçam, são matéria e energia, comungam a mesma existência do vento balançando as palmeiras e das crianças brincando nos quintais das casas.

Se há toda essa relação, por que então o mundo anda tão triste? Tão calado quanto aos crimes que devastam o verde, poluem as águas, e matam de fome cerca de 30 mil pessoas todos os dias? Segundo a FAO, hoje há cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo passando fome.

Quando a gente ama, a gente se envolve. Quando a gente gosta, a gente cuida. E assim falamos que quando a felicidade é tão grande é impossível guardá-la dentro no peito. Não é mesmo, ou será diferente?

Pois, para mim, a Humanidade perdeu um pouco da sua consciência, do seu destino traçado por Aquele que está lá no alto. E esse pouco é capaz de gerar muitos medos e desilusões e pregar nos anos vindouros muitos arrependimentos.

Somente nos últimos dez anos, 13 milhões de hectares de florestas nativas foram devastadas no mundo, o que representa 17% das emissões globais de gás de efeito estufa, um número maior que o setor do transporte.

As maiores perdas de áreas verdes entre 2000 e 2010 foram registradas na América do Sul e na África, registrando 4 e 3,4 milhões de hectares, respectivamente.

A Oceania também teve uma grande perda de florestas, mas por motivos naturais, devido a grande seca que atingiu a Austrália desde 2000.

Por outro lado, a Ásia ganhou 2,2 milhões de hectares ao ano na última década em função das ações de reflorestamento em grande escala na China, Índia e no Vietnã, aumentando sua superfície florestal em cerca de 4 milhões de hectares anuais nos últimos cinco anos.

Nos Estados Unidos e na América Central, a superfície florestal permaneceu estável. Na Europa houve crescimento da área verde.

Mesmo o Brasil diminuindo as áreas desmatadas, processo iniciado na década passada, continuamos em primeiro lugar no ranking do desmatamento no mundo.

Entre 2000 e 2005 foram desmatados 165 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a 3,6% das perdas de florestas no mundo todo.

Importante frisar que a Amazônia Legal tem o menor desmatamento dos últimos 23 anos. Mesmo assim, é da maior gravidade o que aconteceu entre agosto de 2009 e julho de 2010, foram cerca de 6,4 mil quilômetros quadrados. Esse número antecipa, em cinco anos, a meta estabelecida pelo governo através do Plano Nacional de Mudanças Climáticas a região da Operação Arco Verde, que levou 2,2 mil ações aos 43 municípios que mais desmatam a Amazônia, a taxa é 23% menor em relação ao período anterior (2008/2009).

O Poder Público e o setor privado são responsáveis pela elaboração de agendas de sustentabilidade e articulação econômica e social, pois é através desses planos e metas que vamos esboçar o mundo que queremos para viver.

Porém, o Homem Consciente da sua responsabilidade de habitante do planeta Terra é o mais importante em todo este processo. A Consciência, para o pensador Juan Luis Lorda, não é a decisão de como devemos agir: a decisão vem depois e consiste em seguir ou não o juízo da consciência. A consciência não é a decisão da vontade. E eu me atrevo, Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a dizer que “a consciência é o desejo que nasce no coração”

O agricultor Delton Luiz Lucca, de 75 anos, plantou ao logo de sua vida mais de 11 mil árvores às margens do rio que banha a sua pequena propriedade no interior de Santo Ângelo, na região missioneira do Rio Grande do Sul.

Ele tem por hábito acordar bem cedinho, às seis da manhã, e chamar a companheira, Marta Corso Luca, de 74 anos, para tomar chimarrão. Em seguida os dois tomam o café e vão cuidar de suas árvores, plantações e animais.

Seu Delton Luiz Lucca estudou até a quarta série do Ensino Fundamental e sua consciência é de dar inveja a muitos letrados, doutores e especialistas.

Disse ele: “Muita gente questiona o porquê de eu não derrubar tudo e ganhar dinheiro plantando mais. Ocorre que quero fazer a diferença no planeta. Por isso, prefiro deixar um mundo melhor para as gerações futuras”.

Seu exemplo e suas palavras retratam um pouco do que eu disse no início da minha fala sobre Homem e Meio Ambiente: um faz parte do outro, um é o espelho do outro. Eles se entrelaçam, são matéria e energia, comungam a mesma existência do vento balançando as palmeiras e das crianças brincando nos quintais das casas.

Sr. Presidente, feita esta homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia, eu gostaria de tratar agora de um assunto da máxima responsabilidade do Congresso Nacional e de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

A Câmara dos Deputados aprovou o relatório do deputado Aldo Rebelo sobre o novo Código Florestal.

O texto no Senado terá como relatores os senadores Luis Henrique, nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Esta Casa sempre foi a catedral do diálogo e da construção de propostas e projetos de lei com objetivos claros de melhorar as condições de vida da nossa gente, dos estados federados e do nosso país.

Nós acreditamos que sempre devemos olhar para o horizonte e deixar que o sol nos atinja com seus fachos de luz. Buscar o entendimento para que todos, independentemente de suas origens, tenham oportunidades e direitos iguais assegurados.

Foi-se o tempo dos extremos das idéias da guerra fria. Ou você era a favor, ou contra. Agora, temos mais é que conversar e discutir exaustivamente sobre o que está a nossa volta e o que nos diz respeito.

A democracia brasileira foi conquistada com muito suor e lágrimas e com a participação de toda sociedade. Ela nos está dando esta oportunidade e que, creio eu, devemos agarrar com as duas mãos: a liberdade e o diálogo.

Vejam só: nós não acreditamos que os ambientalistas sejam contra o desenvolvimento econômico do país. Da mesma forma, que os produtores rurais sejam contra a preservação do meio ambiente.

Temos que ouvir tanto os ambientalistas como os produtores rurais para que com tranqüilidade e diálogo franco e aberto possamos avançar fazendo aquilo que é o melhor para o Brasil e para o planeta. Afinal, estamos todos no mesmo barco.

A presidenta da República Dilma Rousseff tem dito que o texto do novo Código Florestal tem que englobar também os direitos para os pequenos produtores e agricultores. E isso é justo.

A história também nos mostra que quando o setor agropecuário teve dificuldades e problemas com dívidas, os famosos "papagaios", os governos se mostraram flexíveis e oportunizaram a renegociação com justiça.

Reconheço a importância deste setor que, somente no primeiro trimestre de 2011, foi responsável pelo crescimento do PIB em 1,3%, foi a maior taxa de expansão entre todos os setores da economia brasileira. O IBGE estima uma produção de grãos para a safra deste ano de 145 milhões de tonelada.

Nós entendemos que há espaço para que o texto que veio da Câmara seja modificado com a devida preservação dos direitos de todos. Ou seja, Um Código Florestal equilibrado e imparcial.

Tancredo Neves no seu último discurso aqui no Senado, em 1983, quando saiu para ser candidato ao governo de Minas Gerais disse que "união, diálogo, entendimento, conciliação e trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional".

Que bom que os anos e o aprendizado nos mostraram que as palavras do doutor Tancredo estavam certas.

Nós acreditamos que preservação do Meio Ambiente e produção agrícola podem conviver com tranqüilidade e com respeito mútuo. Cabe a nós termos altivez e pensarmos o Brasil como uma grande nação. Essas condições estão em nossas mãos, e em nossas mãos estão também o passado, o presente e o futuro. Até porque ninguém é contra o barulho das águas abrindo caminhos por cascatas e vertentes, nem é contra o canto dos pássaros nos labirintos matagais, e nenhum de nós é insano ao ponto de não reconhecer o valor daqueles que tem as mãos calejadas, a pele queimada pelo sol e abrem sulcos, semeiam a terra e vêem o fruto nascer.

Aproveito, Sr. Presidente, ao finalizar este pronunciamento, que vai ao encontro do entendimento e do bom-senso, para prestar a minha homenagem aos líderes camponeses e ambientalistas assassinados no Pará, Amazonas, Rondônia e Acre, somente nos últimos 15 dias.

São eles: José Cláudio Ribeiro, Maria Espírito Santo, Heremilton Pereira dos Santos, José Cláudio da Silva, Adelino Ramos.

Segundo a Pastoral da Terra, no ano passado, 30 pessoas foram assassinadas no país, a grande maioria vivia nas regiões Norte e Nordeste.

Nos últimos 30 anos, 1580 pessoas foram assassinadas. Só para lembrar: Chico Mendes, Margarida Maria Alves, Dorothy Stang, entre outros.

Esses acontecimentos brutais são o exemplo típico da intolerância e da falta de diálogo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã a Comissão de Direitos Humanos realizou audiência pública lembrando que hoje é o Dia Nacional do Teste do Pezinho, instituído pela Lei 11.605 de 2007 sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a finalidade de informar à população os objetivos do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

Para não esquecer este importante assunto da maior gravidade foi debatido o aprimoramento do Programa em nível nacional para que a rede pública passe a oferecer o diagnóstico de doenças que hoje é feito pela rede particular.

Entendo que é fundamental ampliar o teste neonatal custeado pelo Sistema Único de Saúde e discutir a necessidade de avanços no Programa Nacional de Triagem Neonatal.

A senadora Gleisi Hoffmann, que presidiu a audiência pública da CDH, e que recentemente esteve reunida com técnicos do Ministério da Saúde, disse que um dos focos principais da conversa foi cobrar daquele Ministério um aprimoramento no teste do pezinho, permitindo que a rede pública de saúde ofereça diagnósticos de doenças como a hiperplastia adrenal congênita, que hoje são feitos na rede particular .

Aproveito para informar que no meu Estado o Rio Grande do Sul, o teste do Pezinho é realizado gratuitamente em todas as unidades de saúde pública do estado e dos municípios desde 1999, em razão do Decreto Estadual número 39.860 que criou a Política Estadual de Controle de Anemia Falciforme e também o Programa de Triagem Neonatal.

A cobertura atual é de 86% de todos os recém nascidos vivos no Rio Grande do Sul, segundo informa a Secretaria de Saúde do Estado.

Já a Associação Gaúcha de Assistência à Mucoviscidos informa que no Rio Grande do Sul, no ano passado, nasceram 130 mil crianças e que, a cada dois mil, um apresentou fibrose cística diagnosticada através do teste do pezinho.

A Audiência foi muito positiva e muito bem conduzida pela nossa Senadora Gleisi e os debates contaram com especialistas de todo o país.

Foram painelistas na reunião:

– Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;
– A Médica Pediatra Paula Regla Vargas, presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal;
– O Médico Marcos José Burle de Aguiar, Vice-Diretor do Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina de Minas Gerais;
– José Alcides Marton Silva, presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional;
– Ana Maria Martins, professora da Universidade de São Paulo;
– Fernando Gomide, representante da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sua solicitação será atendida, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Convido o Senador Paulo Paim a presidir a sessão, pois, logo após o Senador Rodrigo Rollemberg, eu falarei pela liderança do PTB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero cumprimentar mais uma vez o Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento, as nobres Senadoras e os Senadores aqui presentes, e assumo a tribuna na tarde de hoje para dialogar com os meus colegas, Senadores e Senadoras, e com a população brasileira a respeito do Código Florestal.

Quero aqui reafirmar, com muita convicção, com muita tranquilidade, que estou muito confiante, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de que teremos a capacidade de construir um grande entendimento em torno do Código Florestal brasileiro, que permita e dê tranquilidade jurídica para que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia e, ao mesmo tempo, também preservando e sabendo utilizar de forma sustentável toda a sua biodiversidade.

Tenho dito que hoje, se não for o primeiro, o Brasil é um dos primeiros países do mundo no que se refere à agricultura mais sustentável do Planeta. E não podemos perder esse título, o que faz com que nossa responsabilidade aumente no momento de discussão de um novo Código Florestal, até porque tenho dito e repito que um dos grandes diferenciais de competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente o fato de poder ostentar o título de agricultura mais sustentável do mundo.

A cultura brasileira criou alguns instrumentos que devemos manter, e essa é uma singularidade boa para o Brasil, que são o instituto da reserva legal e o instituto das áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente no Brasil são maiores do que na maior parte dos países do mundo, e me parece que o instituto de reserva legal só existe no Brasil, o que, para mim, é uma grande vantagem comparativa. O Brasil não apenas deve manter, como deve anunciar

aos quatro cantos do mundo a sua decisão de manter a sua singularidade nesse tema.

Mas, como membro da comissão especial que tratou da revisão do Código Florestal na Câmara dos Deputados, quero registrar a admiração que tenho pelo Deputado Aldo Rebelo, pela seriedade do Deputado Aldo Rebelo, e eu digo que poucos parlamentares naquela Casa, na Câmara dos Deputados, conseguiriam fazer um trabalho tão profundo como fez o Deputado Aldo Rebelo, que se movimentou pelo País, fez mais de 60 audiências públicas, visitou praticamente todos os Estados e apresentou um texto com que tenho algumas discordâncias, mas consistente.

Digo isso porque é um desafio muito grande apresentar um projeto de reforma de um Código Florestal num país com uma imensa diversidade como o Brasil, com tantas situações bastante específicas como temos no nosso País. Entendo, porém, que o clima hoje reinante no Senado nos leva a acreditar na possibilidade de um grande entendimento.

Considero que foi correta a decisão da Comissão de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir, de se antecipar à chegada do projeto no Senado Federal e iniciar um ciclo de audiências públicas em conjunto com a Comissão de Agricultura, que começou com a presença do Relator do projeto na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, e, logo em seguida, ouviu representantes da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa e o ex-Ministro Alysson Paulinelli, até porque o nosso entendimento, Senador Paulo Paim, era o de que, ao iniciar o debate, antes de o projeto chegar ao Senado, teríamos condições de fazê-lo de forma serena, equilibrada, distensionada, sem uma carga emocional que pudesse prejudicar a busca do entendimento.

Esse é o mesmo objetivo que devemos continuar buscando. Tivemos, na semana passada, uma reunião com o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, com os Relatores, Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, com a presença também dos Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka. Só reforço o meu sentimento da possibilidade de construir um grande entendimento. Esse entendimento deve ter como base o texto inicial, o texto votado e apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Deputado Aldo Rebelo.

É importante ressaltar que foi um texto aprovado com 410 votos, ou seja, uma expressiva maioria conquistada na Câmara, mas é claro que, num sistema bicameral, para um tema tão complexo, um assunto desses sempre tem aspectos em que podem ser melhorados e aperfeiçoados através da experiência do Senado Federal. Aqui temos três ex-Presidentes da República, trinta ex-Governadores, vários ex-Ministros, que conhecem profundamente o tema, as peculiaridades dos seus Estados e, portanto, têm uma contribuição importante a dar na busca desse entendimento.

E eu gostaria de iniciar comentando alguns pontos que entendo que precisam ser modificados, precisam ser aperfeiçoados.

Inicio pela Emenda nº 164, que gerou uma imensa polêmica e que modifica. Tive oportunidade de dizer ao Deputado Aldo Rebelo, pessoalmente, que considero o texto original de sua autoria melhor do que o texto aprovado com a Emenda nº 164. O que dizia o texto do Deputado Aldo Rebelo, no que se refere ao art. 8º? Basicamente, no *caput*, ele dizia que a intervenção ou a supressão de vegetação em área de preservação permanente poderá ser autorizada pelo órgão ambiental e estadual integrante do Sisnama, em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto nas hipóteses e na forma definida em regulamento do Poder Executivo Federal. Basicamente é isso. Ele prevê algumas exceções, como já prevê o Código Florestal atual, acrescentando as de baixo impacto ambiental.

E o que diz a Emenda nº 164? A Emenda nº 164 amplia todas as exceções para utilização de área de preservação permanente, dizendo que, além de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, turismo, turismo rural, atividades agrosilvopastoris e outras, portanto, abre demasiadamente as exceções, desobriga o produtor de pedir autorização do órgão ambiental local, que seria, em todos os Estados, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente o órgão ambiental e Estadual, e diz que todas essas atividades serão definidas em lei. Ao colocar de forma genérica, Senadora Ana Amélia, em lei, a lei poderá ser municipal, poderá ser estadual ou poderá ser federal.

Entendo que estaremos correndo o risco de, em função de termos Câmara de Vereadores no País menos comprometidas com a questão, essa é uma questão estratégica nacional. O Brasil assumiu compromissos internacionais em relação ao desmatamento. Entendo que devemos ter uma regra geral, que é essa regra, até dando poderes aos Estados e Municípios para flexibilizá-la, desde que seja para ampliar as áreas de preservação.

Ouço, com muita alegria, a Senadora Ana Amélia.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, colega que comanda com competência e dedicação a Comissão de Meio Ambiente desta Casa e está acompanhando também com muita atenção e responsabilidade esse debate sobre o Código Florestal, em relação a esse aspecto que V. Exª aborda das competências, a própria Constituição define o compartilhamento das responsabilida-

des entre os Estados e a União na questão ambiental. Eu gostaria de salientar que, no nosso Estado, o Estado que represento, juntamente com o Senador Pedro Simon e com o Senador Paulo Paim, aqui presentes, temos uma legislação que segue a norma federal, mas temos uma instituição estadual, a Secretaria do Meio Ambiente, e a Fepam, órgão fiscalizador que tem atuado com um zelo e uma capacitação técnica exemplar. Então, é nessa medida que penso que a Fepam, por exemplo, pode, juntamente com o Ibama, fazer esse trabalho. Mas ela tem um conhecimento superior ao do Ibama em relação à realidade do nosso Estado. Por isso penso que seja útil para o País e para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que a Fepam seja o órgão encarregado de continuar realizando esse trabalho de fiscalização e de preservação ambiental, pela qualificação técnica do seu corpo funcional e dos seus técnicos. Por isso essa disposição feita pela Câmara de compartilhamento. Alguns ajustes podem ser feitos, mas, como o meu Estado tem essa capacitação, não vejo nenhuma dúvida em relação à possibilidade de que, lá no Rio Grande do Sul, pelo menos, a entidade possa prestar seus serviços. Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu a cumprimento, Senadora Ana Amélia. Acolho seu aparte como parte do meu pronunciamento.

Efetivamente, a Constituição permite que os Estados legislem, mas deixa muito claro que, quando estão tratando do mesmo tema, prevalece a legislação federal. Daí a importância, no meu entendimento, de termos uma norma geral de âmbito federal, permitindo aos Estados, em função das suas peculiaridades, modificar no sentido de ampliar as áreas de preservação.

Vou dizer por que penso assim. Tive oportunidade, Senadora Ana Amélia, nesse debate sobre Código Florestal, de fazer uma imersão no assunto um dia inteiro, discutindo com técnicos da Embrapa. E, ao discutir sobre áreas de preservação permanente, especialmente com o pesquisador da Embrapa, de florestas, Gustavo Curcio, eu o ouvi dizer que o ideal seria que o Brasil pudesse definir o tamanho das áreas de preservação permanente, levando em conta a declividade do solo, a espessura do solo, a textura do solo e a biodiversidade presente naquela área de preservação permanente. Como, infelizmente, ainda não temos todos esses instrumentos hoje, é melhor que, até por cautela, a gente garanta uma área de preservação permanente maior, porque, daqui a alguns anos, quando já tivermos conhecimento suficiente para definir diferentemente, poderemos fazê-lo. Mas não o conseguiremos fazer se já tivermos desmatado grande parte dessas áreas de preservação permanente.

Então, entendo que, da forma como vinha no texto original do Deputado Aldo Rebelo, que obriga, para efeitos de regularização, a recomposição de 15 metros de áreas de preservação permanente para rios de até dez metros de largura, apenas para efeito de recomposição, atenderia, seria um grande avanço, mas entendo que devemos manter uma norma federal garantindo essa questão.

E entendo que o texto do art. 8º do relatório original do Deputado Aldo Rebelo, da Emenda nº 186, é melhor, é mais apropriado, é mais claro, dá mais segurança jurídica do que a Emenda nº 164.

Mas eu gostaria de me referir a outros aperfeiçoamentos que entendo necessários nessa lei. No art. 13 da lei, § 7º, o Relator, Deputado Aldo Rebelo, desobriga de recomposição de reserva legal, para efeitos de regularização, as propriedades com até quatro módulos fiscais. Entendo que, até em função da cultura de ocupação do nosso solo, ao longo de toda a história, das pequenas propriedades, muitas propriedades não tenham reserva legal. Acontece que falta um inciso nesse parágrafo no sentido de dizer que isso é só para propriedades com quatro módulos fiscais até a data de 22 de julho de 2008, que é o corte que ele tem feito para várias regras desse Código Florestal. Sabe por que, Senador Paim? Porque temos que evitar o parcelamento, o desmembramento de propriedades com o objetivo de fugir da responsabilidade, digamos assim, de recomposição da reserva legal. E tenho convicção de que isso estava na intenção do Relator, Deputado Aldo Rebelo, mas não constou do texto. E é importante isso constar do texto, para dar tranquilidade, dar segurança jurídica, dar clareza jurídica ao texto.

Da mesma forma, salvo engano, no art. 38, quando se permite, para efeito de compensação de reserva legal, que se faça a compensação da reserva legal no mesmo bioma mas em outro Estado, que é outra inovação do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, é importante ressaltar que isso também é só para efeito de regularização do passivo ambiental. Ou seja, quem tem uma reserva legal que precisa ser recomposta pode fazê-lo no mesmo bioma, desde que declarado pelo Estado área de interesse prioritário, no mesmo bioma, em outro Estado. Mas tem que ficar claro, absolutamente claro no texto que isso é só para efeito de recomposição, de regularização do passivo ambiental. Se não, o que vamos ter? Vamos ter pessoas desmatando em lugares muito valorizados, como, por exemplo, o que resta de mata atlântica em São Paulo, para recompor, em Estados menos valorizados, mata atlântica, no Estado do Piauí, do Maranhão ou do Nordeste brasileiro. E tenho também convicção de que o objetivo do texto era este: era para efeito de

regularização do passivo ambiental. Mas isso tem que ficar absolutamente claro no texto.

No art. 58, Senador Paulo Paim, também tem uma redação que me parece inapropriada e que precisa ser corrigida, quando diz que o órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nessa lei, poderá embargar a obra ou a atividade que deu caso ao uso alternativo do solo. Ora, é claro que, se uma autoridade ambiental tiver conhecimento de qualquer desmatamento realizado fora da lei...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Rollemberg ...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... ele não poderá embargar; ele deverá embargar, deve ter a obrigação de...

Com a palavra o Senador... Para concluir, Senador. Em vez de "poderá", ele tem a obrigação de embargar a obra. Portanto, ele deverá embargar a obra. É uma correção sutil, mas muito importante no significado desse artigo.

Ouço, com alegria, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Rollemberg, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e sei que V. Exª o faz não só com a intenção de discutir o Código Florestal, mas também de associar a relevância do Código Florestal com esta Semana do Meio Ambiente e com a data internacional sobre a importância de a sociedade mundial refletir sobre o meio ambiente. V. Exª levanta questões sobre o debate do Código relevantes. Eu gostaria de chamar a atenção, porque, se analisarmos o Código de forma linear, tratando o Brasil igual, nós somos induzidos a uma imprecisão no código. Nós precisamos observar os seis grandes biomas que o Brasil tem e o que consta, hoje, como normativa. Por exemplo, os 80% da reserva legal na Amazônia são muito recentes. Isso vem de 1996 para cá. Então, olhar esse bioma florestal, nós precisamos construir o código olhando esses biomas, porque nós acabamos fazendo um discurso aqui que se pode refletir no código. Reserva legal na Amazônia é uma regra; APP é uma regra nacional. V. Exª toca nessa questão, no sentido de reparar para melhorar, de melhorar para modernizar o debate do Código Florestal e eu quero concordar com o pronunciamento que faz V. Exª. Quero aproveitar para chamar a atenção, não só das opiniões que começam a aparecer, mas do que está escrito pelas instituições de pesquisas, voltando para o tema APP, Área de Proteção Permanente. V. Exª tocou nesse assunto. Aquilo que esta Casa, que o Congresso pode garantir como regra geral é muito importante não confundir na regra, porque já existe competência para os Estados. Não confundir na regra a abertura, por exemplo, facilitar que a pecuária e a agricultura possam prevalecer em área de APP. Nós precisamos ter um padrão de rigor. Qual é o problema de ter um padrão de rigor com uma faixa de 30 metros? Qual é o problema? Nós vamos melhorar o meio ambiente, nós vamos melhorar a produção. Se nós não tivermos esse olhar no sentido de prevalecer a Biologia, a reprodução, a relação que tem com o ciclo reprodutivo dessa faixa de 30 metros – tem mais, dependendo da largura da lâmina d'água –, nós não podemos, na regra, facilitar. Transferir? Nós temos de transferir competências, sim. Isso já existe. Nós podemos aperfeiçoar. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador João Pedro. É importante o pronunciamento de V. Exª para dizer que, junto com o Código Florestal, nós devemos avançar, aproveitar esse debate que tem mobilizado a opinião pública brasileira para avançar, especialmente, Presidente Senador Paulo Paim, na construção de instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Teremos limitações nesse projeto, porque é um projeto de iniciativa do Poder Legislativo, mas podemos oferecer ao Governo, na negociação do Código Florestal, uma série de sugestões de uma política de instrumentos econômicos de incentivo à preservação.

Eu conversava com um pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, na última quinta-feira, o Dr. Celso Manzatto, que me dizia que, com a aprovação desse código nos termos em que imaginamos que será aprovado, teremos grandes oportunidades, Senador Mozarildo, para o setor florestal brasileiro, porque haverá um movimento de recomposição de reservas legais, haverá um movimento de recomposição de áreas de preservação permanente e nós vamos viver, Senador Eduardo Suplicy, um problema, porque hoje não teríamos sementes, não teríamos mudas e não teríamos tecnologia disponível para recuperação rápida das áreas de reserva legal e das áreas de preservação permanente.

Isso é uma janela de oportunidade enorme para o setor florestal brasileiro, já que seremos obrigados a fazer recomposições de reserva legal, recomposições de áreas de preservação permanente.

Isso remete a outro debate importante no Senado Federal, aproveitando essa mobilização em torno do Código Florestal, para a discussão de incentivos para agricultores que utilizem boas práticas agrícolas, manejos adequados, e a necessidade de o Brasil investir em insumos biológicos, já que hoje, até por uma questão de segurança alimentar, temos uma agricultura extremamente produtiva, mas uma agricultura extre-

mamente dependente de insumos, especialmente do fósforo e do potássio.

Lembro que foi através da pesquisa científica que a pesquisadora Johanna Döbereiner avançou extraordinariamente, reduzindo, inclusive, o custo da produção de soja, ao desenvolver uma bactéria que faz a fixação do nitrogênio no solo, reduzindo enormemente o custo Brasil no que se refere ao nitrogênio.

Portanto, temos também de avançar na pesquisa no sentido de produzirmos insumos biológicos, de diminuirmos a nossa dependência, especialmente para a fórmula nitrogênio, fósforo e potássio.

Ouço, com muita atenção, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que eu vinha ouvindo, assim como o do Senador Paulo Paim. Quero transmitir a ambos a minha solidariedade pela maneira tão séria com que trataram a questão do meio ambiente, nesta semana de homenagem ao meio ambiente. Eu gostaria de transmitir ao Senador Paulo Paim que também externo a minha solidariedade às famílias das seis pessoas que, no norte do País, por serem defensoras da Floresta Amazônica, acabaram sendo vítimas de pessoas sem escrúpulos. Então, a solidariedade às palavras do Senador Paulo Paim neste momento. Eu gostaria de transmitir a V. Exª que observo a maneira responsável e estudiosa com que, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem atuado, em especial, como na sua fala de hoje, chamando-nos todos à responsabilidade de realizarmos um debate sobre o Código Florestal, convidando-nos para, responsavelmente, estudar o projeto tal como foi aprovado na Câmara. V. Exª diz que tem discordância em alguns pontos, ainda que tenha todo o respeito ao Deputado Aldo Rebelo. Quero cumprimentá-lo por ter designado o nosso Senador Jorge Viana, que é um engenheiro florestal, um estudioso do assunto. Por esse gesto, V. Exª já transmite o quanto quer que, responsavelmente, tenhamos um debate do mais alto nível. Então, nesta homenagem ao Dia do Meio Ambiente e também me somando à contribuição do Senador João Pedro, cumprimento-o, reiterando que temos a responsabilidade de estudar cada um dos aspectos, inclusive esse que V. Exª ressaltou. Será que não é melhor uma lei federal que leis estaduais e municipais? Acho que, aqui, temos de levar em conta certas diretrizes e princípios que valham para toda a Nação. Então, meus cumprimentos, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. É uma honra ser aparteado por V. Exª.

Eu diria que, nesta Semana do Meio Ambiente, a maior contribuição que poderemos dar ao País será oferecermos um Código Florestal moderno, equilibrado, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que também garanta para as futuras gerações a preservação dessa imensa biodiversidade, que é um grande patrimônio do povo brasileiro.

Estou absolutamente convencido de que a proposta aprovada na Câmara está em boas mãos. Temos dois Relatores nas três Comissões onde vai tramitar: o Senador Luiz Henrique, que dará o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Agricultura, e o Senador Jorge Viana, a quem, em tese, caberá dar o último parecer pela Comissão de Meio Ambiente, já que é a Comissão de maior pertinência. São dois homens experientes, dois ex-Governadores, duas pessoas de diálogo, equilibradas, e tenho muita esperança, Senador Eduardo Suplicy – por isso eu disse que em tese –, de que possamos construir um único relatório a partir de todo esse debate, a partir desse entendimento; que possamos construir um único projeto que possa ser aprovado pelas três Comissões.

Vamos ter vários debates a partir da semana. A Comissão Rio+20, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, realizará audiência pública, na quarta-feira, sobre pagamento de serviços ambientais. É um tema que caminha paralelamente à discussão do Código Florestal. É, como eu disse, importante criarem-se instrumentos econômicos que estimulem a preservação.

Na quinta-feira, teremos, em audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, a presença da Ministra Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, que vai trazer a posição do Governo, a opinião do Governo e alguns pontos que o Governo entende que possam ser melhorados no Código Florestal.

Considero importante ouvir a opinião do Governo, porque, em última análise, posteriormente à aprovação pelo Congresso Nacional do Código Florestal,

o Governo tem uma participação decisiva na implementação dos instrumentos previstos por esse Código Florestal. Mas, quero aqui, mais uma vez, reiterar a minha convicção de que vamos construir um entendimento. As conversas que a gente tem tido com a Senadora Ana Amélia, com a Senadora Gleisi Hoffmann, com o Senador Acir Gurgacz, com o Senador Blairo Maggi, enfim, com diversos Senadores mais envolvidos nessa questão na Casa, com os dois relatores, nos apontam claramente para esse caminho: o caminho do entendimento, o caminho do bom senso, o caminho do equilíbrio, o caminho de um Código Florestal que permita que o Brasil continue sendo e seja cada vez mais uma potência na produção de alimen-

tos, na produção de agroenergia, mas também uma potência ambiental.

Antes de encerrar, ouço, com muita alegria, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sra. Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Rollemberg. Queria fazer o aparte, primeiro, para parabenizar V. Exª por presidir a Comissão de Meio Ambiente, além de ser um dos condutores mais importantes dessa matéria nesta Casa exatamente por essa postura. Na realidade, não estamos aqui numa guerra entre meio ambiente e agricultura. Muito pelo contrário. Estamos, todos, imbuídos para que o Brasil seja uma potência ambiental e uma potência agrícola. Isso requer equilíbrio, isso requer muitas conversas, muitos diálogos. Tenho a certeza de que o Senado Federal lançará luz ao tema, e que vamos ter aqui um produto ou um projeto aprovado, que venha a satisfazer os anseios de toda a sociedade brasileira. Acho muito importante essa discussão conjunta. Sou testemunha do esforço de V. Exª, assim como do esforço do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, da qual participo, para que a gente ponha em bom termo essa discussão. Queria fazer referência a duas entrevistas que tivemos neste final de semana, as achei muito importantes, de parte de dois Senadores desta Casa, o Senador Jorge Viana, Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, e também o Senador Blairo Maggi, que participa da Comissão de Agricultura, onde já vemos o equilíbrio e as ponderações de que queremos a preservação e a conservação ambiental, queremos resguardar o que temos de mais importante no nosso País, que é exatamente essa fortuna viva, rica, da nossa floresta, da nossa fauna, da nossa flora, sem que isso tenha impacto na nossa produção agrícola, sem deixarmos de ser um dos mais importantes exportadores de grãos e de fazer com que a nossa agricultura familiar também seja fortalecida. Quis o aparte para parabenizá-lo e dizer a V. Exª que pode contar comigo em todos os esforços que forem necessários fazer nesta Casa sobre a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Nós já estamos contando, Senadora Gleisi. V. Exª é uma grande revelação e, com toda a sua competência, tem atuado sempre na busca do entendimento.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer da importância da aprovação do Código Florestal, no momento que antecede a realização, no Brasil, de uma conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, que acontecerá no ano que vem. O Brasil pode desempenhar um papel fundamental, assumindo a liderança na transição de uma economia tradicional para uma economia verde.

A propósito, amanhã, a Presidenta da República lançará uma comissão do Governo Federal encarregada de organizar, de preparar a participação brasileira nessa conferência internacional da maior importância, não apenas para o protagonismo e para o futuro do Brasil, mas também, sem dúvida alguma, para o futuro do nosso Planeta.

Agradeço a V. Exª toda a sua benevolência e a sua tolerância em relação ao tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg.

Foi uma alegria ouvi-lo aqui da Presidência dos trabalhos pela grandeza do pronunciamento, apontando caminhos para o entendimento.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

Como Líderes: Mozarildo Cavalcanti, Aloysio Ferreira e, depois, Cristovam Buarque; como oradores inscritos: Senadores Pedro Simon e, depois, Wilson Santiago.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu havia me preparado, Senador Paim, para homenagear, hoje, a Igreja Assembleia de Deus do meu Estado, que, no Brasil, completa 100 anos e, no meu Estado, 96 anos. Mas, em face da situação de calamidade que atravessa o meu Estado, com enchentes, com chuvas que há 35 anos não ocorriam naquele Estado, eu resolvi deixar o pronunciamento sobre a Assembleia de Deus para amanhã e, hoje, falar sobre essa questão que está afligindo os moradores de todo o interior e da capital.

Na capital, concentram-se 65% da população do Estado. Portanto, ali estão os mais atingidos, mas os mais sofredores são aqueles que estão lá nas vicinais, lá no interior, isolados pela não possibilidade de tráfego.

Fico muito preocupado, Senador Paim, porque vi e li nos jornais de hoje que o Governador decretou estado de emergência, de calamidade, o que significa dispensar de licitação muitas das aquisições que devam ser feitas nesse período. Preocupa-me porque se fosse um Governador honesto isso não teria nenhum problema. Mas, ocorre que, desde quando este Governador assumiu, em dezembro de 2007, eu mesmo venho de-

nunciando uma sequência de irregularidades praticadas com o dinheiro público, com o dinheiro transferido pelo Governo Federal. E aí se incluem as rodovias BR-174, que agora está interditada de novo, as outras rodovias federais lá localizadas, como a BR-210, que abrange três Municípios, a BR-432, a que vai para Lethem, na fronteira com a Guiana, a BR-174, que vai até a fronteira com a Venezuela, na verdade, as vicinais, que foram objeto de financiamento feito pelo BNDES e que estão com uma série de denúncias de irregularidades, então, o meu receio, Senador Paim, é que, no momento em que a população sofre, carecendo de todo o tipo de assistência, o Governador, que está com uma série de denúncias nos órgãos de fiscalização federal e estadual, possa se aproveitar desse mecanismo legal para cometer mais arbitrariedades. E aí quem pagará o pato será justamente a população que agora está sofrendo sob essas chuvas alarmantes.

Há pouco mantive uma conversa telefônica com o Prefeito da capital, onde, repito, estão 65% dos moradores do Estado, e ele disse-me que hoje reunirá o Secretariado para decretar estado de calamidade pública, e que trará para o Governo Federal uma séria de reivindicações, visando fazer com que a capital e a sua área rural sejam, de fato, protegidas nesse período e que possam ter corrigidas inúmeras obras que foram feitas de maneira indevida e que só agora, com essa chuva fora do padrão – repito: há 35 anos não houve igual –, constatamos quantas obras eleitoreiras, demagógicas foram feitas e que agora se veem à mercê ou no risco de desaparecerem.

Quero aqui prestar minha solidariedade à população do meu Estado, à de todos os Municípios do interior, principalmente àquela população mais distante que já não tinham condições de escoar os seus produtos pelas vicinais, aqueles assentamentos, de suas fazendas no interior dos Municípios mais distantes, como Caroebe, São Luiz, Baliza, Rorainópolis, também de Alto Alegre, de Pacaraima, de Uiramutã, de Normandia, do Bonfim, de todos os Municípios do interior e até dos mais próximos, como Cantá, Mucajaí e Iracema. Então, é lamentável que estejamos com uma calamidade provocada pela questão meteorológica, no momento em que temos uma calamidade de Governador governando o nosso Estado.

Quero dizer, Senador Paim, que estarei atento a todos os procedimentos, assim como vou pedir, de novo, aqui desta tribuna, que o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União abram mais ainda os olhos em relação a essa questão. Porque, se em tempos normais já havia esses problemas na questão da honestidade na administração pública do nosso Estado, imaginem agora, com o "cobertor" legal de poder haver inclusive dispensa de licitação, a compra sem nenhum tipo de procedimento que seja, digamos, disputado por fornecedores. Então, é inconcebível que realmente possamos atravessar esse momento de sofrimento com a suspeita de que esse momento de sofrimento da população, de sofrimento de todos os roraimenses e de todas as roraimenses possa ser aproveitado em benefício de um Governador que é inescrupuloso. Vou inclusive oficiar a todos esses órgãos, relembrando todas as denúncias já feitas, todas as matérias já publicadas, para que não se aproveite de um momento de emergência para tirar proveito próprio, como, aliás, tem sido a característica de atuação deste Governador.

Quero fazer este registro lamentável do momento que atravessa a minha população, a população do meu Estado, daquelas pessoas que moram nos lugares mais distintos, mas pedir a todos também que sejam fiscais dessas ações para que não haja o proveito, digamos assim, esperto de alguém que, usando essa aparência de socorrer as vítimas da enchente, possa estar se aproveitando do recurso público em proveito próprio. (*Pausa*.)

Senador Paim, até fico preocupado porque não consigo falar direito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª foi prejudicado aí, mas já mandamos verificar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...com o trabalho que se faz não sei onde, na cúpula do Senado. Mas, de qualquer forma, espero que não tenha sido prejudicado na audiência pela TV Senado, pela Rádio Senado. Especialmente, espero que a população do meu Estado possa estar atenta e saber que nós estamos solidários, mas a solidariedade sincera, a solidariedade honesta daqueles que não querem ver ninguém sofrer e tirar proveito do sofrimento alheio em benefício próprio, seja de qualquer forma que for.

Eu deixo este recado, neste momento, Senador Paim, porque não posso admitir, diante do que vem sendo praticado por esse governador, que ele tenha a estatura moral para conduzir este momento de maneira isenta, sem que, realmente, haja qualquer tipo de corrupção.

Então, ao mesmo tempo em que me solidarizo com a população do meu Estado, com as mulheres, crianças, idosos, que estão sofrendo com essa calamidade, também quero dizer que estaremos atentos para que não tirem proveito do sofrimento alheio em benefício de mais falcatruas do que já se vem fazendo no meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Mozarildo, que foi prejudicado devido a um cano que estava vazando e teve que ser consertado de imediato.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Pedro Simon, que a cedeu à Senadora Ana Amélia. Então, neste momento, como oradora inscrita, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Depois da Senadora Ana Amélia, com a palavra, como Líder, o Senador Aloysio Ferreira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Paulo Paim, eu queria agradecer, especialmente, ao colega Pedro Simon, que abriu mão da sua inscrição de hoje a meu favor.

Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, os dirigentes, como já disse em aparte a V. Exª, do setor da indústria de carnes – bovina, suína e de frango – estão reunidos neste momento, no Ministério da Agricultura, com o Ministro Wagner Rossi, para avaliar as consequências negativas para a produção e exportação de carnes de uma cadeia produtiva importantíssima para a economia não só do meu Estado, mas também de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Apenas Mato Grosso, Paraná e Rio Grande sofreram as consequências do embargo determinado, na semana passada, pelas autoridades da Rússia, que alegaram, nessa determinação drástica e unilateral, que, a partir do dia 15 de junho, estarão suspensas as vendas para aquele mercado, que é um dos mais importantes mercados compradores da carne brasileira – não só bovina, mas especialmente suína e de frango.

As alegações determinadas pelas autoridades russas, Sr. Presidente, não se sustentam, porque foram fundamentadas em deficiência no nosso controle sanitário animal. Ora, para um país, como o Brasil, que exporta para 150 países, não há nenhum motivo plausível de que haja alguma dúvida sobre a qualidade do seu serviço de defesa agropecuária animal. Aliás, em muitos casos, o modelo adotado aqui é copiado por países latino-americanos. Então, não se sustenta.

Pode estar por trás dessa decisão alguma outra de natureza política ou diplomática, uma vez que a Rússia está pretendendo participar da Organização Mundial do Comércio, e ainda não houve, de parte do Governo brasileiro, uma ação afirmativa em relação a essa pretensão do Governo russo.

O Vice-Presidente Michel Temer esteve, há dois meses, numa visita oficial, e missões técnicas russas estiveram visitando as unidades produtoras e exportadoras no Rio Grande do Sul e, da mesma forma, no Paraná, do Senador Requião, da Senadora Gleisi e do Senador Alvaro Dias, e em Mato Grosso, do Senador Jayme Campos, do Senador Pedro Taques e de outros Srs. Senadores.

Queria reafirmar aqui a necessidade de que, nessa reunião que agora se realiza no Ministério da Agricultura, Sr. Presidente, seja anunciada uma ação do Governo brasileiro, para evitar que esse embargo tenha eficácia.

Se a situação continuar da forma em que está, vai existir um risco para o mercado interno, porque teremos de vender a carne aqui, o que vai acabar, evidentemente, saturando e influenciando o preço para baixo, porque a oferta será muito maior. Essa é a previsão do presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul, Osmildo Bieleski, que está participando dessa reunião com o Ministro Wagner Rossi.

Esse é apenas um dos problemas que o setor agropecuário está vivendo neste momento em nosso País.

Na quarta-feira passada, estivemos numa audiência com o Ministro Antonio Palocci, do Gabinete Civil da Presidência da República, com representantes de Santa Catarina, entre os quais o colega Senador Casildo Maldaner, e Deputados, do meu Estado, Luis Carlos Heinze, e de Santa Catarina, Odacir Zonta e Valdir Colatto, tratando do problema da comercialização do arroz, porque desde fevereiro até agora os instrumentos aplicados não deram resultado satisfatório aos produtores, que estão vendendo muito abaixo do custo de produção.

Na sexta-feira à tarde, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, houve um debate, o nono debate, sobre problemas da agropecuária brasileira, em que os produtores de trigo e de arroz mostraram que as assimetrias econômicas dentro do Mercosul são as grandes responsáveis por uma situação de aviltamento dos preços, porque os custos de produção no Brasil são muito maiores do que os custos de produção no Mercosul.

Na questão específica do arroz, a situação é alarmante. Nós aqui provamos. E agradeço o apoio dos Senadores, inclusive da oposição, para a Medida Provisória, PLV nº 15. Por doação humanitária, num gesto do Governo brasileiro – uma medida provisória há dois anos tramitando na Câmara, aprovada em regime de urgência, com o apoio do Deputado Presidente Marco Maia, e aqui com o apoio do Presidente José Sarney –, foi possível aprovar na terça-feira, véspera da noite de grande tumulto aqui, essa medida provisória que prevê a compra de 500 mil toneladas de arroz, compra também de milho, leite em pó e feijão, para serem distribuídos aos países pobres. Isso poderá representar

um pouco de alívio, já que o estoque brasileiro é superior a um milhão de toneladas de arroz. Isso poderia dar um alívio aos produtores. Neste caso, eu gostaria de contar com o apoio das autoridades brasileiras no sentido de agilizar a compra desse arroz, para permitir, dessa forma, um equilíbrio maior no mercado interno de arroz, logo após a comercialização, e considerando também a entrada de produtos argentino e uruguaio, aviltando ainda mais o preço do produto. Em qualquer comparativo que se faça, a gente constata isso claramente, não só em relação ao trigo, mas também ao arroz, como ficou claramente demonstrado nessa reunião em que estavam presentes representantes do Ministério da Agricultura; da Ocepar, do Paraná; da Câmara Setorial Nacional do Arroz; e também da Fetag, produtores do Rio Grande do Sul.

Então, é necessário que o Governo brasileiro tome medidas plausíveis a esse respeito. Aliás, eu requeri também ao Senado Federal, na Comissão de Agricultura, uma audiência pública para debater exatamente a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do leite, do arroz, do trigo, da carne e também do vinho, Sr. Presidente.

Nessa audiência, espero estejam o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, ou seu representante; também o representante da Cooperativa Regional Tritícola Serrana de Ijuí, a Cotrijui; Rodrigo Sant'Anna Alvim, presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura; e também Antônio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes; e Carlos Raimundo Paviani, diretor-executivo do Ibravin, Instituto Brasileiro do Vinho.

Nesse sentido, aliás, e a propósito dos problemas mais urgentes, como o do arroz, estive com o Ministro Antonio Palocci, tratando das questões relacionadas à gravidade da situação na comercialização do arroz. O Ministro foi receptivo. Claro que o Ministro está vivendo um problema bastante delicado em relação às questões que foram divulgadas nesse final de semana, ele deu entrevistas, mas republicanamente me atendeu.

Tenho atuado aqui, Sr. Presidente, com uma atitude independente, apoiado o Governo nas questões que considero adequadas aos meus compromissos com o Rio Grande do Sul, mas, em outros casos, minha atitude tem sido de independência.

Aqui, em relação, por exemplo, à votação da medida provisória que criou o trem-bala Rio de Janeiro/São Paulo, ajudei, a pedido do meu Líder, Francisco Dornelles, a votar esse projeto, mesmo com algumas dúvidas. Mas não votei o acordo de Itaipu, nem tampouco sobre o salário mínimo. Então, essa minha atitude de independência é que me faz tratar com o Governo republicanamente e agora dizer que, em relação ao Ministro Palocci, estava aguardando a manifestação da Procuradoria-Geral da República. Como o Procurador-Geral tem retardado essas informações e como, nas entrevistas, o Ministro Palocci, a meu juízo, não foi suficientemente esclarecedor das dúvidas, que continuam pairando, hoje assinarei a CPI para investigar essas questões.

Eu quero agradecer ao Ministro a atenção que dispensou a mim. Espero que essa atitude não comprometa de maneira alguma o trato das questões relevantes de interesse do meu Estado, o Rio Grande do Sul, porque, como disse a Presidenta Dilma Rousseff, ela quer o Governo agindo republicanamente em todas as questões.

À propósito disso, também elogio a manifestação de ontem da Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, em cadeia nacional de televisão, quando falou sobre o programa de Governo relativo à preservação ambiental. Aplaudo essas iniciativas e a ação da Ministra, que tem sido extremamente correta, pragmática, inteligente e competente na interlocução com o Congresso Nacional a respeito das questões ambientais.

Por fim, meu caro Senador Paulo Paim, quero agradecer a V. Exª, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e à Senadora Gleisi Hoffmann, porque hoje tive a alegria de participar de uma audiência pública que tratou da questão de prevenção. Prevenção é saúde. Isso é extremamente importante para o nosso País – no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, também estou tratando dessa matéria.

Na questão específica da manhã de hoje, Senador Paulo Paim, quando V. Exª abriu a sessão que foi presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann: recebi da Presidente da Associação Gaúcha de Assistência à Fibrose Cística, Cleci Furian Müller, junto ao Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul, uma informação preocupante: o Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro com a maior incidência de fibrose cística, uma doença genética, ainda sem cura, que provoca alteração no muco produzido por algumas glândulas do corpo, levando principalmente a problemas respiratórios e digestivos.

Apesar de estar regulamentado há dez anos, o Programa Nacional de Triagem Neonatal ainda não atingiu a fase 3 no Rio Grande do Sul. Isso significa que o nosso Estado, com a maior incidência da doença, ainda não realiza a triagem da fibrose cística, pelo Sistema Único de Saúde, em seus bebês.

Isso é muito importante, como ressaltou a pediatra gaúcha Paula Vargas, Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal. A notícia confortadora foi

dada pelo Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde Helvécio Miranda Magalhães Júnior, que esteve no Rio Grande do Sul recentemente mantendo contatos com o Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul Ciro Simoni, com quem acertou exatamente o cronograma para que os governos federal e estadual preencham essa lacuna em relação à preservação da saúde pública em nosso Estado. A prevenção é o melhor caminho.

Queria agradecer à Senadora Gleisi Hoffmann por esta grande oportunidade e dizer que ficamos, como cidadãos, animados, quando as questões de interesse público, Senador Paim, são tratadas de maneira adequada. Esse é o caso de Minas Gerais em relação ao programa que municipalizou todo o atendimento. O Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico, deve saber da importância que tem essa questão do Teste do Pezinho. Hoje é o Dia Nacional do Teste do Pezinho, e ressalto a importância da prevenção.

Os muitos relatos de mães e pais que estavam presentes nessa audiência pública foram suficientes para revelar que uma boa prevenção poderá aliviar o sofrimento de muitas famílias que enfrentam essa doença que não tem cura. O acompanhamento e o tratamento dessa doença podem significar um alívio para essas pessoas.

Quero agradecer muito ao Senador Paulo Paim por permitir minha manifestação neste momento. Renovo meu agradecimento ao Senador Pedro Simon por me ter concedido o uso de seu tempo aqui nesta tribuna.

Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia por seu pronunciamento, preciso e objetivo como sempre.

Passamos a palavra neste momento ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que falará como Líder do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo por onde a ilustre Senadora Ana Amélia terminou: comemorando a decisão do Governo de ampliar o âmbito dos exames neonatais contidos no Teste do Pezinho.

Que eu me lembre, o Teste do Pezinho foi instituído, pela primeira vez, para a detecção precoce da fenilcetonúria ainda no tempo do Governador Montoro, no Estado de São Paulo, por instigação de um Deputado Estadual médico, o Deputado Fernando Mauro.

Há dez anos, o Ministro Serra, da Saúde, incluiu a anemia falciforme e a fibrose cística no espectro dos exames. E o Senador Pedro Simon teve uma grande atuação em uma frente parlamentar que se criou nessa época em apoio a essa medida não apenas junto ao Governo Federal, mas também para que fossem tomadas providências para estimular e capacitar os Estados e Municípios para aplicarem esse teste – o Senador Pedro Simon, que é representante do seu Estado, Senador Paulo Paim, onde há a maior incidência dessa moléstia.

Temos ainda muita coisa a fazer, a começar por generalizar o teste. Há ainda muitos estudos epidemiológicos a serem feitos – por exemplo, o acompanhamento, a informação regular da incidência dessas doenças detectadas no Teste do Pezinho – e também é necessária a inclusão dos remédios, que são de alto custo, para o tratamento das doenças que serão detectadas a partir da ampliação da gama de exames: a biotinidase e a hiperplasia adrenal.

Portanto, ficam aqui meus cumprimentos ao Governo. Faço votos de que haja medidas complementares para que esse programa seja efetivamente implementado no Brasil inteiro.

Sou obrigado agora, Sr. Presidente, a tratar de um tema desagradável: a questão do Ministro Palocci. Quero dizer a V. Exª que não me sinto bem com denuncismo. Essas denúncias, aliás, não foram feitas pela oposição, mas, sim, por uma investigação jornalística do jornal **Folha de S.Paulo** acerca do enriquecimento fabuloso e rápido do Ministro com atividades ditas de consultoria. Detesto, igualmente, sapatear em cima do cadafalso alheio e considero que, muitas vezes, o moralismo é um biombo atrás do qual se escondem muitos canalhas, na vida privada e na pública

O fato, porém, é que nós estamos vivendo uma situação política da maior delicadeza, situação em que o Chefe da Casa Civil, Ministro que ocupa papel central no núcleo do Governo, tem hoje a sua autoridade política profundamente questionada, a tal ponto que é obrigado a ouvir um desaforo como o relatado pela imprensa e atribuído ao Deputado Anthony Garotinho: "Temos aqui uma pedra preciosa de R$20 milhões". Uma afirmação como essa mereceria uma réplica indignada, a começar do próprio Ministro, que, na entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo, disse: "Olha, não ouvi, não foi bem isso, talvez não seja isso". Mereceria também uma réplica das lideranças do Governo, do partido da Presidente, partido do qual o Sr. Palocci é um militante ilustre. Como é que pode?

Deputados se encontram com a Presidente da República e conseguem a retirada de um material didático que havia sido apresentado pelo Ministro da Educação como importantíssimo para fortalecer os laços e os fundamentos da cidadania. O material é retirado sob a ameaça desses Deputados de votarem a convocação do Ministro Palocci. Já não é mais agora a autoridade

política do Governo, mas a autoridade da Presidência da República que é posta em cheque!

Eu esperei, sinceramente, visto que o Ministro Palocci foi extremamente correto com o PSDB na Prefeitura de São Paulo e no Governo do Estado, que ele viesse a público, na tão esperada entrevista pela televisão, para esclarecer as coisas.

Não queria esclarecimentos sobre a vida privada do Ministro, não se trata disso, mas esclarecimentos sobre sua atividade privada naquilo que ela pode ter de conexão com atividade pública. O enriquecimento vertiginoso, em pouco tempo, de um político importante, que coordena a campanha vitoriosa da Presidente da República e que coordena a transição de um governo para outro, merece um esclarecimento. Estas perguntas estão na cabeça de todos: para quem o Ministro trabalhou? Quais são os seus clientes? Que trabalho efetivamente produziu? Será que foi um **power point**, será que foi um **fax**, será que foi um relatório, uma foto? Nada! Quanto faturou?

Ora, um Ministro que vai à televisão, depois de dezoito dias de silêncio, para esclarecer a sua situação... Era de se esperar que ele pudesse dizer quanto faturou. E perguntado pelo repórter se o faturamento de sua empresa era realmente do montante apontado pela **Folha de S.Paulo**, de R$20 milhões, o Ministro disse: "Mais ou menos, eu não me lembro". "E o faturamento dos três anos anteriores, é de 30%, 40%, 50%?" "Eu não tenho os dados". Não é possível! Devia ter se preparado melhor para dar as informações.

Dizia ele: "Isso diz respeito a minha atividade privada". Não, o que diz respeito à vida privada é a herança que o caseiro Francenildo recebeu, são os R$24 mil que ele recebeu na sua conta, que foi violada pela equipe do Ministro, com o conhecimento dele provavelmente, conforme a própria Caixa Econômica Federal atestou recentemente. Agora, o que o Ministro Palocci faturou, um volume de dinheiro mil vezes superior à herança recebida pelo caseiro Francenildo, no período em que coordenava a campanha presidencial e a transição do governo, isso tinha de ser esclarecido.

Mas o Ministro faz um gesto de boa vontade. Disse: "Estou à disposição dos órgãos de controle para esclarecer tudo". Não quis esclarecer na televisão por lealdade aos seus clientes, mas, por lealdade aos cidadãos brasileiros, eu pediria ao Ministro que se submetesse ao grande órgão de fiscalização e controle da República, que é o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Aloysio, permita-me interrompê-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de fazer uma homenagem à delegação da Bahia que está nos visitando neste momento.

Sejam bem-vindos. Está na tribuna o Senador Aloysio Nunes Ferreira, de São Paulo, Líder do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E que gosta muito da Bahia, tem muitas ligações na Bahia. Abraços e sejam bem-vindos. (*Palmas*.)

Mas eu dizia, Sr. Presidente, que quando o Ministro disse que está à disposição dos órgãos de controle, nós temos a oferecer a ele a oportunidade de se explicar, de modo a espantar, espero eu...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... todas as dúvidas perante o maior órgão de controle da República, que é o Congresso Nacional. Faltam apenas oito assinaturas no pedido de CPI protocolado, que é promovido pela Liderança da oposição. Se não quiserem, permitam que tenha eficácia a convocação pela Comissão de Agricultura na Câmara.

Eu tenho para mim, Sr. Presidente, que a situação se deteriorou a um ponto que dificilmente teria volta. O Ministro fez um movimento para isolar o seu caso do Governo, mas eu creio que, infelizmente, o caso já atingiu o Governo, porque quando terminar esse episódio, o Governo estará menor do que antes de o episódio eclodir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A Presidência cumprimenta o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo tempo. Como eu tenho sido tolerante com todos, ele ficou exatamente nos seus cinco minutos. Eu havia lhe dado mais cinco, como dei para os outros uma tolerância maior.

Agora, neste momento, o Senador Wilson Santiago. (*Pausa*.)

O Senador Francisco Dornelles, como orador inscrito. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque, como Líder do PDT.

Como orador inscrito, V. Exª tem 20 minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria fazer uma análise dos resultados da balança comercial do País no mês de abril.

Mas, antes, como Senador pelo Rio de Janeiro, queria demonstrar o meu contentamento pela eleição do escritor e jornalista Merval Pereira para a Academia Brasileira de Letras.

A cadeira 31, de Merval Pereira, foi ocupada por expoentes da cultura brasileira, como Guimarães Júnior, seu fundador, João Ribeiro, Paulo Setúbal, Cassiano Ricardo, José Cândido de Carvalho e Geraldo França de Lima. Merval Pereira substituirá o saudoso médico e poeta Moacyr Scliar.

Merval Pereira, carioca, 61 anos, é comentarista do canal de notícias Globo News e da rádio CBN. Também é colunista do jornal **O Globo**, que lhe acolheu, em 1968, como repórter estagiário, tendo exercido o cargo de editor nacional, editor-chefe, diretor da sucursal de Brasília, diretor de redação e diretor executivo do Infoglobo. Foi diretor de Jornalismo de Mídia Imprensa e Rádio das Organizações Globo.

De 1983 a 1985, trabalhou na revista **Veja**, quando foi chefe das sucursais de Brasília e do Rio de Janeiro e editor nacional em São Paulo. Nesse período, ganhou três Prêmios Abril. Também foi editor-executivo do **Jornal do Brasil**.

Em 1979, recebeu o Prêmio Esso pela série de reportagens "A segunda guerra, sucessão de Geisel", publicada no **Jornal de Brasília** e escrita em parceria com o então editor do jornal André Gustavo Stumpf. A série transformou-se em livro com o mesmo nome, editado pela Brasiliense, considerado referência para estudos da época e citado por brazilianistas como Thomas Skidmore. Merval Pereira também escreveu **O Lulismo no Poder**, da Editora Record, além de ter participado, como co-autor ou prefacista, de outras obras literárias.

Em 2009, recebeu o prêmio Maria Moors Cabot da Universidade de Columbia de excelência jornalística, a mais importante premiação internacional de jornalismo das Américas.

Merval Pereira é especialista em política internacional pela Universidade Stanford como único bolsista da América Latina da John S. Knight Fellowship. Tem curso de gestão de empresas no Insead, na França.

Sr. Presidente, é com base em sua exitosa carreira de escritor que os pares da Academia Brasileira de Letras resolveram elevar Merval Pereira à categoria de imortal. A Academia, com essa decisão, mantém viva a tradição de recepcionar em seu plenário grandes jornalistas, tradição iniciada em sua fundação, com o também político, memorialista, diplomata e jurista Joaquim Nabuco.

Eu quero parabenizar a Academia Brasileira de Letras por ter Merval Pereira em seus quadros.

Sr. Presidente, também queria mencionar artigo publicado no jornal **O Globo**, de segunda-feira, "A real discriminação", de autoria do pastor evangélico Marcos Pereira. Ele faz um trabalho da maior importância no Rio de Janeiro, na área de recuperação de drogados, de pessoas viciadas. E seu trabalho vem sendo reconhecido não somente no Rio, mas em todos os Estados do Brasil e até mesmo em países de fora. Por essa razão, quero cumprimentar o pastor Marcos Pereira e desejar que ele continue a sua obra da maior importância para a área social do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, queria fazer um levantamento sobre os resultados da balança publicados no mês de abril. Esses resultados confirmam tendências de aumento das receitas com exportações e das despesas com importações; de manutenção da diversificação da pauta de produtos exportados e de mercados consumidores; e de consolidação de maior participação dos produtos primários em relação aos industrializados na geração de receitas de exportação.

No mês de abril, Sr. Presidente, o Brasil obteve cerca de US$20 bilhões com exportações, o que representa aumentos de aproximadamente 40% em relação ao mesmo mês de 2010 e 16% sobre março deste ano. As despesas com importações totalizaram US$18 bilhões, ampliando-se em quase 40% quando comparado ao resultado de abril do ano passado, e em 14% ante o mês de março último.

Registrou-se, assim, um superávit comercial da ordem de aproximadamente US$2 bilhões, incremento de 45% sobre abril de 2010 e de 20% sobre março de 2011.

As contas do comércio exterior do País registram valores recordes de geração de receita com exportação de produtos básicos de cerca de US$10 bilhões, e de semimanufaturados, de US$2,6 bilhões. Produtos manufaturados, por sua vez, foram responsáveis por receitas da ordem de US$7 bilhões. Sobre o mesmo mês do ano passado, verificou-se crescimento de 20% nas receitas com manufaturados, de cerca de 55% na receita de produtos básicos e 42% com semimanufaturados.

As exportações brasileiras continuam avançando nos blocos econômicos. Em termos percentuais, o mais expressivo aumento foi verificado na África, com crescimento de 81%. A União Europeia importou 42% a mais. As vendas para Ásia cresceram 44%, com destaque para as exportações para a China, com aumento de 63%. Para a Europa Oriental, a expansão foi de 45%. No Mercosul, Sr. Presidente, a venda de produtos brasileiros gerou 36% a mais de receita. A América latina, excluindo o Mercosul, aumentou suas compras no Brasil em 26%. As receitas com exportações para o Oriente Médio cresceram em 18% e para os Estados Unidos, o segundo maior comprador individual do Brasil, em 22%.

No primeiro quadrimestre de 2011, as exportações geraram receitas recordes de US$71,4 bilhões,

avançando em cerca de 31% sobre igual período do ano passado. As importações também cresceram em aproximadamente 27% ante o acumulado nos meses de janeiro a abril de 2010, atingindo cerca de US$66,4 bilhões de dólares. Os produtos manufaturados, na mesma comparação temporal, geraram quase 16% a mais de receita, contra crescimentos mais robustos dos básicos, da ordem de 47% e de 32% para os semimanufaturados.

Sr. Presidente, apesar da defasagem do câmbio, estimada pelo mercado, pelo menos 20%, e, especialmente, a pesada carga tributária a que está sujeito o parque produtivo industrial brasileiro, esses números revelam uma notável, e, para muitos, surpreendente dinâmica do setor exportador brasileiro como um todo.

Alguns analistas, entretanto, demonstram preocupação com o ganho de peso das receitas com exportações dos produtos básicos em relação aos manufaturados, vinculando esse fato ao eventual estabelecimento de um processo de perda de competitividade industrial do Brasil no mercado externo.

O certo é que as receitas com exportações estão historicamente robustas graças à aquecida demanda mundial por **commodities**, principalmente da Ásia e, em particular, da China, o que eleva os resultados tanto pelo lado da quantidade quanto pelo lado do preço. E o Brasil se aproveita dessa circunstância, considerando que é o líder mundial em competitividade exatamente na produção de itens que têm liderado as altas de demanda e preço no mercado internacional: minerais ferrosos agrícolas.

Ser grande exportador de produtos primários é vocação do País e é de seu interesse continuar ampliando seus mercados no exterior.

Duas questões subjazem a esta discussão, merecendo mais atenção. A primeira concerne à transitoriedade, ou não, dos níveis de demanda e preços de produtos primários. Se houver acaso apenas redução da receita de exportações de produtos primários, reconduzindo a relação de peso entre estes e os manufaturados para níveis de antes do atual ciclo de crescimento econômico global, seria razoável concluir pelo ganho de competitividade da indústria brasileira? Seguramente não.

E isso leva à segunda questão, atinente às condições gerais de competitividade da indústria nacional e, por conseguinte, às suas potencialidades em um hipotético contexto de custo Brasil mais baixo e a carga tributária menos onerosa. Certamente o superávit comercial seria bem mais vigoroso.

Haveria, portanto, mais empregos, mais renda e mais prosperidade para os brasileiros.

Sr. Presidente, as condições da balança comercial são de estabilidade, em termos de suas principais tendências. Ainda que se trate de uma situação vantajosa para o País, é prudente que se realizem esforços para fortalecer a competitividade do parque industrial brasileiro, particularmente da indústria intensiva de mão de obra, por meio de iniciativas que visem à redução do custo Brasil, em especial aquelas de natureza tributária.

O Governo tem anunciado, Sr. Presidente, algumas medidas para desonerar o custo Brasil, entre elas, a desoneração da folha. É importante que isso venha a ocorrer o mais rápido possível, porque os números já mostram que realmente alguns setores industriais estão tendo dificuldade de sobreviver, não somente por perder o seu mercado de exportação, mas também pela concorrência desleal que vêm sofrendo de alguns produtos manufaturados e produtos da Ásia.

Tenho a honra de dar a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Dornelles, o seu discurso me provoca em dois sentidos, e os dois, positivamente. O primeiro é uma referência à eleição do Merval Pereira para a Academia Brasileira de Letras. Fico satisfeito que V. Exª tenha trazido esse assunto, porque, de fato, representa a participação do jornalismo, mais uma vez, como já tivemos o famoso Castelinho, nosso querido Castelinho, que foi membro da Academia por muitos anos. Mando os parabéns não apenas ao Merval, mas, sobretudo, à Academia inteira por ter eleito esse grande jornalista. Segundo, sobre economia. Creio que os dados divulgados, sexta-feira, permitem observações em alguns fatos alvissareiros. Primeiro, e confesso até para a minha surpresa, porque eu estava temendo, o Governo parece estar levando bem a ideia da responsabilidade, ao mesmo tempo, com a inflação e com o crescimento, não caiu na tentação de taxas de juros muito altas, nem de privilegiar a luta contra a inflação em troca do crescimento que eu próprio, em alguns momentos, chego a desejar, porque considero que pior do que a inflação não existe nada para desarticular a sociedade e prejudicar os pobres. Agora, apesar dessa posição alvissareira, li os fatos com algumas preocupações. A primeira preocupação ainda é o câmbio. Ainda não resolvemos o problema do câmbio, que é muito bom para nós, consumidores de bens estrangeiros, mas é ameaçador ao nosso setor industrial. Pode ser uma das causas de desindustrialização que pode tomar conta do Brasil, até por que nos prejudica a exportação dos bens primários e dos bens industriais simples, e não estamos conseguindo saltar para a industrialização de bens sofisticados, de alta tecnologia, que seria a grande

industrialização. O segundo ponto é que, se olharmos bem os dados, o nível de investimento cresceu menos do que o PIB e, quando isso acontece, alguma coisa lá na frente vai ameaçar o crescimento. Terceiro, a gente percebe que os gastos privados diminuíram, ou seja, cresceram mais lentamente, o que é necessário para controlar a inflação, mas que os gastos públicos cresceram mais do que os gastos privados. Ou seja, os gastos públicos estão indo mais depressa do que o consumo da população. Quarto, a preocupação que tenho com os limites ecológicos ao crescimento. Quando falo em limites ecológicos não falo apenas no limite da atmosfera, do aquecimento, falo do limite, por exemplo, de colocar todos os carros produzidos dentro das ruas das cidades brasileiras. Estamos chegando a um esgotamento que a gente pode chamar de ecológico, até posso chamar de geométrico, porque começamos a ter um problema, o de os carros não caberem mais nas ruas, o que pode ameaçar a indústria automobilística se ela não se reciclar. Finalmente, para não tomar o tempo do seu discurso, o problema da competitividade. Na semana passada, e o Senador Armando Monteiro falou aqui, tivemos a lista por competitividade por países e o Brasil está numa posição muito inferior ao que deveria, tanto por razões da logística, da infraestrutura, como por questão da qualidade da educação também. Então, fico muito satisfeito de o senhor ter trazido aqui o assunto da economia, conforme foi divulgado na sexta-feira. Estou de acordo de que há fatos alvissareiros, de que o Governo está conseguindo casar bem a política monetária e a política bancária com o crescimento, lutando contra a inflação sem prejudicar o crescimento, mas fiz questão de levantar esses pontos que me preocupam. Se não cuidarmos deles, daqui a alguns meses ou anos, não vamos ter fatos alvissareiros como os que o senhor está mostrando hoje.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Paim, ainda tenho tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª ainda dispõe de sete minutos, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Cristovam, primeiro, fico extremamente honrado com o aparte de V. Exª. Eu considero, Senador, que o Governo vem conduzindo com muita competência a sua política econômico-financeira.

O Ministério da Fazenda tem atuado com muita serenidade e tem mostrado que não pode haver crescimento econômico com geração de renda e com geração de emprego dentro de um quadro inflacionário. Além disso, tem demonstrado que ele não poderá descuidar um minuto de adotar políticas que visem a conter o surto inflacionário. Mas, de outro lado, também tem mostrado que, sob o fundamento de conter o surto inflacionário, ele resistiu a algumas pressões para tomar algumas medidas drásticas, principalmente relacionadas com o aumento da taxa de juros, com o freio enorme em determinados níveis de investimento, o que poderia trazer um retrocesso, uma recessão, um desaquecimento da economia, atingindo o nível de renda e de emprego e, muitas vezes, sem debelar o processo inflacionário.

De modo que eu acho que o Governo está atuando com competência ao mostrar à sociedade que ele não vai abrir mão de sua luta contra a inflação, demonstrando também que ele tem preocupação com o nível de crescimento e com a geração de renda e de emprego.

Concordo com V. Exª quanto às preocupações demonstradas com o problema de câmbio e com os resultados da balança comercial e com o fato de estarmos tendo um grande superávit em decorrência da exportação de **commodities** e de alimentos. Começamos a ter dificuldades na área de exportação mais reduzida dos manufaturados e na de uma maior importação de produtos que estão atingindo grande parte do setor industrial brasileiro, principalmente aqueles com grande possibilidade de geração de empregos.

Agora, entendo que nós não podemos sair do nível do câmbio flutuante. Nós temos que atacar essa situação tentando reduzir o custo Brasil, que é muito elevado. Por isso, algumas políticas anunciadas pelo Governo, principalmente a desoneração de folha, têm que ser feitas com muita brevidade – desoneração ou substituição. Ou seja, é preciso criar estímulos que desonerem o custo Brasil na exportação.

Nós estamos, hoje, com uma carga tributária grande na exportação, que ainda não atinge o produto exportador; atinge os insumos que são adotados para a fabricação desse produto, fazendo com que os nossos produtos fiquem pouco competitivos.

Agora, o problema que temos hoje em relação ao custo Brasil e que afeta o câmbio é motivado – entendo eu – pela taxa de juros. Esses juros, um dos mais elevados do mundo, promovem a entrada aqui, a curto prazo e com grande intensidade, de um capital especulativo que valoriza o real e que traz dificuldades para a nossa exportação, facilitando a importação, principalmente na área industrial.

De modo que quero dizer a V. Exª que entendo que o Governo está atuando com muita competência na área econômico-financeira, conciliando uma política de combate à inflação e mantendo os níveis de crescimento. Agora, é preciso, principalmente, reduzir o custo Brasil e olhar com muito vigor este problema da taxa de juros. Entendo que a taxa de juros, Sena-

dor, hoje, por cada ponto, representa uma despesa de 10 bilhões nas contas públicas, na taxa Selic, e não tem esse efeito anunciado sobre a taxa de juros final, sendo um grande estímulo para a entrada do capital especulativo, que tem grandes reflexos sobre o fortalecimento do real.

Muito obrigado pelo aparte.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Francisco Dornelles, tal como o Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentá-lo. Iria falar sobre o tema na minha hora, mas V. Exª, inclusive como Senador pelo Rio de Janeiro, aqui registrou o fato, cumprimentando Merval Pereira, que foi eleito para assumir cadeira na Academia Brasileira de Letras em substituição a Moacyr Sciliar, que faleceu recentemente. Junto-me à homenagem a esse jornalista de primeira qualidade, Prêmio Esso de Jornalismo, autor de inúmeros livros como **A Segunda Guerra, A sucessão de Geisel, O Lulismo no Poder** e outros. Certamente, como jornalista de **O Globo**, comentarista da CBN e da Globo News, ele sempre tem dado contribuições muito significativas. Portanto, quero me associar a V. Exª no cumprimento que aqui registrou.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Realmente, como Senador do Rio de Janeiro, considero que o Estado ficou extremamente honrado com a entrada do Merval Pereira na Academia Brasileira de Letras, realmente um nome que vai engrandecer e honrar a Academia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Dornelles, do PP do Rio de Janeiro. O Senador Suplicy fez um aparte.

Aproveito para cumprimentar os arquitetos franceses que vieram ao Brasil e que, neste momento, estão aqui acompanhando o debate no Senado da República. O Senador Requião, que está aqui à minha esquerda, é ex-governador do Estado do Paraná.

Neste momento, vou passar a palavra como líder ao Senador Cristovam.

É como líder. Aí, a permuta não é possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vim, em nome do PDT, neste momento em que se permite que falem os líderes – e agradeço ao Líder Acir, que não está presente e que me passou o direito de falar por ele, vai estar daqui a pouco aqui –, para falar de um tema que, a meu ver, não tem merecido o destaque devido.

Durante os anos 60 e 70, todos falavam dos refugiados. Todos falavam do problema dos asilados e exilados políticos, mas poucos têm falado de um fenômeno mais recente, que são os refugiados por razões ambientais, Senador Paim, cujo número talvez seja muitas vezes superior ao número de refugiados políticos que tivemos nos anos 60 e 70.

E fico feliz de estar falando sob a Presidência do Senador Paim porque este pode ser um tema, Senador, para levarmos à Comissão de Direitos Humanos. Alguns podem dizer: "Mas o refugiado político, o asilado político, ele pode ser protegido em nome dos direitos humanos porque é o resultado da ação concreta e da decisão de uma pessoa ou de algumas pessoas que estão no governo; os refugiados ambientais não são culpa dos governos".

São culpa dos governos. São culpa dos governos. Por exemplo, quando a gente viu o tsunami que aconteceu recentemente no Japão, a culpa não é de ninguém pessoalmente. Mas quando a gente vê os refugiados que tiveram que fugir da usina nuclear por causa do tsunami, essa usina nuclear foi uma decisão, Senador Mozarildo, algumas décadas atrás, de governos. E nós estamos na véspera de tomarmos decisões de construirmos mais centrais nucleares. Então, os refugiados de Fukushima são refugiados por razões ambientais, mas por culpa de determinações governamentais. Os 300 mil refugiados por culpa do tsunami anterior, de alguns anos atrás, não dá para por culpa em ninguém. Mas, de qualquer maneira, são refugiados que merecem o nosso respeito e que sejam tratados com seus direitos humanos na recuperação de suas casas e de seus empregos.

Quando a gente vê um furacão como o Katrina, ninguém pode dizer que aquele furacão aconteceu por causa da vontade de algum governante, mas a demora do governo americano da época, do Presidente Bush, em chegar lá, em atender, em cuidar daquelas pessoas, que até hoje não estão plenamente cuidadas, isso faz com que nós analisemos a situação sob a ótica dos direitos humanos.

A Universidade das Nações Unidas, da qual tenho o privilégio de ser um dos conselheiros, recentemente, chegou a considerar que há 50 milhões de pessoas hoje obrigadas a deixarem os seus lares, temporária ou definitivamente, por problemas do meio ambiente. Desses 50 milhões, muitos são por problemas ambientais decorrentes de decisões econômicas que foram tomadas em função de interesses empresariais e de conivência governamental.

Até hoje mesmo, aqui perto, nós tivemos o maior acidente de contaminação nuclear urbana no mundo, que foi aquela pequena pedra de Césio 137 encontrada por uma pessoa simples, que levou-a para casa como ornamento, e, no final, terminou matando, imediata-

mente, 40 pessoas. Posteriormente, calcula-se que pelo menos 60 pessoas também tiveram problemas sérios e 628 vítimas foram contaminadas, reconhecidamente pelo Ministério Público, pelas instituições de saúde, especialmente bombeiros que trabalharam, verdadeiros heróis, vizinhos e familiares. A Associação de Vítimas do Césio 137 estima que mais de 6 mil pessoas foram atingidas.

Eu, por coincidência, estive em Goiânia nas semanas seguintes ao fato do Césio. Eu era reitor da Universidade de Brasília e quis ver, pessoalmente, o que estava acontecendo ali. Recentemente, eu fui até Chernobyl e vi o que aconteceu ali. As duas experiências me arrepiam quando a gente fala do nuclear. Não, Senador, porque não se deva usar, mas porque deve-se ter cuidado.

O que aconteceu com o Césio 137, em Goiânia, obviamente, foi o descuido de uma pessoa ingênua, mas foi, sobretudo, o descuido das autoridades públicas, que não souberam fiscalizar as fontes de onde saiu aquela pequena pedra, que não souberam cuidar do lixo, que hoje em dia é jogado em todas as partes do mundo por dentistas, por médicos e por engenheiros.

Nós temos, no Brasil, flagelados da seca, o semiárido nordestino. Temos em Minas Gerais. Calcula-se que 30 milhões de pessoas são afetadas no Brasil pela aridez sertaneja. Pode-se dizer que é um fenômeno natural? Sim, mas não só natural. É resultado de décadas de uso irresponsável da terra, visando apenas ao lucro, pela produção de bens que não são sintonizados com a realidade ecológica da região.

Os desertos do Nordeste estão sendo provocados, produzidos, criados por decisões econômicas e políticas. Do sudoeste à Amazônia é possível encontrar milhões de brasileiros, cada um deles com sua história de vida marcada pela estiagem. Somente em São Paulo, segundo o Ministério da Integração, um terço da população é composta por nordestinos ou descendentes.

E por que não falar daqueles que passam noites como refugiados, por causa das chuvas próximas às suas residências; daqueles que passam noites como refugiados em cima de um automóvel porque não conseguiram chegar em casa depois de saírem do trabalho? Esses refugiados – momentâneos, é verdade – são refugiados por conta da irresponsabilidade no traçado urbano e da maneira como usamos, de forma voraz, o asfalto das nossas ruas, impedindo a água de escoar, como fez ao longo de bilhões de anos.

É a irresponsabilidade que está criando refugiados ecológicos, como foi a maldade que provocou refugiados políticos. A maldade provocou refugiados políticos. Hoje não é a maldade que faz com que alguém ponha asfalto em uma rua, mas é a irresponsabilidade, sim, que põe asfalto sem analisar as consequências disso para o fluxo de águas, nem levar em conta as consequências da água que se revolta contra esse asfalto, que se revolta contra essas represas verdadeiras que temos.

Nós temos o retrato claro de refugiados pela mudança climática, a qual provoca chuvas maiores e inesperadas. Durante milhares de anos, a sociedade humana se acostumou a saber quando chovia e quanto – o tamanho da chuva –, salvo raras exceções. Hoje, ninguém sabe quando vai chover, nem sabe o tamanho da chuva. E é isso que provoca os refugiados que vimos na região serrana do Rio de Janeiro, duas ou três vezes seguidas, ou em qualquer outra região. A gente os vê em Pernambuco, em Santa Catarina, em cada uma das regiões do Brasil.

Não quero tomar mais tempo, Sr. Presidente, porque aqui tive apenas o tempo de falar pela liderança, mas eu gostaria de propor que a Comissão de Mudanças Climáticas e a Comissão de Direitos Humanos, juntas, trabalhem a análise do problema dos refugiados ambientais, que não estão recebendo o devido respeito e cuidado de cada um de nós, tanto parlamentares como governos, como os intelectuais, que pensam, analisam e defendem os direitos humanos tradicionais, sem ver que temos direitos humanos novos, que estão surgindo, resultado da irresponsabilidade de como fazemos a economia e, com isso, depredamos o meio ambiente e chegamos a mudar a realidade da terra.

A revista **The Economist**, da semana passada, tem a capa dizendo que estamos entrando numa nova era geológica, a era do antropoceno, ou seja, a era em que a geologia é determinada pelo ser humano, o antropo. Até aqui, as eras geológicas eram provocadas por mudanças geológicas, cósmicas. Não mais. Agora as mudanças geológicas estão sendo provocadas no curto prazo por decisões humanas, irresponsáveis, descuidadas, mas que terminam provocando esse fenômeno dos refugiados ambientais, substituindo ou pelo menos ampliando o problema dos refugiados políticos que nós tivemos durante tanto tempo e dos refugiados econômicos que migram do sul para o norte, das Américas do Sul e Central e da África para o norte europeu e norte americano, em busca de emprego, em busca de renda. Três tipos de refugiados: os políticos, os econômicos e os ambientais. Vamos lembrar cada um desses na hora em que nós pensarmos os direitos humanos que precisamos respeitar em toda a sua plenitude.

Esse é o problema, Senador Paim, que quero trazer para o senhor como Presidente da Comissão de Direitos

Humanos: discutir a situação dos refugiados ambientais e de quem é a culpa de provocar esses refúgios obrigatórios no Brasil e no resto do mundo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Exª, com certeza, vai encaminhar o requerimento à Comissão e terá todo o meu apoio para fazer uma audiência pública para esse debate. Parabéns a V. Exª mais uma vez.

Agora seria a nobre Senadora Gleisi Hoffmann, que fez permuta com o Senador João Pedro. Então, fala primeiro o Senador João Pedro, em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann, que estão aqui na mesma ordem.

Senador João Pedro com a palavra; em seguida, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero agradecer à minha companheira de Bancada, Senadora Gleisi, por ter permitido a permuta.

Sr. Presidente, não poderia deixar de me associar às manifestações dos Senadores desta Casa no dia de hoje, falando, discursando, refletindo sobre a importância da Semana do Meio Ambiente. Ontem, tivemos o Dia Mundial do Meio Ambiente, trazendo, Sr. Presidente, para este Plenário, o significado da Semana do Meio Ambiente. Espero que a contribuição do Senado da República vá no sentido de travar o debate sobre o Código Florestal brasileiro e presentear a luta por um meio ambiente saudável, com um código moderno, democrático e comprometido com a vida dos brasileiros, com a vida dos trabalhadores rurais, com a vida daqueles que fazem história defendendo o meio ambiente.

Nada melhor, nesta semana, do que o compromisso de travarmos um debate com profundidade acerca de um Código Florestal comprometido com o Planeta. Não uma lei comprometida com a produção; não uma lei menor, comprometida com a terra, mas uma lei maior que possa orgulhar, principalmente, as futuras gerações brasileiras. O meio ambiente, com certeza, irá agradecer ao Congresso, ao Senado, este presente, que pode ser dado à Nação, ao povo brasileiro, com um novo Código Florestal deste País.

Sr. Presidente, nesta Semana do Meio Ambiente, eu não poderia deixar de registrar aqui o alerta de homens simples, lá da Floresta Amazônica, que chamaram a atenção do mundo por defenderem o meio ambiente.

Não custa nada aqui lembrar o gesto do Chico Mendes, lá do Acre do nosso Senador Anibal, naquela lógica da ocupação da Amazônia dos anos 1970, dos anos 1980; a pecuária, avançando na última fronteira agrícola – fico muito preocupado com esse termo "última fronteira agrícola"; parece que temos que resolver o problema da última fronteira agrícola.

Um homem simples como Chico Mendes! Ele dizia: "Calma! Por que derrubar as seringueiras? Por que derrubar as castanheiras?"

E ele criou, Senador Paulo Paim, o empate. O que era o empate, na linguagem de Chico Mendes? Era abraçar as árvores. Com as famílias dali, daquela região, daquela localidade, ele organizava o empate. E, por defender o empate, esse homem foi assassinado.

É evidente que foi com a vida de Chico Mendes que a Amazônia se tornou mais conhecida ainda. Não é de agora. É evidente que não é de agora, mas ele deu a vida, chamando a atenção para essa brutalidade de se ocupar a Amazônia a qualquer preço, com a política de terra arrasada.

Então, é nesta Semana do Meio Ambiente que quero me lembrar dessas figuras.

Há pouco tempo, faleceu, na BR-174, a Dorothy, uma mulher simples que criava abelhas, uma mulher que veio do Sul. Foi freira, foi morar na Amazônia e viva ali, na BR-174, chamando a atenção para a importância de não se derrubar a floresta,

Sr. Presidente, nesta Semana do Meio Ambiente, eu não poderia deixar de registrar aqui o alerta de homens simples, lá da Floresta Amazônica, que chamaram a atenção do mundo por defenderem o meio ambiente.

Não custa nada aqui lembrar o gesto do Chico Mendes, lá do Acre do nosso Senador Anibal Diniz, naquela lógica da ocupação da Amazônia dos anos 70, dos anos 80, a pecuária, avançando na última fronteira agrícola – fico muito preocupado com este termo, pois me parece que temos de resolver o problema da última fronteira agrícola.

Um homem simples como Chico Mendes! Ele dizia: "Calma! Por que derrubar as seringueiras? Por que derrubar as castanheiras?"

E ele criou, Senador Paulo Paim, o *empate*. O que era o *empate*, na linguagem do Chico Mendes? Era abraçar as árvores. Com as famílias dali, daquela região, daquela localidade, ele organizava o *empate*. E, por defendê-lo, esse homem foi assassinado.

É evidente que foi com a vida de Chico Mendes que a Amazônia tornou-se mais conhecida ainda. Não é de agora, mas ele deu a vida, chamando a atenção a essa brutalidade de ocupar a Amazônia, com a política de terra arrasada.

Então, é nesta Semana do Meio Ambiente, que quero lembrar-me dessas figuras.

Há pouco tempo, faleceu, na BR-174, a Dorothy*, uma mulher simples que criava abelhas, que veio do

Sul, foi freira, foi morar na Amazônia e viva ali na BR-174, chamando a atenção para a importância de não se derrubar a Floresta, mas de explorar a floresta. E criava abelhas. Até hoje, seus filhos e o esposo, que deixou, vivem na BR-174, ali, na fronteira do Amazonas com Roraima.

Quero lembrar o Sr. Francisco Moreira, outro homem simples que vivia na BR-319, produzindo banana, produzindo abacaxi, fazendo o que se chama hoje de agroecologia, que não é outra coisa senão misturar as espécies para garantir a produção e a qualidade de vida. Esses homens fizeram e continuam fazendo a defesa do meio ambiente.

A costa brasileira, com dezenas de experiências, de gestos, de entidades, de curiosos, chamando a atenção para esse debate. É evidente que mudou muito a sociedade; mudou e, por isso, ganha dimensão.

Faço aqui, neste pronunciamento, um chamamento para a importância de levarmos a sério o debate ambiental.

Algumas vezes, houve chacota, gracejo de mau gosto contra estudiosos, pesquisadores, homens e mulheres que defendem o meio ambiente, que trabalham sustentabilidade, que cuidam com zelo dos rios, dos lagos, contra a poluição dos mesmos.

É nesta Semana do Meio Ambiente e neste discurso que me lembro deste último lamentável episódio, Sr. Presidente, com todos os avanços que tivemos e que temos. Vai um cidadão aqui, em Mato Grosso, e ele é o responsável pela derrubada, com máquinas e uma corrente, que se chama "correntão". E derruba como se isso não fosse absolutamente nada! Quatrocentos e sete quilômetros quadrados, Senador Suplicy, 407 quilômetros quadrados foram derrubados de mata, mata primária do bioma amazônico! E vamos assistir a essa irresponsabilidade, a essa irracionalidade, contra um bioma que, inclusive, não conhecemos na sua totalidade?

É nesta Semana do Meio Ambiente que também refletimos a importância de estudarmos esse grande território, que é o maior território do nosso País, que é a composição da Amazônia. Inclusive, no Código Florestal, o Relator Aldo Rebelo define o que é Amazônia Ocidental. Também no Código, que aqui está, no Senado, define-se – e aí não houve mudança – o que é Amazônia Legal.

Não dominamos ainda essa diversidade, essas espécies que podem responder à necessidade do Brasil e da humanidade. Quantos medicamentos, quantos remédios podem sair da diversidade da nossa Amazônia?

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Anibal.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador João Pedro, quero me congratular com seu pronunciamento e dizer que V. Exª traz para a tribuna do Senado um assunto de extrema importância para o Brasil e para o mundo, de uma atualidade total por conta dessa discussão que começa a acontecer aqui, no Senado, em relação ao Código Florestal. Verdadeiramente, o Brasil tem uma grande responsabilidade no momento. O Brasil assinou compromissos na COP-15 de redução de emissões e o Brasil tem que perseguir metas que contribuam, de alguma maneira, para que os compromissos assumidos sejam verdadeiramente cumpridos. E o barulho que a gente ouve, de certa forma, a partir da proposta aprovada na Câmara, é um barulho no sentido de que a produção, o aumento da produção tem que necessariamente conflitar com a preservação ambiental. Na realidade, o grito de Chico Mendes, o grito do Padre Paulino, o grito de tantos outros, da Irmã Dorothy e tantos outros que entregaram as suas vidas, dedicando-se completamente à causa do meio ambiente, não podem ficar simplesmente inaudíveis. Eles têm que ser ouvidos, esses gritos têm que ser ecoados. Particularmente, nós da bancada amazônica temos uma responsabilidade toda especial. Nós temos na Comissão de Meio Ambiente o Senador Jorge Viana como Relator do Código Florestal aqui nesta Casa. Acredito que todos nós estaremos completamente à disposição no sentido de fazermos uma grande mobilização para estudarmos a fundo a matéria e nos associarmos à comunidade científica, no sentido de buscar o caminho mais seguro para a preservação das nossas florestas e dos nossos mananciais. Isso, em hipótese alguma, se contrapõe à necessidade de o Brasil continuar crescendo e produzindo. Não podemos fazer essa discussão a toque de caixa. Louvo a iniciativa do Presidente do Senado no sentido de afirmar que o Senado terá o tempo que for necessário para o aprofundamento dessa discussão. Neste momento fazemos referência à semana do meio ambiente, mas a semana do meio ambiente, na realidade, não pode ser uma semana, tem que ser todo o tempo, porque permanentemente temos que refletir sobre a nossa responsabilidade com a geração atual, mas fundamentalmente com as gerações futuras. E V. Exª está de parabéns por trazer este tema e por chamar a reflexão em torno da importância da preservação ambiental, para que possamos assegurar qualidade de vida saudável para as futuras gerações, que é uma responsabilidade da geração atual à qual pertencemos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço o aparte, Senador Anibal Diniz, de um Senador que tem todo um acúmulo, tem toda uma vida e toda uma vivência na região de fronteira do Brasil com o

Peru, mas do próprio debate na Amazônia sobre a Amazônia e a ocupação da Amazônia. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a contribuição de V. Exª e a experiência do Senador Jorge Viana, na condição de Relator e ex-Governador, podem ser um ponto importante de equilíbrio nesta discussão aqui no Senado da República.

Alguns Senadores, na tarde de hoje, falaram sobre a importância de melhorarmos o Código Florestal. Eu quero levantar uma novidade, que é sobre a área rural consolidada. É novo isso. Como trabalhar este conceito numa regra jurídica, a área rural consolidada? Isso é área antropizada, regiões, terras que foram degradadas. Isso é novo, Senador. Então nós precisamos... No Brasil, já temos algo em torno de 80 milhões de hectares de áreas degradadas. Nós temos isso. Então, como trabalhar área degradada? Como trabalhar essa área, esse imenso território que foi antropizado, que foi trabalhado, que foi já alterado pela pecuária ou pelo cultivo de alguma produção? Então, nós precisamos fazer esse debate e espero que nesta semana do meio ambiente nós possamos assumir esse compromisso de elaborarmos um texto que possa orgulhar a todos nós, que estamos aqui no Senado, mas principalmente à sociedade civil, que está acompanhando o debate sobre o Código Florestal.

Por fim, Sr. Presidente, quero me associar à alegria do povo peruano, que encerrou, no dia de ontem, uma eleição de segundo turno. Vinte milhões de eleitores foram às urnas. E é mais uma demonstração de consolidação da nossa democracia na América Latina, na América do Sul. O Peru, que é vizinho do Brasil, que faz extrema com o Brasil e que é um grande país, nesses últimos anos, apresenta os maiores crescimentos da região. Espero que a eleição, que esse processo todo consolide a democracia e que ganhe o povo do Peru e todos nós, irmãos da América Latina. Logo, logo, quem sabe, nós, que já votamos, Senador Jucá, na Venezuela para o Mercosul, quem sabe abrir, ampliar o Mercosul com a presença desse grande país que é o Peru e que fez uma grande eleição, deu uma demonstração da consolidação das suas instituições, dando vitória a um homem comprometido com o seu país e com teses populares. E já reafirmou, na primeira fala, compromissos com as questões sociais. Ganha o Peru, ganha a democracia, e que ganhe a América Latina nesse novo processo como resultado da opinião, do voto popular.

É um processo que merece o aplauso desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite? Só para cumprimentá-lo tanto por suas observações sobre... Serão trinta segundos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A Senadora Gleisi está ávida por subir...

Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...tanto pela sua comunicação sobre o meio ambiente quanto pela homenagem que faz aos que foram mortos, desde Chico Mendes a Dorothy Stang e aqueles que, nos últimos...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Tem Dorothy Stang e tem a Doroti, lá no Amazonas, que já faleceu e que foi um exemplo de mulher.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E a Doroti. E homenagem também àqueles que faleceram nas últimas semanas e merecem toda a nossa solidariedade. E também o cumprimento pela vitória havida no Peru, onde inclusive o candidato à Presidência que foi vitorioso disse que tem grande afinidade com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus propósitos e atos. Então, meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Presidente, muito obrigado. E obrigado à Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador João Pedro, pelo seu pronunciamento em defesa do meio ambiente.

Conforme entendimento já feito, fala neste momento a Senadora Gleisi Hoffmann e, em seguida, como Líder, o Senador Romero Jucá.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje, dia 6 de junho, é o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Este dia foi consignado por uma iniciativa do Senador Flávio Arns, do meu Estado, que muito militou na causa da pessoa com deficiência.

O teste do pezinho, na verdade, é nome popular para a triagem neonatal. O teste é feito a partir de gotas de sangue colhidas do calcanhar do recém nascido. Em sua versão mais simples, o teste do pezinho foi introduzido no Brasil, na década de 70, para identificar duas doenças chamadas pelos especialistas de “anomalias congênitas”, porque se apresentam no nascimento: a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito. Ambas, se não tratadas a tempo, podem levar à deficiência mental.

A identificação precoce de qualquer dessas doenças permite evitar o aparecimento dos sintomas através do tratamento apropriado. Por isso recomenda-

se realizar o teste imediatamente entre o terceiro e o sétimo dia de vida do bebê.

Em 1992, o teste se tornou obrigatório em todo o País através de lei federal. Em 2001, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Triagem Neonatal, com o objetivo de atender a todos os recém-nascidos em território brasileiro. Hoje já existe uma versão ampliada, que permite verificar mais de 30 doenças antes que seus sintomas se manifestem.

Estamos juntos, exatamente no Dia Nacional do Teste do Pezinho, para que possamos, como fizemos na Comissão de Direitos Humanos, debater a evolução do teste nestes anos, as dificuldades e os desafios que ainda temos que superar, bem como a conveniência e viabilidade de ampliarmos o teste neonatal na rede pública de saúde.

Para tanto, queria fazer um imenso agradecimento ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que assinou comigo o requerimento de uma audiência pública e essa audiência possibilitou-nos trazer à Comissão de Direitos Humanos o Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Nacional de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, a Drª Paula Regla Vargas, médica e Presidente da Associação Brasileira de Triagem Neonatal, o Dr. Marcos Aguiar, que é Vice-Coordenador do Núcleo de Ações e Pesquisas de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o Sr. José Alcides Marton da Silva, meu amigo, companheiro de caminhada, Presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, do Paraná, que tem o Serviço de Referência em Triagem Neonatal, a Professora Drª Ana Maria Martins, da Universidade Federal de São Paulo, e o Sr. Fernando Gomide, Presidente da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico, ABRAFC.

Quero também agradecer muito à Senadora Ana Amélia e à Senadora Marinor, que participaram, na manhã de hoje, dessa audiência e quero dizer, Senador Paim, que fiquei muito feliz, porque há tempos a gente tem conversado com o José Alcides, que é essa liderança importante do Paraná – e o Paraná é uma das referências nesse serviço –, para que pudesse avançar em algumas questões em relação ao teste do pezinho, ao programa neonatal.

E, hoje, o nosso Secretário da Secretaria de Assistência à Saúde, o Dr. Helvécio, nos deu boas notícias. Primeiro, disse que a Rede Cegonha, lançada recentemente pela Presidenta Dilma, um grande programa de atenção à saúde da mulher e da criança, vai ser obrigada a informar para a gestante sobre o teste do pezinho, a importância que tem e o período em que ele é feito.

O que acontece? Ele é obrigatório no território nacional. Mas às vezes, não tendo a informação da importância do teste, a criança até faz o exame, mas o resultado do exame fica no hospital – o hospital muitas vezes até corre atrás, quando a doenças é de sua responsabilidade e iniciativa – ou, ao sair da maternidade, que não fez o teste, a mãe, não tendo condições e por não ter a informação, não leva a criança a outro hospital, assim várias crianças desenvolvem a doença. Então, agora, haverá essa informação.

Outra avanço muito importante foi o Rede Cegonha, que irá obrigar a certificação de qualidade da atenção básica. Para que a atenção básica tenha certificado de qualidade ela deverá cumprir uma série de requisitos, entre eles a realização do Teste do Pezinho, que, além das quatro doenças já colocadas, Senador Aloysio, haverá mais uma boa novidade. Se isso ocorrer, o Atenção Básica irá dobrar o valor da sua equipe de saúde da família, ou seja, vai receber, inclusive, uma recompensa por estar prestando corretamente seu serviço.

O mais importante é a inclusão de mais duas doenças até o final do ano: a deficiência da biotinidase e a hiperplasia congênita, doenças que levam as crianças a ter deficiência física e mental. Se identificadas, essas doenças podem ser tratadas – inclusive o tratamento de uma delas é barato – e evitadas.

Hoje nós tivemos depoimentos muito emocionados de mães que puderam, por meio do Teste do Pezinho, reverter uma situação que seria dramática.

Neste dia, quero aqui homenagear a Drª Verônica Stasiak, psicóloga do Paraná. Ela é portadora de fibrose cística e, como teve diagnóstico tardio, aos 23 anos, passou por várias cirurgias de pulmão. Isso poderia ter sido evitado se tivesse sido feito o Teste do Pezinho.

O Dr. Helvécio também lembrou que irá incluir na tabela do SUS – Sistema Único de Saúde – o teste do suor, exatamente aquele que a Drª Verônica fez para descobrir que era portadora da fibrose cística. O teste é barato, mas ela teve de pagar, porque ele não está na tabela do SUS.

Hoje foi um dia muito especial, comemoramos os dez anos do Teste do Pezinho, do Programa Estruturado Neonatal, implantado em 2001, que é muito importante para o Brasil, para as nossas crianças; e tivemos, do Ministério da Saúde, a informação de que vamos ter avanços.

Então, quero parabenizar todas as entidades, instituições, APAEs, que batalharam muito para que isso acontecesse no País, o Governo Federal, o Governo do Presidente Fernando Henrique, que implantou o teste, e o Governo da Presidenta Dilma, que agora o

amplia. É disso que precisamos, pois, com a prevenção, tenho certeza de que nós poderemos evitar grande parte da dor por que passam as nossas famílias e nossas crianças.

Não poderia deixar de fazer este registro aqui, de parabenizar por esse avanço e de deixar aqui um agradecimento e um parabéns muito especial – inclusive lembrei a presença de V. Exª, Senadora Marinor, na audiência pública – a Fepe– Fundação Ecumênica de Proteção aos Excepcionais do Paraná, que realiza um trabalho que é referência nacional, e, em particular, ao Sr. José Alcides, que tem dedicado a sua vida ao Teste do Pezinho.

Para encerrar este meu depoimento, queria apenas fazer um registro, Sr. Presidente, que julgo muito importante, de uma declaração dada hoje pelo nosso Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, que, numa entrevista, fez algumas declaração que julgo importantes registrar neste plenário. Passo a ler uma delas, para que fique nos registros da Casa:

> Quando o Banco Central e a Fazenda começaram a praticar as medidas macroprudenciais e a restrição ao ingresso de capitais do exterior, o mercado recebeu as iniciativas com relativo ceticismo. Queriam que o BC praticasse o tradicional, isto é, que elevasse muito os juros e, com isso, resolvesse tudo.
>
> Havia um alarmismo no mercado quanto ao ritmo de crescimento de 2010 e quanto daquilo poderia contaminar 2011. Havia, também, muito alarmismo com as macroprudenciais. Agora, esse alarmismo se dissipa, porque os resultados estão sendo entregues. As expectativas de inflação estão convergindo, semana após semana, para uma inflação próxima à 6% no final do ano. Vivemos hoje um processo de descompressão de preços e isso ocorre porque as macroprudenciais tiveram efeito.
>
> Quando criticam o Governo, dizendo que a inflação continua alta, estão olhando o retrovisor, estão olhando a inflação nos últimos 12 meses, mas a meta do BC serve para os 12 meses de janeiro a dezembro. O que importa é entregar, em dezembro, uma inflação dentro da meta do Banco Central.

Digo isso porque fiz um pronunciamento sobre a economia do nosso País, na semana passada, que cresceu 1,3% neste trimestre, enquanto o consumo só cresceu a metade do investimento. Nós tivemos um superávit primário, nos quatro primeiros meses do ano, que é mais do que a metade do que nós temos de fazer durante o ano inteiro.

Isso mostra que o Governo está no prumo certo, no rumo certo; que a Presidenta Dilma tem força e vigor na condução da política econômica com sua equipe econômica, e que as medidas macroprudenciais se mostraram instrumentos importantes de combate à inflação, e não apenas à taxa Selic.

Para finalizar, deixo aqui também mais uma fala de Márcio Holland: "Não vamos estrangular o consumo de massa no País, isso não faz o menor sentido. O que buscamos é um crescimento mais influenciado pelos investimentos."

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Gleisi Hoffmann

V. Exª presidiu a Comissão de Direitos Humanos hoje pela manhã, enquanto eu me reunia com o grupo do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sem sombra de dúvida, foi um belo trabalho. Eu assisti um pouco pela TV, e só posso cumprimentá-la e a todos que lá estiveram. Meus cumprimentos!

Como Líder do Governo, neste momento, fala o Senador Romero Jucá. Em seguida, o Senador Walter Pinheiro, como orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer dois registros rápidos.

O primeiro deles sobre a reunião que acaba de acontecer entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez; reunião da qual participei, reunião entre Ministros dos dois Governos; depois, assinatura de atos e, posteriormente, almoço no Palácio do Itamaraty.

Foi uma reunião importante para o Brasil e para a Venezuela. Foram tratados diversos temas importantes para o nosso País, entre eles, o tema da agricultura, com acordo entre a Embrapa e o Governo da Venezuela; um acordo também entre o Ministério da Agricultura e o Governo da Venezuela, para combater a febre aftosa, assunto que interessa, sobremaneira, o meu Estado de Roraima, porque fazemos fronteira com a Venezuela, e é fundamental que a Venezuela tenha o controle da febre aftosa, para que Roraima também não corra nenhum tipo de risco.

Houve acordos também entre o Ministério do Desenvolvimento e a Venezuela, o Inmetro; acordo entre o Ministério das Comunicações e a Venezuela, tratando da questão da fibra óptica, que está vindo da Venezuela até o Amazonas; novos projetos com fibra óptica e Internet estão sendo discutidos; acordo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério correspondente

na Venezuela, acordo sobre biotecnologia; acordo com a Embrapa, para a discussão do zoneamento agrícola e a instalação de centro de treinamento e de estudos na Venezuela, a partir do escritório da Embrapa no Estado de Roraima, portanto, fortalecendo o Estado de Roraima; convênio entre o Ministério das Minas e Energia, a PDVESA e a Petrobras; convênio com o Ipea e convênio com a Caixa Econômica.

Portanto, extremamente importante a reunião de trabalho. Fiz questão de, usando a palavra naquela reunião, dizer da importância que é termos um projeto piloto de desenvolvimento entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil, Amazônia Ocidental. O Estado de Roraima, o Estado do Amazonas e os Estados do sul da Venezuela precisam construir um projeto de desenvolvimento integrado que seja bom para os dois lados, que gere empregos, que ajude e amplie a produção de alimentos. O Governador Anchieta entregou ao Presidente Chávez um pleito do Governo do Estado de Roraima de adquirir insumos, calcário, fertilizantes na Venezuela, diretamente para o Estado de Roraima.

Então, foi um encontro extremamente importante. Gostaria de saudar a vinda do Presidente Chávez e dizer que, em alguns meses, a Presidenta Dilma estará na Venezuela, exatamente retribuindo o convite que foi feito com a presença do Presidente Chávez aqui no nosso Estado.

Quero fazer um outro registro, mas triste e preocupante. Gostaria de dizer que, infelizmente, Roraima se encontra em estado de calamidade pública. O rio Branco, como todos os rios do Estado, Senador Paim, com a quantidade de chuvas que estão ocorrendo, bateu seu recorde histórico de elevação: mais de 10 metros. Parte dos bairros de Boa Vista já se encontram debaixo d´água e parte das estradas de Boa Vista já se encontram interditadas pelos rios. A situação é extremamente grave.

Hoje pela manhã, tive condição de falar com a Presidenta Dilma. O Governador José de Anchieta, que participou do encontro com o Presidente Chávez, também falou com a Presidenta Dilma. Estamos agendados hoje, possivelmente, para ter um encontro com o Ministro das Cidades, Mário Negromonte. Amanhã pela manhã, teremos um encontro com o Ministro da Integração, Ministro Fernando Bezerra Coelho, para tratar da questão da defesa civil. Estamos solicitando ao Governo Federal o apoio necessário não só logístico, como de suporte também e de recursos para que Roraima enfrente esse cataclismo, esse desafio que está fazendo milhares de pessoas terem extrema dificuldade.

Gostaria de fazer um registro da intempérie, da dificuldade, da calamidade, mas registrar que estamos buscando providências junto ao setor público. O Governo do Estado está tomando providências. O Prefeito Iradilson, o Prefeito de Boa Vista, me ligou hoje de manhã dizendo que tinha também decretado calamidade. Estamos apelando ao Governo Federal o suporte da atuação do sistema nacional de defesa civil.

Era esse o registro que gostaria de fazer. Infelizmente, é um registro triste, mas registrar também que estamos atentos e procurando todas as providências cabíveis para diminuir o sofrimento do nosso povo de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, aqui fica toda a solidariedade do Senado, de todos os Senadores, ao povo de Rondônia e também meus cumprimentos pelo registro da vinda do Presidente da Venezuela, Sr. Hugo Chávez, ao Brasil.

Passamos a palavra neste momento ao nobre Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –Srªs e Srs. Senadores, Presidente Paulo Paim, quero aproveitar a presença de V. Exª na Presidência da sessão desta tarde para lembrarmos aqui uma questão, de suma importância, de que se tratou numa audiência pública realizada por nós na Comissão presidida por V. Exª, que determinou, inclusive, o rumo, eu diria, dos encaminhamentos para a solução da grave situação por que passam moradores da cidade de Santo Amaro, uma das cidades mais importantes do Recôncavo Baiano, principalmente pela sua cultura.

Quero lembrar aqui que, logo em seguida à audiência pública, tivemos oportunidade, naquele momento, de, num contato com a Presidenta Dilma Rousseff, entregar a ela um material e mostrar as fotos, eu diria, chocantes daquela situação e, consequentemente, discutir ali um caminho para a busca de soluções para aquele grave caso. A cidade de Santo Amaro convive com uma brutal contaminação por chumbo.

Naquela audiência, foi possível a gente mais do que constatar algo que, há anos e anos, a Fundacentro, a Universidade Federal, a população, ONGs e Ministério da Saúde vêm acompanhando. Acredito, meu caro e nobre Paulo Paim, que aquela iniciativa, patrocinada por V. Exª, por mim, pela Senadora Lídice da Mata, com o Deputado Luiz Alberto e o Senador João Durval, que não pôde estar presente, mas que também é parceiro nessa iniciativa,é uma boa iniciativa para que a gente busque um nível de encaminhamento.

Estou tocando neste assunto aqui para que a gente não só dê satisfação, preste contas ao santamarense, ao povo daquela região, ao próprio Governo da Bahia.

Logo em seguida, o Governador, em contato conosco, procurou saber, esteve aqui em Brasília, inclusive, fez o mesmo comentário com as autoridades tanto do Ministério da Saúde quanto de outras. O Ministro da Saúde esteve em Salvador na sexta-feira próxima passada. O Secretário da Saúde Jorge Solla também já nos procurou. E a nossa expectativa é o contato, inclusive, com a Secretaria Geral, que ficou encarregada de coordenar os encaminhamentos para que nós pudéssemos construir esse caminho de soluções..

Quero fazer este alerta e, mais uma vez, contar com V. Exª para que nós busquemos rapidinho uma resposta, para que disparemos o processo, já que Santo Amaro não pode esperar mais, muito menos sua gente.

Mas quero, meu caro Senador Paulo Paim e demais Senadores e Senadoras aqui presentes, tocar nesta tarde em alguns pontos deste importante debate que nós faremos, a partir de agora, no Senado.

Caberá ao Senado a proeza, eu diria, de juntar o desejo da continuidade da produção agrícola neste País, meu caro Senador Anibal, com o maior compromisso nosso que é o compromisso com o meio ambiente, com a vida, com a natureza, com esse crescimento, mas um crescimento sustentável. Eu diria que essa é uma das tarefas mais difíceis, mas não é uma tarefa impossível.

Recordo-me de que, certa feita, em uma das escolas, quando muito jovem fui me matricular, um cartaz que havia na parede dizia assim: o difícil, fazemos logo; o impossível demora um pouco.

Portanto, nós não podemos tratar essa questão da natureza com esse grau de impossibilidade. A resposta tem de ser esta: pode até demorar. Mas é fundamental que enxerguemos esta questão como uma questão crucial, eu diria como uma questão de vida e não como um embate.

Quando me referi aqui à proeza do Senado em unir, em juntar, em associar os esforços empreendidos – e, diga-se de passagem, muito bem empreendidos e muito bem conduzida a ação pelo Deputado Aldo Rebelo –, é importante que juntemos esses esforços aos esforços que agora, aqui no Senado, teremos condição de contribuir, digamos assim, para que esse impossível, ainda que demore um pouco, possamos apontar, num horizonte palpável, como realidade de sucesso para este nosso País.

Eu diria que esse debate sobre o Código Florestal vem recheado de algumas questões centrais e novos critérios fundamentais. O próprio relatório do Aldo, lá na Câmara, já aponta isto: as áreas de proteção, de que forma lidarmos com essa questão; as APPs, sua regulação e recomposição. Como é que poderíamos trabalhar nessas Áreas de Proteção Permanente, buscando a combinação destes dois fatores: regular e, portanto, ter a força da mão na regulação, meu caro Blairo Maggi – V. Exª, que é um homem que se acostumou a desafios, principalmente nessa área –, nessa coisa que muita gente acha pode ser somente dura? Mas acho que a gente tem de ter uma dose de ternura para entender como vamos, na proeza desse trabalho, trabalhar a recomposição.

Portanto, é este o detalhe que nos une: o trabalho da Câmara e o trabalho do Senado. Aqui nós não podemos ser vistos de forma alguma, meu caro Blairo Maggi: "Vamos, agora aqui é a Casa da solução, ou do enfrentamento, ou da negação daquilo que se produziu do outro lado!" Acho que nós precisamos – aliás, acho, não –, tenho certeza de que nós precisamos exatamente juntar essa capacidade e encontrar esse caminho para um novo período.

Essas áreas de proteção, a política de incentivos, por que tanto clamamos e pedimos aqui, a competência dos órgãos, como é que vamos trabalhar isso, meu caro Mozarildo? Nós, que tanto clamamos por instituições e, às vezes, até criamos instituições demais?

Então, é importante que, nesse quadrante da nossa história quando vamos entregar ao País um novo Código, essa questão da competência, o debate sobre a reserva legal e, principalmente, o cenário que acho o mais importante para a gente abrir, descortinar essas dificuldades, abrir literalmente os caminhos sobre qual o modelo de desenvolvimento deve ser adotado. E esta ferramenta, o Código Florestal, tem de servir como uma verdadeira ferramenta do cotidiano, sempre como um farol, como algo que possa ir balizando, dando os limites e, ao mesmo tempo, permitindo o rigor na sua relação, meu caro Aloysio Nunes, com um aspecto para o qual quero chamar atenção: a propalada segurança jurídica. É importante que escrevamos algo que não sirva só como um compêndio ou que, adiante, alguém possa usar a velha máxima: lei, a gente rasga; cultura é mais difícil.

Precisamos transferir para essa lei algo que a cultura, algo que o cotidiano possa absorver, algo que tenhamos a capacidade efetiva de dizer que, com segurança jurídica, vamos conseguir conciliar o processo de competitividade na produção, sem perder o horizonte da agricultura sustentável. É bom lembrar que essa é uma máxima que não podemos perder de vista. O Brasil é, com certeza, hoje, no mundo, um dos lugares que têm a maior área de preservação. Senão, ficamos agora nesta história: "Ah, desmatou ali, desmatou acolá". Estamos reduzidos. Temos a maior área. Por outro lado, quem tem a maior área, Marinor, tem de ter a responsabilidade para não chegar a um futu-

ro bem próximo e dizer: "Ih, foi embora. Eu até tinha, mas não tenho mais".

Portanto, esse binômio, a combinação entre o que é o meio ambiente e o que é a produção, tem de estar exatamente dirigido por essa responsabilidade, a responsabilidade que leva a essa tarefa agora o Senado, nós todos, oposição, base de situação. Quem vive no campo, quem tem atividade sustentada na produção do campo, que tem a experiência, pode dar uma grande contribuição, assim como quem tem uma atividade pautada, ao longo dos anos, na luta pela preservação. É juntar essas proezas.

Eu me lembro de que, uma vez, Caetano Veloso, numa de suas músicas, tratava disso, num período de grande embate, quando ele dizia: quem é que vai juntar as pressões da UDR com o PT? Chegava a cantar isso. Essa coisa de mostrar que não é algo impossível de se lidar.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estamos diante desse cenário agora de poder tratar dessas questões. Eu queria adentrar exatamente alguns pontos dessa mudança, para entendermos quais os passos, com responsabilidade, sem o enfrentamento daqui e acolá. Essa é uma matéria que eu diria exclusiva; ela mexe na economia, mexe na realidade, mexe no cotidiano, entra nos conflitos, mas essa é exatamente a matéria que vai requerer do Senado a proeza de saber juntar essas coisas e produzir algo que sirva ao Brasil.

Um aparte ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, nobre colega. Acho que o tema aqui colocado é o tema que vai dominar, nos próximos 60, 90 dias, a nossa discussão na Casa. E V. Exª tem toda razão quando faz essa exortação para que nós possamos fazer uma discussão equilibrada, uma discussão que procure entender todos os lados dessa questão. Porque não temos só o lado da preservação e o lado do agricultor, por exemplo. Temos toda uma relação histórica, afetiva, de costumes, que precisa ser observada nessa legislação. Acho que o nosso Relator, Deputado Aldo Rebelo, fez um belíssimo trabalho. Se nós tivéssemos tempo ou tirássemos tempo para fazer as visitas e as viagens que o Aldo fez, as audiências públicas, em todas as regiões do Brasil – eu mesmo participei, quando ele foi fazer em Mato Grosso, na época eu era Governador, e fomos todos nós lá dar a nossa opinião sobre esse assunto. Então, o que o Deputado Aldo, o que a Câmara mandou para nós com aquela expressiva votação, não considero que foi um enfrentamento com o Governo. Talvez, o Governo, naquele momento, não se tenha atentado, não foi bem informado de como as coisas estavam acontecendo, e os parlamentares, lá na Câmara, simplesmente colocaram no seu voto o sentimento que tem o lado agrícola, o lado pecuário, o lado da terra, neste Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Então, temos realmente uma lição a fazer, uma discussão ampla. No início, logo quando passou na Câmara, procurei o Presidente Sarney e até pedi a ele que colocássemos pressa para votar essa lei – podemos até chamar de Lei Aldo Rebelo. Mas, na realidade, o Presidente falou para mim: "Senador, por que vamos trazer aquela discussão, as raivas e as brigas que estão na Câmara para o nosso plenário? Vamos acalmar e discutir isso com mais tempo". E ele tinha e tem toda razão. Vamos, então, fazer aqui uma discussão ampla, vamos ouvir bastante gente, tenho os meus princípios, as minhas considerações a fazer. Acho que os 81 Senadores que estão na Casa também farão isso e, no final, vamos apresentar algo que seja, não sei se é possível fazer algo melhor do que o que já veio de lá, mas temos algumas contribuições a dar. Temos aqui vários ex-governadores, que tiveram que lidar com essas diferenças de pensamento: o que pensa o Ministério Público Estadual; o que pensa a Secretaria Estadual; o que pensa o Ministério Público Federal. Então, vamos ter aqui várias oportunidades. Quero, Senador Walter Pinheiro, ser um agente ativo dessa discussão, não por interesses próprios, porque, graças a Deus, de todas as atividades agropecuárias que faço, não devo uma vírgula, uma palha à questão ambiental. As minhas coisas são todas regularizadas. Portanto, todo o debate e embate que se for fazendo aqui dentro são para buscar um caminho para que o Brasil possa ser um grande país agrícola, que nossos compradores internos se sintam satisfeitos e que aqueles para quem exportarmos possam olhar para a agricultura e dizer: realmente, o Brasil é um país diferenciado. Se V. Exª me permite, Senador Walter Pinheiro, queria dizer o seguinte: agora, no dia 8 de março, chega ao Porto de Rotterdam o primeiro embarque de soja de um programa chamado RTRS *(***Round Table on Responsable Soy***)*, *de* soja sustentada, onde vários organismos mundiais se juntaram e disseram: – Olha, a soja que queremos, que achamos que é boa e respeita as questões ambientais, que respeita as questões trabalhistas, que respeita os direitos das crianças, que respeita tudo o que nós queremos e achamos importante, está chegando ao Porto de Rotterdam*,* agora no dia 08. É a primeira carga e é uma carga de soja brasileira, mato-grossense, que está querendo mudar o jeito de se fazer agricultura, no sentido de dizer que esse produto que aqui está chegando passou por to-

das essas certificações, e nós temos a certeza de que aqui não há nenhum *bypass*, nenhuma lei, em qualquer questão ambiental. Então, o Brasil tem muito a fazer. Vamos ter uma discussão muito boa pela frente. Parabéns pelo seu pronunciamento. Vamos ouvir os pontos e as ponderações que V. Exª diz que vai fazer daqui para frente. Meus parabéns!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu é que agradeço o aparte de V. Exª. E quero insistir em algo que é fundamental: o desafio nosso de que a nossa produção possa, lá fora, ser recebida como uma produção de um país que preza pelo seu meio ambiente, que cuida da sua gente e que, portanto, pode tranquilamente vender os seus produtos, sem ter que se desculpar.

Recordo-me muito, meu caro Mozarildo – já vou conceder um aparte a V. Exª –, de uma das campanhas que envolviam, em uma determinada época, um grande fabricante de bola pelo mundo afora, bola de couro. Naquela época, eles diziam, numa propaganda com uma criança segurando uma bola na mão, o cartaz dizia assim: "*A* bola é deles. O couro é dela. O trabalho infantil".

Assim é a produção neste País. Não adianta jogar essa soja para atingir os mercados do mundo afora e essa soja ir manchada com trabalho escravo, com degradação do ponto de vista das relações trabalhistas e, principalmente, com degradação do nosso meio ambiente.

Então, é fundamental que façamos isso.

Por isso, o primeiro ponto que quero chamar a atenção é exatamente o embate que se estabeleceu na Câmara entre o art. 8º e a tal da Emenda nº 164, a supressão da vegetação em área de preservação permanente. É importante que nós atentemos para isso e, ao mesmo tempo, que nós também trabalhemos com a lógica da recomposição de reserva legal em propriedades de até quatro módulos fiscais.

Recordo-me, meu caro Mozarildo, que, nesta mesma Casa e na outra, do outro lado, a qual eu pertencia, por volta de 2008, nós tratamos do decreto, nós tratamos da questão da averbação, nós discutimos a necessidade da recomposição de áreas. Então, agora nós estamos diante de um momento em que não é fazer o enfrentamento entre o que era o art. 8º e a Emenda nº 164, mas encontrar a solução para que essa supressão e que para que essa recomposição, essas duas questões sejam tratadas por nós como questões vitais, principalmente levando em consideração qual é a função social da terra. Esse é um aspecto preponderante.

Por que pleiteamos tanto essa preservação? Por que buscamos tanto a recomposição? É só para dar uma resposta ao mundo lá fora? Não. É para dar uma resposta aqui dentro. É para atender a demanda do nosso País. É para chegar ao encontro da nossa capacidade de continuar produzindo, mas de maneira que o nosso povo possa ter capacidade de continuar produzindo e se beneficiar dessa produção. Quando se trata da margem de rio ou desse reflorestamento, ela tem uma lógica muito simples, meu caro Blairo Maggi, que o agricultor nos ensina: a velha máxima da sombra, do sombreamento, a discussão sobre a evaporação, quando, em passado bem recente, a lógica era desmatar na beira do rio para se ter exatamente a melhor terra para a produção, principalmente da cultura de subsistência. Aí, depois, alguns vieram com a tese das chamadas minibarragens, para tentar segurar o rio na época de seca. O velho Vale do Santo Onofre, que por dezenas de vezes percorri na Bahia, e o seu encontro com o São Francisco, sempre nos mostra isso, que de nada, nada, absolutamente nada adiantam essas minibarragens. Então, é fundamental que essa recomposição tenha exatamente essa característica, que guarde de forma bem clara qual é o nosso desejo. E aí vai na linha de outra coisa fundamental do ponto de vista do debate que nós queremos fazer das mudanças. Qual é a tese do embargo de obras em casos de inflação em relação a esse conflito com a legislação ambiental? Então, nós temos que ter o que eu chamo de poder de força, o poder efetivo, de ter à disposição inclusive, de embargar quando essa legislação... Por isso nós temos que ter cuidado, Senador Mozarildo, com o que nós vamos produzir, porque é importante que produzamos aqui nesta Casa algo que você efetivamente tenha condição de aplicar. E não é aplicar com aquela semântica, ou aquela dúvida entre se é poder ou dever. É dever. Nós estamos falando de algo que é de caráter público, de autoridade, meu caro Senador Anibal, para que a gente verdadeiramente tenha o desenvolvimento que nós tanto buscamos.

Portanto, a autoridade pública tem, do ponto de vista do cumprimento da lei, de aplicar o verbo dever, e não: pode, poderá, talvez, quem sabe, mas contudo, todavia. No entanto, nós temos que aplicar uma legislação que de certa forma não engesse, não crie uma estrutura extremamente burocratizada, mas também que não crie um sistema onde as facilidades, em nome de um desenvolvimento que alguns enxergam não sei a quantos metros do nariz – porque não dá para dizer distância maior do que isso... E que aí exige a ultrapassagem dos limites da lei.

Portanto, a nós é dada a tarefa exatamente do cumprimento de algo que possa ser aplicado como um dever.

Um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Walter, eu quero dizer que o pronunciamento que V. Exª faz é sereno, abrangente, que realmente clama principalmente por um desafio que eu diria até que o Deputado Aldo Rebelo conseguiu, que foi produzir um projeto que, embora possa ter temas a serem corrigidos aqui, melhorados aqui, ele mesmo disse, foi um tema que teve mais de 400 votos numa Câmara de 513 Deputados. O viés humanista é que deve prevalecer na discussão desse tema, não é o viés ambientalista ou ruralista. Aliás, é uma dicotomia falsa essa, porque, na verdade, será que o ruralista não é ambientalista se ele vive do meio ambiente? Ou será que quem se diz ambientalista, por uma questão científica, também não entende a necessidade da produção do homem que está no campo para o bem de todos? Então, é realmente uma discussão que tem que ser levada sem passionalismo. V. Exª colocou muito bem que, lá no passado, aquela dicotomia entre PT e UDR... Então, na verdade, nós estamos num momento em que o Brasil avançou muito em termos de maturidade democrática. Acho que podemos ter aqui no Senado um debate que leve em conta todo esse aspecto, mas, principalmente, o aspecto humanista amplo daquele que produz, daquele que consome e do mundo que nos assiste. E principalmente entendo que precisamos ver que o Brasil não é uniforme, nem a Amazônia é uniforme. Por exemplo, o meu Estado tem um ecossistema completamente diferente do ecossistema do Estado do Acre, do Estado do Amazonas. Então, é preciso que tenhamos, realmente, uma legislação que não engesse, não prejudique a produção lá nos pampas gaúchos do Senador Paim ou lá nos lavrados de Roraima. Portanto, quero dizer que estou com a mente aberta para que possamos juntos, de maneira serena, encontrar uma boa legislação não só para essa geração, mas para algumas gerações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Imagine, Senador Mozarildo, na nossa velha Bahia, 26 territórios, divididos por nós desta forma, facilitando o gerenciamento e a aplicação das políticas, mas a divisão se deveu exatamente a esse aspecto que V. Exª levanta: a diversidade da caatinga, do cerrado, do litoral, da nossa chapada. Uma diversidade enorme na nossa grande Bahia. Portanto, é fundamental que esse olhar seja criterioso, incisivo, firme, mas que tenha capacidade exatamente de fazer as auscultas.

Por isso que acho importante uma coisa que levantou o Senador Blairo Maggi aqui. Lembro-me que, quando o projeto saiu da Câmara, Senador Blairo Maggi, alguns diziam assim: temos que ir à velocidade da luz, para não perder o pique. Eu usava a seguinte expressão: nem pé no freio nem no acelerador, muito menos ponto morto. Na realidade, essa análise por nós de uma forma muito mais criteriosa, sem esse embate, como muitos apontavam: acabou de vir da Câmara, vamos cortar isso, vamos botar aquilo; aqui, agora, é a casa dos notáveis, e esta Casa é que deve dar o verdadeiro tom.

Quero chamar para outro aspecto: o Senado tem que ter a proeza e a sabedoria, meu caro Aloysio Nunes, de beber na fonte daquilo que foi produzido na Câmara, mas fazer exatamente a ponderação com o que nós temos no cotidiano, o que nós temos lá de real, como é que envolve a sociedade e como nós tratamos esse fator, Senador Mozarildo, que V. Exª levantou muito bem, que é o fator vida. Esse é o elemento central! É para isso que estamos discutindo como mediar, porque produzir alimentos também é para a vida. Preservar o meio ambiente é condição **sine qua non** para a vida. Portanto, de que forma nós vamos juntar isso e produzir algo que possa continuar nos colocando como sendo a maior Nação em preservação entre os países.

Vou concluir, Senador Paulo Paim. Vou dar um aparte a Senadora Marinor. Logo em seguida, prometo a V. Exª que encerro aqui, já que ultrapassei o meu tempo.

A Sra. Marinor Brito (PSOL – PA) – Pedi, sim, Senador, para parabenizá-lo por trazer esse tema que, na verdade, é uma antecipação a um debate que começou a acontecer nos bastidores, nas comissões aqui do Senado Federal. V. Exª tem razão: tem que ser tratado com muita responsabilidade; tem que ser tratado como se trata o coração de um ser humano; tem que ser tratado como se trata uma criança que nós queremos que tenha um futuro de felicidade; tem que ser tratado como a gente trata a mãe da gente, o amor da gente, os filhos da gente. Nós estamos falando (nada mais, nada menos) da vida do povo brasileiro, da vida do povo da Amazônia, da vida do planeta. O significado que tem este debate, para este momento político mundial, não nos permite tratá-lo com passionalidade, não nos permite tratá-lo como se fosse uma torcida, no campo de futebol, movida pelas violências do cotidiano, que ataca a torcida adversária como se estivesse numa guerra, como se alguém precisasse matar para outros sobreviverem. Estou falando isso porque, Senador, o que tem acontecido historicamente

o que tem acontecido historicamente neste País, em função dessa luta pela terra, em função dessa luta pela preservação dos rios, das florestas. Essa luta, que tem já alguns nomes que são considerados heróis, neste País, tem deixado um rastro de violência, de danos ambientais, sociais, humanos de que nós não temos mais a dimensão. Não acho que o que aconteceu na Câmara Federal aconteceu por falta de debate. Acho que o que aconteceu na Câmara Federal foi um movimento de rolo compressor comandado, muito bem articulado, pelos setores das elites que representam a bandeira ruralista neste País, que tem motivado sucessivos governos a não terem a coragem de enfrentar um debate estratégico para a humanização do povo neste País, que é o debate sobre a reforma agrária, que é o debate sobre a questão da preservação das florestas, da preservação dos rios, da biodiversidade, concatenado com o desenvolvimento, com a necessidade de geração de emprego, com a necessidade de geração de renda. Faço questão, Senador, de fazer este aparte, com essa tranqüilidade, porque ou nós assumimos a responsabilidade de esgotar as possibilidades de negociação para preservar a lei ambiental neste País, ou vamos ter um retrocesso legislativo neste País, político, que nós não vamos saber mensurar se ainda teremos condição de recuperar o que vamos perder. Então, queria parabenizar V. Exª e dizer que a bancada do nosso Partido está atenta a essa discussão, Senador Paim. Nós estamos estudando, com detalhe, todas as possibilidades, ouvindo entidades... Eu acho que o movimento que se iniciou na semana passada aqui, com a presença da ex-senadora Marina, coordenado pelo companheiro Randolfe, do Amapá, e muitos outros interlocutores desse debate, na perspectiva da humanização da humanidade, faz um debate muito importante. A gente vai ter que fazer com responsabilidade e com serenidade. Então, parabéns a V. Exª. Vamos dar os passos firmes para que não haja retrocesso, para que a gente não se arrependa no futuro. Muito obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quero, Senador Paulo Paim, encerrar dizendo uma coisa, Senadora Marinor, que é muito importante e que as pessoas não atentam para isso.

A economia da floresta é uma grande economia, ela é uma senhora economia, muito mais vigorosa, do ponto de vista dos padrões econômicos, do que a economia da chaminé porque ela tem uma capacidade de renovação, ela tem uma capacidade de reciclagem e nós temos a capacidade do nascer de novo.

É por isso que estamos tratando de vida. Esse é o desafio da economia da floresta. A floresta é uma economia que a cada passo que dá adiante prepara um nascedouro no dia seguinte. Esse que é o desafio. É por isso que temos que olhar o Código Florestal como essa redenção para a gente afirmar ao mundo inteiro.

Estamos colocando o dedo em algo que não é só para dar resposta à grande mídia internacional ou para atender as demandas de consumo de quem quer que seja, mas é para preparar essa Nação para as próximas gerações e não só para esse momento atual.

Por isso, quero encerrar dizendo uma coisa muito importante, Paim, fazendo essa combinação dos dois fatores: queremos, sim, ser uma Nação. Já imaginou o que é um País como o Brasil liderar a produção de alimentos do mundo? Ajudar a matar a fome desses brasileiros que ainda têm fome, poder espalhar esses alimentos para os diversos cantos do mundo afora?

Contribuir, Paulo Paim, com o povo na África, na Ásia, na América, em qualquer ponto desse mundo sendo o celeiro de produção, não como dose de orgulho, mas como dose de contribuição, como irmandade, como compromisso de vida, mas é importante também que o Brasil se destaque mundo afora como uma Nação que pode se orgulhar de dizer "esta é a Nação que produz alimentos, mas esta é a Nação que cuida do seu ambiente, que cuida a sua natureza. Esta é ainda a Nação que tem a maior área de preservação em todo o planeta". Ofertar isso que é o mais importante. E aí é que está a proeza do Senado: comprar essas brigas, Marinor; fazer o enfrentamento; ser incisivo; ter a sensibilidade do que nós estamos tratando. Mas nós não podemos perder a firmeza de que este tema tem que ser tratado com a garantia de que não vamos vacilar na aplicação do modo do verbo. Por isso eu quero insistir que não pode ser "pode" ou "não pode". Tem que ser "deve ser", que aplica efetivamente a condição de cumprir. E o Estado tem que cumprir esse papel, o papel de autoridade pública, para que essas questões possam ser aplicadas e, verdadeiramente, possamos produzir um código de que nos orgulhamos. Assim, poderemos dizer aqui que produzimos algo que a Nação vai poder experimentar, por longos e longos anos, como um bem do povo brasileiro e não como um bem de alguns. Alguns chegam a dizer que o mais importante do meio ambiente é o meu ambiente. Precisamos ter um ambiente de todos nós, e não um ambiente para poucos neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Walter Pinheiro, por ter lembrado aquela audiência pública de Santo Amaro, de iniciativa de V. Exª, que eu também assi-

nei, sobre uma cidade contaminada pelo chumbo. O Governo agora, graças ao movimento liderado por V. Exª, pode apontar caminhos que sejam uma solução àquela gente tão querida da Bahia. E também, naturalmente, pelo debate que trouxe aqui.

Fico contente de ver que falaram já em torno de 12 a 14 Senadores, todos apontaram para uma linha de entendimento em relação ao debate da redação final do Código Florestal.

Como Líder do PSOL, passamos a palavra, neste momento, à Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Senador Paulo Paim, boa-tarde, Srªs e Srs. Senadores, eu fiquei refletindo aqui sobre a fala do Senador Walter Pinheiro e lembrando que essa discussão sobre o Código Florestal, Senador Paim, não pode estar desvinculada do processo acirrado das mortes na Amazônia.

O Senador Paim foi autor de um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, eu fiz questão de subescrevê-lo para que nós pudessemos debater, talvez já na próxima semana, essa situação da violência no campo, essa situação das mortes sucessivas que, não à toa, aconteceram simultaneamente com o debate do Código Florestal.

É preciso à presença do Estado, Senador Paim, contra os desmatadores, o principal agente do crime, neste momento, na nossa região, na Amazônia, no Pará e em Rondônia.

Nós temos que sair, como disse o Senador Walter, desse patamar de discurso, desse patamar de querer anunciar as boas novas de desenvolvimento do País enquanto os trabalhadores continuam sendo assassinados na nossa região.

Mas o que me trouxe aqui para falar hoje, pela Liderança do PSOL, Senador Paim, em nome inclusive do Partido Socialismo e Liberdade, em nome dos nossos parlamentares, dos nossos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro – da Deputada Janira, do Deputado Marcelo Freixo –, é a situação relacionada aos bombeiros daquele Estado, da crise política que fez com que uma parcela do povo carioca tomasse às ruas nos últimos dias.

Foram chocantes as imagens e os relatos dos bombeiros militares do Rio de Janeiro sobre a invasão do quartel da corporação pelas tropas do temido e violento Batalhão de Operações Especiais da PM do Rio de Janeiro e a repressão que se seguiu contra esses profissionais, fato amplamente divulgado pelos meios de comunicação de todo o País.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, devem estar-se perguntando por que uma Senadora da República, eleita pelo Estado do Pará, deve se preocupar com os acontecimentos do Rio de Janeiro envolvendo a histórica e centenária corporação do Corpo de Bombeiros.

A resposta é muito simples. Para o Partido Socialismo e Liberdade, onde houver perseguição, violência e injustiça, nossos parlamentares devem estar solidários com aqueles que lutam por direitos frente a essas desigualdades.

Hoje de manhã, eu pude conversar longamente com a nossa Deputada Janira Rocha, do PSOL do Rio de Janeiro, que orgulha muito nosso partido. Ela foi testemunha ocular da revolta dos bombeiros militares contra a humilhação dos baixos salários recebidos em toda a história da corporação, do quanto foi violenta a repressão dos policiais do BOPE contra os bombeiros, seus familiares, inclusive crianças e idosos que se encontravam junto dos manifestantes no momento da tentativa de desocupar o quartel dos bombeiros.

Aliás, a televisão mostrava a gravidade do conflito e a tentativa do Governador Sérgio Cabral em culpar os bombeiros, chamando-os de baderneiros, incitadores da revolta, da desordem, e outras sandices.

Nesse episódio, a PM não hesitou em utilizar cassetetes, bombas de gás, armas de fogo contra os manifestantes, cumprindo ordens emanadas diretamente do Governador Sérgio Cabral, segundo depoimento da Deputada Janira Rocha e de outros Parlamentares que têm acompanhado o conflito no Rio de Janeiro.

O que acontece é estarrecedor. Além dos baixos salários pagos a integrantes dessa corporação – aliás, os mais baixos salários desses servidores em todo o Brasil –, as condições precárias de todas as unidades e dos equipamentos dos bombeiros que se acham sucateados no Rio de Janeiro. Esse é um exemplo do descaso, que acaba se refletindo no grupamento responsável por salvar e guardar vidas na orla e praias, situação em que os bombeiros não têm óculos, protetor solar e equipamentos mínimos necessários para o desempenho de suas funções.

O Governador não pode alegar desconhecimento da situação que envolve a corporação, já que as lideranças vinham tentando há muito tempo estabelecer um processo de negociação que permitisse a elevação do piso salarial da categoria dos atuais míseros e vergonhosos, Senador Suplicy, R$950,00 para R$2.000,00.

Espero que o povo do Rio de Janeiro seja tratado com respeito pelo Governador. Apesar de estar tão em moda a palavra “pacificação”, não é isso efetivamente que está sendo feito, principalmente em relação à corporação dos bombeiros.

Se querem estabelecer uma negociação séria naquele Estado, o primeiro passo é a revogação ime-

diata das prisões e punições aplicadas a mais de quatrocentos bombeiros militares que participaram da mobilização.

O passo seguinte, Senador Paim, é o envio imediato à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de um projeto de lei do Executivo estadual concedendo o reajuste salarial reivindicado pela categoria.

Parece-me que, dessa forma, pode-se vislumbrar uma saída negociada para a crise que se vive hoje no Rio de Janeiro, e não da forma truculenta, raivosa e até provocativa como o Governador do Rio tem tratado a questão.

Fico na torcida aqui para que prevaleça o bom senso entre as autoridades do Rio de Janeiro e que o caminho da negociação seja imediatamente trilhado, Senador Suplicy, para a superação do impasse, com a libertação e anistia a todos os bombeiros militares envolvidos no processo de mobilização com o atendimento de suas legítimas reivindicações.

Estou falando pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª, como Líder, só tem 5 minutos. Já lhe dei 10 minutos.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois é, então...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Suplicy fala logo após V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas apenas uma palavra no sentido de solicitar a compreensão da parte do Governador Sérgio Cabral, que, em tantas ocasiões, tem mostrado bom senso. Ficou um tanto preocupado e resolveu de uma forma que me pareceu um exagero. Há hoje o apelo do Senador Lindbergh Farias e de inúmeros Parlamentares da Assembleia Legislativa no sentido de que possa haver um entendimento entre o Governo do Estado do Rio Janeiro, o Governador Sérgio Cabral, e os bombeiros, que certamente se, em algum momento, na invasão daquela sede do corpo de bombeiros, se exaltaram de alguma forma, é necessário compreender as razões que os levaram, ao lado de seus familiares, a realizar aquela manifestação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, aqui conclamo o Governador Sérgio Cabral a ter atitude de compreensão e diálogo com os bombeiros.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradecendo a contribuição do Senador Suplicy, Senador Paim, e de V. Exª também, é bom deixar claro que não houve uma chacina no Rio de Janeiro porque os nossos Parlamentares estavam lá e intermediaram a situação. A tropa entrou com disposição de matar, de render a qualquer custo os que estavam lá. Eles pararam, cantaram o hino e tomaram a decisão de se render. Depois ficaram sem comida e sem banheiro e só a partir da mobilização da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro é que eles foram deslocados para o quartel.

Por enquanto, está mantida a emergência, e toda a população do Rio de Janeiro e familiares estão usando tarja vermelha. Um dos serviços que o povo brasileiro respeita, apesar das dificuldades, da falta de estrutura, dos péssimos salários que esses servidores recebem em quase todo o Brasil, com algumas honrosas exceções, porque aqui em Brasília ele é de cerca de R$$5 mil, com honrosas exceções, eles ainda são servidores respeitados no País. Por isso a revolta da população do Rio de Janeiro e a solidariedade dessa população.

Quero terminar dizendo que o PSOL está atento, está acompanhando passo a passo. Eles têm a nossa solidariedade. Por tanta injustiça, por tanto autoritarismo e pelo abuso de poder cometido pelo Governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, o meu protesto, Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito, aqui fica o apelo da Mesa do Senado para o entendimento, para o diálogo. Conhecemos bem o ex-Senador e Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e vamos todos aqui nos somar a essa vontade do acordo, do entendimento com os bombeiros. Sabemos que a situação da Brigada Militar também é complicadíssima nos Estados, com exceção de Brasília. Por isso, aqui o debate eterno, sem solução, da PEC nº 300.

Então, o apelo é para o diálogo, para o entendimento, para que volte a normalidade o nosso querido Estado do Rio de Janeiro.

Passamos a palavra, por permuta, ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, falará o Senador Anibal Diniz.

O Senador Eduardo Suplicy está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim – muito obrigado, Senador Anibal Diniz, por ter permutado comigo para que eu falasse agora –, eu gostaria, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, de expressar um fato de grande relevância para o Estado de São Paulo, especialmente para toda a região de Ribeirão Preto.

Ribeirão Preto hoje tem cerca de 630, 640 mil habitantes, mas abrange uma região com cerca de três milhões de habitantes que vem tendo um notável progresso.

Mas, por ter ido a São José do Rio Preto e a Ribeirão Preto para participar de reuniões da macrorregião do Partido dos Trabalhadores, eu tive a oportunidade de presenciar, participar da 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto. Essa feira nacional do livro teve a sua primeira versão no ano 2000, por iniciativa então do Prefeito Antonio Palloci, e prosseguiu, cada vez com maior sucesso até hoje, com a Prefeita do Partido Democratas Dárcy da Silva Vera.

Mas o que eu pude perceber, naquilo que eu pude assistir no sábado à noite e na manhã de domingo, foi o entusiasmo daquelas milhares de pessoas. Isso significa mais de cinquenta mil pessoas por dia, mas no último dia havia um número fantástico de pessoas, tanto na sexta-feira à noite quanto no sábado e no domingo durante o dia. Estima-se que mais de 530 mil pessoas participaram dessa feira, que teve como homenageados: o país, a Grécia; o Estado, Santa Catarina; o autor homenageado, José Saramago; o autor da terra, Saulo Gomes; a autora infanto-juvenil, Luciana Savaget.

A 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto teve como patrono Maurílio Biagi Filho, que é um empresário da área do açúcar e do álcool da região de Ribeiro Preto. Teve como dirigentes da Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, como responsáveis, a Presidente, Isabel de Farias, e os Vice-Presidentes, Edgard Castro e Heliana Silva Palocci. No Núcleo de Programação, Adriana Cruz, Gisele Zordão e Laura Abbad. Fabiana Neves Lima e Roberto Del Lama Júnior no Núcleo Administrativo e Financeiro. No Núcleo de Planejamento e Projetos, Viviane Mendonça. No Núcleo de Assessoria de Imprensa, Erika Daguano e Fernanda Marx. Estão todos de parabéns por tudo aquilo que puderam homenagear.

Houve ali a presença de pessoas como Paulo Betti e Juliana Betti, que interpretaram os textos de José Saramago. Participaram de **shows** Cyrille Aimé, Diego Figueiredo e Ney Matogrosso. Também Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina, participou, Arlete Trentini dos Santos e Júlio César Bridon dos Santos. A Mesa de Debates teve Elisa Machado e Roniberto Amaral. Lya Luft, notável escritora do Rio Grande do Sul, participou, com enorme audiência. Lino Villaventura e Frei Betto fizeram conferências. Cristina Pereira fez a leitura dramática de **A Fome – Crise ou Escândalo?**, de Melhem Adas. Houve Palavra Cantada por Mariana Mestrinér na Arena Cultural Luciana Savaget.

Houve lá a presença de um número tão significativo de pessoas, entre as quais Contardo Calligaris, Domingos Meirelles, Caco Barcellos, Maurício Kubrusly, Humberto Werneck.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que pudesse ser registrado, na íntegra, o nome de todos os participantes – são muitos, mais que cem – mas, dentre outros, o Deputado Chico Alencar, que participou do debate com Daniel Munduruku, Heloísa Prieto e Cristina Silveira. Houve o Paulinho Moska e **shows** formidáveis, além de entrevistas, debates, o canto de Lobão, assim como também a presença, no sábado à noite, de mais de 33 mil pessoas que assistiram ao **show** de Maria Gadú, que voltou à feira depois de vencer a enquete "Qual **show** da 10ª edição merece um bis?". Ela foi a cantora que mais trouxe pessoas para assistirem.

Eu gostaria de aqui transmitir a minha impressão sobre o número tão grande de crianças presentes. O Governo estadual e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto tiveram uma iniciativa muito interessante de prover um carnê equivalente a R$18,00 (seis vezes R$3,00), para que as crianças pudessem, em qualquer lugar da feira, adquirir livros, livros que custavam desde R$5,00. Com esses carnês, as crianças foram motivadas a participar e o fizeram em enorme número. Eu, às vezes, tive até dificuldade de andar naquelas barracas na Praça XV de Novembro e diante do Teatro Dom Pedro II, que é dos mais bonitos do Brasil.

Eu gostaria de assinalar o ânimo das pessoas ao verem diversos conjuntos que, de forma muito humorística, se apresentaram ali na praça, ao ar livre. Eu, por exemplo, assisti ao **show** de quatro palhaços e palhaças que estavam compondo uma peça denominada "*Jogue o lixo no lixo*". Então, até do ponto de vista do Dia do Meio Ambiente, foi uma comemoração muito bonita.

Portanto, gostaria, inclusive, de dizer que é impressionante o progresso de Ribeirão Preto, que, com suas novas avenidas, mostra um número crescente de hotéis – todos inteiramente lotados por causa de atividades culturais, tais como essa que merece os nossos cumprimentos.

Assim, Sr. Presidente, quero muito cumprimentar todo o povo de Ribeirão Preto e os organizadores dessa 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado, Senador Anibal, por sua gentileza.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

APRESENTAÇÃO

Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto chega a sua 11ª edição

A 11ª edição da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto terá início em 26 de maio e término em 5 de junho de 2011 e contará com uma programação cultural com mais de 600 atrações e eventos em todas as áreas artísticas e para todas as idades

A 11ª edição da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto terá início em 26 de maio e término em 5 de junho de 2011 e contará com uma programação cultural com mais de 600 atrações e eventos em todas as áreas artísticas e para todas as idades.

Os homenageados desta edição foram escolhidos por votação através do site do evento e nortearam a escolha dos convidados e os principais debates que serão promovidos este ano. O país é a Grécia, o Estado de Santa Catarina, o escritor José Saramago, a autora infanto-junvenil Luciana Savaget, o autor da terra homenageado Saulo Gomes e o patrono Maurílio Biagi Filho.

Serão mais de 25 shows, Salões de Ideias com grandes nomes da literatura nacional e também convidados estrangeiros, sessões de autógrafos, exposições de artes visuais, dança, apresentações musicais, saraus literários, contadores de estórias, cinema, concertos, corais, oficinas de literatura, cursos, workshops, palestras, leitura dramática, além do acesso à livros de editoras de todo país a preços especiais. Um evento rico em momentos de entretenimento e aprendizado.

Agende-se e não perca esta grande festa da literatura!

PAÍS HOMENAGEADO

GRÉCIA

Berço do pensamento e cultura ocidental, o país teve grande importância no desenvolvimento das bases da democracia, assim como ajudou a construir os alicerces do pensamento e da cultura contemporânea.

Conhecida como República Helênica, está localizada entre a República da Macedônia, a Bulgária, a Albânia, a Turquia, entre os mares Egeu, Mediterrâneo e Jônico. A localização estratégica, as belezas naturais e a gastronomia fazem da Grécia um dos roteiros turísticos mais concorridos do mundo. Além da cor e da transparência de seus mares, as ilhas, a culinária e a arquitetura estão entre os principais patrimônios culturais e turísticos da Grécia.

Entre os monumentos, os mais conhecidos e visitados são o Partenon, na Acrópole de Atenas, o Templo de Afrodite, em Corinto, e o Templo de Artemisa, em Éfeso, uma das Sete Maravilhas do Mundo.

O pensamento de filósofos gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles influenciaram a concepção do pensamento ocidental. Entre os épicos históricos, destaque para Homero, com a Ilíada e a Odisseia, e para a poesia de Hesíodo. As tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, a comédia de Aristófanes e a lírica coral de Píndaro também marcaram o desenvolvimento intelectual da humanidade.

Dentre os autores modernos de expressão, estão o novelista Nikos Kazantzakis e os poetas vencedores dos prêmios Nobel de Literatura Giórgos Seféris e Odysseus Elytis.

Com mais de quatro mil anos de tradição oral e três mil anos na escrita, a língua grega é considerada uma das mais antigas da Europa e sua manifestação extrapola os limites da linguagem escrita. Na música, os gregos ganham fama internacional com as melodias de Manos Hadjidakis e Mikis Theodorakis. Entre os pintores, destacam-se Iannis Moralis, Nicos Kontopulos, Alexos Kontopulos e Iannis Spyrapulos. Na escultura, Vassilakis Takis e Alex Mylona são alguns dos nomes mais aclamados. No cinema um dos grandes realizadores é Theodoros Angelopoulos.

ESTADO HOMENAGEADO

SANTA CATARINA

Dono de belezas naturais e vasta produção cultural, o Estado tem grandes potenciais que fazem dele um lugar com ótimas oportunidades de trabalho e de negócios, desenvolvimento e excelente qualidade de vida. É o sexto estado mais rico do Brasil e o primeiro da região sul. O sucesso de Santa Catarina pode ser explicado por sua característica empreendedora, somada à descentralização econômica, com forte influência da herança cultural dos imigrantes europeus. Seu modelo de desenvolvimento baseia-se em pólos regionais equilibrados e se caracteriza pela diversificação das atividades, pela força das empresas familiares de pequeno e de médio porte, pela vocação exportadora, pela força agrícola, por seu potencial para o turismo e pela ênfase na inovação.

A valorização das vocações regionais levou o Estado a um desenvolvimento equilibrado, com ausência de metrópoles — não há cidade catarinense com população acima de 500 mil habitantes —, mas com várias cidades de peso econômico semelhante. É um modelo que evita o inchaço populacional, mantendo os 5,9 milhões de habitantes bem distribuídos, e por consequência, a riqueza nivelada. No agronegócio, a principal característica é o trabalho familiar em pequenas propriedades, que responde por 20% do PIB do Estado. Com todas as características e oportunidades que oferece, Santa Catarina se torna um lugar símbolo de qualidade de vida e se destaca por ter os melhores índices sociais do Brasil.

Na literatura umm escritor memorável é João da Cruz e Sousa (1861-1898), natural de Florianópolis. Poeta e precursor do Simbolismo no Brasil sofreu preconceitos por ser negro. Foi companheiro de outro nome notório, Virgílio Várzea (1863 – 1941), escritor, jornalista e político, também nascido na capital catarinense. Entre os nomes da literatura catarinense que se destacam atualmente estão Eloí Elisabeth Bocheco, Ana Maria Kovács, Yedda de Castro Bräscher Goulart, Urda Alice Klueger ,Flávio José Cardozo, Maria de Lourdes Krieger, Alcides Buss, Ricardo Hoffman, Eglê Malheiros, Roberto Gomes, Lausimar Laus e Werner Zotz.

O estado investe também em suas outras riquezas: patrimônios históricos, cultura e artes. Assim, atrai gente de todos os lugares, com eventos importantes, como Oktoberfest, de Blumenau — a segunda maior festa da cerveja do mundo —, e o Festival de Dança, de Joinvilte, considerado o maior evento mundial do gênero em número de participantes. A diversidade cultural e natural de Santa Catarina atrai um turismo que mobiliza aproximadamente 8 milhões de pessoas por ano, quase o dobro da população do Estado.

AUTOR HOMENAGEADO
JOSÉ SARAMAGO

Reconhecido em toda a Europa e América com inúmeros prêmios e distinções, com destaque para o Prêmio Nobel de Literatura e o Prêmio Luís de Camões, Saramago é autor homenageado desta edição da Feira do Livro.

De origem humilde Saramago quando jovem formou-se em serralheiro mecânico, função que exerceu em seu primeiro emprego, que posteriormente abandonou para ocupar outras funções: a de funcionário da saúde e da previdência social, a de tradutor, de editor e de jornalista.

Sua primeira publicação: "Terra do Pecado" (1947), foi seguida por um silêncio literário que durou 19 anos, 12 dos quais dedicados à editora Estúdios Cor, onde atuou como diretor literário e de produção. Outras ocupações, como a de crítico literário na revista "Seara Nova", diretor adjunto do jornal "Diário de Notícias" e crítico de assuntos políticos e de coordenador do suplemento cultural do jornal "Diário de Lisboa" parecem ter servido de estímulo à brilhante carreira literária que construiria logo após.

A partir de 1976, Saramago passou a viver de literatura, primeiro como tradutor e depois como autor. Entre as obras mais conhecidas estão "Memorial do convento", "O ano da morte de Ricardo Reis", "O evangelho segundo Jesus Cristo", "A jangada de pedra", "A viagem do elefante" e "Ensaio sobre a cegueira". Considerado pela crítica o criador de um dos universos literários mais pessoais e sólidos do século XX, Saramago sempre foi um crítico da sociedade, denunciando injustiças e se pronunciando sobre conflitos políticos de sua época. Saramago faleceu no dia 18 de junho de 2010, aos 87 anos, em sua casa em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, o escritor convivia com a leucemia há vários anos.

AUTOR DA TERRA
SAULO GOMES

Depois de anos se dedicando ao jornalismo investigativo, Saulo Gomes transforma suas grandes reportagens em livros de sucesso.

Com mais de 50 anos de carreira, o jornalista possui um vasto currículo onde constam várias reportagens especiais para grandes veículos de comunicação.

Entre seus livros estão "Quem matou Che Guevara" e "O Último Vôo". Apesar das publicações, Saulo não se define como um autor propriamente dito, mas sim como um repórter, que continua relatando os fatos e as descobertas para o público, só que, agora, através da literatura.

Nascido no Rio de Janeiro, Gomes começou a trabalhar bem cedo em parques de diversão e em circos. Com as constantes apresentações foi adquirindo desenvoltura e aprendeu a explorar a espontaneidade, a ter destreza com as palavras e a despertar o carisma junto ao público. Estar diante da platéia não era um problema, pelo contrário, era um prazer.

E foi justamente essa experiência na prática diária que o ajudou quando decidiu participar de um concurso na Rádio Continental. Entre os diversos campos de atuação, o jornalismo investigativo foi o que mais chamou sua atenção e os plantões em delegacias e em manicômios, as perseguições e os tiroteios passaram a fazer parte da rotina.

A carreira de Saulo Gomes também ficou marcada por uma entrevista histórica com Chico Xavier, que não falava com a imprensa há anos, por conta de um desentendimento com a revista Cruzeiro. Foram meses de negociações até que o repórter conquistou a confiança e a amizade do médium, que despontava como um dos grandes nomes do movimento espírita no Brasil. Em julho de 1971, o repórter levou Chico Xavier ao programa de entrevistas Pinga-Fogo, da TV Tupi, onde o médium respondeu diversas perguntas de jornalistas e do público.

Além das tarefas jornalísticas, Saulo encontra tempo para ministrar palestras em universidades, onde tenta passar as impressões aos futuros profissionais da área. "Nunca falsear com a verdade e não perder a capacidade de aprender. Essas são as principais dicas para quem quer trabalhar nesse meio", conclui.

AUTORA INFANTO-JUVENIL
LUCIANA SAVAGET

Premiada autora infanto-juvenil, a jornalista Luciana Savaget busca resgatar no imaginário dos leitores o gosto pela fantasia. Natural do Rio de Janeiro, Luciana Savaget é jornalista e autora de inúmeros livros infantis, juvenis e adultos, além de trabalhar na Globo News. Por sua atuação profissional, conquistou diversos prêmios, entre eles, o de Personalidade do Ano Internacional da Criança. O reconhecimento aconteceu, em 1993, quando a jornalista recebeu diploma de honra ao mérito no Festival Internacional de Filme e TV de Nova Iorque, com a reportagem 'Trabalho Infantil', transmitida pelo programa Globo Repórter.

Luciana conquistou, ainda, o Prêmio do Parlamento Latino-americano, em 1997, pelo programa 'Peru, uma Viagem Mística', também veiculado no Globo Repórter. Em 2002, ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. A jornalista também ganhou o Prêmio Altamente Recomendável de 2004, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), com o livro "O Amor de Virgulino, Lampião", que conta a saga do maior cangaceiro de todos os tempos do

sertão nordestino brasileiro, e o Altamente Recomendável 2005, por "Maria, a Bonita", um retrato sensível e poético da mulher de Lampião.

Autora de livros infanto- juvenis, dentre suas obras estão "Flor sem Nome", "Gertrudes Trudes Tutudes", "Traça-letra e Traça Tudo" e "Não gosto, não quero".

Outro projeto da jornalista e escritora é a Sociedade Internacional de Resgate à Fantasia (SIRF), que trabalha com o imaginário infantil, resgatando histórias.

Luciana é ainda autora de "Operação Resgate em Bagdá – A Batalha do Invisível", que foi distribuído para as crianças dos campos de refugiados na Palestina e lhe deu o reconhecimento de ser a única escritora infantil com livro traduzido em árabe.

PATRONO

MAURÍLIO BIAGI FILHO

O primeiro contato de Maurílio Biagi Filho com as letras deu-se na fazenda Santa Elisa, em Sertãozinho, onde nasceu e passou a infância. Foi alfabetizado na escola rural até mudar-se para Ribeirão Preto onde cursou o ginásio no Marista e o científico no Moura Lacerda, passou a entender a importância dos livros. Já trabalhando antes de concluir o secundário, suas leituras eram prioritariamente técnicas, sob influência do pai, leitor voraz de literatura agrícola. Anos depois, já como diretor da Usina Santa Elisa, voltou a estudar e diplomou-se em Administração de Empresas, formação seguida de uma série de cursos de aperfeiçoamento.

Sua trajetória empresarial está intimamente relacionada à própria história da agroindústria canavieira. Com meio século de atuação nessa área, Maurilio é uma referência mundial no assunto. Entre suas mais antigas experiências empresariais destaca-se a criação da Sucorrico e da Citrorrico no final dos anos 1960. No início da década seguinte, ajudou o pai e o empresário Luiz Lunardi a implantar a Agropecuária Lagoa da Serra, empresa de inseminação artificial. Já na década de 1980 ajudou a consolidar a Cervejaria Kaiser no Brasil.

Participou também da expansão da Zanini S/A Equipamentos Pesados, o que foi decisivo para o fortalecimento de Sertãozinho como o principal pólo metal-mecânico do país. Atualmente é presidente da MAUBISA, holding que congrega todos os seus negócios, Maurilio continua envolvido em movimentos de renovação de recursos humanos, como sempre fez nas empresas que dirigiu. Na Santa Elisa, por exemplo, deu apoio aos jovens na conquista do primeiro emprego; promoveu programas de saúde financeira e pessoal, apostando em esportes como o hóquei sobre patins e em atletas como Maria Zeferina Baldaia, vencedora da Corrida de São Silvestre; merece destaque ainda o projeto de alfabetização que, iniciado em 1996, permitiu à usina entrar no século 21 sem um único analfabeto no seu quadro de funcionários, formado por 75% da mão-de-obra rural.

Como resultado de todas essas ações a Santa Elisa passou a integrar o primeiro grupo de empresas diplomadas pela Fundação Abrinq como Empresa Amiga da Criança e, em 1997, recebeu o Prêmio CNI de Ecologia. Em 2000 foi eleita, pela revista Exame, uma das 100 melhores empresas do Brasil para se trabalhar. Em 2001, a companhia tornou-se a primeira usina do mundo e a segunda empresa brasileira a conquistar a certificação SA 8000 de responsabilidade social.

Patrono da 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, encara o trabalho cultural como mais uma oportunidade de promover e ajudar as pessoas a melhorar a sociedade.

Incentivar a leitura

Criada em fevereiro de 2004, a Fundação Feira do Livro é uma entidade sem fins lucrativos, constituída utilidade pública municipal e estadual. A Fundação tem por principal finalidade a promoção da cultura, da educação, da difusão do livro e da leitura e, prioritariamente, a formação de leitores.

Esse objetivo se realiza através de projetos, ações, campanhas e estudos relativos à leitura e à formação desses novos leitores. A Fundação também estimula e monitora a atuação legislativa referente às políticas públicas de Cultura. Uma das prioridades é colaborar com entidades públicas e privadas em tudo que possa ser de interesse público relacionado ao livro, à leitura e à promoção do patrimônio histórico. A Fundação busca estimular intercâmbios, seminários, fóruns, cursos e celebrar convênios e contratos com entidades públicas nacionais e internacionais no âmbito das finalidades estatutárias.

Ribeirão Preto, a 313 km de São Paulo, com uma população de mais de 600 mil habitantes, possui o honroso título de "Capital da Cultura" e é considerada pólo de atração do Nordeste Paulista, uma região que congrega mais de 120 municípios em um raio de 150 quilômetros e uma população de mais de três milhões de habitantes. Toda esta população procura a cidade pelo seu comércio, pela qualidade de suas universidades, pela diversificação de seus serviços e pela intensa vida cultural que Ribeirão Preto oferece.

A Fundação promove, anualmente, junto com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, a Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, uma das quatro mais importantes do Brasil e uma das maiores a céu aberto do mundo. Realizada nas praças centrais da cidade e espaços culturais em seu entorno, em mais de 16 mil m2 (sendo 3 mil m2 de área coberta). O local é chamado "Quarteirão Paulista", que compreende o Centro Cultural de Ribeirão Preto construído entre as décadas de 20 e 30 do século passado e tombados pelos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Histórico, tanto municipal como estadual. O local tem alta circulação de público, com uma movimentação média de 50 mil pessoas por dia.

O evento de reconhecimento nacional e internacional já faz parte do calendário da cidade e da região, promovendo anualmente mais de 600 atividades.

A Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto é muito mais que uma grandiosa oportunidade de venda de livros no interior de São Paulo. O evento assumiu a condição de grande evento cultural, turístico e econômico da região, seu crescimento impulsiona a economia da cidade e da região com a movimentação do comércio, dos prestadores de serviços, hotéis, bares, restaurantes e shoppings centers. É um evento que projeta a cidade nacionalmente com atrações culturais para todas as idades oferecidas gratuitamente.

PROGRAMAÇÃO

26 de maio
QUINTA-FEIRA

19h | Abertura Oficial
Local: Theatro Pedro II
Abertura oficial do evento com a presença de autoridades, patrocinadores, parceiros, intelectuais e sociedade civil.
Hino Nacional: Tamisa Neves Lavarin com quarteto de cordas da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto.
Leitura de texto de José Saramago: Paulo Betti e Juliana Betti.

20h | Show
Cyrille Aimé e Diego Figueiredo
Local: Theatro Pedro II
Uma das grandes revelações do jazz nos Estados Unidos e um dos mais talentosos violonistas do país tocam juntos. Ambos foram destaque no Festival de Jazz de Montreux 2007, Cyrille como melhor cantora e Diego como um dos melhores guitarristas. Os músicos apresentam "Just the two for us", trabalho que foi gravado nos Estados Unidos com repertório que reúne além de composições próprias, nomes brasileiros como Baden Powell e Vinicius de Moraes.

21h | Show
Ney Matogrosso
Local: Palco Esplanada
Prestes a completar 70 anos, Ney Matogrosso esbanja juventude e sensualidade e se reinventa a cada show. "Beijo Bandido", seu último trabalho, foi gravado ao vivo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e é marcado por interpretações que valorizam sua capacidade camaleônica de releituras da música brasileira. No repertório estão canções já gravadas pelo artista como "Tango para Teresa" e releituras de músicas interpretadas por Herbert Vianna, Paula Toller, Chico Buarque e Edu Lobo.

PROGRAMAÇÃO

27 de maio

SEXTA-FEIRA

9h | Café Filosófico

Patronos da Feira Nacional do Livro de Rib. Preto
Local: Auditório Meira Júnior

Desde sua segunda edição a Feira Nacional do Livro tem seus patronos, personagens envolvidos no universo da leitura. O Salão de Ideias reunirá: Luiz Puntel (2002), Menalton Braff (2003), Isaías Pessotti (2004), Lucília Junqueira de Almeida Prado (2005), Melhem Adas (2006), Edward Lopes (2007), Saulo Ramos (2008), Galeno Amorim (2009), Marylene Baracchini (2010) e o patrono da 11ª Feira, Maurílio Biagi Filho.

9h30 | Autores Locais

Camilo Xavier, Elaine Assolini
Edimo Garcia
Local: Auditório Palace
Mediação de Carlos Roberto Feriani

Camilo Xavier é professor titular aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP). Com seis livros publicados, o escritor e poeta é um dos coordenadores do projeto Ribeirão Cultural – Poesia na Vida e para a Vida. Docente do curso de Pedagogia da USP Ribeirão Preto, Elaine Assolini coordena o projeto Ribeirão Cultural e é autora do livro "Iniciação Poética". Edimo Garcia de Lima também é professor titular da FMRP-USP e possui oito livros publicados.

10h30 | Salão de Ideias

Raimundo Colombo
Local: Auditório Meira Júnior

O governador de Santa Catarina, Estado homenageado nesta Feira, participa deste salão para dividir sua experiência como escritor da obra "Povo Terra Rosto, Nome e Endereço", em que faz uma declaração de amor ao seu Estado a partir de lembranças.

13h30 | Salão de Ideias

Arlete Trentini dos Santos e Júlio César Bridon dos Santos
Local: Auditório Palace

Um bate-papo com dois autores do Estado homenageado desta edição da Feira: Santa Catarina. Arlete dos Santos é autora do livro infantil "Histórias da Vovó Arlete". Participou de várias antologias, entre elas "Histórias para você dormir", recebendo então o prêmio da " Académie Parisienne de La Literature Pou Enfantes. Qualite- Suprême" . Julio Cesar Bridon dos Santos possui sete livros publicados, dentre elas estão "Caminhos da Paz", "Casa do Anjo" e "Poetizando", além de ter participado de antologias e colaborar com sites literários.

14h | Salão de Ideias

Lya Luft
Local: Theatro Pedro II

Com uma trajetória literária de 30 anos e 20 livros publicados, Lya Luft, é reconhecida por suas reflexões sobre o cotidiano, evidenciadas em sua coluna semanal na revista "Veja". Seu novo livro "Múltipla Escolha" discute questões como a velhice e a juventude, os novos dilemas e tabus da sexualidade, a comunicação virtual, as fronteiras entre o privado e o público, drogas, violência, bondade e perversidade, sempre com sua linguagem clara e envolvente.

15h30 | Mesa de Debates

Elisa Machado e Roniberto Amaral
Local: Auditório Palace

Um debate sobre Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Públicas, com abertura da secretaria da Cultura de Ribeirão Preto, Adriana Silva e do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim. Elisa Machado é professora do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos e coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Roniberto Amaral é professor com atuação em Ciência da Informação e Gestão de unidades de informação.

16h | Conferência

Lino Villaventura
Local: Theatro Pedro II

Um dos representantes mais significativos da moda brasileira o estilista Villaventura reúne múltiplas referências em suas obras sempre com um toque de brasilidade. Tanto na passarela como fora dela, as criações de Lino são impactantes e possuem identidade, com um marcante caráter "hand made". Uma característica de suas peças é a utilização de materiais que fogem do óbvio para criar novas texturas, nervuras e inconfundíveis patchworks.

16h | Nossa Aldeia

Cristina Pereira fará uma leitura dramática do texto "A Fome-Crise ou Escândalo?" de Melhem Adas
Local: Auditório Meira Júnior

Cristina Pereira, que atuou em programas e novelas que marcaram a história da televisão como "Tv Pirata" e "Vamp", tem um vasto trabalho como atriz e diretora teatral. A atriz é sócia fundadora e membro da diretoria da Casa da Gávea no Rio de Janeiro e foi coordenadora de Teatro da Funarte (Fundação Nacional de Artes).

18h30 Conferência

Frei Betto
Local: Theatro Pedro II

Autor de 51 livros, editados no Brasil e no exterior, Frei Betto estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. Frade dominicano e escritor, ganhou em 1982 o Jabuti por seu livro de memórias "Batismo de Sangue" (Rocco). Em 2005, o júri da Câmara Brasileira do Livro premiou-o mais uma vez com o Jabuti pela obra "Típicos Tipos – perfis literários" (A Girafa). Participou da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CMP (Central de Movimentos Populares). Prestou assessoria à Pastoral Operária do ABC ao Instituto Cidadania - São Paulo e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi também consultor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2003 e 2004 atuou como Assessor Especial do Presidente da República e coordenador de Mobilização Social do Programa Fome Zero. Desde 2007 é membro do Conselho Consultivo da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. É sócio fundador do Programa Educação para Todos.

18h30
Palavra Cantada
Mariana Mestriner
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. A cantora vem de uma família musical que a influenciou desde pequena. Gravou um CD produzido pelo cantor e compositor Chico César, apresentando-se em shows dele pelo Estado de São Paulo. Acompanhada do violonista Rodrigo Oficiati, apresenta um show em homenagem à cantora Rita Lee. Comentários: Henrique Bartsch.

20h | Show
Bia Mestriner
Local: Palco Esplanada
A ribeirãopretana Bia Mestriner, com 23 anos de carreira, gravou com Menescal o "Bia Bossa Nova" e foi indicada ao Prêmio Sharp 1995 como cantora-revelação de MPB, também gravou "Num Tom Delicado" com Filó Machado.
Neste show Bia faz um tributo e canta as mais belas canções gravadas por sua grande inspiradora Elis Regina.

21h | Show
Ivan Lins
Local: Palco Esplanada
Com 40 anos de carreira, Ivan Lins tem uma história repleta de grandes sucessos e parcerias memoráveis. Seu primeiro sucesso como compositor foi "Madalena" gravada por Elis Regina. Neste show o músico traz o álbum "Perfil", lançado no segundo semestre de 2010, que inclui grandes sucessos de sua carreira como "Começar de Novo", "Dinorah,Dinorah", "Vitoriosa", "Desesperar Jamais" e "Lembra de Mim".

PROGRAMAÇÃO

28 de maio

SÁBADO

9h | Coral
Cantarolando - Colégio Metodista
Local: Marquise do Theatro Pedro II
Formado por alunos do Colégio Metodista de Ribeirão Preto, o coral além do canto conta com instrumentos musicais como flauta e percussão. Regência de Luciane Coelho.

10h
Apresentação Musical
Banda Freunde Musikanten (SC)
Local: Esplanada do Theatro Pedro II
Apresentação musical com a Banda Freunde Musikanten. A banda apresentará música tradicional alemã, a música pop alemã e outros estilos.

10h e 14h
Teatro Infantil
Os Doze Trabalhos de Hércules - Recontando a História
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
De volta à Grécia Antiga, a emocionante história de uma das maiores lendas gregas, o semideus Hércules. O herói mortal enfrenta doze grandes desafios. Produção de Fabiana Martins, Rafael Ravi, Marisa Martins e Fernanda Lemos.

10h30 | Salão de Ideias
Humberto Werneck
Local: Auditório Meira Júnior
Jornalista e escritor, Werneck trabalhou em diversos jornais e revistas como "Jornal da Tarde", "Veja", "IstoÉ", "Jornal do Brasil", "Elle" e "Playboy". Atualmente é cronista do "O Estado de São Paulo" e um dos responsáveis pela Oficina de Escrita Criativa. Dentre suas obras está o songbook "Chico Buarque- tantas palavras", uma reedição do livro lançado em 1989 que é considerado o principal trabalho sobre a vida e obra do músico e romancista.

13h30 | Autores Locais
Adhemir Martins, Davi Azoubel Neto e Caio Garrido
Local: Auditório Palace
Mediação de José Carlos Barbosa
Adhemir Martins é professor nas áreas de História, Filosofia e Valores Humanos. Trabalhou como professor em regiões carentes do Mato Grosso e Minas Gerais. É autor do romance "Um exílio e um reino" (Ed. Vitória), publicado em 2010 e prepara seu novo romance. Davi Azoubel Neto é médico psiquiatra e psicanalista. Professor titular aposentado da Cadeira de Psicologia e Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP Ribeirão Preto. Tem vários livros publicados. Caio Garrido é psicanalista vinculado ao Núcleo Távola de Ribeirão Preto, poeta acaba de publicar "Poemas auto-escritos em estado de sonambulovisão".

14h | Salão de Ideias
Beatriz Bracher e Noemi Jaffe
Local: Auditório Meira Júnior
Beatriz Bracher foi uma das editoras da revista de literatura e filosofia 34 Letras e uma das fundadoras da Editora 34. Dentre suas obras estão os romances "Azul e dura", "Não falei", "Antonio" e "Meu amor". A autora ainda escreveu o argumento dos filmes de Sérgio Bianchi. "Cronicamente inviável" e "Os inquilinos". Noemi Jaffe é escritora, doutora em literatura brasileira pela USP e crítica literária. Escreveu "Todas as coisas pequenas" (Iluminuras), "Do princípio às criaturas" (USP/CAPES) e "Folha Explica Macunaíma" (Publifolha).

14h | Apresentação Musical
Ópera do Malandro - Cia Minuz
Local: Theatro Pedro II
Estreada no Rio de Janeiro em 1978, a Ópera do Malandro é uma peça musical escrita por Chico Buarque, baseada na Ópera dos Mendigos de John Gay e na Ópera dos Três Vinténs de Brecht e Kurt Weil. As críticas ao Brasil de todos os tempos, são temperadas por canções de Chico Buarque e por paródias de trechos de óperas como Tannhäuser (Wagner) e Rigoletto (Verdi). Classificação: 12 anos

15h30 | Salão de Ideias
Renata Pallottini
Local: Auditório Palace
Advogada, filósofa, professora de Dramaturgia e escritora de poesia, drama, teoria e livros infantis. Dentre suas obras estão "Chocolate Amargo", "Teatro Completo" e a narrativa lançada pela Global Editora "Chez Mme. Maigret".

16h | Nossa Aldeia
Nicette Bruno interpretará o texto "Cantos, Conto e Crônicas" de Vera Gaetani
Local: Auditório Meira Júnior
Atriz desde os 4 anos, Nicette integrou as principais companhias de teatro do país e trabalhou desde o início da televisão brasileira, atuando em novelas, séries e programas das TVs Tupi, TV Rio, TV Continental e TV Globo. Seu último trabalho na TV Globo foi o papel de Júlia Spina na novela "Ti-Ti-Ti".

18h30
Conferência
Luciana Savaget
Local: Theatro Pedro II
Autora homenageada desta edição da Feira do Livro, Luciana é a única escritora infantil com livro traduzido em árabe, a obra "Operação Resgate em Bagdá" que foi distribuído para as crianças dos campos de refugiados na Palestina. Savaget tem sua história marcada pela preocupação com as crianças vítimas de guerras ao utilizar a palavra como forma de resgatar a fantasia e os sonhos da infância. Além de escritora infanto-juvenil, a homenageada é repórter do canal Globo News, tendo sido premiada inúmeras vezes por suas reportagens, dentre eles com o prêmio Vladimir Herzog em 2002.

18h30
Palavra Cantada
Roberto Donelles
Local: Arena Cultural
Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade.
Músico e compositor, Dornelles tem dois CDs gravados: "Coisa Boa" e " Bons Sons" , com canções próprias e parcerias com Nelson Barbosa e Evandro Navarro. O músico já abriu shows de Elba Ramalho e Trio Virgulino. Neste Palavra Cantada interpreta canções de Djavan. Comentários: Ademir Aquino.

16h | Mesa de Debates
Domingos Meirelles, Caco Barcellos e Mauricio Kubrusly
Local: Theatro Pedro II
O jornalista Domingos Meirelles trabalhou nas principais revistas e jornais do país. Reconhecido por suas reportagens na TV Globo, Meirelles publicou vários livros, sendo que recebeu o prêmio Jabuti de Melhor Reportagem em 1996 pelo trabalho "Uma História da Coluna Prestes", e em 2006 por "Os Órfãos da Revolução". Caco Barcellos nasceu em Porto Alegre, onde iniciou sua carreira jornalística na "Folha da Manhã". Durante a ditadura militar, trabalhou em veículos de imprensa alternativa e foi um dos criadores da revista "Versus". Autor dos livros vencedores do prêmio Jabuti, "Rota 66: A História da Polícia que Mata" e "O Abusado: o Dono do morro Santa Marta", atualmente apresenta o Programa Profissão Repórter na TV Globo. Jornalista da TV Globo, Maurício Kubrusly é conhecido pelas suas matérias irreverentes. É repórter do quadro "Me Leva Brasil", do programa "Fantástico", que foi criado em 2000 e deu origem ao livro homônimo, onde o jornalista relata as mais divertidas histórias do programa.

20h | Show
Missionários do Blues
Local: Palco Esplanada
Além do blues, estilo que dá nome a banda, os Missionários interpretam em seu repertório clássicos da soul music do R&B e do rock, além de composições próprias. Prestes a lançar seu primeiro disco, a banda preparou um show especial para esta Feira incluindo em sua formação um naipe de metais com sax tenor, trompete e trombone e um afinadíssimo trio de backing vocal.

21h | Show
Gal Costa
Local: Palco Esplanada
Dona de uma das vozes mais perfeitas e cristalinas da história da MPB, Gal Costa segue sua carreira quebrando barreiras e renovando a música brasileira, e encantando as platéias por onde passa. A voz de Gal reflete os caminhos da música brasileira, transitando por diversos estilos, desde a Tropicália, aos frevos, as baladas românticas e as bossas.

PROGRAMAÇÃO

29 de maio
DOMINGO

9h | Coral
Coral Lótus
Local: Marquise do Theatro Pedro II
Regido por Silvia Maggioni e com acompanhamento da pianista Camila Carla de Christo, o coral Lótus é formado por membros ligados à Associação Brasil SGI, uma associação mundial de ajuda humanitária.

9h | Entrega do Prêmio Literário
Local: Auditório Meira Júnior
Premiação nas categorias Estudantil Municipal cujo *tema foi "O sonho é o avesso* das coisas" e Adulto, em âmbito nacional, com o tema "A cegueira da mente".

9h | Entrega do Prêmio Literário
Local: Auditório Meira Júnior
Premiação nas categorias Estudantil Municipal cujo *tema foi "O sonho é o avesso* das coisas" e Adulto, em âmbito nacional, com o tema "A cegueira da mente".

9h | Autores Locais
Elisa Alderani, Célia Apparecida Barbosa e Wanise de Ávila
Local: Auditório Palace
Mediação de Adélia Ouêd
Elisa Alderani é autora do livro "Flores do Meu Jardim" e incentivadora de eventos culturais e literários em Ribeirão Preto. Célia Apparecida Barbosa *é professora, pertence à Casa do Poeta e do Escritor de Ribeirão Preto e* União dos Escritores Independentes de Ribeirão Preto. É autora do livro de poesias"Namorando na Janela". Wanise de Ávila Correa é professora de *Educação Infantil e poetisa. Pertence ao Grupo de Médicos Escritores e* Amigos doutor Carlos Roberto Cafiero.

10h e 14h | Teatro Infantil
Florisbela e seus dois pretendentes
Local: *Arena Cultural Luciana* Savaget
A Cia. Teatral "Ainda sem Nome" apresenta a história de Florisbela, uma garota que tem profunda admiração pela magia da poesia e conhece Tico, um garoto desajeitado que não sabe nem o que é poesia, mas se encanta pela moça. Porém, a relação é atrapalhada por Dimas, um galante sedutor que faz qualquer coisa para envolver Florisbela.

10h | Show Infantil
Ana Favaretto e Márcio Coelho
Local: Palco Esplanada
Completando 17 anos de dedicação ao universo das canções infantis, a dupla participou de inúmeros projetos dentre eles, *a idealização e curadoria do* Encontro Internacional da Canção para criança.O show Cururinzada prima pela qualidade musical com letras inteligentes de vários gêneros musicais é interativo, divertido e faz uso de bonecos e adereços criados por Ana Favaretto, que também assina o cenário da produção.

11h | Salão de Ideias
Olga Curado
Local: Auditório Meira Júnior
Jornalista foi diretora da Rede Globo de Televisão durante 14 anos, é aikidoísta, interessada em gestalt terapia e budismo. Em 2010, Olga foi responsável pela imagem de Dilma Rousseff durante a disputa eleitoral. Autora de diversos livros, dentre eles "A Notícia na TV", "Encontro com a Imprensa" e "Viver Sem Crise".

11h | Salão de Ideias
Olga Curado
Local: Auditório Meira Júnior
Jornalista foi diretora da Rede Globo de Televisão durante 14 anos, é aikidoísta, interessada em gestalt terapia e budismo. Em 2010, Olga foi responsável pela imagem de Dilma Rousseff durante a disputa eleitoral. Autora de diversos livros, dentre eles "A Notícia na TV", "Encontro com a Imprensa" e "Viver Sem Crise".

PROGRAMAÇÃO

29 de maio

DOMINGO

13h30 | Salão de Ideias

Antônio Vicente Golfeto

Local: Auditório Palace

Assessor - técnico do Instituto de Economia da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, professor de Economia, Ciência Política e Ética do Centro Universitário Barão de Mauá e faculdades Reges. Foi comentarista da "EPTV" e atualmente é da "Clube".

14h | Café Filosófico

Rosana Zaidan

Local: Auditório Meira Júnior

Jornalista, trabalhou nos jornais "O Diário" e "Diário da Manhã", fez parte do grupo pioneiro que inaugurou a EPTV em Ribeirão, em 1980, onde foi editora, chefe de Redação e editora-executiva, durante 25 anos. Atualmente é editora-executiva do jornal "A Cidade". Autora do livro "O Diário de JB - José Bonifácio Coutinho Nogueira".

14h | Show

José Miguel Wisnick e Mônica Salmaso

Local: Theatro Pedro II

Músico, educador e escritor Wisnik já compôs para cinema, dança e teatro, além de produções interpretadas pelos maiores cantores da música brasileira. Publicou vários livros, dentre eles "Veneno remédio-o futebol e o Brasil".

A musicista Mônica Salmaso gravou diversas composições de Baden Powell, Vinicius de Moraes e Tom Jobim, gravou ao lado de nomes como Naná Vasconcellos, Chico Buarque e Arnaldo Antunes. Ganhou prêmios importantes como o Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA).

14h | Teatro

Os Limpantes

Local: Espaço Grécia

Ribeirão em Cena apresenta um grupo de Clowns que incentivará reflexões sobre Meio Ambiente, Sustentabilidade e Cidadania.

16h | Mesa de Debates

Heloísa Prietro, Cristina Silveira, Chico Alencar e Daniel Munduruku

Local: Theatro Pedro II

Bate-papo sobre literatura infantil. Heloisa Prieto é autora de cerca de 50 livros para jovens e crianças. Detentora dos prêmios Jabuti, União Brasileira dos Escritores e Fundação Nacional do Livro. Autora da série "Mano", em parceria com o jornalista Gilberto Dimenstein que inspirou o filme "As melhores coisas do mundo". Cristina Silveira é educadora, especialista em Dificuldades de Aprendizagem e autora dos livros "Ziraldo na Sala de Aula" (Melhoramentos) e "A Turma do Pererê Vai à Escola - Sugestões de Atividades Pedagógicas" (LF Publicações). Chico Alencar é professor de História e deputado federal do Rio de Janeiro. Junto com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, escreveu o livro infantil "Miltopéia". Daniel Munduruku é graduado em Filosofia e doutor em Educação pela USP. Escritor premiado de mais de 40 livros para crianças e jovens e formação de educadores, é diretor presidente do Instituto UKA – Casa dos Saberes Ancestrais.

18h30 | Conferência

Amyr Klink

Local: Theatro Pedro II

Empreendedor de expedições marítimas e escritor, Klink tem na região de Paraty a inspiração de suas viagens ao redor do mundo, sendo que várias de suas viagens foram ao redor da Antártica. Dentre seus livros estão "Linha d'água", "Cem dias entre céu e mar" e "Mar sem Fim", todos eles são relatos de suas viagens, ricos em sensibilidade e poesia.

16h | Nossa Aldeia

Débora Duboc interpretará o texto "Nua para o escritor, vestida para a humanidade" de Maris Ester

Local: Auditório Meira Júnior

A ribeirãopretana Débora Duboc é formada em Artes Cênicas pela Unicamp. Trabalhou em inúmeras peças teatrais e no cinema. Montou em 2000 sua própria companhia, a Olhar Imaginário – Núcleo de Teatro que tem como objetivo realizar um trabalho metódico de pesquisa do gesto teatral e produzir espetáculos de relevância cultural e popular.

18h30 | Palavra Cantada

Regina Dias

Local: Arena Cultural Luciana Savaget

O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. Cantou ao lado de diversos nomes da música brasileira e fez parcerias com ribeirãopretanos como Bia Mestrinér, Dimi Zunquê e Zé da Conceição. Participou e ganhou festivais de música brasileira pelo país. Regina neste show interpretará Nelson Cavaquinho.

Comentários: Mirella Furtado Greco.

20h | Show

MPP

Local: Palco Esplanada

No show Mar de Cana, a banda Musica Popular Planetária mostra a sua pluralidade artística num discurso autêntico e atual, misturando ritmos como funk, rock, samba e baião. Com a música "Olhando o Mar", a banda ficou entre as finalistas do FAM (Festival da Alta Mogiana) em 2007. Experientes os músicos abriram shows de Lenine, Zeca Baleiro, Planta e Raiz, Mundo Livre S.A, Cordel do Fogo Encantado entre outros.

21h | Show
Paulinho Moska
Local: Palco Esplanada
Um artista "multifacetado", com domínio primoroso e sensualidade inigualável, esse é Paulinho Moska, cantor, compositor e ator que vem se destacando no cenário brasileiro. Seu mais novo projeto, batizado "Vento Bravo", consiste em dois discos – Forte e Fraco – que são compostos de nove canções cada. O primeiro com canções mais intensas e o segundo com um clima mais intimista, ambos com percussões e experimentações sonoras.

PROGRAMAÇÃO

30 de maio
SEGUNDA-FEIRA

9h | Lançamento
Local: Auditório Meira Junior
Lançamento do livro "Combinando Palavras com Vinicius de Moraes", que reúne poemas dos alunos da Escola Estadual Otoniel Mota. O livro conta com prefácio assinado pelo jornalista e escritor Saulo Gomes. Mediação da jornalista e professora Eliane Ratier.

9h e 14h
Teatro Infantil
A Bruxa Matabé
Local: Teatro Marista
Espetáculo teatral infantil que trata de heróis e vilões. Os códigos culturais deixaram definidas as posições do bem e do mal, mas, como essa dualidade é um artifício, circulam traços do herói no vilão e sempre se manifesta o lado diabólico naquele que se mostra perfeito ou quase perfeito. Direção, adaptação e concepção de Dino Bernardi.

9h e 14h | Teatro Infantil
Josué e o Pé de Macaxeira
Local: Theatro Pedro II
Baseado no curta-metragem de Diogo Viegas, a peça conta a história de um menino que troca seu burro por uma "macaxeira mágica" que o leva a um mundo fantástico. Produzida pela Cia Balaco do Bacco que utiliza bonecos de manipulação, técnicas circenses e trilha sonora com instrumentos de percussão, sopro e harmônicos, unindo a linguagem popular ao imaginário fantástico.

9h30
Salão de Ideias
Carlos Stechhahn
Local: Auditório Palace
Doutor pela faculdade de arquitetura da USP, professor do curso de arquitetura da UNISEB-COC, diretor da Arktek Arquitetura SS e docente de Logosofia.

10h30 | Café Filosófico
Anna Favaretto e Márcio Coelho
Local: Auditório Meira Júnior
Uma boa conversa sobre música infantil e educação. Márcio Coelho é doutor em Linguística pela USP, com vasta experiência como professor de música. Cancionista com cinco CDs editados e autor da Coleção Batuque Batuta que assina com Ana Favaretto, que é artista plástica e cantora. Licenciada em Pedagogia e autora de livros didáticos de artes para as séries iniciais do ensino fundamental.

14h | Salão de Ideias
Lobão
Local: Auditório Meira Júnior
O músico carioca tem muita história para contar. Sua trajetória começou no final da década de 1970 ao lado de nomes como Lulu Santos, Ritchie e Marina. O músico compôs diversas músicas que marcaram época como "Me Chama" e "Vida Bandida". Considerado um ícone da música independente brasileira, Lobão participou de inúmeros festivais e a sua iniciativa de vender CDs em bancas de jornal foi seguida por outros artistas. O músico acaba de lançar a autobiografia "50 anos a Mil" (Nova Fronteira), assinado junto com o jornalista Claudio Tognolli.

13h30 | Autores Locais
Osmar Barra, Deugrácias de Toledo e José Carlos Barbosa
Local: Auditório Palace
Mediação de Darílio Velludo
Osmar Barra é graduado em Geografia e História, com especializações em questões ambientais. Atua como educador ambiental e enfatiza em seus trabalhos temas regionais rurais. Deugrácias de Toledo é declamador e poeta com três livros publicados. Pertence à União Brasileira de Escritores, à Casa do Poeta de Ribeirão Preto e ao Grupo de Médicos Escritores e Amigos Dr. Carlos Roberto Caliento. José Carlos Barbosa é escritor e jornalista. Tem vários livros publicados e é presidente da Ordem dos Velhos Jornalistas.

16h | Salão de Ideias
Augusto Cury
Local: Theatro Pedro II
Médico psiquiatra, psicoterapeuta, cientista e escritor, Cury é reconhecido mundialmente, com livros publicados em mais de 40 países, sobre a mente e a construção da inteligência. Dentre suas obras está "De Gênio e Louco Todo Mundo Tem Um Pouco" (Academia), em que os personagens Bartolomeu e Barnabé, que já estavam nos dois primeiros livros da saga "Vendedor de Sonhos", ganham o centro da narrativa.

16h | Mesa de Debates
Miguel Arroyo e Elvira Lima
Local: Auditório Palace
Debate sobre Educação Fundamental-ensino de 9 anos. Pós Doutor em Educação, Arroyo é professor da Universidade Federal de Minas Gerais, dentre suas obras está "Por uma educação do campo". Elvira Lima é pesquisadora em desenvolvimento humano, com formação em neurociências, psicologia, antropologia e música.

16h
Nossa Aldeia
Nelson Xavier apresenta leitura dramática do texto "Pinga-Fogo com Chico Xavier" de Saulo Gomes
Local: Auditório Meira Júnior
Nelson Xavier é ator, autor e diretor. Participante do Teatro de Arena, dos Seminários de Dramaturgia, do Movimento de Cultura Popular de Recife, ao lado de nomes como Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Nelson Xavier se destaca como ator nas encenações dos textos de Plínio Marcos na década de 1960. Dedica-se à televisão e ao cinema a partir dos anos 80 onde realiza trabalhos marcantes em novelas, minisséries e seriados. Seu último papel como o médium Chico Xavier lhe rendeu boas críticas por sua interpretação impecável.

18h30 | Conferência
Miguel Gonçalves Mendes
Local: Theatro Pedro II
Cineasta português com ampla experiência também em produções para o teatro. Mendes é autor da obra "Verso de Autografia" e entre seus filmes estão "D. Nieves", "Floripes ou a morte de um mito", "Autografia", "A Batalha dos Três Reis" e o curta-metragem "Curso de Silêncio", todos selecionados em festival em Portugal e em festivais internacionais. Em 2010 estreou o filme "José & Pilar", um retrato de José Saramago e Pilar Del Rio, uma co-produção El Deseo S.A. e O2 Filmes.

18h30 | Palavra Cantada
3 Marias
Local: Arena Cultural Luciana Savagist
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. Larissa Nalini, Nay Carvalho e Marina Prado formam esse trio que faz sucesso na noite ribeirãopretana. As três experientes musicistas interpretam Marisa Monte. Comentários: Aloísio Brandão.

20h | Show
Eula Hallack
Local: Palco Esplanada
O show Clarear conta a historia da cantora, radialista e atriz Clara Nunes, que contribuiu para o resgate e manutenção das raízes da cultura brasileira. Eula Hallak resgata a história de Clara Nunes acompanhada dos músicos Carlinhos Machado, Alê Machado, Mestre Rey, Jeffinho Quintilhano, Lee Correia e Rudá.

21h | Show
Céu
Local: Palco Esplanada
Uma das novas vozes da música popular brasileira apresenta o show Vagarosa, em que mistura sons orgânicos a eletrônicos e estilos regionais a samba, rap, jazz e reggae, reunidos a sua interpretação marcante. No show, a cantora ainda apresenta canções de seu primeiro trabalho, lançado em 2005, como "Roda", "Malemolência" e "Lenda".

PROGRAMAÇÃO

31 de maio

TERÇA-FEIRA

9h e 14h | Teatro Infantil

Josué e o Pé de Macaxeira

Local: Theatro Pedro II

Baseado no curta-metragem produzido por Diogo Viegas, a peça conta a história de um menino que troca seu burro por uma "macaxeira mágica" que o leva a um mundo fantástico e inimaginável. Produzida pela Cia Balaco do Baco que utiliza bonecos de manipulação, técnicas circenses e uma trilha sonora desenvolvida através de instrumentos de percussão, sopro e harmônicos, unindo a linguagem popular ao imaginário fantástico em um resgate do universo infantil.

9h e 14h

Teatro Infantil

A bruxa Malabé

Local: Teatro Marista

Espetáculo teatral infantil que trata de heróis e vilões. Os códigos culturais deixaram definidas as posições do bem e do mal, mas, como essa dualidade é um artifício, circulam traços do herói no vilão e sempre se manifesta o lado diabólico naquele que se mostra perfeito ou quase perfeito.

9h30 | Autores Locais

Ely Vieitez, Jair Yanni, Luiza Stella Mello

Local: Auditório Palace

Mediação de Rosa Maria Cosenza

Ely Vieitez é professora de Literatura Portuguesa, mestre em Letras e Semiótica, recebeu o título de cidadã ribeiraopretana, pertence à Academia Ribeiraopretana de Letras e à União Brasileira de Escritores. É autora de vários livros. Jair Yanni é artista plástica, cenopoista-escultura, escritora e poeta. Titular da Academia de Letras e Artes de Ribeirão Preto. Dentre seus livros está "Ecos no Outono" e "Pitolim: A Trajetória Iluminada do Maior Palhaço Brasileiro". Luzia Stella e Mello é escritora, poetisa e artista plástica. Publicou três romances e dois livros de poemas.

10h30 | Salão de Ideias

Fernando Reinach

Local: Auditório Meira Júnior

Biólogo molecular com Ph.D pela Cornell University Medical College. Foi professor titular da Universidade de São Paulo, esteve envolvido na criação de duas empresas de tecnologia e na coordenação do primeiro Projeto Genoma Brasileiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Amyris Biotechnologies e escreve uma coluna semanal no jornal "O Estado de São Paulo".

13h30 | Salão de Ideias

Antonio Luigi Calabrese (Prof. Luigi)

Local: Auditório Palace

Biogênico e administrador de empresas, atuou como educador por mais de 35 anos. Atualmente é proprietário da BIOFLORA (Biotecnologia em flores) e assessor administrativo do DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto).

14h | Salão de Ideias

Rogério Pereira e Eliane Brum

Local: Auditório Meira Junior

Um bate-papo sobre jornalismo e literatura. Rogério Pereira é fundador do principal jornal literário do país, o "Rascunho" e é diretor-geral da Biblioteca Pública do Paraná. Eliane Brum é uma das jornalistas mais premiadas do país, recebeu relevantes premiações como o "Esso", "Vladimir Herzog" e "Jabuti" por suas reportagens marcadas por seu olhar sensível sobre a diversidade da vida. Entre seus livros estão "A Vida Que Ninguém Vê" e "O Olho da Rua – uma repórter em busca da literatura da vida real".

15h30 | Salão de Ideias

Alexandre Azevedo

Local: Auditório Palace

Com mais de 70 obras publicadas, o cronista, teatrólogo, romancista, contista e ensaísta, Alexandre Azevedo teve seus livros reconhecidos por nomes como Luís Fernando Veríssimo , Ziraldo e Manoel de Barros. Azevedo reside em Ribeirão Preto há mais de 15 anos, pertence à Academia Ribeiraopretana de Letras e à Academia Ribeiraopretana de Educação e foi homenageado em 2008 pelo Colégio Ideal com o lançamento "I Concurso Literário Alexandre Azevedo".

16h | Café com Letras
Fúlvio Iermano
Local: Pinguim Cultural
Cientista Político com especialização em História da América Latina. Integrante do movimento internacional Slow Food, líder do convivium Campo Lindo Batatais e membro da rede internacional Terra Madre. O Slow Food é uma associação internacional fundada aos efeitos padronizantes do fast food; ao ritmo frenético da vida atual e ao desaparecimento das tradições culinárias regionais. O movimento segue o conceito de ecogastronomia, conjugando o prazer e a alimentação com consciência e responsabilidade, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta.

16h | Mesa de Debates
Lucinha Araújo, Raí e Ricardo Salomão
Local: Theatro Pedro II
Lucinha Araújo é fundadora da Associação Viva Cazuza que dá assistência à crianças e adolescentes carentes portadoras do vírus da AIDS. O ex-jogador Raí é um dos fundadores da Fundação Gol de Letra, que desenvolve programas de arte, educação, cultura e esporte para mais de 1.200 crianças em São Paulo e Rio de Janeiro. Ricardo Salomão desenvolve programas de responsabilidade social pela TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil).

16h | Nossa Aldeia
Via Negromonte fará leitura dramática de "Contos e Crônicas do Campo e da Cidade" de Nelson Jacinho
Local: Auditório Meira Júnior
Atriz, dançarina e cantora, possui uma história com experiências internacionais Seu último trabalho foi o longa-metragem "As Mães de Chico Xavier".

18h30 | Conferência
Tânia Zagury
Local: Theatro Pedro II
Doutora em Semiótica e Estudos Literários, com pesquisas em grego clássico e letras modernas. Atua como pesquisadora da UNESP e como membro da Faculdade de Ciências Políticas de Paris. O tema será Educar sem Culpa.

18h30 | Palavra Cantada
Roberta Vilarinho
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. Formada em Música pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Roberta fará uma homenagem à Chico Buarque. Comentários: Marilene Goria Passos.

20h | Show
Vinil Verde
Local: Palco Esplanada
Banda ribeirãopretana que nasceu como cover do grupo Los Hermanos e hoje também produz músicas autorais que serão apresentadas no palco da Feira.

21h | Show
Lobão
Local: Palco Esplanada
Conhecido por suas críticas ácidas e por sua interpretação única, o músico traz à Feira o show Lobão Elétrico, que traz novos arranjos para canções de todas as fases de sua carreira. Antes de iniciar a carreira solo e se tornar uma das estrelas da cena rock dos anos 80, Lobão formou banda com Lulu Santos e Ritchie, fundou a Blitz com Evandro Mesquita, tocou bateria em peça de Marília Pêra e fez parcerias com Cazuza, Luiz Melodia e Marina Lima.

PROGRAMAÇÃO

01 de junho
QUARTA-FEIRA

9h e 14h
Teatro Infantil
João de Barros - Mais uma brincadeira poética
Local: Theatro Pedro II
Apresenta através de brincadeiras, músicas, desconstrução de objetos e muita simplicidade a história de uma menina avoada, um contador de histórias, um cabeludinho e um desinventor de objetos. Os quatro, a bordo de uma carroça embarcam numa aventura que termina depois que o dia envelheceu.

9h e 14h | Teatro Infantil
3 é bom, 2 é demais!
Local: Teatro Marista
Napolino convida Bisgoio, seu desajeitado companheiro para ajudá-lo em uma simples tarefa: contar a história de três porcos e um lobo. Em meio a confusões e mal entendidos ao invés de Bisgoio ajudar Napolino ele acaba por arruinar todo seu trabalho e quase o enlouquece. Revelando a relação direta de amor e ódio entre esses dois palhaços fica claro que a amizade entre eles supera qualquer fracasso. Criação, direção e atuação: Lucas Santarosa e Neto Donegá.

9h30 | Salão de Ideias
Carolina Munhóz e Raphael Draccon
Local: Auditório Palace
Um bate-papo com dois jovens escritores. Carolina Munhóz é jornalista, palestrante e escritora de livros infanto-juvenis. Escreveu seu primeiro livro "A Fada" com apenas 16 anos e hoje é uma das novas autoras brasileiras em destaque. Raphael Draccon é roteirista, palestrante e escritor de livros infanto-juvenis. É o autor da trilogia "Dragões de Éter" (Leya). Aos 20 anos recebeu uma menção honrosa da American Screenwriter Association (ASA) - USA por seu primeiro roteiro de longa-metragem, "In your Hands".

10h30 | Salão de Ideias

Rubens Figueiredo
Local: Auditório Meira Júnior
Cientista político pela Universidade de São Paulo, consultor de marketing político e comentarista político da Rádio Jovem Pan. É autor de vários livros, entre eles, "Cidades Nota 10", "A era FHC: um balanço" e "O que é marketing político".

13h30 | Autores Locais

Adélia Ouêd, Carlos Roberto Ferriani e Marlene Cerviglieri
Local: Auditório Palace
Mediação de Osmar Barra
Adélia Oued é escritora, poetisa, pesquisadora comportamental, crítica de ciência, filosofia e religiões. Pertence à Casa do Poeta e do Escritor de Ribeirão Preto e à Ordem da Confraria dos Poetas de Porto Alegre. Carlos Roberto Ferriani é médico especialista em cirurgia plástica. Tem um livro de poemas publicado e um romance que está no prelo. Pertence à Academia Ribeiraopretana de Letras, à Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, entre outras. Marlene Cerviglieri é psicóloga, pedagoga e professora. Dentre suas obras está "E a alma chorou"e "Poemas de Maturidade".

14h | Salão de Ideias

Lucinha Araújo
Local: Auditório Meira Júnior
A frente da Sociedade Viva Cazuza há 20 anos, Lucinha Araújo se tornou um rosto e uma voz familiar para os brasileiros, depois de perder o filho único, Cazuza em 1990. A autora e ativista social falará sobre seu livro "O tempo não pára viva Cazuza" (Ed. Globo), em que relata os trabalhos desenvolvidos pela instituição que atende pessoas portadoras do vírus da AIDS.

16h | Nossa Aldeia

Chico Díaz fará uma leitura dramática do texto "Recados de Amor - Poemas e Trovas" de Oefe Souza
Local: Auditório Meira Júnior
Ator com inúmeras participações no cinema e televisão trabalhou ao lado de diretores como Bruno Barreto, Nelson Pereira dos Santos, Cacos Diegues e Eliane Caffé. Premiado em festivais e reconhecido nacionalmente. Em janeiro deste ano, o ator estreou o monólogo "A Lua vem da Ásia", uma adaptação da obra de Walter Campos de Carvalho.

18h30 | Conferência

Victor Mirshawka Júnior
Local: Theatro Pedro II
Especialista em criatividade e inovação, Victor atuou na implantação de programas de Gestão da Inovação em diversas empresas e é diretor geral dos cursos de pós-graduação da FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado). Dentre seus livros estão os dois volumes de "Qualidade da Criatividade" (DVS editora).

18h30
Palavra Cantada

Vivi Reis
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da Música Popular Brasileira com comentários de um professor da cidade. Atriz e cantora, Vivi Reis é formada em Publicidade e Propaganda, fez vários cursos de voz e interpretação e tem ampla experiência em bandas, corais e grupos teatrais. Vivi interpretará canções de Roberto Carlos.
Comentários: Alexandre Salomão Bitar e Zeid Sakr.

16h | Mesa de Debates

Celso Antunes, César Nunes e Paulo Roberto Padilha
Local: Theatro Pedro II
Um debate sobre gestão na educação.
Celso Antunes é autor de mais de 180 livros editados em diversas línguas, especialista em Inteligência e Cognição e mestre em Ciências Humanas. Filósofo, historiador e pedagogo, César Nunes é professor e coordenador pedagógico em escolas da Educação Fundamental e Média. Atualmente é professor livre-docente da Faculdade de Educação da UNICAMP. Paulo Roberto Padilha é mestre e doutor em educação pela Faculdade de Educação da USP. Diretor de desenvolvimento institucional do Instituto Paulo Freire.

PROGRAMAÇÃO

02 de junho
QUINTA-FEIRA

20h | Show
Banda Vinil
Local: Palco Esplanada
Há quatro anos na estrada, o Vinil tem atraído a atenção da galera teen de Ribeirão Preto e região e também de adultos que curtem o estilo pop. O show vai apresentar composições próprias e interpretações. A banda foi o destaque do Projeto "Pelas Bandas de Ribeirão" contando com a inclusão de sua música Falso Sorriso, na programação local da Jovem Pan FM. A composição é a música de trabalho do novo CD que será lançado na Feira do Livro.

21h | Show
Isabella Taviani
Local: Palco Esplanada
Cantora e compositora Isabella Taviani têm conquistado lugar de destaque na música popular brasileira. Nos últimos dois anos, foram mais de 70 mil discos vendidos, vários sucessos de rádio, temas de novelas e um público maior a cada dia, que vem lotando suas apresentações pelo Brasil. Após o sucesso do trabalho "Diga Sim", Isabella traz para o palco da Feira seu mais novo trabalho "Meu Coração não quer viver batendo devagar".

9h e 14h | Teatro
Carestia
Local: Theatro Pedro II
Livre adaptação da obra "De sol a sol" de Lucília Junqueira de Almeida Prado, com direção de Dino Bernardi e apresentada pela Cia. Cornucópia. Neguito é um homem imerso nas lembranças de sua juventude, que numa lúdica narrativa desvenda personagens e conflitos de sua vida, expondo dores e anseios. Num tempo em que se falava muito numa palavra: Carestia. Uma coisa que Neguito não podia compreender. O trabalho de sol a sol e uma infância inteira de contrastes. A um passo de ver seu sonho realizado será que Neguito é capaz de desapegar-se e de ser feliz em meio à Carestia? Quão longe estará o tempo de Neguito do nosso?

9h30 | Autores Locais
Regina Batista, Nely Cyrino e Nicolas Guto
Local: Auditório Palace
Mediação de Suely Caccito
A cientista social Regina Baptista publicou o romance "Cárcere Privado" e uma coletânea de pequenas narrativas "Mundo Suspenso". É associada à UBE (União Brasileira de Escritores). Nely Cyrino é poeta, pintora artística e palestrante. Foi professora, diretora e supervisora de ensino. Pertence à Academia de Letra e Artes de Ribeirão Preto e à Academia de Educação. Tem várias obras publicadas. Nicolas Guto é publicitário com especialização em marketing e vendas. Publicou o livro "Dê uma chance para a poesia" e neste ano lança "Um guia de como se perder".

10h30 | Salão de Ideias
Mana Bernardes
Local: Auditório Meira Junior
Uma artista múltipla, que transita entre as mais diversas áreas, atua como designer, poetisa, artista plástica e educadora. A partir de suas experiências desenvolvendo trabalhos com adolescentes carentes e da formação em Arte-Terapia, Mana desenvolveu a metodologia "História de Vida Através do Objeto, História do Objeto Através da Vida", na qual cada participante é estimulado a trabalhar seu potencial criativo através da sua experiência de vida.

13h30| Salão de Ideias
Gióia Tumbiolo Tosi
Local: Auditório Palace
Administradora de Empresas e especialista em Educação Fiscal e Cidadania pela ESAF (Escola de Administração Fazendária). No cargo de Analista Tributária da Receita Federal do Brasil desde 1993, exerce atualmente a função de Supervisora Regional no Estado de São Paulo do Programa Nacional de Educação Fiscal.

14h | Salão de Ideias
Antônio Prata e Francisco Bosco
Local: Auditório Meira Júnior
Dois escritores destaques da nova geração. Antonio Prata é autor de vários livros, dentre os quais "Douglas e outras histórias" (Editora Azougue), "As Pernas da Tia Corália" (Editora Objetiva), "Estive Pensando" (Marco Zero) e "Meio Intelectual, Meio de Esquerda" (Ed. 34). É colunista do jornal "Folha de São Paulo", escreve para sites e revistas e mantém o blog http://antonioprata.folha.blog.uol.com.br/. Francisco Bosco é escritor, ensaísta e letrista de música popular brasileira. Dentre seus livros estão "Da Amizade" (7Letras), "Invisível Rutilante" (Ed. Francisco Alves,) e "Atrás da Porta" (7Letras). Trabalhou em parceria com importantes nomes da música como João Bosco, Guinga e Ivan Lins. Teve letras suas gravadas por nomes como Arnaldo Antunes, Joyce, Elba Ramalho, Ney Matogrosso e MPB-4.

15h30 | Mesa de Debates
Maurílio Biagi e Plínio Nastari
Local: Auditório Palace
Energia, Açúcar e Álcool
O patronò desta edição da Feira do Livro, Maurílio Biagi é um dos grandes responsáveis pelo avanço da agroindústria canavieira em Ribeirão Preto e região, sendo atualmente presidente da Maubisa. Plínio Nastari é presidente da maior empresa brasileira de consultoria em açúcar e álcool do Brasil, a Datagro. Os empresários participam de debate com o tema Energia, Açúcar e Álcool.

16h | Café com Letras
Josimar Melo
Local: Pinguim Cultural
Jornalista, crítico de gastronomia da Folha de São Paulo e agitador cultural nessa área, é autor do livro "Berinjela se Escreve com J" e do livro "Folha explica a cerveja". Foi criador de eventos como o Boa Mesa e é presidente do júri brasileiro da eleição dos 50 melhores restaurantes do mundo (S. Pellegrino World's 50 Best Restaurants).

16h | Nossa Aldeia
Paulo Betti realizará leitura dramática do texto "Clarice-uma vida que se conta"de Nádia Gotlib
Local: Auditório Meira Júnior
Presidente da Associação Cultural Casa da Gávea (RJ) e do Instituto Cultural Vila Ieão (SP), Paulo Betti tem ampla participação na dramaturgia brasileira atuando em teatro, TV e cinema. Premiado várias vezes pela APCA, Prêmio Mambembe, Prêmio Moliére e Shell.

16h | Leitura Dramática
Cristina Pereira, Vera Fajardo e Rafael Ponzi
Local: Theatro Pedro II
Leitura do texto teatral "Rotas Alteradas". Produção inédita de Marta Góes. O encontro de duas mulheres em um aeroporto, no dia da posse do Presidente da República. As duas precisam viajar e há não há lugares disponíveis nos vôos. Regina é jornalista e vai cobrir a posse e Fatinha é cabeleireira e manicure convidada para a posse, por um motivo muito especial.

18h | Um ponto por dia
Ponto de Cultura Kabuki
Local: Auditório Palace
Um concerto em formato audiovisual, com músicas interpretadas ao vivo, intercaladas por um vídeo documentário narrando a história da Sétima Arte. Este é o espetáculo "Nas Trilhas do Cinema".

18h30 | Conferência
Marisa Gianechinni
Local: Theatro Pedro II
Doutora em Semiótica e Estudos Literários, com graduação e pós-graduação em grego clássico e letras modernas. Atua como pesquisadora da pós-graduação da UNESP e como membro da Faculdade de Ciências Políticas de Paris.

18h30 | Palavra Cantada
Luciano Duarte
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. Músico e compositor, bacharel em Música Popular pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) interpretará canções de Tom Jobim e Vinicius de Moraes.
Comentários: Ademir Aquino e Carlos Eduardo Monteiro.

20h | Show
Fole da Ribeira
Local: Palco Esplanada
Caminhando pela diversidade da música brasileira com experimentações em ritmos como jongo, embolada, xaxado, xote, baião, frevo, arrasta-pé, maracatu e samba, o Fole da Ribeira faz alusão aos grandes nomes do forró, dos mestres como Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro passando por Alceu Valença e Elba Ramalho e também contemplando as novas tendências como Bicho de Pé e Mestre Ambrósio.

21h | Show
Fernanda Porto
Local: Palco Esplanada
Ao lado do DJ Patife, Porto foi uma das mais responsáveis pela expansão da música eletrônica brasileira. Seu último trabalho Auto- Retrato reúne NuJazz, BreakBeat, DownTempo, Progressive House e o estilo que a consagrou o Drum'n'bass.

PROGRAMAÇÃO

03 de junho
SEXTA-FEIRA

9h e 14h | Teatro
A Igreja do Diabo
Local: Theatro Pedro II
Cansado de ser desorganizado, de ficar com as circunstanciais sobras das diferentes manifestações de fé, o diabo tem a ideia de fundar uma igreja e organizar o seu rebanho. Após comunicar Deus de seu futuro ato, volta à Terra e com muito sucesso faz a igreja que idolatra os defeitos humanos. Produção do grupo Boccaccione.

9h e 14h
Teatro Infantil
A Bruxa Malabé
Local: Teatro Marista
Espetáculo teatral infantil que trata de heróis e vilões. Os códigos culturais deixaram definidas as posições do bem e do mal, mas, como essa dualidade é um artifício, circulam traços do herói no vilão e sempre se manifesta o lado claro no aquele que se mostra perfeito ou quase perfeito.

9h30 | Salão de Ideias
Renata Canales
Local: Auditório Palace
Jornalista, mestre em Filosofia, Renata Canales foi docente de jornalismo em universidades e atuou como apresentadora e editora em telejornais na TV Tribuna de Santos e EPTV Ribeirão Preto. Em 2008 publicou o livro "Vidas Crônicas", nesta Feira Renata lança o livro infantil "Pepe- em defesa da natureza".

10h30 | Café Filosófico
Reinaldo Moraes
Local: Auditório Meira Júnior
Reinaldo Moraes é autor dos livros "Pornopopeia", "Tanto Faz e Abacaxi" e "A órbita dos caracóis", dentre outros. É tradutor de obras de William Burroughs, Thomas Pynchon, Charles Bukowski e Jean Cocteau.

13h30 | Autores Locais
Antonio Ventura, Irene Coimbra e Suely Caccito
Local: Auditório Palace
Mediação de Nely Cyrino
Antonio Ventura é advogado e juiz de direito aposentado. Poeta, desde criança vem ganhando prêmios em concursos de poesia. fundou e dirige na cidade de Mococa o grupo literário Grupo Início. Irene Coimbra é professora de idiomas e escritora. Produz e apresenta o programa Ponto e Vírgula no Canal RP9. É membro da Academia Ribeirãopretana de Letras e publicou seis livros. Suely Caccito é administradora de empresas, tem cursos de piano e harpa. Publicou "Elvis em versos" onde mostra de forma poética, a vida e a carreira do rei do rock.

14h | Salão de Ideias
Chacal
Local: Auditório Meira Júnior
O escritor carioca Ricardo de Carvalho, conhecido como Chacal, tem em sua história parcerias célebres como músico e letrista ao lado de Lulu Santos, 14 Biz, Blits, entre outras. Publicou 14 livros, dentre eles, "Drops de Abril" (Ed. Brasiliense) e "Belvedere" (Cosacnaify).

16h | Nossa Aldeia
Ricardo Blat interpretará o texto "Crônicas Psicanalíticas para a Mídia" de Moisés Tractenberg
Local: Auditório Meira Júnior
Ator, diretor e preparador de atores. para o cinema e TV. Trabalhou em mais de vinte novelas e minisséries realizadas na TV Globo, dentre elas "Mulheres de Areia", "Tempos Modernos" e "Hoje é Dia de Maria". Atualmente encontra-se em cartaz com "Pamonha & Panaça", em São Paulo.

16h | Mesa de Debates
Zé do Caixão, Carlos Reinchenbach, Guilherme de Almeida Prado, Ricardo Rihan e Glauber Filho
Local: Theatro Pedro II
José Mojica Marins, mais conhecido como Zé do Caixão foi o primeiro cineasta a produzir filmes de horror no país com mais de 35 filmes do gênero. Entre seus filmes mais conhecidos estão "À meia-noite levarei tua alma", "Esta noite encarnei no teu cadáver" e "O Estranho Mundo de Zé do Caixão." Diretor e roteirista, Carlos Reinchenbach contribui para a história do cinema brasileiro com numerosas produções premiadas nacional e internacionalmente. Dentre seus filmes estão "Filme Demência", "Anjos do Arrabalde" e "Garotas do ABC". Guilherme de Almeida Prado é roteirista e diretor de cinema, autor de filmes como "Flor do Desejo", "A Dama do Cine Shanghai", "Perfume de Gardênia", "A Hora Mágica" e "Onde Andará Dulce Veiga?". Ricardo Rihan foi diretor executivo de diversos grupos televisivos, co-produziu o filme "As Mães de Chico Xavier" e está produzindo a animação "As Aventuras de Chico Xavier". Glauber Filho é jornalista e cineasta. Dentre seus trabalhos estão os filmes "Bezerra de Menezes, O Diário de Um Espírito", "As Mães de Chico Xavier" e documentário produzido pelo programa DocTV "Linhas de Organdi".

16h30 | Um Ponto por dia
Usina da Dança e Ofício da Dança
Local: Teatro Marista
Apresentação da coreografia de cunho contemporâneo "Era uma vez um vento", uma narrativa lúdica e poética com profundo interesse de abordar e resgatar os valores humanos.

16h
Mesa de Debates
Niza de Castro Tank, Gisele Ganade e Marcos Pupo Nogueira
Local: Auditório Palace
Um debate sobre a vocação de Ribeirão para a ópera. Importante figura do canto lírico, Niza já recebeu diversos prêmios, participando de óperas como "Rigoletto" e " Barbeiro de Sevilha" dentre outras. Além das turnês nacionais já realizou apresentações na Europa e América Latina. Gisele integrou as Orquestras Jovens da Sociedade Lítero Musical de Ribeirão Preto e Campinas como violista. É criadora da Cia. Ópera Minaz, onde atua como diretora musical, regente e preparadora vocal. Professor e pesquisador, Marcos é docente da Universidade Estadual Paulista onde atualmente é Diretor do Instituto de Artes.

18h30 | Palavra Cantada
Fulô
Local: Arena Cultural Luciana Savaget
O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. O sambista ribeirãopretano participou de diversas escolas de samba da cidade e já tocou grandes nomes do samba nacional como Jovelina Pérola Negra, Martinho da Vila e dona Ivone Lara. Fulô interpreta Martinho da Vila neste Palavra Cantada
Comentários: Felipe de Faria Dias Leite.

18h30 | Seminário Gramsci
Marcelo Ridenti
Local: Auditório Palace
Professor Titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor de diversos livros, dentre eles "Brasilidade revolucionária - um século de cultura e política", "Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV" e "O fantasma da revolução brasileira" e"Intelectuais: sociedade e política", Intelectuais e Estado, os dois últimos em parceria com Elide Rugai Bastos e Denis Rolland, que tiveram edição também na França (L'Harmattan).

18h30 | Conferência
Rafael Cortez
Local: Theatro Pedro II
O jornalista Rafael Cortez também estudou música, estudou para ser palhaço e para ser ator. Foi colaborador da Veja, onde desenvolveu diversos conteúdos jornalísticos para celular, com este trabalho ganhou o 32º Prêmio Abril de Jornalismo em 2007. Cortez ainda participou de produções nas redes CNT, Gazeta e Rede Mulher de Televisão, gravou três audiolivros da obra de Machado de Assis: "O Alienista", "Dom Casmurro" e "Memórias Póstumas de Brás Cubas".
Atualmente é repórter do programa CQC (Custe o que Custar) da TV Bandeirantes, está preparando seu segundo CD e viaja o Brasil com a comédia "De Tudo Um Pouco".

20h | Show
Alessandra Ramos e Samba da Casa
Local: Palco Esplanada
Neste show Alessandra apresenta junto com Alexandre Peres e os músicos do grupo Samba da Casa o projeto "Samba da Minha Terra" que homenageia grandes compositores e intérpretes do samba, apresentando ao público o samba, suas variações e importância cultural.

21h | Show
Maria Gadú
Local: Palco Esplanada
O público da Feira pediu e a cantora paulistana Maria Gadú, voltará a Feira depois de vencer a enquete "qual show da 10ª edição merece um bis". Gadú canta desde os 13 anos em barzinhos, mas foi a partir de 2009, quando lançou o seu primeiro álbum que sua voz intimista e marcante ficou nacionalmente conhecida. Nesta feira ela apresenta o show "Multishow ao Vivo".

PROGRAMAÇÃO

04 de junho
SÁBADO

9h | Coral
Coral Meninos Cantores - Cia Minaz
Local: Marquise do Theatro Pedro II
O grupo dividido em duas turmas infantis e um grupo juvenil soma 200 vozes. O grupo vem desenvolvendo um repertório que abrange desde canções do período renascentista até o contemporâneo além de peças de música erudita. Regência da Maestrina Gisele Ganade.

9h30
Autores Locais
Cecília Figueiredo, Eliane Ratier e Mara Senna
Mediação de Cléo Reis
Local: Auditório Palace
Cecília Figueiredo é professora de Inglês, membro da Academia Ribeiraopretana de Letras, onde ocupa a cadeira 17 e possui dois livros publicados. Eliane Ratier é poeta, envolvida com atividades culturais de diversos segmentos, coordenadora do núcleo de escritores de Ribeirão Preto filiados à União Brasileira dos Escritores. Mara Senna é autora do livro de poemas "Luas Novas e Antigas", participou de diversas antologias e venceu concursos de poesia no Estado de São Paulo e Minas Gerais.

10h | Mesa de Debate

Sérgio Roxo, Nuno Coelho e Ely Vieitz. Local: Biblioteca Padre Euclides

A influência da Grécia na Cultura e nas Artes

Sérgio Roxo é livre-docente em Direito, foi promotor e procurador de Justiça e atualmente é conselheiro da OAB. Nuno Coelho é livre-docente, mestre e doutor em Filosofia do Direito. Atualmente é Professor de Ética e Filosofia do Direito do UNISEB-COC e da USP. É autor de livros e artigos nesta área, com ênfase no pensamento de Aristóteles. Ely é professora de Literatura Portuguesa, mestre em Letras e Semiótica, recebeu o título de cidadã ribeirãopretana, pertence à Academia Ribeirãopretana de Letras e à União Brasileira de Escritores. É autora de vários livros.

10h e 14h | Teatro Infantil

Florisbela e seus dois pretendentes. Local: Arena Cultural Luciana Savaget

A Cia. Teatral "Ainda sem Nome" apresenta a história de Florisbela, uma garota que tem profunda admiração por poesia e conhece Tico, um garoto desajeitado que não sabe nem o que é poesia. Florisbela.

10h30
Salão de Ideias
Jamil Albuquerque
Local: Thaatro Pedro II
Jamil Albuquerque,
economista, terapeuta
comportamental,
especialista em Marketing
e conferencista, fará Salão
de Ideias com o tema
Liderança e Motivação.

10h30 | Salão de Ideias

Saulo Gomes

Local: Auditório Meira Júnior

Com mais de 50 anos de experiência no jornalismo, um dos autores homenageados desta edição da Feira é um esmero contador de histórias. Saulo Gomes é considerado um dos mais renomados repórteres do rádio e da televisão brasileira, dentre seus trabalhos está a apresentação do programa "Pinga- Fogo", que entrevistou Chico Xavier na década de 1970. Atualmente, o jornalista Gomes está escrevendo suas memórias e passando para livros e DVDs suas reportagens mais marcantes.

13h30 | Salão de Ideias

Maria Gabriela Suárez

Local: Auditório Palace

A argentina Suárez é autora de "La Magia", um livro autobiográfico que foi sucesso estrondoso no país, escrito nos moldes de um diário íntimo. Nele, Gabriela descreve sua experiência como filha adotada sob a ótica adolescente, porém com a maturidade de quem sempre soube dessa condição.O livro vem sido utilizado como fonte de informação a pais e como material recomendado em diferentes associações ligadas a adoção.

14h | Café Filosófico

Arthur Dapieve

Local: Auditório Meira Júnior

Jornalista e crítico musical, trabalhou em grandes empresas midiáticas do país como "Jornal do Brasil", "Veja Rio" e "O Globo", onde assina uma coluna semanal no Segundo Caderno.

Dentre seus livros estão "BRock – O rock brasileiro dos anos 80", "Renato Russo – O trovador solitário", "De cada amor tu herdarás só o cinismo" e "Conversa sobre o tempo com Luis Fernando Verissimo e Zuenir Ventura".

15h30 | Salão de Ideias

Alessandra Roscoe

Local: Auditório Palace

Jornalista e escritora de livros infantis. Possui dez livros publicados, dentre eles "A Menina que Pescava Estrelas" e "O Jacaré Bilé", além de ser colaboradora da revista "Ctaúdia" e participar de diversos projetos de incentivo à leitura.

16h | Nossa Aldeia

Vera Fajardo irá realizar uma leitura dramática do texto "ABCDente Narrativas Também Engraçadas" de José Carlos Panazollo

Local: Auditório Meira Júnior

A atriz Vera Fajardo estreou no teatro atuando e produzindo espetáculos. Foi uma das fundadoras da Casa da Gávea, onde criou e coordena o, hoje, prestigiado Ciclo de Leituras Dramáticas.

16h | Mesa de Debates

Mansur Lutfi, Marisa Barbieri, Simone Salomão e Paulo Cunha

Local: Theatro Pedro II

Mesa de debates sobre Ciências, Literatura e Divulgação Científica. Mansur Lutfi é formado em Química com mestrado e doutorado em Educação, com ampla experiência em educação popular, sendo atualmente professor da Unicamp. Marisa Barbieri é coordenadora da Casa da Ciência do Hemocentro de Ribeirão Preto, doutora em Filosofia pela USP e professora aposentada. Desenvolve trabalhos para difusão do conhecimento por meio da união entre pesquisadores, professores e alunos da rede básica. Simone Salomão é bióloga com mestrado e doutorado em Educação. Possui extensa experiência como professora de Ciências e Biologia, atualmente é professora da Faculdade de Educação da UFF(Universidade Federal Fluminense). Paulo Cunha possui mestrado em Genética pela USP, especialização em Biologia do Desenvolvimento e em Jornalismo Científico. Publicou diversos livros didáticos e paradidáticos com temas relacionados à área de Ciências.

18h30 | Salão de Ideias

Marcelo Jabur

Local: Biblioteca Padre Euclides

Escritor, professor e palestrante de cursos de pós-graduação, Marcelo Jabur, irá relatar as questões atuais e cotidianas na vida profissional de grande parte das pessoas, através do livro "Escolher ou ser Escolhido – qual a opção para sua carreira?", (Ed. Roca), a obra trabalha a temática central por meio de várias abordagens. Atualmente, Marcelo Jabur, é coach executivo junto a gestores dos mais variados segmentos. Doutor em Psicologia pela USP, onde desenvolveu trabalho que procurou verificar a relação entre a Competência Profissional e a Personalidade. É também Mestre em Ciências do Esporte pela Unicamp.

18h30 | Seminário Gramsci

Dênis de Moraes

Local: Auditório Palace

Um dos grandes pensadores da Comunicação no país possui pós-doutorado em Comunicação pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). É professor do do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). O autor tratará do tema "Comunicação, Hegemonia e Contra- Hegemonia no Brasil".

18h30 | Orquestra

USP Filarmônica

Local: Theatro Pedro II

Sob regência do maestro Rubens Ricciardi, a orquestra do Departamento de Música da USP foi fundada em 2011 e visa contemplar a ampla interação entre composição, pesquisa e interpretação/performance em música com especial destaque à música brasileira.

18h30 | Palavra Cantada

Sérgio Pereira e Marivone Lobo

Local: Arena Cultural Luciana Savage

O projeto traz um músico local interpretando canções da MPB com comentários de um professor da cidade. Uma bela combinação entre contrabaixo e voz. A dupla tem quatro CDs gravados e participaram de diversos projetos artísticos. Neste Palavra Cantada interpretam músicas de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé e Mutantes, os mestres da Tropicália. Comentários: Gisele Ganade.

20h | Show

Deva Mille

Local: Palco Esplanada

O show "Peregrinando e Cantando" é resultado de experiências de vida de Deva Mille. O músico criou o show que apresenta músicas autorais e inéditas, criadas nos últimos 20 anos, transitando por várias histórias com jovens e crianças em situação de risco, em abrigos e creches, em ONGs, hospitais, comunidades carentes, penitenciárias e no palco. Na pele, muita percussão, um pé no chão do litoral nordestino, outro na Arena, além do canto inspirado na Mangueira e Cartola.

21h | Show

Bangalafumenga e Rodrigo Maranhão

Local: Palco Esplanada

Uma boa mistura entre samba, maracatu e funk. Depois das primeiras experimentações, o grupo lançou seu primeiro disco, homônimo, em 2001, que trazia as mesclas de bateria de escola de samba com instrumentos da música pop a serviço de samba-funk e nordestinidades como ciranda e maracatu. O show na Feira será do trabalho "Barraco Dourado", lançado em 2008, marcado por composições dançantes. Atualmente, o Bangalafumenga conta com 15 integrantes fixos e é um dos mais populares blocos carnavalesco do Rio de Janeiro.

PROGRAMAÇÃO

05 de junho DOMINGO

9h | Coral

AORP

Local: Marquise do Theatro Pedro II

Com cinco anos de experiência, o coral da Associação Odontológica de Ribeirão Preto já se apresentou em diversos espaços da cidade e gravou um CD com canções renascentistas e natalinas. Coordenado pela equipe da Dia Mimaz, sob direção da maestrina Gisele Gerade.

9h | Salão de Ideias

Maria Celeste Dezotti

Local: Auditório Palace

Professora de Língua e Literatura Grega na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. Dedica-se a pesquisas em Lexicografia Grega e Portuguesa e em Literatura Grega, com especial destaque para a fábula, o teatro, a literatura helenística e a tradução de textos gregos. Traduziu vários livros, dentre ele "Diálogos dos Mortos", de Luciano de Samósata (Hucitec), além de ser coautora e organizadora de obras como "A Tradição da Fábula" (UNB; Imprensa Oficial).

10h | Show Infantil

Ana Favaretto e Márcio Coelho

Local: Palco Esplanada

O show Curuminzada prima pela qualidade musical e respeito à capacidade de entendimento da criança. Com letras inteligentes aplicadas a vários gêneros musicais é interativo, divertido e faz uso de bonecos e adereços criados por Ana Favaretto, que também assina o cenário da produção.

10h e 14h

Teatro Infantil

Os Doze trabalhos de Hércules - Recontando a História

Local: Arena Cultural Luciana Savaget

De volta à Grécia Antiga, a emocionante história de uma das maiores lendas gregas, o semideus Hércules. O herói enfrenta grandes desafios com a força, a inteligência e a coragem de um deus. Produção de Fabiana Martins, Rafael Ravi, Marisa Martins e Fernanda Lemos

10h30 | Autores Locais

Cléo Reis, Helena Agostinho, Leda Pereira e Regina Baldini

Local: Auditório Meira Júnior

Mediação de Maris Ester

Cléo Reis é poeta e escritora. Membro fundadora de grupos culturais como a Casa do Poeta e Grupos Jovens da Casa. Tem vários livros publicados e participou de várias antologias e pertence à Academia de Artes e Letras de Ribeirão Preto. Helena Agostinho também é membro fundadora da Casa do Poeta de Ribeirão Preto e é membro do Proyeto Cultural Sur. Idealizadora de vários projetos culturais em Ribeirão Preto. Leda Pereira é a atual presidente da União dos Escritores Independentes. Tem vários livros publicados e participa ativamente de movimentos literários em Ribeirão Preto. Regina Baldini é escritora e administradora de empresas. É autora do livro "Tira o Pé da Minha Mamita!", em que conta histórias sobre conflitos do dia a dia no universo corporativo.

11h

Conferência

Contardo Calligaris

Local: Theatro Pedro II

Psicanalista e escritor. Colunista da "Folha de São Paulo" e entrevistado constante da programação da rede Globo. Dentre seus livros estão "Terra de Ninguém", "O Conto do Amor" e "Cartas a um Jovem Terapeuta".

13h30 | Autores Locais

Albino Bonomi, Carolina Bernardes e Denis Bó

Local: Auditório Palace

Mediação de Eliane Ratier

Bonomi é médico psicanalista. Autor da obra "O Ciclo Gestatório de um Homem", um relato autobiográfico que trata de temas humanos fundamentais. Carolina é especialista em fundamentos da leitura, crítica da literatura e doutora em Letras com estudos sobre o autor grego Nikos Kaizantzaks. Denis Bó é médico psiquiatra e coordenador do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto.

14h | Salão de Ideias

João Paulo Cuenca

Local: Auditório Meira Júnior

Autor do seriado "Afinal o que querem as mulheres?", produzido pela TV Globo. O escritor João Paulo Cuenca foi colunista da "Tribuna da Imprensa", "Jornal do Brasil", revista "TPM" e jornal "O Globo", teve ampla participação em festivais literários na América Latina e Europa, sendo selecionado pelo festival Bogotá Capital Mundial do Livro com um dos 39 autores mais destacados na América Latina com menos de 39 anos. Seu último romance "O único final feliz para uma história de amor é um acidente" foi lançado pela Companhia das Letras em 2010.

14h | Show
Vinicius de Moraes, o poeta do amor
Local: Theatro Pedro II
Com Ayrton Salvanini
O ator, diretor, compositor, autor e poeta Ayrton Salvanini apresenta textos e passagens da vida de Vinicius de Moraes. Uma mesinha, uísque, violão, cigarros, poemas e canções. O espetáculo foca a palavra do poeta emocionando o público.

15h30 | Salão de Ideias
Cláudia Colucci
Local: Biblioteca Padre Euclides
Especialista em Jornalismo de Saúde e mestre em História da Ciência. Repórter especial da "Folha de São Paulo". Autora dos livros "Quero ser Mãe" (Palavra Mágica), "Por que a Gravidez não vem?" (Atheneu) e co-autora do livro: "O Saber Fazer e os muitos Saberes: Experiências, Experimentos e Experimentações (PUC).

15h30 | Salão de Ideias
Demóstenes Ferreira da Silva Filho
Local: Auditório Palace
Doutor em Agronomia pela Unesp com ampla participação em eventos acadêmicos. Atua na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Silvicultura Urbana.

16h | Nossa Aldeia
Paulo Giardini fará uma leitura dramática do texto "Entre Pedras, Girassóis e Poesia" de Rita Mourão
Local: Auditório Meira Júnior
Ator de teatro, TV e cinema. Participou do grupo Tapa de teatro, do filme "Tropa de Elite 2", diversas novelas e seriados da rede "Globo" e "Record", dentre elas "América", "Celebridade" e "A Diarista". Atualmente faz parte do elenco de "Insensato Coração".

16h | Mesa de Debates
Allan Sieber, Paulo Scott e Daniel Pellizzari
Local: Theatro Pedro II
Um bate papo com três desenhistas escritores, com o tema Cartoon versus Quadrinhos. Allan Sieber é roteirista, autor de quadrinhos, cartunista e diretor de animação. Dirigiu vários curtas de animação, ficção e documentário e foi um dos roteiristas do programa "Casseta e Planeta" entre 2009 e 2010 e é cartunista da "Folha de São Paulo". Paulo Scott é um escritor de muitos projetos, um deles é o "Na Tábua", que reúne literatura e ilustrações. Dentre seus livros estão "Ainda orangotangos" (Livros do Mal), "Voláteis"(Objetiva) e "A timidez do monstro" (Objetiva). Pellizzari é escritor, quadrinista, tradutor e editor, sendo um precursores no uso da Internet como laboratório literário, participando da concepção do fanzine digital CardosOnline, publicação que alcançou grande público no final década de 90. É criador da editora Livros do Mal e dentre seus livros estão "Ovelhas que Voam se Perdem no Céu" e "O Livro das Cousas que Acontecem".

18h | Show
Banda Ozaziê
Local: Palco Esplanada
Uma deliciosa mistura de samba de raiz, samba rock, samba enredo e MPB em ritmo de samba, reunindo diferentes gerações da música brasileira. Uma banda que caminha por grandes nomes da música brasileira como Cartola, Jamelão, Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Jorge Ben Jor e muito mais.

19h | Show
Otto
Local: Palco Esplanada
Após cinco anos de produção, o cantor, compositor e percussionista Otto traz para os palcos o show "Certa Manhã Acordei de Sonhos Intranquilos" , que teve a obra "Metamorfose" de Franz Kafka como inspiração. Na banda estão Dengue e Pupilo, do Nação Zumbi e Fernando Catatau do Cidadão Instigado. O CD ainda conta com participações especiais de Céu, da mexicana Julieta Venegas e de Lirinha. A primeira faixa "É Crua" faz parte da trilha sonora da novela "Passione".

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Suplicy. V. Exª atendeu ao pedido do Senador Cyro Miranda, que precisava falar com uma certa urgência. V. Exª tinha doze minutos, mas atendeu ao pedido dele.

Houve uma permuta entre o Senador Cyro Miranda e o Senador Anibal Diniz. Então, fala, neste momento, o Senador Cyro Miranda e, em seguida, o Senador Anibal Diniz.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal, muito obrigado pela sua gentileza, como sempre.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto da minha fala nesta noite, quero informar que acabo de dar entrada junto à Mesa a um projeto de lei que dispõe sobre os critérios de reajuste da bolsa de médico residente e seu regime de filiação ao Regime Geral de Previdência Social.

Como é de conhecimento de todos, na quarta-feira da semana passada, o Senado Federal derrubou a MP nº 521, de 2010, que também tratava dessa matéria.

Por não ter sido convertida em lei, a MP perdeu sua eficácia, razão pela qual apresentamos à consideração dos nobres colegas Senadores essa proposição legislativa, que visa fazer justiça ao médico residente, encaminhando a matéria, na forma correta, por meio de projeto de lei.

Nosso projeto não apenas reinstitui o reajuste e os benefícios previdenciários que tinham sido concedidos por meio da citada MP, como também estabelece o princípio do reajuste anual do valor da bolsa do médico residente, a ocorrer na mesma data e com idêntico percentual daquele do salário mínimo.

Vamos trabalhar junto a esta Mesa e às lideranças partidárias, para que determinem a tramitação da proposta em regime de urgência, o que possibilitará sua aprovação pelo Senado ainda neste semestre.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que isso é fazer justiça, e esse é um encaminhamento correto que deveríamos ter feito.

Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Cyro, não poderia, como médico, deixar de fazer um aparte ao pronunciamento de V. Ex.ª, em que comunica a iniciativa de um projeto tão relevante quanto este. Precisamos cuidar muito da formação dos médicos no Brasil, porque, se nós queremos que os pacientes, as pessoas mais carentes principalmente, tenham um bom atendimento, é preciso, sobretudo e primeiramente, que tenhamos bons médicos e depois, obviamente, que tenhamos os instrumentos para que esses bons médicos atendam à população – mas essa é uma outra conversa. Quer dizer, a questão do sistema, do modelo que está aí, da infraestrutura de atendimento, é uma outra conversa. Aqui estamos falando de algo vital que é justamente a formação do profissional, e não é possível formar bons profissionais com a bolsa nos valores em que estão atualmente. Quero, portanto, cumprimentar V. Exª e parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo, principalmente vindo do senhor, que é um conceituado médico e que conhece todas as dificuldades por que passam todos esses profissionais. Acho que estamos fazendo justiça e entrando da maneira certa, da maneira correta, que é discutindo. E, em regime de urgência. Tenho certeza de que, se formos ágeis tanto aqui quanto na Câmara, em menos de um mês ou no máximo em um mês, teremos aprovada esta Lei.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, são extremamente graves as denúncias publicadas pela revista **Veja** nas reportagens "O raio X da corrupção" e "Apertem os cintos, o dinheiro sumiu".

Na primeira reportagem, fica clara uma manobra espúria e fraudulenta para desviar dinheiro público sob o manto da legalidade.

Depois de dois anos de análise minuciosa de contratos públicos, a Polícia Federal descobriu o pulo do gato: estão superfaturadas as duas tabelas oficiais utilizadas como referência na contratação de obras e serviços públicos, tanto a do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), quanto a do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro).

Ocorre que, para órgãos de fiscalização, como o TCU e a Controladoria-Geral da União, um preço só é classificado como superfaturado se estiver acima dos valores constantes do Sinapi e do Sicro. Tudo o que estiver dentro do limite das tabelas é considerado legal.

Mas a aplicação da tabela já torna a obra superfaturada na licitação – e o que é pior –, sob a proteção da Lei. Alguns produtos, como tijolos, apresentam preço 20% acima do que são encontrados no mercado; a tinta látex está 128% mais cara, e o forro para teto, 145%.

Fica a pergunta: por que o cidadão comum consegue comprar material da mesma qualidade, mas a um preço mais barato, e o governo, dono de grandes

projetos, não consegue economizar ou negociar preços melhores?

As tabelas que deveriam ser utilizadas como valor máximo passaram a garantir um superfaturamento.

Não é só, Sr. Presidente; a mesma reportagem denuncia como trechos de ferrovia são compartilhados num conluio para sangrar os cofres da União.

Segundo o Ministério Público Federal, com a conivência de quem organizou a licitação para a construção do trecho Ferrovia Norte-Sul que corta o Estado de Goiás, o trabalho foi divido em sete lotes.

Havia diversas empreiteiras interessadas em participar da concorrência, mas a Valec, a estatal que cuida da construção de ferrovias, habilitou apenas sete empresas, uma para cada lote.

Não houve disputa alguma. Todos os que entraram no certame sabiam que iriam ganhar um lote. Com isso, jogaram o preço lá no alto, cientes de que não seria preciso superar nenhum concorrente.

O governo pagou R$245 milhões apenas pela construção de um dos sete trechos. Desse valor, concluíram os peritos da PF – Polícia Federal –, R$50 milhões foram superfaturados.

Nessa onda, Srªs e Srs. Senadores, uma montanha de verbas públicas está prestes a ser despejada nas obras destinadas à Copa do Mundo de 2014.

Pelos cálculos da Polícia Federal, dos R$24 bilhões que serão gastos no Mundial, cinco bilhões, ao menos, podem ir pelo ralo, pelo ralo da corrupção com a providencial ajuda das tabelas de referência.

A segunda reportagem, "Apertem os cintos, o dinheiro sumiu", publicada pela **Veja**, afirma que uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no governo Lula.

O repórter Fernando Mello afirma:

> Os ratos da corrupção infestam a maior parte das repartições do governo. Mas, em algumas, eles reinam. É o caso da Infraero, a estatal que deveria cuidar dos aeroportos brasileiros e que, ao longo dos anos, se transformou em uma máquina de desviar dinheiro público.

Essa foi a conclusão a que chegou a Polícia Federal. Os peritos afirmam que, dos R$4,2 bilhões investidos nos aeroportos entre 1999 e 2007, foram tungados ao menos R$891 milhões ou 21% do total – dinheiro suficiente para pôr de pé um empreendimento do porte do terceiro terminal de Guarulhos, uma das mais urgentes obras aeroviárias em curso no País.

Os autores do relatório destacam que a cifra não é uma estimativa, mas um valor que comprovadamente decolou dos cofres da Infraero rumo aos bolsos escusos por meio de falcatruas diversas.

Isso, Sr. Presidente, é um acinte. Mas um acinte com verniz legal. Ele está amparado pela assinatura de um termo aditivo – instrumento que deveria servir para fazer pequenos ajustes em obras já licitadas, mas que, frequentemente, como no caso do aeroporto Santos Dumont, é usado para driblar as regras e encarecer o projeto. A troca de um modelo de vidro plano para outro curvo resultou em aumento de R$3 milhões para R$30 milhões.

Nós entendemos que temos o dever de apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos para convidar as autoridades da Polícia Federal e dos órgãos de fiscalização para prestarem os devidos esclarecimentos sobre todos esses episódios.

Como órgão fiscalizador, o Senado Federal não pode ficar inerte diante de tanta roubalheira de dinheiro público.

Isso é intolerável, é inadmissível!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto à palavra do Senador Cyro Miranda, quero dizer que o seu pronunciamento inicial sobre os médicos residentes terá, como disse o Senador Mozarildo, nosso total apoio. E, naturalmente, quanto à segunda parte, do combate à corrupção, todos nós temos obrigação de estarmos na linha de frente.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, público que nos acompanha pela TV Senado.

Primeiramente, Senador Paim, quero informar que, no último final de semana, o povo de Cruzeiro do Sul, um dos Municípios mais distantes da capital, Rio Branco, no outro extremo do Estado, no Vale do Juruá, viveu um momento histórico, que foi a primeira passagem sobre a ponte construída, ligando as duas margens do rio Juruá em Cruzeiro do Sul.

Foi uma grande festa, uma festa que envolveu um grande número de pessoas, moradores de Cruzeiro do Sul e dos Municípios vizinhos, Porto Walter, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Taumaturgo, que também acompanharam este momento que foi um momento histórico. Uma ponte de 550 metros de extensão, a maior ponte do Acre, que foi iniciada pelo Governador Binho e está em fase de conclusão agora, com o Governador Tião Viana. E o Governador Tião Viana autorizou a utilização, dada a necessidade de ligação dos moradores dos bairros Miritizal e Lagoa e também para fazer a ligação de uma margem a outra do rio Juruá.

Estavam presentes o Vice-Governador César Messias, o Secretário de Indústria e Comércio Edvaldo Magalhães, deputados e lideranças locais, de tal maneira que houve uma grande festa realmente comemorando o fim do isolamento.

Ao mesmo tempo, na sexta-feira, aconteceu a abertura da BR-364, de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, que é algo que acontece em todo verão, e quando chega o forte do inverno essa estrada é interrompida. A esperança do povo acreano é que este ano de 2011 seja o último ano em que a estrada precisará ser aberta, porque ela vai ficar aberta em definitivo a partir deste ano de 2011, com todas as possibilidades de conclusão de toda a pavimentação até 2012.

O Governador Tião Viana não estava presente nesse ato, porque estávamos juntos no Vale do Acre, participando de solenidades nos Municípios de Assis Brasil, com a Prefeita Eliana, Brasiléia, com a Prefeita Leila Galvão, e Epitaciolândia, com o Prefeito José Ronaldo. Nesses Municípios, o Governo do Acre deu continuidade ao programa de entrega dos *laptops* para alunos do 3º ano do Ensino Médio. É um programa da máxima importância para o fortalecimento do projeto de educação do Acre. Vale ressaltar que estão sendo distribuídos ao todo nove mil *laptops* para alunos do 3º ano do Ensino Médio e também para professores. E esses equipamentos estão carregados com 2.500 títulos, uma biblioteca com 2.500 livros para esses jovens e mais de 500 vídeos educativos, fornecidos pelo MEC, de tal maneira que o Governo do Acre está fazendo um investimento muito forte no sentido de garantir melhores condições para o aprendizado dos nossos alunos, de maneira que eles se preparem melhor para a entrada na universidade e a gente possa verdadeiramente cumprir aquele binômio de sustentabilidade com avanço em conhecimento, em tecnologia, que é o grande desafio para o sucesso da sustentabilidade.

O Governo do Acre está dando esse passo à frente no sentido de fornecer esses equipamentos para os estudantes e por onde quer que a gente tenha passado o resultado tem sido excepcional, a alegria, o entusiasmo dos estudantes, que com certeza vão se constituir numa geração muito melhor preparada do que a nossa geração, porque vai ter muito mais oportunidade de aprendizado com muito mais conteúdo e muito mais fonte de pesquisa.

Também em Brasiléia, o Governo participou do ato de doação do terreno para implantação do campus universitário da fronteira do Vale do Acre, que vai atender aos Municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e também ao Município de Capixaba, que fica nas imediações, de tal maneira que a Universidade Federal do Acre vai fazer uma grande expansão rumo ao Vale do Acre, no sentido de abrir novas possibilidades para os jovens, num empreendimento que ao todo vai significar investimentos superiores a R$30 milhões, que vai contar com mobilização de todos os Parlamentares do Acre, da Bancada Federal do Acre, que já se comprometeu com a Reitora Olinda Batista no sentido de contribuir para a captação dos recursos necessários para que esse campus seja construído no mais curto espaço de tempo possível e para que toda a juventude daquela região do alto Acre possa ter acesso à universidade e aos centros de pesquisas que a universidade vai proporcionar ali no Vale do Acre.

É um projeto de muita ousadia que vai fazer com que a nossa universidade expanda ainda mais a fronteira do conhecimento e proporcione muitas outras possibilidades para os jovens daquela região.

O outro assunto que me traz à tribuna, Senador Paim, é uma referência a algo que já foi mencionado aqui por outros Senadores, tanto na sexta-feira quanto na sessão de hoje, mas sobre o que eu achei muito importante que fizéssemos um registro especial.

Na última quinta-feira, a Presidenta Dilma fez o lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Vale ressaltar que estavam presentes Senadores, prefeitos, governadores, todo mundo se comprometendo com o desafio lançado pela Presidenta Dilma, e estavam presentes também, lá do nosso Estado do Acre, o Governador Tião Viana, o Senador Jorge Viana e eu.

Nós nos orgulhamos muito da atitude da Presidenta Dilma com seu anúncio de que vai dar continuidade ao esforço empreendido pelo Presidente Lula no sentido de erradicar a pobreza do Brasil. O esforço do Presidente Lula ao longo dos oito anos do seu governo contribuiu para a elevação de 28 milhões de brasileiros da condição de pobreza. Eles saíram da condição de pobreza e atingiram condição de dignidade em todo o Brasil. E a Presidenta Dilma, agora, com o Plano Brasil sem Miséria, se propõe elevar mais 16,2 milhões de pessoas da condição de pobreza para uma condição de dignidade.

Então, Sr. Presidente, o Plano Brasil sem Miséria, lançado quinta-feira passada pela Presidenta Dilma Rousseff, alia transferência de renda e acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. Equipes de profissionais farão uma procura minuciosa na sua área de atuação para localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também vão identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos.

O Plano Brasil sem Miséria tem por meta retirar 16,2 milhões de brasileiros da situação de extrema pobreza. A estratégia prevê um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, Municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

O Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro. A Presidenta Dilma, no seu discurso de lançamento do Plano Brasil sem Miséria, fez uma afirmação muito contundente. Ela disse: "O Brasil sem Miséria abre de vez uma grande porta de entrada para o Século XXI. Esse plano nasce com base na filosofia de que a melhor política é a política de desenvolvimento social".

Esse plano é fruto do que o Brasil já conquistou nos últimos oito anos com o Presidente Lula, num círculo virtuoso que prossegue agora com a Presidenta Dilma, ampliando e aperfeiçoando todos os passos que foram dados ao longo dos oito anos pelo Presidente Lula. É um plano que reflete o compromisso profundo do Governo da Presidenta Dilma com os mais pobres. O objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar social da população.

O Brasil Sem Miséria vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas, de acordo com suas necessidades. Para isso, o Governo seguirá os mapas de extrema pobreza produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, o nosso IBGE.

A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, deixou bem claro o esforço empreendido pelo nosso Governo no Programa Brasil sem Miséria. Ela disse: "O Brasil sem Miséria levará o Estado às pessoas mais vulneráveis onde elas estiverem". A partir de agora, não é a população mais pobre que terá de correr atrás do Estado, mas o contrário: é o Estado que vai se mobilizar para identificar, cadastrar e incluir as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Na estratégia da busca ativa, as equipes de profissionais farão uma procura minuciosa na sua área de atuação com o objetivo de localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também vão identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos.

Mutirões, campanhas, palestras, atividades socioeducativas, visitas domiciliares e cruzamentos de bases cadastrais serão utilizados neste trabalho. A qualificação dos gestores públicos no atendimento à população extremamente pobre também faz parte da estratégia.

O plano engloba ações nos âmbitos nacional e regional. Na zona rural, por exemplo, incentiva o aumento da produção por meio de assistência técnica, distribuição de sementes e apoio à comercialização. Na área urbana o foco da inclusão produtiva é a qualificação de mão de obra e a identificação de emprego. Além disso, as pessoas que ainda não são beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada serão incluídas nestes programas de transferência de renda.

O plano vai priorizar a expansão e a qualificação dos serviços públicos em diversas áreas, assegurando, por exemplo, documentação, energia elétrica, alfabetização, medicamentos, tratamentos dentário e oftalmológico, creches e saneamento. Os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) serão os pontos de atendimento dos programas englobados pelo Brasil sem Miséria. Além das sete mil unidades existentes no País, que funcionam em todos os Municípios, outros pontos de atendimento serão criados.

O plano Brasil sem Miséria, Presidente Paim, é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de R$70 por pessoa e cumpre um compromisso assumido pela Presidenta Dilma.

Do público alvo, do Brasil sem Miséria, 59% estão no Nordeste; 40% têm até 14 anos de idade; e 47% vivem em área rural.

Só foi possível reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil, nos últimos anos, porque o Governo adotou ações que aliam crescimento econômico com inclusão social, como o aumento do emprego, a valorização do salário mínimo, a ampliação dos programas sociais e a expansão do crédito.

Os resultados obtidos durante os oito anos de Governo do Presidente Lula são mais que expressivos e comprovam que as medidas foram acertadas. Podemos citar dois exemplos desses resultados, que são, por si só, autoexplicativos: 28 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza absoluta e 36 milhões subiram para a classe média, ascenderam à classe média e foram incluídos no mundo da compra e do mercado.

Com o Brasil sem Miséria, o Governo vai juntar o mapa da extrema pobreza com o da geração de oportunidades e permitir que milhões de brasileiros rompam a linha de miséria.

O plano Brasil sem Miséria tem tudo para dar certo, porque conta com apoio de governadores e de prefeitos. Só no ato de lançamento, a Presidenta Dilma contou com a presença de 15 Governadores, 26 Ministros e dezenas de prefeitos, Deputados, Senadores, lideranças de movimento sociais, empresários,

pesquisadores e até com a presença do Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick.

A meta do programa é qualificar 1,7 milhão de pessoas. As iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir estímulo ao empreendedorismo e à economia solidaria, oferta de cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, para atender às demandas nas áreas públicas e privadas, totalizando dois milhões de pessoas.

Em relação à qualificação, a proposta é atender 1,7 milhão de pessoas de 18 a 65 anos por meio de ações articuladas de Governo: Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – Pronatec; Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem; obras do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC e do Minha Casa, Minha Vida; Rede de Equipamentos de Alimentos e Nutrição; e coleta de materiais recicláveis.

Além da qualificação, o trabalho de inclusão produtiva abrangerá a emissão de documentos, acesso a serviço de saúde, como o Olhar Brasil, para exame de vista e confecção de óculos, e o Brasil Sorridente, para tratamento dentário, microcrédito e orientação profissional.

O plano prevê ainda o apoio à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Para este público, está prevista a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitanas, abrangendo 260 municípios.

O Brasil Sem Miséria também apoiará as prefeituras em programas de coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis. O plano vai capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores, até 2014, viabilizar a infraestrutura para 280 mil e incrementar cem redes de comercialização.

O número de agricultores familiares em situação de extrema pobreza atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos será quadruplicado, ou seja, o Governo da Presidenta Dilma está com esse programa volta tanto para o público urbano, que está em situação de pobreza absoluta, quanto o público que está na zona rural.

Uma das metas do Brasil sem Miséria para a zona rural é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares em situação de extrema pobreza, atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos. Subirá de 66 mil para 255 mil até 2014. Com a expansão, a participação dos agricultores muito pobres no conjunto dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos também terá uma elevação significativa: aumentará de 41% para 57%.

Atualmente, 156 mil agricultores vendem a sua produção para o programa. A meta é ampliar para 445 até o final do atual Governo. **Veja** que o Programa de Compras Governamentais Diretamente do Produtor, que atinge e beneficia hoje 156 agricultores, até 2014, atingirá o número de 445 mil, numa prova inequívoca do tamanho do esforço que está sendo feito pela Presidenta Dilma.

Para acompanhar os agricultores, haverá uma equipe de onze técnicos para cada mil famílias. Consta ainda do plano o fomento de R$2.400 por família, ao longo de dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente dos alimentos. O pagamento será efetuado por meio do cartão do Bolsa Família.

Além disso, 253 mil famílias receberão sementes e insumos, como adubos e fertilizantes; vão ampliar as compras por parte das instituições públicas e filantrópicas, hospitais, escolas, universidades, creches e presídios. Também essas compras serão ampliadas nos estabelecimentos privados, que é um dos motivos da mobilização que está sendo feita pela Presidenta Dilma, no sentido de envolver Governos e a iniciativa privada com os segmentos comerciais e industriais.

No caso da água para o consumo, a proposta é construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio. Desde 2003, o Governo destinou recursos para a construção de 340 mil cisternas na região do Semiárido. E com a proposta da Presidenta Dilma, serão construídas mais 750 mil cisternas.

Outra iniciativa é a implantação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento para 272 mil famílias. Todas essas ações irão contemplar populações rurais dispersas ou que vivem em áreas mais adensadas e com acesso a fontes hídricas.

Além de todos esses anúncios, a Presidenta Dilma também anunciou o Bolsa Verde, que vai, a partir de agora, estabelecer uma remuneração de R$300 a cada trimestre para famílias que vivem em reservas extrativistas e contribuem para a preservação florestal. Então, vai atingir todas as famílias que atuam e contribuem para preservação florestal em reservas extrativistas e em outras áreas de conservação ambiental. Elas terão também o apoio da Presidenta Dilma

De tal maneira que, Sr. Presidente, ao término desse pronunciamento, quero reafirmar que estamos todos muito confiantes com o Governo da Presidenta Dilma no que diz respeito à inclusão socioprodutiva de milhões e milhões de brasileiros que ainda, apesar de todos os esforços empreendidos ao longo dessa última década, vivem abaixo da linha de pobreza. São esses

o alvo principal da ação da Presidenta Dilma, das preocupações todas do seu Governo.

A Presidenta Dilma fez uma exigência, que está sendo cumprida à risca por todos os Srs. Ministros, do trabalho integrado. Todos os Ministérios estão mobilizados no sentido de garantir o sucesso do programa Brasil sem Miséria.

Vale a pena ressaltar, Senador Paim, que, durante o ato de lançamento desse programa, a Presidenta da Cooperativa de Costureiros de Osasco foi convidada a fazer uma fala representando todos os beneficiários do programa. O nome dela é Marise dos Prazeres, uma senhora com quatro filhos, que fez um pronunciamento emocionante dizendo que, graças ao esforço deste Governo, do Governo do Presidente Lula, ela hoje se sente uma cidadã participativa. Ela disse que, no passado, era tímida. Não conseguia abrir a boca. Não conseguia fazer a defesa sequer dos seus direitos. Hoje, ela disse, no seu pronunciamento, que consegue falar de igual para igual com a Presidente Dilma e que, nessas circunstâncias, fala de Presidenta para Presidenta. Ou seja, ela mostrou que, quando se tem uma oportunidade, quando o Governo estende a mão para um pobre e lhe dá uma oportunidade de emprego e renda e de inclusão socioprodutiva, essa pessoa dá a volta por cima e consegue contribuir para que não só ela eleve o seu padrão social, mas também o de muitas pessoas a sua volta. É o exemplo da Presidente da Cooperativa de Costureiros de Osasco, onde ela e suas companheiras, com sua organização, com sua mobilização, constituíram um empreendimento formado por pessoas que eram, no passado, beneficiárias do Bolsa Família, mas que hoje são comerciantes que fazem contratos com prefeituras, vendem suas confecções e conseguem melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas que integram a cooperativa.

Então, esse Brasil com inclusão socioprodutiva, com as pessoas superando a linha de pobreza e entrando no mercado é o Brasil que está sendo construído com o esforço do Presidente Lula e, agora, com o esforço da Presidenta Dilma. É neste Brasil que nós acreditamos, é neste Brasil que estamos vivendo e em que depositamos todas as nossas esperanças.

É neste sentido, Senador Paim, que eu não vejo por que a gente ficar cedendo a essa tentação da pauta do microfone de querer fazer do Brasil o Brasil dos escândalos. O Brasil do momento é o Brasil da inclusão socioprodutiva, é o Brasil que olha para os pobres, é o Brasil que está preocupado em fazer com que as condições de vida do nosso povo fiquem cada vez melhores, porque é assim que nós vamos nos apresentar para o mundo: protegendo nosso meio ambiente, elevando nossas condições de produção, tanto para a exportação quanto para o consumo interno, e, principalmente, garantindo as ações de saúde, educação, segurança e inclusão socioprodutiva, para que milhões e milhões de brasileiros que ainda não conseguiram superar a pobreza extrema possam comemorar essa conquista nos próximos quatro anos.

Então, a Presidenta Dilma e toda a sua equipe de Governo estão de parabéns e eu faço aqui este meu registro e peço que o Senado Federal mantenha isto nos seus Anais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras:

Brasil Sem Miséria vai localizar e incluir em seus programas 16,2 milhões pessoas em situação de extrema pobreza.

O Plano Brasil Sem Miséria lançado quinta-feira passada pela presidenta Dilma Rousseff alia transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Equipes de profissionais farão uma procura minuciosa na sua área de atuação para localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também vão identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos

O Plano Brasil sem Miséria tem por meta retirar 16,2 milhões de brasileiros da situação de extrema pobreza.

O plano lançado pela presidente Dilma Rousseff agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva.

A estratégia prevê um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

O governo federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.

> "O Brasil Sem Miséria abre de vez uma grande porta de entrada para o Século 21. Este plano nasce com base na filosofia de que a melhor política é a de desenvolvimento social". Esse plano é fruto do que já conquistamos nos últimos anos, num círculo virtuoso iniciado pelo

presidente Lula e que está sendo ampliado e aperfeiçoado agora pela presidente Dilma.

É um plano que reflete o compromisso profundo do Governo da presidente Dilma com os mais pobres.

O objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. O Brasil Sem Miséria vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. Para isso, o governo seguirá os mapas de extrema pobreza produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, deixou bem claro o esforço empreendido pelo Governo:

O Brasil Sem Miséria levará o Estado às pessoas mais vulneráveis onde elas estiverem. A partir de agora, não é a população mais pobre que terá que correr atrás do Estado, mas o contrário: É o Estado quem vai se mobilizar para identificar, cadastrar e incluir as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Busca ativa – Na estratégia da busca ativa, as equipes de profissionais farão uma procura minuciosa na sua área de atuação com o objetivo de localizar, cadastrar e incluir nos programas as famílias em situação de pobreza extrema. Também vão identificar os serviços existentes e a necessidade de criar novas ações para que essa população possa acessar os seus direitos.

Mutirões, campanhas, palestras, atividades socioeducativas, visitas domiciliares e cruzamentos de bases cadastrais serão utilizados neste trabalho. A qualificação dos gestores públicos no atendimento à população extremamente pobre faz parte da estratégia.

O plano engloba ações nos âmbitos nacional e regional. Na zona rural, por exemplo, incentiva o aumento da produção por meio de assistência técnica, distribuição de sementes e apoio à comercialização. Na área urbana, o foco da inclusão produtiva é a qualificação de mão-de-obra e a identificação de emprego. Além disso, as pessoas que ainda não são beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão incluídas nestes programas de transferência de renda.

O plano vai priorizar a expansão e a qualificação dos serviços públicos em diversas áreas, assegurando, por exemplo, documentação, energia elétrica, alfabetização, medicamentos, tratamentos dentário e oftalmológico, creches e saneamento. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) serão os pontos de atendimento dos programas englobados pelo Brasil Sem Miséria. Além das sete mil unidades existentes no País que funcionam em todos os municípios, outros pontos de atendimento serão criados.

O plano Brasil Sem Miséria é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de até R$70 por pessoa, cumpre um compromisso assumido pela presidenta Dilma Rousseff.

Do público alvo do Brasil Sem Miséria, 59% estão no Nordeste, 40% têm até 14 anos e 47% vivem na área rural.

> "Só foi possível reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil, nos últimos anos, por que o governo adotou ações que aliam crescimento econômico com inclusão social, como o aumento do emprego, a valorização do salário mínimo, a ampliação dos programas sociais e a expansão do crédito".

Os resultados obtidos durante os oito anos do presidente Lula são mais que expressivos e comprovam que as medidas foram acertadas:

> – 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 36 milhões subiram para a classe média

Com o Brasil Sem Miséria, o Governo vai juntar o mapa da extrema pobreza com o da geração de oportunidades e permitir que milhões de brasileiros rompam a linha da miséria.

O Plano Brasil Sem Miséria tem tudo para dar certo porque conta com o apoio de Governadores e Prefeitos;

Só no ato de lançamento, a presidente Dilma contou com a presença de 15 governadores, 26 ministros e dezenas de prefeitos, deputados, senadores, lideranças de movimentos sociais, empresários, pesquisadores e o presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick.

Meta é qualificar 1,7 milhão de pessoas nas cidades.

As iniciativas de inclusão produtiva urbana vão reunir estímulo ao empreendedorismo e à economia solidária, oferta de cursos de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra para atender às demandas nas áreas públicas e privadas, totalizando dois milhões de pessoas.

Em relação à qualificação, a proposta é atender 1 milhão e 700 mil pessoas de 18 a 65 anos por meio de ações articuladas de governo: Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida; Rede de Equipamentos de Alimentos e Nutrição; e coleta de materiais recicláveis.

Além da qualificação, o trabalho de inclusão produtiva abrangerá a emissão de documentos, acesso a serviços de saúde, como o Olhar Brasil, para exame de vista e confecção de óculos, e o Brasil Sorridente, para tratamento dentário, microcrédito e orientação profissional.

Catadores – O plano prevê ainda o apoio à organização produtiva dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Para este público, está prevista a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades de inclusão socioeconômica. A prioridade é atender capitais e regiões metropolitanas, abrangendo 260 municípios.

O Brasil Sem Miséria também apoiará as prefeituras em programas de coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis. O plano vai capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores, até 2014, viabilizar a infraestrutura para 280 mil e incrementar cem redes de comercialização.

Número de agricultores familiares em situação de extrema pobreza atendidos pelo– Programa de Aquisição de Alimentos será quadruplicado.

Uma das metas do Brasil sem Miséria para a zona rural é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares, em situação de extrema pobreza, atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Subirá de 66 mil para 255 mil até 2014. Com a expansão, a participação dos agricultores muitos pobres no conjunto dos beneficiários do PAA será elevada de 41% para 57%. Atualmente, 156 mil agricultores vendem sua produção para o programa e a meta é ampliar para 445 mil até o final do atual governo.

Para acompanhar os agricultores, haverá uma equipe de 11 técnicos para cada mil famílias. Consta ainda do plano o fomento de R$2,4 mil por família, ao longo de dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente dos alimentos. O pagamento será efetuado por meio do cartão do Bolsa Família.

Além disso, 253 mil famílias receberão sementes e insumos, como adubos e fertilizantes. Ampliar as compras por parte de instituições públicas e filantrópicas (hospitais, escolas, universidades, creches e presídios) e estabelecimentos privados da agricultura familiar também é objetivo do plano.

750 mil famílias terão cisternas; 257 mil receberão energia elétrica.

O acesso à água para o consumo e a produção é outra ação que se fortalece com o Brasil sem Miséria. De acordo com o plano, a construção de novas cisternas para o plantio e criação de animais vai atender 600 mil famílias rurais até 2013. Também haverá um "kit irrigação" para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos.

No caso da água para o consumo, a proposta é construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio. Desde 2003, o governo destinou recursos para a construção de 340 mil cisternas na região do semiárido.

Outra iniciativa é a implantação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento para 272 mil famílias. Todas essas ações irão contemplar populações rurais dispersas ou que vivem em áreas mais adensadas e com acesso a fontes hídricas.

O plano definiu também que mais 257 mil famílias terão acesso à energia elétrica até 2014. Esse quantitativo foi obtido a partir de cruzamento dos dados da população extremamente pobre, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o cadastro das empresas de energia.

Bolsa Verde: R$300 para preservação ambiental.

O governo federal vai criar um programa de transferência de renda para as famílias, em situação de extrema pobreza que promovam a conservação ambiental nas áreas onde vivem e trabalham. É o Bolsa Verde, que pagará, a cada trimestre, R$300 por família que preserva florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. O valor será transferido por meio do cartão do Bolsa Família.

Mais 800 mil no Bolsa Família; limite de benefícios por filho aumentará de 3 para 5

O Brasil Sem Miséria vai incluir no Bolsa Família 800 mil famílias que atendem as exigências de entrada no programa, mas não recebem o recurso porque ainda não estão cadastradas. Para efetuar o cadastramento, haverá um trabalho pró-ativo de localização desses potenciais beneficiários. O governo pretende atingir essa meta em dezembro de 2013. No Benefício de Prestação Continuada (BPC), está prevista a inserção de 145 mil idosos.

Outra mudança no Bolsa Familia é o limite do número de crianças e adolescentes com até 15 anos para o recebimento do benefício, que hoje é de R$32. Antes, independentemente do número de crianças na família, a quantidade máxima de benefícios era de três. Agora, passa para cinco. Com a alteração, 1,3 milhão de crianças e adolescentes serão incluídos no Bolsa Família. Hoje, são 15,7 milhões. Da população extremamente pobre, 40% têm até 14 anos.

Em abril, o governo reajustou em 45% o valor do benefício pago às crianças nesta faixa etária. Além da expansão do programa federal, o governo está em negociação com os estados e municípios para a ado-

ção de iniciativas complementares de transferência de renda.

Aumento de oferta de serviços públicos com qualidade

A expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza norteiam o Brasil sem Miséria. Para isso, o plano prevê o aumento e o redirecionamento dos programas aliados à sensibilização, mobilização e qualificação dos profissionais que atuam em diversas áreas. As ações incluirão os seguintes pontos:

– documentação;
– energia elétrica;
– combate ao trabalho infantil;
– cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
– saneamento;
– apoio à população em situação de rua;
– educação infantil;
– Saúde da Família;
– Rede Cegonha;
– medicamentos para hipertensos e diabéticos;
– tratamento dentário;
– exames de vista e óculos;
– combate ao crack e outras drogas;
– e assistência social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Os números do Brasil sem Miséria.

– Retirar 16,2 milhões da extrema pobreza
– Renda familiar de até R$70 por pessoa
– 59% do público alvo está no Nordeste, 40% tem até 14 anos e 47% vivem na área rural
– Qualificar 1,7 milhão de pessoas entre 18 e 65 anos
– Capacitar e fortalecer a participação na coletiva seletiva de 60 mil catadores até 2014
– Viabilizar a infraestrutura para 280 mil catadores e incrementar cem redes de comercialização
– Aumentar em quatro vezes, elevando para 255 mil, o número de agricultores familiares, em situação de extrema pobreza, atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
– Equipe de 11 técnicos para cada mil famílias de agricultores
– Fomento semestral de R$2,4 mil por família, durante dois anos, para apoiar a produção e a comercialização excedente dos alimentos
– 253 mil famílias receberão sementes e insumos
– 600 mil famílias terão cisternas para produção
– 257 mil receberão energia elétrica
– Construir cisternas para 750 mil famílias nos próximos dois anos e meio
– Implantação de sistemas complementares e coletivos de abastecimento para 272 mil famílias
– Bolsa Verde: R$300 para preservação ambiental
– Bolsa Família incluirá 800 mil
– Mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes incluídos no Bolsa Família

Governo entrega ponte de Cruzeiro do Sul e reabre a BR-364 pelo 13º ano seguido.

Na última sexta-feira, 3, o vice governador, César Messias, acompanhado de deputados e secretários de Estado, fez a reabertura da BR-364 e liberação da ponte de Cruzeiro do Sul para o tráfego.

Bairros Miritizal e Lagoa mais próximos

Moradoras dos bairros Miritizal e Lagoa, romperam o cordão de isolamento que impedia o tráfego na ponte e seguiram rumo ao centro de Cruzeiro do Sul, facilitando o acesso aos serviços básicos e essenciais a todas aquelas famílias como SAMU e policiamento ostensivo. Por isso, uma ambulância do *SAMU e uma viatura da Polícia Civil e outra do Corpo de Bombeiros foram os primeiros veículos a cruzar a ponte* tão desejada pela população.

"Só quem sabe o que essa ponte significa para a gente é quem viveu o que nós passamos", Maria da Silva Gonçalves, 59 anos, moradora do Miritizal.

Reunião com moradores

César Messias disse que manteve reunião com os moradores do Miritizal discutindo as ações de governo que deverão acontecer naquela localidade a partir de agora.

Uma delas deve levar água tratada para as residências do Miritizal e Lagoa. O governo pretende construir uma adutora que seguirá através da ponte e distribuirá água nas torneiras das diversas famílias daqueles bairros. "O lençol freático daquele lado de lá do rio não produz água de boa qualidade, por isso teremos que levar água daqui pra lá", explicou Messias.

Uma das maiores e mais modernas pontes do País

A ponte ainda não foi concluída mas já é possível trafegar por ela. Por isso, o governador Tião Viana autorizou que o tráfego de veículos e pessoas pudessem ser feito em uma das pistas da ponte, enquanto as empresas que a constroem trabalham em outro lado, aproveitando a reabertura da rodovia BR-364, que também aconteceu nesta sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz.

V. Exª será atendido na forma do Regimento, como será atendido também o Senador Eduardo Suplicy, que havia solicitado no momento da sua fala.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento defendendo o programa de combate à miséria e à pobreza.

Passo a palavra de imediato ao Senador Ciro Nogueira e, em seguida, ao Senador Blairo Maggi.

Prorrogamos a sessão por mais uma hora para que os dois Senadores façam seus pronunciamentos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ao assumir este mandato com a missão de buscar novos caminhos para contribuir ainda mais com o povo do nosso querido Estado do Piauí. É este o pensamento que me move e, acredito, move cada um dos Srs. Parlamentares que estão neste plenário, nesta Casa: encontrar alternativas para promover o desenvolvimento dos Estados que nos elegeram.

É nosso dever procurar meios que permitam a implantação de políticas que vão fazer uma real diferença na nossa sociedade, Senador Paulo Paim. Por isso, acabo de apresentar hoje um projeto de lei complementar que autoriza o Poder Executivo a criar Região Administrativa Integrada de desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba, contemplando os Estados do Piauí e do Maranhão.

O Piauí, Srªs e Srs. Senadores, é um Estado que requer muitos investimentos, é um Estado rico, devo ressaltar, entretanto com amplas disparidades sociais, a exemplo do que ocorre em vários outros Estados brasileiros. Da mesma forma acontece com nosso vizinho Estado do Maranhão, cujas necessidades também são relevantes, que será também beneficiado com a aprovação desse projeto.

A partir da criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba, o próprio Executivo – Federal, Estadual ou – Municipal poderá estabelecer políticas para promover a redução das desigualdades regionais e sociais nesses dois Estados, um dos eixos de ação da nossa Presidente Dilma Rousseff.

Pela proposta, a Região Administrativa contemplará 19 Municípios piauienses e sete Municípios maranhenses. São eles: Nossa Senhora dos Remédios, Porto, Campo Largo do Piauí, Matias Olímpio, Madeiro, Joca Marques, Luzilândia, Joaquim Pires, Murici dos Portelas, Caxingó, Caraúbas do Piauí, Cocal, Cocal dos Alves, Buriti dos Lopes, Bom Princípio do Piauí, Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no nosso Estado do Piauí; e Buriti, Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Araioses, Tutóia e Água Doce do Maranhão, no Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, o rio Parnaíba é um dos principais pontos de compromisso do meu mandato, especialmente no que diz respeito à sua preservação e revitalização. O rio percorre todo o Estado do Piauí, em uma extensão de 1.485 quilômetros, compreendendo três cursos: Alto Parnaíba, Médio Parnaíba e Baixo Parnaíba.

O Parnaíba desempenha importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos nossos Estados do Piauí e do Maranhão, pelas oportunidades econômicas que vão desde o potencial turístico até a riqueza de sua biodiversidade.

Suas águas também fornecem energia, que é transformada em eletricidade na nossa Usina de Boa Esperança.

Tenho absoluta convicção de que vários setores poderão ser fomentados a partir da aprovação deste projeto de lei complementar, como a exploração do grande potencial de agricultura irrigável da região do Baixo Parnaíba.

Para se ter uma ideia das possibilidades da região, já há um projeto de irrigação em curso denominado Tabuleiros Litorâneos no Município de Parnaíba, que produz acerola, caju, goiaba, limão e coco, entre outros produtos.

A produção possui o chamado certificado de cultura orgânica, o que faz com que as frutas sejam totalmente livres de agrotóxicos, prejudiciais à saúde, razão pela qual essa produção tem despertado muito interesse comercial.

A região em questão também possui grande potencial para abrigar projetos de piscicultura. O Brasil, infelizmente, ainda é um grande importador de pescado. Além disso, o consumo de peixe proporciona inúmeras vantagens para a nossa saúde.

Sr. Presidente, outro ponto a destacar é a conclusão do Porto de Luís Correia, no Piauí. O Porto, uma obra em que já foram investidos aproximadamente R$300 milhões, tem previsão de conclusão para o final deste ano. Com a inauguração do Porto de Luís Correia, Sr. Presidente, estaremos abrindo uma porta fluvial para outros Estados do País e do mundo.

Sua localização estratégica, Srªs e Srs. Senadores, vem ao encontro dos objetivos almejados pela região administrativa proposta.

Não poderíamos deixar de incorporar ao projeto o potencial turístico daquela região. Não é de hoje que defendo que o turismo constitui uma indústria de custo zero, que impulsiona o desenvolvimento do nosso País. Tanto o Piauí quanto o Maranhão são ricos em recursos e belezas naturais, os quais poderão ser explorados de maneira racional e com autoajuda sustentada.

Destaca-se, nessa região do Baixo Parnaíba, o nosso Delta do rio Parnaíba, com praias lindas, dunas exuberantes. É uma região belíssima, que recebe turistas de todas as partes do mundo. E a quem ainda não a conhece, recomendo fazê-lo, como acabei de dizer ao nosso querido Senador Blairo Maggi.

Com a criação da Região Administrativa Integrada, os Estados do Piauí e do Maranhão poderão ser contemplados nos orçamentos gerais da União e nas leis de diretrizes orçamentárias, a partir de estratégias a serem adotadas pelo Poder Público federal.

Os caminhos para investimento federal, com ações a serem destacadas por programas especiais de desenvolvimento, ficariam, sem dúvida, muito mais fáceis de percorrer e de atingir seus objetivos.

Não tenho dúvidas de que os recursos alocados serão sustentáveis pelo elevado retorno social promovido pelos empregos criados, pela geração de renda, pelo ICMS resultante, pelo fomento ao turismo, enfim, pelo desenvolvimento dos Estados do Piauí e do Maranhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ciro Nogueira, que defende os interesses do seu Estado e, consequentemente, de toda a região, e eu diria, olhando mais ao horizonte, do nosso País.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Blairo Maggi, para o seu pronunciamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveito a tribuna, nesta tarde de segunda-feira, para prestar contas das excursões que estamos fazendo pela subcomissão que tem como objetivo acompanhar as obras da Copa do Mundo de 2014.

Essa subcomissão está vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle daqui, do Senado. Como presidente desta Comissão, logo que fui designado pelos meus colegas, comecei, então, a ouvir. Convidei todas as doze cidades que foram designadas como sede da Copa do Mundo de 2014 para virem ao Senado, não com o intuito de nós, Senadores, fiscalizarmos o que eles estão fazendo, mas com o intuito de entendermos um pouco como estão o andamento das obras e as preocupações e se, de fato, vamos chegar a 2014 em condições de podermos fazer a Copa do Mundo funcionar a contento.

Depois de ouvir onze cidades – falta, neste momento, ouvir apenas a cidade do Rio de Janeiro, mas faremos isso na próxima quarta-feira –, posso dizer a todos que me assistem e que me ouvem aqui, no Senado, que temos totais condições e tranquilidade de chegarmos a 2014 na condição de fazermos uma grande e uma bela Copa do Mundo.

O que tem assustado um pouco a população lá, em Cuiabá, onde também somos sede da Copa do Mundo, quando, às vezes, há um descrédito e também se começam a fomentar discussões se vamos ficar prontos ou não, é que muitas obras que já se iniciaram passaram por um período de projetos, de licenciamentos e de fiscalizações. Portanto, as obras que se iniciaram no ano passado, como, por exemplo, os estádios que estão sendo construídos Brasil afora estão, neste momento, como se diz no mais popular, saindo do chão, saindo das suas fundações e começando a ganhar corpo na forma de estádios, realmente.

Com exceção de Natal e São Paulo, que ainda não iniciaram seus estádios, as demais cidades que já ouvimos se encontram numa fase entre 15% e 23% de suas arenas prontas para a Copa do Mundo de 2014. Portanto, o elo fundamental para fazermos uma Copa do Mundo, que são os estádios, as arenas, não há dúvida nenhuma de que estarão prontas com muita antecedência, com exceção de Natal e São Paulo, para o evento em 2014.

Nas cidades de Cuiabá, Manaus, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Fortaleza, as obras estão em pleno andamento, algumas com reformas, como no caso da sua cidade de Porto Alegre, como no caso de Curitiba também, cuja obra eu já visitei. Portanto, não vejo hoje grandes problemas nessa questão dos estádios, até porque também o próprio Governo colocou, por meio do BNDES, à disposição das cidades e dos Estados a possibilidade de, quem quiser, financiar os seus estádios. Alguns fizeram essa opção, outros não.

O que chama um pouco a atenção também é a questão da mobilidade urbana. Dessa realmente poderíamos dizer que as obras já iniciaram em algumas cidades; em outras, ainda não, mas temos uma preocupação com essa questão da mobilidade urbana. Muitas cidades têm-nos reportado as dificuldades que têm tido no sentido de tirar a obra do papel e colocá-la, efetivamente, na prática, para que as pessoas possam ver e sentir essas obras acontecendo, e alguns problemas, como, por exemplo, licenciamentos ambientais, os impactos de vizinhança que precisam ter essas obras.

Uma das coisas que nos têm chamado a atenção nas conversas, Sr. Presidente Paim, é que o grande volume de obras das 12 cidades está sendo direcionado para a Caixa Econômica Federal, que ainda não criou um canal exclusivo para o atendimento e para a condução dessas obras no dia a dia. Portanto, elas têm entrado no mesmo caminho, no mesmo corredor,

onde se discute as construções do Programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, ou a construção de uma ponte ou de uma rodovia, qualquer coisa que está sendo financiada pelo Governo central, e isso nos leva à preocupação de chegarmos em 2014, talvez, com algumas obras que são importantes para a Copa do Mundo sem estarem totalmente concluídas para 2014.

Portanto, esse é um aspecto que a Comissão até agora tem ouvido e, daqui para frente, vamos acompanhar mais de perto. Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, que agora preside esta sessão, estaremos olhando mais de perto para a questão da mobilidade urbana nessas cidades.

Outros três pontos têm chamado a atenção, mas não pelo diagnóstico de problemas que poderíamos ter, mas sim pelo fato de não terem sido mencionados por nenhuma das 12 cidades onde estará sendo feita a Copa do Mundo de 2014, que, na minha avaliação – vamos iniciar agora uma discussão –, são pontos de extrema importância. Além dos estádios e da mobilidade urbana, temos três coisas a cuidar: primeiro, a segurança, depois a saúde e as telecomunicações, ou o sistema de comunicação.

Na questão da segurança, não ouvimos, por parte do Governo, e deveremos ouvir, nos próximos dias, a Secretária Nacional de Segurança Pública, onde o Governo deverá apresentar uma proposta ou um plano de como será feita a segurança dos jogos de 2014 nessas 12 cidades.

Portanto, ainda é uma interrogação, um ponto que nem os Estados, nem as cidades, nem o Governo ainda se manifestou oficialmente. Assim, a Comissão não tem argumentos para dizer se estamos em um bom caminho ou não, temos que aguardar. Nos próximos dias, depois que ouvirmos a questão, trarei a este Plenário, ao conhecimento de todos aqueles que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado, como está indo o andamento da Copa do Mundo nessa área.

Também na área da saúde, Sr. Presidente, há uma preocupação, porque precisamos estar nas 12 cidades bem equipados, porque teremos milhares de pessoas se movimentando por esses lugares e precisaremos, então, de um plano de emergência.

Cada Estado, pelo que tenho conversado, tem já definido algumas coisas, mas penso que, nesse quesito da saúde e da segurança, o governo central, no caso o Governo brasileiro, precisa coordenar e apresentar uma proposta que seja aceita e condizente com as condições de cada Estado.

Por último, a questão que me preocupa, na Copa do Mundo, Senador Ivo Cassol, que preside a sessão neste momento, é a questão das comunicações, porque me parece aqui um grande ponto de interrogação. Parece-me que não há ninguém olhando por isso, até porque as comunicações, embora sejam reguladas pelo Governo e sejam concessionárias pelo Governo, quem é o controlador hoje é a iniciativa privada. Portanto, não sei a quantas andam os investimentos das operadoras para 2014.

Essa Comissão fará um convite a esses operadores para virem à nossa Comissão, para que possamos entender como está indo a questão das comunicações para 2014. Aliás, Senador Ivo Cassol, eu gostaria de aproveitar aqui a oportunidade para, como usuário das comunicações, fazer um alerta.

A gente sai daqui de Brasília com um celular com um número de Brasília e não consegue falar. O senhor sai de Rondônia com o seu telefone, chega a Brasília, e não consegue falar. Quer dizer, as nossas comunicações, principalmente na área de telefonia celular, que é área que será grandemente demandada em 2014, nós temos um problema hoje, isso sem milhares de pessoas de fora ocupando o mesmo sistema no mesmo momento, como teremos em 2014.

Portanto, é uma grande preocupação a questão da comunicação, e eu espero dentro de poucos dias trazer aqui ao Plenário do Senado a quantas anda também a questão das comunicações, porque é um ponto, como eu já disse antes, que me preocupa bastante. Temos muitos problemas neste momento, e imagino como serão os problemas em 2014, se nós não tivermos um plano efetivo para combater e resolver esse problema, principalmente nas 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo.

Na questão dos aeroportos, que é outro ponto que tem incomodado e deixado uma grande intraquilidade – ouvimos há poucos dias, em uma reunião com a Presidenta Dilma, com os 12 governadores dos Estados e os 12 prefeitos que irão sediar a Copa do Mundo, um relato por parte da Secretaria que está cuidando dessa área da aviação, um sinal de que tudo estará pronto em 2014, que nós teremos condições de atender a demanda em 2014. Só que, nas explicações daqueles que vieram falar na Comissão, percebemos muito claramente que, se não tivéssemos Copa do Mundo em 2014, teríamos que fazer as mesmas obras para 2014, nas 12 cidades. Isso significa dizer, Senador Ivo Cassol, que nos 27 Estados da federação muito provavelmente nós estamos atrasados também nas obras de infraestrutura aeroportuárias, uma vez que todos eles têm gargalos, todos eles têm o problema de não atender a demanda neste momento.

Portanto, é um ponto que nos preocupa. Nós teremos esta semana, em uma das nossas comissões junto com a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão

de Infraestrutura e outras Comissões, uma audiência em que vamos ouvir novamente o Secretário Nacional da Aviação, para que nós possamos entender um pouco do que vem acontecendo e quais são as suas preocupações para o período da Copa de 2014.

Então, Srªs e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem pela TV Senado, o que a Subcomissão que cuida dos interesses da Copa do Mundo de 2014 tem a relatar neste momento é que nós estamos no prazo para chegarmos em 2014 com todas as obras prontas, finalizadas para fazermos uma grande Copa do Mundo.

A Presidente Dilma, na reunião com os governadores e com os prefeitos, deixou uma sinalização bem clara a todas as 12 cidades, a todos os 12 Estados: quem não estiver com as obras licitadas até o dia 31 de dezembro de 2011 perderá o direito de usar os recursos do PAC da Copa ou dos recursos que foram direcionados especificamente para atender a demanda de mobilidade, de aeroportos, de segurança, de comunicação, de saúde e também das arenas nesse período.

Portanto, nós estamos numa fase delicada, numa fase em que todos nós temos que trabalhar, e acho que o Brasil tem todas as condições, pelo o que já ouvi pelas 12 cidades, como já me referi. Nós faremos uma bela e grande Copa do Mundo. Precisamos agora ter determinação, trabalho, trabalho e mais trabalho, porque o tempo é bastante curto, nós não temos muito tempo. Já fomos escolhidos há dois anos e temos mais três anos pela frente para fazermos a Copa do Mundo.

Portanto, em breve voltarei a esta tribuna para, mais uma vez, trazer aqui meu relato sobre o que estamos ouvindo das cidades que fazem parte da Copa do Mundo. Nós estamos também nos organizando para fazermos uma visita em cada uma dessas sedes. Não faremos agora, de imediato, porque sabemos os estágios em que as obras se encontram, mas um pouco mais à frente, um pouco mais para o final do ano, quando todas elas já estarão iniciadas, nós faremos uma visita, então pela Comissão, para verificarmos *in loco* como é que estão essas obras.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o meu relato ao nosso Plenário, o relato da Subcomissão da Copa do Mundo, que é vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida pelo nosso colega, o Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Quero cumprimentar nosso Senador Blairo Maggi, ex-Governador do Mato Grosso, que fez um grande trabalho.

Eu pediria, Senador, que viesse presidir esta Casa para que eu possa também usar da palavra.

Ao mesmo tempo, parabenizo V. Exª pelo trabalho na Subcomissão, especialmente voltado ao interesse dos nossos esportistas brasileiros que querem uma Copa do mundo na altura que o Brasil merece. E V. Exª está comandando aquela Subcomissão.

Desejo a V. Exª sucesso e que o Estado do Mato Grosso e os demais Estados consigam alcançar o esperado.

Passo a palavra a V. Exª.

O Sr. Ivo Cassol deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol, ex-Governador do Estado de Rondônia, que terá o direito de uso da fala por 20 minutos.

Senador, a palavra está com V. Exª.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

É uma alegria, uma satisfação cumprimentar o Presidente. Este grande amigo e parceiro, ex-governador do Estado do Mato Grosso, que fez um grande trabalho no mesmo período em que eu o fiz pelo Estado de Rondônia. Em seu nome, cumprimento os demais Senadores e Senadoras, os nossos parceiros e amigos da Casa que acompanham este trabalho no dia a dia; cumprimento o povo deste grande Brasil e especialmente, também, a população do nosso Estado de Rondônia. Especialmente, quero cumprimentar o povo da nossa capital, Porto Velho, que está em festa. Esta semana acontece a Exposição Agropecuária que envolve a apresentação de animais, o comércio, a indústria, todos os setores produtivos, fomentando e movimentando todo o comércio.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que protocolamos agora há pouco nesta Casa três propostas de emenda à Constituição. Uma delas inclui os ex-presidentes do Brasil no Conselho da República, como membros natos do Conselho da Defesa Nacional. Nós temos este Conselho do qual os ex-presidentes não fazem parte.

Nesta proposta de emenda à Constituição nós queremos incluir os ex-presidentes pelo conhecimento, por terem comandado este grande País. Portanto, a experiência deles é fundamental. Não é diferente também, pois há mais um conselho, o Conselho da República,

onde temos várias entidades, (vice-Presidente...) que fazem parte desse Conselho. O Conselho da República tem suas atribuições, especialmente cuida de obras de infraestrutura importantes para o País.

Estamos incluindo também os ex-presidentes e também estamos incluindo os Governadores dos Estados afins. Exemplo: se se fizer uma obra de infraestrutura de interesse nacional, no Estado do Mato Grosso, lá tem que estar presente também o Governador do Estado do Mato Grosso; se se fizer uma obra no Rio Grande do Sul, precisa estar presente também o Governador do Rio Grande do Sul. E, também, ao mesmo tempo, aproveitar o conhecimento dos ex-presidentes para que, em todas essas obras de infraestrutura, também façam parte nessas decisões de interesse nacional.

Além disso, mais uma proposta de emenda constitucional em que se pega parte da receita do Imposto de Renda, Senador Blairo Maggi. Nós, que defendemos e fizemos a preservação ambiental de verdade; nós, que defendemos o setor produtivo, mas sempre lutamos pela questão ambiental com o setor produtivo lado a lado. Até agora, não temos nada que compense os Estados e os Municípios que, na verdade, têm suas unidades de conservação. Nós temos uma proposta de emenda constitucional para dar condições aos Estados, a exemplo do que nós temos no Estado de Rondônia. Temos lá o ICMS verde e com o ICMS verde os Municípios ... Guajará Mirim, que tem 95% de preservação ambiental, tem uma fatia maior do Fundo de Participação.

É isto o que nós buscamos com esse projeto de lei de emenda constitucional: poder ajudar os Estados e Municípios que façam sua parte e que façam seu dever. Em breve, Srs. Senadores; em breve, meu povo, estarei com um projeto aqui no qual daremos aos que fazem a preservação ambiental (os proprietários) a possibilidade de ter uma renda, mas que não seja da maneira como se faz hoje: todo mundo cobra e ninguém dá nada em contrapartida.

Estamos aí trabalhando num projeto para, em breve, colocarmos juntos, como complementação, como auxilio e suporte para que ninguém mais venha incentivar desmatamento; mas, sim, venha incentivar preservação e que, ao mesmo tempo, seja uma fonte de renda para poder sustentar a sua família.

Mas eu vou aproveitar, hoje, nesta segunda feira, nesta Tribuna, nesta Casa... Eu, por dois mandatos prefeito, dois mandato governador; hoje, Senador da República. A BR-429 é uma Rodovia Federal que busca trazer aquele sonho que, durante muitos anos, virou pesadelo e aquele povo ficou abandonado.

República. A BR-429 é uma Rodovia Federal que busca trazer aquele sonho que, durante muitos anos, virou pesadelo, e aquele povo ficou abandonado...

As empresas estão trabalhando a todo vapor na 429. Mas, infelizmente, no trecho da 429, dezessete quilômetros antes de Alvorada d'Oeste até o Município de São Miguel do Guaporé, Sr. Presidente, o serviço é uma porcaria. A qualidade do asfalto é tal que ele está se desmanchando com seis meses, oito meses de pavimentação executada. Em muitos lugares, é o material que está se desagregando e é o borrachudo está estourando para cima.

A empresa está andando, está tapando buracos, mas isso não é qualidade, não é garantia, é serviço mal feito, é dinheiro que vai para o ralo. E é o povo do meu Estado, é o povo da 429 que, infelizmente, depois vai ficar com o problema.

É por isso que eu venho aqui. Eu sei da preocupação que tem o Ministro Alfredo Nascimento, eu sei da preocupação que tem o diretor do DNIT, o Pagot, e os seus técnicos. Agora nós precisamos urgentemente, o Ministério dos Transportes, o DNIT, responsabilizar os fiscais que foram lá receber aquela obra. Porque, se a obra fosse para eles, com certeza eles não aceitariam da maneira que foi feita. Mas como é pública, aceitaram sem qualidade. E o Estado brasileiro, a União, pagou pelo serviço. Infelizmente, Blairo Maggi, o asfalto está derretendo. A pavimentação asfáltica, desde o trecho antes do Município de Alvorada, do Município do Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado de Rondônia, Laerte Gomes, e também de São Miguel do Guaporé, do Município daquele grande lutador, um dos melhores prefeitos do Estado de Rondônia, que é o Ângelo Pastori, esse trecho, de 97 quilômetros e, infelizmente, mais 17 quilômetros, Sr. Presidente, estão se desmanchando no meio do caminho.

E a população de Costa Marques, a população de São Miguel, que ficaram tantos anos aguardando, estão vendo, infelizmente, os recursos públicos descendo para o rio Madeira e, se descuidarem, vão parar no oceano Atlântico, vão parar em outros rios ou simplesmente...

Da maneira como está sendo feita, nós temos que continuar firmes e fortes para que aquelas pessoas que aceitaram essa obra sem qualidade sejam responsabilizadas.

Portanto, cabe a mim vir a esta tribuna e fazer esta denúncia ao povo do Estado de Rondônia, especialmente também a todas as autoridades responsáveis.

E, ao mesmo tempo, nós precisamos, urgentemente, e o Ministro assumiu o compromisso conosco.

Há poucos dias, o Senador Blairo Maggi me levou, junto com o Alfredo Nascimento e junto com a

bancada de Rondônia, a duplicação das BRs, não só do Estado do Rondônia, mas do Brasil afora.

Mas eu vou falar do Estado de Rondônia, Blairo. Você que é um grande empresário, empreendedor, um grande produtor de soja. A produção de vocês passa por Rondônia inteira e precisamos duplicar, urgentemente, da cidade de Cacoal até a cidade de Ariquemes. Todos os pontos de serras, de curvas. Muita gente, infelizmente, tem perdido suas vidas no meio do caminho. Temos o compromisso do Ministro, temos o compromisso do Pagot, mas precisamos, urgentemente, que seja dada a ordem do serviço do tapa-buraco entre Cacoal a Ji-Paraná/Médici porque, infelizmente, a buraqueira está grande demais. Além disso tudo, vimos, com tristeza, as obras de duplicação, as obras do viaduto pararem em Porto Velho.

O pessoal se pergunta: o que vamos fazer com as obras paralisadas? Com certeza, se estivesse em um terreno particular, iam fazer uma discoteca, iam fazer, de repente, uma lanchonete, um restaurante porque há um mirante e, na parte de cima desse mirante, dá para ver tudo. Mas por incompetência do pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Velho, por falta de seriedade, infelizmente, as obras pararam.

Ao mesmo tempo em que a gente assiste isso, Sr. Presidente, a gente vê os proprietários às margens da BR-364 tendo prejuízos no comércio do dia a dia, como aconteceu e acontece hoje com Pimenta Bueno. Começaram dois viadutos e tudo começou e ficou pela metade.

Muitas vezes os políticos falam de dinheiro... Mas não basta só ter dinheiro, tem que ter competência e capacidade para poder investir com sabedoria e com inteligência para poder executar as obras. Não basta só fazer convênio com as Prefeituras, mas tem que haver a execução desses convênios para que esse dinheiro não se perca.

Agora quanto tempo vai ficar parado? Estão dizendo que vão começar, nos próximos dias, as obras de Porto Velho. Assim, espero que essas obras comecem e sejam concluídas para melhorar o trânsito dentro de Porto Velho, porque ninguém mais aguenta o trânsito de Porto Velho da maneira que está. Mas, além disso tudo, Sr. Presidente, o que me traz a esta Casa, hoje, além da preocupação com a 429, da BR-364... Eu, que fui Governador em dois mandatos, lutei para que as usinas

Eu, que fui Governador por dois mandatos, lutei para que para as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, comprassem, Senador Blairo Maggi, Presidente, os caminhões, as máquinas do nosso Estado.

Uma vez eu cheguei a colocar os fiscais no portal de Rondônia, porque empresários estavam levando madeira, de Santa Catarina e de Belo Horizonte, para fazerem os galpões do meu Estado. Nós não aceitamos isso porque somos um Estado produtor de madeira.

Quantas vezes eu vi tentarem, por algumas vantagens, comprar os caminhões fora do Estado, e nós não aceitamos.

Por incrível que parece, meu povo do Estado de Rondônia, vocês que têm acompanhado a luta que travamos para podermos agregar valores aos nossos produtos, ao nosso trabalho, ao nosso suor.

Eu dizia, ontem, aos diretores, aos funcionários da Sabenauto, de Porto Velho, uma concessionária com mais de 40 anos no Estado de Rondônia, com mais de 200 funcionários, que paga IPTU, paga os encargos sociais, paga o ISS e paga o ICMS na fonte, porque todos os carros vendidos em Rondônia são pagos na fonte, Blairo Maggi. E o Estado recebe essa fatia. Da mesma maneira o Ivan, da Saga, um grande empresário, empreendedor, lutador, dá mais de 240 empregos ao nosso Estado. A Sabenauto tem a concessionária Chevrolet; a Saga, do Ivan, tem a Volkswagen, luta para poder vender e dá 240 empregos, paga 65 mil reais por mês de ISS, paga IPTU, paga encargos sociais, paga ICMS. Não é diferente com a Fiat, que também tem em Porto Velho; a Fiat, que é do Adélio, empresário, e também tem mais de 200 funcionários. Também não é diferente a Shirley e o Gilberto, da Gima, empresários que acreditam, têm a Ford e vendem também veículos na nossa capital, empregam milhares de pessoas, pagam milhões de reais em impostos, e nós...

Eu fiz uma denúncia, Presidente Blairo Maggi, Srs. Senadores, na semana passada, no programa do Euclides Maciel. A Prefeitura de Porto Velho é comandada pelo Prefeito Roberto Sobrinho, do PT.

Está comprando carro em Belo Horizonte, deixando de comprar de concessionária do nosso Estado para comprar num prédio em que está escrito “Casa do Fazendeiro”, que tem 10 salas de aluguel no andar de cima e tem um cara de pasta que vende e que tem uma firma de micro e pequena empresa.

Por incrível que pareça já chegaram carros em Porto Velho. Está aqui a placa do carro, é HNT. Os carros eram para ser novos, Senador Blairo. Mas a empresa tira no nome deles e emplaca em Belo Horizonte, paga o IPVA em Belo Horizonte, pois 50% dos impostos dos carros é da prefeitura e 50% é do Estado.

Senador Blairo, deixam de gerar emprego e renda na capital, para dar emprego a um só cidadão. Não tenho nada contra os mineiros, são meus amigos e aqui deixo o meu abraço a todos eles. Mas não admito que ninguém vá ao meu estado, fui prefeito e fui governador, com uma pastinha e venda carros, como vendeu 85 carros, e as empresas locais que geram emprego e renda são desclassificadas.

Como esses carros chegaram em Porto Velho? São emplacados em Belo Horizonte, e chegam lá para novo emplacamento. Mas o imposto já foi para o ralo.

O ICMS, que era para ser pago no nosso Estado para cuidar, preservar, fazer estradas, atender ao nosso povo na segurança, na educação, para dar melhor salário e até para os funcionários da prefeitura ganharem mais, infelizmente ficou no Município de Passos, Estado de Minas Gerais. Infelizmente!

Vejo isso com tristeza.

Na sexta-feira, quando denunciei de manhã, Sr. Presidente, eu saindo para me deslocar para o interior, em frente à rodoviária encontro um caminhão branco com um adesivo da prefeitura na porta, e a placa, do mesmo jeito, na mesma situação.

Aqui, conclamo: cadê os vereadores de Porto Velho? Cadê o Vereador Cláudio Carvalho, que inviabilizou as obras do PAC, que diz que é santinho, que é bonzinho, será que está junto nesse processo fraudulento de esquema de licitação? Porque, infelizmente, não da para aceitar.

Essa mesma empresa foi participar, Senador Blairo, de uma licitação no Rio Grande do Sul. Sabe o que o pessoal de lá fez? Botou ele para correr, porque cara de pasta e de mala é só no esquema. De graça ele não foi fazer Rondônia. E os empregos que geram lá? E os impostos que pagam lá? Vocês já imaginaram?

Além de falar para o Brasil inteiro, quero falar exclusivamente falar para Rondônia, para Porto Velho. Vamos fazer uma reflexão. Vocês já pararam para imaginar se todos os nossos usuários e compradores de veículos de Porto Velho, do Estado de Rondônia, fossem fazer igual ao Prefeito Roberto Sobrinho, da capital? O que teriam as nossas concessionárias? Não precisavam estar instaladas em Rondônia; e a nossa imprensa, que vive divulgando promoções de carros, não precisaria, porque não teria como ganhar, não ia faturar, não ia vender.

Fiz essa denúncia, Senador Blairo Maggi, porque não compactuo com isso. Nós temos é que criar mais emprego. E dessa compra que fizeram, essa concessionária de Porto Velho não foi nem convidada a participar. E essa empresa que vendeu tem mais de cinco protestos na cidade de deles, em Minas. E, mesmo assim, desclassificaram a empresa de Rondônia.

Aí solicito ao Ministério Público que faça imediatamente essa investigação; faça o procedimento e apure quem são os responsáveis. Mas, por mais que o prefeito fale que não viu, por mais que o prefeito fale que não vê, por mais que o prefeito vá falar que não sabe, o que é isso, Prefeito? Está na hora de levantar da cadeira, está na hora de parar de viajar para o exterior, está na hora de parar de ficar dando palestra para cuidar dos remédios, para não sair no *Fantástico*, Tem que cuidar dessas situações com o seu secretariado, porque você é responsável e não pode deixar esse esquema podre inviabilizando os nossos empreendedores, os nossos comerciantes e empresários de Porto Velho. Não interessa a marca do carro, mas devia estar comprando lá, devia estar valorizando lá.

Eu me recordo, Blairo, quando eu era governador. Abri um processo de licitação para comprar cinquenta ambulâncias. Veio uma empresa, de mala, de Goiânia. O que nós fizemos? Fizemos uma licitação e desclassificamos a empresa. Denunciaram. Fomos parar no Ministério Público e no Tribunal de Contas. E nós provamos que estávamos corretos, porque essas empresas que vendem em Rondônia pagam IPTU, pagam IPVA, pagam encargo social, dão emprego e geram renda, e não essas empresas de mala, de fora.

É por isso que chamo a atenção da população de Porto Velho. A propaganda na televisão da prefeitura é uma maravilha. Aqueles que estão preocupados, do PT de Porto Velho... Porque aqui, em Brasília, temos Senadores aqui, Blairo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Peço só mais cinco minutos para encerrar.

Aqui em Brasília tem muita gente boa, séria, competente, honesta. No Estado de Rondônia também não é diferente: têm muitas pessoas boas. Mas aqueles que estão preocupados em tirar o meu mandato, que faça o contrário: ajude o Roberto Sobrinho a administrar Porto Velho, a tapar os buracos, arrumar as linhas, arrumar os bairros, fazer uma saúde decente, para que a gente não seja motivo de chacota nacionalmente como fomos.

Por falar em saúde, levaram o Jornal Nacional para mostrar a saúde de Rondônia. Por que não leva agora para mostrar? Levaram em janeiro. Levem agora! Levem agora para ver como está a saúde no meu Estado. Está um desespero. Falta pulso! Falta gestão!

Por isso, agradeço a Deus por tudo que tem propiciado, mas não abro mão da prerrogativa de continuar ocupando o meu mandato para defender o povo do meu Estado e o povo do Brasil!

Um abraço!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, Senador Ivo Cassol, que traz aqui preocupações com seu Estado, já que foi Governador por dois mandatos naquele Estado e tem todo direito e obrigação de fazer aqui as denúncias que fez.

Lá, no Mato Grosso, a gente trata essas empresas como pastel, pasta e celular e nada mais. Elas

devem ser combatidas realmente. V. Exª tem toda razão. O administrador público fica muitas vezes entre comprar barato e gerar o ICMS, o imposto para o seu Estado. Esse é um dilema que se tem, mas que tem que ser administrado. Agora, as denúncias que V. Exª coloca na Mesa merecem ser averiguadas pelo Ministério Público Estadual do seu Estado, que tem obrigação de fazê-lo.

Consulto a Senadora Kátia Abreu se vai fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Concedo-lhe a palavra por 20 minutos e convoco o Senador Ivo Cassol para prosseguir aqui na Presidência desta sessão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do oradora.) – Senador Blairo Maggi, nosso Presidente, não vim até com intenção de usar a tribuna, mas, quando o vi presidindo a Mesa, me animei porque gostaria de fazer um pronunciamento a respeito inclusive de uma matéria na **Folha de S.Paulo.**

V. Exª fez uma entrevista de uma página inteira a respeito do Código Florestal Brasileiro, em que afirma que o Código Florestal, aprovado na Câmara dos Deputados por 410 votos a 63 contrários, contempla a anistia aos agricultores do Brasil, de Mato Grosso, do Tocantins, enfim, de todo território nacional. Com sua permissão e todo respeito, gostaria de dizer que discordo de V. Exª com relação a sua afirmação de que o Código Florestal traz anistia aos agricultores. Isso não é verdade! Se V. Exª prestar atenção ao texto de Aldo Rebelo, vai perceber que na realidade não trata de anistia.

O que é uma anistia, Sr. Presidente Ivo Cassol, Senador de Rondônia? Anistia seria o caso, por exemplo, de o Senador Blairo Maggi ter uma multa por desmatamento ilegal de R$$500 mil, estar com problemas na sua propriedade e, de repente, receber uma grande notícia: – "Senador Blairo Maggi, o senhor não deve mais essa multa". Aí o Senador Blairo Maggi poderia perguntar ao seu interlocutor: – "Mas o que eu tenho que fazer para poder ficar livre da minha multa?" – "Absolutamente nada. É uma anistia ampla, geral e irrestrita".

Isso é uma anistia, o que, aliás, também não seria proibido. Anistia existe na lei, Senador Blairo Maggi, para ser dada. Foram anistiados torturadores, foram anistiados aqueles que praticaram atos terroristas. Quantas anistias fiscais foram dadas por este País? Quantos cometeram barbáries por este mundo afora, líderes políticos, e foram anistiados pelo Brasil? Mas não é o caso. Não é o caso do Código Florestal. Poderia ser anistia, que não seria nenhum pecado; mas não é anistia.

Nós temos três tipos de produtores, Senador, que poderão ser enquadrados de forma diferente no Código Florestal.

Primeiro tipo de produtor: aquele agricultor que desmatou sua propriedade quando a lei permitia que assim fosse. Vou dar um exemplo do cerrado do Tocantins, do cerrado que tem em Goiás, do cerrado que tem em seu Estado, Mato Grosso, que tem em Mato Grosso do Sul e que também tem, uma pequena pontinha, em Rondônia.

A reserva legal foi criada, Senador Blairo Maggi, em 1989. E todos sabemos da história linda deste Brasil, começando com Alysson Paulinelli, ainda no governo militar, que abriu o cerrado brasileiro, que desenvolveu o cerrado brasileiro, iniciando em 1974, até 1979...

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senadora Kátia,...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Assim que eu terminar, Senador.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – ... quando a senhora se sentir à vontade, eu quero fazer um aparte. Quando a senhora se sentir à vontade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Vou lhe dar um aparte assim que eu terminar meu raciocínio, com o maior prazer e alegria.

Portanto, todos nós sabemos, pela história do Brasil, que o cerrado brasileiro foi desmatado de 1974, na década de 70, até 1985. Portanto, quando se criou a reserva legal no cerrado, os produtores já tinham desmatado as suas áreas. Então, esses agricultores estão punidos, multados injustamente. A multa tem que ser extinta imediatamente. A lei não pode retroagir para prejudicar. Isso está na Constituição. Esse é o primeiro tipo de produtor.

Nós temos esses produtores aqui da outra ponta que desmataram depois de 2008, agora. Para esses, não tem conversa. Eles vão pagar as suas multas, vão ter que recuperar todo o dano, e não adianta desmatar de última hora que ninguém vai salvar esses agricultores. Nós não vamos salvar aqueles que estão querendo ser espertinhos, se aproveitar da aprovação do código, um projeto sério, transparente, relatado pelo Aldo Rebelo, um grande Deputado, aprovado pela maioria dos Deputados na Câmara Federal, e nós não vamos deixar que meia dúzia de agricultores possa manchar o nosso nome e desmatar de última hora, esperando perdão.

Mas eu quero falar desses aqui do meio. Eu quero falar daqueles agricultores que desobedeceram, sim, à lei, que cometeram crimes ambientais ou que cometeram infrações administrativas. Quero falar deles! Mas especialmente eu quero falar desses agricultores que são pequenos e médios agricultores porque,

infelizmente, no Brasil nós temos uma máxima: a lei nunca pune os mais ricos. Os mais ricos têm dinheiro para recompor a sua reserva, têm dinheiro para comprar uma área para poder compensar o que desmatou, têm condições financeiras de repor as árvores na margem dos rios. Com os ricos, Senador Blairo Maggi, nós não estamos preocupados. Nós estamos preocupados com a grande multidão deste País. Quase 90% são pequenos e médios. Para ser mais precisa, 86% são pequenos e 12% são médios agricultores. Esses são a causa da nossa ansiedade porque os grandes, felizmente, os ricos já conseguiram se adequar à lei, gastaram dinheiro. Ficar à margem do rio 30 metros, para V. Exª talvez não tenha nenhum sentido, 30 metros, 50 metros, 100 metros, porque é muita terra; mas, para um pequeno agricultor e um médio agricultor, faz toda a diferença.

Então, o que vai acontecer com esses que praticaram crime ambiental ou que praticaram uma infração administrativa? O que diz o projeto do Aldo Rebelo? Está escrito com tanta clareza, Senador Ivo Cassol! Está escrito o seguinte: – "Você tem uma multa de R$200 mil; você quer se reabilitar?" – "Quero, sim. Eu quero corrigir as imperfeições, os danos que eu possa ter cometido. O que eu preciso fazer?" – "Ah, muito bem, você precisa se habilitar no órgão ambiental estadual, recuperar todos os erros cometidos, e, aí sim, as suas multas desaparecerão."

Sr. Presidente, nós estamos vendo, no Direito moderno, no Brasil e no mundo inteiro, as penas alternativas até para criminosos de morte! E nós as estamos transferindo para cestas básicas, para trabalhos comunitários, porque a sociedade entende que o benefício social é muito maior em uma prestação de serviços do que o cidadão ficar preso em uma penitenciária. As penas alternativas têm sido a prática do Direito no mundo todo. E, no meio ambiente – não estamos falando de assassinato, não; nem de tráfico de drogas –, estamos falando de pessoas que produziram comida: arroz e feijão.

Portanto, se a pessoa multada foi até o órgão ambiental e está se redimindo do seu erro, está recompondo a sua reserva legal, está recompondo a sua APP, por que continuar com a multa? Isso se chama anistia? Absolutamente! Anistia seria se, de graça, ele tivesse as suas multas desaparecidas sem ter que fazer nada!

Agora, na visão de alguns, a multa significa vingança. O Estado não pode punir para vingar, Senador Blairo Maggi! Portanto, se o cidadão mato-grossense ou tocantinense recuperou a sua reserva legal, recuperou a sua APP, por que ele tem de ser punido ainda? Por que a vingança tem de ser praticada? Não! O que interessa para o órgão ambiental e para toda a sociedade brasileira é que o dano seja recuperado, porque o órgão ambiental não é Receita Federal, não é Secretaria de Fazenda, não é um órgão arrecadatório! É um órgão que fiscaliza, que pretende proteger o meio ambiente e que faz com que as pessoas se reabilitem. Portanto, se eu me reabilitei, por que é que ainda preciso da vingança da multa? Eu vou gastar dinheiro para recompor um erro que cometi, mas pelo qual já fui penalizada. Estou, espontaneamente, voluntariamente, indo até o órgão ambiental corrigir meu erro cometido. E não posso ainda continuar sendo penalizada por multas!

Mesmo porque, a margem de rio, Senador Ivo Cassol, até um dia desses, até 1989, a margem de rios até dez metros era só cinco metros. Não eram quinze, não! Não eram trinta, não! E a lei, que mudou do dia para a noite sem dar nenhuma explicação técnico-científica, determinou: "Não, agora têm de ser trinta metros!" Quantas centenas, quantos milhares de agricultores já tinham desmatado as suas margens de rio e agora não têm condições, porque há alguns que 100% de suas fazendas – como no Tocantins, às margens do Araguaia, como no Mato Grosso de V. Exª, às margens do Araguaia – também desmataram porque a lei deixou que o fizessem? Quantos assentamentos temos no Bico do Papagaio, no Tocantins? Quantos assentamentos há na margem esquerda do Araguaia, no Mato Grosso, assentamentos de reforma agrária, pessoas que não pediram para estar lá, que foram colocados pelo Estado brasileiro?

Portanto, eu quero aqui me recusar a aceitar que estejamos, nesse projeto, tratando de anistia, em que pese ao fato de que os agricultores do Brasil mereceriam, sim, sempre o nosso respeito e a nossa anistia, mas não é anistia. Não é anistia! Eles vão pagar o erro cometido, eles vão recompor a sua propriedade, eles vão restabelecer a reserva legal, eles vão restabelecer a APP. Não, vingança contra os agricultores do nosso País, não!

Com esse projeto do Aldo, temos três objetivos importantes. O primeiro é assegurar que os 27% da área nacional que vão para a produção nacional não sejam diminuídos. Repito: apenas 27% do Brasil inteiro são para produção de comida, arroz, feijão, carne e álcool. Apenas 27%. Qual é o país que aceitaria isso? Ninguém aceitaria! A Europa inteira desmatou tudo, deixando menos de 1% da vegetação nativa; os Estados Unidos, 26%. Nós temos 62% da vegetação nativa. Não iremos transformar o Brasil numa reserva legal mundial. Não! Queremos cooperar, porque, se a reserva legal fosse uma lei universal, uma ciência absoluta e universal, teria de ter reserva legal em todos

os países e não só no Brasil. Então, este é o nosso primeiro objetivo: não reduzir um palmo de chão para menos de 27%. Estamos satisfeitos com 27%. Deixem as futuras gerações discutirem para frente se querem aumentar essa área ou não. São 27% a 62%: 62% de preservação e 27% de produção. Está bom para nós, ficamos com essa área para produzir comida, gerar um terço dos empregos, gerar quase 40% das exportações e gerar um terço do PIB.

O segundo ponto desse projeto, Sr. Presidente, é que vamos dar a possibilidade da legalização dos produtores. Os produtores vão poder recuperar um possível dano, um possível erro cometido, por desinformação da lei ou até por pressa na hora de fazer, porque as licenças ambientais levam séculos para serem liberadas, e os produtores rurais têm o tempo para plantar, o tempo para colher, o tempo para adubar e não podem esperar a burocracia corrupta dos órgãos ambientais deste País. Portanto, agora, os nossos agricultores, de boa-fé que são, gente de bem, brasileiros da melhor raça, vão poder recompor o seu erro. É bonito as pessoas poderem reconhecer que erraram e corrigirem os seus erros. Não há mal nisso.

O terceiro ponto é que vamos trazer segurança jurídica para o País, porque alguns desavisados por aí dizem que a aprovação desse código vai atrapalhar as nossas vendas para outros países. Quanta mentira, quanta hipocrisia! Todos nós sabemos que, na OMC, na Organização Mundial do Comércio, o que dá painel na OMC é justamente descumprimento de lei! Ninguém manda país nenhum aprovar uma lei, mas, desde que o país aprove aquela lei, ele é cobrado na OMC, e com razão.

Portanto, a legislação atual neste País criminaliza mais de 90% dos agricultores. Então, hoje, nós estamos, na verdade, correndo riscos sérios de comprometer as exportações do Brasil. Agora, quando nós aprovarmos no Senado – e, se Deus quiser, vamos aprovar, com a ajuda dos Senadores –, quando nós aprovarmos o relatório aqui, no Senado, aí, sim, teremos segurança jurídica, e nenhum país do mundo poderá apontar o dedo para a melhor, maior e mais barata agricultura do Planeta, que conseguiu preservar 62% de seus biomas. Nós, brasileiros, é que temos que dar lição aos europeus, aos americanos, aos japoneses, aos australianos, aos argentinos. Nós temos condição moral de dar aula para as pessoas do que é fazer agricultura com alta tecnologia e com preservação ambiental.

Portanto, estou muito confiante, estou confiante nos meus colegas Senadores, em que pesem as divergências. É natural na democracia cada um ter a sua opinião, cada um ter a sua voz, mas também faz parte da democracia a indignação; a indignação diante de fatos e diante de boatos que são soltos pela imprensa para prejudicar os nossos agricultores.

Não tenho nenhuma multa a ser anistiada, mesmo porque, se tivesse, eu seria uma numa multidão de 90%. Não teria nenhuma vergonha disso, eu não tenho o que esconder. Quem produz – dizem por aí alguns filósofos –, quem produz na terra são os povos mais perto de Deus, e sou orgulhosa, vaidosa por estar próxima, juntinha de Deus e do Espírito Santo.

Pois não, Senador Blairo Maggi, com a palavra.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senadora Kátia, em primeiro lugar, acho que as explicações que a senhora está dando devem ser para o público da TV Senado, porque, para mim, a senhora não precisa dar aula nenhuma de como é o processo de ocupação do cerrado brasileiro, da agricultura brasileira. Eu compreendo perfeitamente. Em segundo lugar, não li a matéria ainda, mas o que eu defendi e vou continuar defendendo é a questão das APPs. Quanto à questão da reserva legal, não há qualquer diferença em nossos pensamentos, em nenhum momento. O Deputado Aldo Rebelo foi preciso no seu relatório, ele viajou este País inteiro, ele conhece. O que ele colocou no relatório é o sentimento da agricultura, o sentimento dos agricultores e pecuaristas deste Brasil. Tanto é que, na votação, se passou por cima de orientação de governo, vontade de governo, porque ali estava sendo colocada a vontade do agricultor de ser reconhecido e de se fazer respeitar a lei no momento em que ele fez a sua conversão, o seu desmatamento, a sua ocupação, qualquer que seja o nome que se queira dar. Portanto, não temos qualquer questionamento quanto ao tratamento que foi dado à reserva legal, inclusive quanto ao benefício que foi dado aos pequenos agricultores, àqueles que são oriundos de assentamento, agricultura familiar, ocupação, enfim, até os quatro modos rurais. Não temos aí qualquer divergência. A divergência se encontra – e não sei exatamente o que está escrito na matéria – no fato de eu ter um pensamento pessoal, inclusive, pelo que sofremos no Mato Grosso. Enquanto o mundo inteiro caía de cacete sobre a nossa cabeça, estávamos lá fazendo a nossa lição de casa, fazendo com que os produtores rurais daquele Estado, junto com o governo, assinassem termos de compromissos, não obrigatórios, mas, sim, de vontade própria, de fazer a devolução ao meio ambiente da sua APP que foi ocupada para plantio. E mais, lá no Estado de Mato Grosso, a APP não é de 30 metros, a APP é de 50 metros. Portanto, os agricultores abriram mão disso. Então, não consigo entender por que, em determinado momento da história, o mato-grossense foi pressionado, foi colocado como o grande vilão da questão ambiental do mundo inteiro. Ninguém foi àquele Estado para nos ajudar, ninguém

foi lá nos ajudar, e pagamos um preço caro por isso. Então, defendo, Senadora, que, para as questões da APP, possamos dar o mesmo tratamento da reserva legal, porque, no meu entendimento, a 164 é, de fato, uma anistia, pois, no momento em que você diz que do jeito que está, do momento até 2008, não precisa fazer nada, então tudo o que está escrito no relatório do Aldo não tem sentido. É só para o futuro, porque, para trás, já foi. Não quero criar aqui nenhuma confusão para o setor produtivo – conheço este setor, faço parte dele, nasci dentro dele e sei respeitar o produtor rural. E não se trata de ser entreguista, de se entregar para os outros, mas se trata de ser justo. O mesmo tratamento que o Estado do Mato Grosso teve durante os oito anos em que fui Governador e que levei, como se diz na gíria, pancada de tudo quanto é lado. Fiquei tentando organizar, fazer com que as coisas acontecessem de forma legal e virou no que nós chamamos de MT Legal. Eu quero a mesma coisa para o Brasil, eu quero que os pequenos produtores que ocuparam as APPs tenham o direito de lá permanecer, que não sejam multados, que, aliás, ninguém seja multado. Não se trata de uma anistia financeira, trata-se de fazer aquilo que a lei sempre disse que tinha que ser feito. E nós temos que obedecer, não adianta espernear, chorar; nós temos que obedecer à lei da ocupação de cada época. Então, Senadora Kátia, eu conheço bem esse processo, estarei aqui no Senado Federal para ajudar buscar o entendimento. Não vim aqui para confronto, não vim aqui para fazer confusão, eu vim aqui para buscar o entendimento daquilo que é conciliar o sistema de produção com o sistema de preservação, e que os dois juntos possam trazer largos e grandes frutos para o Brasil. Portanto, Senadora, eu ainda vou ler o que está escrito lá. Não sei exatamente a forma como o jornalista colocou, mas, mais uma vez, quando se trata de reserva legal, nós não discutimos mais, está absolutamente correto; quando se trata de APP, eu quero o tratamento na APP o mesmo que foi dado à reserva legal.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Senador Blairo Maggi, se V. Exª entendeu as minhas palavras como uma aula para V. Exª, V. Exª está muito enganado. Eu até fui professora e tenho muito orgulho de ser professora, mas não é esse o meu objetivo. Eu estou usando legitimamente o que o meu mandato me permite: esta tribuna, para eu falar para o senhor ou para quem eu quiser. E cabe ao senhor ouvir ou não.

Recomendo a leitura, porque a manchete está dizendo que o senhor é contrário, que tem anistia e que o senhor é contrário à anistia.

Eu estou aqui democraticamente dizendo ao senhor e a quem quiser ouvir que não tem anistia nesse projeto, não existe anistia no relatório de Aldo Rebelo.

E como V. Exª disse... Eu quero aqui... Com todo o respeito, é um dos Estados que eu mais freqüento no Brasil, o Mato Grosso, a convite, claro, sempre, dos agricultores, mas lá não é um céu. Os agricultores estão sofrendo muito no Mato Grosso, não aquela meia dúzia que desmataram um dia desses, não representa o sentimento de Mato Grosso, mas Mato Grosso não está isento de problemas ou, então, eu conheço matogrossenses de outros lugares. Estiveram aqui comigo 1,8 mil agricultores de Mato Grosso. No dia em que nós trouxemos 25 mil, 1,8 mil foram do Mato Grosso, trazidos pela Federação de Agricultura, pela Famato, trazidos pela Aprosoja, trazidos pela Associação do Algodão, e vieram sozinhos, voluntariamente, desesperados pela votação do Código, justamente porque estão também sofrendo insegurança jurídica. Então, quando V. Exª diz que o Brasil tem que ficar igual a Mato Grosso, eu acho que o Brasil tem que ficar igual ao Brasil – o Brasil tem que ficar igual ao Brasil! A lei tem que ser contemporânea com a sociedade; as pessoas no mundo inteiro, no rio Nilo, no rio Tâmisa, em todos os rios da Europa, nos rio da Ásia, nos rios da África... E não é diferente no Brasil, nos Estados Unidos. As pessoas se aproximam da beira d'água, principalmente os pequenos agricultores, porque os grandes agricultores bombeiam água que jogam a distância para irrigar as suas lavouras irrigadas, mas os pequenos não têm condições de fazer isso.

Portanto, ocupar beira de rio não é crime, desde que não esteja usurpando e prejudicando a água. Por que nós criamos esse conceito? Sobrevoe os rios da Europa e procure onde estão as APPs, que já é um exagero, aquilo não deve ser feito, mas não estão erguendo uma palha na Europa, nos Estados Unidos, em lugar nenhum, tirando agricultores como se fossem ervas daninhas. Agricultor não é erva daninha. Nós temos que deixar todos onde estão; ir lá, procurar um por um que estiver fazendo mal ao rio, um por um que estiver com a sua atividade inadequada, chamá-los, ensiná-los e obrigá-los a se adequarem, mas tirar 100% dos agricultores das margens de rios... Com qual sentido científico? Quem é que disse que não pode ficar a dez metros do rio uma pequena horta, uma pequena roça de poucos metros, como nós conhecemos neste Brasil afora?

Não, a natureza foi-nos dada para ser utilizada de forma decente, de forma honesta, de forma tecnológica, usando a orientação da ciência e da pesquisa. Não significa que nós vamos rapar as margens de rios totalmente para produzir soja, algodão ou milho, mas nós temos os pequenos agricultores. Foi esse o senti-

mento de Aldo Rebelo. Quando Aldo Rebelo colocou a possibilidade da produção na margem de rio, não foi pensando nos grandes; trinta metros para grande não é nada, cem metros para os grandes não é nada, mas, para o agricultor, pode ser o fim da vida dele, pode ser a impossibilidade total de produção.

Quanto aos assentamentos da reforma agrária no Tocantins, eu não sei o que vou fazer com eles. O Governador Siqueira Campos não sabe o que vai fazer com eles. Porque do rio Tocantins e do rio Araguaia é de quinhentos metros a margem. Há assentamentos que estão 100% nas margens do rio, e nós vamos tirá-los de lá para levá-los para onde? Para fazer o quê com essas pessoas?

Não, não concordamos. Não concordamos. Os produtores precisam ficar onde estão, e o órgão ambiental, estadual ou nacional, que saia das salas do ar condicionado e vá atrás dos agricultores, procurar aqueles que estão cometendo erros, que estiverem com a suinocultura inadequada, que estiverem jogando os dejetos da suinocultura direto no rio.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Porque isso não pode. Estamos procurando aprender todos os dias, precisa ser tratado tudo isso. Não estamos generalizando. Nós só não vamos defender uma tese em detrimento de pessoas e seres humanos, porque a defesa da água é a defesa do ser humano.

Sr. Presidente, algumas coisas me deixam muito impressionada. Praticamente 80% do esgoto deste País são jogados nos rios. Aquele esgoto que está nas grandes cidades, longe dos rios, longe, faz muito mais mal aos rios do que aqueles pobres agricultores, pequenos e médios, que estão lá na margem, produzindo porco, produzindo frango, produzindo horta, sustentando a sua família. E eu não vejo ninguém falar nisso. Por que nós, Senadores, permitimos? Só 32% dos Municípios do Brasil têm esgoto sanitário tratado. O resto é jogado nos nossos mananciais. As águas que estão passando pelos Municípios do interior do Brasil, nas grandes cidades...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E eu não vejo ninguém dizer isso, especialmente as ONGs internacionais, Greenpeace, WWF, Imazon. Dejetos jogados sem tratamento diretamente no rio, acabando com a saúde dos nossos rios. Essa é a discussão verdadeira. Essa é a discussão que o Brasil precisa enfrentar, mas não tem recursos para tratar esgoto, porque esgoto, o eleitor não vê.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer a sua paciência, a sua tolerância com o horário, agradecer ao Senador Blairo Maggi pela oportunidade do debate e dizer que estamos confiantes. Tenho a convicção de que o que vai falar mais alto no Senado Federal é a sua responsabilidade com o Brasil. Se tiver alguma coisa nesse código que faça mal ao meio ambiente, nenhum de nós vai querer que isso aconteça.

Os Deputados foram responsáveis sim. Eles atenderam ao clamor da base. Aldo Rebelo é do Partido Comunista, um brasileiro da maior qualidade que jamais se proporia a ser relator de uma matéria para fazer bandalheira. É um homem de respeito. Jamais Aldo Rebelo se proporia a fazer mal ao meio ambiente. Mas vamos dar oportunidade aos Senadores. As dúvidas que eles tiverem, aqueles preocupados com legitimidade, com algum texto que não foi bem escrito, vamos à luta, vamos arregaçar as mangas e trabalhar este texto. Vamos trabalhar com harmonia. Não vamos fazer como alguns, como as ONGs têm feito, propalado boatos, porque o que interessa para esta Casa são os fatos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR–MT) – Senadora Kátia, como disse antes, longe de fazer confusão, longe de fazer confusão. Também não vou aceitar, e não aceito, dizerem que sou contra o Código Florestal votado. De maneira nenhuma. O código que foi aprovado traz dentro do seu bojo tudo aquilo que o agricultor sempre desejou e quis: paz no campo, tranqüilidade, reconhecimento. Portanto, para mim ele está 100% aprovado. Vamos discuti-lo nesta Casa para ver se ainda colocamos algumas coisas que deem mais garantia aos produtores. Quando eu me refiro à questão das APPs, e a senhora faz as suas colocações, o que vamos fazer com aqueles que estão na margem de rios, estou de pleno acordo, nós não temos que tirar ninguém de lá, absolutamente ninguém. Eu conheço propriedades e proprietários que estão há 50 anos com a sua pocilga, com seu chiqueiro a cinco metros do rio e às vezes até dentro do rio. Eu não defendo, jamais virei defender retirada qualquer ou mexer com qualquer pessoa que está ali. Agora, de um determinado patamar para a frente, nós temos que reavaliar, temos que pensar. Quando os agricultores de Mato Grosso aqui vieram, Senadora, eles vieram em busca de tranqüilidade, vieram aqui para que pudéssemos votar, ou melhor, a Câmara pudesse votar o Código, para dar a eles a tranqüilidade que hoje eles têm com a votação que foi feita. Eu até gostaria de chamá-lo de Lei Aldo Rebelo, de tanto que ele trabalhou para fazer isso. Mas, a questão das APPs, nós vamos ter oportunidade para debater. Eu tenho meu ponto de vista, vou aqui debater e procurar encontrar o meio do caminho, o consenso, para que a gente tenha um bom

código, a exemplo do que veio da Câmara Federal para cá. Portanto só não quero deixar transparecer – nem sequer transparecer – que o Senador Blairo Maggi é contra o Código ou contra aquilo que foi aprovado. Tenho meu ponto de vista específico na questão das APPs, porque lá em Mato Grosso, como disse antes, nós fizemos um trabalho diferenciado e acho que tem espaço para fazermos produção, preservação e cuidar, principalmente, das nossas nascentes e das águas. E não é, Senadora – eu sempre discuti isso –, não é porque a Europa, os Estados Unidos já não têm mais nada que nós temos que seguir o caminho deles. Nós podemos fazer coisa diferente, nós podemos fazer coisa melhor. Aliás, nós estamos fazendo coisa melhor. Ninguém, na face deste planeta, tem uma agricultura tão sustentada quanto nós temos. Ninguém tem as condições de produzir tão sustentadamente quanto nós temos, e vamos continuar a fazer. E vamos continuar a fazer. E mais, vamos ter que trazer os outros países da Europa, os Estados Unidos, a Argentina, para discutir também as mesmas condições que nós temos. Não é possível ficarmos produzindo... Enquanto eles não têm APPs, não têm reserva legal, nós temos tudo isso. Ou nós vamos ter que ter um preço diferenciado por aquilo que estamos fazendo aqui. Portanto, eu também terei oportunidade, nesta semana, de ir à tribuna, vou fazer o meu pronunciamento, vou dar meu ponto de vista, vou dar os meus esclarecimentos e dizer aquilo que penso do Código. Espero que a senhora esteja no plenário também para me ouvir, apartear e fazermos a discussão que deve ser feita. Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada, Senador.

Sr. Presidente, uma consideração, uma lembrança pitoresca, para encerrar o pronunciamento. Se APP tiver que valer para os agricultores do Brasil, se 100% não puderem ocupar as margens dos rios ou dos lagos ou das represas, eu quero comunicar ao Vice-Presidente Michel Temer que ele mora num lugar que não é permitido. O Palácio do Jaburu não está na margem do lago, ele está dentro do lago. E o Palácio da Alvorada, onde a Presidente reside, também está na margem do lago e, portanto, irregular. Nenhum desses dois palácios pode continuar onde está, porque, se for para valer para os agricultores do Brasil, em qualquer lugar que estejam, vai ter que valer para a Presidente e para o Vice-Presidente.

Eles não têm culpa de terem construído essas obras nesses lugares. À época, quando construíram, era permitido. Nem por isso estão prejudicando o lago Paranoá e nós não teremos que tirar a Presidente Dilma da sua residência nem o Vice-Presidente Michel Temer.

Então, o que vale para os Presidentes tem que valer para os agricultores do Brasil.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Blairo Maggi deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Agradeço a participação da Senadora, o uso da palavra e, ao mesmo tempo, ao Senador Blairo Maggi.

Como Presidente da Mesa, quero dizer que os trabalhos estão se encerrando, mas eu não poderia deixar, de maneira nenhuma, de dizer tanto para a Senadora Kátia Abreu quanto para o Senador Blairo Maggi que nós precisamos deixar as nossas energias especialmente para nos fortalecermos e nos unirmos para defender esse setor produtivo que, infelizmente, é tão massacrado.

A Senadora falou algo que é uma realidade. Eu fui Prefeito de Rolim de Moura, Governador do Estado de Rondônia. Na verdade, nós temos assistido as grandes cidades, os grandes centros jogando esgoto em todos os nossos mananciais. E todo mundo fala da Amazônia, fala de preservação, mas ninguém está falando da obrigação que todos têm com as cidades, com as nossas capitais, com as nossas cidades. Portanto, estou junto, defendendo, tanto com o Senador Blairo Maggi quanto com a Senadora Kátia, o setor produtivo.

Como disse a Senadora agora há pouco, se formos convalidar o que foi feito com responsabilidade, com certeza vamos fazê-lo, porque temos essa responsabilidade, mas ao mesmo tempo temos que punir os que estão colocando os pés pela cabeça, fazendo de conta, como se nós estivéssemos aqui de passagem, e nós não estamos. Nós precisamos ter um marco zero e esse marco zero é com o setor produtivo, é com o setor ambiental no nosso Brasil.

Os demais Senadores que se inscreveram agora não terão mais oportunidade porque vamos encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os cinquenta anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, nos termos do **Requerimento nº 411, de 2011**, do Senador Casildo Maldaner e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 379, DE 2011

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Ofício "S" nº 12, de 2011, do Conselho Estadual Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Norte (CGPPP/RN), que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo licitatório da construção e operação do Estádio Novo Machadão/Arena das Dunas.

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão o Ofício "S" nº 12, de 2011 (Ofício nº 001/2011/PRE, de 12 de abril de 2011, na origem), do Conselho Estadual Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Norte (CGPPP/RN), em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual *institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública*.

O Ofício trata do processo de contratação da parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, para a demolição e remoção dos atuais estádios Machadão e Machadinho, construção, manutenção, gestão da operação e do estacionamento do novo Estádio Machadão/Arena das Dunas, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para recebimento de partidas da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O objetivo do pleito é o pronunciamento desta Casa sobre o cumprimento, pelo Governo do Rio Grande do Norte, dos limites e parâmetros contidos na Lei das PPP. Não há informações sobre outras PPP contratadas pelo governo daquele Estado.

O valor total da PPP será de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com previsão de término das obras em dezembro de 2013 e início dos pagamentos das contraprestações em janeiro de 2014. O prazo de concessão será de 20 anos e o valor atual total das contraprestações será de R$ 109.500.000,00 (cento e nove milhões e quinhentos mil reais).

Conforme a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 614, de 21 de agosto de 2006, a contraprestação básica devida pelo governo estadual configura-se simples despesa de caráter continuado.

Segundo tabela anexada ao Ofício da Secretaria do Planejamento e Gestão, as contraprestações previstas para a PPP em tela comprometerão a Receita Corrente Líquida (RCL) estimada para o período de 2014 a 2030 em percentuais que variam entre 0,3% a 2,00%. Não haverá comprometimento da RCL nos anos de 2011 a 2013.

II – ANÁLISE

Na forma do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes às PPP. Essa modalidade de contratação, instituída pela Lei nº 11.079, de 2004, tem como elementos diferenciadores o compartilhamento de riscos entre o ente público e o parceiro privado e a contraprestação pecuniária do primeiro em prol do último.

O compartilhamento almejado não encontra correspondência nas modalidades tradicionais de contratação de obras e serviços pelo setor público, disciplinadas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou nos regimes de concessão e permissão de serviços públicos, regulamentados pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Na primeira situação, os riscos do empreendimento são assumidos pela própria administração pública; na segunda, esses riscos são transferidos ao concessionário e aos usuários.

Do ponto de vista orçamentário, a contraprestação devida constitui despesa obrigatória de caráter continuado, a qual é definida, pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), como *despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios*. O controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais e municipais não compete ao Senado Federal, mas sim ao Poder Legislativo

local, por meio dos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais.

Logo, para esta Casa, as PPP dos entes subnacionais não diferem do ato de recrutar pessoal permanente ou de expandir os serviços prestados, diretamente, pelo setor público. Em outras palavras, constituídas as novas despesas, caberá aos tesouros dos governos envolvidos prover, nos exercícios subseqüentes, a adequada cobertura orçamentária.

Assim, entendemos que não cabe a esta Casa aprovar ou desaprovar as contratações de PPP pelos entes subnacionais. As informações recebidas prestam-se tão somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos governos envolvidos para ampliar o seu nível de endividamento ou para receber transferências voluntárias. Dessa forma, o presente parecer limitar-se-á a opinar pelo conhecimento da matéria e seu subseqüente arquivamento, **com o envio de cópia da deliberação correspondente à STN.**

Evidentemente, qualquer empreendimento estadual ou municipal que requeira a contratação de operação de crédito pela administração pública direta, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes precisará observar os limites e as condições fixadas por esta Casa no exercício de suas competências constitucionais (Constituição Federal, art. 52, incisos V a IX), consubstanciadas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007. No entanto, como são os parceiros privados que devem obter os empréstimos requeridos pelas PPP, tem-se que essa modalidade de contratação não está sujeita aos controles prévios definidos pelas normas senatoriais.

O mesmo ocorre com as regras de contingenciamento do volume de crédito das instituições financeiras em favor do setor público, contidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.827, de 2001, e alterações subseqüentes. Por conseguinte, as PPP permitem significativa expansão da capacidade de investimento dos entes subnacionais à revelia dos limites de endividamento fixados pelas autoridades competentes.

Justamente pela capacidade que as PPP têm de elidir o monitoramento tanto do CMN como da STN e do Senado Federal, a Lei nº 11.079, de 2004, no art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da RCL com as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto de PPP contratadas. Tendo como base o exercício em que forem apurados os limites em questão, são eles:

a) 3% da RCL observada no exercício anterior;

b) 3% da RCL estimada para os dez exercícios subseqüentes.

Trata-se de coibir eventuais excessos pelos atuais gestores públicos, em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais. O ente que não observe os limites citados estará sujeito às seguintes sanções no seu relacionamento com a União:

a) não receber garantias para realizar operações de crédito;

b) não receber transferências voluntárias.

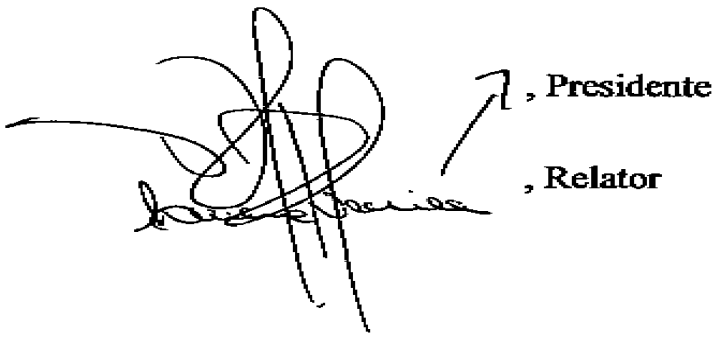
Para que as sanções fixadas possam ser aplicadas, os entes subnacionais deverão encaminhar ao Senado Federal e à STN, previamente à contratação, informações sobre as PPP que pretendam implementar.

O Ofício "S" nº 12, de 2011, ora analisado, também cumpre a exigência de informar esta Casa acerca da contratação, pelo Governo do Rio Grande do Norte, de PPP para a demolição e remoção dos atuais estádios Machadão e Machadinho e construção e manutenção novo Estádio Machadão/Arena das Dunas. Cabe frisar que o demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro da PPP demonstra que o comprometimento da RCL variará de 0,3% até 2,00%. Conseqüentemente, em relação ao que dispõe a Lei das PPP, o Estado do Rio Grande do Norte permanece habilitado tanto a obter garantias da União para realizar operações de crédito como a receber recursos federais a título de transferências voluntárias.

III – VOTO

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 12, de 2011, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ofício "S" nº 12, de 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02 / 06 /2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIAS	1- HUMBERTO COSTA
DELCÍDIO DO AMARAL	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA	3 – WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO	4 – MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI	5 – VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ	6 – PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES	7 – RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA	8 – VANESSA GRAZZIOTIN
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA	2- GEOVANI BORGES
LOBÃO FILHO	3- ROBERTO REQUIÃO
VITAL DO RÊGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES	8- IVO CASSOL
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
FLEXA RIBEIRO	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA	3- MÁRIO COUTO
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2 – JOÃO VICENTE CLAUDINO
PSOL	
	1-

PARECER
Nº 380, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011 (Projeto de lei nº 4.605/2009, na origem, do Deputado Marcos Montes), que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 18, de 2011, de autoria do Deputado Marcos Montes, tem por fim instituir no ordenamento jurídico brasileiro o empresário individual de responsabilidade limitada.

O art. 1º enuncia o objetivo da lei que resultar da aprovação do projeto: acrescentar o inciso IV ao art. 44, acrescentar o art. 980-A e alterar o parágrafo único do art. 1.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para instituir a empresa individual de responsabilidade limitada, nas condições que especifica.

O art. 2º propõe as seguintes modificações.

a) inclusão, no art. 44, ao lado das associações, das fundações, das sociedades, das organizações religiosas e dos partidos políticos, de inciso VI, contendo nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado: as empresas individuais de responsabilidade limitada;

b) inclusão, no Livro II, que trata do Direito de Empresa, de Título I-A, denominado Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, contendo apenas o art. 980-A;

b.1) o *caput* do art. 980-A prevê que a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da

totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País;

b.2) o § 1º diz que o nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada;

b.3) o § 2º veda a pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada a figurar em mais de uma empresa dessa modalidade;

b.4) o § 3º estabelece que a empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração;

b.5) o § 4º diz que somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente;

b.6) o § 5º prevê que poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional;

b.7) o § 6º diz que se aplica à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.

c) inclusão da expressão "empresário individual de responsabilidade limitada" no parágrafo único do art. 1.033 do Código Civil, que se refere à transformação da sociedade limitada em empresário.

O art. 3º é a regra de vigência: a lei resultante da aprovação do projeto entrará em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor afirma que o seu objetivo é instituir a "sociedade unipessoal", também conhecida como "empresa individual de responsabilidade limitada", reproduzindo, na justificação, artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 2003, de autoria de Guilherme Duque Estrada de Moraes.

No artigo, ele afirma que desde o início da década de 80 discute-se no País a criação da "empresa individual de responsabilidade limitada". A ideia foi examinada no Programa Nacional de Desburocratização, conduzido pelo Ministro Hélio Beltrão, de forma vinculada ao estatuto da microempresa, mas ela foi abandonada em virtude da prioridade dada à questão tributária.

Na década de 90, no âmbito do Programa Federal de Desregulamentação, a proposta foi retomada, com o objetivo de permitir ao empresário, individualmente, explorar atividade econômica sem colocar em risco seus bens particulares. Na Europa, o Conselho da Comunidade Européia havia publicado a XII Diretiva, de 1989, uniformizando as regras sobre a "sociedade unipessoal", sendo o regime adotado na França e em outros países europeus. Alguns pareceres de juristas brasileiros desaconselharam o Poder Executivo a enviar ao Congresso Nacional qualquer projeto sobre o tema.

O anteprojeto da nova lei das sociedades limitadas, elaborado por juristas coordenados por Arnold Wald continha proposta de criação da figura da "empresa individual de responsabilidade limitada", mas ele foi deixado de lado em virtude da tramitação do novo Código Civil.

Grande parte das sociedades limitadas são "sociedades faz-de-conta", constituídas somente para limitar a responsabilidade do sócio. Nelas, um único sócio detém quase a totalidade das quotas do capital social, gerando enorme burocracia, tornando complexo o exame dos atos constitutivos pelas juntas comerciais e ocasionando disputas judiciais entre sócios, ainda que um deles detenha quota insignificante do capital social.

Não são poucos os países que instituíram a "empresa individual de responsabilidade limitada": França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Países Baixos, Alemanha, Reino Unido, Dinamarca e, na América do Sul, Chile, não faltando referências ao legislador brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Apreciado, em decisão terminativa, naquela Casa, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal para revisão e distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação, em caráter terminativo, quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposta.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa privativa da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Tampouco se verifica vício de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 101, II, *d*, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre assuntos atinentes ao direito comercial.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada, exceto em relação a um aspecto: a ementa do projeto não explicita o seu objetivo.

No mérito, somos favoráveis à proposta.

A responsabilidade ilimitada do empresário (pessoa natural) dificulta o desempenho eficiente da atividade econômica. Uma pessoa natural que se disponha a se tornar empresário com o objetivo de auferir lucros encontra um ambiente sujeito a algumas intempéries: alta taxa de juros, carga tributária elevada, grande poder econômico dos fornecedores, taxa de câmbio desfavorável, infraestrutura estatal inadequada, consumidores exigentes, inflexibilidade da legislação trabalhista, privilégios da Fazenda Pública, pequeno mercado de consumo e competição acirrada dos empresários.

A responsabilidade ilimitada torna todo o patrimônio da pessoa natural que se torna empresário afetado para cobrir obrigações relacionadas à atividade empresarial, reduzindo a sua disposição a correr riscos, o que o leva a obter menos empréstimos, contratar menos empregados, realizar menos investimentos e a exigir maior remuneração para o seu capital, encarecendo o produto adquirido pelo consumidor. Atividades de alto risco exigem maior remuneração.

Em muitos casos, a pessoa natural simplesmente deixa de exercer uma atividade econômica organizada em virtude dos elevados custos de transação. Dados da junta comercial do Rio de Janeiro indicam que apenas cerca de dez mil pessoas se inscreverem no registro de empresário no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2010, que conta com uma população de cerca de 13 milhões de pessoas.

A responsabilidade ilimitada leva a pessoa natural a se juntar a outro sócio que não tem interesse na empresa, formando uma sociedade limitada originariamente fictícia, apenas para afastar o risco da afetação do patrimônio pessoal do empresário. Esse comportamento permite maior segurança e sobrevivência no mercado, mas implica maiores custos, como, por exemplo, o preço pago na junta comercial para o registro da empresa. O preço do serviço de registro inicial de empresário na junta comercial do Rio de Janeiro, por exemplo, é de R$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), mas ele é elevado para R$ 300,00 (trezentos reais) no caso de registro inicial de sociedade limitada.

Os custos decorrentes da responsabilidade ilimitada afetam a competitividade internacional do empresário brasileiro em um ambiente de concorrência global, se comparada a frágil instituição da responsabilidade ilimitada do empresário com a legislação de outros países.

Quanto à alegação de menor proteção dos credores da empresa, que ficariam sem poder atingir os bens particulares da pessoa natural constitutiva da empresa, cumpre destacar que é verdade que a separação patrimonial não permitirá que o patrimônio particular da pessoa natural seja atingido por obrigações decorrentes do exercício empresarial, mas em contrapartida a limitação privilegiará esses mesmos credores contra os credores particulares da pessoa natural. Uma limitação contrabalança a outra.

III – VOTO

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº 1 - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PLC nº 18, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada."

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 18 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01 / 06 / 2011 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Francisco Dornelles	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA F UDADANIA

PROPOSIÇAO: PLC **Nº** 18 **, DE** 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 – EDUARDO SUPLICY				
MARTA SUPLICY	X				2 – ANA RITA				
PEDRO TAQUES	X				3 – ANIBAL DINIZ	X			
JORGE VIANA	X				4 – ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 – CLÉSIO ANDRADE				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 – LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA					7 – RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					8 – HUMBERTO COSTA				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EUNÍCIO OLIVEIRA (Presidente)					1 – LUIZ HENRIQUE	X			
PEDRO SIMON	X				2 – VALDIR RAUPP				
ROMERO JUCÁ					3 – EDUARDO BRAGA				
VITAL DO RÊGO	X				4 – RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS					5 – LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUIÃO	X				6 – WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES (Relator)	X				7 – BENEDITO DE LIRA				
SÉRGIO PETECÃO					8 – EDUARDO AMORIM				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AÉCIO NEVES					1 – LÚCIA VÂNIA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 – FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 – CÍCERO LUCENA	X			
DEMÓSTENES TORRES	X				4 – JOSÉ AGRIPINO				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO	X				1 – CIRO NOGUEIRA				
GIM ARGELLO					2 – MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 – MARINOR BRITO				

TOTAL: 17 **SIM:** 16 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 06 / **2011**

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 27/05/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: Emenda nº 1 ao PLC Nº 18 , DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PR e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 – EDUARDO SUPLICY				
MARTA SUPLICY	X				2 – ANA RITA				
PEDRO TAQUES	X				3 – ANÍBAL DINIZ	X			
JORGE VIANA	X				4 – ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 – CLÉSIO ANDRADE				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 – LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA					7 – RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					8 – HUMBERTO COSTA				
TITULARES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EUNÍCIO OLIVEIRA (Presidente)					1 – LUIZ HENRIQUE	X			
PEDRO SIMON	X				2 – VALDIR RAUPP				
ROMERO JUCÁ					3 – EDUARDO BRAGA				
VITAL DO RÊGO	X				4 – RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS					5 – LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUIÃO	X				6 – WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES			X		7 – BENEDITO DE LIRA				
SÉRGIO PETECÃO					8 – EDUARDO AMORIM				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AÉCIO NEVES					1 – LÚCIA VÂNIA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 – FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 – CÍCERO LUCENA	X			
DEMÓSTENES TORRES	X				4 – JOSÉ AGRIPINO				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO	X				1 – CIRO NOGUEIRA				
GIM ARGELLO					2 – MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 – MARINOR BRITO				

TOTAL: 17 **SIM:** 15 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** 1 **PRESIDENTE** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 06 / 2011

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)
(atualizado em 27/05/2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2011
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 980-A e o inciso VI ao art. 44 e altera o parágrafo único do art. 1.033, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de modo a instituir a empresa individual de responsabilidade limitada, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 44. .....

.....

VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

....."(NR)

"LIVRO II

.....

'TÍTULO I-A

DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social,

devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar numa única empresa dessa modalidade.

§ 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente.

§ 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.'

....."

"Art. 1.033. .....

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV, caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

.....

Seção VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 70/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil", de autoria do Deputado Marcos Montes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER
Nº 381, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 41, de 2011, que tem como primeiro signatário o Senador JOSÉ SARNEY, pretende alterar o art. 14 da Constituição Federal, para permitir as chamadas candidaturas avulsas nas eleições municipais.

Nesse sentido, o art. 1º da iniciativa em pauta propõe nova redação para o inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição Federal, estabelecendo que será admitida a inscrição de candidatos a Prefeito e a Vereador não filiados a partido político, mediante o apoio de meio por cento do eleitorado da circunscrição, na forma da lei.

O art. 2º prevê a entrada em vigor da emenda constitucional que se pretende adotar na data de sua publicação, não sendo aplicável, entretanto, à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Na Justificação está posto que a presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de permitir, no plano municipal, a manifestação eleitoral de interesses locais que estejam insatisfeitos com as alternativas partidárias disponíveis.

Outrossim, com o fim de compensar a ausência de filiação partidária, a proposição estabelece a exigência de apoio de pelo menos meio por cento do eleitorado da circunscrição, conforme vier a ser estabelecido em lei. Apoio

É o Relatório.

II – ANÁLISE

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição.

Passo, pois, a analisar a presente proposição.

Quanto à constitucionalidade, parece que nada obsta a livre tramitação da matéria sob exame. Com efeito, no que diz respeito às cláusulas que impedem deliberação sobre proposta de emenda à Constituição, inscritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior, entendo que nenhuma delas se aplica ao caso que aqui examino, porquanto não temos unidade da Federação sob intervenção federal e não estamos sob estado de defesa ou de sítio (§ 1º); a proposta não fere a forma federativa de Estado, nem o voto direto secreto, universal e periódico, não macula a separação de Poderes, nem os direitos e garantias individuais (§ 4º); por fim, cabe ainda consignar que a matéria que é objeto da proposição não foi rejeitada nem prejudicada na presente sessão legislativa (§ 5º).

Todavia, no que se refere ao seu mérito, o meu entendimento é o de que, sem embargo dos seus nobres fins, a presente proposição não deve prosperar, porque vai em sentido contrário a um dos principais objetivos que todos buscamos no processo de reforma política de que estamos tratando, vale dizer, o fortalecimento dos partidos políticos.

Deveras, permitir que possam concorrer às eleições candidatos que não sejam filiados a partidos políticos é favorecer e reforçar as inadequadas e perniciosas tendências personalistas que não contribuem para o fortalecimento das nossas instituições políticas mas, antes, atuam para desacreditá-las e fragilizá-las à medida que estimulam a ilusão de soluções aventureiras e, muitas vezes, autoritárias.

Da mesma forma, possibilitar as candidaturas avulsas é contribuir para o enfraquecimento das discussões programáticas e para o estímulo dos projetos políticos pelos interesses paroquiais e pelos projetos meramente pessoais.

Também a fidelidade partidária seria atingida negativamente pela proposição em tela, pois os postulantes derrotados nos debates internos dos partidos seriam estimulados a deixar as suas agremiações partidárias para concorrerem como candidatos avulsos.

Desse modo, embora compartilhando algumas das razões que estimularam a presente proposta de emenda à Constituição, como a de procurar alternativas que levem os cidadãos a participar mais do processo político, entendo que os seus efeitos colaterais não recomendam a sua adoção.

Não será adotando medidas que levarão ao enfraquecimento dos partidos políticos e a uma maior fragilização da nossa vida institucional que encontraremos soluções que melhorem a nossa vida política.

O que devemos fazer é adotar mudanças que reforcem os partidos políticos e que levem ao fortalecimento institucional e da democracia em nosso País.

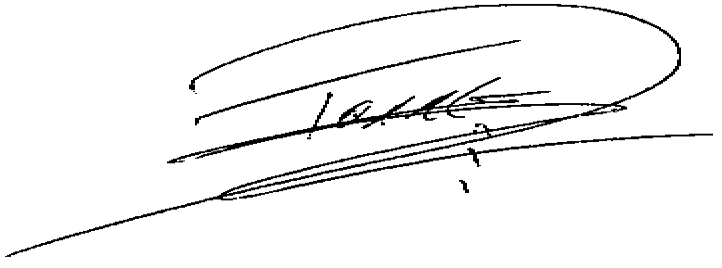
Por essas razões, entendo que está correta a Constituição Federal, quando exige no seu art. 14, § 3º, inciso V, a filiação partidária como condição necessária para que o cidadão possa concorrer aos mandatos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

III – VOTO

Como conclusão, voto pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2011.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC **Nº** 41 **DE** 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01 / 06 / 2011 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira	
RELATOR: Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

PARECER
Nº 382, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, de 2011, de autoria do ilustre Senador JOSÉ SARNEY e outros Senhores Senadores, cuja ementa é acima transcrita.

Em seu art. 1º, a PEC estabelece as seguintes medidas:

I – reduz o número de suplentes de Senador para um;

II – proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge ou parente consanguíneo ou afim do titular, até o segundo grau ou por adoção;

III – mantém a convocação do suplente em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular, mas na hipótese de vaga determina a realização de nova eleição, na seguinte conformidade:

a) se a vaga ocorrer até cento e vinte dias das próximas eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo Senador será eleito em pleito simultâneo a essas eleições;

b) se a vaga ocorrer dentro de cento e vinte dias das próximas eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo Senador será eleito em pleito simultâneo às eleições gerais subsequentes;

c) o suplente exercerá o cargo somente até a posse do Senador eleito para a conclusão do mandato do antecessor;

d) o Senador eleito assumirá o cargo no dia 1º de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição e concluirá o mandato do antecessor, ou seja, do Senador afastado definitivamente.

Além disso, o art. 2º afasta a aplicação das referidas medidas aos mandatos em curso, quais sejam, os mandatos dos Senadores e suplentes eleitos em 2006 e em 2010.

Registram os ilustres autores, entre os quais os membros da Comissão da Reforma Política instituída pelo Presidente José Sarney, que a proposta pretende aperfeiçoar as normas aplicáveis à suplência de Senador e ampliar a legitimidade do Senado Federal perante o eleitorado e a sociedade brasileira.

A proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstancias à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, I e § 1º, da Constituição). Tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa ou há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, §§ 4º e 5º, da Constituição).

A proposta também não visa à alteração de dispositivos sem correlação entre si, razão pela qual não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF.

No tocante ao mérito, a iniciativa é louvável. Esta Casa está convicta da necessidade de se alterarem as normas que regem a suplência de Senador. Afinal, embora a eleição para o Senado seja majoritária e preveja a eleição do titular e de dois suplentes, que serão convocados em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular, é sabido que há pouca transparência tanto no processo de escolha como na divulgação das candidaturas dos suplentes.

Desta forma, merecem aprovação a proibição do nepotismo na escolha dos suplentes, bem como a realização de nova eleição popular em caso de abertura de vaga de Senador, visto que tais medidas contribuirão para o aumento da legitimidade do exercício do mandato de Senador.

Relembro que o tema já foi objeto de discussão e aprovação por essa Comissão no ano de 2008, quando foi apreciada a PEC nº 11, de 2003, e proposições apensadas. Naquela ocasião, foram aprovadas a eleição de Senador com apenas um suplente, a vedação do nepotismo na escolha do suplente e a convocação do suplente em caso de vaga somente até a eleição geral ou municipal mais próxima, nos termos do parecer com substitutivo apresentado pelo Senador Demóstenes Torres.

Como destacou há época o ilustre relator, os suplentes não são tão expostos ao sufrágio popular quanto os titulares, razão pela qual seria necessária solução com maior amparo na vontade do eleitor.

No entanto, a referida PEC nº 11, de 2003, bem como as PECs nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007, serão reapreciadas por esta Comissão, tendo em vista que as demais proposições a ela apensadas foram arquivadas.

Entendo, ainda, que a proposição atual aperfeiçoa o citado substitutivo aprovado por esta Comissão, uma vez que estabelece prazo mínimo de cento e vinte dias para que se realize nova eleição para escolha do Senador que concluirá o mandato do titular afastado definitivamente. Afinal, nas eleições regulares, quatro meses é o prazo hábil para que se proceda às seguintes etapas do processo eleitoral: escolha dos candidatos em convenção partidária, registro de candidatura na Justiça Eleitoral, realização de propaganda eleitoral e eleição propriamente dita.

A proposição também é meritória ao garantir o direito adquirido e a segurança jurídica dos atuais Senadores e suplentes, eleitos em 2006 e em 2010, proibindo que sejam atingidos pelas alterações propostas.

No que se refere à técnica legislativa, a ementa da proposição merece pequeno reparo, razão pela qual apresento uma emenda de redação.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

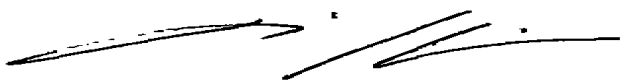
EMENDA Nº - CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, a seguinte redação:

> Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador e vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular, e dá outras providências.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente



, Relator

EMENDA Nº - CCJ

Acrescente-se ao art. 56 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC 37, de 2011, o seguinte § 5º

"Art. 56. .....

.....

§ 5º Não haverá a convocação de suplente durante os períodos de recesso do Poder Legislativo."



Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de junho, aprova o Relatório reformulado durante a discussão pelo Senador Luiz Henrique, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, sendo a primeira correspondente a emenda de redação apresentada pelo próprio Relator, e a segunda correspondente à Emenda nº 1, de autoria do Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira, nos seguintes termos:

EMENDA Nº 1–CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, a seguinte redação:

> Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador e vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2–CCJ

Acrescente-se ao art. 56 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC nº 37, de 2011, o seguinte § 5º:

"Art. 56. .....

.....

§ 5º Não haverá a convocação de suplente durante os períodos de recesso do Poder Legislativo. (NR)"

Sala das Comissões, 1º de junho de 2011.

Senador **LUIZ HENRIQUE**
Relator

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 37 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/06/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Luiz Henrique	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1º / 6 /2011, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1-
2- JOÃO PEDRO
3-
4-
5- ANA AMÉLIA (PP/RS)
6-
7-

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1º/06/2011, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1- Paulo Paim

2- João Pedro

3- Aécio Neves

4- Mario Couto

5- Ana Amélia

6- Vanessa Grazziotin

7- Gleisi Hoffmann

PARECER Nº 383, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2010, (nº 498/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04, do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

RELATOR: Senador **GLEISI HOFFMANN**

RELATOR "AD HOC": Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04, do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

O tratado foi remetido ao Congresso Nacional pela Mensagem do Presidente da República nº 749, de 1º de setembro de 2006, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, datada de 20 de julho do mesmo ano, e deu origem ao referido projeto de decreto legislativo ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, por força da Resolução nº 1, de 2007, o acordo foi destinado à apreciação pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Aprovada nessas comissões, a proposição teve sua confirmação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, quando foi destinada ao Senado Federal.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010 e teve sua tramitação prorrogada na nova legislatura nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Foi designada à minha relatoria em 16 de maio de 2011, após cumprir o prazo regimental de recebimento de emendas, que exauriu *in albis*.

O acordo, nos termos da exposição de motivos ministerial, atendeu a recomendação da primeira Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, realizada em Buenos Aires, em junho de 2004. Ao estabelecer a cooperação em matéria de prevenção e reação a emergências ambientais, o Protocolo Adicional implementa o Capítulo III do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul, harmonizando procedimentos a serem adotados pelos Estados Partes por meio de intercâmbio de informações, adoção de planos de ação e capacitação de recursos humanos.

II – ANÁLISE

O ato internacional em exame constitui um instrumento enquadrado no Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul, como costuma acontecer nesse tipo de tratado guarda-chuva, que admite, pressupõe e encoraja o desenvolvimento de documentos normativos adicionais.

Assim, o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul traz em seu Artigo 6º o seguinte comando:

> Artigo 6
>
> Os Estados Partes aprofundarão a análise dos problemas ambientais da sub-região, com a participação dos organismos nacionais competentes e das organizações da sociedade civil, devendo implementar, entre outras, as seguintes ações:
>
> .....
>
> k) prestar, de forma oportuna, informações sobre desastres e emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Partes e, quando possível, apoio técnico e operacional;
>
> .....

Em outro trecho, caracteriza-se a necessidade de desdobramento do tratado ambiental em protocolos adicionais como o presente instrumento, no seguinte dispositivo:

> Artigo 7º
>
> Os Estados Partes acordarão pautas de trabalho que contemplem as áreas temáticas previstas como Anexo do presente instrumento, as quais são de caráter enunciativo e serão desenvolvidas em consonância com a agenda de trabalho ambiental do Mercosul.

E recorrendo-se ao Anexo veremos as seguintes áreas temáticas:

> ANEXO
> Áreas Temáticas
>
> .....
>
> 3. Instrumentos de política ambiental
>
> .....
>
> 3.j. emergências ambientais

Um dos maiores avanços do direito ambiental contemporâneo é a concepção globalista, transfronteiriça, dos problemas ambientais e de seu enfrentamento. Assim se compreende a existência de um Acordo-Quadro sobre meio ambiente do Mercosul e nessa perspectiva se inserem todos os instrumentos operacionais que se estabeleçam para transformar os princípios contidos no acordo geral em políticas transnacionais ambientais.

Caracterizado, portanto, como um desdobramento necessário do tratado ambiental geral, o protocolo determina, em seu Artigo 2º, que "os Estados Partes, por meio de seus Pontos Focais, prestarão cooperação recíproca e assistência quando ocorrer uma emergência que tenha conseqüências efetivas ou potenciais no meio ambiente ou na população de seu próprio território ou de outro Estado Parte, de acordo com as disposições gerais e particulares do presente Protocolo".

O principais conceitos do Protocolo estão definidos no Artigo 1º. Emergência ambiental é a "situação resultante de fenômeno de origem natural ou antrópica que seja susceptível de provocar graves danos ao meio ambiente ou aos ecossistemas e que, por suas características, requeira assistência

imediata" e ponto focal é o organismo competente que cada Estado Parte identifique como tal para intervir em caso de emergências ambientais.

O Artigo 3º determina que a cooperação terá também o objetivo de harmonizar procedimentos para atuação em caso de emergência ambiental; de realizar o intercâmbio de informações pertinentes; de elaborar planejamento conjunto para redução de riscos; de alimentar as estatísticas sobre emergências ambientais no Sistema de Informações Ambientais do Mercosul (SIAM); de criar um banco de especialistas para prestação de apoio técnico; e de capacitar recursos humanos.

Na ocorrência efetiva ou potencial de um evento em seu território, o Estado Parte informará as possíveis conseqüências da emergência aos demais, conforme o Artigo 4º. O protocolo define um formulário em anexo, que será utilizado para essa comunicação. Nessa situação, o Estado Parte convidará os demais Estados potencial ou efetivamente afetados a designarem especialistas para compor uma comissão. Essa Comissão de Especialistas avaliará a situação inicial e recomendará soluções técnicas para mitigar os danos. Ainda conforme esse artigo, o Estado Parte onde a emergência ocorreu enviará um relatório final, detalhando o ocorrido e indicando as medidas preventivas.

Os procedimentos de assistência estão nos Artigos 5º a 8º. Quando um Estado Parte receber uma notificação de emergência e solicitação de assistência, poderão enviar ao local do evento uma missão de avaliação de danos e análise de necessidades. Quando a urgência do ocorrido não admita demora, as autoridades locais do território afetado poderão efetuar a comunicação diretamente às autoridades de nível operativo do país vizinho, sem prejuízo da solicitação de assistência enviada simultaneamente ao respectivo Ponto Focal nacional, cuja autorização é imprescindível para o início da atuação local.

Os Estados Partes que enviem uma missão de assistência ou avaliação de danos e análise de necessidades anteciparão os dados da missão e dos componentes aos Pontos Focais que cooperam na emergência ambiental, e o Estado Parte que solicitou facilitará a entrada da missão, bem como dos materiais e equipamentos que transportam. Por fim, os gastos resultantes da missão de assistência serão de responsabilidade do Estado Parte que a solicite, a menos que se acorde outra modalidade.

Como última norma de conteúdo, o Protocolo dispõe em seu Artigo 9º que os Estados Partes intercambiarão informações sobre o quadro normativo, tecnologias disponíveis aplicáveis às ações, experiências em matéria de prevenção, mitigação, alerta, resposta e recuperação, bem como a organização existente em suas respectivas jurisdições em matéria de emergências ambientais, podendo inclusive implementar programas de estágios para capacitação e atualização profissional dos funcionários das áreas competentes.

Configura-se, portanto, como um moderno instrumento de cooperação ambiental no quadro normativo do Mercosul, que complementa e instrumentaliza o acordo geral ambiental do bloco e que vem em boa hora. Aqui estão conformados os princípios mais progressistas para o enfrentamento das cada vez mais comuns crises ambientais, dado o avanço da industrialização, o adensamento da ocupação dos territórios e a utilização de novas tecnologias.

Além da concepção de problema ambiental global e transfronteiriço, perpassam o protocolo os princípios da informação imediata e da cooperação para a solução dos problemas ambientais, sendo de todo adequado a uma área de integração regional que se pretende coesa, harmônica e solidária. Houvesse já esse mecanismo, talvez muitos dos entreveros entre os vizinhos pudessem ter sido evitados ou amenizados.

A integração no Mercosul tornar-se-á mais eficaz quando, além do domínio econômico e comercial, a convergência se operar em todas as áreas das atividades humanas. A proteção ao meio-ambiente é um desses ramos em que todos ganham, não apenas a sociedade, pela qualidade de vida e proteção da saúde, mas também os setores industriais, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e abertura de novos campos.

O protocolo se complementa com os dispositivos formais sobre sua duração, sua entrada em vigência, que se dará após as ratificações de todos os Estados Partes e sobre o depósito.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2010.

Sala da Comissão, 2 de junho de 2011.

, Presidente

, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 2010**

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 02/06/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR *AD HOC*: SENADOR(A) LUIZ HENRIQUE	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 384, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2011 (nº 2.843/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.

Relator: Senador **CYRO MIRANDA**

I - RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 291, de 4 de junho de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado na Haia, em 23 de janeiro de 2009.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser distribuído, também, para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 8 de junho de 2010, e o Projeto de Decreto Legislativo que aprovou o texto do tratado por ela encaminhado foi votado em Plenário em 20 de abril de 2011, sendo em seguida encaminhado ao Senado Federal.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na Comissão, a este Relator, em 9 de maio de 2011, após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas.

II – ANÁLISE

Cuida-se de um acordo de cooperação na área de execução penal entre dois países que possuem intenso intercâmbio comercial, cultural e turístico. Seu objetivo é permitir, caso haja vontade do condenado, o seu traslado para o país de origem, com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar. Tal característica está bem registrada na Exposição de Motivos do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, anexada à Mensagem Presidencial, quando afirma que "o Tratado foi firmado com o intuito, primeiramente, de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade, em razão de uma decisão judicial, a possibilidade de, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, cumprirem pena em seu próprio país, onde estarão mais adaptados social e culturalmente, além de mais próximos de suas famílias".

O Tratado tem 17 (dezessete) artigos nos quais se estabelecem as condições para as transferências dos presos e para a execução de penas. No Artigo 2 está o princípio geral de que a solicitação da transferência pode ser expressa pela pessoa objeto da condenação ou da execução e pode ser formulada tanto pelo Estado de condenação quanto pelo Estado de execução.

No Artigo 3 estão as condições de transferência. Exige-se que o condenado seja nacional do Estado de execução; que o restante da pena seja de pelo menos 12 meses; que a sentença condenatória seja definitiva e exequível;

que haja a prévia anuência do condenado; que a causa da condenação seja tipificada como crime na legislação do Estado de execução; e que haja a concordância de ambas as Partes com a transferência.

As solicitações serão feitas pelos Ministérios da Justiça e seus requisitos formais estão no Artigo 4, podendo ser efetuadas por meio eletrônico, caso tal procedimento tenha sido acordado previamente e de forma a que se preserve a garantia da autenticidade dos documentos. No Artigo 6, dispõe-se que as Partes poderão negar a transferência solicitada.

Digno de menção é o disposto no Artigo 8, que garante ao Estado de condenação a retenção da jurisdição exclusiva com relação à natureza jurídica e duração da pena, não podendo a mesma ser agravada pela sua natureza ou duração pelo Estado de execução.

O transporte da pessoa condenada será de responsabilidade do Estado de execução, com as garantias definidas no Artigo 12.

A inovação do tratado em tela reside no Artigo 14. Nos termos da Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores anexada à Mensagem presidencial, o dispositivo representa um instituto moderno que amplia os horizontes da persecução criminal, denominado "Transferência da Execução da Pena". O mecanismo permite que, em caso de fuga de uma pessoa condenada para seu Estado de origem, possa o Estado sentenciador transferir àquele a execução da pena. Essa novidade confere maior eficácia à cooperação jurídica em matéria criminal, uma vez que alcança, observando os direitos do condenado, casos em que não seja possível a extradição.

Importante registrar que o acordo estabelece constantes mecanismos de comunicação recíprocos, que garantem a cooperação e a certeza que seus ditames serão praticados sem prejuízo para as soberanias e para os direitos individuais.

Os artigos finais dispõem sobre a vigência e condições de entrada em vigor e de denúncia, valendo destacar que o mesmo se aplicará à execução de penas impostas antes e depois da sua entrada em vigor (Artigo 16).

Por fim, relembre-se que o acordo em análise insere-se no quadro de outros instrumentos internacionais análogos que o Brasil tem firmado com nações amigas, como Argentina (promulgado pelo Decreto nº 3.875, de 2001), Canadá (Decreto 2.547, de 1998), Espanha (Decreto nº 2.576, de 1998), Reino Unido (Decreto nº 4.107, de 2002), Chile (Decreto nº 3.002, de 1999) e Paraguai (Decreto nº 4.443, de 2002). Em todos esses tratados não ocorre o possível óbice da existência de pena de morte na legislação da outra Parte, o que, à primeira vista, se apresentaria como um fator contrário ao móvel do entendimento, que é a humanização do cumprimento da pena.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Tratado em análise, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 125, DE 2011**

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 02/06/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR CYRO MIRANDA	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

Publicado no DSF 01/06/2011

PARECERES
Nºs 385 A 387, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, (nº 3.077/2008, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social.

PARECER Nº 385, DE 2011
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2008), oriundo do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para implantar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); discriminar os tipos de entidades e organizações sociais atuantes na área da Assistência Social; instituir os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); introduzir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial, como integrante da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito do SUAS; entre outras providências.

O projeto é composto por quatro artigos. Os dois primeiros propõem dar nova redação aos arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36, da Lei nº 8.742, de 1993, e, ainda, acrescentar-lhe os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E; 12-A; 24-A, 24-B, 24-C; 30-A, 30-B e 30-C. O art. 3º revoga o art. 38 da Loas e o art. 4º é a cláusula de vigência da lei, com início previsto para a data de sua publicação.

A proposição traz para o âmbito da lei o formato de prestação da assistência social descentralizado e com gestão compartilhada entre os entes federativos e seus respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para tanto, denomina na Loas o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo que seu objetivo é dar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial como base de organização.

Estabelece, ainda, as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios no compartilhamento da gestão do Suas.

Assim, de acordo com a proposição, os entes federados deverão cofinanciar, por meio de transferência automática e obrigatória, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social. A União deverá realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Já aos Estados caberá: a) destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social; b) cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; e c) realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

Por sua vez, cabe aos Municípios: a) destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; e c) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

A matéria também revoga o art. 38 da Lei nº 8.742, de 1993, que diminui de 70 anos para 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, a idade para o idoso fazer jus ao benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da referida Lei, determinando que a idade mínima para fazer jus ao benefício seja a de 65 anos. Destaque-se que esta modificação é de cunho formal, uma vez que, na prática, esta alteração já foi acolhida pelo Poder Público, na forma do Estatuto do Idoso.

À matéria original, a Câmara dos Deputados apresentou substitutivo, no qual foram estabelecidas mudanças em nível conceitual, como a definição de que objetivo da assistência social é a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; introduziu-se o conceito de vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Consoante com esses conceitos, o projeto também discrimina os tipos de entidades que atuam na área de assistência social, ratificando o que já traz o Decreto nº 6.308, de 2007, classificando-as como:

1) **entidades de atendimento** aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos;

2) **entidades de assessoramento** aquelas que prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social;

3) **entidade de defesa e garantia de direitos** aquelas que prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

Também estabelece que as estruturas dos Conselhos de Assistência Social estarão vinculadas ao órgão gestor de assistência social, que deverá prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo-lhe recursos materiais, humanos e financeiros.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) também são definidos pelo Projeto, e são considerados unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem articulação com outras políticas públicas e coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

O substitutivo também traz para o âmbito da lei o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial, tendo como objetivo transferência de renda, trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para criança e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho; determinando que tal público seja identificado e tenha os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Na mensagem em que encaminhou a proposição, o Poder Executivo justifica a iniciativa pela necessidade de consolidar o sistema descentralizado de gestão da Assistência Social, conforme preceitua a Loas, e de estabelecer regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação política da prestação de Assistência Social.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aqui no Senado Federal, depois do exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a proposição seguirá para análise das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emenda ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, inciso V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão o exame de assuntos relacionados à proteção e integração social das famílias, pessoas com deficiência e das pessoas idosas. É pertinente, portanto, a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010 por este Colegiado.

A matéria, além de ser regimental, não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal. Tampouco temos reparos a apresentar no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, consideramos que o texto consolida a gestão da Assistência Social brasileira de maneira descentralizada e moderna por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), estabelecendo responsabilidades e ordenando a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Por fim, acrescentamos que a maior parte das alterações constantes no texto tem a finalidade de trazer formalmente para o âmbito da legislação federal iniciativas já em funcionamento, mas reguladas por normas que não garantem sua continuidade e regularidade.

III – VOTO

Em vista do exposto, apresentamos voto pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

ASSINARAM O PROJETO NA REUNIÃO DE / / , OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ANA RITA	**1. ANGELA PORTELA**
MARTA SUPLICY	**2. GLEISI HOFFMANN**
PAULO PAIM	**3. HUMBERTO COSTA**
WELLINGTON DIAS	**4. JOÃO PEDRO**
MAGNO MALTA	**5. VICENTINHO ALVES**
CRISTAVAM BUARQUE	**6. JOÃO DURVAL**
VAGO	**7. LÍDICE DA MATA**

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

PEDRO SIMON	**1. GILVAM BORGES**
VAGO	**2. EUNÍCIO OLIVEIRA**
GARIBALDI ALVES	**3. RICARDO FERRAÇO**
JOÃO ALBERTO SOUZA	**4. WILSON SANTIAGO**
SÉRGIO PETECÃO	**5. EDUARDO AMORIM**
PAULO DAVIM	**6. VAGO**

BLOCO PARLAMENTAR PSDB/DEM (PSDB, DEM)

VAGO	**1. VAGO**
VAGO	**2. CYRO MIRANDA**
DEMÓSTENES TORRES	**3. JOSÉ AGRIPINO**

PTB

MOZARILDO CAVALCANTI	**1. VAGO**
VAGO	**2. VAGO**

PSOL

MARINOR BRITO	**1. RANDOLFE RODRIGUES**

PARECER Nº 386, DE 2011

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010 (PL nº 3.077, de 2008), oriundo do Poder Executivo, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A proposição traz para o âmbito da lei o formato de prestação da assistência social descentralizado e com gestão compartilhada entre os entes federativos e seus respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para tanto, introduz na LOAS, de maneira específica, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo que seu objetivo é dar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial como base de organização.

Estabelece, ainda, as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios no compartilhamento da gestão do SUAS.

Assim, de acordo com a matéria, a União deverá cofinanciar, por meio de transferências automáticas e obrigatórias, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional, bem como realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Já aos Estados caberá: a) destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social; b) cofinanciar, por meio de transferências automáticas, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; e c) realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

Por sua vez, cabe aos Municípios: a) destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; e c) realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

Em vista de todas essas alterações, o projeto é composto por quatro artigos, que se propõem a dar nova redação aos arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36, da Lei nº 8.742, de 1993, e, ainda, acrescentar-lhe os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E; 12-A; 24-A, 24-B, 24-C; 30-A, 30-B, 30-C.

A matéria também revoga o art. 38 da Lei nº 8.742, de 1993, que diminui de 70 anos para 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, a idade para o idoso fazer jus ao benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da referida lei, determinando que a idade mínima para fazer jus ao benefício seja a de 65 anos.

O art. 4º prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao projeto original, a Câmara dos Deputados apresentou Substitutivo, no qual foram estabelecidas mudanças em nível conceitual, como a definição de que o objetivo da assistência social é a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; introduziu-se o conceito de vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

O Substitutivo também traz para o âmbito da lei o Sistema Único de Assistência Social o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ambos de caráter intersetorial, tendo como objetivo a transferência de renda, o trabalho

social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho; determinando que tal clientela seja identificada e tenha os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Na mensagem em que encaminhou a proposição, o Poder Executivo justifica a iniciativa pela necessidade de consolidar o sistema descentralizado de gestão da Assistência Social, conforme preceitua a LOAS, e de estabelecer regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação política da prestação de Assistência Social. Além disso, advoga a necessidade de que sejam feitos ajustes pontuais, como a ampliação dos benefícios eventuais e a definição do critério de acesso dos idosos ao benefício de prestação continuada.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 3.077, de 2008, foi aprovado na forma de Substitutivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a matéria foi aprovada sem emendas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois de passar pela análise da CAE, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão avaliar o aspecto econômico de matérias com impacto nas finanças públicas, caso do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

A matéria não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência legislativa da União (Constituição Federal, art. 22, inciso XXIII). Também não há reparos a fazer no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, concordamos com a análise da CDH, que viu no texto um esforço de consolidação das políticas de Assistência Social brasileira por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo responsabilidades e ordenando a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Um exame das alterações propostas evidencia que a maior parte das alterações constantes no texto tem a finalidade de trazer formalmente para o âmbito da legislação federal iniciativas já em funcionamento, mas

precariamente reguladas por normas que não lhes garantem maior continuidade e regularidade. Dessa maneira, não há impactos econômicos relevantes a serem considerados, inclusive no que se refere à distribuição de responsabilidades financeiras entre os entes federados.

A matéria se coaduna, também, com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 24, trata da criação de despesas no âmbito da Assistência Social. Não há proposta de modificação das fontes de custeio da Assistência Social, previstas no art. 204 da Constituição Federal.

Acrescente-se que a iniciativa de introduzir de maneira mais específica o Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como de definir o funcionamento de entidades assistenciais e as atribuições dos conselhos regionais de Assistência Social em lei, irá contribuir para ampliar as discussões sobre esses programas e, se for o caso, para que sejam feitas modificações posteriores de maneira mais transparente.

III – VOTO

Em vista do exposto, apresentamos voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, com a seguinte emenda de redação apresentada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá :

EMENDA Nº 1 – CAE

(ao PLC nº 189, de 2010)

"Dê-se ao inciso II do art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, de autoria do Poder Executivo, a seguinte redação:

"Art. 12.....

.....

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

....."(NR)

Sala da Comissão, 17 de maio de 2011.

, Presidente

, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

Em 17/05/2011, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE.

EMENDA Nº 1 - CAE

(ao PLC nº 189, de 2010)

"Dê-se ao inciso II do art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, de autoria do Poder Executivo, a seguinte redação:

"Art. 12.....

.....

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

....."(NR)

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15 / 5 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

PARECER Nº 387, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora **LÚCIA VÂNIA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2008), oriundo do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tem a finalidade de implantar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); discriminar os tipos de entidades e organizações sociais atuantes na área da Assistência Social; instituir os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); e introduzir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial, como integrante da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito do SUAS; entre outras providências.

Composta por quatro artigos, a proposição traz para o âmbito da lei federal o formato de prestação da assistência social descentralizada e com gestão compartilhada pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para tanto, introduz na Loas, de maneira específica, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo que seu objetivo é dar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial como base de organização. E detalha as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios no compartilhamento da gestão do Suas.

Assim, de acordo com a proposição, a União deverá cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional. Deverá, também, realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Aos Estados, por seu turno, caberá: a) destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; e c) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social, bem como assessorar os Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Aos Municípios, por sua vez, caberá: a) destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; e c) realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no âmbito local.

O PLC ainda propõe revogar o art. 38 da Lei nº 8.742, de 1993, que diminui de 70 anos para 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, a idade para o idoso fazer jus ao benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da referida Lei, fixando a idade mínima em 65 anos, alteração que se coaduna com o disposto no Estatuto do Idoso.

À matéria original, a Câmara dos Deputados apresentou emenda substitutiva, na qual foram estabelecidas mudanças conceituais, como a definição de que objetivo da assistência social é a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; o conceito de vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos; e o de defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso ao conjunto das provisões socioassistenciais.

Consoante com tais definições, o projeto também discrimina os tipos de entidades que atuam na área de assistência social, classificando como:

1) **entidades de atendimento** aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos;

2) **entidades de assessoramento** aquelas que prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social;

3) **entidade de defesa e garantia de direitos** aquelas que prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

O substitutivo estabelece, ainda, que os Conselhos de Assistência Social estarão vinculados ao órgão gestor de assistência social, o qual deverá prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo-lhe recursos materiais, humanos e financeiros.

A área de atuação dos Conselhos está igualmente definida no substitutivo, de maneira que aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) caberá a prestação de serviços nos municípios. Já os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) terão abrangência municipal, estadual ou regional. Os dois tipos de entidades são consideradas unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem articulação com outras políticas públicas e coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

O substitutivo mantém a pretensão do projeto original de trazer para o âmbito da lei o Sistema Único de Assistência Social, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Proteção e

Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial, tendo como objetivo transferência de renda, trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para criança e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho; e determina que tais cidadãos sejam identificados e tenham os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Na mensagem que encaminha a proposição, o Poder Executivo justifica a iniciativa pela necessidade de consolidar o sistema descentralizado de gestão da Assistência Social, conforme preceitua a Loas, e de estabelecer regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação política da prestação de Assistência Social. Além disso, advoga a necessidade de que sejam feitos ajustes pontuais, como a ampliação dos benefícios eventuais e do critério de acesso dos idosos ao benefício de prestação continuada.

Na Câmara dos Deputados, o projeto, como já mencionado, foi aprovado, na forma de substitutivo, pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, recebeu o apoio irrestrito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, ainda, o aval da Comissão de Assuntos Econômicos, mas com emenda de redação.

Nesta comissão, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais o exame de proposições que digam respeito à Assistência Social, caso do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010. É, portanto, regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O PLC sob exame não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrito à competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal.

Com relação ao mérito, concordamos com as análises apresentadas pelas comissões técnicas do Senado que nos antecederam na deliberação do tema e, assim como elas, enxergamos no texto a consolidação da Assistência Social brasileira de maneira descentralizada e moderna por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Para tal desiderato, é essencial, como se encontra no PLC, distinguir as responsabilidades de cada ente federativo e ordenar a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Na busca de consenso acerca dessas responsabilidades e da forma de atuação na prestação dos serviços assistenciais, verificamos que a Câmara dos Deputados promoveu amplas consultas à sociedade, e, assim, efetuou alterações relevantes no texto enviado pelo Executivo, tornando-o mais próximo possível das necessidades verificadas pelos que atuam na área da Assistência Social. Em tais consultas, foram ouvidos diversos conselhos municipais e estaduais de Assistência Social, associações representativas de universidades e gestores municipais de Assistência Social.

Além disso, a Câmara dos Deputados realizou audiências públicas, tornou as alterações disponíveis para a análise da sociedade no portal do Conselho Nacional de Assistência Social e recebeu e avaliou abaixo-assinados encaminhados por entidades de diferentes estados do País.

A proposição, portanto, está madura para ser apreciada.

Verificamos também que a matéria traz o mérito de consolidar os diplomas legais que normatizam de maneira díspar as iniciativas já em funcionamento, mas precariamente reguladas por normas que não garantem sua continuidade e regularidade.

Ademais, a iniciativa de introduzir de maneira mais específica o Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como de definir o funcionamento de entidades assistenciais e as atribuições dos conselhos de Assistência Social em lei, contribuirá para ampliar as discussões sobre esses programas e, se for o caso, para que sejam feitas modificações posteriores de maneira mais transparente.

Por fim, um exame da emenda aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que alterou parte do conteúdo da alteração promovida pelo projeto no art. 12 da LOAS, mostra que o texto sugerido apenas harmoniza a redação desse dispositivo com o restante do projeto, sem alterar a substância da matéria.

Em igual sentido, decidimos pela apresentação de emenda que corrige e dá coerência à redação de outra parte do texto, desta feita o § 3º do art. 12-A, introduzido na LOAS pelo art. 2º do PLC em exame.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é favorável à **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos, acrescido da seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº 2 – CAS

(ao PLC nº 189, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010:

"Art. 2º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

.....

.....

Art.12-A .....

.....

§ 3º O montante total dos recursos destinados ao apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do Suas corresponderá a **até** 10% (dez por cento) da previsão orçamentária total relativa ao cofinanciamento federal das proteções social básica e especial, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado.

.....

....."

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 189 de 2010, de iniciativa do Presidente da República, com as Emendas nº 1-CAE-CAS e nº 2-CAS.

EMENDA Nº 1– CAE-CAS
(ao PLC nº 189, de 2010)

Dê-se ao inciso II do art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, de autoria do Poder Executivo, a seguinte redação:

"Art.12.....

.....

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional:

....."(NR)

EMENDA Nº 2- CAS
(ao PLC nº 189, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010:

"Art. 2º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

.....

.....

Art.12-.....

.....

§ 3º O montante total dos recursos destinados ao apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do Suas corresponderá a **até** 10% (dez por cento) da previsão orçamentária total relativa ao cofinanciamento federal das proteções social básica e especial, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado.

.....

....."

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de lei da Câmara nº 189 de 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01 / 06 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: Senador JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senadora LÚCIA VÂNIA

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VITAL DO RÊGO (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) (RELATORA)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) (PRESIDENTE)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO III
Da Organização do Estado

.....

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XXIII - seguridade social;

.....

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

Mensagem de veto

Regulamento

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

.....

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.199v8)

.....

DECRETO Nº 6.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

.....

RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010 (PL nº 3.077, de 2008), oriundo do Poder Executivo, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A proposição traz para o âmbito da lei o formato de prestação da assistência social descentralizado e com gestão compartilhada entre os entes federativos e seus respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para tanto, introduz na LOAS, de maneira específica, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo que seu objetivo é dar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial como base de organização.

Estabelece, ainda, as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios no compartilhamento da gestão do SUAS.

Assim, de acordo com a matéria, a União deverá cofinanciar, por meio de transferências automáticas e obrigatórias, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional, bem como realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de suas políticas locais.

Já aos Estados caberá: a) destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social; b) cofinanciar, por meio de transferências automáticas, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; e c) realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

Por sua vez, cabe aos Municípios: a) destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; b) cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; e c) realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

Em vista de todas essas alterações, o projeto é composto por quatro artigos, que se propõem a dar nova redação aos arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36, da Lei nº 8.742, de 1993, e, ainda, acrescentar-lhe os arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D, 6º-E; 12-A; 24-A, 24-B, 24-C; 30-A, 30-B, 30-C.

A matéria também revoga o art. 38 da Lei nº 8.742, de 1993, que diminui de 70 anos para 67 anos, a partir de 1º de janeiro de 1998, a idade para o idoso fazer jus ao benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da referida lei, determinando que a idade mínima para fazer jus ao benefício seja a de 65 anos.

O art. 4º prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao projeto original, a Câmara dos Deputados apresentou Substitutivo, no qual foram estabelecidas mudanças em nível conceitual, como a definição de que o objetivo da assistência social é a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; introduziu-se o conceito de vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

O Substitutivo também traz para o âmbito da lei o Sistema Único de Assistência Social o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ambos de caráter intersetorial, tendo como objetivo a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho; determinando que tal clientela seja identificada e tenha os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Na mensagem em que encaminhou a proposição, o Poder Executivo justifica a iniciativa pela necessidade de consolidar o sistema descentralizado de gestão da Assistência Social, conforme preceitua a LOAS, e de estabelecer regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação política da prestação de Assistência Social. Além disso, advoga a necessidade de que sejam feitos ajustes pontuais, como a ampliação dos benefícios eventuais e a definição do critério de acesso dos idosos ao benefício de prestação continuada.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 3.077, de 2008, foi aprovado na forma de Substitutivo pelas comissões de Seguridade Social e Família;

Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a matéria foi aprovada sem emendas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois de passar pela análise da CAE, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão avaliar o aspecto econômico de matérias com impacto nas finanças públicas, caso do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

A matéria não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência legislativa da União (Constituição Federal, art. 22, inciso XXIII). Também não há reparos a fazer no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, concordamos com a análise da CDH, que viu no texto um esforço de consolidação das políticas de Assistência Social brasileira por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo responsabilidades e ordenando a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às faixas populacionais mais vulneráveis.

Um exame das alterações propostas evidencia que a maior parte das alterações constantes no texto tem a finalidade de trazer formalmente para o âmbito da legislação federal iniciativas já em funcionamento, mas precariamente reguladas por normas que não lhes garantem maior continuidade e regularidade. Dessa maneira, não há impactos econômicos relevantes a serem considerados, inclusive no que se refere à distribuição de responsabilidades financeiras entre os entes federados.

A matéria se coaduna, também, com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 24, trata da criação de despesas no âmbito da Assistência Social. Não há proposta de modificação das fontes de custeio da Assistência Social, previstas no art. 204 da Constituição Federal.

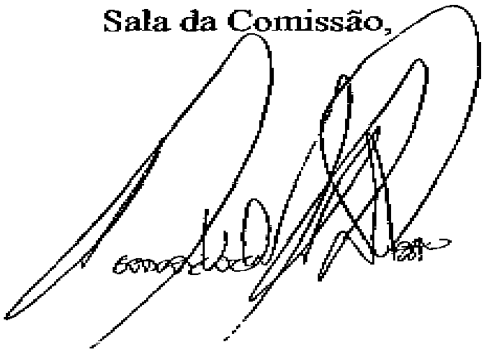
Acrescente-se que a iniciativa de introduzir de maneira mais específica o Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como de definir o funcionamento de entidades

assistenciais e as atribuições dos conselhos regionais de Assistência Social em lei, irá contribuir para ampliar as discussões sobre esses programas e, se for o caso, para que sejam feitas modificações posteriores de maneira mais transparente.

III – VOTO

Em vista do exposto, apresentamos voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

EMENDA Nº 1 – CAE

(ao PLC n º 189, de 2010)

Dê-se ao inciso II do art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, nos termos do artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, de autoria do Poder Executivo, a seguinte redação:

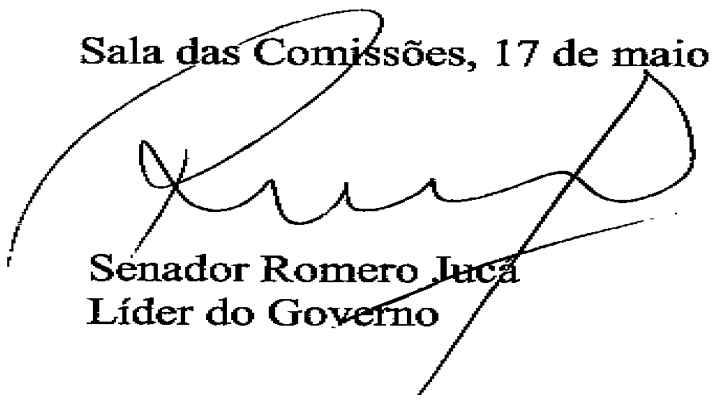
"Art.12.....

.....

II – cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;

....."(NR)

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.



Senador Romero Jucá
Líder do Governo

PARECER Nº 388, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2003 (nº 2.261/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação "José Bonifácio Lafayette de Andrada" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 194, de 2003 (nº 2.261, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *FUNDAÇÃO "JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA"* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 194, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *FUNDAÇÃO "JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA"* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 194/2003 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA (AUSENTE)	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 194/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
PEDRO TAQUES - PDT	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA - PMDB					GEOVANI BORGES - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB					LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB	X				BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

Senador Eduardo Braga

SENADOR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 389, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 488/2007 (nº 354/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Sumé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

RELATOR "AD HOC": Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 488, de 2007 (nº 354, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cidade de Sumé Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 488, de 2007, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cidade de Sumé Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

PARECER
Nº 390, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2009 (nº 829/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Sotero _ FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 48, de 2009 (nº 829, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO - FUNDACARU* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e

renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 48, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO - FUNDACARU* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 48/2009 NA REUNIÃO DE 01/06/2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA (LICENÇA)	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 48/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/06/2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 391, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2009 (nº 990/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Fênix de Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 219, de 2009 (nº 990, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Fênix de Educação e Cultura* para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 219, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Fundação Fênix de Educação e Cultura* para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1 JUN. 2011

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 219/2009 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA Presidente	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO SENADOR	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 219/2009 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	✓				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	✓				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	✓				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	✓			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	✓				BENEDITO DE LIRA – PP	✓			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	✓				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	✓				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	✓			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 3 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 392, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2010 (nº 2.203/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 371, de 2010 (nº 2.203, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

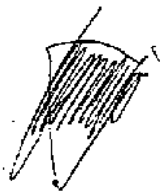
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 371, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, de 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 371/2010 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA RELATORA AD HOC	**1. DELCÍDIO DO AMARAL**
ANIBAL DINIZ	**2. PAULO PAIM**
WALTER PINHEIRO	**3. MAGNO MALTA**
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	**4. CRISTOVAM BUARQUE**
PEDRO TAQUES	**5. LÍDICE DA MATA**
RODRIGO ROLLEMBERG	**6. MARCELO CRIVELLA**
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA Presidente	**1. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP AFASTADO	**2. LUIZ HENRIQUE**
VITAL DO RÊGO	**3. RICARDO FERRAÇO**
LOBÃO FILHO	**4. RENAN CALHEIROS**
CIRO NOGUEIRA	**5. IVO CASSOL**
EUNÍCIO OLIVEIRA	**6. BENEDITO DE LIRA**
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	**1. ALOYSIO NUNES FERREIRA**
FLEXA RIBEIRO	**2. CÍCERO LUCENA**
JOSÉ AGRIPINO	**1. MARIA DO CARMO ALVES**
PTB	
GIM ARGELLO	**1. FERNANDO COLLOR**
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	**1. MARINOR BRITO**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 371/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 393, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2010 (nº 2.418/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás – ADESCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 527, de 2010 (nº 2.418, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás - ADESCOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 527, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 527, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás - ADESCOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 527/2010 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA (RELATOR)	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 527/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 394, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2010 (nº 2.463/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Organização de Radiodifusão São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 529, de 2010 (nº 2.463, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à *Organização de Radiodifusão São Carlos Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 529, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova permissão outorgada à *Organização de Radiodifusão São Carlos Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 529/2010 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA (LICENÇA)	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 529/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 395, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2010 (nº 2.464/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Agência Goiana de Comunicação – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 530, de 2010 (nº 2.464, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Agência Goiana de Comunicação - AGECOM* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

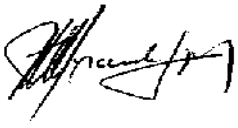
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 530, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Agência Goiana de Comunicação - AGECOM* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 530/2010 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA PRESIDENTE	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA NEATOR	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 530/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 JUN 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 396, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2010 (nº 2.584/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Intelectual de Luziânia (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 542, de 2010 (nº 2.584, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural e Intelectual de Luziânia (ASCOCIL)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 542, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

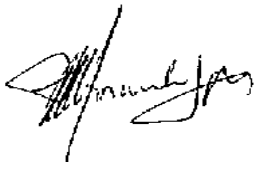
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 542, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural e Intelectual de Luziânia (ASCOCIL)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 542/2010 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA PRESIDENTE	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA NEATO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 542/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 JUN 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 397, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 606, de 2010 (nº 2.656/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas – Rádio Monte Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 606, de 2010 (nº 2.656, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas - Rádio Monte Alegre* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 606, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 606, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas - Rádio Monte Alegre* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 606/2010 NA REUNIÃO DE 01/06/2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL (RELATOR)
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 606/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/06/2011

SENADOR Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 398, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2010 (nº 2.746/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissora Continental de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR "AD HOC": Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 621, de 2010 (nº 2.746, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Emissora Continental de Campos Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 621, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Emissora Continental de Campos Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, de 1° de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 621/2010 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA (RELATOR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 621/2010 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 399, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2010 (nº 1.868/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 685, de 2010 (nº 1.868, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Paranaíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 685, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Paranaíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 685/2010 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO (RELATOR AD HOC.)	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA (RELATOR)	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 685/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: — ABS: 1 AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 400, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2010 (nº 2.566/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Gramado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

RELATOR "AD HOC": Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 692, de 2010 (nº 2.566, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Gramado FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

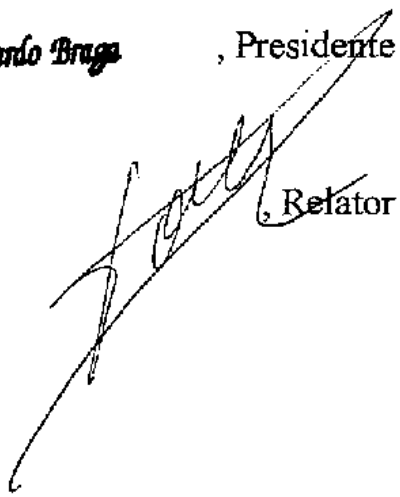
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 692, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Gramado FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 692/2010 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM (RELATOR)
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES (Relator AD Hoc)	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 692/2010 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN 2011

Senador Eduardo Braga

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 401, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2011 (nº 2.410/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão a da Cidade de Seritinga – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**
RELATOR "AD HOC"; Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 7, de 2011 (nº 2.410, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Seritinga - MG* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 7, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 7, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Seritinga - MG* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011. Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 7/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA (RELATOR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL (ad hoc)
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 7/2011,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 402, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto de Legislativo nº 9, de 2011 (nº 2.424/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

RELATOR AD HOC: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 9, de 2011 (nº 2.424, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 9, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 9, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 9/2011 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES: 1 JUN. 2011

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ (RELATOR)	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO (RELATOR AD HOC)	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 9/2011 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 403, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2011 (nº 2.607/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Missão Caminhando para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR "AD HOC": Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 25, de 2011 (nº 2.607, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Missão Caminhando* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo *sob exame*, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 25, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 25, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Missão Caminhando* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 25/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO (RELATOR)
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA (RELATOR AD HOC)	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 25/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCIDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 404, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2011 (nº 2.793/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 60, de 2011 (nº 2.793, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

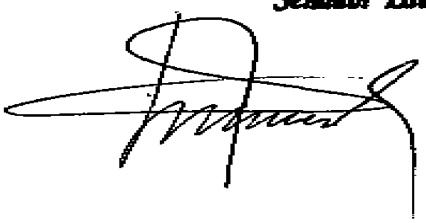
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 60, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 60/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	**1. DELCÍDIO DO AMARAL**
ANIBAL DINIZ	**2. PAULO PAIM**
WALTER PINHEIRO	**3. MAGNO MALTA**
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	**4. CRISTOVAM BUARQUE**
PEDRO TAQUES	**5. LÍDICE DA MATA**
RODRIGO ROLLEMBERG	**6. MARCELO CRIVELLA**
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	**1. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**2. LUIZ HENRIQUE**
VITAL DO RÊGO	**3. RICARDO FERRAÇO**
LOBÃO FILHO	**4. RENAN CALHEIROS**
CIRO NOGUEIRA	**5. IVO CASSOL**
EUNÍCIO OLIVEIRA	**6. BENEDITO DE LIRA**
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	**1. ALOYSIO NUNES FERREIRA**
FLEXA RIBEIRO	**2. CÍCERO LUCENA**
JOSÉ AGRIPINO	**1. MARIA DO CARMO ALVES**
PTB	
GIM ARGELLO	**1. FERNANDO COLLOR**
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	**1. MARINOR BRITO**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL — PDS Nº 60/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X			
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)				
PEDRO TAQUES – PDT	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP				
EUNICIO OLIVEIRA – PMDB	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
PAULO PAIM – PT				
MAGNO MALTA – PR				
CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
LÍDICE DA MATA – PSB				
MARCELO CRIVELLA - PRB				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GEOVANI BORGES – PMDB				
LUIZ HENRIQUE – PMDB				
RICARDO FERRAÇO – PMDB				
RENAN CALHEIROS – PMDB				
IVO CASSOL – PP	X			
BENEDITO DE LIRA – PP	X			
SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
CÍCERO LUCENA – PSDB				
MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 405, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2011 (nº 2.808/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação de Educação e Cultura para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe.

RELATORA: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 65, de 2011 (nº 2.808, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Fundação de Educação e Cultura* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 65, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Fundação de Educação e Cultura* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

40292.23114

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga

, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 65/2011 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA Presidente	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 65/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 JUN 2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 406, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2011 (nº 630/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Denominada Alfa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcos Parente, Estado do Piauí.

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 85, de 2011 (nº 630, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação da Rádio Comunitária Denominada Alfa FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcos Parente, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação da Rádio Comunitária Denominada Alfa FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcos Parente, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 85/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES RELATOR	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 85/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

Senador Eduardo Braga

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 407, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2011 (nº 2.880/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 89, de 2011 (nº 2.880, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder

concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados. Também foram enviados pela *Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.* os Balanços Contábeis referentes aos exercícios 2009 e 2010 e Imposto de Renda ano-calendário 2009.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 89/2011 NA REUNIÃO DE 01 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO (Relator)	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 89/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB	X				RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 11 **SIM:** 10 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 JUN 2011

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 408, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2011 (nº 2.587/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira – ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí.

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 96, de 2011 (nº 2.587, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira - ACRACGEO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira - ACRACGEO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, de 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 96 /2011 NA REUNIÃO DE 01/06/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B e PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - LICENCIADO	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (Presidente)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO (Ad Hoc)	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 96/2011 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/06/2011

SENADOR *Senador Eduardo Braga*
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 409, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2011 (nº 2.651/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

RELATOR "AD HOC": Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 99, de 2011 (nº 2.651, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 99/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG RELATOR	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA RELATOR AD HOC	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 99/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X			
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)				
PEDRO TAQUES – PDT	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
PAULO PAIM – PT				
MAGNO MALTA – PR				
CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
LÍDICE DA MATA – PSB				
MARCELO CRIVELLA - PRB				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GEOVANI BORGES – PMDB				
LUIZ HENRIQUE – PMDB				
RICARDO FERRAÇO – PMDB				
RENAN CALHEIROS – PMDB				
IVO CASSOL – PP	X			
BENEDITO DE LIRA – PP	X			
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
CÍCERO LUCENA – PSDB				
MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

Senador Eduardo Braga

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 410, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2011 (nº 2.789/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 103, de 2011 (nº 2.789, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Auriflama de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Auriflama de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga

, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 103/2011 NA REUNIÃO DE 1 JUN 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA (RELATORA)	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 103/2011 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 09 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

Senador Eduardo Braga

SENADOR
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 411, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009, do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros".

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

De autoria do Senador MARCELO CRIVELLA, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2009, destina-se a tornar obrigatória a instalação de janelas de ventilação nos elevadores que transportam passageiros, devendo ser adotado padrão definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A proposição determina que o mencionado equipamento seja dotado de mecanismo de abertura interna, para os casos de emergência. As janelas também deverão conter sistema de proteção de grades ou tela, "que impeça a saída de pessoas".

Em outro dispositivo, o projeto determina aos municípios que definam critérios e prazos para o atendimento ao disposto na lei proposta.

Segundo o autor da proposição, as situações em que ocorre a parada involuntária de elevadores, por motivo de defeito técnico ou por falta de energia elétrica, por exemplo, constituem razão de "verdadeiro desespero para os usuários claustrofóbicos". Para ele, embora as normas de segurança orientem os passageiros no sentido de manterem a calma, essa atitude torna-se mais difícil para certos grupos de pessoas, como as crianças, os idosos e os portadores de necessidades especiais, em razão de se encontrarem em cabines quase "hermeticamente fechadas".

À vista dessas circunstâncias, Sua Excelência considera a instalação de mecanismos de ventilação natural para uso em situações de emergência fundamental "para a manutenção da calma" entre os passageiros que aguardam socorro.

O projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O exame da matéria inscreve-se entre as competências atribuídas à Comissão de Assuntos Sociais pelo art. 100, incisos II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos dos incisos XII, XIV e XV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde, assim como sobre a proteção às pessoas com deficiência e à infância. No mesmo sentido opera o art. 196 da Lei Maior, ao impor ao Estado o dever de implementar políticas "que visem à redução do risco de doença e de outros agravos" à saúde.

De outra parte, a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º do art. 61 à iniciativa privativa do Presidente da República, sendo lícita a autoria parlamentar. Assim, os requisitos de constitucionalidade e juridicidade encontram-se atendidos, salvo por pequenas impropriedades.

No art. 1º, o projeto incorre em injuridicidade ao cometer atribuições à ABNT, associação civil regida por seus estatutos. De outra parte, o art. 2º da proposição infringe o princípio constitucional da autonomia dos entes federativos ao determinar aos municípios que definam normas de aplicabilidade da lei proposta. Os equívocos, contudo, são plenamente sanáveis por meio de emendas.

No mérito, consideramos que a iniciativa é justa e oportuna.

Quanto à técnica legislativa, a proposição também demanda reparos. Ao propor a edição de norma específica, o PLS nº 467, de 2009, desatende o comando inscrito no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, ao dispor sobre a elaboração das leis, determina que "o

mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa".

No caso em exame, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", trata, no art. 13, exatamente de requisitos para a instalação de elevadores.

A seu turno, o art. 2º, III, dessa norma legal, define a "pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida" como aquela que, temporária ou permanentemente, "tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo", circunstância que claramente se aplica ao projeto sob exame, que pretende proteger pessoas temporariamente privadas de sua capacidade de interação racional com o meio em que se encontram.

Assim, para que não se percam os louváveis propósitos da iniciativa, importa sanar as mencionadas impropriedades, o que se efetiva na forma do substitutivo adiante formulado.

III – VOTO

Ante as razões expostas, voto pela aprovação do PLS nº 467, de 2009, na forma do seguinte:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, de 2009 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre a instalação de janelas de ventilação em elevadores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 11 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, o disposto nos incisos III e IV do art. 13 e os seguintes requisitos de acessibilidade:

.....

..... (NR)"

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa vigorar acrescido do inciso seguinte:

"Art. 13. .....

.....

IV – cabine do elevador equipada com janela de ventilação dotada de mecanismo interno de abertura para casos de emergência e de sistema de proteção que impeça a saída de pessoas. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009 (Substitutivo)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25 / 05 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador Cyro Miranda

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VITAL DO RÊGO (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB) RELATOR
MARISA SERRANO (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) PRESIDENTE	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

Atualizada em 18/05/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO - Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS nº 467, de 2009

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				8- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÊGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMELIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB) RELATOR	X			
MARISA SERRANO (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM) PRESIDENTE					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 05 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 18/05/2011

TEXTO FINAL

EMENDA Nº 1- CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre a instalação de janelas de ventilação em elevadores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 11 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, o disposto nos incisos III e IV do art. 13 e os seguintes requisitos de acessibilidade:

.....

..... (NR)"

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa vigorar acrescido do inciso seguinte:

"Art. 13. .....

.....

IV – cabine do elevador equipada com janela de ventilação dotada de mecanismo interno de abertura para casos de emergência e de sistema de proteção que impeça a saída de pessoas. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

.....

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Seção II
DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

CAPÍTULO II

DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção I

Da Estruturação das Leis

.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

.....

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

.....

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

.....

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 52/2011-PRES/CAS

Brasília, 1º de junho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009, que *Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros,* de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Cordialmente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 379, de 2011**, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, concluindo pelo arquivamento do Ofício nº S/12, de 2011, após ciência do Ministério da Fazenda.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões encaminha cópia do referido parecer ao Ministério da Fazenda e a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 70, de 2011**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 70/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de junho de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil", de autoria do Deputado Marcos Montes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com referência ao Ofício nº 70, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 381, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 254, combinado com o art. 372 do Regimento Interno, será aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, assinado por no mínimo um décimo da composição do Senado, no sentido da continuação da tramitação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 385 a 387, de 2011**, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010 (nº 3.077/2008, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 54, de 2011**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 194, de 2003; 488, de 2007; 48 e 219, de 2009; 371, 527, 529, 530, 542, 606, 621, 685, e 692, de 2010; 7, 9, 25, 60, 65, 85, 89, 96, 99 e 103, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 54/2011 – CCT

Brasília, 1º de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs: 194 de 2003; 488 de 2007; 48 e 219 de 2009; 371, 527, 529, 530, 542, 606, 621, 685 e 692 de 2010; 7, 9, 25, 60, 65, 85, 89, 96, 99 e 103 de 2011.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com referência ao Ofício nº 54, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 52, de 2011**,

do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 52/2011 – PRES/CAS

Brasília, 1º de junho de 2011

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009, que Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com referência ao Ofício nº 52, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2008** (nº 362/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Litorânea de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2009** (nº 1.162/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista – ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.020, de 2009** (nº 1.906/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Terceiro Distrito de Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2010** (nº 2.283/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Capital de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2010** (nº 2.077/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2010** (nº 2.209/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação das Famílias Carentes de São João das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2010** (nº 2.465/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Terra FM de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2010** (nº 2.507/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educativa e Desportiva "Monsenhor Jadir Brandão Costa" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2010** (nº 1.775/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2010** (nº 2.278/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Novo Brasil – ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2010** (nº 2.345/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associa-

ção Comunitária de Radiodifusão do Bairro de Ipanema (RVS FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 603, de 2010** (nº 2.616/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2010** (nº 2.652/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2010** (nº 2.760/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sistema Hélio de Comunicações – ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2011** (nº 2.413/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização Raízes da Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2011** (nº 2.597/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Caraça de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2011** (nº 2.606/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ARCOP – Associação Radiodifusora Comunitária de Parauapebas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2011** (nº 2.715/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Cidade de Quixaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2011** (nº 2.730/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2011** (nº 2.783/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2011** (nº 2.794/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2011** (nº 2.791/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusa São Joaquim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Senhora Presidente da República adotou, em 2 de junho de 2011, e publicou, no dia 3 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 535, de 2011**, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências".

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Humberto Costa	Marcelo Crivella
Magno Malta	Gleisi Hoffmann
Acir Gurgacz	Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	Lídice da Mata
Inácio Arruda	João Pedro

Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	Paulo Davim
Francisco Dornelles	Vital do Rêgo
Eduardo Amorim	Ana Amélia
Sérgio Petecão	Eduardo Braga

Bloco (PSDB/DEM)

Alvaro Dias	Aloysio Nunes Ferreira
Demóstenes Torres	Mário Couto

PTB

Gim Argello	João Vicente Claudino

***PPS**

**Itamar Franco

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

** O Senador encontra-se de licença, nos termos do art. 43 do RISF

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**

PT

Paulo Teixeira	José Guimarães
Arlindo Chinaglia	Henrique Fontana

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Teresa Surita
Mendes Ribeiro Filho	Almeida Lima

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Ana Arraes	Osmar Júnior
Jovair Arantes	Givaldo Carimbão

PSDB

Duarte Nogueira	Otavio Leite

PP

Nelson Meurer	José Otávio Germano

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	George Hilton

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno

***PSOL**

Chico Alencar	**Ivan Valente**

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no **DO**: 3-6-2011
– Designação Prevista da Comissão: 6-6-2011(SF)
– Instalação Prevista da Comissão: 7-6-2011
– Emendas: até 9-6-2011 (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: 3-6-2011 a 16-6-2011 (14º dia)
– Remessa do processo à CD: 16-6-2011
– Prazo na CD: de 17-6-2011 a 30-6-2011 (15º ao 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: 30-6-2011
– Prazo no SF: de 1º-7-2011 a 14-7-2011 (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: 14-7-2011
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 15-7-2011 a 17-7-2011 (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-7-2011 (46º dia)
– Prazo final no Congresso: 14-8-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

MENSAGEM
Nº 83, DE 2011
(nº 173/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Os méritos do Senhor Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EM No 00219 /MRE

Brasília,17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 219 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES*
CPF.: 025.598.547-91
ID.: 2609 MRE

1945	Filho de Oriovaldo da Silva Valadares e de Alaíde Nascimento Valadares, nasce em 12 de novembro, em Sena Madureira/AC
Dados Acadêmicos:	
1968	Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas/RJ
1974	Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
1977	Pós-graduação, Diploma de Estudos Aprofundados em Sociologia das Relações Internacionais, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris/FR
1989	CAE – IRBr, Estação Incerta
Cargos:	
1969	CPCD - IRBr
1971	Terceiro-Secretário
1975	Segundo-Secretário, por antiguidade
1979	Primeiro-Secretário, por merecimento
1984	Conselheiro, por merecimento
1992	Ministro de Segunda Classe
2002	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1975-78	Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
1978-80	Embaixada em Maputo, Segundo e Primeiro Secretário
1980-85	Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
1985	Divisão da África II, Chefe
1986-87	Divisão da Ásia e Oceania I, Chefe
1987-90	Embaixada em Washington, Conselheiro
1990-92	Embaixada em São José, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
1992-99	Representação junto à ALADI, Montevidéu, Ministro-Conselheiro
1999-01	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral
2001-04	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretor-Geral
2004-07	Embaixada em Bucareste, Embaixador
2007	Embaixada em São José, Embaixador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL

ESTADO DO CATAR

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Catar .....

Comunidade Brasileira no Catar .....

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS .....

Investimentos .....

Empréstimos e Financiamentos Oficiais .....

Transporte aéreo entre o Brasil e o Catar .....

Missão Empresarial Brasileira ao Catar – Dezembro de 2010 .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

Protagonismo internacional .....

Diplomacia do Gás .....

Al Jazira .....

Catar como sede da Copa do Mundo de 2022 .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

Autoridade de Investimentos do Catar .....

Comércio Exterior .....

ATOS BILATERAIS .....

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estado do Catar
CAPITAL:	Doha (1.015.000 habitantes)
ÁREA:	11.586 Km² (metade do tamanho de Sergipe)
POPULAÇÃO: (est. EIU 2008):	1.533.285 habitantes (20% catarianos e 80% estrangeiros)
IDIOMAS:	Árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo sunita (90%); islamismo xiita (3%); outras (7%).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia (emirado)
CHEFE DE ESTADO:	Emir xeque Hamad bin Khalifa al Thani (desde junho de 1995)
CHEFE DE GOVERNO E MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Hamad bin Jassen bin Jaber al Thani (Primeiro-Ministro)
PIB real (2010, CIA):	US$ 126,5 bilhões
PIB PPP (2010, CIA)	US$ 122,2 bilhões
PIB *per capita* (2010, CIA)	US$ 82,5 mil
PIB *per capita* PPP(2010, CIA):	US$ 79,7 mil
UNIDADE MONETÁRIA: Fonte: BACEN em 23/02/11	Rial catariano (QR$) US$ 1,00 = QR$ 3,64 R$ 1,00= QR$ 2,18

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões fob)

BRASIL ⇒ CATAR	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	27	37	41	119	95	198	439	221	514
Exportações	27	30	41	116	87	135	294	195	295
Importações	0	7	0	3	7	63	144	26	219
Saldo	27	23	41	113	80	72	150	169	76

INTERCÂMBIO COMERCIAL
CATAR - BRASIL
Valores em US$ mil

CATAR - BRASIL	2005	2006	2007	2008	2009(1)
Intercâmbio	119.261	157.051	192.064	291.260	160.781
Exportações do Catar para o Brasil (fob)	616	7.633	57.924	381	25.483
Importações do Catar provenientes do Brasil(cif)	118.645	149.418	134.140	290.879	135.298
Saldo	-118.029	-141.785	-76.216	-290.498	-109.815

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
(1) Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação do parceiro, no caso do Brasil.

INTERCÂMBIO COMERCIAL
BRASIL - CATAR
Valores em US$ mil

BRASIL - CATAR(1)	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	119.439	95.081	198.883	438.731	220.505
Exportações brasileiras para o Catar (fob)	116.176	87.186	135.156	294.334	195.022
Importações brasileiras provenientes do Catar(fob)	3.263	7.895	63.727	144.397	25.483
Saldo	112.913	79.291	71.429	149.937	169.539

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX - Aliceweb.
(1) De modo a melhor permitir a comparabilidade dos dados, as estatísticas do comércio brasileiro foram extraídas do aliceweb no mesmo período das estatísticas do Trademap.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sua Alteza o xeque Hamad bin Khalifa al Thani

Emir
(1952, Doha)

Graduado pela Academia Real Militar de Sandhurst (Reino Unido, 1971). Foi promovido a general em 1975, ano em que assumiu o comando das Forças Armadas do Catar. Em maio de 1977, foi nomeado Príncipe Herdeiro e Ministro da Defesa. Comandou, em 1991, as tropas catarianas no ataque aliado contra o Iraque. Em 1995, assumiu o poder por meio de um golpe de Estado, enquanto seu pai, o emir xeque Khalifa bin Hamad al Thani, encontrava-se em férias na Suíça. Venceu tentativa de contragolpe em 1996.

É reconhecido apreciador de esportes e tem estimulado projetos voltados a transformar o Catar em grande centro desportivo internacional. Graças a seu empenho, seu emirado saiu vitorioso na disputa pelo direito de sediar a Copa do Mundo de 2022.

Realizou visita de Estado a Brasília em 20 de janeiro de 2010. Antes, já havia estado no Brasil, em maio de 2005, à frente da delegação catariana à I Cúpula ASPA. Recebeu em audiência o ex-Presidente Lula, em 15 de maio de 2010, em visita de Estado a Doha.

Sua Alteza o xeque Hamad bin Jassem bin Jaber al Thani

Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros
(1959, Doha)

Principal figura da política externa catariana, ocupa posição de grande destaque na estrutura de poder do país. Sobrinho do emir Hamad al Thani, pertence ao círculo de amigos e conselheiros mais próximos do Chefe de Estado. Possui diversos imóveis na orla do Rio de Janeiro.

Ministro dos Negóciso Estrangeiros desde 1992, foi designado PM em abril de 2007; desde então acumula ambas funções. Ocupa o cargo de principal executivo da Autoridade de Investimentos do Catar (QIA) e está na lista dos 50 homens mais ricos do mundo.

Considerado pró-EUA, teria sido o negociador dos acordos que autorizaram a instalação de bases norte-americanas em território catariano. Participa ativamente de reuniões do Conselho de Cooperação do Golfo, sendo entusiasta da relação do Conselho com outros grupos regionais, como a União Européia, a ASEAN e o MERCOSUL.

É um dos grandes defensores – pessoalmente interessado – no processo de estreitamento dos vínculos do Catar com o Brasil. Integrou a comitiva do Emir Hamad Bin Khalifa al Thani em sua viagem ao Brasil em janeiro de 2010 e participou da audiência com o então Senhor Presidente da República. Aproveitou a viagem para manter agenda paralela de encontros com executivos de grandes empresas brasileiras. Já havia estado no Brasil em 1994, quando foi recebido em audiência pelo então Presidente Itamar Franco e pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim. Refere-se ao Brasil de forma extremamente simpática e elogiosa.

Acompanhou toda a programação da visita de Estado do Presidente Lula ao Catar, em 15 de maio de 2010.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1974. Depois de vinte anos de contatos meramente formais, pontilhados por visitas privadas de altas autoridades, o Catar passou a demonstrar interesse crescente em aprofundar seus vínculos com o Brasil.

Já na primeira visita de alto nível da história dos vínculos bilaterais (1994), o Chanceler Hamad Bin Jassen al Thani manifestou, em Brasília, o interesse do reino em elevar o nível do diálogo político, ao convidar o Presidente Itamar Franco a visitar o Catar. Embora aceito o convite, a viagem não se realizou.

Brasília ocupa papel central no processo de "mundialização" da política exterior de Doha. A reabertura (2007) da Missão diplomática do emirado no Brasil – considerado país-eixo da inserção catariana no continente – foi instrumental para o estreitamento efetivo dos laços do emirado com o restante do continente sul-americano. Em consequência, foram abertas representações do país em Caracas, Montevidéu e Buenos Aires, a partir de 2008.

O diálogo bilateral com Doha é importante para a política externa brasileira relativa ao Oriente Médio, dada a ênfase da diplomacia catariana em seu entorno geopolítico imediato e a participação ativa de Doha em esforços para a solução de diversos conflitos médio-orientais (e até africanos, como demonstram as negociações

de Doha relativas a Darfur). Também do ponto de vista econômico-comercial, o Catar tem demonstrado interesse crescente em aprofundar seus vínculos com o Brasil, com vistas à transformação paulatina do relacionamento em parceria estratégica.

Em visita oficial ao Catar, em fevereiro de 2005, o então Chanceler Celso Amorim comunicou ao Emir Hamad al Thani a decisão do Brasil de abrir sua Embaixada residente em Doha, o que efetivamente ocorreu em abril daquele ano. A Embaixada catariana residente no Brasil foi aberta em junho de 2007.

Durante o Governo do Presidente Lula, o Catar foi o país da Península Arábica com quem o Brasil teve diálogo mais fluido em nível de Chefia de Estado. No ano de 2010, o Emir Hamad al Thani viajou a Brasília em visita de Estado (20 de janeiro) e recebeu o Chefe de Estado brasileiro, em Doha, em 15 de maio. Além de grande empatia recíproca, contribuíam para aproximar o governante brasileiro do monarca catariano visões similares da conjuntura internacional e das questões envolvendo o Oriente Médio.

Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Catar (09 de março de 2011)

No contexto de sua viagem oficial a Doha no dia 09 de março de 2011, o Ministro Patriota, em reuniões com o Emir, xeque Hamad bin Khalifa al Thani, com o Primeiro-Ministro e Chanceler, xeque Hamad Bin Jassem Bin Jaber al Thani, e com o Vice-Ministro das Relações Exteriores, Ahmad Bin Abdullah al Mahmoud, passaram em revista a relação bilateral e trataram da situação do Norte da África e no Oriente Médio. A visita evidenciou o bom momento das relações bilaterais, assim como a utilidade da interlocução com as autoridades do Catar – cuja política externa, é ativa e diversificada – para o entendimento das questões regionais.

Comunidade Brasileira no Catar

Segundo dados da Embaixada do Brasil em Doha, cerca de 800 cidadãos brasileiros vivem no Catar. Trata-se de uma população flutuante, composta, sobretudo, de profissionais do futebol (jogadores, fisioterapeutas, massagistas, preparadores físicos, técnicos) e da aviação civil (empregados na Qatar Airways) e de funcionários de instituições locais. Há, ainda, alguns poucos cidadãos brasileiros que atuam na exploração de petróleo e gás. O cálculo inclui dependentes e familiares.

A comunidade brasileira residente é assistida pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil em Doha.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Entre 2003 e 2010, o intercâmbio comercial do Brasil com o Catar cresceu quase 1.300%, passando de US$ 37 milhões para US$ 514 milhões. Após uma queda no ano de 2009, como efeito da crise econômica internacional, as trocas bilaterais voltaram a crescer fortemente em 2010 e no começo de 2011. Somente no mês de janeiro deste ano (última estatística disponível), as exportações brasileiras para o Catar alcançaram USD 64 milhões, e as importações, USD14 milhões.

Não obstante o potencial para crescimento das trocas bilaterais, o Catar continua sendo um destino marginal para as exportações brasileiras, mesmo no contexto do Oriente Médio. Dentre os treze países que, na classificação do MDIC, integram o Oriente Médio, o Catar ocupou a 9ª posição no ranking de mercados de destino de nossas vendas para a região em 2010, à frente apenas de Omã, Bareine e Iraque. Mesmo em comparação com mercados médio-orientais de porte semelhante, como os Emirados Árabes e o Kuaite, a performance das exportações brasileiras para o Catar continua discreta.

Dentre as razões aventadas para a baixa participação do mercado catariano nas exportações brasileiras para o Oriente Médio, está o efeito de triangulação do comércio desempenhado pela consolidação dos Emirados Árabes como grande entreposto atacadista da região. Diversos produtos brasileiros contabilizados como exportação para os Emirados, na verdade, apenas transitariam por aquele território, antes de chegar ao Catar, seu destino final, por razões de logística e de redução de custos de comercialização.

O Brasil exporta, sobretudo, frango e minério de ferro e importa fertilizantes e querosene para aviação.

Investimentos

O Governo do Catar, por intermédio de seus fundos de investimentos, tenciona investir no mercado brasileiro, principalmente nas áreas de agronegócios, energia, infraestrutura e mercado de capitais. O Governo do Catar tem interesse também de se associar a grandes empresas no Brasil, públicas, privadas ou de capital misto, para investir em terceiros mercados, sobretudo em países em desenvolvimento, nos quais o Brasil tem grande presença. Na visita do Emir al Thani ao Brasil (janeiro de 2010), além de Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre os dois Governos, foram assinados Memorandos de Entendimento entre a Qatar Holding (braço executivo do fundo soberano do Catar) e o BNDES, a Vale e a PREVI/BB.

O intercâmbio bilateral de visitas de Chefes de Estado em 2010 acabou por apresentar resultados palpáveis em termos de concretização de negócios entre os dois países. A Qatar Airways inaugurou a rota Doha-São Paulo-Buenos Aires em junho daquele ano e a Qatar Holding, braço financeiro da Autoridade de Investimentos do Catar, adquiriu, em outubro passado, uma quota de 5% do capital do Banco Santander Brasil, em operação que montou a USD 2,7 bilhões.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano no Catar.

Transporte aéreo entre o Brasil e o Catar

O Governo catariano é proprietário da Qatar Airways, companhia aérea de bandeira internacional do Emirado e uma das principais do Oriente Médio.

Após negociações iniciadas em 2005 – concluídas com a assinatura dos Acordos bilaterais de Serviços Aéreos (ASA) e do Acordo para Evitar a Dupla Tributação sobre Lucros do Transporte Aéreo, durante a visita do Emir Al Thani a Brasília – o início dos serviços da empresa no Brasil teve lugar em 24 de junho de 2010. O vôo QR 921 parte de Doha diariamente às 07:40hs, chega a São Paulo às 16hs e segue para Buenos Aires.

Com essa operação, a Qatar Airways passa a operar vôos para 85 destinos da América do Norte, África, Ásia, Austrália, Europa e América do Sul.

Missão Empresarial Brasileira ao Catar – Dezembro de 2010

O então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Miguel Jorge, viajou ao Catar no período de 01 a 03 de dezembro de 2010, à frente de delegação empresarial e governamental com mais de cem integrantes.

O Sr. MDIC encontrou-se com os Ministros dos Negócios e Comércio do emirado, xeque Jassim al Thani, e da Defesa, General Hamad al Attiyah. Na audiência com o primeiro, Miguel Jorge convidou seu colega árabe a visitar o Brasil, o que foi prontamente aceito.

POLÍTICA INTERNA

A família al Thani está no comando do território catariano desde meados do século XIX. Em 1916, o xeque Abdullah bin Mohammed al Thani assinou um tratado com o Reino Unido pelo qual a região hoje ocupada pelo país se converteu em protetorado britânico.

Em setembro de 1971, o Catar declarou formalmente sua independência. Em 1972, por meio de golpe contra seu tio, o Xeque Khalifa bin Hamad al Thani instalou-se no Governo, onde permaneceu por 23 anos. Em junho de 1995, quando se encontrava em férias no exterior, seu filho e então Príncipe Herdeiro, Hamad bin Khalifa al Thani, tomou-lhe o poder, também mediante golpe palaciano.

Uma nova Constituição (aprovada por referendo, em 29 de abril de 2003, e em vigor desde junho de 2005) prevê a instalação de um novo Parlamento unicameral de 45 assentos (*majlis al shura*), para os quais um terço dos membros será escolhido pelo Emir e o restante, pelo voto popular.

Enquanto isso, permanece em funcionamento o Conselho Legislativo, composto por 35 representantes indicados pelo Emir. No regime catariano, o Emir governa por meio de decretos reais, que, pelo menos do ponto de vista formal, devem ser submetidos ao Conselho Legislativo, o qual pode formular recomendações não-vinculantes a respeito. De acordo com a Constituição de 2005, o Emir mantém o privilégio de nomear o gabinete e poderá dissolver o Parlamento por razões de força maior. Ao *majlis*, por sua vez, seria assegurado o direito de demitir Ministros por meio de moções de desconfiança.

No que tange à Justiça do país, muito embora a recente Constituição preveja que o Judiciário catariano seja independente do Executivo e que seja instituída uma Suprema Corte Constitucional, tais medidas ainda não foram colocadas em vigor.

O regime catariano aprecia ser identificado como um *welfare State* de terceira geração. Os já avultados e crescentemente abundantes recursos das exportações de gás são mais do que suficientes para assegurar a satisfação das necessidades básicas e o futuro dos pouco mais de 300.000 nacionais catarianos nas próximas décadas.

POLÍTICA EXTERNA

O perfil global da política exterior do Catar obedece a grandes linhas estratégicas, tendentes a assegurar certo equilíbrio entre vizinhos pouco amistosos e grandes potências ambiciosas. Para defender e promover seus interesses nacionais tanto, vale-se, portanto, de uma série de iniciativas, por vezes contraditórias.

Após a independência em 1971, a diplomacia catariana procurou manter um programa de aliança e assistência com a antiga potência colonial (Reino Unido).

Protagonismo internacional

A diplomacia catariana empenha-se em manter perfil destacado. Por meio da organização de grandes eventos internacionais em seu território, Doha busca granjear prestígio e simpatia de outras nações. Desde a realização da IV Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (2001), os dirigentes catarianos

tornaram-se exímios organizadores de conferências e reuniões de alto nível. Inserem-se nesse contexto a realização da II Cúpula do G-77 (2005) e da II Cúpula América do Sul-Países Árabes (2009) e o compromisso catariano em sediar o IV Fórum da Aliança das Civilizações (final de 2011) e a Copa do Mundo de Futebol de 2022.

O Catar colecionou grande êxito, em maio de 2008, ao conseguir, por meio de um acordo, terminar longo impasse político libanês, permitindo a eleição do Presidente Michel Suleiman. Após a guerra de 2006, o Catar estabeleceu sólida presença na política libanesa, ao financiar a reconstrução de áreas dominadas pelo Hezbollah no sul de Beirute que haviam sido destruídas pelos bombardeios israelenses.

Diplomacia do Gás

O Catar possui significativas reservas de petróleo e a terceira maior reserva de gás natural do planeta, atrás somente de Rússia e Irã. Em 2007, as reservas de petróleo do país correspondiam a 27,6 bilhões de barris (2,2% do total mundial), enquanto que as de gás natural eram de 25,6 trilhões de metros cúbicos (14,4% das reservas mundiais).

Em meados de 2007, o Catar tornou-se o maior exportador mundial de gás natural liquefeito, em sua maior parte transportado em navios construídos especificamente para tal fim. A ampla maioria do gás natural das reservas catarianas é do tipo não associado, ou seja, não se trata de gás natural existente em campos conjuntamente com petróleo.

Em função dessa vantagem natural, Doha, em conjunto com Moscou e Teerã, tem-se empenhado em negociações internacionais para a conformação de uma organização dos países exportadores de gás natural.

Al Jazira

A assunção do Xeque Hamad bin Khalifa al Thani ao emirado, em 1995, marcou clara inflexão nos padrões de projeção do Catar no cenário internacional. O país passou a usar uma maior variedade de instrumentos de *soft power* em benefício de sua imagem e poder no exterior. Nesse leque de vetores, incluem-se, por exemplo, a criação da rede *Al Jazira* ("a ilha"), o processo de expansão da *Qatar Airways*, o papel pró-ativo da diplomacia catariana como *honest broker* em negociações, e anfitrião de grandes eventos internacionais.

Criada em novembro de 1996, o propósito oficial da emissora foi o de oferecer ao público uma visão dos acontecimentos desde a perspectiva árabe, muitas vezes em radical confronto com a versão apresentada pelos veículos da mídia norte-atlântica. No entanto, o padrão visual-gráfico de apresentação dos programas e o declarado

compromisso da rede com a liberdade de imprensa seguem, inegavelmente, clara inspiração ocidental, talvez com o propósito de vender uma imagem do Catar como reduto mais liberal, em um contexto regional tido como problemático. A estratégia de marketing da emissora foi muito bem sucedida, como comprova sua audiência atual de 52 milhões de domicílios para as transmissões em língua árabe e de 120 milhões para aquelas em inglês.

Catar como sede da Copa do Mundo de 2022

Em 2 de dezembro de 2010, na presença das principais lideranças do emirado, que viajaram a Zurique especialmente para a cerimônia, o Catar foi escolhido pela FIFA o país-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2022.

Sediar a copa, para o Catar, estava no cerne de sua estratégia de desenvolvimento até 2030. Para isso, o país apostou em ambiciosos projetos tecnológicos para driblar o forte calor que faz no país nos meses de junho e julho, época em que acontece o torneio. A proposta prevê a construção de nove suntuosos estádios climatizados e a reforma de outros três.

Com promessa de investimentos de US$ 50 bilhões em infraestrutura e de outros US$ 4 bilhões na construção de estádios, o Catar desbancou as candidaturas do Japão, Coreia do Sul, Austrália e Estados Unidos.

Em vista da demanda a ser gerada pelas obras necessárias à realização da Copa do Mundo de 2022, o Ministério do Trabalho do Catar noticiou, uma semana após a escolha do país-sede, a intenção de abrandar as restrições à contratação de estrangeiros.

A revisão da legislação trabalhista seria efetuada, particularmente, no setor da construção civil. Espera-se que, no futuro, seu abrandamento venha permitir às empresas escolherem livremente a nacionalidade de seus empregados, no caso de trabalhadores qualificados.

A respeito, cumpre ressaltar que o Brasil foi um dos primeiros países a declarar, publicamente, seu apoio ao pleito catariano de sediar a Copa. O anúncio foi feito pelo ex-Presidente Lula à imprensa do emirado durante sua visita de 15 de maio de 2010 ao Catar.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A renda per capita catariana (US$ 82,5 mil – 2010) é a maior entre os membros do Conselho de Cooperação do Golfo. A evolução econômica do Catar, porém, ainda é extremamente dependente do comportamento dos preços internacionais dos hidrocarbonetos, em especial do petróleo e do gás. Ao longo da última década, o país apresentou taxa média de crescimento anual do PIB de 8,9%, em decorrência da

conjuntura de altos preços do petróleo e do ambicioso programa nacional de processamento e industrialização do gás natural. Atualmente, o setor de hidrocarbonetos responde, diretamente, por 65% da renda nacional, embora, na prática, toda a economia nacional gire em torno de tal segmento. O segundo setor mais importante, o de serviços financeiros, é responsável por apenas 9% do PIB catariano.

Recentemente, a importância do gás para a economia catariana tem começado a eclipsar a da exploração de petróleo. Em 2008, o setor de gás superou o de petróleo como o de maior participação no PIB nacional pela primeira vez (32% do primeiro contra 27% do segundo). O Catar é, atualmente, o maior exportador mundial de gás natural liquefeito (GNL) e possui a terceira maior reserva de gás do planeta, que teria vida útil de 200 anos nos níveis atuais de produção. As jazidas de petróleo do país montam a 26 bilhões de barris, equivalentes a 100 anos de exploração nos patamares atuais.

Os altos preços do petróleo nos últimos anos possibilitaram a concentração de consideráveis recursos financeiros em mãos do Estado. As autoridades locais trabalham com um preço do petróleo no mercado internacional de US$ 24,00 o barril para efeitos de execução do orçamento nacional. O excedente de recursos obtidos normalmente é direcionado para o fundo soberano de investimentos do país, a Autoridade de Investimentos do Catar (QIA) e para despesas de caráter secreto, como estipêndios reais e certos gastos de defesa.

Ainda no que tange à diversificação do perfil da economia nacional, as autoridades locais têm buscado atrair o investimento de empresas estrangeiras para o país. Muito embora Doha não tenha encontrado dificuldades em captar investimentos para a área de petróleo e gás, o limite de 49% de participação acionária estrangeira na maioria dos setores econômicos do país é considerado como um obstáculo para a entrada de novas inversões do exterior. Não obstante, as exceções a essa obrigatoriedade vêm aumentando cada vez mais, ao longo dos últimos anos. Em vários setores, sempre mediante licença prévia do Governo, empresas estrangeiras já podem estabelecer-se no Catar sem necessidade de parceria com cidadãos locais.

As perspectivas de crescimento do PIB são muito otimistas, com uma estimativa de elevação de 12,8% para 2011 (estimativas do Banco Central do Catar). O incremento do PIB verificado em 2010 teria alcançado a cifra de 19,4%, a maior do mundo no período, para o que muito contribuiu a entrada em funcionamento de projetos de exportação de gás. Em 2009, o PIB catariano cresceu 9,6%.

Como se depreende desses números, o impacto da crise financeira norte-americana de 2008-10 não se tem feito sentir fortemente sobre o Catar. Em primeiro lugar, por causa das formidáveis reservas financeiras do país (fundo soberano) e o retorno de investimentos feitos em praças e moedas diversas no exterior. Em segundo, por causa dos ganhos ininterruptos com as vendas de gás, petróleo e

derivados, mesmo que os preços declinem substancialmente em relação aos praticados atualmente. Em terceiro, porque, tão logo deflagrada a crise, as principais autoridades políticas e econômicas se apressaram a acalmar os mercados, mediante declarações públicas e injeções de recursos nos bancos e instituições financeiras potencialmente afetadas.

Autoridade de Investimentos do Catar

Em 2005, Doha anunciou a criação da Autoridade de Investimentos do Catar (Qatar Investment Authority-QIA), agência responsável pela gestão dos recursos – provenientes, basicamente, do setor de hidrocarbonetos – do fundo soberano do país. A iniciativa foi uma tentativa de diversificar a economia do Emirado e reduzir, por meio de investimentos domésticos e no exterior, a dependência das receitas do petróleo e do gás natural (correspondente a 60% da receita fiscal), commodities cujos preços têm alta volatilidade no mercado internacional.

Estima-se que a QIA disponha de cerca de US$ 55 bilhões para investimento (dados de março de 2010). A QIA é considerada um dos fundos soberanos mais transparentes do Oriente Médio Seus investimentos têm sido direcionados predominantemente para o setor energético do país e para os mercados dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, mas há interesse em diversificar o portfólio, incluindo novas regiões.

O retorno dos investimentos da QIA tem ajudado, finalmente, a sustentar os gastos públicos do Governo catariano e a preservar o sistema bancário das dificuldades decorrentes da crise financeira internacional. Em março de 2009, foram gastos US$ 1,79 bilhão na compra de ativos de sete bancos locais, entre eles o Banco Nacional do Catar – o maior do país.

No segundo semestre de 2008, auge da crise internacional, a QIA também notabilizou-se ao investir, em parceria com o fundo soberano de Abu Dhabi, US$ 12 bilhões em um pacote de socorro ao Barclay's Bank – o que fez com que investidores do Golfo passassem a deter cerca de um terço do capital do banco britânico.

Comércio Exterior

Os combustíveis, óleos e ceras minerais e os produtos de alumínio dominam a pauta exportadora do país, tendo correspondido, respectivamente, a 38% e a 29% dos US$ 46,2 bilhões vendidos ao exterior em 2009 (último ano completo de estatísticas disponíveis). De janeiro a setembro de 2010, as exportações montaram a cerca de US$ 45,5 bilhões. No entanto, as perspectivas de vendas ao exterior em 2010 são da ordem de US$ 60 bilhões, o maior valor da história do país.

Apesar disso, a importância relativa do petróleo nas exportações do país tem dado sinais de diminuir, à medida que as exportações de gás natural liquefeito, de derivados do gás natural, de petroquímicos e de produtos de alumínio continuem a aumentar.

O valor das importações do país varia, basicamente, em função da demanda por bens de capital para o setor energético. Em 2009, as importações somaram US$ 22,8 bilhões, o que deixou o país com um superávit de US$ 23,3 bilhões; nos primeiros nove meses de 2010, as compras do exterior (c.i.f.) atingiram um valor um pouco menor, US$ 16,8 bilhões, resultando em superávit mais expressivo (US$ 28,6 bilhões).

ATOS BILATERAIS

NOME DO ACORDO	DATA DE ENTRADA EM VIGOR
Declaração Conjunta	01/02/1994
Acordo de Serviços Aéreos	20/01/2010 (assinatura)
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais	06/04/2010
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais	22/06/2010
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	20/01/2010 (assinatura)
Acordo para evitar a bitributação em empresas de transporte aéreo	20/01/2010
Acordo do Comitê de Cooperação Integovernamental	20/01/2010
Acordo sobre Cooperação Esportiva entre os Governos dos dois países	15/05/2010
Acordo sobre Cooperação Cultural entre os dois Governos	15/05/2010 (assinatura)
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de turismo	14/06/2010

Memorando de Entendimento entre os Comitês Olímpicos Brasileiro e Catariano	14/06/2010
Acordo de Cooperação entre a Empresa Brasil de Comunicação e a Qatar News Agency	15/05/2010
Memorando de Entendimento entre a Bibliaspa e o Ministério da Cultura, Artes e Patrimônio do Estado do Catar	15/05/2010

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estado do Catar
Superfície	11.521 Km²
Localização	Oriente Médio
Capital	Doha
Principais cidades	Ar Rayyan, Al Wakrah , Umm Said
Idioma oficial	Árabe
PIB Nominal (2010 - Estimativa EIU)	US$ 124,5 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 73.247
PIB Nominal (2010 - Estimativa EIU)	US$ 113,6 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 66.842
Moeda	Rial Catariano

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010(1)
População (em milhões de habitantes)	1,1	1,3	1,6	1,6	1,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	95,5	112,8	138,9	138,9	147,6
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	60,5	80,8	100,4	96,8	124,5
Crescimento real do PIB (%)	12,2	17,3	11,7	9,5	14,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	11,3	13,8	13,1	-3,4	1,2
Reservas internacionais (US$ bilhões)	5,4	9,8	18,8	30,6	26,5
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	29,8	47,2	57,4	70,4	75,8
Câmbio (QR / US$)(2)	3,64	3,64	3,64	3,64	3,64

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2009: dado real.

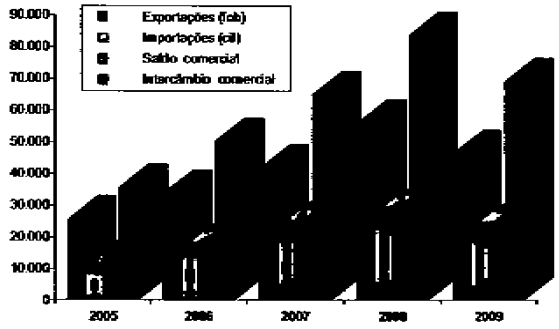
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1][2]
Exportações (fob)	25.332	33.622	41.488	55.709	46.206	45.542
Importações (cif)	10.060	16.433	23.403	27.874	22.814	16.889
Saldo comercial	15.272	17.189	18.085	27.835	23.392	28.653
Intercâmbio comercial	35.392	50.055	64.891	83.583	69.020	62.431

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2011.

(1) janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 03/03/2011.



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010[1][2]	% no total
EXPORTAÇÕES								
Japão	17.042	41,1%	18.849	33,8%	14.482	31,3%	14.571	32,0%
República da Coréia	7.334	17,7%	11.957	21,5%	7.624	16,5%	5.823	12,8%
Cingapura	4.744	11,4%	6.413	11,5%	4.190	9,1%	3.813	8,4%
Índia	2.664	6,4%	2.851	5,1%	3.734	8,1%	3.516	7,7%
Tailândia	1.923	4,6%	2.030	3,6%	1.523	3,3%	1.265	2,8%
China	333	0,8%	567	1,0%	1.247	2,7%	1.458	3,2%
Bélgica	599	1,4%	1.367	2,5%	1.148	2,5%	991	2,2%
Espanha	936	2,3%	1.354	2,4%	1.083	2,3%	1.095	2,4%
Reino Unido	65	0,2%	55	0,1%	1.000	2,2%	1.773	3,9%
Nova Zelândia	283	0,7%	1.083	1,9%	574	1,2%	454	1,0%
Filipinas	378	0,9%	0	0,0%	554	1,2%	713	1,6%
Estados Unidos	273	0,7%	61	0,1%	487	1,1%	271	0,6%
Itália	42	0,1%	0	0,0%	441	1,0%	1.228	2,7%
Emirados Árabes Unidos	1.369	3,3%	572	1,0%	389	0,8%	364	0,8%
Austrália	194	0,5%	0	0,0%	357	0,8%	308	0,7%
Brasil	*58*	*0,1%*	*0*	*0,0%*	*27*	*0,1%*	*73*	*0,2%*
SUBTOTAL	**38.235**	**92,2%**	**47.159**	**84,7%**	**38.861**	**84,1%**	**37.715**	**82,8%**
DEMAIS PAÍSES	**3.253**	**7,8%**	**8.550**	**15,3%**	**7.345**	**15,9%**	**7.827**	**17,2%**
TOTAL GERAL	**41.488**	**100,0%**	**55.709**	**100,0%**	**46.206**	**100,0%**	**45.542**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 03/03/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	2.628	11,2%	2.520	9,0%	2.992	13,1%	2.944	17,4%
Itália	2.433	10,4%	2.053	7,4%	1.850	8,1%	952	5,6%
Japão	2.362	10,1%	2.688	9,6%	1.791	7,9%	996	5,9%
Alemanha	1.819	7,8%	2.343	8,4%	1.639	7,2%	1.539	9,1%
República da Coréia	1.424	6,1%	1.532	5,5%	1.441	6,3%	963	5,7%
França	831	3,6%	1.026	3,7%	1.396	6,1%	665	3,9%
Emirados Árabes Unidos	1.638	7,0%	1.848	6,6%	1.257	5,5%	1.176	7,0%
Reino Unido	1.138	4,9%	1.311	4,7%	1.246	5,5%	1.075	6,4%
China	1.367	5,8%	2.013	7,2%	960	4,2%	699	4,1%
Arábia Saudita	1.144	4,9%	1.361	4,9%	925	4,1%	866	5,1%
Índia	665	2,8%	902	3,2%	621	2,7%	523	3,1%
Malásia	332	1,4%	360	1,3%	605	2,7%	423	2,5%
Suíça	317	1,4%	439	1,6%	589	2,6%	338	2,0%
Países Baixos	366	1,6%	599	2,2%	510	2,2%	329	1,9%
Bélgica	225	1,0%	227	0,8%	500	2,2%	171	1,0%
Tailândia	315	1,3%	415	1,5%	377	1,7%	210	1,2%
Turquia	481	2,1%	1.051	3,8%	318	1,4%	123	0,7%
Egito	107	0,5%	169	0,6%	287	1,3%	218	1,3%
Cingapura	350	1,5%	226	0,8%	273	1,2%	180	1,1%
Espanha	258	1,1%	442	1,6%	261	1,1%	128	0,8%
Bareine	212	0,9%	356	1,3%	242	1,1%	226	1,3%
Canadá	119	0,5%	109	0,4%	216	0,9%	75	0,4%
Brasil	*134*	*0,6%*	*291*	*1,0%*	*215*	*0,9%*	*248*	*1,5%*
SUBTOTAL	20.661	88,3%	24.282	87,1%	20.511	89,9%	15.067	89,2%

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	41.729	91,3%
Plásticos e suas obras	923	2,0%
Produtos químicos orgânicos	681	1,5%
Subtotal	**43.333**	**94,8%**
Demais Produtos	**2.358**	**5,2%**
Total Geral	**45.691**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.161	24,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.963	14,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.468	11,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.510	7,2%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	850	4,1%
Embarcações e estruturas flutuantes	754	3,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	408	1,9%
Aeronaves e apareihos espaciais, e suas partes	373	1,8%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	337	1,6%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	278	1,3%
Plásticos e suas obras	221	1,1%
Subtotal	**15.323**	**73,1%**
Demais Produtos	**5.633**	**26,9%**
Total Geral	**20.956**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 03/03/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	**87.186**	**135.156**	**294.334**	**195.022**	**295.186**
Variação em relação ao ano anterior	-25,0%	55,0%	117,8%	-33,7%	51,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	1,5%	2,1%	3,7%	2,6%	2,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações	**7.895**	**63.727**	**144.397**	**25.483**	**219.756**
Variação em relação ao ano anterior	142,0%	707,2%	126,6%	-82,4%	762,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,2%	2,0%	2,3%	0,8%	4,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Intercâmbio comercial	**95.081**	**198.883**	**438.731**	**220.505**	**514.942**
Variação em relação ao ano anterior	-20,4%	109,2%	120,6%	-49,7%	133,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o Oriente Médio	1,1%	2,1%	3,1%	2,1%	3,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo Comercial	**79.291**	**71.429**	**149.937**	**169.539**	**75.430**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

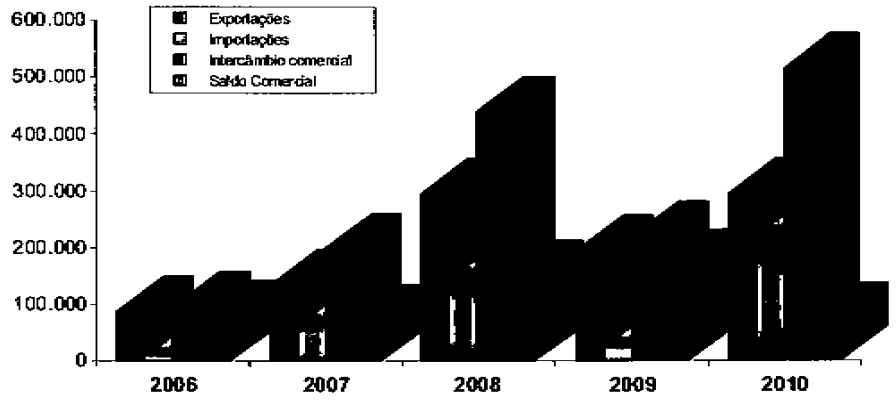
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR (US$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	**18.389**	**64.360**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	237,5%	250,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	3,0%	7,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,4%
Importações	**0**	**13.989**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,0%	11,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%
Intercâmbio Comercial	**18.389**	**78.349**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	225,9%	326,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Oriente Médio	2,2%	8,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,3%
Saldo Comercial	**18.389**	**50.371**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	129.752	44,1%	51.150	26,2%	143.074	48,5%
Carnes e miudezas comestíveis	114.262	38,8%	84.530	43,3%	84.875	28,8%
Produtos químicos inorgânicos	0	0,0%	0	0,0%	40.496	13,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	17.571	6,0%	38.753	19,9%	7.830	2,7%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	7.443	2,5%	6.698	3,4%	4.846	1,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.433	1,2%	1.614	0,8%	3.809	1,3%
Armas e munições	0	0,0%	2.692	1,4%	2.694	0,9%
Preparações alimentícias diversas	14	0,0%	972	0,5%	1.234	0,4%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	4.515	1,5%	1.682	0,9%	1.228	0,4%
Subtotal	276.990	94,1%	188.091	96,4%	290.088	98,3%
Demais Produtos	17.344	5,9%	6.931	3,6%	5.098	1,7%
TOTAL GERAL	294.334	100,0%	195.022	100,0%	295.186	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	28.416	19,7%	0	0,0%	163.396	74,4%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0	0,0%	0	0,0%	28.912	13,2%
Adubos ou fertilizantes	115.593	80,1%	24.825	97,4%	24.367	11,1%
Subtotal	144.809	99,7%	24.825	97,4%	216.675	98,6%
Demais Produtos	388	0,3%	658	2,6%	3.081	1,4%
TOTAL GERAL	144.397	100,0%	25.483	100,0%	219.756	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CATAR

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CATAR (US$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Minérios, escórias e cinzas	11.788	64,1%	53.448	83,0%
Carnes e miudezas comestíveis	4.933	26,8%	9.918	15,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	442	2,4%	578	0,9%
Subtotal	17.163	93,3%	63.944	99,4%
Demais Produtos	1.226	6,7%	416	0,6%
TOTAL GERAL	18.389	100,0%	64.360	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Adubos ou fertilizantes	0	0,0%	12.937	92,5%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	1.052	7,5%
Subtotal	0	0,0%	13.989	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	13.989	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2011.

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALADARES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 84, DE 2011
(nº 174/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia.

Os méritos do Senhor Marco Antonio Diniz Brandão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EM No 00222 /MRE

Brasília, 17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 222 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO*
CPF.: 307.243.847-15
ID.: 5303 MRE

1949	Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão, nasce em 7 de março, em Belo Horizonte/MG
Dados Acadêmicos:	
1972	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense
1991	CAE - IRBr, Perspectivas de Independência da Guiana Francesa
Cargos:	
1972	CPCD - IRBr
1974	Terceiro-Secretário
1978	Segundo-Secretário, por merecimento
1980	Primeiro-Secretário, por merecimento
1987	Conselheiro, por merecimento
1993	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2000	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1974	Departamento Cultural, auxiliar
1974-76	Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente
1975	Embaixada em Bissau, Terceiro-Secretário em missão transitória
1976-77	Divisão da África II, assistente
1977-81	Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro-Secretário
1981-83	Embaixada em Maputo, Primeiro-Secretário
1983-85	Divisão das Nações Unidas, assistente
1985-87	Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social
1987	Secretaria de Imprensa do Gabinete, Subchefe
1987-89	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1988	Comando da UNAVEM, Angola, à disposição
1989-92	Embaixada em Paris, Conselheiro
1990	I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia, Chefe de delegação
1992-94	Divisão do Mercosul, Chefe
1994-96	Embaixada em Roma, Representação Junto à FAO, Ministro-Conselheiro
1994	I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma, Chefe de delegação
1996	Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, Chefe de delegação
1996	XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, Chefe de delegação
1996	V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, Chefe da delegação
1997-01	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretor-Geral
1999	I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana, Chefe de delegação
2001-05	Embaixada em Bangkok, Embaixador
2001	Embaixada junto ao Laos, Embaixador cumulativo
2002	Embaixada junto ao Reino da Camboja, Embaixador, cumulativo
2002	Embaixada junto a República Polular de Myanmar, Embaixador cumulativo
2003	V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangkok, Chefe de delegação

2003	II Conferência Internacional de Autoridades Organizadoras de Eleições, Chiang Mai, Chefe de delegação
2005-08	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
2008	Embaixada em Nova Delhi, Embaixador
2008	III Fórum de Governança da Internet, Hyderabad, Chefe da Delegação
2009	Embaixada em Katmandu, Nepal, Embaixador cumulativo
2009	Embaixada em Maleh, Maldivas, Embaixador cumulativo

Condecorações:

1988	Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, 2a. Classe
1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1991	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1999	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2005	Most Exalted Order of the White Elephant, Tailândia, Grã-Cruz

Publicações:

1993	Uma Avaliação do Processo Negociador, in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial dos Dois anos do Tratado de Assunção, GETEC/MRE, Brasília, março
1998	A Política Exterior dos Direitos Humanos, com Ana Cândida Perez, in Textos do Brasil, ACS/MRE, Ano II, n.6, Brasília, maio/agosto
1998	A Declaração Universal dos Direitos Humanos - Monumento Permanente, in Cinqüenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, série Pesquisas, vol.11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo.
1998	O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI, com Benoni Belli, in Direitos Humanos no Século XXI, org. Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA- III

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

ABRIL DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BRASIL-EGITO .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ASSUNTOS CONSULARES .....

ATOS BILATERAIS .....

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

ANEXOS .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Árabe do Egito
CAPITAL:	Cairo (aprox. 7,78 milhões de habitantes)
ÁREA:	1.001.450 km²
POPULAÇÃO (2009):	83,5 milhões
IDIOMAS:	Árabe (oficial); inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%), Cristianismo Copta (9%)
SISTEMA POLÍTICO:	Semi-presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Tantawi (Comandante-Geral das Forças Armadas)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Essam Sharaf
CHANCELER:	Nabil El-Araby
PIB (2009):	US$ 161,2 bilhões (nominal) US$ 280,7 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2009):	US$ 4.567 (nominal) US$ 7.951 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Libra Egípcia
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Ahmed Hassan Ibrahim Darwish
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS (est.):	188 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL => EGITO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	20 (jan-mar)
Intercâmbio	496,75	657,11	899,35	1387,24	1291,14	1626,54	1531,76	2136,35	440,73
Exportações	462,13	623,62	868,23	1349,48	1238,38	1408,63	1443,98	1967,53	400,84
Importações	34,61	33,48	31,12	37,76	52,76	217,90	87,78	168,81	39,88
Saldo	427,51	590,13	837,11	1311,71	1185,61	1190,73	1356,20	1798,71	360,96

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOHAMED TANTAWI

Comandante-Geral das Forças Armadas

Mohamed Hussen Tantawi Soliman nasceu em outubro de 1935. Começou sua carreira militar na Infantaria do Exército egípcio em 1956. Combateu contra Israel na Guerra do Sinai (1956), na Guerra dos Seis Dias (1967) e na Guerra do Yom Kippur (1973). Em 1991, foi nomeado pelo ex-Presidente Hosni Mubarak para os cargos de Comandante-Geral das Forças Armadas Egípcias e Ministro da Defesa e da Produção Militar

Após a renúncia de Hosni Mubarak, coube a Mohamed Tantawi, na condição de Presidente do Conselho Supremo das Forças Armadas, assumir a função de Chefe de Estado.

ESSAM SHARAF

Primeiro-Ministro

Essam Sharaf nasceu em 1952. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Cairo em 1975. Entre 1980 e 1984, fez Mestrado e PhD pela Purdue University (Indiana, EUA). Em abril de 2004, foi nomeado Ministro dos Transportes. Resignou ao cargo em dezembro de 2005, por discordar das políticas do regime de Hosni Mubarak. De volta à vida acadêmica, Sharaf passou a exercer papel de crítico contumaz de Mubarak.

Em 3 de março de 2011, foi convidado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas a assumir o cargo de Primeiro-Ministro, após a renúncia de Ahmed Shafiq.

NABIL EL-ARABY

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nabil El-Araby nasceu em 1935. Formou-se em Direito pela Universidade do Cairo, em 1955, e pela Universidade de Nova York, em 1969. Foi membro da Comissão de Direito Internacional da ONU, de 1994-2001, e Juiz da Corte Internacional de Justiça, de 2001-2006. Em 2008, tornou-se o Diretor do Centro Internacional de Arbitragem Comercial no Cairo e Conselheiro da Arbitragem entre o Governo do Sudão e o SPLM sobre a região de Abyei.

Durante os protestos que derrubaram Hosni Mubarak, Nabil foi importante elemento de diálogo entre os manifestantes e as autoridades governamentais. Foi indicado ao cargo de Chanceler em 6 de março de 2011, após a saída de Ahmed Aboul Gheit.

RELAÇÕES BRASIL-EGITO

As relações entre o Brasil e o Egito – estabelecidas em 1924 - têm sido corretas e cordiais no plano político. Ademais de interesses coincidentes em diferentes questões internacionais, ambos os países têm, como traço comum, papel proeminente no âmbito de suas respectivas regiões, principalmente no sentido de impulsionar iniciativas de cooperação e de integração regionais.

Apesar do diálogo fluido que sempre se verificou nas relações bilaterais, as visitas oficiais não apresentavam, até o passado recente, freqüência regular. A viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Cairo, em dezembro de 2003, pôs em evidência as potencialidades da parceria brasileiro-egípcia. Na oportunidade foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Egito e dois acordos foram assinados (consultas políticas e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço).

Em agosto de 2008, o Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid, realizou visita oficial de dois dias ao Brasil, quando foi recebido pelos Ministros das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dos Transportes; e das Minas e Energia. Entre os temas tratados destacou-se a apresentação de proposta do MERCOSUL de acordo de comércio entre o Egito e o bloco.

A agenda diplomática entre Brasil e Egito foi particularmente intensa em 2009 e 2010, anos marcados por manifesto interesse egípcio pelo Brasil e por significativo incremento das exportações brasileiras àquele país. Na segunda semana de janeiro de 2009, o Chanceler brasileiro realizou viagem ao

Oriente Médio, com o intuito de contribuir com os esforços internacionais para que fosse alcançada a trégua no conflito em Gaza. Reuniu-se com o seu homólogo Ahmed Aboul Gheit e com o Presidente Hosni Mubarak.

No início de março, o Ministro Amorim retornou ao Egito, para participar da Conferência Internacional de Sharm-El-Sheikh em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza. Na ocasião, anunciou contribuição brasileira de US$ 10 milhões para a reconstrução de Gaza, posteriormente autorizada pela Lei 12.292, de 10/7/2010, e manteve novo encontro bilateral com o Presidente Hosni Mubarak. No mesmo mês, participou da II Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), no Cairo.

Em julho de 2009, o Chanceler Aboul Gheit realizou visita ao Brasil, marcada pela assinatura de dois instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas e Memorando de Entendimento para Promoção de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África.

Por sua vez, nos dias 27 e 28 de dezembro de 2009, ocorreu nova visita do Ministro Celso Amorim ao Cairo, propiciando seu quarto encontro com Aboul Gheit naquele ano. O encontro marcou a inauguração do Mecanismo de Diálogo Estratégico, foro de discussão sobre grandes temas da agenda internacional, de nível ministerial, cujo Memorando de Entendimento foi assinado durante a visita. O Brasil possui mecanismo semelhante somente com a Argélia, no âmbito dos países do Norte da África.

Em março de 2010, o Ministro Miguel Jorge desenvolveu extensa agenda de encontros em visita ao Egito, que incluíram, além de seu homólogo, o Ministro do Comércio e Indústria, Rachid Mohamed Rachid, os Ministros da Habitação, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano, Ahmed Maghrabi, dos Transportes, Alaa Fahmy, da Agricultura, Amin Abaza, e dos Negócios Estrangeiros, Ahmed Aboul-Gheit. O Ministro Miguel Jorge teve também a oportunidade de realizar visita de cortesia ao Secretário Geral da Liga Árabe, Amre Moussa.

Em julho de 2010, realizou-se reunião de consultas políticas Brasil-Egito co-presididas pelo Subsecretário-Geral Política-III do Itamaraty e pelo Ministro-Assistente para as Américas da Chancelaria egípcia. As consultas abordaram extensa agenda de temas bilaterais, regionais e multilaterais. A reunião de consultas políticas assinalou o aprofundamento das relações bilaterais nos últimos anos.

Em agosto de 2010, o Ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid, realizou visita a Argentina e Brasil, acompanhado de delegação de empresários egípcios. A sua participação na Cúpula do Mercosul em San Juan propiciou a assinatura do Acordo de Livre

Comércio Mercosul-Egito, que vinha sendo negociado há dois anos. O Acordo deverá ampliar o fluxo comercial entre as duas partes, principalmente por meio do impulso às exportações de bens alimentícios e produtos de base do Mercosul, principais componentes da pauta do comércio bilateral. Foi o segundo ALC assinado pelo Mercosul com parceiro extrarregional (o primeiro foi com Israel, em dezembro de 2007). No Brasil, Rachid manteve encontros com os titulares do MAPA, MDIC e Ministério dos Transportes, além de almoço de trabalho com o então Chanceler Celso Amorim.

Aproveitando o momento proporcionado pela assinatura do Acordo de Livre Comércio, missão de empresários do setor alimentício, chefiada pelo MAPA, visitou o Egito em novembro de 2010, com vistas a conhecer as potencialidades do mercado egípcio de alimentos e manter encontros com interlocutores locais interessados em estabelecer ou intensificar negócios com o Brasil. Em 2010, o comércio bilateral superou a cifra de US$ 2,1 bilhões, o que coloca o Egito entre os principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. O saldo em favor do Brasil foi, naquele ano, de quase US$ 1,8 bilhão.

O Governo brasileiro tem acompanhado com atenção o processo de transição política ainda em curso no Egito, que culminou com o fim do regime de Hosni Mubarak e a assunção do poder pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, em 11 de fevereiro de 2011. Ao longo do período de intensas manifestações populares contra o ex-Presidente Mubarak, que chegaram a reunir milhões de pessoas nas principais cidades do país, o Governo brasileiro pronunciou-se em favor do diálogo político e do respeito à liberdade de expressão dos manifestantes.

O Brasil nutre a expectativa de que, neste momento de novas oportunidades e desafios, as lideranças políticas da sociedade egípcia conduzam o processo de transição política em ambiente de entendimento e de diálogo democrático. O Brasil está disposto a trabalhar com a comunidade internacional em prol do desenvolvimento econômico e social do Egito, por meio de iniciativas concretas de cooperação com o Governo egípcio. Em audiência concedida ao Embaixador do Brasil no Cairo em 17/02, o então Primeiro-Ministro Ahmed Shafiq manifestou o interesse egípcio nas experiências do Brasil em políticas públicas voltadas ao combate à fome e à pobreza. Por sua vez, o Ministro das Finanças do Egito demonstrou ao Embaixador brasileiro, em encontro mantido em 01/03, interesse em estabelecer parcerias com o Brasil em áreas como programas de redistribuição de renda e de fomento a pequenas e médias empresas.

Um quadro político democrático e efetivamente pluripartidário, que surja no Egito, terá reflexos sobre a política externa do novo governo. Com maior legitimidade popular, o novo governo poderá dar contribuição nova e

criativa ao processo de paz no Oriente Médio. O novo quadro que se forma pode constituir oportunidade, ademais, para incorporar ainda mais os países do Norte da África na esfera do Diálogo Sul-Sul.

Em caráter emergencial, o Governo brasileiro respondeu positivamente ao apelo humanitário feito recentemente pelo ACNUR destinado a beneficiar os refugiados e solicitantes de asilo no Egito e na Tunisia, provenientes das zonas conflagradas pelo conflito na Líbia. A contribuição brasileira para as atividades do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Egito em particular será de US$ 150 mil (cabendo a Tunísia US$ 224 mil). O referido valor integra o conjunto da doação anunciada pelo Brasil de US$ 3,7 milhões para o programa orçamentário de 2011 do ACNUR.

POLÍTICA INTERNA

O Governo de Anwar Sadat, que logrou estabelecer a paz com Israel e consolidar as fronteiras do país, teve o término com o seu assassinato, em 1981. Assumiu em seu lugar o então Vice-Presidente, Hosni Mubarak. Respaldado pelas Forças Armadas e o grande empresariado egípcio, Mubarak seria reeleito sucessivas vezes para mandatos de 6 anos, por meio de referendos populares que apenas endossavam a indicação de seu nome pela Assembléia do Povo, dominada por seu partido, o PDN (Partido Democrático Nacional).

O controle de fortes aparatos de segurança e inteligência, conforme ficou posteriormente demonstrado, permitiam a Mubarak exercer ampla vigilância sobre a sociedade civil e reprimir vozes de contestação ao regime, além de atividades subversivas, como o terrorismo islâmico. O Estado de Emergência, decretado em 1958 à época dos conflitos com Israel, passou a justificar a imposição de estrita censura sobre a mídia e prisões indiscriminadas. Disposto a neutralizar qualquer tipo de oposição ao seu governo, Mubarak buscou tolher por diversos meios a atuação da Irmandade Muçulmana, organização islâmica conservadora fundada em 1928, de grande popularidade na sociedade egípcia.

Paralelamente, Mubarak empreendia um programa de reformas econômicas calcado na privatização de empresas públicas e na abertura ao capital estrangeiro. Durante a década de 1990, medidas liberalizantes aliadas aos estímulos e créditos concedidos pelo FMI (facilitados pela participação do Egito na Guerra do Golfo), possibilitaram ao país crescer sucessivamente a taxas de 4 a 5% ao ano. No entanto, a concentração de renda, o desemprego e o alto crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, deterioraram as condições de vida do povo egípcio. De modo a conter focos de tensão popular, Mubarak ampliou a sua política de subsídios aos bens e serviços básicos à população, a custo de persistentes déficits orçamentários.

Nos anos 2000, com vistas a acomodar tensões latentes no PDN,

Mubarak optou por empreender reformas políticas pontuais, que não viriam a alterar a estrutura do regime. Em 2005, em seguimento aos compromissos assumidos publicamente por Mubarak, realizaram-se eleições legislativas e presidencial (a primeira em caráter multipartidário desde 1952). Após um pleito marcado por alegações de fraude, Mubarak foi reeleito para mais um mandato de 6 anos, com 88,6% dos votos válidos. Os outros dois principais candidatos, Ayman Nour, (Partido Al-Ghad) e Numan Gomaa (Partido Al-Wafd) obteriam apenas 7,3% e 2,8% dos votos, respectivamente.

A despeito da imposição de diversos obstáculos contra os candidatos de oposição, os membros da Irmandade Muçulmana, concorrendo como candidatos independentes (a agremiação fora proscrita por Nasser em 1954), conquistaram um significativo número de 88 assentos no Parlamento. A partir de então, o regime intensificou as atividades de monitoramento e repressão à Irmandade, sempre de forma velada, por meio da prisão de centenas de seus integrantes e cerceamento de seus recursos financeiros.

Durante o seu último mandato, Mubarak, de idade avançada e saúde frágil, empenhou-se em abrir caminho para a sua sucessão de seu filho, Gamal. Em 2007, fez aprovar um conjunto de reformas constitucionais que acabaram aumentando as prerrogativas presidenciais, além de tornar permanentes os dispositivos de exceção destinados ao combate ao terrorismo. Os grupos de oposição denunciaram a manobra como parte de um plano cujo objetivo seria assegurar a "sucessão faraônica" de Gamal Mubarak.

Gamal, que foi Vice-Secretário-Geral do PDN, não era popular entre os militares e tinha desafetos dentro de seu próprio partido. Sua base de apoio constituía-se principalmente da elite empresarial egípcia, afinada com as suas idéias modernas e o seu espírito empreendedor. Gamal Mubarak era visto por muitos homens de negócio egípcios como o sucessor ideal, na expectativa de que o seu Governo daria continuidade à política econômica adotada nos últimos anos por seu pai. O remanejamento ministerial de abril de 2009, que veio a favorecer políticos ligados a Gamal Mubarak, bem como escândalos de corrupção envolvendo o seu nome, minaram o apoio das principais figuras políticas egípcias ao projeto de sucessão presidencial.

As últimas eleições legislativas, realizadas entre novembro e dezembro de 2010, resultaram em esmagadora vitória para o PDN, que logrou ampliar ainda mais sua maioria na Assembléia do Povo, elegendo 420 representantes de um total de 504 assentos disputados. Diferentemente das eleições de 2005, nenhum dos candidatos vinculados à Irmandade Muçulmana logrou eleger-se no primeiro turno, o que levou os membros da organização não participar do segundo turno e reduziu ainda mais a credibilidade do pleito. O débil comparecimento às urnas refletiu forte desmobilização popular, atribuída à

percepção de impotência diante dos limites legais e de medidas repressivas impostas pelo regime. Vale lembrar que Mohamed El-Baradei havia conclamado os cidadãos e partidos políticos do país, por meio da suprapartidária Associação Nacional para a Mudança (ANM), a boicotarem as eleições caso essas não pudessem transcorrer de modo livre e transparente.

A desmobilização popular, somada à retração do número de assentos ocupados pela oposição no Parlamento, expuseram a incapacidade de o sistema político consolidado por Mubarak de refletir, ainda que de forma limitada, os anseios populares por renovação.

A Revolução de 2011

Os protestos na Tunísia, que culminaram com a queda de Ben Ali, serviram de estopim para a eclosão da insatisfação popular latente no Egito, onde as condições de vida da população se haviam deteriorado a despeito das sucessivas taxas de crescimento econômico expressivo registradas nos últimos anos.

As autoridades egípcias buscaram, em vão, abafar a repercussão de diversas tentativas de auto-imolação ocorridas em janeiro de 2011, gestos que buscavam emular o suicídio do jovem ambulante tunisiano Mohamed Bouazizi, símbolo da revolta popular contra Ben Ali. Aproveitando-se do "momentum" criado pelos levantes na Tunísia e da crescente comoção popular, jovens de classe média passaram a convocar protestos de rua com o objetivo de exigir abertura e renovação política.

Em 25 de janeiro, realizou-se, em diversos pontos do país, o primeiro protesto de grandes proporções, o "Dia da Fúria", que teria reunido, segundo a imprensa local, "milhares de pessoas". As manifestações ocorreram sem a permissão prévia do Ministério do Interior, o que levou as autoridades policiais a mobilizarem pelo menos trinta mil homens só na capital para garantir a ordem. Os confrontos, que continuaram na madrugada do dia 26, tiveram o saldo de pelo menos 3 mortos e número indeterminado de feridos.

A partir de então, contrariando a proibição do Ministério do Interior, as manifestações contra o regime de Hosni Mubarak intensificaram-se e alastraram-se por todo o país. Na tentativa de atribuir o aumento da violência ao extremismo islâmico, o Governo passou a denunciar a presença de elementos da Irmandade Muçulmana nos protestos, a despeito das declarações de membros da organização que negavam qualquer tipo de envolvimento.

A continuação do protestos nos dias subseqüentes começaram a minar a posição de Mubarak, uma vez que a presença massiva da população nas ruas rompia a aura de invencibilidade que rodeava os organismos de segurança. O

crescente clamor popular e a incapacidade das forças de repressão ligadas ao Ministério do Interior em conter os manifestantes levaram Mubarak a indicar, após quase trinta anos no poder, um Vice-Presidente, o General Omar Suleiman, então Chefe do Serviço de Segurança Interna. A decisão de Mubarak assegurava aos militares que as Forças Armadas manteriam o controle do Estado mesmo que ele se visse forçado a renunciar. Adicionalmente, Mubarak anunciou a demissão de seu Gabinete, gesto claramente destinado a apaziguar os ânimos do povo. Em conseqüência da escalada da violência, a polícia recebeu ordens para retirar-se das ruas e tropas do Exército foram posicionadas em locais estratégicos, mas sem intervir diretamente na situação.

As iniciativas tomadas por Mubarak deterioram a situação. Seguiram-se dias de caos no país, com saques em diversas áreas do Cairo e outras grandes cidades, bem como ataques a delegacias de polícia. Segundo rumores, grande parte desses assaltos teriam sido estimulados ou mesmo realizados por elementos da polícia à paisana, de modo a criar a atmosfera de pânico e reforçar a imagem de Mubarak como garantidor da estabilidade.

A oposição conclamou, então, para o dia 01/02, a "Marcha do Milhão". Com o intuito de arrefecer os ânimos populares, o VP Suleiman anunciou sua disposição de negociar com a oposição. As Forças Armadas, por sua vez, declararam que não agiriam contra manifestações pacíficas, mas que a violência seria reprimida. No entanto, a "Marcha do Milhão" logrou reunir, sob os olhos da mídia internacional, centenas de milhares de pessoas na Praça Tahrir, no centro do Cairo, e nas cidades de Alexandria, Port Said e Suez. Pressionado, Mubarak é levado a anunciar que não buscaria reeleger-se nas eleições de setembro de 2011, mas que terminaria seu mandato constitucional.

O dia 02/02 foi marcado por nova onda de violência contra os manifestantes organizada pelo regime. Grupos pró-Mubarak, com a aparente conivência do Exército, buscaram invadir a praça Tahrir, epicentro das manifestações, a fim de desmobilizar a oposição. O ocorrido, que deixou um saldo de 10 mortos e 1500 feridos apenas no Cairo, foi deplorado pela mídia e principais lideranças internacionais, inclusive pelo Brasil.

Não obstante, os manifestantes aumentaram o tom contra Mubarak, exigindo a sua saída imediata do poder. Paralelamente, desdobrava-se intensa movimentação tanto no plano interno como no externo, com vistas à resolução da crise. No plano interno, o Governo egípcio anunciou, em 05/02, a demissão da liderança do PDN, inclusive do filho de Hosni Mubarak, Gamal, que ocupava o posto de Secretário de Políticas do partido. Também foram anunciadas a proibição de viagens ao exterior e o congelamento das contas bancárias de vários integrantes do antigo Governo. As medidas faziam parte

do processo de eliminação da vida pública de Gamal Mubarak, impopular entre o povo e as Forças Armadas, retirando suas posições de poder no partido e atingindo seus aliados dentro dos altos círculos empresariais. Mais do que uma concessão à oposição, representavam claro sinal de que o poder já estava sendo firmemente consolidado nas mãos dos militares, com o intuito de conduzir o processo sucessório.

No plano externo, os países ocidentais passaram a sinalizar disposição em apoiar um Governo encabeçado pelo General Suleiman, dentro de um processo de transição que respeitasse o quadro institucional.

Entre 06 e 07/02, como parte da estratégia do Governo de passar a imagem à sociedade civil e à comunidade internacional de que a situação se teria normalizado, e que já estava em curso o processo de transição política, o VP Suleiman convocou representantes da oposição para uma primeira reunião. O encontro resultou em frustração para a oposição, uma vez que as quatro principais demandas não foram atendidas, a saber: a saída de Hosni Mubarak, a realização de novas eleições parlamentares, a suspensão imediata do estado de emergência em vigor há trinta anos e a libertação de todos os prisioneiros políticos, calculados em 10.000.

Enquanto isso, o Governo anunciava aumento salarial e criação de mais cargos públicos, com o objetivo de cooptar jovens qualificados desempregados ou subempregados, os quais constituíam o "núcleo duro" da origem dos protestos. Por outro lado, greves eclodiram por todo o país, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. A instabilidade política fazia-se sentir cada vez mais sobre a já combalida economia egípcia, com a brusca queda nas reservas em moeda estrangeira e perspectivas de desvalorização da libra egípcia, extremamente prejudicial a um país que depende das importações de gêneros alimentícios. Mubarak perdia, dessa forma, apoio junto aos círculos empresariais egípcios, que já não viam como desvantajosa a sua renúncia e assunção do poder pelas autoridades militares.

Em 11/02, Mubarak anunciou a sua renúncia, para júbilo dos manifestantes concentrados na Praça Tahrir. Assumiu o poder o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), presidido pelo Marechal Mohamed Hussein Tantawi. O CSFA em seguida anunciou a suspensão da Constituição e a dissolução do Parlamento. A junta militar também informou que permaneceria no poder por até seis meses, até a próxima eleição presidencial, que seria precedida por referendo sobre reforma constitucional, após a conclusão dos trabalhos de revisão da Carta (a cargo de um comitê de juristas independentes). No único aspecto com repercussão direta sobre a política externa egípcia, os militares reiteraram ainda o seu compromisso com todos os tratados e acordos internacionais, com vistas a reassegurar Israel e os EUA de

que os acordos de Camp David (1978) e a paz com Israel (1979) não seriam revistos.

Os manifestantes, no entanto, permaneceriam concentrados na Praça Tahrir, ainda que em menor número, a fim de exigir a liberação de todos os prisioneiros políticos, o desmantelamento do aparato de segurança do Estado, a suspensão da lei de emergência e, principalmente a saída do então Primeiro-Ministro Ahmed Shafiq e outros membros do Gabinete ministerial tradicionalmente ligados a Hosni Mubarak. Pressionado, Shafiq renunciaria logo em seguida, sendo substituído por Essam Sharaf, ex-Ministro dos Transportes durante o Governo Mubarak. Sharaf conta com o apoio de grupos ligados a Mohamed El-Baradei e teria chegado a participar de manifestações pacíficas na Praça Tahrir.

Por sua vez, os atores políticos egípcios iniciaram os preparativos para o futuro pós-Mubarak. Além da possível candidatura presidencial de Amre Moussa, atual Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes e do recente anúncio de Mohamed El-Baradei de que concorrerá nas próximas eleições presidenciais, a Irmandade Muçulmana anunciou a criação de partido político ("Partido da Liberdade e Justiça"). Vale notar que a Irmandade Muçulmana vem mostrando, ao longo da crise e do atual período de transição, considerável habilidade política. Sua estratégia combina tentativas de reassegurar o sistema de que não pretende obter o poder em futuro próximo, pela reiteração de que não lançará candidato à Presidência e pelo baixo perfil mantido durante o período das manifestações populares, ao mesmo tempo em que busca posicionar-se de modo a ter influente papel em qualquer futuro governo democrático no Egito pela eleição de significativa bancada parlamentar e, provavelmente, pelo apoio a eventual candidato presidencial de outro partido.

Em 19/03, após a conclusão dos trabalhos do comitê independente, os eleitores egípcios aprovaram, por 77% dos votos válidos, referendo sobre emendas constitucionais que permitirão a realização de eleições parlamentares e presidenciais no início do segundo semestre de 2011. O processo transcorreu sem maiores dificuldades ou incidentes e refletiu maturidade política por parte do eleitorado egípcio. Entre as principais medidas a serem implementadas, destacam-se a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos e a limitação da permanência no cargo para dois mandatos consecutivos. Igualmente importante é o estabelecimento de novos critérios para a nomeação de candidatos à Presidência, que poderão agora ser oriundos de qualquer um dos partidos legalmente constituídos ou concorrer em caráter independente.

A votação ocorreu em meio a intenso debate sobre a conveniência das emendas, tendo a Irmandade Muçulmana e outras facções islâmicas apoiado as mudanças. As emendas tiveram também o suporte do PDN, antigo partido

do Governo. Pelo "não" manifestaram-se os dois principais candidatos às eleições presidenciais de agosto, o atual Secretário-Geral da Liga Árabe, Amre Moussa, e o ex-Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica e fundador da Associação Nacional para a Mudança, Mohamed El-Baradei. Igualmente contrários às emendas foram os coptas, a minoria cristã do Egito. No caso dos referidos candidatos presidenciais, o "não" se justifica pela necessidade de que o novo Presidente, quando eleito, possa se pautar, desde o início, por um texto constitucional inteiramente novo, que restrinja inclusive o escopo dos poderes do Executivo. As emendas ora aprovadas não previam dispositivos para uma alteração mais ampla da Constituição, que seria possivelmente realizada posteriormente às eleições presidenciais, através da convocação de uma Assembléia Constituinte. Já os coptas parecem temer a eventual permanência de uma carta que determina ser o Islã a religião oficial do Estado e a Sharia a fonte principal do direito.

Em 28/3, o CSFA anunciou novos passos significativos para o processo político interno, a saber: a criação de nova lei dos partidos políticos, o anúncio da postergação das eleições parlamentares e a confirmação de que o estado de emergência será encerrado antes do referido pleito. Entre as disposições mais importantes da nova lei dos partidos incluem-se: a) todo novo partido deverá registrar-se junto a um comitê judiciário, que terá 30 dias para pronunciar-se positiva ou negativamente; b) caso não haja resposta oficial do comitê, o partido será considerado automaticamente criado; c) os princípios, objetivos, programas, políticas e comportamento do partido não devem contradizer os princípios da Constituição ou os requerimentos da segurança nacional egípcia ou a proteção da unidade nacional; e d) é proibida a criação de partidos de fundo religioso ou que discriminem seus membros por religião, sexo, ou região.

Vários grupos anunciaram a constituição de novas agremiações, ao mesmo tempo em que os partidos islâmicos buscam adequar-se à nova legislação declarando-se abertos a cristãos \coptas. O cenário político parlamentar do Egito começa, assim, a delinear-se: por um lado, o antigo Partido Nacional Democrático (PND), que era o braço político do regime do ex- Presidente Hosni Mubarak, foi dissolvido em 16/4, tendo seus bens absorvidos pelo Estado. O partido detinha significativa máquina eleitoral em níveis inferiores do poder, embora sua liderança houvesse sido completamente desmoralizada e removida do núcleo decisório do país. Por outro lado, os partidos laicos tradicionais, após quase trinta anos do regime Mubarak, necessitam de esforço organizatório que nem todos poderão ser capazes de fazer. Com a dissolução do PND, é provável que esses partidos agreguem os chefes regionais daquela agremiação política. O novo partido o "Liberdade e

Justiça", da Irmandade Muçulmana, poderá ter, segundo analistas, expressiva votação.

Em 30/03, o CSFA anunciou Decreto Constitucional que inclui cerca de 80% da Constituição de 1971, bem como as emendas aprovadas pelo referendo de 19 de março último. O Decreto efetua algumas mudanças significativas no texto constitucional, entre as quais se devem destacar: a) o Conselho Shura é enfraquecido em suas funções, ao não mais ser obrigatório que leis passadas pelo Assembléia do Povo sejam aprovadas pela Câmara Alta; b) o CSFA passa a substituir legalmente o Presidente e o Parlamento até as próximas eleições; c) o processo eleitoral passará a ocorrer sob supervisão eleitoral direta; e d) o Parlamento poderá impor lei de emergência por período de seis meses, mas sua renovação somente poderá ser efetuada por referendo popular.

Novos enfrentamentos na Praça Tahrir em 9/4 voltaram a refletir indignação da opinião pública com suposta lentidão na tomada de medidas das Forças Armadas contra membros da família Mubarak, cuja prisão domiciliar fora decretada em 28/3. Sob pressão popular, o ex-Presidente Hosni Mubarak e seus filhos Gamal e Alaa foram intimados a depor, em 10/4, pelo Procurador Geral do Egito. Mais do que uma questão de justiça, a intimação parece ser movimento do Governo no sentido de preservar a confiança que a população ainda lhe deposita.

Apesar dos confrontos, o crescente agravamento da situação econômica do país poderá impedir a intensificação dos protestos, uma vez que a população, ainda mais empobrecida desde o início da "revolução", deseja, sobretudo, o retorno à normalidade. Nesse quadro, o CSFA ratificou lei, em 20/4, que proíbe o incitamento e a realização de protestos ou greves que prejudiquem o trabalho de órgãos públicos e de empresas privadas com penas monetárias ou mesmo de prisão, apesar da oposição dos grupos de direitos humanos e da juventude revolucionária. A decisão parece ter sido motivada pelo desejo de ter cobertura legal para eventuais ações de repressão, o temor de que as continuadas greves e protestos agravem tanto a crise econômica como, em especial, obstruam a retomada do turismo, principal empregador do país, além do conservadorismo castrense.

O Relatório oficial do Comitê de investigação sobre a Revolução de 25 de janeiro confirmou a morte de pelo menos 846 pessoas durante os conflitos, inclusive 26 policiais e 189 prisioneiros, bem como ferimentos em 6.647 manifestantes, 263 prisioneiros e 30 militares.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa egípcia durante os primeiros anos após o fim da ocupação britânica foi caracterizada pela concertação com os países árabes, no intuito de confrontar o recém-estabelecido Estado de Israel. Em 1945, Egito, Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e Arábia Saudita assinaram o Protocolo de Alexandria e cria a Liga dos Estados Árabes (LEA). Três anos mais tarde, inicia-se a 1ª Guerra Árabe-Israelense, que custaria a derrota à coalizão árabe e precipitaria a queda do Rei do Egito, Farouk I, e a instauração da República em 1953.

Sob o Governo de Gamal Abdel Nasser, o Egito buscou manter uma política externa independente e assertiva, comprometendo-se com a causa terceiro-mundista e o processo de descolonização na África e na Ásia, diante de um contexto de acirramento das tensões entre os EUA e a URSS (Nasser foi um dos principais mentores do Movimento dos Países não-Alinhados, criado em 1961). Em 1956, Nasser decide nacionalizar o Canal de Suez, indispondo-se com o Reino Unido e a França. Em represália, os dois países europeus colaboraram com a invasão lançada pelas forças israelenses sobre o território do Sinai. As tensões na região induzem o Egito a traçar novas estratégias de política externa. Em 1958, com o intuito de enfrentar Israel em melhores condições, é criada a República Árabe Unida (RAU), uma confederação entre o Egito e a Síria que duraria apenas 3 anos. Paralelamente, o Egito aproximou-se da URSS, motivado sobretudo pela perspectiva de incrementar o seu poderio bélico, o que lhe era dificultado pelo Ocidente, cioso da integridade do Estado de Israel.

Em meados da década de 1970, o sucessor de Nasser, Anwar Al Sadat, optou por distanciar-se da URSS, solicitando, inclusive, a retirada de seu país de grande contingente de conselheiros soviéticos. A reconquista da península do Sinai após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, arrefeceu a animosidade entre Egito e Israel e permitiu que Sadat buscasse uma reaproximação com o Ocidente, particularmente com os EUA. Em setembro de 1978, após intensa mediação do Presidente estadunidense Jimmy Carter, Egito e Israel assinaram os acordos de paz de Camp David e, em março de 1979, o Tratado de Paz Egito-Israel, o que, se por um lado fez com que o Egito reconquistasse a confiança dos países ocidentais, por outro, custou-lhe o isolamento no mundo árabe e sua exclusão da LEA.

Hosni Mubarak deu continuidade à linha de atuação moderada do Egito no plano externo e procurou manter relacionamento equilibrado com Washington e Tel Aviv. Além disso, Mubarak logrou a readmissão do Egito à

Liga Árabe, em 1989. Durante o seu Governo, o Egito participou ativamente da Guerra do Golfo por meio do envio de tropas e colaborou estreitamente com o Ocidente no combate ao terrorismo transnacional. O Egito atuou nas últimas décadas como mediador no processo de paz no Oriente Médio.

O Egito foi membro fundador da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963 e substituída pela União Africana (UA) em 2002. No continente, particular atenção é atualmente concedida ao Sudão e aos demais países que partilham a Bacia do Nilo, corredor fluvial de fundamental relevância para a economia egípcia. Teme o Cairo que a independência do Sul do Sudão, em 09/07/2011, reforçará a causa dos países à jusante do Nilo, com os quais haveria mais afinidade de interesses.

Nos últimos meses, o Egito tem ocupado lugar de destaque na agenda internacional. O mundo acompanhou atentamente os desdobramentos dos protestos populares que culminaram com a queda de Hosni Mubarak e a ascensão ao poder do Conselho Supremo das Forças Armadas, dando início a um processo de transição política no país.

Ao longo dos quase trinta anos em que permaneceu no poder, Mubarak construiu uma sólida relação com os países ocidentais. O engajamento egípcio no combate ao terrorismo e nas negociações entre Israel e Palestina era retribuído principalmente pela vultosa cooperação militar prestada pelos EUA (cerca de US$ 1,3 bilhões anuais) e pelo suporte externo ao regime de Mubarak. O Egito se tornara o principal recipiendário da ajuda norte-americana, após Israel.

Durante os primeiros dias de manifestações contra o regime de Mubarak, em janeiro de 2011, as potências ocidentais mantiveram posição cautelosa, pronunciando-se de forma ambígua quanto à situação no país, com receio de que a desestabilização do regime de Mubarak pusesse em risco a aliança de vital importância para o delicado equilíbrio no Oriente Médio.

Com a intensificação dos protestos, a retirada das forças policiais e o emprego de tropas do Exército para garantir a segurança nas ruas, EUA e UE aumentaram o tom de suas declarações, passando a monitorar minuciosamente as autoridades egípcias e exercer pressão sobre o próprio Mubarak, de modo influenciar o curso dos acontecimentos de acordo com os seus interesses. Diante de um regime vacilante, EUA e UE buscavam garantir uma "transição ordeira", que evitasse a ascensão de lideranças extremistas e assegurasse que o Egito manteria os seus compromissos internacionais, nomeadamente os acordos de paz celebrados com Israel.

A renúncia de Mubarak e a tomada do poder pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) Política foi saudada pela comunidade internacional como o primeiro passo em direção ao estabelecimento de um

regime democrático no país. As semanas seguintes têm sido marcadas por um intenso afluxo de autoridades internacionais ao Egito, dispostas a avaliar "in loco" o processo de transição política, manter contato direto com suas novas lideranças e manifestar apoio à efetiva instituição da democracia no país. Em apenas um mês após a renúncia de Mubarak, visitaram o Egito o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron; a Alta Representante da União Européia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Catherine Ashton; os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Itália, Hungria, Arábia Saudita, Jordânia, Espanha e Austrália; a Secretária de Estado Hillary Clinton; e o Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates. A Secretaria de Estado dos EUA anunciou uma ajuda econômica adicional de até US$ 240 milhões e revelou detalhes de um pacote de bilhões de dólares em créditos ao setor privado. Por sua vez, o Secretário da Defesa norte-americano reassegurou a Mohamed Tantawy, líder do CSFA, a continuação da ajuda militar ao Cairo, além de levantar a possibilidade de que a ajuda econômica civil fosse ao menos mantida.

Sem prejuízo das garantias concedidas pelo CSFA à comunidade internacional, há sinais de as autoridades egípcias procederão à revisão da política externa egípcia para o seu entorno regional. Recentemente, o Governo egípcio permitiu a passagem de dois navios de guerra iranianos pelo Canal de Suez, o que não ocorria há mais de trinta anos. A decisão, carregada de simbolismo, provocou apreensão entre as autoridades israelenses.

No que tange ao atual conflito na Líbia, o novo Chanceler, El-Arabi, tem reiterado a posição oficial, notando que o Egito aprovou a resolução da Liga dos Estados Árabes em prol da interdição do espaço aéreo para a proteção da população civil, mas ressaltou que o Egito "não interfere em assuntos militares". Aduziu, ainda, que teria rejeitado convite para participar da conferência em Londres sobre a Líbia, pois o Egito estaria concentrando-se na "proteção aos civis". Assim, o Cairo, a despeito da ampla simpatia popular para com a causa rebelde, vem atuando de forma cautelosa durante a crise, possivelmente de modo a evitar eventuais represálias contra seus cidadãos ainda em território líbio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No relatório de 2010 do Banco Mundial, o Egito figurava na 94º posição entre os melhores países para fazer negócios (Brasil: 127º), destacando-se a facilidade para abrir uma empresa (Egito: 18º; Brasil: 128º) e para realizar comércio externo (Egito: 21º; Brasil: 114º). Adicionalmente, os impostos sobre pessoa física e jurídica não superam 20% (chegavam a, respectivamente, 32% e 42% até 2004, ano em que se intensificam as reformas econômicas liberalizantes). Num país cuja Constituição se referia à nação, até 2005, como "Estado Socialista", tratou-se de mudança significativa do quadro.

O PIB nominal do Egito foi de US$ 216 bilhões (US$ 500 bilhões, em PPP) e teve crescimento de 5.3% em 2010. 48% da economia está concentrada no setor de serviços, 38% em indústria e 14% em agricultura. A taxa de desemprego em 2010 era de cerca de 10% e a de inflação de 13%. Os principais produtos de exportação egípcios são petróleo e algodão, enquanto os de importação são maquinarias e alimentos.

As repercussões econômicas dos protestos populares e da crise política que se seguiu têm sido significativas. Analistas consideram como certa uma redução considerável de investimentos estrangeiros no país no curto e médio prazos. O Egito constava, até recentemente, na lista N-11 da Goldman Sachs como um dos mercados emergentes mais promissores, à parte os BRICs.

O desemprego atinge um terço dos jovens de até 30 anos, com proporções maiores entre os mais qualificados e de formação universitária, que constituem parcela considerável dos manifestantes que foram inicialmente às ruas pedir a renúncia de Mubarak.

Um enfraquecimento progressivo da moeda local resultará em maior encarecimento dos alimentos, intensificando, no âmbito local, a tendência global de encarecimento das commodities agrícolas. O Egito importa quase dois terços de seus bens alimentícios e é o maior importador de trigo do mundo. A inflação de gêneros de primeira necessidade já supera os 15%, acima do índice oficial de 10,2%. Num país em que 40% da população sobrevive com até US$ 2 ao dia, o ritmo de aumento dos preços fez a diferença para que camadas mais pobres da sociedade logo se juntassem aos protestos populares.

Entre as maiores prioridades do atual governo de transição figura a restauração da atividade econômica, seriamente abalada pela revolta da população. De acordo com estimativas, o Egito teria perdido cerca de trezentos e dez milhões de dólares por dia desde 25 de janeiro último, quando

os protestos tiveram início. O mercado acionário egípcio perdeu US$ 12 bilhões em 48 horas, nos dias 26 e 27 de janeiro, o que levou ao fechamento da Bolsa de Valores.

O Governo de transição tem buscado afirmar seu compromisso com o processo de liberalização econômica egípcia, intensificado durante os últimos anos do Governo Mubarak. Busca, assim, aplacar receios dos investidores externos e da própria comunidade empresarial local de que o processo de abertura econômica poderia ser interrompido. É importante ressaltar que as reformas de abertura econômica, consideradas necessárias para dar maior dinamismo à economia egípcia, asfixiada pelo gigantismo estatal, nunca foram populares, pois são associadas ao tráfico de interesses, à corrupção e ao aumento das desigualdades sociais.

O Ministro da Fazenda, Samir Radwan, solicitou, em meio à crise, que a UE perdoasse as dívidas já contraídas e concedesse novos recursos a fundo perdido, "sem condições". Radwan reafirmou, ainda, o compromisso do Governo com a criação de empregos e de incentivo às pequenas e médias empresas. A solicitação extraordinária de Radwan demonstra claramente a existência de crise aguda no setor econômico. Sublinha-se, como exemplo, que a Egypt Air, companhia aérea estatal, chegou a anunciar o cancelamento de 40% de seus vôos, por falta de demanda, nos momentos mais graves da crise.

Em 4/4, o Ministério do Desenvolvimento Econômico anunciou que o PIB egípcio reduziu-se em 1,7% no segundo trimestre do corrente ano fiscal (de outubro a dezembro de 2010) em relação ao trimestre anterior. Ainda assim, representou significativo aumento (6%) em relação ao mesmo período de 2009. No dia seguinte, em 5/4, o Banco Central do Egito (CBE) divulgou nova redução das reservas internacionais do país, para US$ 30,1 bilhões no final de março passado. Configura-se, assim, uma diminuição mensal de aproximadamente US$ 3 bilhões desde janeiro último. Analistas estimam que em junho próximo as reservas poderão estar reduzidas a US$ 24 bilhões. Adicionalmente, as estimativas de crescimento econômico para o ano corrente foram novamente reduzidas, desta vez para 2,5% (antes do levante popular de janeiro último, a estimativa de crescimento era de 6%).

Num país com pouca competitividade na exportação de bens e altamente dependente dos serviços para obtenção de divisas, a situação econômica é agravada pela forte queda das receitas do turismo (com ocupação hoteleira ainda não superior a 25%) e das remessas de expatriados em países em situação de conflito como a Líbia (de onde já retornaram 280 mil egípcios), somada ao adiamento de decisões de investimento resultantes do

panorama político ainda volátil, como é o caso da empresa brasileira Votorantim no setor de cimento.

Por outro lado, parece haver sinais concretos para otimismo, apesar das dificuldades atuais: não houve falências bancárias e o valor da moeda local, embora ainda em trajetória descendente, acumulou redução pouco expressiva em relação ao dólar desde o início do movimento popular que resultou na queda de Hosni Mubarak.

A detenção de Mubarak e filhos por acusações de corrupção, entre outras, é vista por vários formadores de opinião como símbolo de uma gradual separação entre as esferas pública e privada no âmbito da economia egípcia. Uma real evolução nesse sentido, porém, dependerá de reformas que somente poderão ser levadas adiante uma vez definida a correlação de forças no Parlamento a ser eleito em setembro próximo.

Comércio bilateral e investimentos

O Egito é importante parceiro do Brasil. O comércio bilateral ultrapassou US$ 2,1 bilhões em 2010, o que coloca o país entre os 5 principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. O comércio bilateral é amplamente superavitário em favor do Brasil. O Egito assinou Acordo de Livre-Comércio com o MERCOSUL em 08/2010, tornando-o o segundo parceiro extrarregional do bloco (o primeiro foi Israel). Os principais produtos de exportação brasileiros são carnes, açúcar e minérios. Em 2010, o Brasil exportou para a o Egito US$ 612 milhões em carnes e comestíveis (31% das exportações), US$ 490 milhões em açúcar e produtos de confeitaria (25% das exportações) e US$ 400 milhões em minério (20% das exportações).

Os principais produtos importados do Egito pelo Brasil são adubos, combustíveis e algodão. Em 2010, o Brasil importou do Egito US$ 100 milhões em adubos (59% das importações), US$ 23 milhões em combustíveis (14% das importações) e US$ 10 milhões em algodão (6% das importações).

A Petrobras está em processo de ingressar no mercado de óleo e gás do Egito. Para tanto, a companhia iniciou estudos sobre as características geológicas da região, bem como acerca das condições de mercado e do marco regulatório para o setor de hidrocarbonetos no país.

Outras empresas brasileiras atuam no Egito, entre as quais se destacam: a Marcopolo, que, juntamente com a empresa Ghabbour, firmou acordo em 2008 para construção de ônibus no Egito, com investimento estimado de US$ 75 milhões; a Randon, que, em 2010, firmou um acordo no valor de US$ 5 milhões para a montagem de carretas, em conjunto com a empresa egípcia

Egypt Power; e a Bertin, que possui três armazéns frigoríficos em diferentes regiões do Egito.

As empresas brasileiras estão retomando aos poucos suas atividades no Egito, após a renúncia do presidente Mubarak. Depois da paralisação por três semanas da fábrica de carrocerias de ônibus que mantém no Egito com sócio local, a Marcopolo está retomando gradualmente as operações na unidade. A implantação da "GB Pólo", inaugurada em 2009 na cidade de Suez, exigiu investimentos de US$ 50 milhões, divididos entre a Marcopolo (49%) e a egípcia GB Auto (51%).

A Randon, por sua vez, também está retomando aos poucos suas operações no Egito. A empresa não tem ativos naquele país, já que os semirreboques rodoviários exportados do Brasil são montados nas instalações do parceiro local, a Egypt Power. Mesmo com a parada temporária, a empresa acredita no cumprimento da meta de exportar 400 a 500 semirreboques por US$ 5 milhões em 2011 (para o quinto ano de operação no Egito, a projeção é de mil unidades embarcadas, por US$ 10 milhões).

Os exportadores brasileiros de carne bovina também estão de volta ao Egito. Os dois centros de distribuição da brasileira JBS, maior empresa de carnes do mundo, estão funcionando normalmente, disse a companhia. Durante os protestos, os centros de distribuição, no Cairo e em Alexandria, ficaram fechados.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se que há 188 brasileiros residindo no Egito, dos quais 138 se encontram em situação imigratória regular e 50 em situação migratória irregular. A rede consular brasileira no país consiste na Embaixada no Cairo e dois Consulados Honorários, um em Alexandria e outro em Port Said.

ATOS BILATERAIS

Título	Data Celebração	Status
Acordo Comercial Provisório (por troca de Notas)	13/05/1930	Denunciado
Acordo Comercial Provisório	01/08/1936	Pendente
Convênio Cultural	08/09/1951	Substituído
Acordo Cultural	17/05/1960	Em vigor
Relatório Final da Comissão Mista Cultural de Cooperação Científica e Técnica	27/01/1973	Pendente
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	31/01/1973	Em vigor
Acordo Comercial	31/01/1973	Em vigor
Declaração Conjunta	01/02/1973	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação	07/03/1985	Em vigor
Comunicado conjunto	11/09/1985	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Científica, sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins	09/11/1991	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto para Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Egito e o Instituto Rio Branco IRBr do Ministério das Relações Exteriores	09/05/1993	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Turismo	14/11/1996	Em vigor

Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas	09/12/2003	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	09/12/2003	Em vigor
Programa Executivo;ao Acordo Cultural	09/05/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África	29/07/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua entre Institutos Diplomáticos	29/07/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	27/12/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	27/12/2009	Em vigor

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Governo brasileiro ao Governo da Egito.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Árabe do Egito
Superfície	997.739 Km²
Localização	Nordeste da África
Capital	Cairo
Principais cidades	Cairo, Alexandria, Port Said e Suez
Idioma oficial	Árabe
PIB Nominal (Estimativa 2010) *	US$ 217,4 bilhões
PIB "per capita" nominal (2010)	US$ 2.569
PIB PPP (Estimativa 2010)	US$ 496 bilhões
PIB "per capita" PPP (2010)	US$ 5.862
Moeda	Libra Egípcia

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report March 2011.

(1) os dados do ano fiscal encerram em 30 de junho

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2006	2007	2008	2009	2010 [1]
População (em milhões de habitantes)	78,6	80,1	81,5	83,0	84,6
Densidade demográfica (hab/Km²)	78,8	80,3	81,7	83,3	84,8
PIB nominal (US$ bilhões) *	107,9	132,2	164,8	187,3	217,2
Crescimento real do PIB (%) [2]	6,8	7,1	7,2	4,7	5,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) [3]	7,6	9,5	18,3	11,8	11,1
Reservas internacionais (US$ bilhões) [3]	25,6	31,4	33,8	33,9	36,5
Dívida Externa Total (US$ bilhões) [3]	29,1	32,8	32,6	29,5	30,8
Câmbio (EE / US$) [3]	5,73	5,63	5,43	5,55	5,63

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report March 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2010: dado real.

(3) 2009: estimativa

* os dados do ano fiscal encerram em 30 de junho

EGITO

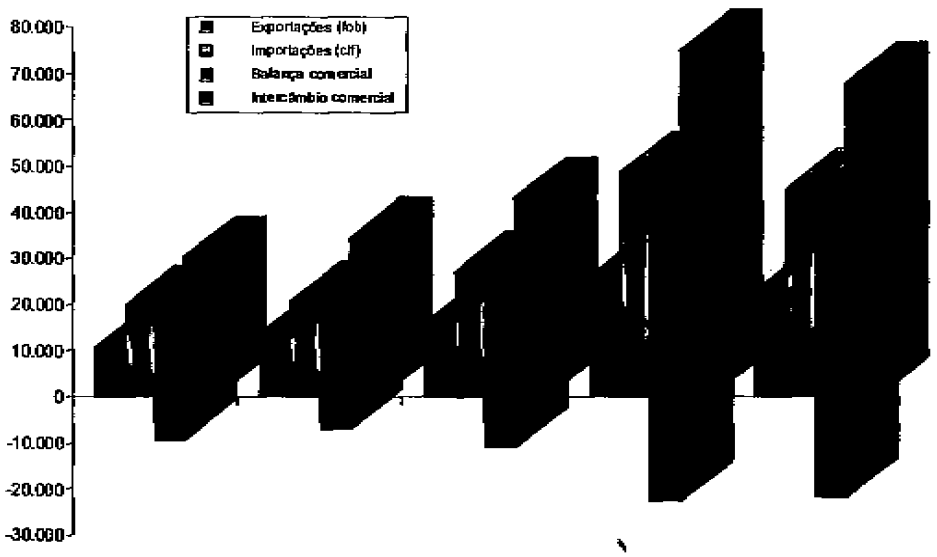
COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (2)
Exportações (fob)	10.646	13.720	16.168	26.233	23.099	19.252
Importações (cif)	19.816	20.722	27.063	48.775	44.946	38.265
Balança comercial	-9.170	-7.002	-10.896	-22.541	-21.847	-19.013
Intercâmbio comercial	30.461	34.443	43.231	75.008	68.045	57.518

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, *International Financial Statistics*, *apud* SECEX.

(1) Os dados não especificam, necessariamente, como aqueles apresentados ao Balanço de Pagamentos em razão das diferenças metodológicas de cálculo.

(2) Jan - set (última informação disponível)

US$ milhões



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010[1]	% no total
EXPORTAÇÕES								
Espanha	1.037	6,4%	1.489	5,7%	1.565	6,8%	1.020	5,3%
Itália	1.585	9,8%	2.709	10,3%	1.558	6,7%	1.500	7,8%
Estados Unidos	936	5,8%	1.281	4,9%	1.444	6,3%	1.679	8,7%
Índia	1.823	11,3%	1.659	6,3%	1.420	6,1%	1.186	6,2%
Arábia Saudita	384	2,4%	1.252	4,8%	1.330	5,8%	1.010	5,2%
China	130	0,8%	342	1,3%	988	4,3%	759	3,9%
Líbia	248	1,5%	807	3,1%	984	4,3%	747	3,9%
Jordânia	302	1,9%	719	2,7%	934	4,0%	589	3,1%
Suíça	101	0,6%	33	0,1%	903	3,9%	23	0,1%
Reino Unido	394	2,4%	929	3,5%	861	3,7%	600	3,1%
Síria	208	1,3%	558	2,1%	828	3,6%	608	3,2%
França	502	3,1%	787	3,0%	669	2,9%	808	4,2%
Turquia	441	2,7%	781	3,0%	667	2,9%	614	3,2%
Sudão	165	1,0%	547	2,1%	563	2,4%	413	2,1%
Emirados Árabes Unidos	196	1,2%	532	2,0%	558	2,4%	424	2,2%
Alemanha	152	0,9%	443	1,7%	497	2,2%	742	3,9%
Países Baixos	368	2,3%	1.496	5,7%	491	2,1%	305	1,6%
Líbano	327	2,0%	419	1,6%	441	1,9%	323	1,7%
Bélgica	266	1,6%	497	1,9%	384	1,7%	207	1,1%
Iraque	49	0,3%	346	1,3%	368	1,6%	280	1,5%
Argélia	59	0,4%	189	0,7%	365	1,6%	277	1,4%
...								
Brasil	*19*	*0,1%*	*125*	*0,5%*	*45*	*0,2%*	*114*	*0,6%*
SUBTOTAL	**9.694**	**60,0%**	**17.943**	**68,4%**	**17.864**	**77,3%**	**14.229**	**73,9%**
DEMAIS PAÍSES	**6.474**	**40,0%**	**8.290**	**31,6%**	**5.235**	**22,7%**	**5.024**	**26,1%**
TOTAL GERAL	**16.168**	**100,0%**	**26.233**	**100,0%**	**23.099**	**100,0%**	**19.252**	**100,0%**

Elaborado pela AEX/DEP/SDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, april 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores demonstrados em 2009.

(1) Janeiro-setembro, última posição disponível 27/04/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010[1]	% no total
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	2.572	9,5%	5.673	11,6%	4.744	10,6%	5.165	13,6%
China	1.633	6,0%	4.432	9,1%	3.911	8,7%	5.032	13,1%
Alemanha	1.779	6,6%	3.262	6,7%	3.602	8,0%	2.181	5,7%
Itália	1.125	4,2%	3.023	6,2%	2.652	5,9%	2.953	7,7%
Turquia	456	1,7%	1.175	2,4%	2.347	5,2%	1.916	5,0%
Arábia Saudita	2.238	8,3%	3.102	6,4%	2.015	4,5%	1.769	4,6%
França	575	2,1%	1.336	2,7%	1.598	3,6%	1.721	4,5%
Rússia	1.243	4,6%	2.173	4,5%	1.549	3,4%	1.160	3,0%
Japão	515	1,9%	1.842	3,8%	1.436	3,2%	1.025	2,7%
Ucrânia	711	2,6%	2.010	4,1%	1.339	3,0%	958	2,5%
Índia	534	2,0%	1.758	3,6%	1.256	2,8%	1.018	2,7%
Coréia do Sul	378	1,4%	1.059	2,2%	1.240	2,8%	928	2,4%
Brasil	*852*	*3,1%*	*1.444*	*3,0%*	*1.235*	*2,7%*	*1.535*	*4,0%*
Kuwait	1.243	4,6%	1.596	3,3%	1.151	2,6%	1.011	2,6%
Reino Unido	449	1,7%	1.399	2,9%	993	2,2%	1.206	3,2%
Países Baixos	336	1,2%	730	1,5%	900	2,0%	1.101	2,9%
Espanha	239	0,9%	680	1,4%	822	1,8%	890	2,3%
Bélgica	278	1,0%	797	1,6%	662	1,5%	889	2,3%
Suécia	241	0,9%	757	1,6%	586	1,3%	678	1,8%
Tailândia	222	0,8%	629	1,3%	556	1,2%	630	1,6%
...								
SUBTOTAL	**17.621**	**65,1%**	**38.877**	**79,7%**	**34.586**	**76,9%**	**34.786**	**98,9%**
DEMAIS PAÍSES	**9.443**	**34,9%**	**9.898**	**20,3%**	**10.360**	**23,1%**	**3.479**	**9,1%**
TOTAL GERAL	**27.063**	**100,0%**	**48.775**	**100,0%**	**44.946**	**100,0%**	**38.265**	**100,0%**

Elaborado pela AEX/DEP/SDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, april 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores demonstrados em 2009.

(1) Janeiro-setembro, última posição disponível 27/04/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 (1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	9.144	40,9%
Adubos ou fertilizantes	1.186	5,3%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	838	3,7%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	800	3,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	724	3,2%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	669	3,0%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	511	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	486	2,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	449	2,0%
Plásticos e suas obras	426	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	356	1,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	340	1,5%
Cobre e suas obras	319	1,4%
Alumínio e suas obras	307	1,4%
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	306	1,4%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	289	1,3%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	266	1,2%
Vidro e suas obras	250	1,1%
Produtos cerâmicos	239	1,1%
Cereais	232	1,0%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos	218	1,0%
Algodão	216	1,0%
Subtotal	**18.571**	**83,1%**
Demais Produtos	**3.787**	**16,9%**
Total Geral	**22.358**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Egito não informou dados comerciais à UNCTAD. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/04/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 (1)	Part.% no total
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8.019	17,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.456	7,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.224	6,8%
Ferro fundido, ferro e aço	3.011	6,4%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	2.563	5,4%
Cereais	2.419	5,1%
Plásticos e suas obras	1.654	3,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.386	2,9%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	1.302	2,8%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.229	2,6%
Produtos farmacêuticos	1.105	2,3%
Produtos químicos orgânicos	998	2,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	948	2,0%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	795	1,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	791	1,7%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	768	1,6%
Cobre e suas obras	667	1,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	629	1,3%
Borracha e suas obras	553	1,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	540	1,1%
Algodão	483	1,0%
Filamentos sintéticos ou artificiais	474	1,0%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	460	1,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	458	1,0%
Subtotal	**37.920**	**80,4%**
Demais Produtos	**9.257**	**19,6%**
Total Geral	**47.178**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

Egito não informou dados comerciais à UNCTAD. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/04/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO[1] (US$ mil - fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	1.349.483	1.238.382	1.408.639	1.443.981	1.967.533
Variação em relação ao ano anterior	55,4%	-8,2%	13,7%	2,5%	36,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	18,1%	14,4%	13,9%	16,6%	21,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,0%	0,8%	0,7%	0,9%	1,0%
Importações (fob)	37.766	52.765	217.903	87.784	168.816
Variação em relação ao ano anterior	21,3%	39,7%	313,0%	-59,8%	92,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,5%	0,5%	1,4%	1,0%	1,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Intercâmbio comercial	1.387.249	1.291.147	1.626.542	1.531.685	2.136.349
Variação em relação ao ano anterior	54,2%	-6,9%	26,0%	-5,8%	39,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	8,9%	6,5%	6,3%	8,9%	10,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,5%	0,4%	0,5%	0,6%
Balança comercial	1.311.717	1.185.617	1.190.736	1.356.277	1.798.717

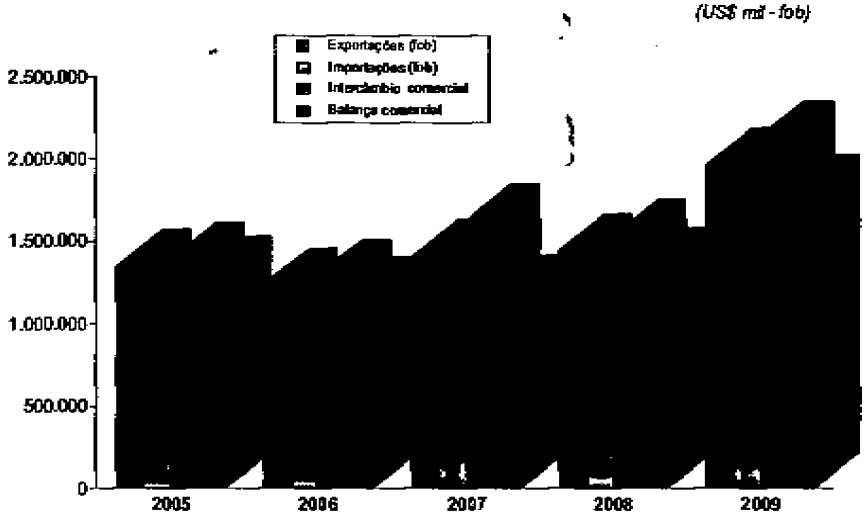
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As diferenças observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações dos países e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes oficiais e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	277.040	400.850
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-9,5%	44,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	15,4%	15,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,8%
Importações	10.480	39.863
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	68,6%	283,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,4%	1,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,1%
Intercâmbio Comercial	287.440	440.733
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-6,1%	53,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	6,5%	7,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,4%	0,4%
Saldo Comercial	266.640	360.967

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-EGITO
2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	256.980	18,2%	281.434	19,5%	612.682	31,1%
Açúcares e produtos de confeitaria	313.821	22,3%	247.025	17,1%	489.946	24,9%
Minérios, escórias e cinzas	289.237	20,5%	288.836	20,0%	400.554	20,4%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	97.526	6,9%	77.862	5,4%	87.167	4,4%
Cereais	14.470	1,0%	4.840	0,3%	78.354	4,0%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	50.561	3,6%	64.246	4,4%	57.679	2,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	83.873	6,0%	40.529	2,8%	51.780	2,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	49.333	3,5%	33.305	2,3%	36.402	1,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	26.752	1,9%	44.218	3,1%	29.592	1,5%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	11.892	0,8%	6.751	0,5%	16.061	0,8%
Subtotal	1.394.245	84,8%	1.089.045	75,4%	1.860.227	94,5%
Demais Produtos	214.394	15,2%	354.936	24,6%	107.306	5,5%
TOTAL GERAL	1.408.639	100,0%	1.443.981	100,0%	1.967.533	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Adubos ou fertilizantes	109.830	50,4%	56.241	64,1%	99.824	59,1%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	29.275	13,4%	81	0,1%	23.293	13,8%
Algodão	10.234	4,7%	7.469	8,5%	10.107	6,0%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	7.043	3,2%	6.828	7,8%	4.709	2,8%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo"), e couros	5.010	2,3%	2.658	3,0%	4.343	2,6%
Borracha e suas obras	249	0,1%	236	0,3%	4.045	2,4%
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes	2.040	0,9%	2.443	2,8%	3.502	2,1%
Plásticos e suas obras	5	0,0%	32	0,0%	3.231	1,9%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	41.878	19,2%	2.417	2,8%	2.323	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	3.570	1,6%	1.446	1,6%	1.940	1,1%
Subtotal	209.135	96,0%	79.851	91,0%	157.316	93,2%
Demais Produtos	8.768	4,0%	7.853	9,1%	11.500	6,8%
TOTAL GERAL	217.903	100,0%	87.704	100,0%	168.816	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - EGITO (US$ mil - fob)	2010 (jan-mar)	% no total	2011 (jan-mar)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Gorduras e óleos animais ou vegetais	8.180	3,0%	107.132	26,7%
Minérios, escórias e cinzas	43.367	15,7%	96.369	24,0%
Carnes e miudezas, comestíveis	55.309	20,0%	59.803	14,9%
Cereais	0	0,0%	39.049	9,7%
Açúcares e produtos de confeitaria	48.789	17,6%	33.872	8,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7.264	2,6%	14.379	3,6%
Produtos químicos inorgânicos	32.527	11,7%	9.546	2,4%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	36.258	13,1%	9.509	2,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	17.397	6,3%	8.099	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel,etc	9.084	3,3%	4.689	1,2%
Máquinas e aparelhos elétricos	834	0,3%	2.986	0,7%
Produtos químicos orgânicos	1.263	0,5%	1.936	0,5%
Subtotal	260.272	93,9%	387.369	96,6%
Demais Produtos	16.768	6,1%	13.481	3,4%
TOTAL GERAL	277.040	100,0%	400.850	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	0	0,0%	18.564	46,5%
Adubos ou fertilizantes	495	4,8%	12.612	31,6%
Algodão	1.377	13,2%	2.418	6,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	373	3,6%	1.027	2,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes	711	6,8%	732	1,8%
Vidro e suas obras	69	0,7%	639	1,6%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	697	6,7%	611	1,5%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	443	1,1%
Peles, exceto de peleteria e couros	2.166	20,8%	281	0,7%
Produtos químicos inorgânicos	1.675	16,1%	286	0,7%
Subtotal	7.563	72,7%	37.613	94,3%
Demais Produtos	2.837	27,3%	2.270	5,7%
TOTAL GERAL	10.400	100,0%	39.883	100,0%

Elaborado pela MRE/DIPRADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mar/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DA SOMÁLIA

ABRIL DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BRASIL-SOMÁLIA .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ASSUNTOS CONSULARES .....

ATOS BILATERAIS .....

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

ANEXOS .....

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República da Somália
CAPITAL	Mogadíscio (aprox. 1,6 milhões de habitantes)
ÁREA	637.657 Km2
POPULAÇÃO (2009)*	9,1 milhões
IDIOMA	Somali, árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo sunita
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo (Governo Federal de Transição)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mohamed Abdullahi Mohamed "Farmajo"
CHANCELER:	Mohamed Abdullahi Omaar
PIB (2010)	US$ 5,896 bilhões (PPP)
PIB "per capita" (2010)*	US$ 600
EMBAIXADOR PARA O BRASIL:	A ser designado
MOEDA:	Xelim somali

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → SOMÁLIA	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011 (jan-mar)**
Intercâmbio	21,67	44,54	44,96	61,52	18,63	9,13	58,25	63,55	0,005
Exportações	21,63	44,34	44,90	61,52	18,63	9,12	58,25	63,54	0,005
Importações	0,04	0,19	0,06	-	0,007	0,009	-	0,002	-
Saldo	21,58	44,14	44,84	61,52	18,62	9,11	58,25	63,54	0,005

PERFIS BIOGRÁFICOS

SHEIKH SHARIF SHEIKH AHMED

Presidente da Somália

Nascido em 1964, na região de Shabelle. Durante os anos 80, estudou Língua Árabe e Lei Islâmica (Sharia) em Universidades da Líbia e do Sudão. Trabalhou como professor de árabe, geografia e religião na cidade de Jubba, Somália. Em 2002 foi para Jowar, onde se associou à União das Cortes Islâmicas (UCI). Em 2006, forças militares etíopes desbarataram a UCI. Sheikh Ahmed entregou-se às Forças de Segurança do Quênia, após seu grupo ser derrotado. Entre 2007-8, esteve exilado na Eritréia. Tornou-se líder do grupo Aliança para Re-liberação da Somália (ARS). O processo de paz apoiado pela ONU trouxe Sheikh Ahmed para o centro das negociações com o Governo Federal de Transição. Membros da ARS e o próprio Sheik Ahmed foram integrados ao Parlamento. Em 31 de janeiro de 2009, um mês após contendas entre o Primeiro-Ministro e o Presidente à época, Abdullahi Yusuf, Sheik Ahmed foi eleito Presidente pelo Parlamento somali.

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED "FARMAJO"

Primeiro-Ministro da Somália

Mohamed Abdullahi Mohamed, também conhecido como "Farmajo", nasceu em Mogadíscio, em 1962. De 1985 a 1988, serviu como Primeiro-Secretário na Embaixada da Somália em Washington. Chegou a trabalhar no Ministério das Finanças da Somália antes do início da guerra civil somali, em 1991. Em 1993, graduou-se em História pela Universidade de Nova York. Titular de cidadania americana, Farmajo foi Comissário da Autoridade Municipal de Habitação de Buffalo (NY), de 1994 a 1997. Entre 2000 e 2002, trabalhou na Divisão de Oportunidade Igualitária de Emprego do Condado de Erie (NY). De 2002 a 2010, foi Comissário para o Emprego Igualitário do Departamento dos Transportes do Estado de Nova York. Assumiu como Primeiro-Ministro da Somália em outubro de 2010, sucedendo a Omar Sharmanke.

MOHAMED ABDULLAHI OMAAR

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Somália

Mohamed Abdullahi Omaar nasceu em 1953, de uma rica família somali. Estudou na Universidade de Oxford. Foi designado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em novembro de 2010.

RELAÇÕES BRASIL-SOMÁLIA

Devido à instabilidade local e a fragilidade do Governo Federal de Transição (GFT), é pouco expressivo o relacionamento bilateral, sendo poucos os contatos entre os dois países. A Embaixada do Brasil junto à Somália é cumulativa com a Embaixada residente do Brasil no Cairo. Por sua vez, a representação da Somália junto ao Brasil se faz pela Missão Permanente daquele país junto às Nações Unidas.

Não há registro de intercâmbio de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Somália. Pelos dados disponíveis, sabe-se que a empresa brasileira ENCAL S.A. atuou na Somália em 1981, quando efetuou levantamento aerofotográfico de parte do território somali.

O intercâmbio comercial é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por açúcar de cana. Em 2010, o valor total do comércio bilateral foi de US$ 63,55 milhões, dos quais US$ 63,45 milhões foram de exportações brasileiras e apenas US$ 2,3 mil de exportações somalianas.

O Brasil acompanha com apreensão a situação na Somália e tem atuado no âmbito do CSNU em favor da consolidação do Governo Federal de Transição (GFT) e do reforço do papel da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) no processo de pacificação do país. Ademais, o Brasil tem-se engajado na busca de uma solução para o combate eficaz à pirataria nas imediações da costa somali, enfatizando os aspectos socioeconômicos envolvidos (combate à pesca ilegal e o despejo de resíduos tóxicos na zona costeira somali) e o fortalecimento e capacitação das instâncias judiciárias da Somália e países vizinhos, em concordância com os esforços da AMISOM.

POLÍTICA INTERNA

A Somália tornou-se independente em julho de 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica com a Somalilândia italiana. Após o assassinato do Presidente Abdirashid Ali Shermarke, em 1969, o comandante das Forças Armadas, General Siad Barre, liderou um golpe de estado sem oposição.

Em 1976 o *Somali Revolutionary Socialist Party* (SRSP), liderado por Siad Barre, consolidou o unipartidarismo no país e, em 1979, foi promulgada a última Constituição. No ano seguinte, o SRSP foi substituído pelo *Supreme Revolutionary Council* (SRC), de viés mais autoritário.

Em fins da década de 1980, a crise econômica acirrou-se, assim como a repressão por parte do Estado. Em 1991, o Presidente Barre foi derrubado por grupos armados do norte e do sul do país. O *Somali Manifesto Group* (Manifesto) apontou Ali Mahdi Muhammed para exercer a função de Presidente interino até as eleições, mas não foi aceito pelo *United Somali Congress* (do General Mohamed Farrah Aidid), pelo *Somali National Movement* e pelo *Somali Patriotic Movement*. A incapacidade de formar um governo de coalizão deflagrou uma guerra civil, que perdura até os dias de hoje.

A parte noroeste do país, a Somalilândia, com capital em Hargeisa, declarou-se independente em 1991 e vem gozando de relativa estabilidade, mas não é reconhecida internacionalmente. Em 2003, realizou-se a primeira eleição presidencial da Somalilândia, com a vitória de Dahir Riyale Kahin.

De 1992 a 1995, missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções do CSNU 733 e 746), a UNITAF (Resolução 794) e a UNOSOM II (Resolução 814). A ONU retirou-se da Somália em março de 1995 em cenário de plena guerra civil.

Em 2000, líderes regionais somalis formaram, em conferência no Djibuti, um governo de transição – o *Transitional National Government* (Governo Nacional de Transição - TNG) –, elegendo como mandatário Abdulkassim Salat Hassan, com o objetivo de mediar negociações entre as milícias. Durante seus quatro anos de existência, o TNG pouco avançou em seu objetivo. Em 2004, líderes somalis reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o Governo, que passou a se chamar *Transitional Federal Government* ou Governo Federal de Transição (GFT).

A incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somali levou o Conselho de Paz e Segurança da União Africana a criar, em 2007, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), cujo mandato, inicialmente previsto para durar 6 meses, tem-se estendido até hoje.

O GFT depende, para sua manutenção, do apoio da AMISOM, tendo em vista que a desestrutura de suas próprias tropas, leais aos clãs tradicionais. Atualmente, o GFT controla apenas a parte litorânea da capital e algumas áreas no sul do país. Na prática, a maior parte do território está sob o controle de facções armadas de cunho étnico-tribal, contra ou pró-GFT, que freqüentemente combatem entre si.

Dentre os grupos armados somalis, destacam-se pelo seu raio de atuação e o seu poder de fogo as facções *Al-Shabab* ("Juventude") e *Hizbul Islam* ("Partido do Islã"), ambas de viés fundamentalista islâmico e nacionalista, que disputam o controle das regiões sul e centro do país. Os sucessivos combates entre as duas facções têm desalojado milhares de pessoas e provocado um grande deslocamento de refugiados dentro do próprio território somali e em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Suspeita-se que tais facções agreguem células terroristas da Al-Qaeda, o que é motivo de apreensão para as potências ocidentais, em especial os EUA.

Em meio à tragédia humanitária, tem-se verificado um lento, porém contínuo avanço das forças aliadas do GFT nas áreas controladas pelos insurgentes. Deve-se ressaltar que os êxitos no combate às facções rebeldes devem ser creditados ao reforço recebido pela AMISOM e ao crescente envolvimento de tropas etíopes nos combates na região centro-sul do país.

Além dos constantes assédios dos grupos insurgentes, disputas internas têm ameaçado o delicado arranjo político em que se funda o GFT, determinado em grande escala pelos vínculos tribais que permeiam a sociedade somali. Em setembro de 2010, o ex-Primeiro-Ministro Omar Sharmake anunciou a sua renúncia, "após considerar a crise política no Governo e o aumento da insegurança na Somália". Sharmake havia se indisposto com o Presidente Sheik Ahmed quanto à nomeação dos integrantes da comissão independente encarregada de elaborar uma nova constituição para o país. Avalia-se que a demissão de Sharmake está ligada à manutenção do equilíbrio de poder clânico dentro do GFT.

Em novembro de 2010, Mohamed Abdullahi "Farmajo" foi confirmado pelo Parlamento no cargo de Primeiro-Ministro, após a nomeação do Presidente Sheik Ahmed. A aprovação de Farmajo (297 votos a favor e 92 contra) fora retardada em razão de disputa entre o Presidente Sheik Ahmed e o Presidente do Parlamento, Sharif Hassan Aden, sobre os procedimentos para sua confirmação. Apenas ocorreu após forte pressão do Embaixador

Augustine Mahiga, Enviado Especial da ONU, que estivera em Mogadíscio com esse intuito. Farmajo, que pertence ao mesmo clã do seu antecessor, logrou a aprovação em pouco tempo de um novo Gabinete ministerial, a despeito das contínuas tensões políticas no Parlamento. Dos 550 parlamentares, apenas 343 estavam presentes à sessão, e 251 apoiaram o novo Gabinete, em claro indicador de sua fragilidade política. O apoio de Sharif Hassan Aden foi considerado essencial para sua aprovação, a despeito de suas divergências anteriores com o Presidente Sheik Ahmed. Farmajo declarou que o foco do Governo será "alcançar acordo sobre uma [nova] constituição e sobre arranjos para a formação de novo Governo para substituir o GFT", cujo término está previsto para agosto de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa somali é direcionada principalmente para os esforços de pacificação interna e a consolidação do Governo Federal de Transição (GFT) como a legítima autoridade sobre o país.

Logo, a atuação em foros multilaterais, principalmente no âmbito da ONU e da UA, é de vital importância para a diplomacia somali. Graças às forças da Missão de Paz da União Africana para a Somália (AMISOM), criada em 2007, o GFT sobrevive até hoje, ainda que dispondo de autoridade circunscrita a limitadas porções do território do país. Em dezembro de 2010, o CSNU estendeu o mandato da AMISOM até 30/09/2011 e autorizou um acréscimo de 4.000 militares ao seu contingente, que passará de 8 mil para 12 mil homens, ainda aquém dos 20 mil pleiteados pela União Africana. Vale notar que, a despeito das contribuições de Estados-Membros da UA e do CSNU, déficits substantivos de recursos têm afetado o desempenho da AMISOM.

As conseqüências devastadoras provocadas pelo longa guerra civil, aliadas a recorrentes secas e outras calamidades naturais impelem a diplomacia somali a buscar incessantemente assistência humanitária dos principais países doadores e organizações internacionais, como o PMA e o ACNUR. Estima-se que cerca de 43% da população somali depende da ajuda humanitária internacional que, não obstante, tem sido freqüentemente dificultada pela ação de grupos armados, notadamente o *Hizbul Islam* e o *Al-Shabaab*.

As relações com os países vizinhos são complexas e têm repercussão direta sobre o conflito interno. Aproveitando-se do limitado controle que o

GFT e a AMISOM detém sobre o território da Somália, oposicionistas armados cruzam freqüentemente a extensa e porosa fronteira somali, principalmente ao sul, onde estão as divisas com a Etiópia e o Quênia. Lá encontram refúgio e apoio de somalis da diáspora e grupos criminosos transnacionais, que os abastecem de armas e munições.

A Etiópia teme que a instabilidade na Somália dissemine-se pelas fronteiras e incite movimentos separatistas a leste do seu território. O Governo Federal etíope lança regularmente operações contra grupos armados somalis na região de fronteira e há relatos de que algumas incursões etíopes teriam invadido o território somali.

O Quênia, por sua vez, vê com apreensão o conflito na Somália em razão da grande comunidade de expatriados somalis em seu território, especialmente ao norte, onde se concentra um grande número de refugiados provenientes do país vizinho. A deterioração da situação humanitária na Somália poderia levar ao aumento do fluxo de refugiados somalis em direção às suas fronteiras.

Há ainda suspeitas de que a Eritréia possa ser campo de treinamento e fonte de financiamento para atividades de grupos guerrilheiros somalis, o que tem sido objeto de investigação no âmbito das Nações Unidas por parte do Grupo de Monitoramento relativo à Somália e à Eritréia.

Embora reconheçam o GFT como a legítima autoridade somali, os Estados Unidos parecem ter-se inclinado a uma nova abordagem para a Somália. Em oposição à estratégia anterior, concentrada no apoio ao GFT, a chamada estratégia dual ("dual track") baseia-se num maior engajamento direto com as regiões autônomas da Somalilândia e da Puntlândia, ao norte, e com clãs amistosos no centro e no sul do país. A estratégia dual estadunidense parece vir em resposta aos poucos avanços alcançados pelo GFT até o momento no combate aos insurgentes somalis, e, sobretudo, em razão do temor de que a Al Qaeda ganhe terreno na região

A pirataria tem sido outra questão de destaque na Somália. O SGNU circulou, em julho, relatório solicitado pela Resolução 1918 (2010) sobre "possíveis opções para facilitar o julgamento e a prisão de suspeitos de pirataria e roubo armado no mar nas imediações da costa da Somália".

Em 23/11/2010, foi aprovada a Resolução 1950, que buscou solução de compromisso, tendo em vista o interesse no eventual estabelecimento de um tribunal internacional para o julgamento de suspeitos de pirataria nas imediações da costa da Somália, bem como a preferência de diversas delegações, inclusive a brasileira, por linguagem que desse maior ênfase na atuação das instâncias jurídicas nacionais no combate à pirataria.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Somália é um dos países mais pobres do mundo. A longa guerra civil, que já dura mais de duas décadas, impede que a economia do país se diversifique e cresça de forma sustentável. Estima-se que cerca de 43% da população somali dependa da ajuda humanitária internacional para sobreviver.

Boa parte da população economicamente ativa dedica-se à agricultura, ao pastoreio e, em menor medida, à pesca. Logo, o bom desempenho da economia somali é altamente condicionado pelas condições climáticas: baixos índices pluviométricos impõem conseqüências desastrosas para a população, agravando ainda mais a crise humanitária no país.

As principais exportações da Somália são gado em pé, couro, carvão e banana. As importações constituem-se basicamente de gêneros alimentícios básicos, como o açúcar, o milho e o sorgo. Em 2010, os principais destinos das exportações somalis foram os EAU, o Iêmen e o Omã, enquanto que os seus principais fornecedores foram o Djibuti, o Quênia e o Paquistão. No mesmo ano, o Brasil figurou como o quarto maior exportador para a Somália, graças principalmente às exportações de cana-de-açúcar.

Apesar da instabilidade política, o setor de telecomunicações tem crescido significativamente na Somália durante os últimos anos. Outra importante fonte de renda para a economia do país são as remessas de expatriados somalis, cujo número se estima em cerca de 8 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Somália. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Somália são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce por cumulatividade a função de Embaixada do Brasil para a Somália.

ATOS BILATERAIS

Não há tratado internacional assinado entre o Brasil e a Somália.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Somália.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Democrática Somali
Superfície	637.600 Km²
Localização	Leste da África
Capital	Mogadíscio
Principais cidades	Mogadíscio, Hargeysa, Gaalkacyo, Kismaayo
Idioma oficial	Somali, árabe
PIB Nominal (2009 - World Bank)	US$ 2,3 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009- World Bank)	US$ 252
PIB PPP (2009 - World Bank)	US$ 5,8 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009 - World Bank)	US$ 600
Moeda	Xelim Somaliano

Elaborado pela AR/ESP/ADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report November 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009
População (em milhões de habitantes)	8,3	8,4	8,7	9,0	9,1
Densidade demográfica (hab/Km²)	13,0	13,2	13,6	14,1	14,3
Crescimento real do PIB (%)[1]	n.d.	n.d.	n.d.	2,6	2,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ bilhões)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	2,75	2,84	2,84	2,94	n.d.

Elaborado pela AR/ESP/ADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report November 2010.

(n.d.) Dado não disponível.

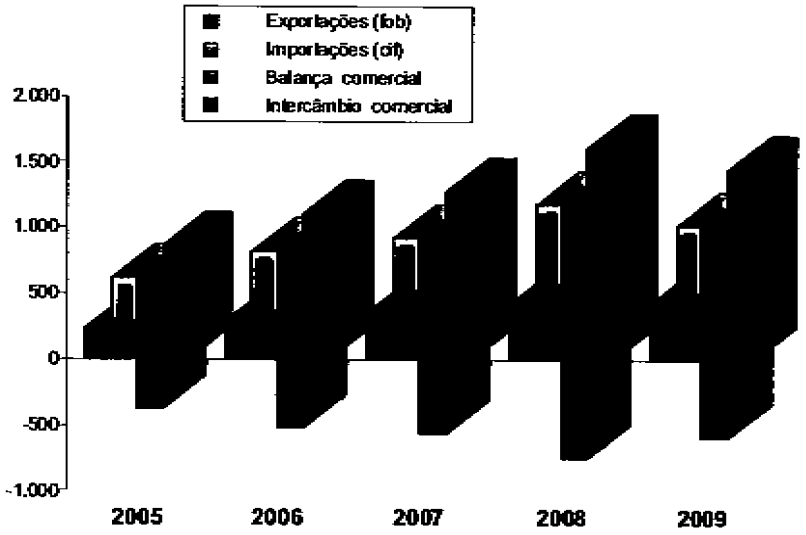
(1) Cia World Factbook

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010[1][2]
Exportações (fob)	243	292	354	427	431	341
Importações (cif)	616	815	920	1.180	1.021	787
Balança comercial	-373	-523	-566	-753	-590	-446
Intercâmbio comercial	859	1.107	1.274	1.607	1.452	1.128

Elaborado pela AR/ESP/ADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

(1) Ano-calendário.

(2) Última posição disponível em 04/03/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Emirados Árabes Unidos	193	54,5%	244	57,0%	228	53,0%	121	35,6%
Irã	80	22,5%	91	21,3%	80	18,5%	41	12,0%
Omã	7	2,0%	13	2,9%	58	13,4%	31	9,2%
Arábia Saudita	13	3,5%	16	3,7%	15	3,4%	8	2,2%
Nigéria	12	3,3%	15	3,4%	14	3,2%	7	2,2%
Kuaite	9	2,6%	12	2,8%	11	2,6%	6	1,8%
Bareina	7	1,9%	8	1,8%	7	1,5%	3	1,0%
Paquistão	6	1,8%	7	1,7%	4	1,0%	3	0,9%
Índia	9	2,7%	9	2,0%	3	0,8%	2	0,4%
Costa do Marfim	1	0,4%	1	0,2%	2	0,4%	0	0,1%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	337	95,1%	414	96,9%	422	97,8%	223	65,3%
DEMAIS PAÍSES	17	4,9%	13	3,1%	9	2,2%	118	34,7%
TOTAL GERAL	354	100,0%	427	100,0%	431	100,0%	341	100,0%

Elaborado pela MARSORDLOC - Divisão de Informação do Comércio Exterior com base em dados da FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados nos anos discriminados, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/08/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Djibuti	305	33,2%	348	29,5%	305	29,8%	139	17,6%
Quênia	80	8,7%	91	7,7%	80	7,8%	40	5,1%
China	29	3,2%	44	3,7%	74	7,3%	25	3,2%
Paquistão	5	0,5%	6	0,5%	72	7,0%	39	4,9%
Brasil	0	0,0%	10	0,9%	65	6,4%	38	4,9%
Irã	49	5,3%	56	4,8%	49	4,8%	25	3,2%
Omã	46	5,0%	67	5,7%	47	4,6%	26	3,3%
Emirados Árabes Unidos	50	5,4%	65	5,5%	46	4,5%	24	3,1%
Egito	2	0,2%	7	0,6%	25	2,5%	12	1,6%
Índia	124	13,5%	113	9,6%	20	1,9%	10	1,2%
Tailândia	1	0,1%	15	1,2%	18	1,8%	2	0,2%
Arábia Saudita	17	1,8%	22	1,8%	15	1,5%	9	1,2%
Ucrânia	0	0,0%	2	0,2%	14	1,4%	0	0,0%
França	4	0,4%	14	1,2%	13	1,3%	1	0,1%
Malásia	17	1,8%	29	2,4%	13	1,2%	8	1,0%
África do Sul	1	0,1%	29	2,4%	5	0,5%	2	0,3%
Estados Unidos	23	2,5%	71	6,0%	5	0,4%	0	0,0%
Países Baixos	4	0,4%	3	0,2%	4	0,4%	2	0,3%
Turquia	3	0,3%	9	0,8%	4	0,4%	3	0,4%
SUBTOTAL	759	82,5%	1.001	84,8%	872	85,4%	407	51,7%
DEMAIS PAÍSES	161	17,5%	179	15,2%	149	14,6%	380	48,3%
TOTAL GERAL	920	100,0%	1.188	100,8%	1.021	100,8%	787	100,8%

Elaborado pela MARSORDLOC - Divisão de Informação do Comércio Exterior com base em dados da FMI - Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados nos anos discriminados, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 04/08/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	
	Valor	Part.%
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Animais vivos	136	54,0%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	36	14,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	34	13,5%
Carnes e miudezas comestíveis	15	6,0%
Peles, exceto a peleteria (pele com pelo), e couros	7	2,8%
Peixes e crustáceos, moluscos	6	2,4%
Subtotal	**234**	**92,9%**
Demais Produtos	**18**	**7,1%**
Total Geral	**252**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Açúcares e produtos de confeitaria	133	13,0%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculoa, comestíveis	127	12,4%
Cereais	81	7,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	64	6,3%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	51	5,0%
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal	50	4,9%
Produtos da indústrias de moagem, malte, amidos	43	4,2%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	40	3,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	34	3,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	34	3,3%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	33	3,2%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	26	2,5%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	22	2,2%
Subtotal	**738**	**72,2%**
Demais Produtos	**284**	**27,8%**
Total Geral	**1.022**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

A Somália não informou dados comerciais ao banco de dados do Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição anual disponível em 04/03/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	61.526	18.632	9.128	58.251	63.549
Variação em relação ao ano anterior	37,0%	-69,7%	-51,0%	538,2%	9,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,8%	0,2%	0,1%	0,7%	0,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações (fob)	1	7	9	1	2
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	n.a.	26,0%	-91,3%	187,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	61.527	18.639	9.137	58.252	63.551
Variação em relação ao ano anterior	36,8%	-69,7%	-51,0%	537,5%	9,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,4%	0,1%	0,0%	0,3%	0,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	61.525	18.625	9.119	58.250	63.547

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e seus importadores do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e tratamento por diferentes modelos/regras de apuração.

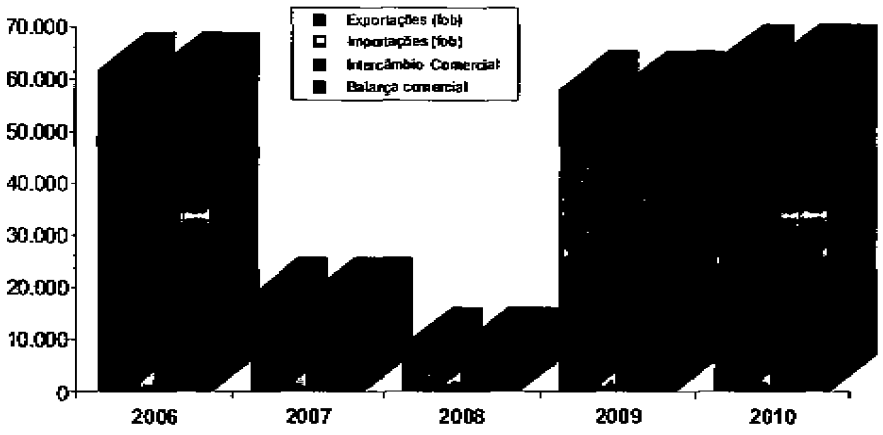
(n.a.) Critério não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA (US$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	506	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	15050,0%	-100,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	1	2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-88,9%	100,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	507	2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	4569,2%	-99,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	505	-2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SOMÁLIA
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	8.986	98,4%	58.077	99,7%	63.512	99,9%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	137	1,5%	0	0,0%	21	0,0%
Outros artefatos têxteis confeccionados	5	0,1%	30	0,1%	16	0,0%
Subtotal	9.128	100,0%	58.107	99,8%	63.549	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	144	0,2%	0	0,0%
TOTAL GERAL	9.128	100,0%	58.251	100,0%	63.549	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados no ano 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	0	0,0%	2,3	100,0%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	9,2	100,0%		0,0%	0,0	0,0%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	0,0	0,0%	0,8	100,0%	0,0	0,0%
Subtotal	9,2	100,0%	0,8	100,0%	2,3	100,0%
Demais Produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	9,2	100,0%	0,8	100,0%	2,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados no ano 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SOMÁLIA (US$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açucares e produtos de confeitaria	585	96,5%	0	0,0%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural,etc	21	3,5%	0	0,0%
Subtotal	606	100,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	606	100,0%	0	0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Óleos essenciais e outros sucis e estratos vegetais	1	100,0%	0	0,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	2	100,0%
Subtotal	1	100,0%	2	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	1	100,0%	2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apurados em jan/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA- III

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

ESTADO DA ERITRÉIA

ABRIL DE 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BRASIL-ERITRÉIA .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ASSUNTOS CONSULARES .....

ATOS BILATERAIS .....

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

ANEXOS .....

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	Estado da Eritréia
CAPITAL:	Asmara (aprox. 579 mil habitantes)
ÁREA:	124.320 km²
POPULAÇÃO (2010):	5,2 milhões
IDIOMAS:	Tigrynia, árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo, Cristianismo copta
SISTEMA POLÍTICO:	Governo transitório
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Isaias Afewerki
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Isaias Afewerki
CHANCELER:	Osman Saleh Mohammed
PIB (2010):	US$ 2,25 bilhões (nominal) US$ 3,59 bilhões
PIB PER CAPITA (2010):	US$ 424 (nominal) US$ 676
UNIDADE MONETÁRIA:	Nakfa
EMBAIXADOR PARA O BRASIL:	Não há
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS (est.):	Não há registro de brasileiros na Eritréia

Fontes: DIC/MRE; FMI

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL => ERITRÉIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	0,02	0,03	8,94	7,43	9,15	4,26	29,25	20,82
Exportações	0,02	0,03	8,94	7,39	9,14	4,25	29,24	20,81
Importações	-	-	-	0,04	0,01	0,007	0,009	0,01
Saldo	0,02	0,03	8,94	7,35	9,13	4,25	29,23	20,80

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISAIAS AFEWERKI

Presidente

Isaias Afewerki foi designado Presidente da Eritréia independente em 1993, pelo parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único com permissão para operar no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afewerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritréia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritréia (EPLF), de que se tornou Secretário-Geral em 1987.

OSMAN SALEH MOHAMMED

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Osman Saleh Mohammed nasceu em 1948. Graduou-se Bacharel em Ciências pela Universidade Hailé Selassié I, de Adis Abeba. Foi Diretor das escolas de refugiados estabelecidas no Sudão da Frente de Libertação do Povo Eritréia. De 1987 a 1992, foi Comissário para os Refugiados Eritreus. Desde 1993, é membro do Diretório Executivo da Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ) e membro da Assembléia Nacional da Eritréia. Por seu reconhecido envolvimento em projetos educacionais, foi designado o primeiro Ministro da Educação da história da Eritréia. Exerceu o cargo de 1993, ano em que a Eritréia obteve sua independência da Etiópia, até 2007, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BRASIL-ERITRÉIA

As relações bilaterais entre Brasil e Eritréia resumem-se basicamente ao comércio. Somente há registro de intercâmbio comercial entre os dois países a partir de 2002, ano em que foram registradas trocas de apenas US$ 2,9 mil, graças unicamente a exportações brasileiras.

O ano de 2005 testemunhou forte impulso nas relações comerciais bilaterais, com volume de comércio total de aproximadamente US$ 9 milhões, em oposição aos US$ 29 mil registrados em 2004. Somente em 2006 foram registradas as primeiras exportações eritréias, quando foram importados pelo Brasil US$ 41,93 mil. No ano de 2009, a despeito dos efeitos adversos da crise financeira sobre o comércio mundial, houve, proporcionalmente, expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritréia, que alcançaram a cifra de US$ 29,24 milhões.

As vendas de açúcar compõem a maior parte da pauta de exportação brasileira à Eritréia. Figuram em segundo plano principalmente as vendas de peças para automóveis. Por sua vez, as exportações eritréias compõem-se de peças de vestuário (camisas de algodão masculinas), aparelhos para filtragem de líquidos e material hemático hospitalar.

Em fevereiro de 2010, visitou o Brasil o Ministro das Minas e Energia da Eritréia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do Presidente Isaias Afwerki ao Presidente Lula. Acompanhado pelo Representante da Eritréia junto à ONU, o Embaixador Araya Desta, o Ministro Haji manteve encontros com o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do MME, Embaixador Rubem Barbosa, e com o Subsecretário-Geral Política-III do Itamaraty. Foram abordadas perspectivas de formação de parcerias para a exploração minérios na Eritréia e a questão das sanções adotadas pelo CSNU contra o país.

POLÍTICA INTERNA

A Eritréia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritréia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois territórios. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou à época com o patrocínio dos EUA e do Reino Unido, que visavam compensar a Etiópia por sua colaboração com os aliados durante a II

Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritréia foi contestada desde o início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de auto-determinação do povo da Eritréia. Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador Hailé Selassié anexa unilateralmente o território da Eritréia. Inicia-se a partir de então o conflito armado pela independência da Eritréia, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritréia (ELF, em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960.

A guerra pela independência da Eritréia perduraria mesmo após a deposição do Imperador Hailé Selassié em 1974. O "Derg" (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Hailé Mariam) intensificaria a repressão aos indepentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos enfrentamentos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos 1970, a EPLF, liderada pelo atual Presidente Isaias Afewerki, lograria impor a sua supremacia sobre os demais grupos armados da Eritréia.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritréia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritréia (99,83%) votou em favor da independência do país. Naquele mesmo ano, a Eritréia declarou a sua independência. A EPLF, facção dominante no país liderou os trabalhos de convocação da Assembléia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritréia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki, antigo militante da EPLF, foi designado Presidente da Eritréia pela Assembléia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ ampliaria o seu controle sobre a Eritréia e se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembléia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, não chegaram a realizar-se, tendo sido adiadas para 2001.

A delicada conjuntura externa e o caráter incipiente das instituições do país concorreram para que o Presidente Isaias Afewerki, a frente da PFDJ,

consolidasse progressivamente o seu poder em detrimento da Assembléia Nacional. Após a desastrosa guerra de fronteira com a Etiópia, que teve início em 1998, o Estado passou a intervir cada vez mais na sociedade eritréia. Em 2001, as eleições nacionais foram adiadas indefinidamente. Em setembro do mesmo ano, 11 membros da PFDJ e doze jornalistas foram presos por criticarem a política do Presidente Afewerki com relação ao conflito com a Etiópia. Ainda aguardam julgamento em prisão.

Diante dos recentes eventos que abalaram, a Tunísia, a Líbia e o Egito, entre outros países árabes, pode-se afirmar que o cenário político interno na Eritréia é estável. Invocando a necessidade de união nacional frente aos inimigos externos (Etiópia e Djibuti, em particular), o Presidente Afewerki segue reforçando a sua posição, concentrando maior poder em suas mãos por meio do fortalecimento das forças armadas e do aparato de segurança do Estado, em meio aos diversos segmentos da sociedade eritréia, religiosos, étnicos e tribais.

Atuam no exterior dois grupos de oposição ao regime: o Partido Democrático, composto principalmente por eritreus emigrados residentes na Europa e nos EUA e contrário à interferência da Etiópia na política eritréia; e a Aliança Nacional Eritréia, com sede em Adis Abeba, formada por eritreus que residem na Etiópia e em geral afinados com a posição do governo etíope.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Eritréia é hoje dominada pelas disputas territoriais com a Etiópia e o Djibuti e pela sua atuação na ONU e outros foros multilaterais com o objetivo de abrandar o regime de sanções imposto ao país.

Durante os quatro anos seguintes, Eritréia e Etiópia mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica entre os dois países, que se refletia principalmente na necessidade de acesso da Etiópia aos portos eritreus. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões decorrentes do acesso da Etiópia ao mar. Em 1998, iniciou-se a guerra de fronteira, que resultou em milhares de mortos e agravou ainda mais as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, logrou estabelecer um cessar-fogo entre a Eritréia e a Etiópia, possibilitando a criação em julho do

mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritréia (UNMEE). Os principais objetivos da UNMEE eram monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras (Eritrean-Ethiopian Boundary Commission) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça. Contrariando os compromissos assumidos no Acordo de Argel, a Etiópia rejeitou a decisão final da Corte. Em retaliação, a Eritréia passou a obstruir os trabalhos da UNMEE, exigindo o realocamento das forças de paz no seu território. Diante da animosidade e da falta de cooperação com as forças da UNMEE, em julho de 2008, o CSNU encerrou o mandato da Missão.

Com o início do conflito etíope-eritreu, o Djibuti cortou relações com a Eritréia, mas as restabeleceu em 2000, após a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve uma aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, período em que ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritréia, pouco antes do fim do mandato da UNMEE. Naquela ocasião, o Djibuti acusou tropas eritréias de haverem violado o seu território. O incidente motivou uma movimentação militar em ambos os lados da fronteira. A despeito da tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar, em maio e junho de 2008, choques violentos ocorreram na região fronteiriça de Ras Doumeira. Em janeiro de 2009, o CSNU instou ambas as partes envolvidas no conflito a retirar tropas e equipamentos militares da região.

Alega-se que a Eritréia venha apoiando nos últimos anos facções rebeldes na Somália e que tenha abrigado líderes insurgentes somalis após a invasão da Somália pela Etiópia em 2006. As seguidas denúncias de apoio aos insurgentes somalis levaram à imposição de sanções pelo CSNU e debilitou as relações com Washington, que incluiu o país em sua lista de países que dão suporte ao terrorismo internacional. Em dezembro de 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1907, que impõe sanções à Eritréia pelo envolvimento do país na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações do CSNU sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti. O documento estabelece embargo de armas, interdições de viagens e congelamento de ativos de indivíduos e entidades que ofereçam apoio a grupos armados no Chifre da África, obstruam o cumprimento das disposições do CSNU sobre o conflito com o Djibuti ou os trabalhos do Grupo de Monitoramento das sanções impostas à Somália ou, ainda, violem o embargo de armas. A adoção da Resolução 1907 (2009) foi bem recebida tanto pela União Africana (UA) quanto pela "Intergovernmental Authority on

Development (IGAD)", organização que reúne os países da região do Chifre da África.

Em janeiro de 2010, o Presidente Isaias Afwerki encaminhou carta à Presidência do CSNU solicitando que as acusações contra seu país fossem examinadas por órgão independente e que a Resolução 1907 (2009) seja revogada, "por não se basear nos fatos ou no direito internacional".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eritréia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 157º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. A principal atividade econômica do país é a agricultura, que ocupa cerca de 80% da população economicamente ativa. O irregular regime de chuvas e os constantes conflitos armados têm prejudicado cronicamente o desempenho do setor agrícola da Eritréia. Destarte, a insegurança alimentar constitui o principal problema sócio-econômico do país.

Por outro lado, são promissoras as perspectivas de exploração de ouro e cobre das jazidas recém-descobertas no país. Com a entrada em operação da mina de Bisha, situada a 150 km a oeste da capital Asmará, espera-se que a economia da Eritréia cresça significativamente nos próximos anos (prevê-se um crescimento de 17% em 2011, contra 4% em 2010).Novos consórcios têm sido estabelecidos no setor, com a participação de empresas canadenses e chilenas.

O Governo eritreu aposta nas exportações de minerais como solução para o persistente e vultoso déficit nas contas externas do país, no momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil emigrados dispersos pelo mundo) tem decrescido continuamente devido à reprovação da comunidade eritréia residente no exterior ao regime da PFDJ. Em 2010, o saldo da balança comercial eritréia registrou um déficit de US$ 666,4 milhões, valor equivalente a cerca de 22% do PIB do país no ano. A Eritréia é altamente dependente das importações de máquinas, combustíveis e alimentos e o pouco que exporta (US$ 28,8 milhões em 2010) constitui-se de móveis, animais vivos e minerais preciosos.

Além da insegurança alimentar, que afeta cerca de 60% de sua população, a Eritréia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta inflação, escassez de divisas externas e endividamento interno e externo. Os altos gastos governamentais destinados ao setor de defesa diminuem consideravelmente a margem para a implementação de políticas econômicas de ajustamento de longo prazo.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro de brasileiros residentes na Eritréia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritréia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo, que exerce por cumulatividade a função de Embaixada do Brasil para Eritréia.

ATOS BILATERAIS

Não há tratado internacional assinado entre o Brasil e a Eritréia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritréia.

ANEXOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Eritréia
Superfície	124.320 Km²
Localização	Leste da África
Capital	Asmara
Principais cidades	Assab, Keren, Mendefera, Massawa
Idioma Oficial	Tigrinya, Árabe e Inglês
PIB Nominal (2010 - EIU)	US$ 2,9 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009)	US$ 575
Moeda	Nakfa

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2006	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
População (em milhões de habitantes)	4,6	4,8	4,9	5,1	5,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	37,0	38,6	39,4	41,0	41,8
PIB Nominal (US$ milhões)	1.281,1	1.374,1	1.452,9	2.245,9	2.987,9
Crescimento real do PIB (%)	-1,0	1,3	-1,0	3,6	4,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	15,1	9,3	19,9	20,0	20,0
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	25,4	34,3	57,9	83,4	103,2
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	785,0	859,8	961,9	991,0	1.019,6
Câmbio (Nfa$ / US$) (2)	15,4	15,4	15,4	15,4	15,4

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

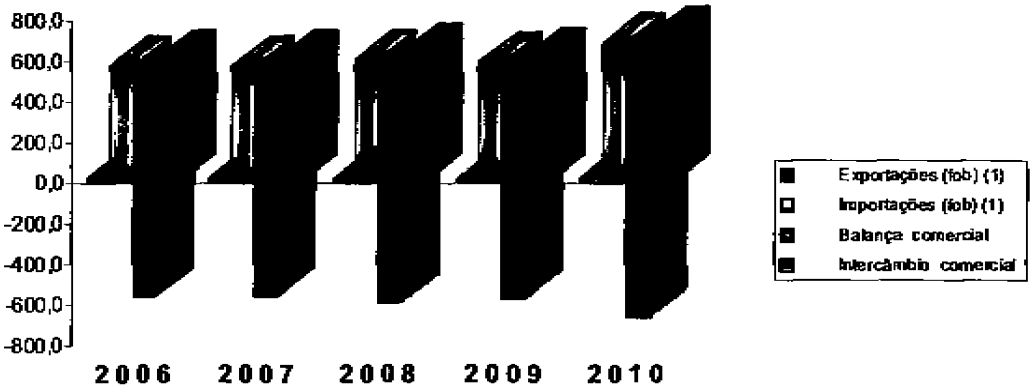
(1) Estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob) [1]	28,3	30,0	23,4	26,2	28,8
Importações (fob) [1]	582,6	584,2	615,8	596,6	695,2
Balança comercial	-554,3	-554,2	-592,4	-570,4	-666,4
Intercâmbio comercial	610,9	614,2	639,2	622,8	724,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) estimativas

(US$ milhões)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (em %)	2000	2001	2002
EXPORTAÇÕES (fob)			
Sudão	50,2%	48,9%	82,7%
Itália	3,9%	8,2%	4,9%
Arábia Saudita	9,2%	1,6%	0,3%
Subtotal	**63,3%**	**58,7%**	**87,9%**
Demais países	**36,7%**	**41,3%**	**12,1%**
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (cif)			
Arábia Saudita	16,7%	16,6%	14,7%
Itália	15,4%	18,7%	14,2%
Sudão	1,3%	1,2%	1,8%
Etiópia	0,1%	0,1%	0,0%
Subtotal	**33,5%**	**36,6%**	**30,7%**
Demais países	**66,5%**	**63,4%**	**69,3%**
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit - Country Profile 2008

Países listados em ordem decrescente, com base nos valores apresentados em 2002.

Última posição disponível em 16/09/2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil, fob)		
Móveis; mobiliário médico cirúrgico, artigos de camas etc	5.623	15,3%
Animais vivos	5.231	14,2%
Pérolas finas ou cultivadas, pedras preciosas, semipreciosas ou similares	5.195	14,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.852	13,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.178	5,9%
Peixes e crustáceos, moluscos	1.824	5,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.540	4,2%
Peles, exceto a peleteria, e couros	937	2,5%
Algodão	876	2,4%
Produtos farmacêuticos	786	2,1%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	782	2,1%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	611	1,7%
Subtotal	**30.435**	**82,7%**
Demais Produtos	**6.355**	**17,3%**
Total Geral	**36.790**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	43.284	13,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	32.486	10,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	30.486	9,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	28.251	8,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	26.603	8,4%
Cereais	19.118	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	16.529	5,2%
Borracha e suas obras	12.869	4,1%
Móveis; mobiliário médico cirúrgico, artigos de camas etc	7.172	2,3%
Produtos farmacêuticos	7.101	2,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	6.771	2,1%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	6.733	2,1%
Subtotal	**237.403**	**75,1%**
Demais Produtos	**78.851**	**24,9%**
Total Geral	**316.254**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de UNCTAD/TC/Trademap.

A Empresa não mantinha dados confiáveis no Banco de Dados "ROTEIRO". Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível 09/03/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	7.397	9.146	4.258	29.245	20.818
Variação em relação ao ano anterior	-17,3%	23,6%	-53,4%	586,8%	-28,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,1%	0,1%	0,0%	0,3%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	42	10	7	9	10
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	-76,2%	-29,3%	27,4%	7,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.439	9.156	4.265	29.254	20.828
Variação em relação ao ano anterior	-16,8%	23,1%	-53,4%	585,9%	-28,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.355	9.136	4.251	29.236	20.808

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

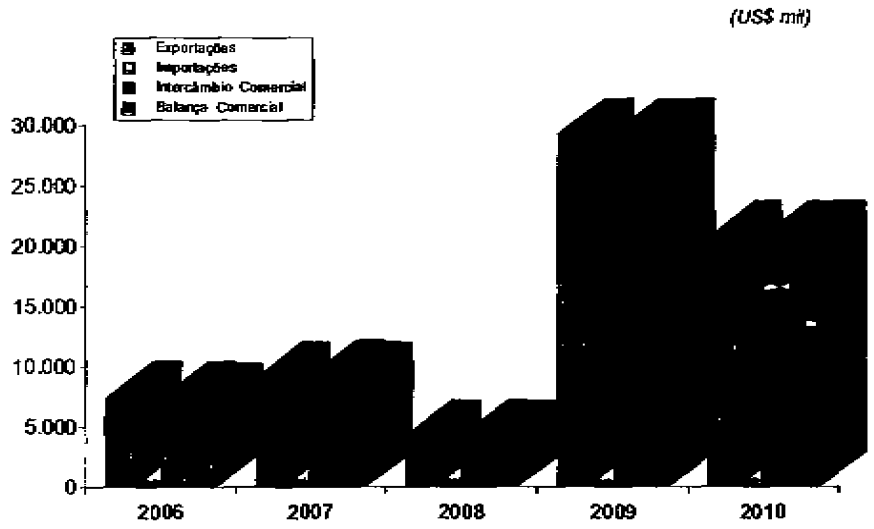
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de diferentes critérios e fuso horário por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA (US$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	0	0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

n.a - não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA
2006-2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	4.145	97,3%	27.960	95,6%	20.790	99,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc	7	0,2%	28	0,1%	19	0,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	1.093	3,7%	9	0,0%
Máquinas e aparelhos elétricos	0	0,0%	67	0,2%	0	0,0%
Subtotal	4.152	97,5%	29.148	99,7%	20.818	100,0%
Demais Produtos	106	2,5%	97	0,3%	0	0,0%
TOTAL GERAL	4.258	100,0%	29.245	100,0%	20.818	100,0%

Elaborado pela MRE/DEPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb

Grupos de produtos classificados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0	0,0%	5	50,0%	10	100,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia, etc	0	0,0%	4	48,9%	0	0,0%
Produtos farmacêuticos	7	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	7	100,0%	9	98,9%	10	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	1,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	7	100,0%	9	100,0%	10	100,0%

Elaborado pela MRE/DEPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb.

Grupos de produtos classificados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ERITRÉIA (US$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
não há registros				
Subtotal		0,0%		0,0%
Demais Produtos		0,0%		0,0%
TOTAL GERAL		0,0%		0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Não há registros				
Subtotal		0,0%		0,0%
Demais Produtos		0,0%		0,0%
TOTAL GERAL		0,0%		0,0%

Elaborado pela MRE/DEPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2011

Aviso nº 258 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito, e, cumulativamente, na República da Somália e no Estado da Eritréia.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 85, DE 2011
(nº 175/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia, e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Os méritos do Senhor Carlos Sérgio Sobral Duarte que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EMº 00262 MRE

Brasília, 23 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia, e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae de CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 262 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

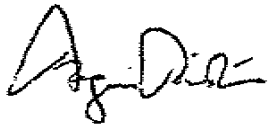
Brasília, 23 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia, e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE*
CPF.: 150.739.801-82
ID.: 5818 MRE

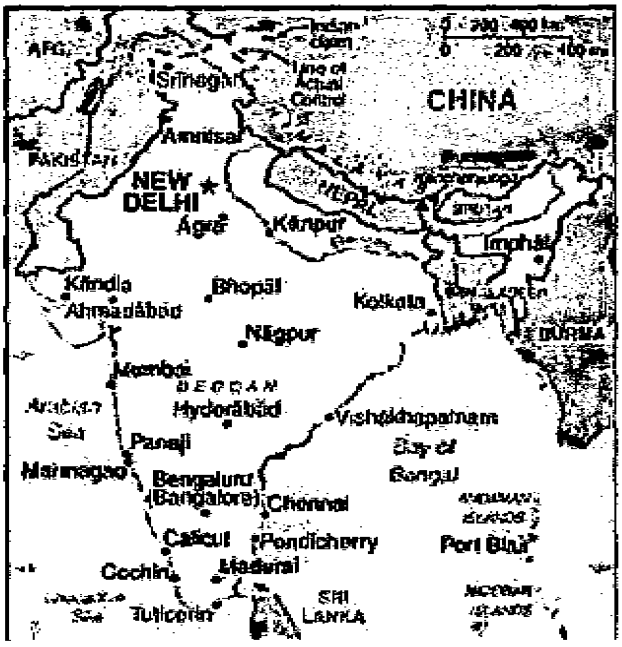
1959	Filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte, nasce em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1980	Economia pela Universidade de Sussex, Reino Unido
2002	CAE - IRBr, O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear
Cargos:	
1982	CPCD - IRBr
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1993	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1984-85	Divisão das Nações Unidas, assistente
1985-87	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1987-90	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário
1990-93	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1993-95	Presidência da República, Assessoria Diplomática, assessor
1995-99	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
1999-01	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001-03	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2003	Divisão das Nações Unidas, Chefe
2004-07	Missão junto à ONU, Nova York, Ministro-Conselheiro
2007	Departamento de Organismos Internacionais, Diretor
Condecorações:	
2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2008	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
Publicações:	
1997	Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI, in Revista Política Externa, Vol.6, No.2, Setembro 1997
1998	A adesão do Brasil ao TNP e o novo cenário internacional, in Carta Internacional, NUPRI/USP, No. 65, Ano VI, julho 1998
2008	Por um mundo livre de armas de destruição em massa: desarmamento e não-proliferação, in O Brasil e a ONU, Funag, 2008

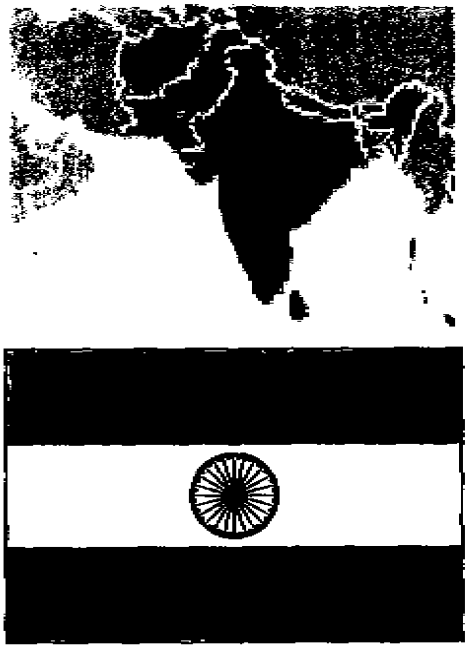
ADRIANO SILVA PUCCI
Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

REPÚBLICA DA ÍNDIA





Brasília, maio de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

MANMOHAN SINGH.....
S. M. KRISHNA .....

RELAÇÕES BILATERAIS.....

ASSUNTOS CONSULARES .....
MECANISMOS MAIS IMPORTANTES.....
VISITAS.....
COMÉRCIO BILATERAL .....
INVESTIMENTOS.....

IBAS E BRICS.....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA.....

RELAÇÕES ÍNDIA-PAQUISTÃO.....
RELAÇÕES UNIÃO EUROPEIA-ÍNDIA .....
RELAÇÕES ÍNDIA-EUA.....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....

COMÉRCIO EXTERIOR .....

ANEXOS.....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
ATOS BILATERAIS EM VIGOR .....
ATOS BILATERAIS EM TRAMITAÇÃO .....
DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Índia
CAPITAL	Nova Delhi
ÁREA	7º maior país do mundo, 3.287.590 km² (pouco menor do que a região Norte do Brasil: 3.853.000 Km2)
POPULAÇÃO (2009)	2º país mais populoso, 1,1 bilhão (China: 1,3 bilhão)
IDIOMA	Híndi (41%) Bengali (8%) e outros 12 idiomas oficiais; Inglês (comunicações oficiais e comerciais)
SISTEMA POLÍTICO	República federativa
CHEFE DE ESTADO	Presidente Pratibha Patil
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Manmohan Singh
CHANCELER	Ministro S. M. Krishna
MINISTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Anand Sharma
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	B. S. Prakash
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI	Marco Antonio Diniz Brandão
PIB nominal (2010- *estimativa EIU*)	US$ 1,60 trilhão
PIB PPP (2010 – *estimativa EIU*)	US$ 4.125 trilhões
PIB *per capita* (2010- *estimativa EIU*)	US$ 1.351 (Índia: 119º posição- IDH médio; Brasil: 73º posição-IDH alto, *Relatório PNUD 2010*)
PIB *per capita* PPP (2010- *estimativa EIU*)	US$ 3.484
CRESCIMENTO DO PIB *(estimativa EIU)*	9,1% em 2010 (entre 7 e 9% desde 2000)
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia indiana

FONTES: "Economist Intelligence Unit Country Report", setembro de 2010; "World Bank World Development Indicators", outubro de 2009; "International Monetary Fund Direction of Trade Statistics".

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - ÍNDIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-abr)
Intercâmbio	1.227	1.040	1.209	2.341	2.413	3.127	4.666	5.606	7.734	2.272
Exportações (fob)	654	554	653	1.138	939	958	1.102	3.415	3.492	836
Importações (fob)	573	486	556	1.203	1.474	2.169	3.564	2.191	4.242	1.436
Saldo	81	68	97	-65	-535	-1.211	-2.462	1.224	-750	-600

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

COMÉRCIO BILATERAL (US$ milhões) - Fonte da Índia 3

BRASIL - ÍNDIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	1.853	2.452	2.778	4.410	4.680	7.735
Exportações da Índia para o Brasil (fob)	970	1.498	1.900	3.250	1.782	4.243
Importações da Índia procedentes do Brasil (cif)	883	954	878	1.160	2.898	3.492
Saldo	87	544	1.022	2.090	-1.116	751

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/trademap.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MANMOHAN SINGH
Primeiro-Ministro

Nasceu em Gah, aldeia do Punjab, hoje situada no Paquistão em 26 de setembro de 1932. Casado com Gursharan Kaur, é pai de três filhas.

Graduou-se na Universidade de Punjab, em 1948. Pós-graduou-se, na área de economia, nas Universidades de Cambridge (1957) e de Oxford (1962). É autor de numerosos artigos e do livro *India's Export Trends and Prospects for Self-Sustained Growth* (Clarendon Press, Oxford, 1964) que faz crítica da política comercial indiana da época.

Em 1971, Manmohan Singh começou a trabalhar para o Governo indiano como assessor econômico. Como Ministro das Finanças (1991-96), comandou amplo processo de reforma e de abertura econômica e inaugurou fase de crescimento sustentado da Índia. Desde 1991, é membro da Câmara Alta do Parlamento indiano (*Rajya Sabha*), para onde é seguidamente reconduzido mediante eleições indiretas. De 1998 a 2004, desempenhou a função de líder da Oposição no *Rajya Sabha*.

Em maio de 2004, foi escolhido Primeiro-Ministro pela Presidente do Partido do Congresso Nacional Indiano, Sonia Gandhi, que, em gesto de grande significado político, renunciou ao cargo que lhe caberia.

Além de ser a figura política mais associada à reforma econômica iniciada em 1991, Manmohan Singh, adepto da religião Sique, ilustra também a inspiração secular do Partido do Congresso e da coligação de partidos que dá sustentação ao seu Governo. Tomou posse como Primeiro-Ministro pela segunda vez em maio de 2009, acumulando também os cargos de Ministro de Pessoal e de Pensões Públicas, Ministro do Planejamento, Secretário de Energia Atômica, Secretário para o Espaço, e, Ministro da Cultura.

S. M. KRISHNA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Aos 78 anos, Somanahalli Mallaiah Krishna tem sólida formação acadêmica. Graduou-se em Direito e em Artes em faculdade pública da cidade de Bangalore. Nos Estados Unidos, formou-se pela Universidade Metodista de Dallas e pela *George Washington University*, onde também lecionou Direito Internacional Público.

É colega de Manmohan Singh na Câmara Alta do Parlamento Indiano, a *Rajya Sabha* ("Casa dos Estados"), para a qual foi escolhido em 1996 e 2008. Goza de prestígio junto à família Gandhi e é considerado exemplo de grande lealdade ao Partido do Congresso.

Sua trajetória política, de mais de 50 anos, tem base nas camadas urbanas, compostas por apenas 30% da população do país, em particular no

Estado de Karnataka, cuja capital, Bangalore, ajudou a modernizar e a transformar na versão indiana do Vale do Silício. Foi "Chief Minister" daquele Estado, de 1994 a 2004 e, em seguida, Governador do Estado de Maharashtra, de 2004 a 2008.

Ocupou os cargos de Ministro da Indústria, no Governo de Indira Gandhi (1983/1984), e de Ministro das Finanças, no Governo de Rajiv Gandhi (1984/1985). Elegeu-se Membro da Câmara Baixa do Parlamento em duas legislaturas, de 1971 a 1976 e de 1980 a 1984, além de Membro da Assembléia Estadual de Karnataka por três mandatos. Krishna fora cogitado pelo Partido do Congresso para ocupar o cargo de Chanceler, em 2005, e outras Pastas do Gabinete Federal, em 2008.

Assumiu como Ministro dos Negócios Estrangeiros em maio de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia datam de 1948, ano em que foram criadas a Embaixada do Brasil em Nova Delhi e a Legação indiana no Brasil. Nos últimos anos, tem-se construído uma parceria que prevê a cooperação bilateral em vários campos, sobretudo em matéria de Defesa, Espaço e Ciência e Tecnologia.

Foram igualmente aprofundadas oportunidades de cooperação nas seguintes áreas: a) Agricultura: cooperação no setor sucroalcooeiro; b) Energia: Criação de Grupo de Trabalho Conjunto, para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural (I Reunião prevista para 2011); organização de missões para avançar o diálogo na área de biocombustíveis; c) Espaço: cooperação com a Índia na área espacial é estratégica para o Brasil, no âmbito da prioridade outorgada pelo País às iniciativas de cooperação sul-sul, tendo em conta o estágio avançado atingido pelo programa espacial indiano. O Brasil tem cooperado com a Índia no compartilhamento de dados satelitais; foi assinado o Programa de Cooperação para atividades de rastreamento, recepção de telemetria e telecomando da missão lunar indiana Chandrayaan-1; d) Ciência e Tecnologia: cooperação em biotecnologia, química, pesquisa climática, ciências marítimas, novos materiais, matemática, física, fontes de energia sustentável e renovável, espaço, parceria indústria-pesquisa. No âmbito do Conselho Científico, foram realizados cinco workshops e aprovados projetos conjuntos na área de saúde (malária, HIV/AIDS e tuberculose). Estão sendo exploradas novas propostas de projetos conjuntos nas áreas de computação, química, nanociências e oceanografia; e) Defesa: diálogo bilateral, cooperação em inteligência, projetos-conjuntos de elevado conteúdo tecnológico e de alto valor econômico, tais como sistemas de radar, equipamentos, tecnologia e capacitação, desenvolvimento conjunto de aeronave militar; fornecimento de material de emprego militar.

Com crescimento econômico estimado em 8,6% para o ano-fiscal 2010-2011 e classe média em expansão, a Índia constitui mercado consumidor com grande potencial para o acesso de produtos brasileiros,

notadamente dos setores energético e de alimentos processados. Justificam o interesse no incremento das relações comerciais com a Índia, características tais como sua população de 1,1 bilhão de habitantes, bem como a produção de produtos intensivos em tecnologia da informação e da comunicação.

Verifica-se, igualmente, no âmbito multilateral, expressiva fluidez no diálogo, bem como convergência de posições sobre os grandes temas da agenda internacional e nos principais foros e mecanismos (G-4, G-20, OMC, IBAS, BRIC). A Índia tem consolidado crescente influência e reconhecimento como ator relevante no cenário político regional e internacional. Houve 25 visitas de Chefes de Estado/Governo ao país somente em 2010, entre as quais as do Presidente Barack Obama e do Primeiro-Ministro David Cameron.

Assuntos Consulares

As estimativas mais recentes dão conta de que vivem na Índia cerca de 500 brasileiros. Destacam-se, entre eles, estudantes, executivos funcionários de subsidiárias indianas de empresas brasileiras, cidadãos brasileiros casados com indianos, filhos de indianos que, nascidos no Brasil, têm nacionalidade brasileira, jogadores de futebol, modelos, pastores, ministros religiosos. Entre eles, são poucos os que fixariam residência na Índia por períodos longos. Os brasileiros que lá residem permanecem no país por poucos anos, em média dois ou três, e não chegam a firmar raízes.

A Rede Consular consiste do Consulado-Geral em Mumbai e do Consulado Honorário em Calcutá.

Estimativas do próprio Governo indiano dão conta de que cerca de 200 milhões de cidadãos vivem fora do país. Nesse contexto, a diáspora indiana conta com a atenção de um Ministério próprio – o Ministry of Overseas Indian Affairs, criado em 2004. É essa a pasta que organiza, no "Dia do Imigrante Indiano" (09 de janeiro), conferências sobre as diásporas do país, das quais já emanaram diversas iniciativas, entre as quais políticas de atração de investimentos dos emigrados, de assistência social aos nacionais que se encontram em dificuldades e de institucionalização de uma "diáspora científica".

Mecanismos mais importantes

A coordenação do diálogo com a Índia se dá sobretudo por meio da Comissão-Mista Bilateral, que já teve quatro edições, com o objetivo de avaliar e dar diretrizes para o desenvolvimento da cooperação e para a intensificação do intercâmbio comercial. Por ocasião da III COMISTA, foi acordada a criação do Foro de Lideranças Empresariais (CEO Forum), instância consultiva privada, integrada por importantes lideranças

empresariais dos dois países, com o objetivo de sugerir meios para incrementar o comércio e os investimentos bilaterais.

Existe ainda o Mecanismo de Monitoramento do Comércio Bilateral, que visa dar tratamento ágil a aspectos específicos do comércio de bens e examinar formas de estimular o comércio e os investimentos bilaterais. O Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia, celebrado em janeiro de 2004, constitui o primeiro passo para a criação de uma Área de Livre Comércio entre aquele país e o agrupamento sul-americano. Paralelamente à III Comista, foi iniciado o Diálogo Estratégico, mecanismo para concertação bilateral em torno de temas relevantes e especialmente sensíveis de agenda indo-brasileira. Há ainda o Comitê-Conjunto de Defesa, que promove o encontro de autoridades das Forças Armadas dos dois países para explorar possibilidades de cooperação e de intercâmbio.

Visitas

Visitas presidenciais: ex-Presidente Lula (jan/2004 e jun/2007); Primeiro-Ministro Manmohan Singh (set/2006 e abr/2010, encontro paralelo às Cúpulas de IBAS e do BRIC); Presidente Pratibha Patil (abr/2008); Visitas Ministeriais: ex-Ministro Celso Amorim (abr/2007), III COMISTA e I Reunião do Diálogo Estratégico; ex-Chanceler Pranab Mukherjee (fev/2008); Chanceler S.M. Krishna (ago/2009), IV COMISTA; ex-MDIC, Miguel Jorge (mar/2008); Ministro da Defesa, Nelson Jobim (mar/2010); Ministro da Agricultura, Sharad Pawar (set/2010), Ministro Antonio de Aguiar Patriota (mar/2011).

Comércio Bilateral

A Índia apresenta as seguintes características: população de 1,1 bilhão de habitantes; uma numerosa classe média consumidora; bem como a produção e a exportação de produtos intensivos em tecnologia da informação. O comércio bilateral, ainda no final da década de 1990, não superava a casa dos US$ 400 milhões anuais. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia mais que triplicou nos últimos cinco anos. As trocas evoluíram de US$ 2,3 bilhões, em 2005, para US$ 7,7 bilhões em 2010, embora continuem a corresponder a pequena proporção do total do comércio

brasileiro (em torno de 2% nos dois sentidos). No tocante às exportações brasileiras, os setores de óleos brutos de petróleo e de açúcar de cana em bruto apresentam-se como os mais dinâmicos e respondem por mais de 60% do total das exportações do Brasil para a Índia em 2010. No que se refere às importações brasileiras, somente óleo diesel representou 40% do total das compras em 2010. Outros produtos importados: grupos eletrogênios de energia eólica, fios texturizados de poliésteres e fio de algodão.

Investimentos

Há atualmente 33 empresas indianas com presença comercial em território brasileiro, sejam unidades produtivas próprias, *joint ventures* com empresas brasileiras ou escritórios de representação em setores tais como farmacêutico, químico e petroquímico, engenharia, tecnologia da informação e petróleo e gás. Do lado brasileiro, a Embraer manteve, até recentemente, escritório de representação em Nova Delhi, tendo vendido ao Governo indiano jatos executivos e aeronaves para deslocamento de tropas, além de cinco aviões para empresa privada local. A Vale também possui escritório de representação na capital indiana. A Marcopolo produz ônibus em sistema de *joint venture* com o grupo local Tata Motors. A Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Índia-Brasil, sediada em Belo Horizonte, mantém funcionário brasileiro em escritório na Índia.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

O Governo brasileiro não concedeu empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano da República da Índia.

IBAS E BRICS

A Índia participa com o Brasil de dois mecanismos que ganham relevância crescente na governança global: o IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul) e o BRICS (Agrupamento composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ambos os grupos têm caráter informal, i.e, não contam com documento constitutivo, secretariado permanente ou orçamento. Apesar disso, pode-se identificar uma data de início para um e outro. O IBAS emitiu seu primeiro comunicado em 6 de junho de 2003, sendo esta considerada sua data de formação. O BRICS,

como se sabe, foi uma sigla que apareceu inicialmente nos estudos da Goldman Sachs – em realidade, o acrônimo era BRIC, já que o banco não incluíra a África do Sul em suas análises. A sigla ganhou seus primeiros contornos político-diplomáticos em 2006, quando os Chanceleres de Brasil, Rússia, China e Índia se reuniram em paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas. A África do Sul passou a atuar no mecanismo a partir da Cúpula deste ano.

A participação da Índia tanto no IBAS quanto no BRICS pode ser analisada de três perspectivas A primeira é a da governança global. No IBAS e no BRICS, Nova Délhi encontra oportunidade para desenvolver relacionamentos diplomáticos especiais. A participação nesses mecanismos abre para Índia, como para todos os outros membros, oportunidades de diversificar sua atividade de política externa e de influenciar a governança global, contribuindo, em última instância, para que tenha um perfil multipolar e cooperativo.

A segunda perspectiva é a dos relacionamentos bilaterais com os demais países do IBAS e do BRICS. Ao participar de dois agrupamentos que têm um caráter especial pelo envolvimento de Chefes de Estado/Governo e pelo número limitado de seus membros, a Índia sinaliza, ao mesmo tempo, a importância que dá às relações com cada um desses países. Advém daí, naturalmente, estímulo para desenvolvimento adicional dos laços bilaterais.

A Índia também orienta sua participação no BRICS e no IBAS em função das relações com países em desenvolvimento. Com a atenuação da influência do Movimento Não-Alinhado, em função do desfazimento da ordem bipolar, a Índia, inspiradora do Movimento, encontra, principalmente no IBAS, um instrumento para reinventar parcialmente seus vínculos com os PEDs. Por meio do IBAS, Nova Délhi pode (a) procurar exercer influência na governança global a partir da perspectiva de países do Sul e (b) prestar, por intermédio do Fundo IBAS, cooperação a países de menor desenvolvimento.

Dessas perspectivas, entende-se que a Índia atue de modo construtivo tanto no IBAS quanto no BRICS. Está, por exemplo, concretamente engajada na produção de micro-satélite com Brasil e África do Sul, o SIBAS, cuja conclusão está prevista para 2013. Demonstra seu compromisso com o BRICS e com a continuada projeção internacional do agrupamento ao ofertar-se para sediar a reunião de Cúpula de 2012.

POLÍTICA INTERNA

A Índia é uma democracia constitucional, composta de 28 estados e sete territórios da União. O parlamento é bicameral: a câmara baixa, chamada *Lok Sabha* (Casa do Povo), conta com 545 membros; a câmara alta, *Rajya Sabha* (Conselho de Estados), conta com 245. O Presidente da República, cujas funções são de ordem protocolar, é eleito por ambas as Casas e pelos legislativos estaduais.

Após a independência, o Partido do Congresso governou a Índia, com poucas interrupções (1977-80; 1989-90). Hoje, o sistema político é formado por 41 partidos de diferentes matizes ideológicos, dos quais apenas três de expressão nacional: o próprio Partido do Congresso, o BJP (*Bharatiya Janata*) – principal partido de oposição – e o Partido Comunista Marxista.

A Aliança Progressista Unida (APU), coalizão que acomoda mais de 20 partidos políticos, conseguiu, desde sua formação, em 2004, manter nível produtivo de convivência. É encabeçada pelo Partido do Congresso, que nunca havia compartilhado poder. Essa coalização, encabeçada pelo PM Manmohan Singh, foi reeleita em 2009 para período de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

O país enfrenta inúmeros desafios de ordem interna, como a necessidade de gerar desenvolvimento e bem-estar social, ao mesmo tempo em que lida com problemas de fronteira, de controle de fluxos migratórios e de infiltração de grupos terroristas. O projeto de ampliação de seu espaço na cena internacional leva a Índia ao delicado exercício de sustentar sua hegemonia na sub-região, ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia, os EUA e a União Europeia.

A busca de equidistância entre as superpotências e o protagonismo no movimento não-alinhado conferiram grande destaque à diplomacia indiana durante a Guerra Fria. Desde os anos 1990, Nova Delhi dedica-se a modernizar seu perfil universalista e a aprimorar suas relações, notadamente no campo econômico-comercial, com a ASEAN, o Oriente Médio, a África e a América Latina.

No caso dos EUA, o tradicional dissenso decorrente da resistência indiana em aderir aos instrumentos multilaterais de não-proliferação foi substituído por vigoroso esforço de cooperação na área nuclear, situação que influencia também a presente fluidez do diálogo de Nova Delhi com Tóquio.

No que tange a usos pacíficos da energia nuclear, o Governo indiano logrou importantes avanços em junho último. Além da assinatura de acordo nuclear civil com o Canadá à margem da Cúpula do G-20, em Toronto, a Índia anunciou o início de negociações sobre cooperação nuclear com o Japão e a Coreia do Sul.

A Rússia mantém-se como o parceiro militar da Índia de maior tradição, apesar da notável expansão da presença israelense no mercado de Defesa indiano e das estreitas relações de Nova Delhi com Washington. Nesse contexto, insere-se a iniciativa de conformar o triângulo Rússia-China-Índia, cujos avanços ainda são modestos.

A Índia procura ampliar seu relacionamento com os países da África e da América Latina para além do formato não-alinhado, à busca de maior densidade econômico-comercial. A nova ênfase data dos anos de 1990, paralelamente ao processo de reforma econômica do Governo Rao, sob o comando de Manmohan Singh. Ainda é relativamente pequena a presença econômica e política da Índia no continente africano, à exceção da África do Sul, onde há uma grande comunidade de indianos e com a qual mantém diálogo político intenso e significativo volume de negócios, agora incentivados pelo Fórum IBAS.

O Governo indiano lançou (nov/1997) programa de fomento às exportações para a América Latina e o Caribe. O programa identificou oito parceiros privilegiados na região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela. A prioridade concedida à segurança energética mantém a aproximação com esses países em plano importante. As relações econômicas com o México e com o Chile têm crescido gradativamente. O Brasil, sem dúvida, é o parceiro a quem a Índia atribui maior prioridade na região.

A Chancelaria indiana empenha-se em redinamizar os laços com o mundo árabe e consolidar politicamente o seu fornecimento de petróleo. Os gestos diplomáticos com o Oriente Médio, não obstante o dinamismo histórico, convivem com significativo adensamento no relacionamento com Tel Aviv e vultosas compras de material militar israelense.

Em consonância com a atual robustez de sua diplomacia e sua crescente influência internacional, a Índia tem apresentado calendário diplomático bastante concorrido. Em 2010, a Índia recebeu a visita de 25 de Chefes de Estado ou de Governo (incluídos representantes dos cinco países-membros permanentes do CSNU) e de 31 Chanceleres. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, S.M. Krishna, realizou 19 viagens ao exterior. Por sua vez, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, visitou 11 países, enquanto a Presidente Pratibha Patil empreendeu 5 viagens internacionais.

Relações Índia-Paquistão

Os atentados em Mumbai, em novembro de 2008, afetaram, decisivamente, os avanços até então obtidos por Índia e Paquistão no processo de reaproximação diplomática iniciado em 2003 (*Composite Dialogues*). A convite de seu contraparte paquistanês, S.M Qureshi, o Chanceler S.M. Krishna realizou visita de trabalho a Islamabade (jul/2010). A visita teve lugar na esteira dos entendimentos alcançados pelo Primeiro-Ministro Manmohan Singh e seu homólogo paquistanês, Yusuf Gilani (Timphu, abr/2010) à margem da Cúpula da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), e marcou o reinício do diálogo entre os vizinhos. Mais recentemente, a "Foreign Secretary" indiana, Nirupama Rao, e seu homólogo paquistanês, Salman Bashir, reuniram-se (fev/2011), na capital butanesa. Sucessivas rodadas de conversação não têm, entretanto, logrado obter avanços substantivos na complexa agenda bilateral.

Relações União Europeia-Índia

A União Européia e a Índia mantêm relações diplomáticas desde 1963. A partir de 2000, União Européia e Índia vêm realizando reuniões de cúpula anuais, e em 2004, estabeleceram relação de parceria estratégica. Durante a Cúpula de 2005, foi adotado Plano de Ação Conjunto com vistas à concretização dessa parceria em áreas chave de interesse mútuo. O Plano foi revisto em 2008, com a incorporação de temas como a promoção da paz e da segurança; o desenvolvimento sustentável; e a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. A nova versão do documento passou a prever, ademais, a ampliação do intercâmbio cultural e do contato entre sociedades civis.

Atualmente, as prioridades no relacionamento bilateral são as negociações, ora em curso, com vistas a um acordo de comércio e investimento; a conclusão das negociações sobre transportes marítimos; e a implementação de programa de trabalho conjunto sobre mudanças do clima, adotado na Cúpula de 2008.

A UE tem um orçamento previsto de 470 milhões de euros para a cooperação com a Índia no período 2007-2013 (média anual de € 67 milhões), aplicados pela UE em importantes setores da Índia, com o objetivo básico de ajudar aquele país a alcançar as Metas de Desenvolvimento para o Milênio.

Nos últimos cinco anos, o comércio entre a Índia e a União Europeia mais do que dobrou. O país é hoje o nono parceiro comercial da UE, ultrapassando o Brasil, com um intercâmbio total de 52.932,7 milhões de

euros em 2009. A União Europeia, além de ser o maior parceiro comercial indiano, representa, também, a líder em termos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), cujo fluxo em 2009 foi de 3,2 bilhões de euros.

As negociações a respeito do Acordo de Livre Comércio, iniciadas em 2007, têm sua próxima rodada (a décima) prevista para 8 de março próximo. A UE acredita que o comércio bilateral com a Índia possui grande potencial de crescimento, em decorrência do acelerado crescimento econômico e da magnitude do mercado consumidor daquele país, além do alto grau de complementaridade de suas economias em termos de serviços e mercadorias.

Relações Índia-EUA

Em nov/2010, o Presidente Barack Obama realizou viagem ao Continente Asiático. Do ponto de vista de Nova Delhi, a visita do Presidente Obama à Índia constituiu um marco histórico. Nessa ocasião, o Presidente norte-americano pronunciou o discurso mais simbólico de sua viagem ao Continente, ao anunciar apoio ao pleito indiano a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em seus pronunciamentos, Obama enfatizou o papel da Índia como potência consolidada e fez inúmeras referências elogiosas à pujança econômica e à relevância cultural e civilizacional daquele país. Durante a visita presidencial, foram assinados diversos acordos nas áreas de Energia, Espaço, Educação, dentre outras.

No Comunicado Conjunto, ambos os governos comprometeram-se a intensificar as consultas e os trabalhos conjuntos no âmbito das Nações Unidas, bem como a elevar a Parceria Estratégica Índia-EUA a um novo patamar. No campo nuclear, o Comunicado Conjunto previu o apoio ativo dos norte-americanos ao ingresso da Índia em quatro mecanismos multilaterais de controle nuclear (o "Nuclear Suppliers Group", o "Missile Technology Control Regime", o "Australia Group" e o "Wassenaar Arrengement") e a retirada de instituições indianas da "Entity List" do Departamento de Comércio dos EUA. Por outro lado, a assinatura do acordo de cooperação nuclear civil, em 2008, abriu caminho para a compra, pelo Governo indiano, de produtos de "dual technology" de empresas norte-americanas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia indiana deverá apresentar crescimento de 8,6% ao final do ano fiscal 2010-2011. A taxa é superior àquela registrada em 2009/10, de

8%. O maior destaque caberá à agricultura, cujo aumento da produção deverá ser de 5,4%, contra apenas 0,4% registrado no ano fiscal anterior. As culturas que mais se expandiram foram as de algodão (41,2%) e açúcar (15,2%). O setor industrial deverá crescer 8,8% (taxa igual à de 2010), enquanto o de serviços deverá apresentar aumento de 9,6%, valor ligeiramente inferior à taxa de 10,1% registrada em 2009/10.

O nível de investimento alcança 31,6% do PIB, reflexo da importância desse elemento de gasto no modelo de crescimento econômico indiano. Para a elevação do consumo privado, terá contribuído o crescimento real de 6,7% na renda per capita, taxa superior aos 6,1% registrados no ano anterior.

A taxa de inflação anual no atacado foi de 8,23% em jan/2011. A taxa de elevação dos preços dos alimentos subiu de 13,55% (dez/2010) para 15,65% (jan/2011). Os combustíveis tiveram aumento de 11,41%, acima da taxa de 11,19% em dezembro de 2010. O Governo indiano projeta taxa de inflação anual de 7% ao final do ano fiscal 2010-11 em março corrente. Em face de um cenário de aumento dos preços internacionais de alimentos e petróleo e taxa de crescimento anual da economia nacional acima de 8%, analistas locais projetam subidas adicionais de 0,5% a 1% na taxa básica de juros ao longo de 2011. Prevê-se que a taxa de inflação deverá manter-se em torno de 7 a 8% ao longo do próximo ano fiscal. Novo aumento dos juros poderá também atrair montante adicional de capital externo, o que poderá resultar em valorização da moeda nacional, com repercussões negativas sobre o comércio exterior. De abril a dezembro de 2010, o déficit comercial indiano ascendeu a U$ 82 bilhões.

A economia indiana ainda não recuperou o ritmo de crescimento prévio ao início da crise financeira mundial (em torno a 9%). O aumento significativo do PIB abre espaço adicional para elevação da taxa de juros no país, diante das pressões inflacionárias sobre alimentos e preços internacionais ascendentes de petróleo e "commodities".

Comércio Exterior

O comércio exterior global da Índia apresentam os seguintes resultados em jan/2011: exportações indianas: US$ 20,6 bilhões (aumento de 32,5% sobre jan/2010); importações indianas: US$ 28,6 bilhões (aumento de 13,3% sobre jan/2010; exportações brasileiras à Índia: US$ 155,9 milhões (redução de 43% sobre jan/2010); importações indianas do Brasil: US$ 287,4 milhões (aumento de 14% sobre jan/2010); corrente de comércio bilateral: US$ 443,3 milhões (redução de 25% sobre jan/2010). A redução das exportações brasileiras para a Índia no período deveu-se à diminuição,

em 86,45%, das vendas de açúcar ao mercado indiano (de US$ 134,8 milhões para US$ 18,3 milhões).

Considerados os resultados acumulados desde o início do ano fiscal de 2010-2011 (iniciado em abr/2010), o comércio externo indiano alcançou os montantes de US$ 184,6 bilhões (aumento de 29,43%) exportados e US$ 273,6 bilhões (elevação de 17,6%) importados. Na Índia, os setores que registraram melhor desempenho exportador até o momento foram os de produtos de engenharia (US$ 45 bilhões), jóias (US$ 24,5 bilhões) e petróleo e derivados (US$ 30 bilhões). Entre as importações, os principais produtos foram petróleo e derivados (US$ 80 bilhões), pedras preciosas (US$ 20 bilhões), ouro e prata (US$ 24,5 bilhões), máquinas e equipamentos (US$ 21,7 bilhões) e ferro/aço (US$ 8,9 bilhões).

Com a gradativa recuperação da economia mundial no período, as exportações vêm apresentando elevadas taxas de crescimento, sobretudo a partir de ago/2010. Até jan/2011, as exportações completaram 15 meses consecutivos de aumento. Em dez/2010, o valor exportado alcançou US$ 22,5 bilhões (aumento de 36,4% em relação a dez/2009), o mais elevado dos 33 meses anteriores. O Governo indiano espera que o valor anual das exportações ultrapasse US$ 220 bilhões ao final do ano fiscal 2010-2011.

De fato, desde o início da década de 2000, o crescimento da economia indiana tem sido acompanhado por uma ampliação do saldo negativo do comércio exterior, que aumentou de US$ 6,0 bilhões em 2000-2001 para US$ 108,2 bilhões no ano fiscal 2009-2010. Os resultados negativos do comércio de mercadorias têm sido apenas parcialmente compensados pelos superávits na balança de serviços e transferências unilaterais, pressionando o saldo final em transações correntes. Nos últimos anos, o resultado negativo em conta-corrente aumentou de US$ 9,6 bilhões (2006-2007) para US$ 38,4 bilhões (2009-10), equivalente a 2,9% do PIB. Para 2010-2011, prevê-se que poderá chegar a 3,5% do PIB.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948 Criação da Embaixada do Brasil em Nova Delhi e de Legação indiana no Brasil.

1968 Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.

1996 Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

1998 Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.

2002 Estabelecimento da Comissão Mista.

2003 Criação do G-20 e do IBAS; Visita a Nova Delhi do ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para reunião do G-20; I Reunião da Comissão Mista (em Nova Delhi).

2004 Visita de Estado do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia; Lançamento do G-4.

2006 II Reunião da Comissão Mista (em Brasília); Cúpula do IBAS; Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.

2007 III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (em Nova Delhi); Visita do ex-Ministro Celso Amorim à Índia; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Nova Delhi; Visita de Estado do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia; IV Reunião de Comissão Mista do IBAS (em Nova Delhi); II Reunião de Cúpula do IBAS (na África do Sul).

2008 Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee; I Reunião de Vice-Ministros do BRIC no Rio de Janeiro; Visita oficial da Presidente da República da Índia, Pratibha Patil; V Reunião Ministerial do IBAS na Cidade do Cabo, África do Sul; Reunião Ministerial do BRIC na Rússia.

2009 Abertura da Aditância Militar do Brasil em Nova Delhi; Entrada em vigor do ACP Mercosul-Índia; IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia..

2010 Visita à Índia do Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Visita de trabalho ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, paralelamente à realização da IV Reunião de Cúpula do IBAS e da II Reunião Ministerial do BRIC (Brasília); II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília); Visita à Índia do Diretor de Programa do INMETRO, Prof. Wanderley de Souza; Visita ao Brasil do Comandante da Força Aérea indiana, P.V. Naik; Visita à Índia do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Delhi); Visita à Índia do então Secretário-Geral, Embaixador Antonio Patriota (Nova Delhi).

2011 Visita à Índia do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio patriota; III Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico; VII Reunião Ministerial do IBAS (N. Delhi).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1947 Independência da Índia (agosto); Governo de Jawaharlal Nehru (até 1964); Secessão do Paquistão.

1948 Assassinato de Gandhi; Guerra com Paquistão - conflito pela Caxemira.

1962 Guerra com a China (por Ladakh), e perda do território.

1965 Guerra com Paquistão na região da Caxemira.

1966 Governo dc Indira Gandhi (até 1984).

1971 Guerra com Paquistão; Secessão de Bangladesh.

1974 Primeiro teste nuclear.

1984 Assassinato de Indira Gandhi (pelos rebeldes sikhs); Governo de Rajiv Gandhi (até 1991).

1991 Assassinato de Rajiv Gandhi; Governo de Narasimha Rao (até 1998); Reforma econômica, por Manmohan Singh (Ministro das Finanças).

1998 Governo de Athal Bihari Vajpayee (até 2004); Testes nucleares, seguidos de condenação internacional.

1999 Assinatura da Declaração de Paz de Lahore (com Paquistão); Guerra de Kargil (com Paquistão).

2000 A Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.

2002 Teste do míssil balístico de capacidade nuclear – Agni; Paquistão testa o míssil terra-terra de capacidade nuclear – Ghauri; Abdul Kalam é eleito Presidente.

2004 Início do Governo de Manmohan Singh; Lançamento do G-4.

2006 Visita do Presidente George Bush; Acordo Nuclear EUA-Índia.

2007 Pratibha Patil torna-se a primeira mulher Presidente da República da Índia.

2008 Primeira missão orbital indiana: foguete Chandrayaan-1; Ataques terroristas em Mumbai deixam 200 mortos.

2009 Acordo nuclear Índia-Rússia (fevereiro); Vitória do Partido do Congresso nas eleições parlamentares (maio); Anunciada criação do novo Estado de Telangana (dezembro).

2010 Acordo nuclear Índia-Canadá (junho); Início das negociações de acordo nuclear com o Japão e a Coreia do Sul (junho); Retomada do diálogo Índia-Paquistão após os atentados em Mumbai; Visita do Presidente Barack Obama; Governo norte-americano anuncia apoio à presença da Índia como membro-permanente no CSNU.

2011 Retomada do Diálogo Índia-Paquistão na capital butanesa (fevereiro).

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Cultural	23/09/1968	15/07/1970		
Acordo de Comércio com a Índia	03/02/1968	13/10/1969		
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990	98943	13/02/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992	510	27/04/1992
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	22/02/1992	22/02/1992		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário.	15/09/1993	15/09/1992		
Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-India para Cooperação Científica e Tecnológica.	27/01/1996	27/01/1996		
Declaração Conjunta sobre o Termo de Referência para a Constituição do Conselho Comercial Indo-Brasileiro.	27/01/1996	27/01/1996		
Agenda Comum para o Meio Ambiente.	27/01/1996	27/01/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	02/07/1997	03/08/1997		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Paises.	05/05/1998	05/05/1998		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, na Área de Saúde e Medicina.	05/05/1998	05/05/1998		
Memorando de Entendimento referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol	8/04/2002	28/02/2006	5.816	26/06/2006
Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Politica, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural.	22/08/2002	22/08/2002		
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	1/12/2003	27/12/2006	6.111	10/5/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004		
Programa de Intercâmbio de Cooperação no Campo da Educação	1/02/2006	1/02/2006		

Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos	12/09/2006	12/09/2006		
Memorando de Entendimento com vistas à Implementação das "Semanas de Cultura Brasileira na Índia" e das "Semanas de Cultura Indiana no Brasil"	12/09/2006	12/09/2006		
Memorando de Entendimento sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza	18/02/2008	18/02/2008		
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Esportes e Assuntos de Juventude	18/02/2008	18/02/2008		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Infra-Estrutura	18/02/2008	18/02/2008		
Memorando de Entendimento na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária	16/04/2008	16/04/2008		
Memorando de Entendimento para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins	16/04/2008	16/04/2008		
Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural entre o Ministério de Minas e Energia do Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Petróleo e Gás Natural do Governo da República da Índia	16/04/2008	16/04/2008		

ATOS BILATERAIS EM TRAMITAÇÃO

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007	Em tramitação na Câmara dos Deputados
Tratado de Extradição entre o Brasil e a Índia	16/04/2008	Em tramitação na Câmara dos Deputados
Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004	Em processo de ratificação
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/01/2004	Em processo de ratificação
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	Em processo de ratificação

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Índia	12/09/2006	Em processo de ratificação
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/09/2006	Aguarda promulgação
Acordo de Co-Produção Audiovisual	04/06/2007	Aguarda promulgação
Ajuste Complementar sobre Cooperação para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados dos Satélites de Sensoreamento Remoto da Índia	04/06/2007	Aguarda aprovação do Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior

DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Índia
Superfície	3.287.263 Km²
Localização	Ásia
Capital	Nova Delhi
Principais cidades	Mumbai, Calcutá, Nova Delhi, Madras, Bangalore, Hyderabad, Ahmedabad
Idiomas	Hindu e inglês
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 1.668 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 1.409
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US$ 4.195 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US$ 3.543
Moeda	Rúpia indiana

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2011.

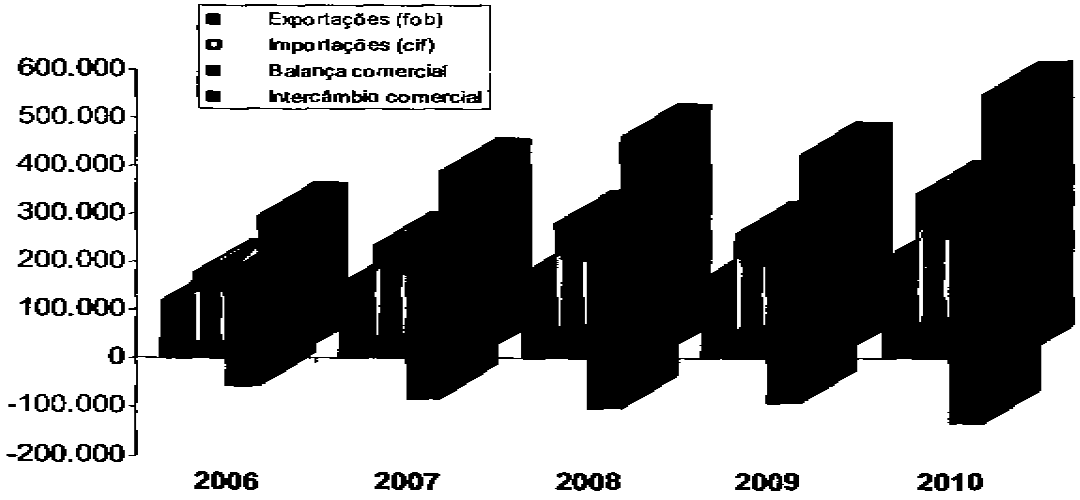
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões de habitantes) (2)	1.112	1.130	1.146	1.166	1.184
Densidade demográfica (hab/Km²)	338,3	343,8	349,2	354,7	360,2
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	958,1	1.187,3	1.260,0	1.298,1	1.667,9
Crescimento real do PIB (%)	9,4	9,6	5,1	9,1	9,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	6,2	6,4	8,4	10,9	12,0
Reservas internacionais (US$ bilhões)	176,1	273,9	254,0	274,7	287,1
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	143,4	205,0	230,6	225,6	242,7
Câmbio (Rs / US$)	45,31	41,35	43,51	48,41	45,73

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2011.
(1) Estimativa EIU.
(2) 2008 a 2010: estimativa.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	120.550	153.775	177.700	165.204	207.899
Importações (cif)	176.669	235.025	281.467	257.665	342.046
Balança comercial	-56.119	-81.250	-103.767	-92.461	-134.148
Intercâmbio comercial	297.219	388.800	459.167	422.869	549.944

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011.

COMÉRCIO EXTERIOR DA ÍNDIA
2006 – 2010



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES						
Estados Unidos	20.852	11,7%	18.280	11,1%	27.469	13,2%
Emirados Árabes Unidos	21.848	12,3%	20.667	12,5%	25.049	12,0%
China	9.664	5,4%	10.155	6,1%	17.700	8,5%
Hong Kong	6.573	3,7%	6.938	4,2%	8.874	4,3%
Cingapura	7.997	4,5%	6.721	4,1%	8.684	4,2%
Alemanha	6.037	3,4%	5.451	3,3%	6.423	3,1%
Reino Unido	6.621	3,7%	6.183	3,7%	6.423	3,1%
Japão	3.214	1,8%	3.186	1,9%	5.034	2,4%
Países Baixos	6.016	3,4%	6.407	3,9%	4.529	2,2%
Bélgica	4.363	2,5%	3.450	2,1%	4.410	2,1%
Itália	3.810	2,1%	3.238	2,0%	4.408	2,1%
Brasil	*2.541*	*1,4%*	*1.769*	*1,1%*	*4.347*	*2,1%*
França	2.995	1,7%	3.226	2,0%	4.275	2,1%
Arábia Saudita	4.668	2,6%	3.730	2,3%	4.100	2,0%
República da Coréia	3.706	2,1%	3.732	2,3%	3.494	1,7%
Indonésia	2.428	1,4%	2.873	1,7%	3.105	1,5%
Turquia	1.475	0,8%	1.288	0,8%	2.981	1,4%
Malásia	*3.215*	*1,8%*	*3.464*	*2,1%*	*2.900*	*1,4%*
Bangladesh	2.575	1,4%	2.181	1,3%	2.846	1,4%
Espanha	2.430	1,4%	1.923	1,2%	2.556	1,2%
Sri Lanka	*2.484*	*1,4%*	*1.733*	*1,0%*	*2.229*	*1,1%*
África do Sul	2.139	1,2%	1.865	1,1%	2.104	1,0%
Israel	1.480	0,8%	1.609	1,0%	2.051	1,0%
Tailândia	1.936	1,1%	1.592	1,0%	2.029	1,0%
Irã	2.369	1,3%	1.953	1,2%	1.947	0,9%
Canadá	1.335	0,8%	1.139	0,7%	1.891	0,9%
Vietnã	1.697	1,0%	1.722	1,0%	1.878	0,9%
Austrália	1.357	0,8%	1.315	0,8%	1.758	0,8%
SUBTOTAL	137.823	77,6%	127.783	77,3%	165.494	79,6%
DEMAIS PAÍSES	39.877	22,4%	37.421	22,7%	42.404	20,4%
TOTAL GERAL	177.700	100,0%	165.204	100,0%	207.898	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES						
China	30.276	10,8%	28.840	11,2%	44.012	12,9%
Emirados Árabes Unidos	18.821	6,7%	15.418	6,0%	22.046	6,4%
Estados Unidos	18.889	6,7%	16.644	6,5%	20.394	6,0%
Arábia Saudita	19.479	6,9%	14.603	5,7%	19.562	5,7%
Austrália	8.277	2,9%	10.744	4,2%	15.947	4,7%
Cingapura	7.603	2,7%	6.047	2,3%	13.305	3,9%
Irã	11.829	4,2%	10.574	4,1%	13.301	3,9%
Alemanha	11.238	4,0%	10.722	4,2%	12.354	3,6%
Indonésia	6.212	2,2%	7.864	3,1%	11.054	3,2%
Hong Kong	5.463	1,9%	4.971	1,9%	9.718	2,8%
Japão	7.286	2,6%	6.386	2,5%	9.573	2,8%
Kuaite	8.967	3,2%	7.535	2,9%	9.507	2,8%
Bélgica	5.171	1,8%	5.311	2,1%	8.834	2,6%
República da Coréia	7.953	2,8%	7.856	3,0%	8.764	2,6%
Nigéria	8.426	3,0%	5.675	2,2%	8.308	2,4%
Iraque	7.298	2,6%	5.841	2,3%	8.121	2,4%
Suíça	11.044	3,9%	10.222	4,0%	7.411	2,2%
África do Sul	*4.984*	*1,8%*	*4.901*	*1,9%*	*5.800*	*1,7%*
Reino Unido	5.562	2,0%	3.979	1,5%	5.650	1,7%
Catar	3.206	1,1%	4.107	1,6%	5.344	1,6%
Malásia	6.767	2,4%	4.923	1,9%	5.288	1,5%
Itália	4.206	1,5%	3.574	1,4%	4.883	1,4%
Tailândia	2.567	0,9%	2.684	1,0%	4.351	1,3%
Angola	1.321	0,5%	3.428	1,3%	4.336	1,3%

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2009[1] Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (fob)		
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	32.598	18,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	24.022	13,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9.616	5,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	7.170	4,1%
Produtos químicos orgânicos	6.967	3,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	6.125	3,5%
Minérios, escórias e cinzas	5.794	3,3%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	5.717	3,2%
Vestuário e seus acessórios, de malha	5.187	2,9%
Produtos farmacêuticos	5.011	2,8%
Ferro fundido, ferro e aço	4.386	2,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.289	2,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	3.763	2,1%
Algodão	3.195	1,8%
Plásticos e suas obras	2.338	1,3%
Outros artefatos têxteis confeccionados	2.319	1,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	1.783	1,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	1.708	1,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.669	0,9%
Cobre e suas obras	1.530	0,9%
Café, chá, mate e especiarias	1.519	0,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	1.481	0,8%
Subtotal	138.187	78,2%
Demais Produtos	38.578	21,8%
Total Geral	176.765	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição anual disponível em 10/05/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2009 Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	82.662	31,0%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	42.614	16,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	24.127	9,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.122	9,1%
Produtos químicos orgânicos	8.490	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço	8.463	3,2%
Adubos ou fertilizantes	6.064	2,3%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	5.203	2,0%
Plásticos e suas obras	5.171	1,9%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	4.943	1,9%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	4.612	1,7%
Minérios, escórias e cinzas	3.439	1,3%
Produtos químicos inorgânicos	3.226	1,2%
Embarcações e estruturas flutuantes	3.023	1,1%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	2.995	1,1%
Subtotal	229.154	86,0%
Demais Produtos	37.248	14,0%
Total Geral	266.402	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição anual disponível em 10/05/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÍNDIA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	938.889	957.854	1.102.342	3.415.040	3.492.351
Variação em relação ao ano anterior	-17,5%	2,0%	15,1%	209,8%	2,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	4,5%	3,8%	2,9%	8,7%	6,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,6%	0,6%	2,2%	1,7%
Importações	1.473.952	2.169.274	3.564.304	2.191.097	4.242.404
Variação em relação ao ano anterior	22,5%	47,2%	64,3%	-38,5%	93,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	6,4%	7,1%	7,6%	6,1%	7,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,6%	1,8%	2,1%	1,7%	2,3%
Intercâmbio comercial	2.412.841	3.127.128	4.666.646	5.606.137	7.734.755
Variação em relação ao ano anterior	3,1%	29,6%	49,2%	20,1%	38,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	5,5%	5,6%	5,5%	7,4%	6,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,1%	1,1%	1,3%	0,2%	2,0%
Balança comercial	-535.063	-1.211.420	-2.461.962	1.223.943	-750.053

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

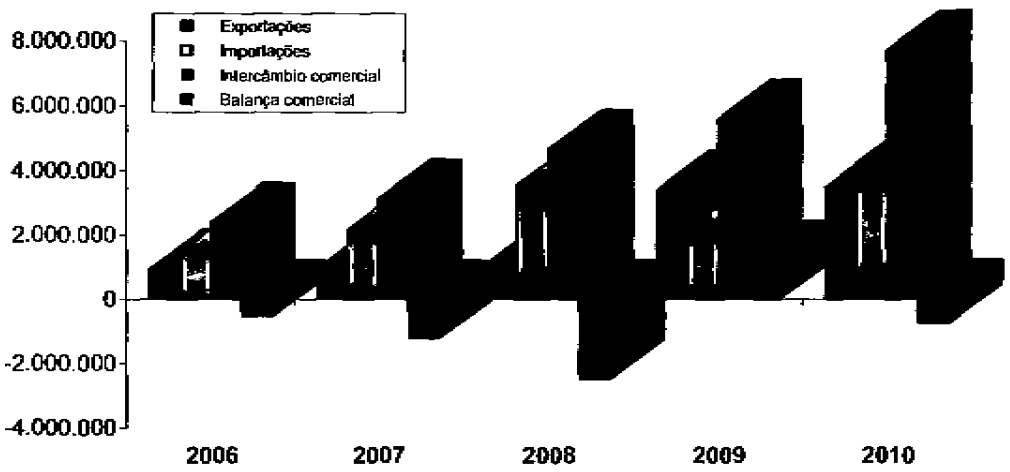
(2) Exclusive Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	1.107.817	835.971
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	131,7%	-24,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	8,2%	4,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	2,0%	1,2%
Importações	1.127.936	1.435.788
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	73,9%	27,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	7,2%	6,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras	2,2%	2,2%
Intercâmbio Comercial	2.235.753	2.271.759
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-46,9%	1,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	7,7%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	2,1%	1,5%
Balança Comercial	-20.119	-599.817

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA
2006-2010

(US$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	20.395	1,9%	872.780	25,6%	1.254.978	35,9%
Açúcares e produtos de confeitaria	43.683	4,0%	1.468.427	43,0%	986.086	28,2%
Minérios, escórias e cinzas	285.836	25,9%	164.458	4,8%	409.584	11,7%
Ferro fundido, ferro e aço	70.419	6,4%	212.944	6,2%	244.820	7,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	108.442	9,8%	73.466	2,2%	121.779	3,5%
Produtos químicos orgânicos	58.043	5,3%	38.830	1,1%	88.028	2,5%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	195.516	17,7%	134.007	3,9%	74.822	2,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	53.587	4,9%	81.681	2,4%	50.576	1,4%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	33.240	3,0%	36.703	1,1%	37.856	1,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	31.769	2,9%	125.429	3,7%	27.729	0,8%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	29.346	2,7%	15.571	0,5%	20.548	0,6%
Subtotal	930.167	84,4%	3.225.276	94,4%	3.316.756	95,0%
Demais Produtos	172.175	15,6%	189.764	5,6%	175.585	5,0%
TOTAL GERAL	1.102.342	100,0%	3.415.040	100,0%	3.492.351	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Promoção Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.699.556	47,7%	600.033	27,4%	1.872.825	44,1%
Produtos químicos orgânicos	432.352	12,1%	405.637	18,5%	439.485	10,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	167.224	4,7%	217.462	9,9%	236.498	5,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	137.063	3,8%	127.736	5,8%	216.793	5,1%
Algodão	159.002	4,5%	89.784	4,1%	203.196	4,8%
Filamentos sintéticos ou artificiais	130.992	3,7%	76.067	3,5%	198.027	4,7%
Produtos farmacêuticos	160.426	4,5%	93.176	4,3%	120.747	2,8%
Ferro fundido, ferro e aço	69.225	1,9%	50.561	2,3%	114.462	2,7%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	55.011	1,5%	51.708	2,4%	91.832	2,2%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	87.488	2,5%	84.237	3,8%	91.536	2,2%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	52.015	1,5%	55.352	2,5%	86.102	2,0%
Subtotal	3.150.348	88,4%	1.851.753	84,5%	3.671.421	86,5%
Demais Produtos	413.956	11,6%	339.344	15,5%	570.983	13,5%
TOTAL GERAL	3.564.304	100,0%	2.191.097	100,0%	4.242.404	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Promoção Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÍNDIA (US$ mil - fob)	2010 (jan-abr)	% no total	2011 (jan-abr)	% no total
Exportações				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	303.934	27,4%	313.310	37,5%
Minérios, escórias e cinzas	121.314	11,0%	227.569	27,2%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	47.237	4,3%	62.493	7,5%
Ferro fundido, ferro e aço	71.652	6,5%	56.908	6,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	35.332	3,2%	37.031	4,4%
Produtos químicos orgânicos	31.546	2,8%	20.851	2,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	416.179	37,6%	18.270	2,2%
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	167	0,0%	17.486	2,1%
Subtotal	1.027.361	92,7%	753.918	90,2%
Demais Produtos	80.456	7,3%	82.053	9,8%
TOTAL GERAL	1.107.817	100,0%	835.971	100,0%
Importações				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	382.454	33,9%	688.202	47,9%
Produtos químicos orgânicos	108.641	9,6%	148.390	10,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	54.247	4,8%	104.638	7,3%
Filamentos sintéticos ou artificiais	59.461	5,3%	78.605	5,5%
Produtos farmacêuticos	33.539	3,0%	39.898	2,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	158.903	14,1%	39.605	2,8%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	32.037	2,8%	38.738	2,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	22.417	2,0%	37.237	2,6%
Plásticos e suas obras	20.264	1,8%	26.089	1,8%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	30.366	2,7%	24.929	1,7%
Ferro fundido, ferro e aço	34.094	3,0%	22.868	1,6%
Algodão	55.923	5,0%	18.336	1,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	10.268	0,9%	17.852	1,2%
Subtotal	1.002.614	88,9%	1.285.387	89,5%
Demais Produtos	125.322	11,1%	150.401	10,5%
TOTAL GERAL	1.127.936	100,0%	1.435.788	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Promoção Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2011

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

REINO DO BUTÃO

Índice

DADOS BÁSICOS .....

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK .....
LYONCHEN JIGME THINLEY .....
LYONPO UGYEN TSHERING .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
ATOS BILATERAIS .....
DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS .....

Dados básicos

NOME OFICIAL	Reino do Butão
CAPITAL	Thimphu
MAIORES CIDADES (2005)*	Thimphu (est. 98.676)
ÁREA	38.394 km² (comparável à área da Suíça: 41.284 km²)
POPULAÇÃO (2010)	708.427 habitantes (comparável à população do Estado do Acre: 732.793 habitantes)
IDIOMAS	Dzongkha (língua nacional) e outras. O inglês é compreendido em áreas urbanas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (75%), Hinduísmo (24%), Outros (1%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rei Jigme Khesar N. WANGCHUK
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Lyonchen Jigmi Y. THINLEY
Ministro dos Negócios Estrangeiros	Ministro Lyonpo Ugyen TSHERING
PIB (2010)	US$ 1,4 bilhões (preços correntes)
PIB PPP (2010)	US$ 3,6 bilhões
PIB *per capita* (2010)	US$ 2,0 mil (preços correntes) – (Butão: 132° posição - IDH Médio; Brasil: 73° posição - IDH alto, *Relatório PNUD 2007*; taxa de analfabetismo: 53%)
PIB *per capita* PPP (2010)	US$ 5,3 mil
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

FONTE: "World Bank World Development Indicators", fevereiro de 2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) – Fonte: MDIC

BRASIL → BUTÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-abr)
Intercâmbio	**0**	**47**	**127**	**36**	**28**	**77**	**0**	**0**	**0**	**0,2**
Exportações	0	47	0.8	36	28	19	0	0	0	0
Importações	**0**	0	126	**0**	**0**	58	0	0	0	**0,2**
Saldo	0	47	-125	36	28	-39	0	0	0	**-0,2**

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte do Butão

BRASIL - BUTÃO	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
Intercâmbio	302	0	0	1	0
Exportações do Butão para o Brasil (fob)	0	n.d	n.d	1	0
Importações do Butão procedentes do Brasil (cif)	302	n.d	n.d	0	0
Saldo	-302	n.a	n.a	1	0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/trademap.

(1) Última posição disponível em 11/05/2011.

Perfis Biográficos

Jigme Khesar Namgyel WANGCHUCK
Rei

Nasceu em 21 de fevereiro de 1980, em Thimphu. É o filho mais velho da rainha Tshering Yangdön Wangchuk e de Jigme Singey Wangchuk, o quarto Rei da dinastia Wangchuk, no trono desde 1907.

Cursou o ensino fundamental em seu país e concluiu os estudos secundários nos Estados Unidos. Graduou-se pela *Cushing Academy* e pelo *Wheaton College*, em Massachusetts. Posteriormente, em 2000, mudou-se para a Inglaterra, onde completou o Programa de Serviço Exterior na Universidade de Oxford. Em 2005, frequentou o célebre Colégio de Defesa Nacional da Índia, em Nova Délhi. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de *New Brunswick*, no Canadá, e pela Universidade de *Rangsit*, na Tailândia.

Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assumiu a direção do país em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou do trono em seu favor, transferindo-lhe todos os encargos e prerrogativas reais a partir de então. Após o referendo de 2008, que instituiu a Monarquia Constitucional, Wangchuck permaneceu no trono como Chefe de Estado. Em 1° de novembro daquele ano, foi coroado Rei do Butão. Dentre suas principais responsabilidades estão fortalecer as instituições democráticas e zelar pelo bem-estar da população.

Inspirado nas ideias de seu pai, Wangchuck tem contribuído para a promoção do conceito de "Índice de Felicidade" (ou "Felicidade Interna Bruta") em substituição ao conceito tradicional de Produto Interno Bruto. Tratar-se-ia de ferramenta mais humana e eficaz para se medir a verdadeira riqueza e bem-estar de uma sociedade.

Lyonchen Jigme THINLEY
Primeiro-Ministro

Nascido em 1952 no Distrito de Bumthang, exerce o cargo de Primeiro-Ministro desde abril de 2008. Iniciou carreira no serviço público em 1974. Recebeu título honorífico em 1987, e tornou-se administrador da região Leste do país em 1990. Foi Secretário no Ministério Negócios Estrangeiros do Butão em 1992, tendo sido promovido a Vice-Ministro, em 1994. Nesse mesmo ano, foi designado Representante Permanente do Butão em Genebra.

Anteriormente ao estabelecimento da democracia no Butão, Jigme Thinley havia sido Primeiro-Ministro em duas ocasiões: entre 1998-99 e 2003-04. Também foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1998 a 2003, tendo servido na Pasta de Assuntos Internos e Culturais. Em março de 2008, esteve à frente do partido *Druk Phuensum Tshogpa* nas primeiras eleições democráticas do Butão, tendo conquistado 45 de 47 assentos na Assembléia Nacional; tornando-se assim pioneiro ao ser eleito democraticamente para o cargo de Primeiro-Ministro.

Lyonpo Ugyen TSHERING
Ministro dos Negócios Estrangeiros

O Ministro Tshering nasceu em Timphu em 8 de agosto de 1954. Graduou-se em Economia e Desenvolvimento pela Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Integrou a Comissão de Planejamento do Governo de seu país de 1978 a 1989.

Entre 1989 e 1998, foi Embaixador na Missão Permanente do Butão na ONU.

De 2003 a 2007, Tshering ocupou a Pasta de Ministro do Trabalho e dos Recursos Humanos.

Tomou posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros em abril de 2008.

Relações bilaterais

O Brasil propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com o Reino do Butão em outubro de 2004 e em maio de 2005. Embora em ambas as ocasiões a Parte butanesa houvesse indicado receber positivamente a proposta brasileira, expressou formalmente interesse em estabelecer relações diplomáticas com o Brasil somente em 21 de setembro de 2009. O estabelecimento formal concretizou-se mediante a assinatura de Comunicado Conjunto entre os Chanceleres de ambos os países em cerimônia à margem da 64ª Assembléia-Geral da ONU, em Nova York.

A formalização do relacionamento bilateral deverá contribuir para reforçar a presença diplomática brasileira na região, sobretudo em momento de considerável adensamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia, grande parceiro do Reino do Butão.

Entre as potenciais áreas a serem exploradas no relacionamento do Brasil com o país himalaio, destacam-se possibilidades de cooperação no campo da construção civil - hidrelétricas, pontes, estradas -, dada a vasta experiência do Brasil nesses setores e a carência de infraestrutura do Butão. Estima-se que, a fim de lograr a plena implementação do 10º Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Butão necessitará de cerca de US$ 300 milhões em financiamento externo. Eventuais programas de cooperação entre o Brasil e o Butão poderiam canalizar recursos por meios diversos, entre os quais doações, empréstimos a juros baixos, bolsas de estudo ou programas de treinamento e apoio por meio de ONGs, fundações ou agências oficiais.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

O Governo brasileiro não concedeu empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano do Reino do Butão.

Política Interna

O Butão passa por processo de transição política, tendo abandonado o Regime Monárquico Absolutista em favor de um regime Parlamentarista Democrático. Em dezembro de 2006, Jigme Singey Wangchuk, o quarto Rei da dinastia Wangchuk, abdicou do trono em favor do seu filho, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck. Esse levou adiante as iniciativas de democratização do país, trabalhando na formulação de uma Constituição em conjunto com diversos segmentos da sociedade. A Carta Magna foi publicada em 2005 e, após amplo debate nacional, aprovada pelo Parlamento em julho de 2008.

Em 2007, o país organizou as primeiras eleições para a Câmara Alta do Parlamento (com 80% de participação popular), seguidas de eleições para a Câmara Baixa, no ano seguinte. Os principais partidos são *o Druk Phuensum Tshogpa*, pró-monarquista e composto pela elite do período pré-democrático, e o Partido Democrático do Povo, que contestou o resultado das últimas eleições, mas cuja plataforma política não difere significativamente do primeiro.

O sistema político vigente no Butão desde 2007 baseia-se em Parlamento Bicameral, composto por uma Câmara Baixa (Assembleia Nacional), integrada por 47 membros, eleitos por período de 5 anos, e uma Câmara Alta (Conselho Nacional), composta por 25 membros, 5 dos quais nomeados pelo Rei e o restante eleito diretamente. O sufrágio é universal no país desde as reformas políticas introduzidas a partir da Constituição de 2008.

O Poder Executivo é exercido por Conselho de Ministros ("Lhengye Shungtsog"), composto por 10 membros nomeados pelo Rei e aprovados pela Assembleia Nacional. O Primeiro-Ministro exerce as funções de Chefe de Governo e é eleito, entre os membros do Conselho de Ministros. O Butão possui sistema legal baseado no Direito Comum britânico.

Além de constituir a religião oficial do país, o Budismo desempenha papel fundamental na definição da política, da cultura e do comportamento do povo butanês. Os membros do "Corpo Monástico" - cerca de cinco mil integrantes - possuem hierarquia semelhante àquela do Rei.

Política Externa

A política externa do Butão orienta-se pelos princípios de manutenção da segurança do país, da promoção da paz por meio de diálogo com a comunidade internacional, da preservação da soberania, da integridade territorial e do

patrimônio cultural e religioso do povo butanês. O Ministro das Relações Exteriores é Lyonpo Ugyen Tshering, na função desde abril de 2008.

Além do Brasil, o Butão mantém relações diplomáticas com apenas 22 países (Austrália, Áustria, Bareine, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Índia, Japão, Kuwait, Maldivas, Nepal, Holanda, Noruega, Paquistão, Coreia do Sul, Cingapura, Sri Lanka, Suécia, Suíça e Tailândia); o mais recente a ser incluído nesse rol foi a Bélgica, decisão formalizada em abril de 2009, em função do interesse butanês em aprofundar suas interações com a União Europeia. A diplomacia butanesa tem privilegiado estabelecer relações diplomáticas com países que possam oferecer cooperação. O país possui apenas cinco Embaixadas no exterior (Índia, Bangladesh, Tailândia, Kuwait e Bélgica), além das Missões junto às Nações Unidas em Nova York e em Genebra. Apenas Índia e Bangladesh possuem Embaixadas residentes em Timphu.

Cabe notar que o Butão não possui relações diplomáticas com qualquer dos países do P-5. O contato consular com os EUA é efetuado por meio da Embaixada norte-americana em Nova Delhi.

A Índia é o parceiro mais próximo do Butão. Os dois países mantêm Tratado de Amizade e Cooperação Recíproca que data de 1949. A Índia apoiou o processo de transição democrática do Butão e há intensa troca de visitas de alto nível entre autoridades dos dois países. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, S.M. Krishna, visitou o Butão em junho de 2009, sua primeira viagem ao exterior como Chanceler. A primeira visita oficial do atual Primeiro-Ministro butanês teve Nova Delhi como destino, em novembro de 2008.

O Reino do Butão é membro das Nações Unidas desde 1971 e tradicionalmente coordena suas votações com a Delegação indiana. Para um pequeno país localizado em região geograficamente sensível, a diplomacia multilateral é particularmente importante. Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de 45 organizações internacionais. O multilateralismo representa não apenas oportunidade de expressar suas prioridades no contexto internacional, mas também no que se refere ao acesso a programas de assistência técnica e financeira, tanto no âmbito regional, por meio do "Asian Development Bank (ABD)" quanto no âmbito global, por meio da ONU (sobretudo o PNUD).

Em seu discurso por ocasião da abertura da LXIII AGNU, em setembro de 2008, o Primeiro-Ministro Jigme Thinley expressou particular preocupação com a Mudança do Clima e com os efeitos da crise financeira internacional - que, ao afetar a Índia, teve impacto na pequena economia butanesa.

O Butão ganhou notoriedade internacional ao promover o conceito do "Índice da Felicidade" ("Gross National Happiness" - GNH). Trata-se de tentativa de buscar quantificar-se a qualidade de vida de um povo com base em interpretação de natureza holística. O termo GNH foi cunhado em 1972, pelo então Rei do Butão - pai do atual Monarca - como forma de promover a preservação dos valores espirituais e culturais budistas do país e tem orientado o processo de desenvolvimento butanês.

Segundo seus idealizadores, os quatro pilares declarados do referido conceito são: promoção do desenvolvimento sustentável, preservação e promoção de valores culturais, conservação do meio ambiente e estabelecimento de boa governança. O "Centre of Bhutan Studies", "think tank" patrocinado pelo Governo butanês, tem organizado reuniões internacionais periódicas para promover o GNH e criar plataforma de diálogo entre especialistas no assunto. A 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade teve lugar em Foz do Iguaçu, de 20 a 24 de novembro de 2009. O Primeiro-Ministro butanês compareceu ao encontro, o que representou a primeira visita de uma autoridade do Butão ao Brasil.

Economia, comércio e investimentos

A economia do Butão é uma das de menor porte no mundo (PIB estimado em US$ 3.8 bilhões), porém vem registrando elevados índices de crescimento, sobretudo em função de projetos no setor hidrelétrico desenvolvidos em parceria com empresas indianas. A cooperação bilateral entre o Butão e a Índia na área prevê a construção de um parque energético de mais de dez usinas hidrelétricas até 2020, equivalentes a um potencial extra de 11.576 megawatts. Os acordos incluem também a capacitação de técnicos butaneses para operar as instalações.

De acordo com os últimos dados da Autoridade Monetária Real do Butão, a economia registrou crescimento de 21,4 % no exercício fiscal de 2007-2008, frente ao índice de 6,3% registrado em 2006-2007. Tal fato se deve principalmente ao início das operações da usina hidrelétrica de Tala, cuja construção foi finalizada em março de 2007. A ampliação do intercâmbio de energia elétrica com a Índia tem gerado a expectativa de crescimento econômico sustentado no longo prazo.

Embora seja o setor energético a principal fonte de recursos externos do Butão, a base produtiva do país é predominantemente agrária. Os setores florestal e de agricultura de subsistência respondem por mais de 60% da produção econômica. O setor industrial é pouco desenvolvido e concentra-se nos segmentos madeireiro, de cimento e frutas processadas. O terreno montanhoso dificulta a construção de estradas, além de limitar e encarecer sobremaneira o desenvolvimento da infraestrutura local. A maioria dos projetos de construção civil no país utiliza mão-de-obra indiana.

A Índia é o maior parceiro comercial do país (em 2008 o mercado indiano absorveu 99.4% das exportações butanesas). O regime de livre-comércio vigente entre ambos tem elevado o comércio bilateral, que atingiu em 2008 cerca de US$ 700 milhões. A venda do superávit de energia elétrica produzida no Butão - principal fonte de recursos na pauta de exportações à Índia - tem contribuído para gerar empregos no país e acelerar o crescimento econômico.

A economia do Butão é totalmente dependente da assistência financeira da Índia, a ponto de a moeda local (Ngultrum) ser atrelada à Rúpia indiana e cerca de 60% do orçamento nacional ser financiado pelo Governo indiano. O país recebe, também, ajuda externa de organismos multilaterais, sobretudo para projetos sociais, educacionais e na área de preservação do meio ambiente.

A expansão do turismo no Butão é promovida com cautela, de forma a atrair visitantes com alto poder aquisitivo e preocupados com a preservação ambiental, bem como com as tradições culturais do país.

Anexos

Cronologia histórica

- 1772 – O Butão é invadido por forças britânicas.
- 1774 – Assinado Tratado de Paz entre Butão e a Companhia Britânica das Índias Orientais.
- 1834 – Butão é novamente invadido por forças britânicas.
- 1864 – Inicia-se período de guerra civil no Butão.
- 1885 - Ugyen Wangchuck promove a união política do país.
- 1907 - Ugyen Wangchuck é escolhido como governante hereditário.
- 1910 – Controle da política externa do Butão é cedido ao Reino Unido por meio de tratado.
- 1949 – Tratado com a Índia assegura influência desse país na política externa do Butão, assegurada a não-interferência nos assuntos internos butaneses.
- 1952 – Monarca reformista Jigme Dorji Wangchuck assume o trono; Assembléia Nacional é estabelecida.
- 1959 – Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação daquele país pela China.
- 1968 – Posse do primeiro gabinete.
- 1971 – O Butão é admitido na ONU.
- 1972 - Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai
- 1990 – Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
- 1993 – Butão e Nepal tentam resolver o problema dos refugiados.
- 1997 – Anistia Internacional manifesta preocupação em relação a violações aos Direitos Humanos no sul do Butão.
- 1998 – O rei cede poderes à assembléia nacional, abdicando do posto de chefe de governo; gabinete passa a ser eleito pela assembléia.
- 1999 – Televisão e internet passam a ser permitidas de modo limitado; dezenas de prisioneiros políticos são libertados.
- 2001 – Ministros do Butão e do Nepal se reúnem para discutir a repatriação dos refugiados butaneses no Nepal. Cem mil nepaleses étnicos dizem ter sido expulsos do Butão nos anos 80 e 90, alegando repressão étnica e política.
- 2005 – Proposta de nova constituição é apresentada, vislumbrando a adoção de sistema democrático parlamentarista por meio de referendo; o rei Jigme Singye indica sua abdicação a partir de 2008, cedendo seu posto ao príncipe herdeiro.
- 2006 - O rei Jigme Singye Wangchuck abdica; o príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
- 2007 – Butão assina tratado com a Índia recuperando o controle sobre as diretrizes de sua política externa e de defesa.
- 2008 – O partido pró-monarquia *Druk Phuensum Tshogpa* conquista 44 das 47 cadeiras do parlamento nas primeiras eleições do país.

Cronologia das relações bilaterais

- 2009 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
- 2009- Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Butão, Jigmi Y. Thinley, para participar da V Conferência Internacional do Índice da Felicidade (Foz do Iguaçu 20-24 nov.).

Atos bilaterais

- Assinatura de Comunicado Conjunto para o estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Butão (NY, 21 de set/2009).

DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino do Butão
Superfície	40.077 Km^2
Localização	Ásia
Capital	Timfu
Principais cidades	Phuntsholing, Punakha, Thunkar, Timfu, Tongsa
Idiomas oficiais	Zoncá
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 1,4 bilhão
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 2.000
PIB PPP (2009 - World Bank)	US$ 3,6 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2009 - World Bank)	US$ 5.300
Moeda	Ngultrum

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhares de habitantes)	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	0,9	1,1	1,1	1,2	1,4
Crescimento real do PIB (1) (%)	10,5	20,1	-2,7	15,2	7,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	5,0	5,2	8,3	4,3	6,1
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	545	699	765	891	n.d.
Câmbio (Nu / US$) (2)	45,31	41,35	43,51	48,41	45,73

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

(1) Estimativa EIU.

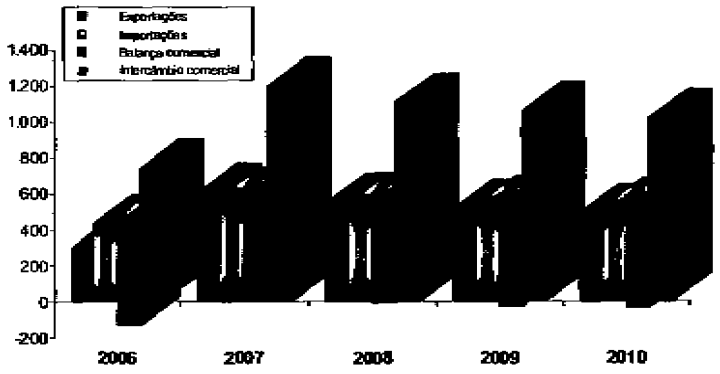
(2) 2010: dado real.

(n.d.) Dado não disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
Exportações	308	613	556	521	496
Importações	440	590	559	543	529
Balança comercial	-132	23	-3	-22	-33
Intercâmbio comercial	748	1.203	1.115	1.064	1.025

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011.

(1) Dados extraídos da UNCTAD/WTO Trademap.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009[1]	% no total
EXPORTAÇÕES				
Índia	496	95,2%	463	93,3%
Bangladesh	15	2,9%	16	3,2%
Hong Kong	2	0,4%	14	2,8%
Nepal	5	1,0%	2	0,4%
Brasil	*0,01*	*0,0%*	*0,00*	*0,0%*
SUBTOTAL	518	99,4%	495	99,8%
DEMAIS PAÍSES	3	0,6%	1	0,2%
TOTAL GERAL	521	100,0%	496	100,0%
IMPORTAÇÕES				
Índia	402	74,0%	412	77,9%
Cingapura	21	3,9%	15	2,8%
Japão	25	4,6%	12	2,3%
China	20	3,7%	10	1,9%
Suécia	6	1,1%	10	1,9%
República da Coréia	7	1,3%	8	1,5%
Malásia	5	0,9%	8	1,5%
Nepal	3	0,6%	8	1,5%
Tailândia	10	1,8%	7	1,3%
Brasil	*0,00*	*0,0%*	*0,00*	*0,0%*
SUBTOTAL	499	91,9%	490	92,6%
DEMAIS PAÍSES	44	8,1%	39	7,4%
TOTAL GERAL	543	100,0%	529	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.
(1) Última posição disponível em 11/05/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	211	42,5%
Ferro fundido, ferro e aço	123	24,8%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	57	11,5%
Produtos químicos inorgânicos	22	4,4%
Cobre e suas obras	20	4,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	13	2,6%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	10	2,0%
Subtotal	456	91,9%
Demais Produtos	40	8,1%
Total Geral	496	100,0%
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	93	17,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	66	12,5%
Ferro fundido, ferro e aço	49	9,3%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	47	8,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	42	7,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19	3,6%
Cereais	17	3,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	14	2,6%
Cobre e suas obras	13	2,5%
Plásticos e suas obras	11	2,1%
Subtotal	371	70,1%
Demais Produtos	158	29,9%
Total Geral	529	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
(1) Última posição anual disponível em 11/05/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BUTÃO[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	28	19	0	0	0
Variação em relação ao ano anterior	-22,2%	-32,1%	n.a.	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	0	58	0	0	0
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	28	77	0	0	0
Variação em relação ao ano anterior	-22,2%	175,0%	n.a.	n.a.	n.a.
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia[2]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	28	-39	0	0	0

Elaborada pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações reportadas a vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Excluído Oriente Médio.

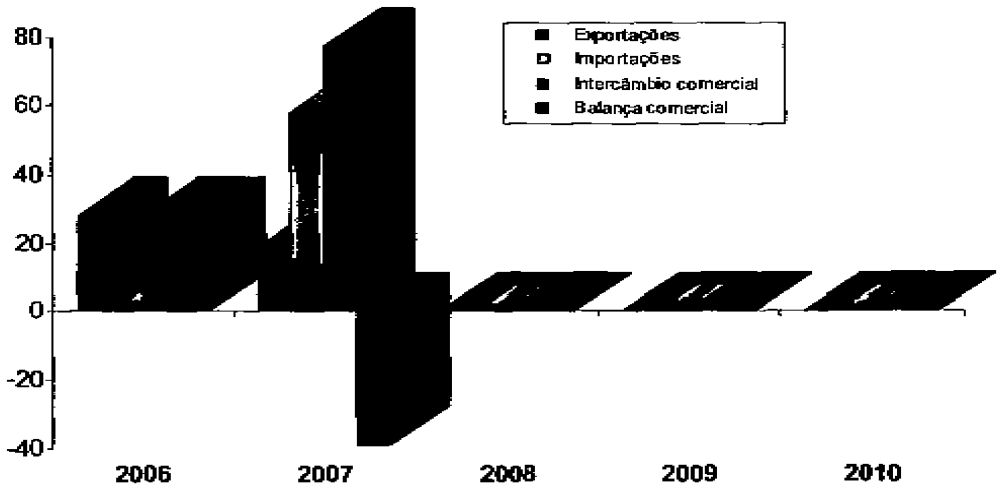
(n.a.) Critério não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BUTÃO (US$ mil, fob)	2010 (jan-abr)	2011 (jan-abr)
Exportações	0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	0,2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	0	0,2
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	0	-0,2

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(n.a.) Critério não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BUTÃO
2006-2010



Aviso nº 259 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia, e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 86, DE 2011
(nº 176/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

Os méritos do Senhor Bruno Luiz dos Santos Cobuccio que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EMº 00263 MRE

Brasília, 23 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota,

EM Nº 263 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 23 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa

minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO *BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO*
CPF.: 042.532.641-15
ID.: 3203 MRE

1955	Filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, nasce em 16 de abril em Santos/SP
Dados Acadêmicos:	
1977	Economia pela Universidade de Campinas/SP
2010	CAE - IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência
Cargos:	
1982	CPCD - IRBr
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, do Quadro Especial
Funções:	
1984	Divisão do Pessoal, assistente
1984-85	Departamento Econômico, assistente
1985-90	Embaixada em Budapeste, Terceiro e Segundo-Secretário
1990-91	Divisão da América Meridional I, assistente
1991-92	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, Chefe de Gabinete
1992-93	Presidência da República, Secretaria de Planejamento, Assessor Especial
1993-97	Embaixada em Madri, Segundo e Primeiro-Secretário
1997-01	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário
2001-03	Instituto Rio Branco, Assistente do Diretor
2003-06	Ministério da Integração Nacional, Assessor Especial
2006-08	Embaixada em Montevidéu, Conselheiro
2008	Embaixada em Paris, Conselheiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA

INFORMAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL

REPÚBLICA GABONESA

Maio de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS

INTERCÂMBIO BILATERAL

PERFIS BIOGRÁFICOS

ALI-BEN BONGO ONDIMBA

PAUL TOUNGUI

RELAÇÕES BILATERAIS

COOPERAÇÃO TÉCNICA

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

ASSUNTOS CONSULARES

POLÍTICA INTERNA

POLÍTICA EXTERNA

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

ATOS BILATERAIS

DADOS ECONÔMICOS -COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Gabonesa
CAPITAL:	Libreville
ÁREA:	267.667 km^2
POPULAÇÃO (2010)	1,5 milhão
IDIOMA:	Francês (oficial); línguas locais (pricipais: fang, myene, nzebi, bapounou/eschira, bandjabi).
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Crisitianismo 73%, islamismo 12%, crenças locais 10%, sem crenças 5%
SISTEMA POLÍTICO:	Democracia, sistema híbrido presidencialista-parlamentarista.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ali-Ben Bongo Ondimba (desde agosto de 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jean Éyéghé Ndong (desde dezenbro de 2007)
CHANCELER:	Paul Toungui (desde outubro de 2008)
PIB (2010)*:	22,5 bilhões (PPP) 12,2 bilhões (nominal)
PIB PER CAPITA (2010)*:	US$ 15.034 (PPP) US$ 8.144 (nominal)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Emb. Benjamin Legnongo-Ndumba
EMBAIXADOR DO BRASIL NO GABÃO:	Emb. Carlos Alberto Ferreira Guimarães

** Economist Intelligence Unit*

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MIL FOB)

Brasil – Gabão	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Intercâmbio	7.692	14.901	27.469	26.966	40.760	55.244	38.629	29.664
Exportações	7.692	14.901	27.469	26.966	40.747	55.233	38.608	29.662
Importações	0,3	0	0,5	2	13	11	21	2
Saldo brasileiro	7.692	14.901	27.468	26.964	40.734	55.222	38.587	29.660

(Dados: MDIC/MRE)

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ali-Ben Bongo Ondimba

Presidente da República

Nascido em 9 de fevereiro de 1959, é filho do Presidente Omar Bongo Ondimba, que governou o Gabão de 1967 até seu falecimento, ocorrido em 2009. Formado em Direito pela Universidade de Paris, entrou na vida política em 1981, quando se filiou ao Partido Democrático Gabonês (PDG). Seu primeiro cargo público foi o de Alto Representante Pessoal do Presidente da República (1987-1989), tendo sido posteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros (1989-1991), Deputado da Assembléia Nacional (1991-1999) e Ministro da Defesa (1999-2009). Após o falecimento de Omar Bongo, no dia 08 de junho de 2009, a Presidência passou a ser exercida, interinamente, pela Presidente do Senado, Rose Foncine Rogombé, em acordo com normas constitucionais. Escolhido como candidato à sucessão pelo PDG, foi eleito Presidente nas eleições de agosto de 2009, com 42% dos votos, resultado rejeitado pela oposição, e assumiu o cargo em 16 de outubro do mesmo ano. É casado e tem quatro filhos.

Paul Toungui

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 7 de setembro de 1950, é casado com Pascaline Bongo, filha e Diretora de Gabinete do Presidente Omar Bongo. Matemático de formação nascido em Okondja, na província do Alto-Ogouê, Toungui obteve um Diploma de Estudos Avançados na Universidade de Clermont-Ferrand, na França. De retorno a Libreville, trabalhou na Universidade Omar Bongo antes de ser nomeado, em 1983, Diretor do Instituto de Economia e Finanças. Toungui fez sua estréia na política em 1990, como Ministro das Finanças. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado por Okondja e tornou-se um dos nomes mais importantes do principal partido gabonês, o PDG, no oeste do país. Toungui seguiu como Ministro das Finanças até março de 1994, data em que se tornou Ministro das Minas, da Energia e do Petróleo. Permaneceu no cargo até janeiro de 2002, quando voltou ao cargo de Ministro das Finanças. Homem de confiança do Presidente Bongo, foi responsável por empreender numerosas reformas orçamentárias. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 9 de outubro de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas

A Embaixada do Brasil em Libreville foi criada em 1974, poucos anos após o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, e permanece sendo a única representação de país latino-americano no Gabão, assim como a Embaixada do Gabão em Brasília constitui a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. O Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002. Em 1982, foi instituída a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela última vez em Libreville, em 1988.

Até a última visita do Presidente Bongo Ondimba, de 17 a 20 de setembro de 2002, o Governo gabonês reclamava da falta de um adensamento dos vínculos de cooperação técnica e econômica, sem deixar de reconhecer o mérito de cooperação brasileira na área da formação (programas PEC-G e PEPME). A viagem de Bongo e sua comitiva representou um avanço no relacionamento bilateral, consolidado quando da visita do Presidente Lula, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão (em 27 e 28 de julho de 2004), acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, da Educação e da Saúde, entre outras autoridades.

No plano político, o diálogo mantido pelos mandatários naquelas ocasiões confirmou a proximidade de pontos de vista dos dois países sobre as questões internacionais, havendo o Gabão manifestado, por ocasião da visita do Presidente Lula, sua simpatia pela candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU.

Foram firmados ainda acordos sobre consultas políticas e sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, o que contribuirá para tornar mais fluidos os contatos bilaterais.

No quadro do mecanismo de consultas políticas entre os dois países, realizou-se, no dia 19 de maio de 2010, reunião de consultas políticas, a qual representou oportunidade para discutir diferentes aspectos das relações bilaterais, como as possibilidades de cooperação nas áreas educacional, agropecuária e ambiental; as relações comerciais e políticas; a Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a eventual realização de nova reunião da comissão mista bilateral.

Comércio bilateral

O comércio bilateral vem crescendo de forma vigorosa, tendo aumentado mais de sete vezes entre 2003 e 2008 (de US$ 7,7 milhões para US$ 55,24 milhões). O intercâmbio é quase exclusivamente constituído de exportações brasileiras, que somam 29,66 milhões (2010), contra apenas US$ 2 mil de importações provenientes do Gabão.

Os principais produtos da balança comercial são carnes (bovina, suína, de peru e de frango), que responderam por 59,8% das exportações brasileiras em 2010. Em seguida, vieram ferro fundido, ferro e aço, responsáveis por 15,4% das exportações. As exportações do país africano, por serem em escala extremamente diminuta, não apresentam pauta estabilizada. No ano passado, o Brasil importou equipamentos elétricos (81,8%) e óticos (6,4%).

Em 16 de março de 2010, a Embaixada do Brasil em Libreville recebeu visita do Senhor François Mbeng Ebang, Assessor da Presidência da República Gabonesa, que manifestou o interesse da Presidência em contar com a presença de empresários brasileiros no território gabonês, especialmente em atividades ligadas ao agronegócio. O governo estaria disposto a oferecer facilidades para instalação de operadores econômicos brasileiros, tais como a cessão de terrenos (de cinco mil hectares por atividade), isenções fiscais, concessão de vistos e empréstimos, além da disposição em entrar como parceiro em alguns desses projetos.

Haveria, segundo Ebang, oportunidades de implantação de fazendas para a criação de aves (produção de carne), cacau, dendê, banana, matrizes bioenergéticas e verduras. Cada fazenda deverá abrigar também unidades de transformação dos produtos agrícolas. Os produtos finais atenderiam às demandas tanto do mercado interno (que importa a maior parte dos produtos alimentares que consome) quanto do mercado de países vizinhos.

Posteriormente, durante a reunião de consultas políticas Brasil-Gabão, realizada em 19 de maio de 2010, ambas as partes lamentaram as relações ainda incipientes na esfera comercial. O Embaixador Bikah Bisso, Diretor do Departamento das Américas, disse estar convencido de que a melhor maneira de as indústrias brasileiras entrarem no mercado gabonês seria pelo estabelecimento de supermercados que vendessem produtos brasileiros variados, de maneira a inibir o comércio triangular pelo qual os produtos brasileiros chegam ao Gabão. O lado brasileiro comentou que algumas empresas brasileiras têm procurado a Embaixada revelando interesse em se estabelecer no Gabão e que poderia haver um redimensionamento das relações comerciais bilaterais.

Empresas brasileiras

Desde a saída da Vale em 2007, não há empresas brasileiras instaladas no Gabão. Contudo, duas empresas encontram-se em vias de estabelecer escritórios avançados em Libreville: a Queiroz Galvão, com funcionários deslocados de sua sede em Angola; e a, ainda incipiente e bem mais modesta, "Port Brésil Gabon", dirigida ao comércio varejista, que pretende exportar produtos brasileiros variados (alimentos, produtos de higiene pessoal e outros) para o Gabão, e que já conta com sócio gabonês.

A Vale deixou o país em 2007, após ter perdido a licitação (vencida pela China) para exploração de minério de ferra em Belinga. Cabe assinalar, contudo, que o projeto chinês de exploração não foi implementado, seja por falta de interesse ou de recursos financeiros da parte chinesa.

Em abril de 2010, a imprensa gabonesa divulgou que o Presidente Ali Bongo, por iniciativa própria, teria recebido representantes da Vale em audiência que teve por objetivo dicutir oportunidades de investimento no Gabão, com foco na implementação de novos projetos de mineração no país.

Em outubro de 2010, a empresa RXM Foods realizou missão empresarial ao Gabão. Foram realizados encontros de trabalho com nove empresas sediadas em Libreville que importam carnes, frangos e outros produtos alimentícios do Brasil. De acordo com relato feito pelos representantes da RXM ao Embaixador do Brasil em Libreville, os contatos com as empresas locais teriam sido frutíferos.

Investimentos bilaterais

O Banco Central não possui registro de investimentos brasileiros no Gabão. Não há, tampouco, registro de investimentos do Gabão no Brasil.

Cooperação cultural

Em fevereiro de 2008, o Governo gabonês, por meio da então Chanceler Laure Olga Gondjout, manifestou interesse em dispor de um leitorado brasileiro junto a universidade local, de modo permitir a formação de quadros fluentes em português que pudessem facilitar o contato com a importante comunidade lusófona radicada no país. Em atendimento a essa demanda, foi iniciado, em fevereiro de 2010, leitorado brasileiro na Universidade Omar Bongo.

No plano cultural, o Brasil já formou 90 gaboneses nas suas universidades sob o Programa Estudante-Convênio, e fornece bolsas no seu Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), sendo que desde 1983 participaram 36 gaboneses. Desde 1980, o IRBr recebeu 7 diplomatas do país africano.

Cooperação Técnica

As ações de cooperação amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, firmado em 14 de outubro de 1975, correspondem, atualmente, a três projetos em fase de negociação, nas áreas de proteção de tartarugas marinhas, produção de mandioca e proteção de parques.

Na área de proteção de tartarugas marinhas, no ano de 2010, a ABC realizou missão de prospecção juntamente com técnicos do Projeto Tamar à República Gabonesa, para identificar áreas prioritárias de capacitação técnica de especialistas daquele país. Complementarmente, em dezembro último, delegação gabonesa veio ao Brasil para conhecer *in-loco* as atividades do Tamar, detalhar as ações levantadas na missão de prospecção ao Gabão e elaborar proposta de projeto de cooperação. Os representantes gaboneses demandaram um prazo até o segundo semestre de 2011 para estabelecer um núcleo de discussão no país que permitisse elaborar uma proposta de projeto mais específica à realidade do país africano.

No início do ano de 2011, o Governo do Gabão solicitou cooperação técnica em preservação de parques e na produção de mandioca. A ABC planeja enviar missão de prospecção ao país no período de 13 a 17 de junho, composta por representantes da Embrapa, do Senar e do Ministério do Meio Ambiente.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

A República do Gabão tem uma dívida de US$ 24.085.115,78 com o Governo brasileiro. Esse valor decorre de reestruturação de dívida negociada no âmbito da Iniciativa para Países Pobres e Altamente Endividados (HIPC), cujos termos deverão ser submetidos à aprovação do Senado.

Assuntos Consulares

O único posto com atendimento consular no Gabão é a Embaixada em Libreville. Não há cônsules-honorários do Brasil no país africano. A comunidade brasileira no Gabão é estimada em aproximadamente 70 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Omar Bongo exerceu o cargo de Chefe de Estado durante 42 anos, de 1967, quando sucedeu o primeiro Presidente do país, Leon M'ba, até seu falecimento, ocorrido no dia 08 de junho de 2009.

Durante sessão extraordinária realizada no dia 9 de junho de 2009, a Corte Constitucional do Gabão declarou a vacância do cargo de Presidente da República e, para ocupá-lo, indicou a Presidenta do Senado, Rose Francine Rogombé, conforme previsto na Constituição do país.

A sucessão do Presidente Omar Bongo Ondimba passou por negociações complexas e árduos entendimentos, que envolveram a participação de vários níveis de interesses diferentes, não necessariamente isolados, freqüentemente superpostos, e de variados graus de intensidade: o Partido Democrático Gabonês (PDG), fundado e presidido por Omar Bongo Ondimba em março de 1968; os membros do clã Bongo; os interesses étnicos e regionais e a oposição política.

Entre os possíveis candidatos à sucessão de Omar Bongo na Presidência da República gabonesa, destacava-se a figura de Ali Bongo, vice-presidente do PDG, filho do falecido presidente, que aguardou disciplinadamente o momento regulamentar de apresentação de candidaturas.

Como Ministro da Defesa, contava com o apoio de setores importantes das forças armadas, em virtude da renovação do equipamento bélico e de defesa ocorrido sob sua gestão, bem como da instituição de Estado-Maior para formação de oficiais oriundos dos países da África Central, e de uma política de pessoal para o setor que envolveu aumento de remuneração, oferta de moradias e aprimoramento técnico.

Ali Bongo foi apoiado também pelo Presidente da Assembléia Nacional, Guy Nzouba Ndama, que pertence à numerosa etnia Nzebi, grupo respeitado por seu apego às normas tradicionais de solidariedade interna, e sem cujo apoio, comenta-se, não seria possível vencer uma disputa eleitoral no Gabão.

Além disso, Ali Bongo vinha mobilizando a juventude gabonesa por meio de iniciativas no campo dos esportes, principalmente a promoção da prática de artes marciais.

No dia 15 de julho de 2009, o congresso extraordinário do Partido Democrático Gabonês (PDG), confirmou a indicação de Ali Bongo Ondimba como candidato oficial do PDG à eleição presidencial. Participaram do evento numeroso militantes do partido majoritário gabonês, bem como de outros partidos aliados.

A comissão Eleitoral Nacional Autônoma e Permanente (CENAP) autorizou a participação de 23 candidatos no escrutínio presidencial, marcado para 30 de agosto de 2009.

Antes da realização das eleições, a oposição realizou manifestação em protesto contra a permanência do candidato Ali Bongo no Governo, exercendo o cargo de Ministro da Defesa. Ali Bongo deixou suas funções no Governo ao se iniciar o período de campanha eleitoral.

À medida que os resultados da eleição presidencial iam sendo divulgados, indicavam a vitória de Ali Bongo. Durante esse período, as medidas de censura de comunicações recrudesceram. Registraram-se confrontos de grupos de opositores e forças policiais, noticiando-se o ferimento grave do candidato Pierre Mamboundou por arma de fogo.

Antes da divulgação dos resultados oficiais, os três principais candidatos à Presidência do Gabão anunciaram suas respectivas vitórias no pleito.

No dia 03 de setembro de 2009, o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional Autônoma e Permanente (CENAP) apresentou os resultados oficiais das eleições, confirmando a vitória de Ali Bongo, como 41,73% dos votos.

No dia 19 de setembro foi encerrado o prazo para apresentação de recursos contra os resultados da eleição presidencial. Nove candidatos depositaram dez dos onze pedidos de recurso. Com a validação pela Corte Constitucional da vitória de Ali Bongo, quinze candidatos da oposição formaram o "Front Du refus du coup d'Etat électoral". Integraram a frente candidatos importantes como Mba Obame, Mamboundou, Mba Abessole, Eyéghé NDong e Oyé Mba. Em declaração conjunta, a frente condenou a atuação das forças armadas em Port Gentil (onde os distúrbios que se seguiram às eleições foram duramente reprimidos pelo Governo), criticou a censura sistemática à imprensa e exigiu a recontagem dos votos. Ademais, os candidatos clamaram pela instalação de inquérito internacional para investigar a violação de Direitos Humanos em Port Gentil. Nesse sentido, em 4 de setembro de 2009, a União Africana ofereceu enviar ao Gabão o antigo primeiro-ministro senegalês Moustapha Niasse, que atuaria como mediador na crise pós-eleitoral. O governo gabonês considerou desnecessária o envio de representante da UA, pois avaliou que a situação em Port Gentil já estava se normalizando.

No dia 29 de setembro de 2009, a Corte Constitucional decidiu recontar os votos apurados na eleição presidencial do dia 30 de agosto a partir do conjunto das 2815 atas das seções eleitorais, na presença de um oficial de justiça em representação de todos os candidatos que apresentaram recursos. No dia 13 de outubro a Corte Consitucional do Gabão anunciou oficialmente a vitória de Ali Bongo Ondimba, candidato do Partido Democrático Gabonês (PDG), com 41,79 porcento dos votos válidos, com pequena margem acima dos resultados anteriormente anunciados (41,73 porcento), decisão que pôs término ao processo de escolha do sucessor de Omar Bongo Ondimba.

As solenidades de posse do Presidente Ali Bongo realizaram-se no dia 16.10.2009. No discurso que pronunciou na ocasião, Bongo indicou as linhas gerais de seu programa de governo, prometendo renovação, desenvolvimento, defesa do meio ambiente e luta contra a corrupção e a injustiça. Declarou que sua meta é "construir um Gabão verdadeiramente emergente, com base na revalorização dos recursos humanos, na visão compartilhada por todos, e na construção das infraestruturas adequadas". Segundo seu discurso, Bongo deseja diversificar a economia do país ao longo de três eixos principais: (1) o Gabão verde, pela proteção do meio ambiente, a promoção do ecoturismo, e a valorização das florestas; (2) o Gabão industrial, pela valorização das matérias-primas; (c) o Gabão dos serviços, pelas competências e potencialidades específicas do país. Ali Bongo também prometeu que seu governo continuará a contribuir para a integração regional da África, especialmente por intermédio do foros da CEMAC, CEEAC e da União Africana, a consolidar a participação do país nas Nações Unidas, a fortalecer a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul. Reafirmou, enfim, sua adesão aos princípios dos dispositivos internacionais sobre a garantia dos investimentos.

Durante a primeira sessão do Conselho de Ministros que presidiu, no dia 19 de outubro, o Presidente Ali Bongo estabeleceu novos procedimentos para a administração pública e suprimiu cargos de chefia nos ministérios, medidas de impacto de seu Governo, e que refletiam posturas expressas em seu discurso inaugural.

Decreto Presidencial, de 17 de outubro, reduziu o número de ministérios gabonenses, alterando as áreas de competência de muitas pastas. A denominação oficial da Chancelaria passou a ser Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Francofonia. A área de integração regional que lhe era subordinada foi agregada ao atual Ministério das Relações com o Parlamento, as Instituições Constitucionais, da Integração regional, do NEPAD e dos Direitos Humanos. Paul Toungui permaneceu no cargo de Chanceler.

Após essas medidas administrativas, um cenário de greves e censuras e precipitação em reformas econômicas resultaram em certo ceticismo sobre as perspectivas do "Gabão Emergente", proposto pelo novo governo gabonês. Apesar das críticas, as novas medidas sinalizaram um real compromisso do Presidente Ali Bongo com as reformas administrativas visando à contenção das despesas públicas e ao combate à corrupção.

O Episódio Mba Obame

Em janeiro deste ano (2011), o parlamentar de oposição André Mba Obame, líder do partido "Union Nationale" e terceiro colocado nas eleições presidenciais de agosto de 2009, contestou os resultados daquela eleição, autoproclamou-se Presidente da República e nomeou "ministério" próprio. Conclamou, ademais, o povo gabonês a se rebelar contra o governo. As autoridades gabonesas reagiram às declarações de Mba Obame, qualificando-as de "insurrecionais", por violarem dispositivos da Constituição e configurarem "crimes de alta traição". O líder oposicionista refugiou-se, com cerca de vinte partidários, no escritório do PNUD em Libreville, e teria afirmado que o grupo só deixaria aquela representação quando recebesse resposta à carta que dirigira ao Secretário-Geral da ONU. O Governo anunciou a extinção do partido "Union Nationale", e suspendeu por três meses o canal de televisão "TV Plus", de propriedade de Mba Obame.

Após um mês de ocupação, André Mba Obame e seus seguidores deixaram a sede do PNUD "voluntariamente e em boa ordem" (conforme comunicado da ONU), no dia 27 de fevereiro. O feliz desenlace se deveu, sobretudo, aos entendimentos entre o Presidente Ali Bongo e o SG/ONU Ban Ki-moon, havidos à margem da visita do mandatário gabonês a Nova York, nos dias 24 e 25 de fevereiro, para participar da reunião ONU-Gabão- Guiné Equatorial sobre o diferendo territorial relativo à Ilha Mbanié. Supervisionou a operação o chefe da Divisão África da ONU, Sammy Kum Buo, acompanhado de outros funcionários da organização e do PNUD.

Em declarações à impresa, Mba Obame afirmou que a ocupação dos escritórios do PNUD foi um recurso para chamar a atenção da ONU para o caso do Gabão, e só representa um passo "no combate que ainda está longe de terminar. Estamos em um combate político no qual o povo é o juiz".

POLÍTICA EXTERNA

França

A política exterior gabonesa é tradicionalmente conservadora e alinhada ao Ocidente, especialmente à França, país com o qual, não obstante, chegaram a ocorrer alguns atritos.

O relacionamento franco-gabonês experimentou período tumultuado nos anos de 2007 e 2008, em virtude da "política de ruptura" francesa em relação ao tradicional sistema

"Françafrique", anunciada pelo Presidente Sakorzy durante sua campanha eleitoral e adotada no início de seu Governo. Além disso, houve desentendimentos por conta da expulsão de alguns estudantes gaboneses da França e pela repercussão, no Gabão, da reabertura, pela Justiça francesa, de processo de corrupção envolvendo o falecido Presidente Omar Bongo.

Apesar desses atritos, o Gabão continua a gozar de um "relacionamento especial" com a França: sua economia é atrelada aos grandes grupos comerciais e financeiros franceses e seus ministérios e forças armadas dispõem permanentemente de conselheiros franceses. A França tem mais de dez mil nacionais residentes no país e ali mantém sua maior base militar na África Central, um dispositivo estimado em 1.200 homens.

A terceira visita oficial de Nicolas Sarkozy ao Gabão, em fevereiro de 2010, selou o início de uma fase de parceria estratégica no relacionamento bilateral. Em seus respectivos discursos na Cidade da Democracia e no brindes levantados durante o jantar de gala, os mandatários da França e do Gabão exprimiram seu desejo comum de pôr de lado os irritantes que se tornaram evidentes nos três anos precedentes, e "refundar uma relação privilegiada", a fim de passar a uma fase de parceria estratégica, equilibrada e transparente. Os dois presidentes chegaram a se referir ironicamente ao conceito de "Françafrique" como "desconhecido" para ambos.

Os acordos assinados em Libreville também demonstraram a intenção de fortalecer os canais bilaterais de cooperação, prevendo a alocação de montantes expressivos para atividades de formação e aperfeiçoamento educacional e obras de importância social e econômica.

Em setembro de 2010, o Presidente gabonês visitou a França, tendo mantido encontros com o Presidente Sarkozy e o Primeiro Ministro François Fillon. Não foi divulgado o conteúdo dessas conversas, mas especula-se que tenham sido parte de reuniões periódicas para exame das relações bilaterais e de questões da atualidade. Ali Bongo encontrou-se igualmente com Pierre Mamboundou, líder do partido "Union du Peuple Gabonais" (UPG), principal partido da oposição. Mamboundou encontrava-se em Paris já há alguns meses por motivo de saúde. Segundo a imprensa local, Bongo e Mamboundou teriam discutido questões relacionadas a meio-ambiente, combate à pobreza, paz regional e mudança climática, entre outras.

O principal objetivo da política exterior gabonesa é a manutenção de estreitos vínculos com a França, que avalizou a chegada ao poder do Presidente Omar Bongo Ondimba em 1967 e sua permanência até 2009, evitando ou minimizando riscos de convulsões internas e ameaças externas.

Estados Unidos

Em 17 de setembro de 2010, em Washington, Ali Bongo teve a oportunidade de visitar as instalações da empresa Bechtel, especializada em engenharia, construção e gestão de projetos. Durante palestra que pronunciou para a diretoria e um grupo de funcionários, pôs em relevo a importância da educação, da saúde e da proteção ao meio-ambiente no desenvolvimento dos países africanos. Em seguida, em Nova York, ademais da cerimônia de abertura da sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente gabonês participou dos trabalhos da Cúpula sobre a Pobreza e da Reunião sobre os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento.

Entorno regional

O Gabão procura manter boas relações com os seus vizinhos da África Central. Essa política apresenta uma conotação parcialmente "defensiva" porque demonstra clara consciência da fragilidade da posição do país em seu entorno regional, uma vez que o Gabão se caracteriza por ter nível de renda média alta, pequena população, grande número de residentes estrangeiros, fronteiras "porosas", interior pouco povoado e reduzida capacidade militar, enquanto seus vizinhos possuem nível de renda muito inferior e estão sujeitos a instabilidades e conflitos, cujos efeitos poderiam transbordar rapidamente sobre o território gabonês.

A preocupação gabonesa com o entorno regional manifesta-se por meio do envolvimento do país nos esforços de mediação no Chade, na República Centro-Africana, na República do Congo, em Angola e no antigo Zaire. Assim, em dezembro de 1999, com mediação do Presidente Bongo, um acordo de paz pode ser assinado no Congo-Brazzaville entre o governo e líderes rebeldes. As Forças Armadas do Gabão tiveram um importante papel na MINURCA, a Misssão das Nações Unidas para Manutenção da Paz na República Centro-Africana. A influência regional gabonesa ainda conta com a presença de Jean Ping, ex-Chanceler gabonês, na Presidência da Comissão da União Africana.

O Gabão atribui importância sobretudo aos componentes políticos dos processos de integração sub-regional no âmbito da "Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central – CEMAC" (Gabão, Cameroun, Guiné Equatorial, República do Congo, Chade e República Centro-Africana) e da "Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC" (integrada pelos mesmos países da CEMAC mais Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo, Angola e São Tomé e Príncipe). Isso se deve à escassa significação dos vínculos econômicos entre os países participantes, pois o comércio é essencialmente fronteiriço.

Outro foro visto como potencialmente útil pela diplomacia gabonesa é a Comissão do Golfo da Guiné, estabelecida por um tratado que visa a prevenção e a solução pacífica das controvérsias relacionadas com a exploração dos recursos naturais, essencialmente petróleo e recursos pesqueiros, entre os países membros do mecanismo (Angola, Cameroun, Congo, Guiné Equatorial, Nigéria, RDC e São Tomé e Príncipe).

Questão de limites com a Guiné Equatorial

Com a Guiné Equatorial, o Gabão possui uma questão de limites. A ilha Mbanié é reivindicada pelos dois países. Situada a cerca de dezesseis quilômetros da costa gabonesa, na baía de Corisco, que o Gabão compartilha com a Guiné Equatorial, tem aproximadamente vinte hectares de superfície. Não há população permanente, exceto reduzido destacamento de militares em missões periódicas de vigilância e patrulha. Segundo consta, a área em que se situa Mbanié abrigaria importantes reservas de petróleo e tanto o Governo do Gabão, quanto o da Guiné Equatorial já teriam concedido autorizações para exploração de blocos petrolíferos a grupos não identificados.

Nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2011, Ali Bongo participou, em Nova York, de reunião sob a égide da ONU, a respeito dessa questão de limites. Essa reunião foi precedida, no Gabão, por consulta à sociedade civil e aos principais atores políticos locais ao longo de todo o mês de fevereiro.

Em 1974, foi assinado acordo bilateral sobre a questão, mas seus termos foram contestados mais tarde pelos seus signatários. Em 2004 e 2006, em Adis Abeba (UA) e em Genebra (ONU) respectivamente, novamente foram assinados outros acordos, que tampouco solucionaram a questão.

Em setembro de 2008, Ban Ki-moon designou como mediador para a questão o jurista suíço Nicolas Michel. No encontro realizado em 24- 25 de fevereiro, as duas partes não lograram atingir acordo, e o diferendo permanece.

II Cúpula de Países Africanos e Árabes

Na primeira quinzena de outubro de 2010, Ali Bongo viajou a Sirte, Líbia, para participar, como moderador, da II Cúpula de Países Africanos e Árabes, que teve como tema a cooperação árabe-africana. Em sua alocução, Ali Bongo exortou os países representados na cúpula a consolidar, por meio de cooperação multiforme, "uma parceria inovadora que faça do espaço árabe-africano um pólo estratégico maior e uma rede essencial e forte na cadeia mundial". Entre os diversos objetivos comuns, elegeu a promoção de investimentos e trocas comerciais como prioridade dessa parceria "cuja vocação é agregar bem-estar, desenvolvimento e aproximação entre os povos".

China

O Gabão dedica esforço continuado à busca de recursos de financiamentos, de investimentos e de cooperação de qualquer tipo e origem, mediante uma hábil e bem executada "diplomacia presidencial", o que tem servido ademais para reforçar a imagem interna do Presidente como estadista de projeção internacional. Nesse contexto, a China vem ocupando posição de crescente importância na política econômica externa do Gabão.

A relação com a China concentra-se, como em quase todos os casos africanos, em recursos energéticos, em matérias primas minerais e de extração florestal, no setor de obras públicas e de infra-estrutura (viária, elétrica e de telecomunicações) e sobre investimentos no setor financeiro. Obras como edifícios governamentais, instalações hospitalares e desportivas vêm sendo erguidas por construtoras chinesas e cooperação técnica vem sendo desenvolvida, nas áreas de medicina comunitária, luta contra a malária e segurança alimentar.

No final de abril de 2010, Ali Bongo realizou sua primeira visita oficial à China.

O Gabão e a China assinaram, em outubro de 2010, em Libreville, convenção relativa à exploração de jazida de manganês em área vizinha à cidade de Ndjolé, Província do Moyen-Ogooué, na região do monte Mbembélé.

Segundo o Ministro das Minas, a jazida comportaria uma reserva de 31 milhões de toneladas de manganês do teor de 31,7 porcento, dos quais 26 milhões comprovados e 5

milhões prováveis. Sem precisar a data de início dos trabalhos, Nkoghe Bekale informou que "a exploração deverá prolongar-se por cerca de trinta anos", estando prevista, para os dois primeiros anos, a produção anual de 820 mil toneladas.

Esse novo projeto sino-gabonês prevê investimentos da ordem de quarenta bilhões de Francos CFA (quase 870 milhões de dólares), e a criação de 340 empregos, dos quais 255 reservados ao trabalhadores locais. Esperam os signatários que a produção gere rendimentos da ordem de 48 bilhões de Francos CFA (US$ 1.043 milhões aproximadamente).

A inciativa foi saudada como exemplo da vontade do Governo gabonês de concretizar o lema "Gabão industrial", caro ao Presidente Ali Bongo, já que a convenção assinada estabelece a obrigação da parte chinesa de transformar localmente parte do minério extraído.

Outros países asiáticos

Em final de outubro de 2010, Ali Bongo iniciou um périplo pelos países do Extremo Oriente. Visitou primeiramente a Coréia do Sul. Na ocasião, Ali Bongo foi recebido pelo Presidente sulcoreano em encontro em que foram discutidos os rumos das relações bilaterais, com ênfase nos temas de desenvolvimento e cooperação, e assinados três novos acordos. O primeiro acordo é de natureza cultural, tem o intuito de promover as línguas e culturas dos dois países e o intercâmbio de alunos e professores; o segundo é um acordo no âmbito fiscal, para combater a evasão fiscal e evitar a dupla tributação; por fim, o terceiro acordo deverá reforçar a cooperação bilateral na atividade mineradora. O presidente gabonês manteve ainda reunião com empresários coreanos.

Da Coréia partiu para o Japão, onde participou, em Nagóia, da Conferência sobre Biodiversidade. Em Tóquio, foi recebido por parlamentares japoneses e também pelo Imperador, encontros em que teriam abordado questões relativas à cooperação bilateral.

Por fim, em 9 de novembro, Ali Bongo iniciou visita a Cingapura, com o intuito de estreitar a cooperação econômica e institucional entre os dois países. Na manhã do dia 10, foi recebido por seu homólogo cingapurense. Reuniu-se, pela tarde, com a federação de empresas locais. Vale ressaltar que, em agosto de 2010, o grupo econômico Olam, cuja sede se encontra na Cingapura, assinou um acordo de parceria estratégica com o governo gabonês, para o estabelecimento de cultivo de palmeiras no sul do país, em Nyanga, e de uma Zona Econômica Especial onde operarão indústrias madeireiras, em Nkok, nos arredores de Libreville.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB per capita (PPP) do Gabão é de US$ 15.034, largamente superior ao da maioria dos países subsaarianos, mas o país sofre as conseqüências da má distribuição de renda. Até a descoberta do petróleo, no início dos anos 70, o país dependia economicamente da madeira e do manganês. Atualmente, o setor petroleiro é responsável por cerca de 50% do PIB. O aumento dos preços do petróleo ajudou o crescimento, mas o país tem sofrido quedas em sua produção petrolífera. No passado, o país chegou a ser membro pleno da OPEP, no período de 1975 a 1995.

As três maiores fontes de riqueza do Gabão são hoje o petróleo, as madeiras e os minerais (manganês, minério de ferro). Deveriam ser suficientes para atender a uma relativamente reduzida população, localizada sobretudo na capital. Entretanto, são imensos os

desafios que o país enfrenta, diante da produção declinante de petróleo e a necessidade de diversificar a economia e fortalecer a competitividade.

Estima-se que as reservas de petróleo, hoje exploradas principalmente pelo grupo francês Total e que representam 80%, em média anual, das exportações do país, estarão esgotadas em vinte anos. O Gabão possui 25% das reservas mundiais conhecidas de manganês (área de Moanda, na província do Alto-Ogouê, explorado em conjunto com o consórcio francês ERAMET), e uma das maiores de minério de ferro (caso das jazidas de Belinga, no norte do país, concedidas à China).

A agricultura perdeu espaço na medida em que o setor petroleiro foi-se fortalecendo. A modesta produção de alimentos, a propósito, coloca o país em posição de fragilidade em termos de segurança alimentar, uma vez que 60% dos gêneros alimentícios são importados. A produção de mandioca, inhame e banana é pequena. Apesar de seus 800 km de litoral e de ser cortado por rios piscosos, ainda assim o Gabão muitas vezes importa pescado, alimento básico da dieta nacional.

Em decorrência de sua vasta presença comercial no Gabão, a França mantém-se como a principal origem das importações do país. O Cameroun aparece também como grande exportador de alimentos, bem como a África do Sul e o Mali, sobretudo se levados em conta os fluxos informais de comércio.

Construção de usina hidrelétrica

Em maio de 2008, o Gabão e a China assinaram protocolo sobre o financiamento da central hidrelétrica de Poubara, localizada na vizinhança de Franceville, capital da Província do Haut-Ogooué, cujo custo é estimado em cerca de quatrocentos milhões de dólares. A energia a ser produzida pela usina será destinada, prioritariamente, à exploração de minérios. A companhia chinesa SinoHydro foi escolhida para executar o projeto. De acordo com a imprensa, a usina começará a produzir energia em 2013.

Exploração de urânio

A empresa francesa Areva tem trabalhado na exploração de urânio no Gabão.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1972 - Visita ao Gabão do Chanceler Mario Gibson Barboza.

1974 – Criada a Embaixada do Brasil em Libreville

1975 - Visita oficial do Presidente Bongo ao Brasil.

1982 – É instituída a Comissão Mista Brasil-Gabão

1983 - Visita ao Brasil do Chanceler Martin Bongo.

1992 - Presidente Bongo participa da ECO-92 no Rio de Janeiro.

2002 - Visita do Presidente Bongo a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

2004 - Visita do Chanceler (Ministro das Relações Exteriores, da Cooperação e da Francofonia) Jean Ping para participar do Forum Brasil-África e manter contatos bilaterais de seguimento dos projetos lançados durante a visita do Presidente Bongo.

2004 – Visita do Presidente Lula ao Gabão

2006 – Visita da Vice-ministra Laure Gondjout (Ministra Delegada dos Negócios Estrangeiros) ao Brasil, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora em Salvador.

2010 – Reunião de Consultas Políticas Brasil-Gabão, em Libreville.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- Século XV – chegada de mercadores portugueses, que nomeiam a região "Gabão", pela semelhança entre o rio Komo com um capote com mangas e capuz.
- 1839 – início do protetorado francês.
- 1842 – missionários americanos fundam Baraka (atual Libreville).
- 1849 – franceses capturam navio negreiro e liberam soldados na foz do rio Komo. Os escravos denominam o assentamento "Libreville" ("cidade livre" em francês).
- 1862 - 1887 – exploração das florestas gabonesas por franceses.
- 1885 – início da ocupação francesa.
- 1903 – início da administração francesa do território.
- 1910 – o Gabão torna-se um dos quatro territórios da África Equatorial Francesa.
- 1960 - independência do Gabão.
- 1961 – Leon M'Ba é eleito presidente da República Gabonesa.
- 1964 – Golpe derruba M'Ba, que é restabelecido no poder por tropas francesas.
- 1966 – define-se que, em caso de morte do presidente, o vice assumirá automaticamente.
- 1967 – M'ba é reeleito presidente e morre no mesmo ano. Seu vice, Omar Bongo, assume o poder.
- 1968 – Bongo estabelece o unipartidarismo no país.
- 1975 – Bongo é reeleito. Extingue-se o cargo de vice-presidente e cria-se o de primeiro-ministro, que não sucede automaticamente ao presidente em caso de morte deste.
- 1979, 1986 – Bongo é reeleito para mandatos de 7 anos.
- 1990 – insatisfação com a economia provoca greves e manifestações estudantis. Dois golpes de Estado são prevenidos.
- 1991 – nova constituição é promulgada. Fica estabelecido que, em caso de morte do presidente, o primeiro-ministro, o ministro da Defesa e o presidente da Assembléia Nacional dividiriam o poder até a realização de novas eleições.
- 1993 – Bongo é reeleito com 51% dos votos. Oposição rejeita o resultado.
- 1994 – são celebrados os "Acordos de Paris", que integraram ao governo vários membros da oposição, mas que não duraram.
- 1996-1997 – eleições legislativas. O PDG conquista ampla maioria.
- 1999 – Bongo é reeleito
- 2002 – Em eleições boicotadas por partidos de oposição, PDG fica com a quase totalidade das cadeiras
- 2005 – Bongo é reeleito
- 2006 – Após eleições gerais, PDG mantém maioria no Parlamento
- 2009 – Falecimento do Presidente Omar Bongo, no dia 08 de junho.
- 2009 – Ali Bongo é eleito Presidente da República, em agosto. Toma posse no dia 16 de outubro.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Científica e Técnica	14/10/1975	21/03/1981	85904	14/04/1981
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	30/06/1982	09/05/1988	97060	10/11/1988
Acordo de Cooperação Cultural	14/10/1975	21/03/1981	85903	14/04/1981
Acordo Comercial	01/08/1984	09/09/1988	97210	12/12/1988
Acordo de Cooperação para o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas.	28/07/2004	28/07/2004	-	-
Protocolo de Cooperação para a promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias.	17/09/2002	17/09/2009	-	-
Protocolo de Intenções na Área da Saúde	17/09/2002	17/09/2002	-	-
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no Domínio da Cultura da Mandioca	28/07/2004	28/07/2004	-	-
Carta de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Malária	28/07/2004	28/07/2004	-	-
Acordo, por troca de Notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	28/07/2004	27/08/2004	-	-
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	18/01/2010	[Em tramitação]	-	-

DADOS ECONÔMICOS -COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Gabonesa
Superfície	267.667 Km²
Localização	Costa oeste da África
Capital	Libreville
Principais cidades	Libreville, Port-Gentil, Franceville
Idioma oficial	Francês
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 12,2 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 8.144
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US$ 22,5 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009)	US$ 15.034
Moeda	Franco CFA

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (3)
População (em milhões de habitantes)	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5
Densidade demográfica (hab/Km²)	5,2	5,2	5,6	5,6	5,6
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	9,5	11,6	14,5	11,1	12,2
Crescimento real do PIB (%)	1,2	5,6	2,3	-1,0	5,7
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) (2)	1,4	5,0	5,3	1,9	1,5
Reservas internacionais (US$ milhões)	1.122	1.238	1.925	1.993	2.352
Dívida Externa Total (US$ bilhões) (2)	4,2	2,8	2,4	1,9	1,9
Câmbio (CFA/€ / US$) (2)	522,9	479,3	447,8	472,2	495,3

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011

(1) Estimativa EIU

(2) Data ref.

(3) 2009 estimativa

COMÉRCIO EXTERIOR DO GABÃO (2006-2010)

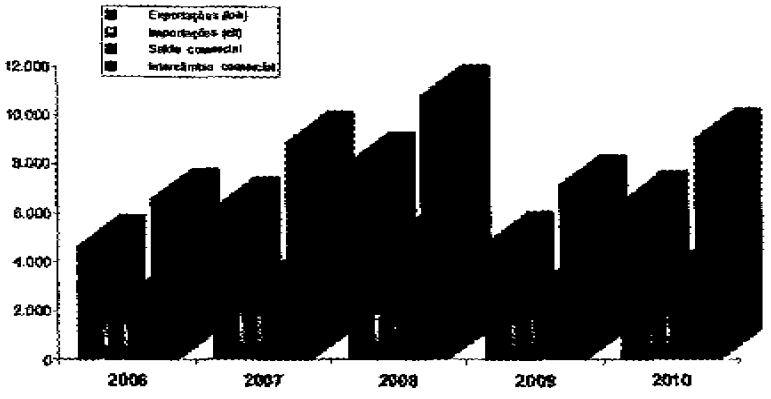
COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões) (1)	2006	2007	2008	2009	2010 (2)
Exportações (fob)	4.626	6.176	8.045	4.784	6.469
Importações (cif)	1.940	2.733	2.805	2.379	2.616
Saldo comercial	2.686	3.443	5.240	2.405	3.853
Intercâmbio comercial	6.566	8.909	10.850	7.163	9.085

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e dos distintos metodologias de cálculo

(2) Última posição disponível em 02/05/2011.

(US$ milhões)



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR GABONÊS (EXPORTAÇÕES)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)	% no total
EXPORTAÇÕES						
Estados Unidos	2.157	26,8%	1.167	24,4%	2.070	32,0%
China	1.623	20,2%	648	13,5%	866	13,4%
Austrália	0	0,0%	0	0,0%	378	5,8%
Espanha	342	4,3%	276	5,8%	298	4,6%
Malásia	152	1,9%	283	5,9%	290	4,5%
Trinidad e Tobago	336	4,2%	228	4,8%	285	4,4%
França	472	5,9%	302	6,3%	254	3,9%
Coréia do Sul	65	0,8%	191	4,0%	205	3,2%
Índia	193	2,4%	164	3,4%	168	2,6%
Países Baixos	283	3,5%	41	0,8%	164	2,5%
Itália	305	3,8%	50	1,1%	136	2,1%
Alemanha	137	1,7%	251	5,3%	125	1,9%
África do Sul	21	0,3%	54	1,1%	56	0,9%
Ucrânia	281	3,5%	25	0,5%	53	0,8%
Marrocos	53	0,7%	47	1,0%	48	0,7%
Japão	431	5,4%	21	0,4%	48	0,7%
Noruega	42	0,5%	36	0,7%	38	0,6%
Brasil	*0*	*0,0%*	*0*	*0,0%*	*0*	*0,0%*
SUBTOTAL	**6.894**	**85,7%**	**3.785**	**79,1%**	**5.482**	**84,7%**
DEMAIS PAÍSES	**1.151**	**14,3%**	**999**	**20,9%**	**987**	**15,3%**
TOTAL GERAL	**8.045**	**100,0%**	**4.784**	**100,0%**	**6.469**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

(1) Último período disponível em 03/05/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR GABONÊS (IMPORTAÇÕES)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES						
França	905	32,2%	764	32,1%	792	30,3%
Estados Unidos	312	11,1%	188	7,9%	267	10,2%
China	152	5,4%	170	7,2%	248	9,5%
Bélgica	133	4,7%	118	5,0%	140	5,4%
Países Baixos	119	4,2%	103	4,3%	112	4,3%
Camarões	124	4,4%	108	4,5%	111	4,2%
Itália	87	3,1%	76	3,2%	92	3,5%
Alemanha	86	3,1%	71	3,0%	86	3,3%
Reino Unido	95	3,4%	75	3,2%	68	2,6%
Japão	68	2,4%	52	2,2%	54	2,1%
Espanha	61	2,2%	40	1,7%	51	1,9%
Tailândia	46	1,6%	42	1,8%	47	1,8%
República do Congo	46	1,7%	31	1,3%	39	1,5%
África do Sul	50	1,8%	38	1,6%	39	1,5%
Brasil	*61*	*2,2%*	*43*	*1,8%*	*33*	*1,2%*
Índia	25	0,9%	22	0,9%	28	1,1%
Costa do Marfim	15	0,5%	24	1,0%	24	0,9%
SUBTOTAL	**2.383**	**85,0%**	**1.966**	**82,7%**	**2.233**	**85,4%**
DEMAIS PAÍSES	**422**	**15,0%**	**413**	**17,3%**	**383**	**14,6%**
TOTAL GERAL	**2.805**	**100,0%**	**2.379**	**100,0%**	**2.616**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics May 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

(1) Último período disponível em 03/05/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR GABONÊS (EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES)

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.190	70,2%
Madeira, carvao vegetal e obras de madeira	756	16,6%
Minérios, escórias e cinzas	446	9,8%
Subtotal	**4.392**	**96,6%**
Demais Produtos	**155**	**3,4%**
Total Geral	**4.547**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	481	24,5%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	173	8,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	170	8,6%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	128	6,5%
Carnes e miudezas, comestíveis	90	4,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	64	3,3%
Produtos farmacêuticos	56	2,8%
Cereais	49	2,5%
Plásticos e suas obras	48	2,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	33	1,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	33	1,7%
Produtos diversos das indústrias químicas	33	1,7%
Leite e laticínios; ovos de aves, mel natural	32	1,6%
Ferro fundido, ferro e aço	29	1,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	28	1,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	26	1,3%
Subtotal	**1.473**	**74,9%**
Demais Produtos	**494**	**25,1%**
Total Geral	**1.967**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/Trademap.

O Gabão não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 03/05/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-GABÃO (2006-2010)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO[1] (US$ mil - fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	26.966	40.747	55.233	38.608	29.662
Variação em relação ao ano anterior	-1,8%	51,1%	35,6%	-30,1%	-23,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	2	13	11	21	2
Variação em relação ao ano anterior	100,0%	550,0%	-15,4%	90,9%	-90,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	26.968	40.760	55.244	38.629	29.664
Variação em relação ao ano anterior	-1,8%	51,1%	35,5%	-30,1%	-23,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	26.964	40.734	55.222	38.587	29.660

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicesweb

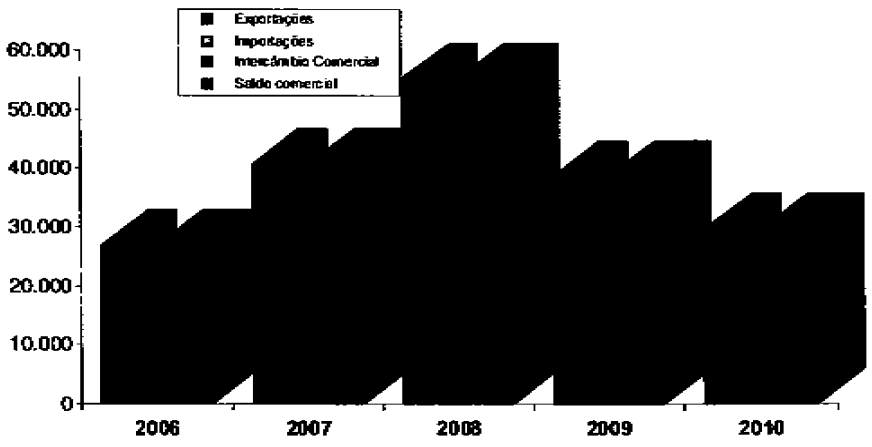
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração

n.a - não aplicável

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO (US$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	7.019	11.824
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-34,2%	68,5%
Part.(%) no total das exportações brasileiras para a África	0,4%	0,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0	0,4
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-100,0%	n.a
Part.(%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.019	11.824
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-34,2%	68,5%
Part.(%) no total do intercâmbio Brasil x África	1,6%	0,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.019	11.824

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicesweb.

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicesweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL (EXPORTAÇÕES, 2008-2010)

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO (US$ mill - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	30.467	55,2%	25.941	67,2%	17.731	59,8%
Ferro fundido, ferro e aço	3.174	5,7%	2.047	5,3%	4.581	15,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	1.421	2,6%	1.262	3,3%	1.572	5,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	481	0,9%	850	2,2%	1.119	3,8%
Caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos	220	0,4%	414	1,1%	867	2,9%
Peixes e crustáceos, moluscos e outs invertebrados	29	0,1%	273	0,7%	584	2,0%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	2.106	3,8%	3.302	8,6%	0	0,0%
Veículos e material para vias férreas, semelhantes	14.498	26,2%	367	1,0%	0	0,0%
Subtotal	52.396	94,9%	34.456	89,2%	26.454	89,2%
Demais Produtos	2.837	5,1%	4.152	10,8%	3.208	10,8%
TOTAL GERAL	55.233	100,0%	38.608	100,0%	29.662	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL (IMPORTAÇÕES, 2008-2010)

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO (US$ mill- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% ao total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Sabões e agentes orgânicos de superfície	0	0,0%	0	0,0%	1,3	65,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	0,3	15,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	0	0,0%	21	100,0%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9	81,8%	0	0,0%	0	0,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	1	6,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	10	88,2%	21	100,0%	1,6	80,0%
Demais Produtos	1	11,8%	0	0,0%	0	20,0%
TOTAL GERAL	11	100,0%	21	100,0%	2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GABÃO (US$ mill - fob)	2010 (jan-mar)	% do total	2011 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas comestíveis	5.669	80,8%	4.651	39,3%
Ferro fundido, ferro e aço	0	0,0%	3.441	29,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	75	1,1%	1.347	11,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	48	0,7%	1.001	8,5%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	267	3,8%	380	3,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	53	0,8%	295	2,5%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	253	3,6%	37	0,3%
Subtotal	6.365	90,7%	11.152	94,3%
Demais Produtos	654	9,3%	672	5,7%
TOTAL GERAL	7.019	100,0%	11.824	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0	n.a	0,4	0,0%
Subtotal	0	n.a	0,4	0,0%
Demais Produtos	0	n.a	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	n.a	0,4	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mar/2011

Aviso nº 260 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 87, DE 2011
(nº 177/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

Os méritos do Senhor José Carlos de Araújo Leitão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EM No 00264 -MRE

Brasília, 24 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 264 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO*
CPF.: 373.065.537-04
ID.: 6227 MRE

1954	Filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1976	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1981	Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1983	CAD-IRBr
2003	CAE - IRBr, A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico
Cargos:	
1975	CPCD - IRBr
1976	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1988	Primeiro-Secretário, por merecimento
1996	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1976-79	Divisão de Difusão Cultural, assistente
1981-86	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Cerimonial, assistente
1986-89	Embaixada em Sófia, Segundo e Primeiro-Secretário
1989-93	Missão junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário
1993-96	Embaixada em La Paz, Primeiro-Secretário
1996-99	Divisão da América Meridional-II, assessor
1999-03	Embaixada no Vaticano, Conselheiro
2003-06	Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, assessor
2006-09	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2006	Missão Permanente junto à CPLP, Lisboa, Representante Alterno
2009	Escritório de Representação no Rio de Janeiro
2009-11	Governo do Estado do Rio de Janeiro, Subsecretário de Relações Internacionais

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA

INFORMAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Maio de 2011

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS .....

2. PERFIS BIOGRÁFICOS .....

3. RELAÇÕES BILATERAIS .....

COMÉRCIO BILATERAL .....

MISSÕES E VISITAS EMPRESARIAIS .....

4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....

5. ASSISTÊNCIA CONSULAR .....

6. POLÍTICA INTERNA .....

7. POLÍTICA EXTERNA .....

8. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

9. ANEXOS .....

CRONOLOGIA DO PAÍS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....

INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS .....

1. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Democrática de São Tomé e Príncipe
CAPITAL:	São Tomé
ÁREA:	1.001 km^2
POPULAÇÃO (2008):	160 mil (aproximadamente dezesseis vezes menor que a população do DF)
IDIOMAS:	Português (Oficial) e Forro
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos - 70,3%; evangélicos - 3,4%; neoapostólicos - 2%; adventistas - 1,8%; outros - 3,1%; e sem religião - 19,4%.
SISTEMA POLÍTICO:	República Semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Fradique Menezes (desde set/2001)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Patrice Trovoada (desde ago/2010)
MNE:	Manuel Salvador dos Ramos (desde ago/2010)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ovídio Pequeno (residente em Washington)
EMBAIXADOR EM SÃO TOMÉ	Arthur Vivacqua Correa Meyer
PIB (est. 2010 – BM):	US$ 187 milhões (equivale ao PIB do município de Monte Sião/MG)
PIB PPP (est. 2010 – BM):	US$ 311 milhões
PIB per capita (est. 2010 – BM):	US$ 1.132,76
PIB per capita PPP (est. 2010 – BM):	US$ 1.879,88
UNIDADE MONETÁRIA:	Dobra
IDH (2010 – PNUD):	0,488 (127º lugar)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2010 – PNUD):	88,3%
EXPECTATIVA DE VIDA (2010 – PNUD):	66,1 anos
COMUNIDADE BRASILEIRA:	48 pessoas

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US$ mil)

BRASIL ⇒ STP	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (até março)
Intercâmbio	103,2	387,9	789,3	830,3	794,6	2.149,9	1.212,6	5.719	956,9	315
Exportações	103,2	262,4	371,6	725,3	791,5	2.149,9	1.204,5	5.719	956,9	315
Importações	0	125,5	417,6	105,0	3,1	0	8,1	0	0	0
Saldo	103,2	136.9	- 46,0	620,3	788,4	2.149,9	1.196,4	5.719	956,9	315

Fonte: MDIC

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mar)
Intercâmbio	103	387	790	830	794	2.150	1.213	5.720	957	315
Exportações (fob)	103	262	372	725	791	2.150	1.205	5.720	957	315
Importações (fob)	0	125	418	105	3	0	8	0	0	0
Saldo	103	137	-46	620	788	2.150	1.197	5.720	957	315

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US$ mil) - Fonte de São Tomé e Príncipe

BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE[1]	2005	2006	2007	2008	2009[2]
Intercâmbio	338	431	513	1.096	10.771
Exportação São Tomé e Príncipe para o Brasil (fob)	0	0	0	15	0
Import. de São Tomé e Príncipe proced. do Brasil (cif)	338	431	513	1.080	10.771
Saldo	-338	-431	-513	-1.065	-10.771

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do UNCTAD/Trade map.
(1) Dados fornecidos ao Tradewiz pelo COMTRADE.
(2) Última posição disponível em 28/04/2011.

2. PERFIS BIOGRÁFICOS

FRADIQUE BANDEIRA MELO DE MENEZES
PRESIDENTE

Nasceu em 21 de março de 1942, em Água Telha, Ilha de São Tomé, de pai português e mãe santomense. Formou-se em Psicologia na Bélgica. Não chegou a exercer a profissão. Depois de se formar, prestou serviço militar no Exército colonial português em Moçambique.

Após a independência de São Tomé, em 12 de julho de 1975, afiliou-se ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), grupo marxista que chegou ao poder sob a presidência de Manuel Pinto da Costa. Ainda nos anos setenta, trabalhou no escritório da Companhia Vale do Rio Doce em Bruxelas.

Em 1986, foi nomeado Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação. No ano seguinte, deixou o cargo e foi, durante breve período, Embaixador junto à Comunidade Européia, Bélgica e Alemanha. No começo dos anos noventa, com a vitória da oposição nas eleições, concentrou suas atividades no setor industrial privado, na exportação de cacau e na importação de cimento, tornando-se o maior empresário do país.

Em 3 de setembro de 2001, Menezes iniciou seu primeiro mandato presidencial de 5 anos. Em 3 de setembro de 2006 reelegeu-se para um segundo mandato.

PATRICE ÉMERY TROVOADA
PRIMEIRO MINISTRO

Patrice Trovoada regressou ao Governo em fevereiro de 2008, depois de ter ocupado altas funções durante os governos do seu pai, o ex-Presidente Miguel Trovoada (1991-2001) e do atual chefe de Estado, Fradique de Menezes. É licenciado em Economia. Na vida política, começou por ser assessor do seu pai para os assuntos econômicos e internacionais.

Patrice Trovoada foi ministro dos Negócios Estrangeiros (2001-2002). Lidera o partido Ação Democrática Independente (ADI), até recentemente na oposição. Foi PM durante alguns meses em 2008 e retornou em agosto de 2010, com a saída do Primeiro-Ministro Joaquim Rafael Branco.

MANUEL SALVADOR DOS RAMOS
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES

Nasceu em 25 de junho de 1956. Graduou-se em Jornalismo e possui mestrado em Gestão Internacional de Recursos Humanos. Possui longa carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros de São Tomé, no qual chefiou diversas áreas. Foi também Embaixador de São Tomé em Angola e no Gabão. Posteriormente, foi Secretário-Geral do MNECC, tornando-se titular da Pasta em agosto de 2010.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a independência de São Tomé e Príncipe (1975), as relações entre o Brasil e a RDSTP caracterizaram-se pela cordialidade, embora fossem pouco densas, uma vez que São Tomé e Príncipe priorizava parcerias externas concentradas nos países do leste europeu e Angola.

Registraram-se a partir do fim dos anos 70 algumas ações e tentativas de cooperação com o Brasil nas áreas de educação (bolsas e vagas para estudantes santomenses em universidades brasileiras) e agricultura (assistência técnica da CEPLAC à lavoura cacaueira da RDSTP).

Em 1984 visitou o Brasil a Chanceler santomense Maria Amorim. Na ocasião foram assinados o Acordo de Cultural, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica e o Acordo Geral de Cooperação.

Até a década de 90, as relações pouco se aprofundaram, ampliando-se apenas a cooperação educacional, sobretudo na formação de recursos humanos e quadros para a administração do Estado santomense, e iniciando-se contatos no setor de saúde, relativos ao controle do HIV-AIDS.

Em anos recentes, porém, as relações entre os dois países ganharam maior intensidade.

Em março de 2001, missão da Petrobras visitou São Tomé a fim de discutir com as autoridades locais as possibilidades na área de exploração petrolífera. Entretanto, na avaliação da empresa brasileira, a atividade petrolífera em São Tomé e Príncipe ainda revela baixa atratividade para a Petrobras, tendo sido recomendado apenas o monitoramento de futuras oportunidades.

Por Decreto Presidencial, de 18 de março de 2003, foi criada a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Estado-membro da CPLP no qual o Brasil não mantinha missão diplomática residente. As freqüentes manifestações das autoridades locais relativas ao Brasil revelam que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o país possa proporcionar, por meio da cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização santomense.

O Presidente Lula esteve duas vezes em São Tomé e Príncipe, em 2003 (visita bilateral) e 2004 (Cimeira da CPLP). O Presidente Fradique de Menezes visitou o Brasil em agosto de 2005.

O Brasil participou de Mesas Redondas de Doadores em favor de São Tomé organizadas pelo PNUD, tendo transferido, a Fundo da CPLP, recursos da ordem de US$ 750 mil para aplicação em projetos setoriais no país. Sob supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil desenvolve atualmente projetos de cooperação técnica em que já foram investidos cerca de US$ 2 milhões. Novos projetos em negociação poderão elevar o montante da cooperação para mais de US$ 7 milhões.

As visitas ao Brasil do Chanceler Carlos Tiny e do Primeiro-Ministro Rafael Branco, em janeiro e março de 2009, respectivamente, serviram para apresentação de

solicitação santomense de que o Brasil se tornasse um parceiro estratégico do país. Os representantes santomenses mantiveram encontros em diversas instituições públicas e privadas, no intuito de apresentar oportunidades em São Tomé e sensibilizar parceiros e investidores para as demandas de seu país em termos de investimentos.

Por determinação do Presidente Lula, após a visita do Primeiro-Ministro Rafael Branco, em maio de 2009, foi enviada a São Tomé e Príncipe uma missão multissetorial chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Edson Lupatini Júnior. Integrada por representantes de diversos Ministérios e de outros órgãos públicos e da iniciativa privada, a delegação cumpriu extensa agenda de encontros para tratar das possibilidades de incremento da cooperação bilateral e, sobretudo, para identificar possibilidades de investimento brasileiro no arquipélago.

O Primeiro-Ministro Rafael Branco também aproveitou a visita para reiterar o pedido de crédito para obras de infraestrutura no país, as quais seriam realizadas por empresas brasileiras. As prioridades seriam ampliar a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica, melhorar a infra-estrutura de saneamento básico da capital e prover o país de ligação rodoviária entre a capital São Tomé e a localidade onde deverá ser construído o porto de águas profundas. Em carta do mandatário santomense ao Presidente Lula, oficializou-se o pedido de crédito no valor de US$ 150 milhões.

Os desdobramentos do esforço brasileiro para atender as demandas santomenses evoluiram de maneira desigual no que respeita à cooperação oficial e aos investimentos em infraestrutura. Por um lado, verificou-se a intensificação da cooperação técnica brasileira. Às iniciativas bem sucedidas nas áreas de educação, saúde e informatização do Governo local, bem como a tradicional participação de diplomatas santamenses no curso de formação do Instituto Rio Branco, somaram-se projetos em novos campos, como formação profissional, gestão ambiental, infra-estrutura urbana e previdência social.

Entretanto, os solicitados investimentos brasileiros não se concretizaram ainda. Empresários brasileiros têm mantido diálogo com o Governo do arquipélago no intuito de viabilizar a participação brasileira nas obras do porto de águas profundas, na construção de estradas e na renovação do aeroporto da capital. A materialização de qualquer destes investimentos, no entanto, depende da disponibilização de crédito pelo Brasil, haja vista que São Tomé não dispõe de recursos próprios suficientes para o financiamento daqueles projetos.

Investimentos bilaterais

O Banco Central não possui registro de investimentos brasileiros em São Tomé e Príncipe. Não há, tampouco, registro de investimentos de São Tomé e Príncipe no Brasil.

Perspectivas para investimentos brasileiros

De acordo com Brasemb São Tomé, as dimensões reduzidas da economia santomense, bem como as deficiências da sua infra-estrutura (sobretudo no tocante à capacidade instalada de geração de energia elétrica, a qual, no momento, alcança somente cerca de 20 MW), são elementos inibidores dos investimentos brasileiros naquele país.

Cabe lembrar, por outro lado, que São Tomé e Príncipe tem a perspectiva de se tornar, em futuro não muito distante, produtor de petróleo e gás natural, a serem extraídos das reservas localizadas em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Zona de Desenvolvimento Conjunto (compartilhada com a Nigéria, na bacia do Golfo da Guiné). Caso essa possibilidade venha a se concretizar, as perspectivas econômicas de São Tomé e Príncipe, na avaliação da Embaixada brasileira, deverão melhorar substancialmente.

Eleições para Diretor-Geral da FAO.

O Governo de São Tomé e Príncipe já manifestou, em comunicação oficial, seu apoio à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao posto de Diretor-Geral da FAO.

Representação junto à União Africana.

Em 2006, o Brasil ofereceu, informalmente, ceder espaço na Embaixada brasileira em Adis Abeba (onde está sediada a União Africana) para que São Tomé e Príncipe instale sua representação junto àquele Organismo. O tema, entretanto, não foi adiante até o momento, por dificuldades operacionais de São Tomé (falta de recursos para manter pessoal em Adis Abeba). Em janeiro de 2010, o Chanceler Tiny visitou a Embaixada em Adis Abeba e explicitou a importância da União Africana para o País. A ocupação do espaço pela delegação santomense ainda depende de aval definitivo do Governo etíope.

Assistência Humanitária.

Recursos da assistência humanitária brasileira (US$ 50.000,00), iniciada em outubro de 2009, estão viabilizando o desenvolvimento de projeto inovador no país (já aplicado no Brasil), o qual permite vincular o pequeno agricultor familiar ao programa de alimentação escolar. Atualmente, as 6 escolas envolvidas (com quase 5000 alunos) têm suas refeições diárias enriquecidas com alimentos locais frescos, de alta qualidade nutricional, que ademais criam demanda consistente para pequenos produtores rurais. O projeto beneficia 34 agricultores dos 6 distritos da ilha de São Tomé, com considerável aumento de suas rendas mensais e assistência técnica prestada pelo projeto de Extensão Rural. O projeto tem recebido avaliações favoráveis da imprensa local.

Para o período de 2011-2012, está prevista a alocação de US$ 40.000,00 (quarenta mil dólares) ao Programa.

Cooperação em Defesa

Uma demanda recorrente de São Tomé e Príncipe diz respeito à cooperação na área de segurança e defesa. O Ministro Nelson Jobim visitou São Tomé em março de 2009, poucas semanas após a passagem pelo Brasil do PM Rafael Branco. Na ocasião, reuniu-se com todas as principais autoridades do setor de defesa do país. O Ministro Jobim ouviu as demandas e manifestou disposição do Brasil de cooperar com a capacitação de quadros nas forças armadas santomenses.

À visita do Ministro, seguiu-se, em junho, missão técnica do Ministério da Defesa a São Tomé ao Brasil. Na ocasião, foram avaliadas possibilidades de ampliação da oferta de vagas nas academias militares brasileiras (atualmente, 6 militares santomenses fazem cursos de formação/aperfeiçoamento no Brasil); de doação de equipamentos, entre os quais um avião bandeirante; de apoio técnico na área de infra-estrutura aeroportuária; e de cooperação para o treinamento e reaparelhamento da incipiente Guarda Costeira do país. O governo santomense busca assegurar meios de vigilância sobre sua plataforma continental e também garantir mínima presença que coíba o desenvolvimento de rotas de tráfico naquela zona.

O Ministério da Defesa já aprovou internamente a doação do avião, que agora depende de aprovação pelo Congresso. Quanto à Guarda Costeira, principal demanda santomense, o MD vem estudando possibilidades de parceria com Portugal e EUA para a recuperação e doação de embarcações para São Tomé e Príncipe.

Cooperação Técnica Bilateral

Governança Eletrônica e Intranet Governamental - Data Center

Desde 2005, o Governo brasileiro já doou US$ 190 mil para esse projeto, que teve início em 2006. Os recursos têm sido utilizados na aquisição de equipamentos para a rede de longa distância (WAN), para a rede local (LAN) e para a estrutura de um *Data Center*. Ao final do projeto, pretende-se formar dez técnicos responsáveis.

A primeira fase do projeto possibilitou a conexão dos órgãos do Executivo e a montagem de centro de dados. Na seqüência, foram interligados à rede as Câmaras distritais do país, além de diversos centros de saúde. Com isso, tornou-se possível usar infra-estrutura informática em benefício do programa de prevenção e controle da malária (desenvolvido em parceria com os EUA), por exemplo no geo-referenciamento dos casos da doença no país.

Projeto Merenda Escolar

Prevê a estruturação de programa de alimentação escolar para o Governo de São Tomé e Príncipe, para suprir a retirada do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, prevista para 2012. Com o apoio do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, implantou-se o projeto, a título de teste, em quatro escolas santomenses. Em dezembro de 2009, missão ABC/MEC esteve em São Tomé para planejar a segunda fase do projeto, que prevê sua expansão.

Projeto Alfabetização de Adultos

Nos últimos anos a cooperação brasileira tem sido fundamental no auxílio ao Governo santomense na luta pela erradicação do analfabetismo no país. De 2001 a 2008, o projeto, em suas quatro fases, atendeu a mais de 10 mil pessoas que se encontravam em situação de analfabetismo ou baixa escolaridade.

A quinta e última fase deste projeto atenderá a 110 turmas de *alfabetização inicial*, dentre elas, 18 turmas de *alfabetização funcional*, além de 20 turmas de *alfabetização inicial*, com atividades profissionalizantes integradas para jovens de 15 a 18 anos moradores de comunidades rurais. A proposta de ensino e aprendizagem é contextualizada para a realidade das comunidades agrícolas e de pescadores, do público jovem e das mulheres. Esta fase do projeto também prevê o fortalecimento das bases de forma a viabilizar a condução do programa de educação de jovens e adultos integralmente pelo Governo santomense, a partir de 2012.

Centro de Formação Profissional

Em 2008, missão conjunta ABC/SENAI foi a São Tomé para tratar da viabilidade da instalação de um Centro de Formação Profissional. Segundo pré-acordado naquela ocasião, as atividades serão organizadas em quatro fases, sendo a primeira reservada a ações básicas de formação profissional; a segunda a ações de formação focadas em obras e investimentos; a terceira direcionada a ações de fortalecimento institucional. Na última fase, ocorreria a transferência do Centro ao Governo santomense. A contrapartida santomense no projeto consiste na construção do galpão que abrigará o Centro, bem como obras de adaptação nas áreas contíguas ao local. A entrega da obra está prevista para junho de 2011.

O SENAI/PE, que executará o projeto, aguarda a conclusão das obras para dar início ao trabalho.

Projeto Pro-formação

Atende a professores dos distritos de Lobata, Lembá e da Região Autônoma do Príncipe. Na primeira fase, foram contemplados os distritos de Cauê e Cantagalo. Existe a possibilidade de parceria com o "Projeto PASS" do Banco Mundial, para a extensão do projeto aos distritos de Água Grande e Mé-Zochi. Caso isso se confirme, será alcançado o objetivo de dar formação de magistério em nível primário a todos os professores leigos santomenses.

Educação

Ingressaram em universidades brasileiras, por meio do Programa de Graduação de Estudantes de Convênio (PEC-G), 288 estudantes santomenses ao longo dos últimos 10 anos. No mesmo período, ingressaram no Programa PEC-PG (similar para pós-graduação) 7 santomenses.

Dois candidatos santomenses foram selecionados no processo seletivo para cursos de graduação do ano letivo de 2011 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Em maio de 2011 o Ministro da Educação santomense realizou visita ao Brasil e avistou-se com seu homólogo brasileiro. Na ocasião, além de solicitar apoio brasileiro para elaboração de plano estratégico para seu Ministério, abordou temas como implantação de um projeto de ensino à distância, formação de professores e educadores e a criação da Universidade Pública de São Tomé e Príncipe.

Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros

A inauguração do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) e do Centro Cultural Guimarães Rosa (CCGR), em março de 2008, provocaram agitação nos meios culturais da cidade, antes limitados à reduzida atuação do Centro Cultural Português (Instituto Camões) e aos eventos patrocinados pela Aliança Francesa. Até hoje, o Centro brasileiro comporta a única sala de projeção de filmes do país, com intensa programação.

Agricultura

Estão em execução dois projetos complementares na área de extensão agrícola, envolvendo a EMATER-MG, a Universidade Federal de Viçosa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo é dotar São Tomé e Príncipe de um serviço eficiente e abrangente de extensão rural, capaz de oferecer aos pequenos produtores santomenses assistência técnica que lhes permita aumentar sua produtividade, diminuir o impacto ambiental da produção e organizar o escoamento e a distribuição da produção (recorde-se que o país é tradicional produtor de cacau, embora de pequena expressão).

A primeira missão técnica brasileira esteve em São Tomé em setembro de 2009. São previstas atividades de capacitação in loco de técnicos santomenses multiplicadores do conhecimento.

Projeto Trilateral da Malária

Como fruto da reunião dos Presidentes Lula e Bush em Camp David, em março de 2007, foi acordada cooperação conjunta dos países para combate da malária em São Tomé e Príncipe. O objetivo da cooperação é prover o país de programa sustentável de controle da enfermidade por meio da capacitação do Ministério da Saúde local para a implementação e gestão das atividades de controle da doença. A parte brasileira, como meio de atingir os propósitos do programa, promoveu a associação com o Projeto de Governança Eletrônica, passando a utilizar a rede de Internet implantada para permitir a incorporação dos dados de saúde para o geo-referenciamento de casos de paludismo no país.

Programa de Cooperação em Prevenção e Controle do HIV/AIDS

O Brasil desenvolve programa de doação de medicamentos antiretrovirais para o tratamento de doentes de HIV/AIDS. Ademais, está em estudo no Ministério da Saúde proposta de cooperação na área de combate à AIDS.

Desenvolvimento Urbano

Foi assinado, em março de 2007, um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Brasil-STP para implementação do projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe". Por ocasião de sua visita ao Brasil, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé foi recebido na presidência da CAIXA, a quem solicitou fossem retomadas as conversações para o estabelecimento de cooperação. Na sequência, em fevereiro de 2009, foi enviada a STP missão ABC/CAIXA para diagnóstico e detalhamento de projetos. Como resultado, decidiu-se executar um Projeto de Desenvolvimento Urbano com três componentes: 1) Ordenamento Territorial, 2) Estruturação de Fundos Financeiros para a Habitação e 3) Apoio à Formulação de Política Habitacional. Os três projetos foram elaborados em conjunto pela CAIXA e pela ABC e enviados para análise da parte santomense. O Ministério de Obras Públicas de São Tomé já manifestou interesse em dar início ao componente "Ordenamento Territorial", que se apóia na transferência de experiência já adquira pela Caixa em projetos no Brasil.

Auxílio Técnico na Implantação da Política de Salário Mínimo

O Governo santomense solicitou ao Governo brasileiro auxílio técnico para a implantação da política de salário mínimo em São Tomé e Príncipe, considerando que o salário mínimo é um dos instrumentos fundamentais para garantia do desenvolvimento econômico e diminuição da desigualdade social e da pobreza de um país. As principais diretrizes a serem definidas para o Plano serão, entre outras: valor do salário mínimo, tipo de salário mínimo (nacional ou setorial), estratégias de implantação e metodologia de reajuste.

Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose

O projeto prevê ações que contribuirão para descentralização do diagnóstico e tratamento da doença, contemplando todos os eixos da estratégia DOTS (*Direct Observed Tratament Short-course*) com a pretensão de implementar essa estratégia em todas as unidades de saúde de São Tomé e Príncipe.

Num segundo momento, com a estruturação protocolar efetivada, haverá a implantação de ampla capacitação por meio da equipe de orientadores brasileiros, tendo por finalidade a operacionalização do plano e homogeneização do conhecimento. Essa capacitação também envolverá profissionais da área de laboratório, uma vez que se pretende, com o projeto, construir um laboratório de referência de cultura para diagnóstico e teste de sensibilidade.

Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas em São Tomé e Príncipe

O projeto visa apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na elaboração de legislação para a gestão das águas e do programa de justiça ambiental pelas águas, bem como capacitar técnicos santomenses para atuarem em atividades de educação, proteção, recuperação e uso sustentável das águas, e para implementarem o Plano de Ação Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas – NAPA. Espera-se, ao

final do projeto, implementar gestão sustentável, participativa, democrática, integrada e compartilhada das águas no país.

Capacitação Técnica para a Polícia de Investigação Criminal de São Tomé e Príncipe.

O projeto tem por objetivo fornecer a São Tomé e Príncipe a qualificação em recursos humanos necessária à reestruturação de suas forças policiais, especificamente, a sua Polícia Judiciária. A proposta implica na seleção e capacitação de policiais santomenses em áreas específicas, e também o desenvolvimento de uma política de respeito aos direitos humanos e aos preceitos éticos.

A Polícia Federal, por meio de sua Academia Nacional de Polícia, oferecerá e ministrará capacitação para policiais da Polícia Judiciária de São Tome e Príncipe.

Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato

O projeto consiste em apoiar o desenvolvimento do artesanato em São Tomé e Príncipe, por meio da organização de grupos de artesãos, levando em consideração as peculiaridades e vocações de cada grupo de trabalho. Na primeira fase, já concluída, foram capacitados 143 artesãos para a produção de um artesanato de tradição e raízes culturais que tenham valor e competitividade no mercado. Na segunda e terceira fase estão sendo contempladas ações que priorizam o aperfeiçoamento do profissional e o bom andamento das oficinas.

Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania

O projeto "Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – nível básico" foi assinado no dia 14 de março de 2011. As atividades do projeto visam à transferência de conhecimento técnico, teórico e metodológico sobre a arte da capoeira, assim como sobre sua utilização como recurso pedagógico, artístico e cultural. O projeto tem por finalidade repassar os fundamentos e técnicas da capoeira como modalidade esportiva e sócio-cultural, sendo um veículo de formação e transformação social com vistas a proporcionar melhores opções de vida e de inclusão social aos praticantes santomenses.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é modesto, embora venha crescendo nos últimos anos. Em 2009, as exportações brasileiras atingiram o valor recorde de US$ 5,7 milhões, graças a utilização da linha de crédito emergencial. A pauta é composta, sobretudo, por alimentos. Nos últimos anos, principal produto de exportação do Brasil para São Tomé vinha sendo açúcar. Em 2009, como decorrência da linha de crédito emergencial, os principais produtos comprados pelos santomenses no mercado brasileiro foram óleo de soja e carnes.

Já as importações oriundas de São Tomé e Príncipe diminuíram sistematicamente desde 2004, até caírem a zero em 2007. Desde então, não voltaram

aos patamares anteriores. A queda nas vendas ao Brasil insere-se em contexto maior de redução das exportações santomenses a todos os países, em razão de problemas de competitividade e de dificuldade de escoamento da produção.

MISSÕES E VISITAS EMPRESARIAIS

Em março de 2009, o então PM Joaquim Rafael Branco, reuniu-se com o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, e ofereceu à empresa o direito de exploração sobre áreas que estavam já concedidas a outras empresas, mas que foram retomadas pelo poder público por falta de exploração. Na ocasião, Gabrielli argumentou que o esforço necessário para viabilizar a exploração do pré-sal brasileiro impedia a empresa de investir em novos campos no exterior. O Presidente da PETROBRAS, no entanto, transmitiu oferta de apoio para início da produção de biocombustíveis em São Tomé e abriu a possibilidade de a PETROBRAS colaborar para a capacitação de técnicos santomenses.

Entre os dias 21 e 22 de maio de 2009, foi realizada missão empresarial do MDIC a São Tomé e Príncipe, com a finalidade de ampliar a cooperação técnica já desenvolvida e explorar oportunidades de investimentos brasileiros naquele país. Além de autoridades daquele ministério, a missão contava com representantes do COFIG, BNDES, Petrobras, Eletrobrás, EMBRAPA, FIESP e da Construtora Norberto Odebrecht (CNO).

Durante a visita, o Primeiro-Ministro de STP fez explanação sobre a economia do país, tendo ressaltado que, dada a sua posição estratégica, no coração do Golfo da Guiné, região com mais de 300 milhões de pessoas, e a pequena população do país (em torno de 160 mil habitantes), a vocação natural são-tomense é tornar-se plataforma de serviços da região. Nesse sentido, a intenção é atrair investimentos estrangeiros para a infraestrutura local, sobretudo para a construção de porto de águas profundas (que já estaria em estágio avançado de negociações com o grupo francês CMA-CGM) e para a estrada ligando o porto à cidade de São Tomé e ao aeroporto, que deverá também ser reformado e ampliado. No que se refere à estrada, o Primeiro Ministro mencionou que essa seria a contrapartida do país à construção, pelo grupo francês, do porto de águas profundas e que já há entendimentos com o grupo Odebrecht para a sua construção. Além disso, salientou que o país necessita, ainda, de investimentos urgentes na geração e transmissão de energia elétrica, no setor de turismo e em saneamento básico e abastecimento de água.

Técnico da PETROBRÁS que integrou a missão multissetorial reiterou, nas reuniões com autoridades santomenses, as ofertas feitas pelo Presidente Gabrielli, de apoio para o desenvolvimento de biocombustíveis em São Tomé. Também manifestou que a PETROBRAS poderia oferecer apoio na formação de técnicos santomenses no setor de gás e petróleo.

Representante da CNO reafirmou a sua intenção em participar da construção da estrada, ressalvando que faltaria a concretização da linha de crédito para o início da mesma. Já o representante da FIESP noticiou que empresas brasileiras, dentre elas a

Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, estariam interessadas no projeto de ampliação e reforma do aeroporto local.

Quanto aos projetos relativos à estrada, ao aeroporto, ao abastecimento de água e ao saneamento básico, os representantes são-tomenses informaram que está sendo elaborado o respectivo plano diretor, após o que terá início o desenvolvimento dos projetos. Salientou que serão necessários U$S 150 milhões ao longo de 5 anos para a sua consecução.

Com referência à energia elétrica, no curto prazo, o país esperaria apoio para ampliação da capacidade de geração de energia instalada no país, hoje na ordem de 12 MW, mas efetivamente gerando apenas 7 MW (o déficit é suprido por geração a diesel), e para a melhoria da rede de transmissão, que conta com grandes perdas técnicas, devido à antiguidade da mesma e aos furtos pela população local. No médio e longo prazo, São Tomé e Príncipe necessitaria, ainda, de apoio para a elaboração de plano diretor para o setor e para a construção de novas usinas elétricas (térmicas ou pequenas centrais hidrelétricas), dado o provável aumento da demanda quando da concretização dos investimentos esperados.

Em janeiro de 2010, representantes da Construtora Queiroz Galvão realizaram viagem ao país com o objetivo de realizar prospecção de oportunidades de negócios nas áreas de construção de rodovias e de usinas hidroelétricas e termoelétricas. Em reuniões com autoridades são-tomenses foi esclarecido que o potencial de geração de energia elétrica por fontes hídricas está avaliado em 60 MW ainda largamente inexplorado. O país depende majoritariamente da produção elétrica através de usinas termoelétricas movidas a diesel que, na época, tinham capacidade de cerca de 8 MW, sendo que, devido a problemas técnicos, estavam operando com metade de sua capacidade. Havia ainda planos para construção de uma nova planta com capacidade de 8,5 MW. Para dispor de uma situação confortável, STP precisaria contar com uma capacidade de geração de energia elétrica próxima a 30 MW na rede pública. Após a construção do porto de águas profundas no norte da ilha de São Tomé, seriam necessários 30 MW adicionais. Os dirigentes da construtora manifestaram interesse no projeto da construção de uma pequena central hidroelétrica de 4 MW, a ser construída eventualmente na localidade de Bombaim, na ilha de São Tomé.

Em março de 2011, representante da Arepha, empresa farmacêutica com sede no Benin, visitou o país com o objetivo de avaliar oportunidades de importação de medicamentos genéricos brasileiros para a África Central, tendo como fornecedor a EMS, empresa farmacêutica de capital brasileiro. Em breve análise do mercado local, foi levantado que os genéricos brasileiros, notadamente os da mencionada empresa, gozam de boa reputação em termos de qualidade, disponibilidade e preço. Por tal razão, teriam inserção privilegiada nesta região do continente africano, que carece de acesso a um mercado de medicamentos com produtos em tais condições. São Tomé e Príncipe seria um dos países cogitados para a distribuição dos medicamentos.

4 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

A dívida soberana de São Tomé registrada junto ao Banco do Brasil em 12 de abril de 2011 era de US$ 4,32 milhões.

Linha de crédito emergencial

Em outubro de 2007, o Governo de São Tomé e Príncipe recorreu ao Brasil solicitando apoio emergencial que pudesse evitar o desabastecimento de gêneros essenciais no mercado local. Segundo apelo do então Chanceler Carlos Gustavo dos Anjos, a própria governabilidade do país estaria ameaçada caso se aprofundasse a crise que então se desenvolvia, decorrente de episódio político-militar (sublevação de uma unidade policial) que não trouxe maiores consequências.

Em atenção ao pedido, o Governo brasileiro buscou formas de viabilizar apoio financeiro. Solicitação de crédito foi levada pelo Itamaraty à CAMEX que, em menos de 20 dias, logrou a aprovação de crédito de US$ 5 milhões, com garantia soberana, taxa Libor de juros e carência de um ano para início do pagamento, a ser realizado em seis parcelas semestrais.

O crédito foi o primeiro aprovado sob o regime de crédito concessional. O Memorando de Entendimento entre Brasil e São Tomé e Príncipe formalizando a concessão do crédito foi assinado em dezembro de 2007, com o valor final de US$ 4,25 milhões. Antes mesmo de o crédito haver sido aprovado, o Governo santomense havia apresentado lista preliminar dos produtos. Dificuldades logísticas, no entanto, comprometeram a pronta concretização da exportação. Seguiram-se posteriormente entraves de ordem política. Em fevereiro de 2008, o Governo do Primeiro-Ministro Tomé Vera Cruz caiu. Seu substituto, Patrice Trovoada, permaneceu no poder menos de quatro meses, até seu afastamento em maio do mesmo ano. As rupturas administrativas do governo dificultaram o avanço da operação, pela dificuldade santomense em aprovar as decisões necessárias. Em junho de 2008, assume Joaquim Rafael Branco, que retoma as tratativas para a utilização do crédito.

Em setembro, acorda-se que haveria colaboração direta entre empresários e Governo santomense para a estruturação da operação. Definiu-se também a lista dos itens a serem importados, a saber: leite em pó, bolachas sortidas, sal refinado, sal peneirado, margarina, caldo de galinha em cubos, sabão em pedra, frango inteiro, coxas de frango, alcatra bovina, costela bovina, carne bovina em cubos, óleo de soja e açúcar. Após diversos atrasos no embarque, provocados por dificuldades dos operadores santomenses, o mesmo ocorreu, finalmente, em maio de 2009.

Vendo-se incapaz de arcar imediatamente com os compromissos assumidos, o Governo de São Tomé e Príncipe apresentou ao Governo brasileiro, em novembro de 2010, duas propostas: 1) reescalonamento da dívida por 20 anos, com 5 anos de carência; ou 2) transformação do financiamento em donativo, condicionada a investimentos sociais no país.

A parte brasileira, em reposta, ressaltou o caráter singularmente favorável da operação de financiamento. Sublinhou, ademais, que renegociações de créditos do governo brasileiro têm de ser aprovadas pelo Senado Federal, levando-se em conta a natureza dos créditos, o perfil da dívida e a performance do país devedor. Nesse contexto, foi apresentada à parte santomense contra-proposta prevendo um cronograma de desembolsos anuais entre 2011 e 2017 e demais condições quanto a juros e prazos.

O Governo de São Tomé aprovou a proposta e se dispôs a iniciar os pagamentos. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, no entanto, ainda está concluindo elaboração de mensagem que submete a proposta ao Senado Federal, que dará a palavra final sobre os termos do reescalonamento. A dilatação do prazo para pagamento, solicitada pelo lado santomense, ainda necessita ser referendada pela CAMEX.

5. ASSISTÊNCIA CONSULAR

Estima-se que a comunidade brasileira em São Tomé e Príncipe seja composta de 48 pessoas, aos quais é prestado o apoio consular de praxe. A presença brasileira está também vinculada à atuação de movimentos religiosos naquele país.

6. POLÍTICA INTERNA

São Tomé e Príncipe (STP) tem um Governo democraticamente eleito e vive em paz social. No entanto, sendo um país ainda relativamente pobre e muito dependente da ajuda econômica estrangeira, suas instituições políticas revelam fragilidades.

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) governou o país entre 1975 e 1991, em regime de partido único. Em 1991, realizaram-se as primeiras eleições gerais e multipartidárias. Miguel Trovoada, concorrendo como candidato independente, elegeu-se Presidente, tendo logrado reeleger-se em 1996 para um segundo quinquênio.

Em julho de 2001, Trovoada apoiou a candidatura à Presidência da República do empresário Fradique de Menezes, que foi eleito com 54,36% dos votos, com apoio da elite econômica e de outros setores da sociedade. Tendo a seu favor as prerrogativas de um regime semipresidencialista e decidido a influenciar a condução do Governo, Menezes rompeu com Miguel Trovoada e dissolveu a Assembléia em dezembro de 2001, convocando eleições antecipadas para março de 2002. Fradique de Menezes organizou um novo partido, o Movimento Democrático das Forças da Mudança (MDFM).

Nas eleições de março de 2002, a coligação do MDFM não alcançou maioria parlamentar. O Presidente Menezes negociou, então, acordo com o MLSTP para a

formação de Governo de coalizão entre as duas forças políticas dominantes e os partidos de menor expressão. Nomeado em março de 2002, o novo Governo foi destituído pelo Presidente Menezes em setembro do mesmo ano.

Inaugurou-se então período de forte instabilidade política em São Tomé e Príncipe. Entre 2002 e 2008, ocuparam o cargo de Primeiro-Ministro Maria das Neves Batista de Souza (2002-2004); Damião Vaz D'almeida (2004-2005); Maria do Carmo Trovoada Pires Carvalho Silveira (2005-2006); Tomé Vera Cruz (2006-2008); Patrice Trovoada (fev-jun/2008); Joaquim Rafael Branco (jun/2008 a ago/2010) e novamente Patrice Trovoada.

Essa rotatividade dificulta a manutenção de diretrizes básicas de governo como, por exemplo, a da reforma administrativa. Em 2000, havia 4,5 mil funcionários públicos, número que se pretendia reduzir para 3 mil. Entretanto, em 2008, a cifra se elevou a mais de 6 mil.

Ao assumir em junho de 2008, Rafael Branco enumerou três prioridades de seu governo: a) segurança alimentar, que englobaria as questões do fomento à produção agrícola, transporte, armazenamento e comercialização da produção; b) regularização do fornecimento de energia elétrica; e c) infra-estrutura (porto de águas profundas, aeroporto e estradas, nas vertentes do desenvolvimento turístico e do escoamento da produção agrícola).

Em fevereiro de 2009, o Presidente Fradique de Menezes ameaçou renunciar ao cargo depois que a imprensa local veiculou campanha indicando que ele seria o principal fomentador da instabilidade do país. As manifestações e a crise decorrente da recente instabilidade levaram à prisão de quarenta integrantes da Frente Democrática Cristã, além de seu líder, Arlécio Costa, ex-integrante do "Batalhão Búfalo", que já havia tentado um golpe contra o Presidente Fradique de Menezes. O Gabinete do Presidente e a cúpula de seu partido, o MDFM-PL, conseguiram demovê-lo da intenção de renunciar.

Entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, a posse de Fradique Menezes como presidente do MDFM deu margem a nova crise política. Parlamentares do PCD e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) acusaram o Presidente Menezes de desrespeitar a Constituição, uma vez que é vedado ao Presidente da República o exercício de qualquer outra atividade pública. Como resultado da disputa interna na base de apoio do Governo, o MDFM de Fradique Menezes acabou por afastar-se da coalizão governista, o que diminuiu a maioria de Rafael Branco de confortáveis quase 80% para cerca de 55% dos assentos na Assembléia Nacional.

Nas eleições legislativas realizadas em agosto de 2010 a Ação Democrática Independente (ADI) saiu vitoriosa. O partido já havia saído fortalecido das eleições para as administrações distritais, no mês anterior. Em segundo lugar ficou o MLSTP, do Presidente Fradique Menezes. Em terceiro ficou o Partido da Convergência Democrática.

Com a vitória da ADI, seu líder, Patrice Trovoada, foi designado novo Chefe de Governo, e assumiu em 13 de agosto de 2010. O Governo do PM Trovoada conta

com uma bancada de 26 deputados (de um total de 55), sendo, portanto, minoria e dependente de cooperação com a oposição para se manter no poder.

O debate político em STP se volta a partir de agora para a preparação das eleições presidenciais. Estas têm previsão de realização no dia 17 de julho do corrente ano. Perfilam-se como principais candidatos ao pleito a Deputada Maria das Neves (1ª Vice - Presidente da Assembleia Nacional de STP e ex-Primeira-Ministra), a Deputada Elsa Teixeira Pinto (Ministra da Defesa no Governo do ex-Primeiro Ministro Rafael Branco), o comerciante Aurélio Martins (atual presidente do MLSTP) e o Deputado Francisco Rita (militante do Partido da Convergência Democrática - PCD). O escritor Filinto Costa Alegre e o cantor Gilberto Gil Umbelina também já se declararam candidatos, enquanto o ex-Presidente da República Manuel Pinto da Costa ainda alimentaria, segundo rumores correntes, pretensões de se candidatar.

O Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, apesar de ainda não se haver manisfestado sobre o assunto, é tido como provável candidato de seu partido (a Ação Democrática Independente-ADI) às eleições presidenciais. Caso vencedor, é possível que venha a propugnar a votação de emenda constitucional estabelecendo o regime presidencialista.

7. POLÍTICA EXTERNA

O perfil da inserção internacional de São Tomé e Príncipe vem-se modificando nos últimos anos por dois motivos: (i) sua localização estratégica no coração do Golfo da Guiné, região de crescente importância global em razão das reservas de petróleo lá existentes; e, sobretudo, (ii) a descoberta de reservas de petróleo no próprio mar territorial do país e em zona de exploração compartilhada com a Nigéria. A competição por influência sobre o Governo santomense vem-se intensificando pelos mesmos motivos.

As mudanças qualitativas nas relações internacionais do país ficaram evidentes no período imediatamente posterior à tentativa de golpe de Estado de julho de 2003. O Governo santomense, às voltas com o desafio de normalizar, definitivamente, a situação política do país e melhorar as condições sociais que teriam facilitado a emergência do movimento rebelde, viu-se beneficiado por manifestações e ações concretas de apoio político, econômico e material de parte de governos da região (particularmente Nigéria) e extra-regionais, além de instituições multilaterais.

Recentemente, o novo Governo santomense conferiu prioridade à aproximação com os países vizinhos. Além do Gabão, o PM Patrice Trovoada também fez visitas de trabalho a Angola, Nigéria, Líbia e Cabo Verde, procurando atrair investimentos privados e captar novas modalidades de ajuda oficial ao desenvolvimento.

Estados Unidos

Os EUA também reforçaram sua política para o país no contexto das descobertas petrolíferas, sobretudo no que tange à presença militar. Exemplo disso é a instalação, no Ministério da Defesa santomense, de radar que permite monitorar a navegação costeira entre São Tomé e Príncipe e o continente africano. Navios de guerra norte-americanos têm freqüentemente visitado o arquipélago e o Serviço de Meteorologia da Marinha de Guerra dos EUA apresentou ao Comandante das Forças Armadas santomenses o mapa oceanográfico da Baía de Ana Chaves, onde funciona o Porto de São Tomé. A Embaixadora dos Estados Unidos para São Tomé e Príncipe (residente no Gabão) manifestou ao Embaixador do Brasil, em mais de uma oportunidade, a disposição de seu Governo de somar esforços com o Brasil no sentido de prover São Tomé e Príncipe de meios para garantir a segurança de seu mar territorial. A possível cooperação trilateral também foi objeto de análise em reunião que o Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa manteve com seu homólogo do Departamento de Defesa americano em dezembro de 2010.

Portugal

Portugal continua a ser um parceiro de grande importância. Provêm da ex-metrópole mais da metade de tudo que é importado pelo país. No plano da cooperação, Portugal mantém-se como um dos principais fornecedores de financiamentos e de doações. Em fevereiro de 2008, o MNE português esteve no país para tratar do estabelecimento do Programa Indicativo de Cooperação (PIC), que prevê o aporte de 45 milhões de euros a projetos de cooperação, sobretudo na área de saúde, pelos próximos quatro anos. Em julho de 2009, o MNE Luís Amado voltou a São Tomé, desta vez acompanhado de seu colega da pasta das Finanças, Frederico dos Santos, para acertar a concessão de US$ 25 milhões como reforço financeiro ao processo de estabelecimento de nova taxa cambial entre a Dobra e o Euro. A Ministra das Finanças de São Tomé, Ângela Viegas, declarou pretender que STP adote a paridade cambial com o Euro.

Um programa trienal (2011-2013) de cooperação técnico-militar foi recentemente assinado. Portugal tem crescentemente se interessado na questão da vigilância e fiscalização das águas territoriais de STP, com vistas a impedir o fortalecimento de grupos.

Em 2009, Portugal representou o maior parceiro comercial de São Tomé e Príncipe (exportou EUR 35 milhões e importou EUR 479 mil).

Taiwan

O país reconhece o Governo de Taiwan como representante legítimo do povo chinês. O movimento de aproximação da RPC em direção à África, coroado pela Conferência realizada em Pequim em novembro de 2006, levou Taiwan a aumentar o volume financeiro destinado a seus programas de cooperação em São Tomé e Príncipe e a buscar dar a isso grande divulgação na imprensa local. O Presidente

Fradique de Menezes, logo após sua reeleição em 2006, em seu discurso perante a AGNU, proferiu contundente defesa da situação de Taiwan. Nos últimos anos, um dos mais expressivos programas de cooperação mantidos por Taiwan é o de combate à malária, que proporcionou significativa redução dos índices de infecção no arquipélago. Uma das cinco Embaixadas residentes que São Tomé e Príncipe mantém no exterior localiza-se em Taipei.

Estima-se que a transferência regular anual de recursos financeiros a fundo perdido de Taiwan a STP alcance, pelo menos, USD 5 milhões, sem contar as doações por conta de alguns projetos específicos. O mais importante destes é constituído pela usina termo-elétrica de Santo Amaro (próxima a esta capital), com potência instalada de 8.5MW e inaugurada no segundo semestre de 2010, a qual representou uma doação a STP da ordem de USD 15 milhões.

Taiwan também concede a STP assistência econômica e técnica nos domínios de saúde pública (prevenção e tratamento da malária, envio de médicos especialistas, etc) e da agro-pecuária (cultivo de novas variedades de frutas, melhoramento da produção de grãos e tubérculos, criação de gado suíno e caprino, etc). Cerca de 30 jovens santomenses fazem atualmente estudos técnicos ou universitários em Taiwan, com bolsas concedidas pelo Governo taiwanês.

China

São Tomé e Príncipe não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China. Desde 1997 este país tem reconhecido e mantido relações diplomáticas com Taiwan.

O Governo de Pequim, entretanto, ainda mantém em São Tomé um representante oficial (sem "status" diplomático), que usa o título de Administrador de Bens da China. Esse funcionário tem a incumbência de zelar, dirigir ou representar os interesses de uma empresa chinesa de construção civil localmente estabelecida, bem como da companhia petrolífera chinesa "Synopec", a qual tem atividades em alguns países do Golfo da Guiné.

Japão

Nos últimos anos, o Japão vem ganhando importância na política exterior santomense. O arquipélago, desde 2007, vem se beneficiando, no âmbito da iniciativa "*Japan's Commitment to África*", de significativos volumes de recursos sob forma de ajuda humanitária. Em janeiro deste ano, foi assinado Protocolo que libera 250 milhões de Ienes (cerca de 2,7 milhões de Dólares) a São Tomé e Príncipe para a aquisição de alimentos. Recursos em montante similar já haviam sido oferecidos pelo Japão nos últimos dois anos.

Países africanos

A **Nigéria**, com base na divisão de campos petrolíferos submarinos e na forte atuação do ex-presidente Obassanjo pela manutenção de Fradique de Menezes no

poder durante a tentativa de golpe de 2003, ascendeu à condição de parceira de primeira grandeza.

Nesse quadro, os tradicionais parceiros regionais de São Tomé e Príncipe, Angola e **Gabão**, competem para manter a antiga ascendência. As relações com o Libreville, que abrigou as principais lideranças do processo de independência santomenses no exílio, mantêm-se cordiais e densas.

Logo após a sua posse, o PM Patrice Trovoada fez visita oficial ao Gabão, país que tem tradicionalmente apoiado seu partido político. No momento, haveria interesse em restabelecer ligação aérea regular entre São Tomé e Libreville, cidade que abriga expressiva comunidade de cidadãos de STP.

Quanto a **Angola**, o auge da influência de Luanda sobre o país deu-se na década de 1980, quando ambos os países seguiam orientação socialista, e Angola era, de fato, responsável pela segurança do arquipélago. Já com a assunção de Rafael Branco e o retorno do MLSTP ao poder houve reforço nas relações entre as duas ex-colônias portuguesas. Os laços históricos são muito intensos, sendo oriunda de Angola a maior parte da população que serviu na lavoura colonial cacaueira santomense. Atualmente, na esteira do expressivo crescimento econômico angolano do pós-Guerra Civil, é expressivo o contingente de santomenses que buscam oportunidades de trabalho e renda em Angola.

O então PM Rafael Branco esteve em Luanda em outubro de 2009 no intuito de "aperfeiçoar a cooperação bilateral". Na ocasião, solicitou crédito de US$ 5 milhões para aliviar o orçamento de seu Governo. A aproximação continuou com a assunção do PM Trovoada em 2010.

O esforço de aproximação vem sendo reciprocado por uma política mais agressiva de investimentos angolanos no país, visando, sobretudo, à possibilidade de participação na possível exploração de petróleo na plataforma continental. A petroleira angolana "Sonangol" adquiriu o controle acionário da Empresa Nacional de Combustíveis (ENCO), e outras empresas, e o próprio Governo angolano já manifestou interesse em adquirir participação acionária na Companhia Santomense de Telecomunicações e no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe. Na mais recente visita do PM Trovoada a Luanda foi anunciado investimento de US$ 7 milhões da Sonangol no porto e no aeroporto de São Tomé.

Com outro país de língua portuguesa, **Cabo Verde**, São Tomé e Príncipe mantém boas relações. Na última visita bilateral, em abril de 2010, o PM cabo-verdiano e o PM santomense assinaram diversas parcerias produtivas e acordos de navegação marítima.

O Governo santomense cogita em criar consulado na capital cabo-verdiana, enquanto o Governo de Praia estuda transformar em Embaixada seu consulado em São Tomé.

São Tomé manteve relações com **Saara Ocidental** até 1998, quando cessou os laços com aquele país e estabeleceu relações com o **Marrocos**.

8. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Depois de atravessar a segunda metade da década de 1990 com retração do PIB, a economia santomense cresceu aceleradamente nos últimos anos, quando as taxas estiveram sempre acima dos 5%. Como o crescimento populacional estabilizou-se em cerca de 2% ao ano, houve importante aumento do PIP *per capita*, que praticamente dobrou entre 2001 e 2008. Em 2009, apesar da Crise Financeira, segundo estimativa da *Economist Inteligence Unit*, a economia cresceu cerca de 4%.

A economia santomense é historicamente dependente do cacau e, portanto, mostra-se sujeita a flutuações de preço e safra do produto. Nos últimos anos, no entanto, houve um esforço de diversificação da economia, com a adoção de políticas e programas governamentais de promoção de novos setores produtivos. O investimento público em infra-estrutura, o turismo e a pesca foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico registrado nos últimos anos.

Em que pesem aos avanços logrados, a economia santomense ainda depende fortemente de doações internacionais, que ajudam a equilibrar o balanço de pagamentos. O déficit comercial continua alto, tendo atingido cerca de 40% do PIB em 2008.

O país beneficiou-se do "Instrumento para Redução da Pobreza e para Crescimento" (PRGF) do FMI, visando ao perdão de US$ 200 milhões da dívida externa. O benefício foi concedido pelo Fundo em 2000, no âmbito do "Programa para Países Pobres Altamente Endividados" (HIPC). Contudo, a implementação do instrumento foi suspensa em 2001, por causa do baixo desempenho do Governo santomense. Em 2002, foi adotado novo programa, monitorado por pessoal do próprio Fundo.

Desde então, São Tomé foi objeto de avaliações periódicas do FMI, que considerou satisfatórias as políticas fiscais visando à redução dos déficits público e externo.

Em 2007, foi anunciada a decisão do Banco Mundial e do FMI de perdoar a dívida externa do país. O perdão significou o cancelamento de mais de 90% da dívida santomense, até então avaliada em US$ 360 milhões.

O Governo estima que a redução do endividamento, associada à perspectiva de exploração de petróleo no mar territorial, facilitará a obtenção de financiamentos e poderá alavancar a concretização de obras de infra-estrutura. Desdobramentos recentes, contudo, indicam que ainda serão necessários alguns anos até que se possam auferir receitas petrolíferas. As primeiras descobertas na área compartilhada com a Nigéria, única onde já foram iniciados estudos mais sistemáticos de prospecção, não correspondem às expectativas de investidores e do Governo santomense. Além disso, a crise financeira, e a conseqüente redução brusca dos preços internacionais do petróleo entre o fim de 2008 e a primeira metade de 2009, diminuiu o ímpeto investidor das grandes companhias petrolíferas, o que contribuiu para o relativo

desinteresse pelas ofertas de blocos feitas pelo Governo santomense. Desta forma, a exploração comercial que se iniciaria em 2011 deverá tardar ainda alguns anos.

A falta de abastecimento regular de energia também é um entrave ao desenvolvimento econômico, entre outros aspectos, por inibir a captação de investimentos privados. Por sua vez, a falta absoluta de indústrias de beneficiamento agrícola provoca desperdício significativo da produção, na medida em que o país não é capaz de consumir tudo aquilo que produz, o que ocasiona perda de produção agrícola.

Comércio Exterior

Os dados de comércio exterior são reflexo do tamanho diminuto da economia das ilhas. A exportação de bens correspondeu a USD 7,7 milhões em 2009 (o que equivale a decréscimo nominal de USD 600 mil em relação aos USD 8,3 milhões de 2008). A importação de bens, por sua vez, chegou ao montante de USD 83,8 milhões em 2009, o que perfaz acréscimo nominal de USD 10,8 milhões em relação aos USD 73 milhões de 2008.

Os principais produtos da pauta da pauta exportadora são o algodão, o coco e o cacau, sendo que o Japão constitui o principal destino das exportações (22,5% em 2006). Alimentos e petróleo (32,5% e 16,6%, respectivamente) constituem os principais produtos de importação. Dados de 2008 indicam que Portugal é a principal origem das importações (56,1%), seguido da Bélgica (9,6%) e Japão (9,3%).

Sendo a base industrial da economia santomense bastante diminuta (envolvendo apenas a produção de cerveja, de chocolates e de peixe seco), o país importa quase tudo que consome. As exceções são pescado, carne de frango e suína, frutas e produtos hortícolas. As receitas de exportação de bens (cacau, algodão) e serviços (turismo) são modestas, o que ocasiona saldo negativo persistente e crescente no balanço de pagamentos em conta corrente.

A previsão de déficit no balanço de pagamentos em São Tomé deve continuar elevada, atingindo o patamar de 33% em 2011, sobretudo em razão do significativo saldo comercial negativo.

O Governo de STP enfrenta penúria de recursos ainda mais acentuada, uma vez que Portugal e Líbia, dois importantes prestadores de ajuda econômica, vêem-se no momento incapacitados de manter seu apoio financeiro habitual.

Investimentos

São também reduzidos os montantes dos investimentos estrangeiros (com exceção daqueles nos setores bancário, de turismo e hotelaria). Assim, São Tomé e Príncipe depende fundamentalmente, para sustentar seu balanço de pagamentos, de doações ou empréstimos (especialmente sob a forma de *soft loans*) externos. Cabe aqui observar a existência neste país de sete instituições bancárias estrangeiras (sobre algumas das quais pairam suspeitas de se dedicarem, ao menos em parte, a atividades ligadas à "lavagem de dinheiro").

A grande esperança nutrida pelo Governo santomense para alavancar o desenvolvimento nacional reside no possível fluxo de receitas futuras advindas da exploração de reservas de petróleo submarino, bem como do desenvolvimento dos projetos de logística no arquipélago.

A ZEE de São Tomé e Príncipe cobre uma superfície de 136 mil quilômetros quadrados e foi dividida em três áreas com um total de 19 blocos. Em duas das áreas mencionadas, para as quais já existem dados sísmicos preliminares, foi ontem aberta a licitação pública abrangendo sete blocos.

Outros quatro blocos existentes na ZEE santomense foram já adjudicados às empresas "Equator Exploration" e "ERHC" Essas empresas exerceram o direito de preferência e opção previamente ao lançamento do primeiro leilão de blocos e que se estenderá até 15 de setembro do corrente ano (data limite para apresentação de propostas pelos interessados).

Os estudos preliminares até agora realizados indicam a possibilidade de São Tomé e Príncipe contar com reservas petrolíferas totais de até 30 bilhões de barris. As reservas petrolíferas recuperáveis chegariam até 10 bilhões de barris.

O Governo santomense também ambiciona tirar partido da excelente localização geoestratégica do país para transformá-lo numa grande plataforma de exportação de bens e serviços para toda a África Central e, sobretudo, a vasta região do Golfo da Guiné. Para esse fim, no entanto, precisa atrair investimentos estrangeiros para melhoramento e expansão da malha viária e das infra-estruturas portuária e aeroportuária, bem como da capacidade instalada de geração de energia elétrica (esta última atingirá, no segundo semestre do corrente ano, cerca de 20MW, cifra ainda insuficiente para atender a totalidade da demanda interna).

São grandes provedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) a este país, Portugal e Taiwan; e também a União Européia e o Japão.

9. ANEXOS

Cronologia do País

Séc XVI - Colonização pelos portugueses, que introduzem a cultura da cana-de-açúcar e o trabalho escravo

1951 - Província ultramarina de Portugal

1960 - Formação do grupo nacionalista que se transformou no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de orientação marxista

1974 - Governo português, após Revolução dos Cravos, reconhece o direito à independência e o MLST como interlocutor legítimo

12 de julho de 1975 - Independência. Manuel Pinto da Costa (MLSTP) torna-se Presidente, e Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro

1979 - Miguel Trovoada é preso, acusado de tentativa de golpe

Década de 1980 - País afasta-se do bloco comunista e declara-se não alinhado

1990 – Nova constituição estabelece multipartidarismo

1991 – Primeiras eleições multipartidárias. O MLSTP-PSD perde a maioria parlamentar. Miguel Trovoada elege-se presidente

1995 – Trovoada é derrubado e preso pelas Forças Armadas. Depois de pressões dos doadores internacionais, é reconduzido à Presidência

1996 – Trovoada reeleito Presidente

1998 – O MLSTP-PSD obtém a maioria parlamentar; Guilherme Posser da Costa é indicado Primeiro-Ministro

Julho de 2001 – Fradique de Menezes elege-se Presidente

Março de 2002 – O MLSTP vence as eleições parlamentares. Fradique de Menezes indica Gabriel Costa (MLSTP-PSD) Primeiro-Ministro, formando governo de coalizão

Julho de 2003 – Golpe militar. Fradique de Menezes, então na Nigéria, retorna ao país uma semana depois, após acordo com os militares, todos anistiados

Março de 2007 – O Banco Mundial e o FMI perdoam 90% (US$ 360 milhões) da dívida do país

Maio de 2008 – Parlamento aprova moção de desconfiança ao Governo. Gabinete de Trovoada é desfeito

Janeiro de 2009 – O Presidente Fradique de Menezes ameaça renunciar ao cargo após acusações de perseguir adversários políticos e causar instabilidade no país.

Cronologia das Relações Bilaterais

Junho de 1984 - Visita oficial ao Brasil da MNE Maria Amorim

Novembro de 2000 - Visita oficial ao Brasil do MNE Rafael Branco

Agosto de 2002 - Visita ao Brasil do PR Fradique de Menezes, para Cúpula da CPLP

Março de 2003 - Decreto cria a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Estado-membro da CPLP no qual o Brasil não mantinha missão diplomática residente

Novembro de 2003 - Visita oficial do PR Lula a São Tomé e Príncipe

Julho de 2004 - Visita do PR Lula a São Tomé e Príncipe, para Cúpula da CPLP

Agosto de 2005 - Visita de trabalho ao Brasil do MNE Ovídio Pequeno

Agosto de 2005 - Visita Oficial ao Brasil do PR Fradique de Menezes

Outubro e novembro de 2006 - Visita ao Brasil do PR da Comissão Nacional Eleitoral de São Tomé e Príncipe, para acompanhar as eleições brasileiras; e da PR do Supremo Tribunal de Justiça daquele país

Março de 2007 - Visita Oficial ao Brasil do MNE Carlos Gustavo dos Anjos

Dezembro de 2007 - Brasil concede linha de crédito no valor de US$ 5 milhões a São Tomé e Príncipe, para aquisição de alimentos e produtos de primeira necessidade no mercado brasileiro

Maio de 2008 - Visita do Ministro Celso Amorim a São Tomé

Maio de 2008 - Visita de Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a São Tomé e Príncipe

Janeiro de 2009 - Visita oficial ao Brasil do MNE Carlos Tiny

Março de 2009 – Visita oficial ao Brasil do PM Joaquim Rafael Branco

Março de 2009 – Visita a São Tomé do Ministro da Defesa, Nelson Jobim

Maio/Junho – Chegada a São Tomé do navio com os produtos adquiridos com recursos da linha de crédito emergencial de US$ 5 milhões.

Fevereiro de 2010 – Visita oficial ao Brasil do MNE Carlos Tiny

Atos Bilaterais

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Memorandum das Conversações entre o Ministério da Agricultura do Brasil e do Ministério da Agricultura da República Democrática de São Tomé e Príncipe.	7/5/1982	Em vigor
Comunicado Conjunto	26/6/1984	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	26/6/1984	Em vigor
Acordo Geral de Cooperação.	26/6/1984	Em vigor
Acordo Cultural.	26/6/1984	Em vigor
Registro das Conversações entre São Tomé e Príncipe e o MRE.	15/7/1997	Em vigor
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP)	17/7/2000	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS".	2/12/2000	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe".	30/7/2001	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Bolsa Escola em São Tomé e Príncipe"	30/7/2001	Expirado
Comunicado Conjunto da Visita Oficial de sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Fed. do Brasil à Rep. Dem. de São Tomé e Príncipe	2/11/2003	Em vigor
Acordo de Cooperação Esportiva	2/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Construção Institucional e Metodológia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe"	2/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da Rep. Dem. de São Tomé e Príncipe"	2/11/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe"	2/11/2003	Em vigor
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação na Área de Educação para a Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe"	2/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero	2/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional	2/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	2/11/2003	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia Eletrônica	9/9/2004	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Hiv/Aids) em São Tomé e Príncipe	18/8/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Implementação do Programa de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe	26/3/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Formação de Professores em Exercício em São Tomé e Príncipe``	26/3/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para	26/3/2007	Em vigor

Implementação do Projeto ``Implantação de Data Center para Apoio aos Serviços e Sistemas do Governo de São Tomé e Príncipe ``		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe ``	26/3/2007	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe ``	26/3/2007	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de Relações Exteriores	26/3/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de São Tomé e Príncipe	12/12/2007	Em vigor
Programa Executivo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária em São Tomé e Príncipe"	24/10/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe – Fase II"	4/12/2008	Em vigor
Emenda, por troca de Notas, ao Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de São Tomé e Príncipe	11/12/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Brasil e São Tomé e Príncipe sobre Cooperação em Assuntos Aquícolas e de Pesca	20/1/2009	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe – Fase V"	20/1/2009	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Implantação do Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER) em São Tomé e Príncipe"	11/3/2009	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe"	11/3/2009	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Luta Contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe"	4/3/2010	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto "Auxílio Técnico na Implantação da Política de Salário Mínimo em São Tomé e Príncipe"	4/3/2010	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto ``Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas em São Tomé e Príncipe - Fase I	4/3/2010	Em vigor
Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto ``Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe – Fase II"	4/3/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa.	10/11/2010	Em tramitação MRE

Indicadores Econômicos e Comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Democrática de São Tomé e Príncipe
Superfície	1.001 Km^2
Localização	Costa Oeste da África
Capital	São Tomé
Principais cidades	São Tomé, Santa Cruz, Santana, Madalena, Porto Alegre, Rio do Ouro Neves, Sundi, Infante D. Henrique
Idioma oficial	Português
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$189 milhões
PIB "per capita" (2010)	US$ 1.143
Moeda	Dobra

Elaborado pela MRE/DPR/DIC – Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010[1]
População (em mil habitantes) (2)	155	158	160	161	161
Densidade demográfica (hab/Km^2)	159,8	159,8	159,8	160,8	160,8
PIB a preços correntes (US$ milhões)[3]	124,6	145,0	173,8	189,4	188,6
Crescimento real do PIB (%)[3]	6,7	6,0	5,8	4,0	4,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	23,1	18,5	26,0	16,7	13,0
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)[3]	34,2	39,3	47,5	38,6	48,3
Câmbio (Db$ / US$)[4]	12.448,7	13.536,8	14.695,2	16.206,5	18.498,6

Elaborado pela MRE/DPR/DIC – Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2011

(1) Estimativa EIU.

(2) 2007 e 2008: estimativas.

(3) 2010, e 2009: estimativas EIU.

(4) 2010: dados reais

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 [2][3]
Exportações (fob)	18,1	8,8	9,0	6,9	14,0	8,6
Importações (cif)	64,5	80,0	81,6	105,7	97,7	69,7
Balança comercial	-46,4	-71,2	-72,6	-98,8	-83,7	-61,1
Intercâmbio comercial	82,6	88,8	90,6	112,6	111,7	78,3

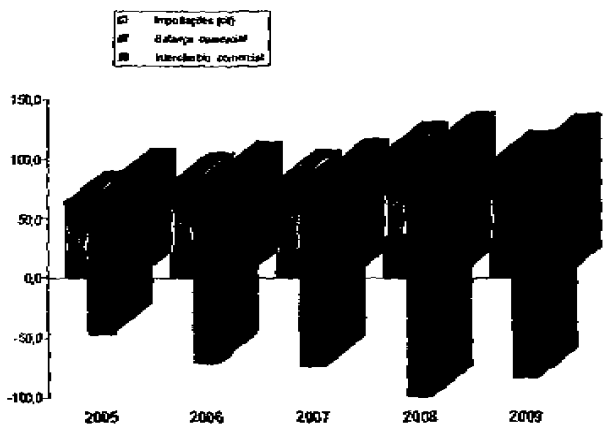
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das diversas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-setembro.

(3) Última posição disponível em 28/01/2011.

(US$ milhões)



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES								
Países Baixos	1,8	20,5%	1,9	27,0%	3,8	26,8%	4,5	52,3%
Bélgica	1,8	20,5%	2,2	32,5%	2,9	20,9%	1,3	14,8%
Portugal	0,3	3,6%	0,4	5,9%	0,6	4,3%	0,3	3,2%
França	1,0	11,1%	0,3	4,0%	0,5	3,7%	0,6	6,6%
Nigéria	0,3	3,2%	0,4	5,3%	0,3	2,4%	0,3	3,2%
Estados Unidos	0,5	5,1%	0,0	0,0%	0,2	1,3%	0,2	2,1%
Quênia	0,2	2,0%	0,2	3,0%	0,2	1,3%	0,1	1,6%
Itália	0,1	1,6%	0,1	2,0%	0,2	1,2%	0,1	0,8%
Camerron	0,1	1,3%	0,1	1,9%	0,1	0,8%	0,1	1,0%
Hungria	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,8%	0,0	0,2%
Bolívia	0,1	0,8%	0,1	1,1%	0,1	0,5%	0,1	0,6%
Suiça	0,0	0,1%	0,0	0,0%	0,1	0,4%	0,0	0,0%
Brasil	*0,0*	*0,0%*	*0,0*	*0,1%*	*0,0*	*0,0%*	*0,0*	*0,0%*
SUBTOTAL	6,3	69,7%	5,7	82,8%	9,0	64,4%	7,4	86,6%
DEMAIS PAÍSES	2,7	30,3%	1,2	17,2%	5,0	35,6%	1,2	13,4%
TOTAL GERAL	9,0	100,0%	6,9	100,0%	14,0	100,0%	8,6	100,0%
IMPORTAÇÕES								
Portugal	*50,4*	61,7%	*58,5*	55,3%	*54,9*	56,2%	44,0	63,2%
Brasil	*0,0*	0,0%	*1,6*	1,5%	*6,4*	6,5%	0,7	1,0%
Malásia	*0,7*	0,8%	*0,8*	0,8%	*5,8*	6,0%	2,4	3,4%
Estados Unidos	*9,4*	11,5%	*3,9*	3,6%	*4,4*	4,5%	1,0	1,4%
Japão	*0,0*	0,0%	*9,7*	9,2%	*4,2*	4,3%	2,2	3,2%
Gabão	3,6	4,4%	4,1	3,9%	3,6	3,7%	2,8	4,0%
Bélgica	*3,2*	3,9%	*10,1*	9,6%	*3,2*	3,3%	2,9	4,1%
China	*2,0*	2,4%	*2,1*	2,0%	*2,4*	2,5%	1,7	2,5%
Países Baixos	*2,5*	3,1%	*3,1*	2,9%	*2,3*	2,3%	5,0	7,2%
Espanha	*0,4*	0,4%	*0,2*	0,2%	*2,2*	2,3%	0,4	0,6%
França	1,5	1,9%	1,8	1,7%	1,4	1,4%	1,0	1,4%
Índia	*1,5*	1,8%	*1,1*	1,1%	*1,4*	1,4%	1,1	1,6%
SUBTOTAL	75,0	91,9%	97,0	91,8%	92,2	94,4%	65,2	93,5%
DEMAIS PAÍSES	6,6	8,1%	8,7	8,2%	5,5	5,6%	4,5	6,5%
TOTAL GERAL	81,6	100,0%	105,7	100,0%	97,7	100,0%	69,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009

(1) janeiro-setembro

(2) Última posição disponível ano 26/04/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ mil)	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES		
Cacau e suas preparações	5.642	69,5%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	1.852	22,8%
Subtotal	7.494	92,3%
Demais Produtos	623	7,7%
Total Geral	8.117	100,0%
IMPORTAÇÕES		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	16.032	15,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	10.542	10,2%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	7.129	6,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7.124	6,9%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	5.604	5,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.123	5,0%
Cereais	4.545	4,4%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	4.392	4,3%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	3.497	3,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	3.435	3,3%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	3.393	3,3%
Carne e miudezas, comestíveis	2.454	2,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.221	2,2%
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem	2.203	2,1%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	1.820	1,8%
Plásticos e suas obras	1.759	1,7%
Ferro fundido, ferro e aço	1.577	1,5%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	1.392	1,3%
Subtotal	84.242	81,6%
Demais Produtos	19.041	18,4%
Total Geral	103.283	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados são explicados pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição anual disponível em 27/04/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	791	2.150	1.205	5.720	957
Variação em relação ao ano anterior	9,1%	171,8%	-44,0%	374,7%	-83,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	3	0	8	0	0
Variação em relação ao ano anterior	-97,1%	-100,0%	n.a	-100,0%	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	794	2.150	1.213	5.720	957
Variação em relação ao ano anterior	-4,3%	170,8%	-43,6%	371,6%	-83,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	788	2.150	1.197	5.720	957

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

n.a.: não aplicável

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US$ mil, fob)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	188,0	315,8
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-97,5%	191,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0,0	0,0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	n.a	n.a
Part. (%) no total das importações brasileiras	n.a	n.a
Intercâmbio Comercial	188	315
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-97,5%	191,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	188	315

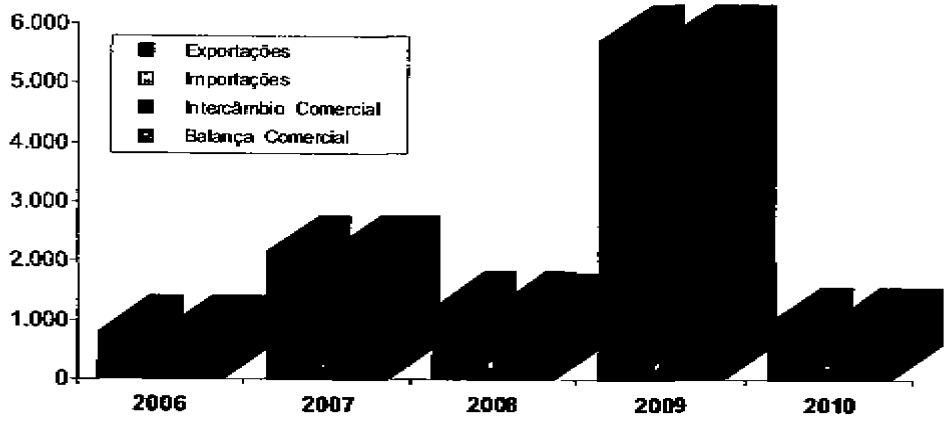
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

n.a.: não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	70	5,8%	1.056	18,5%	421	44,0%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	0	0,0%	136	2,4%	113	11,8%
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	62	5,2%	74	1,3%	97	10,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	26	2,2%	38	0,7%	67	7,0%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	108	8,9%	80	1,4%	60	6,3%
Produtos cerâmicos	56	4,7%	51	0,9%	41	4,3%
Açúcares e produtos de confeitaria	349	28,9%	744	13,0%	38	4,0%
Madeira, carvao vegetal e obras de madeira	33	2,7%	32	0,6%	36	3,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica	111	9,2%	166	2,9%	20	2,1%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	0	0,0%	1.900	33,2%	0	0,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	80	6,7%	734	12,8%	0	0,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem	0	0,0%	219	3,8%	0	0,0%
Subtotal	895	74,3%	5.229	91,4%	893	93,3%
Demais Produtos	310	25,7%	491	8,6%	64	6,7%
TOTAL GERAL	1.205	100,0%	5.720	100,0%	957	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	8	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	8	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	100,0%	8	100,0%	0	100,0%

Elaboração pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COM. BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US$ mil - fob)	2010 (jan-mar)	% no total	2011 (jan-mar)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	19	17,6%	193	61,3%
Plásticos e suas obras	0	0,0%	52	16,5%
Carnes e miudezas, comestíveis	53	49,1%	19	6,0%
Subtotal	72	66,7%	264	83,8%
Demais Produtos	36	33,3%	51	16,2%
TOTAL GERAL	108	100,0%	315	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
		#DIV/0!		#DIV/0!
		#DIV/0!		#DIV/0!
Subtotal	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Demais Produtos	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
TOTAL GERAL	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mar/2011.

Aviso nº 261 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 88, DE 2011
(nº 178/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Os méritos do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EM No 00268 MRE

Brasília, 26 de maio de 2011

00001.005278/2011-24

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 269 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 26 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA*
CPF.: 405941227-91
ID.: 8275 MRE

1958	Filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta, nasce em 20 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1980	Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
2007	CAE - IRBr, Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial
Cargos:	
1982	CPCD - IRBr
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1984	Divisão de Divulgação Documental, assistente
1985-87	Coordenadoria Especial de Imprensa, assessor
1987-91	Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo-Secretário
1991	Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Adjunto
1992-96	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
1996	Direção-Geral de Promoção Comercial, assessor
1997-99	Consulado-Geral em Caiena, Cônsul
1999-03	Missão Junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário
2003	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
2004-09	Divisão de Operações de Promoção Comercial, Chefe
2009	Departamento de Promoção Comercial, Diretor
Condecorações:	
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
1993	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1994	Medalha Santos Dumont, Brasil
1995	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1999	Ordre du Mérite National, França, Cavaleiro
2007	Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Comandante
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comandante
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
2010	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA I

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DA FINLÂNDIA

BRASÍLIA, MAIO 2011

ÍNDICE

I. DADOS BÁSICOS.....

II. PERFIS BIOGRÁFICOS.....

IV. POLÍTICA INTERNA.....

V. POLÍTICA EXTERNA.....

VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....

VII. ANEXOS.....

CRONOLOGIA HISTÓRICA.....

ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS EM VIGOR.....

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

I. DADOS BÁSICOS

PAÍS E CAPITAL	República da Finlândia, Helsinque
ÁREA	338.145 km² (cerca de $^{1}/_{25}$ da superfície do Brasil). É o quinto país mais extenso da UE, após França, Espanha, Suécia e Alemanha.
POPULAÇÃO	5,3 milhões de habitantes, dos quais 62% vivem em cidades ou áreas urbanas.
IDIOMA	Finlandês e Sueco.
RELIGIÕES	Luteranos, 83% ; ortodoxos, 1%; nenhuma religião, 13,5%
SISTEMA POLÍTICO	Sistema Misto Presidencialista/Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Tarja Kaarina Halonen Presidente da República da Finlândia
CHEFE DE GOVERNO	Mari Kiviniemi Primeira-Ministra
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Alexander Stubb
PIB (2008)	EUR 186 bilhões (0,9% ↑)
PIB PER CAPITA (2008)	EUR 35.041,00
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

COMERCIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) *FONTE: MDIC*

BRASIL-FINLANDIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mar)
Intercâmbio	637,8	684,6	940,6	1.368,05	1.194,7	1.381,5	1.303,5	320,2
Exportações	237,6	362,7	458,3	525,034	441,4	299,7	476,7	149,3
Importações	400,2	321,8	482,3	843,016	753,3	1.081,7	826,8	170,8
Saldo	-162,6	40,9	-24,04	-317,9	-311,9	-782,04	-350,07	-21,5

II. PERFIS BIOGRÁFICOS

TARJA HALONEN

Presidenta da República da Finlândia

Nasceu em 24 de dezembro de 1943, na capital do país. É casada com o Professor Pentti Arajärvi e tem uma filha. Tem mestrado em Direito pela Universidade de Helsinque. Exerce o cargo de Presidente da Finlândia desde 1º de março de 2000; seu segundo mandato expira em 2012.

Antes de ingressar na política, foi Secretária-Geral da União Nacional dos Estudantes Finlandeses e exerceu o cargo de advogada da Organização Central dos Sindicatos Finlandeses.

Na política, começou como membro do Conselho Municipal de Helsinque. Elegeu-se para o Parlamento em 1970, tendo sido Deputada até 2000, como representante do Partido Social Democrático (socialista).

Desempenhou várias funções governamentais: foi Ministra de Assuntos Sociais e Saúde, Ministra para a Cooperação Nórdica, Ministra da Justiça e Ministra dos Negócios Estrangeiros (de 1995 a 2000).

MARI JOHANNA KIVINIEMI

Atual Primeira-Ministra da Finlândia

Ascendeu ao cargo em 2003, em razão da crise da administração Anelli Jäätenmäki. Concorreu à Presidência nas eleições realizadas em janeiro de 2006, sem, contudo haver logrado animar as fileiras do Partido do Centro à sua candidatura (não chegou ao 2º turno). Foi reconduzida ao cargo em abril deste ano, em razão da vitória do Partido de Centro nas eleições parlamentares.

Nasceu em 4 de novembro de 1955, em Jyväskylã. É divorciada e tem duas filhas. É mestre em Ciências Sociais.

Foi Presidente da Aliança da Juventude do Partido do Centro, jornalista e editor-em-chefe do jornal Kehãasanomat.

Ingressou na política, em 1981, tendo exercido o cargo de membro dos Conselhos Municipais de Espoo e de Nurmijärvi e do Conselho Regional de Uusimaa; desde 1991, desempenha mandato eletivo como Deputada, pelo Partido do Centro. É atualmente Presidente do Partido.

Em 2003, exerceu por dois meses a função de Ministra da Defesa.

JYRKI TAPANI KATAINEN

Futuro Primeiro-Ministro

Nascido em 14 de outubro de 1971 em Siilinjärvi, Finlândia. É Casado com Mervi Katainen e tem duas filhas, Saara e Veera.

Katainen foi membro do Conselho Municipal de sua cidade natal em 1993, foi eleito membro do Parlamento Finlândês (Eduskunta) pelo distrito de Northern Savonia em 1999, tornou-se Vice-Presidente de seu partido em 2001 e líder em 2004. Em março de 2003, foi eleito Vice-Presidente do Partido Popular Europeu (EPP) para um mandato de três anos.

Nas eleições parlamentares de 2007, a Coligação Nacional (Kokoomus) liderada por Katainen conquistou o segundo lugar do Partido Social Democrata e Katainen tornou-se Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro no novo gabinete com o Centro, a Coligação Nacional, os Verdes e o Partido Popular Sueco.

Em novembro de 2008, Katainen, segundo o jornal Financial Times, foi o melhor ministro das Finanças da Europa.

ALEXANDER STUBB

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Político filiado ao Partido da Coalizão Nacional (conservador), especialista em assuntos comunitários, sem perfil político próprio; defende a plataforma de seu partido, favorecendo a entrada da Finlândia na OTAN, o fim da política de não-alinhamento do país e a revisão dos poderes do Presidente da República para deles retirar quaisquer atribuições vinculadas à União Européia.

Finlandês de origem sueca, nasceu em Helsinque, em 1º. de abril de 1968.

Dispõe do título de Doutorado pela London School of Economics; Mestrado pelo Colégio da Europa, em Bruges, e Bacharelado pela Universidade de Furman, nos EUA.

Casado com Suzanne Innes-Stubb (advogada), tem dois filhos: Émile (2001) e Oliver (2004).

Foi de pesquisador no Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1995 a 1997, pesquisador na Academia da Finlândia de 1997 a 1999, pesquisador na Representação Permanente da Finlândia junto à União Européia, em Bruxelas, de 1999-2001, professor visitante do Colégio da Europa, em Bruges, de 2000 a 2007, Assessor do Presidente da Comissão Européia (gestão Romano Prodi) de 2001 a 2003, Conselheiro na Representação Permanente da Finlândia junto à União Européia, em Bruxelas, de 2003 a 2004, membro do Parlamento Europeu, onde integrou, como membro substituto, a Comissão de Assuntos Constitucionais e, como membro, a Comissão de Controle Orçamentário; e exerceu a Vice-Presidência da

Comissão para o Mercado Interno e Proteção ao Consumidor de 2004 a 2008 e é Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 4 de abril de 2008. Deve ser reconduzido ao cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros por ocasião da formação do novo Gabinete, que deve ser anunciado até o final de maio do corrente.

III. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Finlândia são bastante cordiais e sobressaem, pela sua importância, nas áreas comercial e de investimento.

No plano político, o diálogo se desenvolve de forma fluida e construtiva, mediante reuniões de consultas políticas bilaterais e com visitas de alto nível, sobretudo pelo lado finlandês. Vários Chefes de Estado e Governo já visitaram o Brasil: a atual Presidente Tarja Halonen já esteve no Brasil cinco vezes, das quais duas como Presidente da República. Estiveram ademais no País o Presidente Martti Ahtisaari (Prêmio Nobel da Paz, 2008), o falecido Presidente Urho Kekkonen (visita privada), o Primeiro-Ministro Taisto Kalevi Sorso e, em maio de 2008, o então Primeiro-Ministro Matti Vanhanen. Pelo lado brasileiro, as visitas mais importantes foram as do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, e do Vice-Presidente Marco Maciel, em 2002. Registre-se também, em termos históricos, a visita de Dom Pedro II, em 1876, ao então Grão-Ducado da Finlândia.

Enquadrando as relações bilaterais, há oito acordos, dos quais sete em vigor: acordos comerciais; de cooperação econômica e industrial; para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto de renda; de intercâmbio de estagiários; de cooperação cultural, educacional e científica; de supressão de vistos; e de isenção aduaneira para consulados e cônsules de carreira. Existem, ademais, acordos executivos, mediante a assinatura de cartas de intenção ou memorandos de entendimento, os quais se têm mostrado mais dinâmicos. Exemplo dessa nova tendência é o memorando de entendimento existente entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia da Finlândia, assinado com base no Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica. Por outro lado, conta-se informalmente com mecanismo de consultas políticas, que foi acionado, pela última vez, em produtiva reunião celebrada em 2006. Assinale-se ainda que, em 2007, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Relações Bilaterais: Investimentos

Um dos aspectos mais relevantes das relações econômicas bilaterais são os investimentos produtivos de empresas finlandesas no Brasil.

Nos anos 1950, a empresa Valmet, então finlandesa, contribuiu para a política desenvolvimentista com a fabricação de tratores. Posteriormente, empresas como a Pöyry (consultoria) foram pioneiras ao atuar no setor de celulose e papel. Quando da última crise energética, a Wärtsila construiu, em tempo recorde, usinas geradoras de energia termelétrica no Brasil e até hoje participa ativamente no setor energético brasileiro.

A empresa finlandesa-sueca Stora Enso iniciou, no sul da Bahia, no primeiro Governo Lula, a produção de celulose de eucalipto, por meio de empreendimento conjunto (Veracel Celulose S/A) com a brasileira Aracruz. Metade do empreendimento, orçado em US$ 1,25 bilhão, corresponde à Stora Enso e a outra, à Aracruz.

Investimentos finlandeses também são bastante significativos na área de telecomunicações. Atualmente, a única fábrica de celulares da Nokia na América do Sul encontra-se em Manaus. A empresa está entre as grandes exportadoras do Brasil.

Em 2007, de acordo com a Finpro, organização de consultoria dedicada à internacionalização das empresas finlandesas, existiam 39 representações e 33 subsidiárias de empresas finlandesas atuando nos mais diversos setores produtivos do Brasil, proporcionando uma movimentação de vendas de aproximadamente 2 bilhões de euros e empregando cerca de 13.000 pessoas.

No setor de biocombustíveis sabe-se que grande empresa finlandesa do setor energético vem estudando o potencial de produção de biodiesel no Brasil e suas oportunidades de negócio. Em maio de 2008, representante da alta gerência da referida empresa chefiou a delegação empresarial que integrou a visita do Primeiro-Ministro finlandês ao Brasil.

Relações Bilaterais: Comércio

Com base em dados da Aduana finlandesa, o intercâmbio comercial com a Finlândia atravessa, em termos de valor, período de grande dinamismo, com crescimento da corrente de comércio em 186,25%, no período de 2003 a 2008. As exportações brasileiras registraram, no mesmo período, aumento de 187,94%. Houve, ademais, melhoria da posição relativa

do Brasil na representatividade do comércio exterior finlandês. Em 2008, o Brasil foi responsável por 1% das importações finlandesas (o Brasil exportou aproximadamente 615 milhões de euros) e 0,9% das exportações (o Brasil importou aproximadamente 604 milhões de euros). O comércio bilateral mostra superávit brasileiro em todos os anos entre 2003 e 2008, à exceção de 2004.

Sob a perspectiva das estatísticas brasileiras, o histórico do comércio bilateral mostra dados diferentes, colocando o Brasil com déficit comercial em todos os anos entre 2003 e 2008, com exceção do ano de 2005. Essa discrepância metodológica entre os dados da Aduana da Finlândia e do MDIC decorre do fato de as estatísticas finlandesas registrarem os bens, como importações, por país de fabricação ou produtor, evitando considerar apenas o país de consignação do bem importado. No caso do Brasil, as estatísticas identificam o destinatário inicial dos bens, sem considerar os países para os quais tais bens venham a ser reexportados. Por conseguinte, exportações de bens para entrepostos de empresas brasileiras, representantes ou intermediadores em outros países europeus, como, por exemplo, nos Países Baixos e Alemanha, são consideradas, pelo Brasil, como tendo esses países como destino final. A Finlândia, por sua parte, considera os produtos como brasileiros, ainda que originários dos referidos países europeus.

Para referência, de acordo com os dados do MDIC, em 2008, o valor da corrente de comércio bilateral decresceu a US$ 1,2 bilhões. Naquele ano, o Brasil exportou aproximadamente US$ 442 milhões e importou US$ 753 milhões. Entre 2003 e 2007, o comércio bilateral havia aumentado em 221,4%, passando de US$ 425,5 milhões em 2003 para US$ 1,4 bilhões em 2007. Ainda que, no mesmo período, o resultado do comércio bilateral com a Finlândia tenha sido desfavorável ao Brasil (à exceção do ano de 2005, conforme já assinalado), as exportações brasileiras cresceram 233%, de 2003 a 2007.

No ano 2009, as exportações da Finlândia para o Brasil diminuíram para US$ 830 milhões. As importações do Brasil caíram também para US$ 417 milhões em 2009.

Na pauta de exportações brasileiras, em termos qualitativos, houve, em anos recentes, apreciável incremento na exportação de produtos manufaturados, embora seja ainda significativa a participação dos produtos primários. De acordo com os dados do MDIC, os produtos mais vendidos para o mercado finlandês, em 2007, foram mates de níquel, aeronaves, café, caulim, carne bovina, café e etanol. Em 2008, a maior parte desses produtos manteve-se entre os principais produtos exportados para a Finlândia. No entanto, vale ressaltar que, em conseqüência direta do embargo parcial

europeu, as exportações de carne bovina sofreram grande redução. Espera-se certa retomada das exportações da carne brasileira no ano corrente. Em contrapartida, o etanol brasileiro foi exportado à Finlândia em maiores quantidades, devido a novos acordos promovidos por importante empresa local, a qual está atualmente importando maiores volumes diretamente do Brasil. Cabe salientar ainda que, apesar de o ano de 2007 aparecer como o primeiro com exportações brasileiras de etanol para este mercado, o etanol já vinha sendo importado pela Finlândia através de intermediários europeus, fato este que explica a ausência das estatísticas para o produto em 2006.

A análise dos dados do comércio entre o Brasil e a Finlândia também indica, a partir de 2005, as vendas de aeronaves brasileiras para a FINNAIR (em 2006, tais vendas ascenderam a US$ 176 milhões; em 2007, o valor das aquisições ficou em US$ 144 milhões; e, em 2008, somou US$ 60 milhões). Observe-se que a FINNAIR, com encomenda adicional de 3 novos aviões EMBRAER 190, em fevereiro de 2008, opera 17 aeronaves brasileiras, sendo cinco ERJ-170 e doze ERJ-190.

No que se refere às importações brasileiras, de acordo com o MDIC, assim como as exportações, percebe-se uma redução nos valores transacionados em 2008. Produtos como equipamentos de telecomunicações, níquel, e papéis especiais tiveram destaque na composição da pauta das exportações finlandesas para o Brasil no ano passado. No histórico dos últimos anos, destacam-se importações significativas de maquinário finlandês para utilização do setor industrial brasileiro.

Relações Bilaterais: Turismo

O fluxo do turismo finlandês para o Brasil, nos últimos anos, tem apresentado desenvolvimento significativo. O ano de 2002 constituiu um marco, quando se iniciou, de forma modesta, a oferta de pacotes de turismo em vôos fretados Helsinque-Fortaleza. Na temporada 2008/2009 (de novembro de 2008 ao início de março de 2009), a operadora Aurinkomatkat, subsidiária da Finnair, ofereceu um vôo quinzenal para Fortaleza e um para o Recife. Os números mais recentes disponibilizados pela Embratur indicam que pouco mais de 22.000 finlandeses visitaram o Brasil em 2007, incluindo-se viajantes a negócios e turistas (vôos regulares e fretados).

Informações Consulares

Atualmente, existem 508 cidadãos brasileiros residentes na Finlândia, e não há histórico de contenciosos consulares entre o Brasil e aquele país.

A rede consular brasileira é integrada por um Consulado-Geral em Helsinque e três Consulados Honorários localizados em Tallin, Turku e Vaasa.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

O Brasil não concedeu empréstimos ou financiamentos oficiais a tomador soberano da República da Finlândia.

IV. POLÍTICA INTERNA

O atual Governo finlandês favorece envolvimento maior do país na União Européia, com menor dependência da Rússia e intensificação do relacionamento com os Estados Unidos. Tem-se fortalecido a tendência de limitar a competência da Presidente da República em matéria de política exterior.

A Presidente Tarja Halonen, apesar de continuar com seus poderes para definir a política externa, enfraqueceu-se com a não inclusão do Partido Social Democrático na coalizão governamental. O debate sobre a reforma constitucional causou, ademais, a divisão de seu partido, com políticos importantes, como Paavo Lipponen, ex-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento, e Erkki Tomioja, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestando-se publicamente a favor da reforma da Constituição para concentrar no Parlamento a competência em todas as matérias relativas à política externa.

O Partido da Coalizão Nacional venceu, com 20,4% dos votos, as eleições parlamentares realizadas em abril de 2011. Em seguida, colocaram-se o Partido Social Democrata, com 19,1%, o "True Finns", com 19,0%, e o Partido do Centro, da atual Primeira-Ministra Mari Kiviniemi, com 15,8%. A vitória do Partido da Coalizão Nacional, cujo líder, Jyrki Katainen, é o atual Ministro das Finanças, vinha sendo prevista pelas mais recentes pesquisas de opinião e não chegou a constituir surpresa. Digno de nota foi o desempenho do partido nacionalista e populista "True Finns", que obteve 34 assentos no Parlamento e converteu-se no terceiro maior partido na Finlândia, deslocando para o quarto lugar o Partido do Centro, atualmente no poder.

Este último foi, sem margem de dúvida, o grande perdedor. O Partido vem sofrendo desgaste há algum tempo, principalmente em função de repetidas denúncias de corrupção contra o ex Primeiro-Ministro Matti Vanhanen, que teve de renunciar ao cargo em junho de 2010, numa tentativa de preservar o partido com vistas às eleições de 2011. Sua sucessora, Mari Kiviniemi, conseguiu, em parte, restaurar a confiança do eleitorado nos poucos meses em que esteve à frente do Governo. Os resultados do pleito de abril, não obstante, revelam que seus esforços não foram suficientes. Imediatmente após a divulgação dos resultados, Kiviniemi anunciou que seu Partido deixará a coligação governamental e passará à oposição.

O líder dos "True Finns", Timo Soini, declarou que seu partido não fará parte do governo ora em formação na Finlândia, apesar do espetacular

resultado obtido nas eleições de 17 de abril passado. A declaração deu-se logo após o anúncio feito por Jyrki Katainen, líder do partido da Coalizão Nacional (vencedor do último pleito eleitoral), provável novo Primeiro-Ministro e responsável pela formação do governo, no sentido de que a Finlândia apoiaria a ajuda da União Européia a Portugal, em função de acordo obtido por seu partido com o Partido Social Democrata (segundo colocado nas eleições) e o Partido do Centro.

Após as eleições de 17 de abril corrente, ficaram assim distribuídos os 200 assentos no Parlamento da Finlândia:

1.Partido da Coalizão Nacional - 44 (anteriormente 50)

2.Partido Social Democrata - 42 (anteriormente 45)

3."True Finns" - 39 (anteriormente 5)

4.Partido do Centro - 35 (anteriormente 51)

5.Partido da Aliança de Esquerda - 14 (anteriormente 17)

6.Partido Verde - 10 (anteriormente 15)

7.Partido do Povo Sueco - 9 (anteriormente 9)

8.Partido Democrata Cristão - 6 (anteriormente 7)

9.Outros - 1 (anteriormente 1)

V. POLÍTICA EXTERNA

A política externa na Finlândia é exercida pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro e pelo Parlamento. Cabe ao Presidente da República dirigir a política externa, em cooperação com o Primeiro-Ministro; incumbe-lhe também decidir em matéria de guerra e paz, com o assentimento do Parlamento. O Primeiro-Ministro é responsável pelas iniciativas com respeito à União Européia e adota as decisões correspondentes, exceto se estas exigirem a aprovação do Parlamento. Com o Primeiro-Ministro, por intermédio do Ministro dos Negócios Estrangeiros (agora sob a chefia de Alexander Stubb – Membro finlandês do Parlamento Europeu), fica a responsabilidade pelas relações com outros países e com organizações internacionais.

Para a Finlândia, a União Européia (EU) oferece o arcabouço mais importante de referência em política exterior e é o canal pelo qual o país exerce influência. No âmbito da UE, o Governo finlandês apoia os esforços para fortalecer o papel da política externa da organização, o desenvolvimento de sua Política Comum de Segurança e Defesa e o fortalecimento da capacidade de gerenciamento de crises. O país favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança.

A política externa e de segurança finlandesa é favorável ao desenvolvimento de boas relações com todos os países, no nível bilateral e no plano multilateral, e se assenta na concepção de uma defesa nacional confiável. A Finlândia apoia a promoção dos direitos humanos, da democracia, do Estado de direito e do desenvolvimento sustentável em todas as partes do mundo. O Governo considera as Nações Unidas instrumento essencial da cooperação multilateral e apoia os esforços para o fortalecimento da autoridade e da efetividade do sistema ONU. Defende, igualmente, a reforma do Conselho de Segurança, com a criação de assentos não-permanentes e permanentes, mas estes sem o direito de veto.

A Finlândia apoia o desenvolvimento da União Européia como uma comunidade econômica, política e de segurança e favorece que a UE atue como líder responsável na política internacional.

O Governo tenciona continuar a promover ativamente a Política da Dimensão do Norte, para aproximar a UE de Rússia, Noruega e Islândia, e favorece, nesse contexto, o estabelecimento de uma parceria no campo do transporte e da logística.

Ao receber o Corpo Diplomático em Helsinque, em 17 de abril de 2008, o novo Chanceler Alexander Stubb declarou que, durante sua gestão como Ministro do Exterior, promoverá a continuidade da política exterior, adotará postura de engajamento ativo e privilegiará as Nações Unidas e a União Européia; no nível bilateral, dará prioridade às relações com os países bálticos e nórdicos, com Rússia, Estados Unidos e China. Nenhuma referência fez a América Latina, África e Ásia (exceto China).

União Europeia

A Finlândia apoia a ampliação continuada da UE com base em critérios aprovados em conjunto. Favorece as negociações com a Turquia e a Croácia, para que esses países se tornem membros da UE, bem como relações mais fortes entre os países dos Bálcãs Ocidentais e a UE.

Política de Vizinhança

A Finlândia promove a estabilidade e as boas relações com as regiões vizinhas, mas desenvolve cooperação mais intensa com a Suécia e com os outros países nórdicos. Com as regiões vizinhas, a cooperação da Finlândia se concentra no meio ambiente, na segurança nuclear, no bem-estar social e na assistência à saúde. Atribui ênfase especial à região do Mar Báltico e envida esforços para ter uma participação crescentemente mais engajada na atividade econômica dos países do Norte da Europa.

Rússia

A Finlândia mantém relacionamento intenso e profundo com a Rússia e procura contribuir na definição da política comunitária com relação a esse país. A Presidente Tarja Halonen mantém vínculos fortes de amizade com Vladimir Putin. No plano econômico, há problemas na área de exportação de madeira russa para a Finlândia (aumento continuado do imposto russo de exportação). A exemplo do que se fez recentemente com os Estados Unidos, planeja-se constituir grupo de contato para melhorar o relacionamento bilateral nas áreas política, de negócios, da pesquisa e dos assuntos culturais.

Estados Unidos e Canadá

O Governo finlandês, sobretudo no atual governo de coalizão, promove crescentemente o fortalecimento da cooperação transatlântica com os Estados Unidos e o Canadá, quer no plano bilateral, quer no âmbito da União Europeia, em termos políticos, econômicos e de segurança. O relacionamento com os Estados Unidos é correto, mas distante, ainda que se tenha registrado recentemente visita do ex-Chanceler Ilkka Kanerva a Washington, a convite da então Secretária de Estado norte-americana. O ex-Presidente George Bush parecia evitar encontrar-se com Tarja Halonen e Matti Vanhanen. O Governo Bush tinha reservas ao Primeiro Governo Vanhanen, em decorrência de posições consideradas anti-americanas por parte do ex-Chanceler Erkki Tuomioja. Para melhorar o relacionamento com os Estados Unidos, foi constituído grupo de contato, presidido por Aatos Erkko, Presidente do jornal "Helsingin Sanomat".

Política Econômica e de Desenvolvimento

O Governo finlandês, para a consecução dos objetivos do país na economia internacional, promove uma efetiva política comercial e procura acomodar, na medida do possível, as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Apoia as negociações multilaterais no âmbito da OMC e as conversações bilaterais de comércio desenvolvidas pela União Europeia.

Em termos de política de cooperação ao desenvolvimento, o objetivo mais importante é o cumprimento das Metas de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milênio. O Governo se comprometeu a atingir a meta de 0,7% da renda nacional bruta para o desenvolvimento da cooperação internacional. O país participa ativamente do debate global sobre mecanismos de financiamento inovadores e de programas para atenuação da dívida externa de países em desenvolvimento. Na política de cooperação ao desenvolvimento, a Finlândia atribui grande ênfase a questões ambientais e de clima, à prevenção de crises e ao apoio para processos de paz.

Política de Segurança e Defesa

A Finlândia não pertence a qualquer aliança militar, e encarrega-se de sua própria defesa nacional. No âmbito da União Européia, engaja-se na política comum de defesa e segurança, coopera no gerenciamento de crises, no plano comunitário e multilateral. Desenvolve, paralelamente, cooperação com a OTAN, sob o programa da "Parceria para a Paz", e mantém aberta a possibilidade de entrar para essa Organização.

VI. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia e Negócios

A economia finlandesa tem nos serviços e na indústria seus principais pilares. Em 2007, a participação no PIB dos dois setores dividiu-se da seguinte forma: indústria e construção (33%) e serviços públicos e privados (64%). No âmbito industrial, destacam-se os setores de papel e celulose, elétrico e de telecomunicações, e metalúrgico. A Finlândia é dependente de importações de matéria-prima e energia. A taxa de inflação em 2008 foi de 4,1%.

Várias empresas finlandesas são líderes em seus campos de atuação. Cerca de um terço da mão-de-obra é contratada no exterior. As principais regiões de operação são a UE, os EUA e o leste asiático.

A política econômica finlandesa enfrentou a conjuntura internacional desfavorável do final dos anos 1990 com fortes estímulos fiscais a sustentarem o crescimento econômico. Embora o crescimento econômico seja naturalmente bem-vindo, o êxito na economia traz o risco de acomodações e a tentação de adiar reformas importantes. Prevê-se manutenção e até melhoria dos elevados padrões de vida dos cidadãos finlandeses no médio prazo.

No longo prazo, contudo, a Finlândia enfrentará desafios importantes, que demandarão difíceis escolhas na política econômica: envelhecimento da população; rigidez institucional; reacionarismo econômico; e possível crise na Previdência Social. Está prevista redução de oferta de trabalho no futuro próximo, o que, aliado ao envelhecimento da população, só vem a sublinhar a necessidade de aumento da produtividade também nos setores tradicionais.

No que diz respeito ao panorama econômico atual, a Finlândia, como todos os outros países nórdicos, exceção feita à Noruega, entrou recentemente em recessão. No último trimestre de 2008, o país sofreu a mais rápida redução da atividade econômica em 16 anos. Esse rápido recuo na atividade econômica foi causado, principalmente, pelo que tem sido definido como "colapso" das exportações, as quais decresceram 14,2%, em relação ao mesmo período em 2007. No quarto trimestre de 2008, o PIB finlandês diminuiu 1,3% e 2,4%, comparado, respectivamente, com o terceiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2007.

Em dezembro último, o Banco Central da Finlândia previu uma retração econômica de 0,5% para 2009. No entanto, economistas de um dos maiores bancos locais fizeram, recentemente, menção a um cenário bem mais caótico, o qual indica uma retração do PIB mais alta, em cerca de 2%. Por ser muito dependente de seu comércio exterior, a economia finlandesa sofrerá bastante com o declínio do comércio global e o potencial aumento do protecionismo.

Comércio

Desde 1991, a balança comercial finlandesa apresenta superávit. Segundo dados preliminares da Aduana finlandesa, em 2008, as exportações ficaram praticamente estáveis, em relação ao ano anterior, enquanto que as importações apresentaram uma taxa de crescimento de cerca de 4%. O superávit comercial finlandês decresceu em aproximadamente 74%, apresentando o montante positivo de aproximadamente 3,5 bilhões de euros.

A corrente de comércio finlandesa com o resto do mundo cresceu, de 2003 a 2008, mais de 50%, passando de 83,2 bilhões de euros para 127,6 bilhões de euros. Nos números de 2008, no entanto, já se percebem parcialmente os efeitos da crise econômica mundial, principalmente no último trimestre do ano, o qual apresentou queda de 14,2% nas exportações. Apesar da significativa queda nas exportações naquele período, a corrente de comércio anual de 2008 ainda apresentou um incremento de quase 2%, devido, principalmente, ao incremento das importações, em 4%.

Em 2009, os países da zona do Euro compraram cerca de 29,9% das exportações finlandesas e foram origem de aproximadamente 30,9% dos produtos importados pela Finlândia. A Alemanha e a Suécia foram os maiores parceiros comerciais dentro da UE. A União Européia, como um todo, foi destino de 55,9% dos produtos exportados pelo país e origem de 54,8% das importações finlandesas. A Rússia foi o maior parceiro comercial finlandês, comprando em 2010 16,6% do total exportado pelo país, e originando 14,1% das importações. Com relação aos demais destinos e origens das exportações e importações finlandesas, 16,8% das importações finlandesas tiveram origem em países em desenvolvimento, enquanto que tais países foram destinos de aproximadamente 15,4% das exportações. Como mencionado anteriormente, o Brasil comprou 0,9% das exportações finlandesas e exportou 1% para a Finlândia. A Rússia, a Alemanha e a Suécia foram os maiores parceiros comerciais da Finlândia em 2010.

A composição do portfólio exportado em 2009, de acordo com o setor produtivo, foi a seguinte: metais básicos, engenharia, elétrico e telecomunicações (59%), indústria florestal (18%), indústria química (16%); e restante (7%).

Investimentos

Os investimentos estrangeiros na Finlândia têm crescido substancialmente. Durante a década de 90, o investimento direto estrangeiro cresceu 600%. Em 2008, números da entidade "Invest in Finland", indicam que as 2.600 empresas de propriedade estrangeira empregam cerca de 260 mil pessoas. No início da década, os maiores empregadores eram as empresas suecas, seguidas pelas americanas e suíças e, entre as empresas estrangeiras, as de origem na UE empregavam 60% do total da mão-de-obra.

De acordo com pesquisa feita pela Confederação das Indústrias da Finlândia (EK), em 2008, os investimentos finlandeses no exterior apresentaram números similares aos de 2007, algo acima de 2,3 bilhões de euros. Aproximadamente dois terços desses investimentos foram feitos na UE e na América do Norte, apesar dos mercados em desenvolvimento terem aumentado a participação. O número de empregados de empresas no exterior tem crescido significativamente.

Ao final de 2008, o estoque total de investimentos diretos (IED) finlandeses no exterior (77,6 bilhões de euros) era significativamente superior ao estoque de IED na Finlândia (60,2 bilhões de euros). Os setores de florestas e indústrias de metais são responsáveis por dois terços do investimento finlandês no exterior, seguidos, em grau crescente, pela indústria de serviços e de telecomunicações.

VII. ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS FATOS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

1876 - Imperador Pedro II visita o sul do Grão-Ducado da Finlândia (Grão-Ducado Autônomo do Império Russo).

1919 - Brasil reconhece a independência da Finlândia, a qual havia sido declarada pelo Parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.

1929 - Brasil e Finlândia estabelecem relações diplomáticas.

1938 - Embaixada residente do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como Chefe do Posto o Embaixador Gilberto Amado.

1960 - A Valmet inaugura fábrica de tratores em Mogi das Cruzes/SP, dando início aos grandes investimentos finlandeses no Brasil.

1981 - Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (em vigor desde 27 de outubro de 1983).

1983 - Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pär Stenbäack, ao Brasil.

1986 - Visita do Primeiro-Ministro, Taisto Kalevi Sorso, ao Brasil.

1986 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Jerme Laine, ao Brasil.

1988 - Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica (em vigor desde setembro de 1990).

1990 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Pertti Salolainen, ao Brasil.

1990 - Ministra de Assuntos Sociais e Saúde assiste à posse do Presidente Collor de Melo.

1995 - Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio visita o Brasil.

1996 - Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, visita o Brasil.

1996 - Visita do Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Ole Norrback.

1997 - Visita oficial do Presidente da República, Matti Ahtissari, ao Brasil.

1998 - Ministro do Comércio e Indústria, Antti Kalliomaki, visita o Brasil.

2000 - Deputado José Indio Ferreira do Nascimento visita a Finlândia.

2000 - Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, visita a Finlândia.

2001 - Visita do Deputado Jukka Vihriala ao Brasil.

2001 - Visita do Ministro dos Transportes e Comunicações, Olli-Pekka Heinonen, ao Brasil.

2002 - Visita do Ministro do Comércio Exterior, Jari Villén, ao Brasil.

2002 - Visita da Presidente do Parlamento, Riita Vosukainen, ao Brasil.

2002 - Visita do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.

2003 - Visita da Presidente da República, Tarja Halonen, ao Brasil.

2003 - Presidente do Comitê de Agricultura e Silvicultura do Parlamento visita o Brasil.

2004 - Secretário-Permanente do Ministério da Indústria e Comércio visita o Brasil.

2004 - Visita do Ministro Luiz Fernando Furlan à Finlândia.

2006 – Visita ao Rio de Janeiro e Brasília da Presidente da Finlândia, Tarja Halonen.

2006 - Ministro da Agricultura e Florestas, Juha Korkeaoja, visita o Brasil.

2007 – Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, faz visita de Estado à Finlândia

2007 – Visita à Finlândia do Ministro da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, como membro da comitiva do Presidente da República

2007 – Visita à Finlândia do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, como membro da comitiva do Presidente da República

2007 – Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área da Mudança de Clima e para o Desenvolvimento e Implementação de Projetos sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

2008 – Encontro do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a Presidente da Finândia, Tarja Halonen, em Acra, à margem da UNCTAD XII

2008 – Primeiro-Ministro Matti Vanhanen faz visita oficial ao Brasil

ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns.	Finlândia	29/01/1969	Em vigor
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira.	Finlândia	01/06/1973	Em vigor
Acordo sobre a Troca de Estagiários.	Finlândia	30/05/1974	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	Finlândia	05/11/1981	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica.	Finlândia	02/06/1988	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	Finlândia	02/04/1996	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de	Finlândia	10/09/2007	Em vigor

Mudança do Clima e sobre Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto

Acordo para Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em 28/03/95, está sob reexame do Governo Federal. Outrossim, está em processo de aprovação o Acordo, por Troca de Notas, sobre Exercício de Atividade Remunerada por Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico.

Vigoram também os seguintes convênios assinados entre instituições dos dois países:

- Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Helsinque (relativo a engenharia florestal), assinado em 03/11/1998;

- Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Universidade de Helsinque (relativo ao meio-ambiente) - assinado em 07/09/1999; e

- Acordo Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Nórdico de Investimentos - assinado em 17/09/1999.

- Carta de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia da Finlândia, em 15/09/2006.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS FINLÂNDIA

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República da Finlândia
Superfície	304.473 Km²
Localização	Norte da Europa
Capital	Helsinki
Principais cidades	Helsinki, Espoo, Tampere, Vantaa
Idiomas oficiais	Finlândes e sueco
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 238,9 bilhões
PIB "per capita" (2010)	US$ 45.075
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US$ 182,5 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US$ 34.441
Moeda	Euro

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões de habitantes) (2)	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3
Densidade demográfica (hab/Km²)	17,4	17,4	17,4	17,4	17,4
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	208,3	245,9	271,5	238,8	238,9
Crescimento real do PIB (%)	4,4	5,3	1,0	-8,3	3,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	1,2	2,0	3,5	1,8	2,7
Câmbio (€ / US$)	0,76	0,68	0,72	0,70	0,74

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2011.

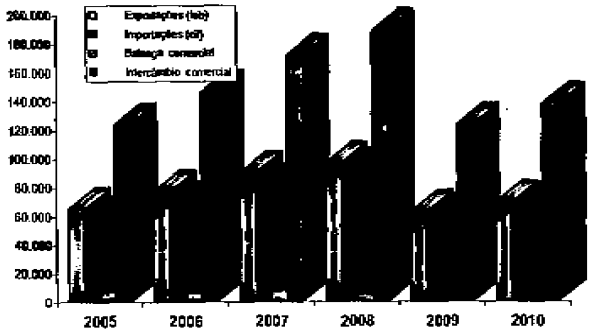
(1) Estimativa EIU.

(2) 2009: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	65.232	77.284	90.092	96.890	62.859	69.522
Importações (cif)	58.469	69.445	81.756	92.161	60.822	68.430
Balança comercial	6.763	7.839	8.336	4.730	2.037	1.092
Intercâmbio comercial	123.701	146.730	171.848	189.051	123.681	137.952

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, January 2011.

(1) Última posição disponível em 19/04/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Alemanha	9.810	10,9%	9.683	10,0%	6.496	10,3%	6.987	10,1%
Rússia	9.250	10,3%	11.235	11,6%	5.620	8,9%	5.794	8,3%
Estados Unidos	5.731	6,4%	6.199	6,4%	4.974	7,9%	4.798	6,9%
Países Baixos	5.004	5,6%	4.980	5,1%	3.705	5,9%	4.697	6,8%
China	2.962	3,3%	3.044	3,1%	2.578	4,1%	3.443	5,0%
Reino Unido	5.237	5,8%	5.314	5,5%	3.285	5,2%	3.318	4,8%
França	3.220	3,6%	3.357	3,5%	2.300	3,7%	2.354	3,4%
Bélgica	2.194	2,4%	2.418	2,5%	1.720	2,7%	2.015	2,9%
Itália	2.532	2,8%	3.179	3,3%	1.900	3,0%	1.814	2,6%
Polônia	2.128	2,4%	3.093	3,2%	1.999	3,2%	1.798	2,6%
Noruega	2.809	3,1%	2.911	3,0%	1.880	3,0%	1.795	2,6%
Estônia	2.392	2,7%	2.123	2,2%	1.229	2,0%	1.455	2,1%
Espanha	2.474	2,7%	2.796	2,9%	1.425	2,3%	1.413	2,0%
Dinamarca	1.775	2,0%	2.028	2,1%	1.227	2,0%	1.339	1,9%
Japão	1.609	1,8%	1.744	1,8%	1.032	1,6%	1.141	1,6%
Turquia	914	1,0%	947	1,0%	692	1,1%	1.005	1,4%
Coréia do Sul	799	0,9%	841	0,9%	767	1,2%	855	1,2%
Suíça	849	0,9%	835	0,9%	736	1,2%	826	1,2%
Canadá	696	0,8%	672	0,7%	643	1,0%	798	1,1%
Índia	624	0,7%	778	0,8%	635	1,0%	769	1,1%
Brasil	656	0,7%	896	0,9%	830	1,3%	663	1,0%
SUBTOTAL	63.666	70,7%	69.686	71,3%	45.675	72,7%	49.077	70,6%
DEMAIS PAÍSES	26.425	29,3%	27.804	28,7%	17.184	27,3%	20.445	29,4%
TOTAL GERAL	90.092	100,0%	96.890	100,0%	62.859	100,0%	69.522	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Rússia	11.410	14,0%	15.039	16,3%	9.852	16,2%	11.605	17,3%
Alemanha	12.886	15,8%	14.447	15,7%	9.620	15,8%	9.940	14,5%
Suécia	11.241	13,7%	12.527	13,6%	8.961	14,7%	9.864	14,4%
Países Baixos	5.531	6,8%	5.830	6,3%	4.265	7,0%	5.589	8,2%
China	4.518	5,5%	4.696	5,1%	3.200	5,3%	3.015	4,4%
França	2.811	3,4%	2.954	3,2%	2.559	4,2%	2.454	3,6%
Bélgica	2.391	2,9%	2.837	3,1%	2.017	3,3%	2.227	3,3%
Reino Unido	4.036	4,9%	3.843	4,2%	1.937	3,2%	2.141	3,1%
Dinamarca	2.918	3,6%	2.777	3,0%	2.074	3,4%	2.096	3,1%
Itália	2.578	3,2%	2.467	2,7%	1.520	2,5%	1.794	2,6%
Estônia	1.780	2,2%	2.107	2,3%	1.467	2,4%	1.747	2,6%
Estados Unidos	1.830	2,2%	1.849	2,0%	1.309	2,2%	1.364	2,0%
Noruega	1.560	1,9%	2.236	2,4%	1.241	2,0%	1.291	1,9%
Polônia	946	1,2%	1.391	1,5%	1.181	1,9%	1.170	1,7%
Áustria	722	0,9%	814	0,9%	562	0,9%	875	1,3%
Espanha	1.152	1,4%	978	1,1%	675	1,1%	781	1,1%
República Tcheca	556	0,7%	821	0,9%	655	1,1%	716	1,0%
Suíça	490	0,6%	595	0,6%	460	0,8%	570	0,8%
Irlanda	706	0,9%	618	0,7%	500	0,8%	523	0,8%
Brasil	553	0,7%	564	0,6%	417	0,7%	489	0,7%
Japão	1.340	1,6%	1.022	1,1%	591	1,0%	464	0,7%
Malásia	316	0,4%	257	0,3%	261	0,4%	432	0,6%
SUBTOTAL	72.279	88,4%	80.646	87,5%	55.323	91,0%	61.344	89,6%
DEMAIS PAÍSES	9.477	11,6%	11.515	12,5%	5.499	9,0%	7.086	10,4%
TOTAL GERAL	81.756	100,0%	92.161	100,0%	60.822	100,0%	68.430	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, May 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	10.064	14,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	9.893	14,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8.689	12,5%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	5.732	8,2%
Ferro fundido, ferro e aço	4.736	6,8%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2.682	3,9%
Plásticos e suas obras	2.420	3,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	2.254	3,2%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	2.000	2,9%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas	1.659	2,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.658	2,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	1.583	2,3%
Produtos químicos orgânicos	1.422	2,0%
Cobre e suas obras	1.406	2,0%
Subtotal	**56.198**	**80,8%**
Demais Produtos	**13.346**	**19,2%**
Total Geral	**69.545**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	12.637	18,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8.199	12,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7.373	10,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.746	6,9%
Ferro fundido, ferro e aço	3.052	4,5%
Plásticos e suas obras	2.435	3,6%
Produtos farmacêuticos	2.274	3,3%
Minérios, escórias e cinzas	2.172	3,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.818	2,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	1.590	2,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.209	1,8%
Produtos químicos orgânicos	1.194	1,7%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	1.017	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	858	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	789	1,2%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	788	1,2%
Borracha e suas obras	725	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	719	1,1%
Níquel e suas obras	680	1,0%
Subtotal	**54.275**	**79,4%**
Demais Produtos	**14.111**	**20,6%**
Total Geral	**68.386**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FINLÂNDIA[1] (US$ mil)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	458.305	525.035	441.420	299.743	476.724
Variação em relação ao ano anterior	26,3%	14,6%	-15,9%	-32,1%	59,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	1,5%	1,3%	1,0%	0,9%	1,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações (fob)	482.345	843.017	753.334	1.081.782	826.795
Variação em relação ao ano anterior	49,9%	74,8%	-10,6%	43,6%	-23,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	2,4%	3,2%	2,1%	3,7%	2,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,5%	0,7%	0,4%	0,8%	0,5%
Intercâmbio Comercial	940.650	1.368.052	1.194.754	1.381.525	1.303.519
Variação em relação ao ano anterior	37,4%	45,4%	-12,7%	15,6%	-5,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Européia	1,8%	2,0%	1,4%	2,2%	1,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,4%	0,5%	0,3%	0,5%	0,3%
Balança Comercial	-24.040	-317.982	-311.914	-782.039	-350.071

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

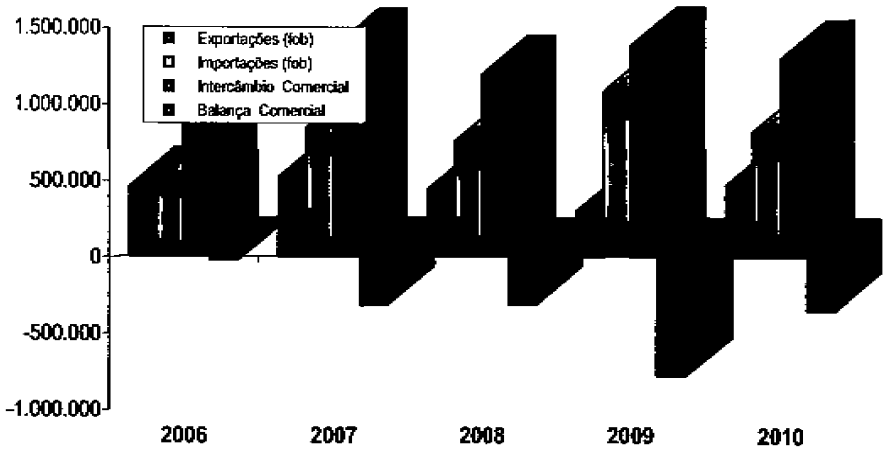
(1) As discrepâncias observadas nos totais setoriais das exportações brasileiras e das importações do país a nível mundial podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FINLÂNDIA (US$ mil, fob)	2010 (jan-abril)	2011 (jan-abril)
Exportações	120.343	228.243
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-9,9%	89,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	1,0%	1,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,3%
Importações	186.777	224.646
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-52,5%	20,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	83,1%	1,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,3%
Intercâmbio Comercial	307.120	452.889
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-41,7%	47,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Européia	2,5%	1,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,3%
Balança Comercial	-66.434	3.597

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-FINLÂNDIA
2006 - 2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FINLÂNDIA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Níquel e suas obras	106.295	24,1%	63.958	21,3%	193.748	40,6%
Café, chá, mate e especiarias	79.866	18,1%	63.181	21,1%	89.101	18,7%
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	0	0,0%	59.973	12,6%
Sal; enxofre; terras, pedras; gesso, cal, cimento	46.108	10,4%	30.423	10,1%	32.580	6,8%
Açúcares e produtos de confeitaria	10.899	2,5%	14.250	4,8%	28.219	5,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	39.489	8,9%	20.076	6,7%	13.006	2,7%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	19.035	4,3%	6.019	2,0%	8.790	1,8%
Bebidas, líquidos e vinagres	17.836	4,0%	8.818	2,9%	8.169	1,7%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	61.197	13,9%	61.019	20,4%	7.213	1,5%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	7.646	1,7%	5.357	1,8%	6.152	1,3%
Carnes e miudezas comestíveis	5.049	1,1%	3.679	1,2%	5.768	1,2%
Preparações alimentícias diversas	9.354	2,1%	3.886	1,3%	4.830	1,0%
Subtotal	402.774	91,2%	280.666	93,6%	457.549	96,0%
Demais Produtos	38.646	8,8%	19.077	6,4%	19.175	4,0%
TOTAL GERAL	441.420	100,0%	299.743	100,0%	476.724	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FINLÂNDIA (US$ mil- fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e material elétricos	159.901	21,2%	335.427	31,0%	236.425	28,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	200.672	26,6%	418.584	38,7%	192.692	23,3%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	194.342	25,8%	97.930	9,1%	163.293	19,8%
Produtos farmacêuticos	23.194	3,1%	28.898	2,7%	34.460	4,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, forografia	28.294	3,8%	28.182	2,6%	30.400	3,7%
Ferro fundido, ferro e aço	12.504	1,7%	11.100	1,0%	29.933	3,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	10.078	1,3%	14.684	1,4%	22.378	2,7%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	11.229	1,5%	12.162	1,1%	18.078	2,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	1.254	0,2%	4.473	0,4%	16.608	2,0%
Produtos químicos orgânicos	11.791	1,6%	22.262	2,1%	16.437	2,0%
Subtotal	653.259	86,7%	973.702	90,0%	760.704	92,0%
Demais Produtos	100.075	13,3%	108.080	10,0%	66.091	8,0%
TOTAL GERAL	753.334	100,0%	1.081.782	100,0%	826.795	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - FINLÂNDIA (US$ mil - fob)	2010 (jan-abril)	% no total	2011 (jan-abril)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Níquel e suas obras	49.438	41,1%	70.796	31,0%
Café, chá, mate e especiarias	22.487	18,7%	48.016	21,0%
Minérios, escórias e cinzas	23.289	19,4%	34.182	15,0%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	0	0,0%	32.655	14,3%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	8.530	7,1%	12.111	5,3%
Preparações alimentícias diversas	1.204	1,0%	7.972	3,5%
Subtotal	104.949	87,2%	205.732	90,1%
Demais Produtos	15.394	12,8%	22.511	9,9%
TOTAL GERAL	120.343	100,0%	228.243	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	53.098	28,4%	70.768	31,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	40.406	21,6%	59.030	26,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28.073	15,0%	22.993	10,2%
Ferro fundido, ferro e aço	9.165	4,9%	12.714	5,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	9.975	5,3%	11.852	5,3%
Produtos farmacêuticos	7.619	4,1%	11.476	5,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.505	2,4%	5.138	2,3%
Subtotal	152.841	81,8%	193.971	86,3%
Demais Produtos	33.936	18,2%	30.675	13,7%
TOTAL GERAL	186.777	100,0%	224.646	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados de jan-abril/2011.

Aviso nº 262 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 89, DE 2011
(nº 179/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

Os méritos da Senhora Maria Dulce Silva Barros que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EM No 00270 -MRE 00001.005194/2011-91

Brasília, 27 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARIA DULCE SILVA BARROS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA DULCE SILVA BARROS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00270/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 27 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARIA DULCE SILVA BARROS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA DULCE SILVA BARROS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA DULCE SILVA BARROS*
CPF.: 238810897-72
ID.: 4182 MRE

1950	Filha de Fenelon Nonato da Silva e Dulce Soares da Silva, nasce em 25 de janeiro, em Teresina/PI
Dados Acadêmicos:	
1973	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1993	CAE - IRBr, A questão dos entorpecentes nas relações internacionais
Cargos:	
1972	CPCD - IRBr
1974	Terceira-Secretária
1978	Segunda-Secretária
1982	Primeira-Secretária
1989	Conselheira, por merecimento
1997	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1974	Divisão do Patrimônio, assistente
1975-81	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente e Chefe, substituto
1981-85	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1985-88	Missão do Brasil junto à OEA, Washington, Primeira Secretária
1988-90	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Subchefe
1989	XXXIII Sessão Ordinária da Comissão das Nações Unidas sobre Entorpecentes, Viena, Chefe da delegação
1990-93	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
1993	Divisão da África II, Chefe
1993-96	Embaixada em La Paz, Conselheira
1996-99	Instituto Rio Branco, Vice-Diretora
1999-03	Embaixada na Haia, Ministra-Conselheira
2003-07	Embaixada em Buenos Aires, Ministra-Conselheira
2007	Embaixada em Praia, Embaixadora
Condecorações:	
1980	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1996	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
2006	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DA COSTA RICA

Maio de 2011

ÍNDICE

ÍNDICE .....

DADOS BÁSICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

COMÉRCIO BILATERAL .....

OPERAÇÕES COMERCIAIS/INVESTIMENTOS .....

POLÍTICA INTERNA.....

POLÍTICA EXTERNA.....

ECONOMIA.....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-COSTA RICA.....

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA COSTA RICA.....

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR E EM PROCESSO DE RATIFICAÇÃO .....

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES .....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Costa Rica
CAPITAL	São José (*San José*)
ÁREA	51.100 km² *(corresponde à área do Estado do Rio Grande do Norte)*
POPULAÇÃO (2010)	4,52 milhões de habitantes *(Goiás possui cerca de 6 milhões de habitantes; Estado de São Paulo, 41 mi)*
IDIOMA	Espanhol
PRINCIPAL RELIGIÃO	Católica Romana
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Laura Chinchilla Miranda (desde 8 de maio de 2010)
CHANCELER	René Castro Salazar (desde 8 de maio de 2010)
PIB (nominal, est. 2010)	US$ 35 bilhões
PIB *PER CAPITA* (nominal, est. 2010)	US$ 7.743
PIB (PPP, est. 2010)	US$ 51,3 bilhões *(corresponde a 2,3% do PIB (PPP) brasileiro, estimado em US$2,194 trilhões, em 2010; pelo FMI, Uruguai e Bolívia possuem PIB PPP de US$48 bi)*
PIB PER CAPITA (PPP, est. 2010)	US$ 11.400 *(PIB per capita PPP do Brasil, em 2010: US$ 10.900)*
CRESCIMENTO DO PIB (est. 2010)	3,5% *(Brasil: 7,5%)*
TAXA DE DESEMPREGO (est. 2010)	7,3% *(Brasil: 7%)*
IDH	0,725 *(62° no ranking; Brasil é o 73°, com 0,699)*
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA (2011)	77,72 anos *(Brasil: 72,53 anos)*
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2000)	94,9% da população *(Brasil: 88,6%)*
COMUNIDADE BRASILEIRA (EST.)	1.250 brasileiros
UNIDADE MONETÁRIA	Colón Costarriquenho
EMBAIXADOR EM SÃO JOSÉ	Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Embaixador Victor Manuel Monge Chacón

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões FOB):

BRASIL ⇒ COSTA RICA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Mar/ 2011
Intercâmbio	260,81	435,36	507,77	548,29	636,52	814,35	571,11	678,06	187,83
Exportações	211,72	357,96	415,42	430,61	481,69	603,07	265,27	289,57	67,32
Importações	49,09	77,40	92,35	117,68	154,83	211,28	305,84	388,48	120,51
Saldo	162,61	280,56	323,07	312,93	326,86	391,79	-40,57	-98.90	-53,18

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COSTA RICA[1] (US$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	438.615	481.694	603.075	265.271	289.346
Variação em relação ao ano anterior	3,7%	11,9%	25,2%	-56,0%	9,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	29,1%	32,4%	35,7%	26,6%	23,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%
Importações	117.687	154.830	211.280	305.845	388.480
Variação em relação ao ano anterior	27,4%	31,6%	36,5%	44,8%	27,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	83,0%	80,1%	77,9%	89,7%	90,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,0%
Intercâmbio Comercial	548.302	636.524	814.355	571.116	677.826
Variação em relação ao ano anterior	8,0%	16,1%	27,9%	-29,9%	18,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-SICA	33,8%	37,9%	41,5%	42,6%	40,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Balança Comercial	312.928	326.864	391.795	-40.574	-99.134

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações costarriquenhas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e às vezes por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COSTA RICA (US$ mil, fob)	2010 (jan)	2011 (jan)
Exportações	16.259	16.897
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	52,2%	-7,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o SICA	23,8%	24,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,1%
Importações	16.960	35.696
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	2,5%	88,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras do SICA	86,5%	89,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%
Intercâmbio Comercial	37.219	52.593
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	22,1%	41,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - SICA	37,7%	48,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%
Balança Comercial	-701	-18.799

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico e visitas bilaterais

Brasil e Costa Rica mantêm relações diplomáticas desde 22 de novembro de 1906, quando foi criada a Legação do Brasil em Cuba e a ela foi atribuída a cumulatividade da representação com a Costa Rica.

A primeira visita de um Chefe de Estado costarriquenho ao Brasil foi realizada pelo Presidente José Figueres Olsen (1994-1998). A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em abril de 2000, foi a primeira de caráter bilateral por parte de um Presidente brasileiro àquele país, após quase um século de relações diplomáticas.

O Presidente Oscar Arias realizou visita oficial ao Brasil em agosto de 2008, quando manteve encontro com o Presidente Lula em Brasília, reuniu-se com empresários em São Paulo e visitou usina de etanol no interior daquele estado. A visita foi reciprocada pelo PR Lula em junho de 2009, quando visitou São José.

Em maio de 2010, o Presidente Lula fez-se representar pelo então Ministro das Comunicações, José Artur Filardi Leite, na posse da Presidenta Laura Chinchilla, e a Costa Rica foi representada, na posse da Presidenta Dilma Rousseff, por seu Embaixador em Brasília.

Em 10 de fevereiro de 2011, o Chanceler René Castro manteve encontro bilateral com o Chanceler Patriota à margem de reunião realizada nas Nações Unidas sobre o tema "Manutenção da Paz e da Segurança Internacional: a interdependência entre Segurança e Desenvolvimento".

O Chanceler René Castro realizou Visita Oficial ao Brasil entre 30 de março e 5 de abril, tendo entrevistado-se com o ME Patriota no dia 4/4, ocasião em que repassaram os principais temas bilaterais. Ainda em Brasília, foi recebido pelos Presidentes do Senado e da Câmara. O Chanceler Castro, acompanhado da Ministra da Planificação, Laura Alfaro, visitou, além da Capital Federal, São José dos Campos, São Paulo e Rio de Janeiro. A delegação manteve encontros voltados, sobretudo, aos temas de energia, alta tecnologia e meio ambiente.

Assuntos Consulares

Não existe Consulado do Brasil na Costa Rica. Os assuntos consulares são tratados pelo setor consular da Embaixada em São José. Atualmente, estima-se em 1.250 o número de brasileiros vivendo no país. O Itamaraty não possui conhecimento de associações e organizações independentes de brasileiros no país.

Relacionamento político - situação atual

O bom relacionamento bilateral, favorecido pelas recentes visitas Presidenciais, encontra-se atualmente favorecido pela diretriz, definida pela Presidenta Laura Chinchilla, já no início de seu mandato, de adensar os contatos do país centro-americano com a América do Sul, em geral, e com o Brasil, em particular.

Apesar de Brasil e Costa Rica tradicionalmente manterem laços amistosos e construtivos, pautados pela defesa comum da democracia, dos direitos humanos, da preservação ambiental e da solução pacífica das controvérsias internacionais, ainda há espaço para adensamento, principalmente se comparadas com as relações que o Brasil mantém com outros países do Istmo.

Há interesse dos dois países em aprofundar as relações bilaterais, como demonstrou a disposição da Costa Rica de adotar o sistema nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T), que já vem influenciando outros países da região. As áreas de meio ambiente e de energias renováveis apresentam importantes oportunidades para avanço conjunto.

Acordos firmados na Visita Oficial do Chanceler René Castro ao Brasil

Acordo de Cooperação em Matéria Civil

A cooperação jurídica entre Brasil e Costa Rica em matéria civil apresenta-se, atualmente, como relativamente limitada, contemplando, essencialmente, a comunicação de atos processuais ao amparo de Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias e a homologação de sentenças, com base nos dispositivos legais internos. O Acordo negociado em dezembro passado e assinado em abril do corrente permitirá a ampliação do escopo dessa cooperação, permitindo o emprego de medidas cautelares e de formas diversas de assistência, seja mediante o reconhecimento de decisão adotada por autoridade competente na outra Parte, seja na produção de decisão na Parte requerida, a pedido da outra. Há, também, dispositivos referentes ao acesso à Justiça e à questão específica do cumprimento de obrigações relativas a prestações alimentares.

Acordo de Serviços Aéreos

O novo Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos permitirá que as empresas aéreas designadas por ambos os países operem sem quaisquer restrições quanto ao volume e à quantidade de vôos entre os territórios de Brasil e Costa Rica. O Acordo assegura, ainda, a concessão recíproca de direitos de tráfego acessório, que permitirá às companhias aéreas brasileiras captar e transportar passageiros e cargas, através do

território costarriquenho, com destino a terceiros países, com isso incrementando a conectividade entre o Brasil e região centro-americana e caribenha.

Tanto o Acordo de Cooperação em Matéria Civil quanto o Acordo de Serviços Aéreos encontram-se em processo de ratificação, devendo ser encaminhados ao Congresso Nacional após o término dos trâmites internos no Itamaraty.

COMÉRCIO BILATERAL

Em termos percentuais, o comércio bilateral tem experimentado bom crescimento em anos recentes. Em 2010, o intercâmbio bilateral totalizou US$ 678,06 milhões (crescimento de 18%), com as exportações brasileiras chegando a US$ 289,57 milhões (crescimento de 9%) e as importações alcançando US$ 388,48 milhões (crescimento de 27%). Nota-se, assim, recuperação com relação a 2009 (US$ 571,11 milhões) – ano em que as exportações brasileiras à Costa Rica sofreram expressiva redução em relação ao ano anterior, em razão dos efeitos da crise econômica internacional sobre aquele país, que limitaram suas compras externas.

A Costa Rica é um dos poucos países da América Latina que mantêm superávit comercial com o Brasil (iniciado em 2009 e mantido até o presente momento). Componentes eletrônicos representam o principal item da pauta de importações brasileiras. A corrente de comércio existente coloca a Costa Rica na posição de maior parceiro comercial do Brasil na América Central, com quase o dobro do comércio bilateral mantido com o segundo colocado, o Panamá.

Segundo a "Promotora de Comercio Exterior" (PROCOMER) do Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica, o Brasil é o somente o quarto mercado de destino, na América do Sul (depois de Colômbia, Chile e Venezuela), das exportações costarriquenhas, e o 33° na tabela mundial. Por sua vez, o Brasil é o sexto maior fornecedor da Costa Rica, após Estados Unidos, China, México, Japão e Venezuela.

Exportações

A pauta exportadora brasileira à Costa Rica é bastante diversificada, sendo que 50 produtos alcançam valores anuais superiores a US$ 1 milhão. Dentre estes, destacam-se o etanol; equipamentos para produção de energia eólica; ligas de alumínio; condutores elétricos, tecidos sintéticos e telefones celulares. Em 2010, o total exportado para aquele país foi de US$ 289,57 milhões, valor ligeiramente maior que os US$ 265,27 milhões de 2009, porém ainda longe dos US$ 603,07 milhões de 2008, ano em que o intercâmbio bilateral atingiu seu ápice.

Importações

As importações brasileiras de produtos da Costa Rica têm registrado importante crescimento em anos recentes, totalizando US$ 388,48 milhões em 2010 (em 2009, foram US$ 305,84). Os principais produtos importados pelo Brasil da Costa Rica continuam a ser microprocessadores, circuitos integrados e placas de microprocessamento.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Segundo o Ministério da Fazenda, não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos a tomador soberano da Costa Rica.

OPERAÇÕES COMERCIAIS/INVESTIMENTOS

Andrade Gutierrez

A Construtora Andrade Gutiérrez executou com êxito a primeira fase das obras de reforma do aeroporto internacional Juan Santamaría, de São José, e participa, em parceria com a "Houston Airport System" ("HASDC"), de sua operação. As instalações reformadas foram inauguradas, no final de 2010, pela Presidenta Laura Chinchilla. Espera-se que, finalizada essa fase, os operadores invistam mais US$ 150 milhões na ampliação geral do aeroporto.

OAS

A Construtora OAS mantém escritório em São José, com o objetivo de prospectar e conduzir projetos no país e na região.

Eletrobrás

A atuação da estatal na Costa Rica está centrada em estudos relativos à futura hidrelétrica de *Reventazón*, no rio homônimo, que será a maior do país e a segunda da América Central, com 300 MW de capacidade instalada. O Instituto Costarriquenho de Eletricidade (ICE), encontra-se em processo de abertura parcial do mercado de serviços de produção energética, o que poderá permitir maior participação em investimentos em geração de eletricidade no país.

POLÍTICA INTERNA

A Costa Rica orgulha-se por apresentar a tradição democrática e a estabilidade institucional como características principais de seu panorama político, mantido sem sobressaltos desde o fim da guerra civil de 1948. A Constituição do país foi adotada em 1949 e ainda hoje permanece em vigor. Também em 1949 foram abolidas as Forças Armadas, tendo os recursos financeiros correspondentes sido redirecionados para a esfera social, em especial educação e saúde.

Com o fim da guerra civil, inaugurou-se etapa da vida política do país caracterizada pelo bipartidarismo, com a criação do PLN (Partido de Libertação Nacional), com traços sociais-democratas, e do PUSC (Partido da Unidade Social Cristã), alinhado às concepções católicas das relações entre poder político, economia e sociedade. Os dois partidos alternaram-se no poder por décadas, mas a partir de 2000, com a formação do PAC (Partido de Ação Cidadã), dissidência do PLN e defensor de linha social-democrata atualizada, e com o deslocamento do PLN, partido de Oscar Arias e de Laura Chinchilla, para o centro, o bipartidarismo vem-se enfraquecendo.

O segundo mandato de Oscar Arias

Com a aprovação de interpretação de cláusula constitucional que possibilitou a Oscar Arias concorrer pela segunda vez à Presidência nas eleições de 2006, o Presidente exerceu seu segundo mandato até 2010. Seguindo tendência liberalizante, mas procurando manter as características gerais de bem-estar social prevalecente até os anos 80, Arias procurou enfatizar os temas da dívida externa, da sanidade das contas públicas e da abertura comercial. Arias foi responsável pela abertura dos setores de seguros e de telecomunicações, após meio século de monopólio estatal.

Apesar da polarização gerada pela assinatura do Tratado de Livre Comércio entre os países centro-americanos, a República Dominicana e os EUA (CAFTA-DR) – a ratificação teve de ser submetida a referendo em que o "sim" venceu por estreita margem –, Arias terminou seu mandato com elevados índices de popularidade, decorrentes dos êxitos alcançados na área econômica (apesar dos efeitos adversos da crise econômica mundial ao final do quadriênio) e da implementação de projetos sociais, como o "Avancemos" (similar ao Bolsa Família).

As eleições de 2010 e a vitória de Laura Chinchilla

Após haver ocupado uma das duas Vice-Presidências do país, além da pasta da segurança, a candidata apoiada por Oscar Arias, Laura Chinchilla, saiu-se vitoriosa nas eleições presidenciais realizadas em 7 de fevereiro de 2010. Derrotou, no primeiro turno, o candidato de centro-esquerda Ottón Sólis, do PAC. Sua vitória sinalizou a

aprovação da maioria à visão de Estado e sociedade defendida por Oscar Arias. O pleito mostrou o relativo enfraquecimento do PAC e o fortalecimento da dircita, representada pelo Movimento Libertário (ML), que obteve mais de 20% dos votos.

O Governo Laura Chinchilla

Defendendo o modelo econômico aberto reforçado por Arias, Laura Chinchilla estabeleceu como prioridades de seu governo a recuperação econômica, a retomada dos investimentos em infra-estrutura, o combate à criminalidade e ao narcotráfico, assim como a ênfase nas áreas de saúde e educação.

No mês de agosto, apresentou documento intitulado *"Agenda 2010-2014: Metas e Primeiras Ações"*. O plano estabelece como objetivo levar a Costa Rica ao patamar de "desenvolvimento seguro, liderado por impulsos inovadores em ciência e tecnologia, e fortalecido pela solidariedade e pelo comprometimento com a sustentabilidade ambiental". Estabelece também a meta de transformar a Costa Rica em país neutro em CO_2, produzindo a totalidade de sua eletricidade a partir de fontes renováveis, até 2021. Ademais, a agenda estabelece metas quantitativas a serem atingidas até 2014, como taxa de crescimento entre 5% e 6% ao ano, taxa de desemprego de 5% e melhora dos índices de competitividade do país. Busca-se, em suma, compatibilizar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, com reflexos positivos sobre o conjunto da sociedade.

O documento identifica como principais obstáculos ao projeto governamental a baixa produtividade, deterioração nas condições de convivência cidadã, as dificuldades de articulação entre Executivo e Legislativo e – talvez o maior empecilho no momento – as restrições de natureza orçamentária. Vale lembrar, ademais, que, além do aumento nos índices de violência que alarma a sociedade, a Costa Rica foi o único país da América Latina que não logrou reduzir, nos últimos anos, a taxa de pobreza (21,3% da população, em 2010).

Com o objetivo de detalhar as ações de curto e médio prazo e estabelecer mecanismos de coordenação dos projetos propostos na agenda, a Presidenta Chinchilla apresentou, em 14 de dezembro, o *"Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2011- 2014"*, que tem como principal agente responsável o Ministério do Planejamento. São listadas 132 ações, ao longo de quatro eixos: bem-estar social, segurança cidadã e paz social; ambiente; ordenamento territorial; e competitividade e inovação.

Para ter êxito, a Presidenta Chinchilla necessita corrigir o desequilíbrio fiscal existente, e tem tentado impulsionar, no Legislativo, reforma fiscal capaz de aumentar os recursos do Estado em 2,5% do PIB. Até o momento, não foi possível chegar a fórmula para conseguir a aprovação dessa reforma.

A Presidenta Chinchilla manteve níveis estáveis de popularidade, na casa de 56%, até a recente queda para 37%, decorrente principalmente das dificuldades econômicas que o país enfrenta, da sensação de insegurança reinante e de crises políticas recentes, no Congresso e nos Ministérios (alto número de Ministros demissionários).

Situação atual

No Parlamento, apesar de sucessivas e efêmeras reconciliações internas, o Partido Liberação Nacional (bancada de 24 deputados) hoje se divide nitidamente, em porcentagens praticamente iguais, entre proclamados "aristas" e discretos "lauristas". Essa divisão é reflexo do processo de distanciamento entre Arias e Chinchilla, ao longo do primeiro ano de mandato.

A crise no PLN pode ser evidenciada pela perda, em 2 de maio do corrente, do controle da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa pelo partido, com a eleição do opositor Juan Carlos Mendonza García, ex-líder do PAC, ao cargo de Presidente da Assembléia. A derrota surgiu logo após grave crise política instalada na Assembléia Legislativa no Primeiro de Maio, quando desentendimentos surgidos no seio do PLN – entre "aristas" e "lauristas" – e oposicionistas (representantes dos partidos PAC, PUSC, PASE, ML e Frente Ampla), impediram a renovação da Mesa, durante a Sessão Solene do Primeiro de Maio, fato inédito desde a fundação da Segunda República, há 41 anos.

Essa derrota governista poderá refletir-se no processo de negociação do projeto de reforma fiscal, que enfrenta críticas de boa parte do espectro político. Uma possível derrota do Governo poderá comprometer parte importante dos planos políticos e econômicos de Laura Chinchilla, uma vez que o Estado costarriquenho necessita aumentar sua arrecadação para fazer face ao crescente déficit orçamentário que enfrenta – o maior da América Latina (6% do PIB, podendo chegar a 6,3% este ano) – e para conseguir cumprir o cronograma do Programa Nacional de Desenvolvimento 2011-2014.

O Programa de transferência de renda "Avancemos"

Com características similares às do "Bolsa Família", o Programa "Avancemos", criado por Oscar Arias em 2006, beneficia aproximadamente 160 mil estudantes, envolvendo recursos da ordem de US$ 120 milhões. O objetivo do programa é cobrir 40% do universo dos estudantes que pertencem a famílias em situação de pobreza ou carência de algum tipo de necessidade básica. É desejo das autoridades continuar a expandir o Programa. No entanto, a questão orçamentária representa forte obstáculo para esse objetivo.

A questão da segurança

Em contraste com seus vizinhos, a Costa Rica continua a ser país relativamente pouco violento, ainda que os níveis de criminalidade e violência urbana estejam em ascensão. Em termos comparativos, a taxa de assassinatos registrada em 2010, por 100 mil habitantes, foi de 10,8, contra 72,8 em Honduras, 67,2 em El Salvador, e 40,5 na Guatemala.

Apesar das reduzidas estatísticas, é forte a preocupação por parte da opinião pública, enquanto que, em paralelo, o problema do narcotráfico preocupa mais e mais as autoridades. O país constitui rota de passagem de entorpecentes – situação que enseja aumento da comercialização local de drogas. A Costa Rica defende a necessidade de contar com maior apoio dos EUA nessa luta, sob a forma de aportes adicionais de fundos para combate ao narcotráfico. Pelos cálculos do Ministério da Segurança Pública, o Estado necessitará de aproximadamente US$ 250 milhões para implementar plano de segurança no período de 2010 a 2014.

Lançada pela Presidenta Laura Chinchilla em junho de 2010, a *"Política Integral e Sustentável de Segurança Cidadã e Promoção da Paz"* (POLSEPAZ) foi consolidada em documento divulgado em 14 de fevereiro, em cerimônia da qual participaram, além de Chinchilla, a Representante do PNUD (que participou da elaboração do Programa) na Costa Rica, a brasileira Luíza Carvalho, e o então Ministro da Segurança, José María Tijerino. Partindo da realidade demográfica do país (mais jovem, mais urbano e mais integrado ao mundo do que há algumas décadas), o Plano estabelece conjunto de políticas de Estado a serem concretizadas nos próximos dez anos e contém recomendações para os três Poderes da República.

A principal preocupação dos formuladores do Plano diz respeito ao forte avanço do crime organizado e do narcotráfico, além do aumento na desigualdade social, fenômenos que, ao se acentuarem ao longo das décadas recentes, geraram crescente insegurança na sociedade. Como contraponto, a moldura conceitual da POLSEPAZ enfatiza o desenvolvimento humano por meio da educação e da geração de empregos, vistos como capazes de assegurar aos cidadãos o exercício pleno de seus direitos, inclusive o de viver em paz ao amparo do Estado de Direito.

Além da contribuição do PNUD, a Costa Rica deseja que participem do esforço de segurança cidadã países como Colômbia, Chile, Canadá e Espanha, citados pela Presidenta da República. Essa participação se daria por meio da cooperação de peritos, inclusive policiais. Nesse particular, cabe recordar que o Brasil, por intermédio da ABC e da Força Pública de São Paulo e com o apoio do JICA, vem desenvolvendo ações de cooperação com a Costa Rica no campo da polícia comunitária.

POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa da Costa Rica caracteriza-se por tradicional postura de neutralidade, não-intervenção e adesão ao princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais.

Entre os centro-americanos, a Costa Rica figura como o país que apresenta as mais fortes ponderações quanto ao aprofundamento da integração regional em sua dimensão política. As prioridades do Governo são as iniciativas de integração comercial e econômica, a exemplo do CAFTA-DR com os Estados Unidos, República Dominicana e países da região (Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua) e de projeto de Acordo de Associação com a União Européia.

Temas multilaterais

Atuação na ONU

Após ter exercido mandatos em 1974/75 e 1997/78, a Costa Rica foi eleita pela terceira vez como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2007, cargo que ocupou até dezembro de 2009.

No contexto da reforma do CSNU, a Costa Rica co-patrocinou o projeto de resolução do "Uniting for Consensus" (UfC) na 59ª AGNU, que criaria apenas novos assentos não-permanentes com direito a reeleição no Conselho de Segurança. Até agora, o país tem adotado posição cautelosa quanto à proposta do G-4. Na 60ª AGNU, propôs projeto de resolução, juntamente com outros 4 países ("Small Five"), visando reformar apenas os métodos de trabalho do CSNU.

Por ocasião da 65ª AGNU, em setembro de 2010, a Presidenta Laura Chinchilla apresentou perspectiva otimista quanto ao cumprimento, por parte da Costa Rica, das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Destacou os logros de seu país nas áreas da educação, da mortalidade infantil e do acesso à água potável e instou os organismos de cooperação a não ignorarem os países em desenvolvimento de renda média que, como a Costa Rica, obtiveram progressos, mas ainda apresentam vulnerabilidades. Essa posição mantém a linha originalmente estabelecida pelo ex-Presidente Arias, em iniciativa denominada "Consenso da Costa Rica", voltada à correção dessa distorção, com base na constatação de que os recursos destinados pelos países ricos para ajuda ao desenvolvimento (da ordem de cerca de 0,2% dos respectivos PIBs) estão abaixo do porcentual de 0,7 previsto nas Metas de Desenvolvimento do Milênio e que, ademais, estão concentrados em países de menor desenvolvimento relativo. Trata-se de iniciativa-chave no âmbito da diplomacia costarriquenha, tanto na esfera multilateral quanto na bilateral.

Iniciativa "Paz com a Natureza"

Trata-se de iniciativa do ex-Presidente Arias lançada em junho de 2007, no Contexto das negociações sobre o segundo período de implementação do Protocolo de Quioto (pós-2012). O programa inscreve-se na tradição costarriquenha de lançar ou associar-se a iniciativas de impacto nos foros internacionais e junto à opinião pública internacional em matéria ambiental. Como eixo principal da iniciativa, a Costa Rica assumiu compromisso em alcançar neutralidade em matéria de carbono até 2021.

O Brasil mantém diálogo construtivo em matéria de florestas e mudança do clima com a Costa Rica, ainda que marcado por divergências significativas a respeito do papel das florestas para a mitigação da mudança do clima. O Programa "Paz com a Natureza" busca incentivar países em desenvolvimento a assumir compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa costarriquenha se encontra a conservação florestal como fator da mitigação da mudança do clima. O Brasil entende ainda restarem dúvidas metodológicas sobre o tema. Florestas maduras são sistemas em equilíbrio, que não interferem na variação da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. A simples preservação de uma floresta madura não contribui, portanto, para a mitigação da mudança do clima.

Ainda no plano ambiental, a Costa Rica, assim como o Brasil, é parte do Grupo de Países Megadiversos.

Temas Regionais

Reintegração de Honduras à OEA

Com respeito à situação em Honduras, a Costa Rica acompanha a posição dos demais países do SICA, com exceção da Nicarágua, no reconhecimento do Governo de Porfírio Lobo e, juntamente com demais países do Istmo, trabalha com a expectativa de que o tema do retorno de Honduras à OEA seja colocado na pauta da próxima Assembléia-Geral da Organização, no mês de junho, em São Salvador.

Diferendo com a Nicarágua sobre a Isla Calero

O litígio em questão diz respeito a aproximadamente 3km^2 no delta do rio San Juan, que faz fronteira entre a Costa Rica e a Nicarágua. A crise teve início em 21 de outubro de 2010, com a incursão de militares e civis nicaragüenses na ponta setentrional da chamada *Isla Calero*, com vistas a realizar obras de dragagem e abertura de canal na margem direita do rio, território que a Costa Rica considera seu. São José levou o assunto à OEA e, posteriormente à Corte Internacional de Justiça,

onde solicitou fossem concedidas medidas cautelares contra a presença nicaragüense na região e contra os supostos danos ambientais resultantes das obras em curso.

Em março de 2011, a CIJ emitiu decisão sobre as medidas cautelares solicitadas pela Costa Rica contra a Nicarágua. A decisão da CIJ atendeu apenas parcialmente ao pleito costarriquenho, mas, ao instar as partes a não manter efetivos militares ou civis na área em litígio e permitir à Costa Rica – em consulta com o Secretariado da Convenção de Ramsar sobre área úmidas – o monitoramento ambiental da área, logrou obter quase imediata distensão.

Atualmente, com a facilitação de México e Guatemala, Costa Rica e Nicarágua mantêm diálogo sobre temas fronteiriços, sobretudo a respeito do combate ao tráfico de drogas na região.

República Popular da China

No Istmo centro-americano, a Costa Rica é o único país que reconhece a RPC, que procura fazer das relações sino-costarriquenhas um modelo para o possível estabelecimento de relações diplomáticas com os países vizinhos. Além da importante presença comercial (atrás apenas dos EUA), a RPC realiza no país gestos como a construção do Estádio Nacional, empreendimento integralmente viabilizado com capital e mão-de-obra da RPC.

ECONOMIA

Quadro macroeconômico

Analistas estimam que a economia costarriquenha deverá apresentar desempenho tímido em 2011 (o Banco Central da Costa Rica prevê crescimento de 4%). Vários setores da economia, principalmente agroindústria, construção e turismo, fazem previsões de crescimento modesto, tal como ocorreu em 2010. Segundo especialistas locais, isso ocorre pela vulnerabilidade decorrente da forte dependência com relação ao mercado externo (as exportações correspondem a 50% do PIB, com forte dependência com respeito aos Estados Unidos), pelo maior dinamismo relativo das importações frente às exportações (facilitado pela desvalorização do dólar) e, por fim, pela deterioração das finanças públicas, que coloca em xeque os projetos do Governo, que luta, na Assembléia Legislativa, para aprovar projeto de reforma fiscal e tributária, iniciativa-chave para o êxito da administração de Laura Chinchilla.

Segundo o INEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos), a inflação de 2010 chegou a 5,82%, dentro da meta do BCCR (entre 4% e 6%), contra os 4,05% registrados em 2009. Para 2011, projeta-se inflação anual no centro da faixa estabelecida pelo BCCR. Os itens que mais influíram no índice registrado em 2010

foram os aluguéis residenciais (10,1%), alimentos e bebidas (9,03%), saúde (7,13%), bebidas alcoólicas e cigarros (6,59%) e transportes (4,89%).

O déficit da balança comercial, segundo o BCCR, chegou, em 2010, a 4,2% do PIB, superando expectativas anteriores. Ainda segundo o Banco Central local, os investimentos estrangeiros diretos atingirão, em 2011, a casa de US$ 1,5 bilhão.

Em 25 de janeiro do corrente, o BCCR divulgou o Programa Macroeconômico 2011 - 2012 (PM 2011-2012), documento que estabelece os objetivos econômicos gerais, as metas financeiras a serem alcançadas e as diretrizes da política monetária e cambial do país. Nesse registro, o BCCR fixou dois objetivos fundamentais: manter e consolidar níveis reduzidos de inflação, o centro da meta sendo 5% para 2011, e 4% para 2012, o que idealmente permitirá alcançar, no médio prazo, taxas de inflação similares às dos principais parceiros comerciais do país; e manter a estabilidade externa do colón, que hoje, para a maioria dos analistas, se encontra supervalorizado, com vistas a construir, a médio e longo prazos, balanço de pagamentos sustentável.

A crise fiscal e a "Reforma Tributária Solidária"

O déficit fiscal alcançou, em 2010, 6% do PIB. Este ano, a previsão é de que chegue a 6,3% do PIB. Os dados relativos a 2010 fazem da Costa Rica o país com maior relação déficit/PIB em toda a América Latina, o que deverá se repetir em 2011. À luz desse quadro, em 17 de janeiro, o Executivo apresentou à Assembléia Legislativa proposta de reforma, documento intitulado "Reforma Tributária Solidária". A par de assegurar maior controle sobre os recursos públicos, o projeto visa a conter e reduzir o déficit, que poderá inviabilizar a maior parte do programa do governo, tal como delineado no Plano Nacional de Desenvolvimento 2011 - 2014.

Em linhas gerais, a reforma fiscal e tributária pretende expandir a arrecadação em mais de 500 bilhões de colones (cerca de US$ 1 bilhão), por meio da criação de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) com alíquota de 14% (que substituiria o atual imposto sobre venda, com alíquota de 13%); aumento da alíquota do imposto de renda, de 15% para 24%; aumento do imposto sobre propriedade de veículos; aumento, de 1,5% para 3%, do imposto sobre compra e venda de imóveis. Ademais, o projeto prevê que vários serviços atualmente exonerados de tributação, tais como educação particular e serviços médicos, entre outros, passem a ser tributados, no todo ou em parte. Espera-se que, com a projetada reforma, o governo consiga aumentar a arrecadação em montante equivalente a 2,5% do PIB.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-COSTA RICA

1906 Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Costa Rica
1906 A Legação na Guatemala passa a ser cumulativa com a Costa Rica
1917 O Brasil apoia o ingresso da Costa Rica na Liga das Nações
1919 As relações com a Costa Rica passam a ser tratadas pela Legação em Havana
1937 A Legação na Guatemala volta a ser cumulativa com a Costa Rica
1942 É instalada a Legação do Brasil em São José
1953 A representação diplomática em São José é elevada à categoria de Embaixada
1964 Assinatura do Acordo de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa Rica
1971 Visita do Chanceler Mario Gibson Barbosa à Costa Rica
1974 Visita do Presidente F. Ferrer – primeira de um mandatário da Costa Rica ao Brasil
1997 Visita do Presidente José María Figueres Olsen ao Brasil
1997 Assinatura de acordo de cooperação bilateral
1997 Prisão de Jorgina de Freitas Fernandes, fraudadora do INSS, na Costa Rica
1998 Visita do Vice-Presidente Marco Maciel à Costa Rica
1998 O Governo da Costa Rica autoriza a extradição de Jorgina de Freitas Fernandes
1999 Visita do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, à Costa Rica
1999 Visita do Presidente Miguel Ángel Rodríguez ao Brasil
1999 O Presidente Rodríguez participa do 40º aniversário do BID em Petrópolis
2000 A Costa Rica passa a ser o principal parceiro comercial do Brasil na região
2000 Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso – primeira de um mandatário brasileiro - à Costa Rica
2006 O Vice-Presidente José Alencar representa o Brasil na posse do Presidente Arias
2006 O Ministro Furlan visita a Costa Rica acompanhado de missão empresarial brasileira
2008 O Presidente Oscar Arias realiza visita oficial ao Brasil
2009 Presidente Lula realiza visita oficial à Costa Rica
2010 O PR Lula faz-se representar pelo então Ministro das Comunicações, José Artur Filardi Leite, na posse da Presidenta Laura Chinchilla
2011 O Chanceler René Castro realiza Visita Oficial ao Brasil

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA COSTA RICA

1502 Cristóvão Colombo chega ao território que viria a ser a Costa Rica.
1821 A Costa Rica se junta às outras províncias centro-americanas, declarando sua independência da Espanha.
1823 Mudança da capital de Cartago para São José.
1839 Desmembramento das Províncias da América Central em cinco repúblicas: Costa Rica, Guatemala, Honduras, São Salvador e Nicarágua.
1856 Início da Campanha Nacional contra a invasão de tropas de mercenários da Nicarágua.
1856 Batalha de Santa Rosa (localidade da Costa Rica), contra tropas nicaragüenses.
1856 Primeira Batalha de Rivas (localidade da Nicarágua), contra tropas nicaragüenses.
1857 Segunda Batalha de Rivas, com aliados centro-americanos. Fim da invasão nicaragüense.
1917 Federico Tinoco Granados toma o poder e instaura regime ditatorial.
1919 Federico Tinoco Granados é derrubado e exilado.
1921 Início do diferendo territorial com o Panamá ("La Guerra de Coto").
1948 Guerra Civil travada entre os partidários de José Figueres Ferrer (figuerismo) e os de Calderón Guardia (calderonismo). Vitória de José Figueres Ferrer.
1948 Abolição do Exército por José Figuerres Ferrer.
1949 Após abolir o Exército e supervisionar os trabalhos de Assembleia Constituinte, democraticamente eleita, José Figuerres Ferrer deixa o poder.
1950 Criação do Banco Central da Costa Rica.
1953 Figuerres, considerado herói nacional, é o primeiro Presidente eleito sob a nova Constituição.
1975 Reunião da OEA na Costa Rica que decidiu sobre a suspensão do bloqueio econômico a Cuba.
1986 Oscar Arias Sánchez é eleito Presidente pela primeira vez e governa até 1990.
1987 Assinatura dos Acordos de Paz de Esquipula, que puseram fim às guerras civis travadas na América Central.
1987 Oscar Arias é agraciado com o prêmio Nobel da Paz, por sua participação nos processos de paz na América Central.
2004 Os ex-presidentes Rafael Ángel, Calderón Fournier e Miguel Ángel Rodríguez Echeverría são presos por enriquecimento ilícito.
2006 Oscar Arias é eleito pelo Partido de Liberação Nacional (PLN) para segundo mandato de Presidente.
2010 Laura Chinchilla, do PLN, candidata de Oscar Arias, é eleita Presidenta.

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR E EM PROCESSO DE RATIFICAÇÃO

Atualizado em 06/05/2011, fonte: DAI

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Arbitramento.	18/05/1909	10/08/1911
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática por Via Comum.	05/02/1952	05/02/1952
Acordo de Intercâmbio Cultural.	19/11/1964	18/09/1966
Acordo sobre Radioamadorismo.	04/07/1970	04/07/1970
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.	22/07/1971	22/07/1971
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Costarriquenhos.	22/07/1971	22/07/1971
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	20/09/1974	20/09/1974
Acordo Complementar ao Convênio Cultural de 19 de novembro de 1964, para o Intercâmbio de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (entre o CNPq e o CONICIT).	11/10/1976	03/01/1977
Protocolo de Intenções para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração.	18/11/1982	18/11/1982
Acordo de Cooperação Turística.	31/05/1993	04/04/2000
Acordo, por Troca de Notas, de Isenção de Visto.	06/11/1996	06/12/1996
Declaração de Intenções no Campo do Desporto.	14/02/1997	14/02/1997
Acordo sobre Transportes Aéreos	22/09/1997	24/07/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	22/09/1997	29/11/1999
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Manuel Maria Peralta.	22/09/1997	22/09/1997
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	04/04/2000	12/07/2002
Protocolo de Emenda ao Convênio de Intercâmbio Cultural.	04/04/2000	06/02/2002
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias	04/04/2000	04/04/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Saude.	04/04/2000	04/04/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Educação.	04/04/2000	04/04/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Comércio Exterior.	04/04/2000	04/04/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Aviação Civil	04/04/2000	04/04/2000
Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural para Áreas de Rádio e Televisão	04/04/2000	04/04/2000
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias	04/04/2000	04/04/2000
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	13/09/2005	13/09/2005

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Implantação do Controle Metrológico de Instrumentos de Medição Utilizados no Âmbito da Saúde e do Meio Ambiente``	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Coop. Técnica para Implementação do Projeto ``Sistemas de Controle Distribuídos - U.E.N. Produção ``	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Aprimoramento de Técnicas de Produção de Hortaliças sob Ambientes Protegidos na Costa Rica."	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Coop. Técnica para Implementação do Projeto ``Mercado Atacadista de Eletricidade."	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Coop. Técnica para Implementação do Projeto ``Apoio Técnico para o Desenvolvimento e Acompanhamento de Análise de Risco em Saúde, Ambiente e Segurança nas Instalações da RECOPE ``	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Capacitação e Treinamento sobre Derrames de Hidrocarbonetos e outros Materiais Perigosos nas Instalações Petroleiras, Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos (Água Interior) ``	30/01/2006	30/01/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Costa Rica	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Apoio Técnico para Implantação/Implementação de Bancos de Leite Humano na Costa Rica	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Intercâmbio de Conhecimentos sobre os Sistemas de Saúde Pública do Brasil e Costa Rica	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Controle Metrológico de Instrumentos de Medição Utilizados na Área de Serviços Públicos	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Credenciamento do Laboratório Químico da Área controle de Óleo do Centro de Serviços – LIMAT	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Gestão e Conservação de Centrais Elétricas	30/07/2008	19/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Alternativas de Produção de Biocombustível em Costa Rica	30/07/2008	26/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Carreira Postal na Costa Rica	30/07/2008	08/12/2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto Modelagem de Programa de Capacitação e Otimização dos Processos de Serviços Postais nos Correios da Costa Rica	30/07/2008	10/02/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto "Fortalecimento dos Processos de Operação, Manutenção e Controle de Estações de Tratamento de Águas Residuárias em Pequenas Coletividades Urbanas e Sistemas Lagunares"	03/06/2009	21/07/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto "Incorporação de Terapias Não-Convencionais e Complementares nos Serviços de Saúde de Atenção Direta às Pessoas e Desenvolvimento de Estratégia de Saúde Mental de Base Comunitária"	22/07/2010	29/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto "Modelo de Gestão Empresarial para a Unidade Estratégica de Negócios de Produção de Energia do Instituto Costarriquenho de Eletricidade – ICE"	22/07/2010	09/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto "Vigilância da Saúde e Sistemas de Informação para a Vigilância"	22/07/2010	08/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República da Costa Rica e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto "Análise da Institucionalidade do Sistema Elétrico Brasileiro e sua Aplicabilidade no Novo Modelo do Mercado para o Sistema Elétrico da Costa Rica"	**04/04/2011**	**Em ratificação**
Tratado entre a República Federativa do Brasil e República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil	**04/04/2011**	**Em tramitação**
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto "Dinamização e Transferência de Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Protegida na Costa Rica"	**04/04/2011**	**Em ratificação**
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Costa Rica	**04/04/2011**	**Em tramitação**

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES

Fonte: DIC

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Costa Rica
Superfície	51.100 Km²
Localização	América Central
Capital	São José
Principais cidades	São José, Alajuela, Cartago, Puntarenas, Heredia, Limón
Idioma oficial	Espanhol
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US$ 35,6 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US$ 7.581
PIB PPP (2010)	US$ 49,5 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US$ 10.538
Moeda	Colón Costarriquenho

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 (1)
População (em milhões habitantes)	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	86,1	88,1	88,1	90,0	92,0
PIB Nominal (US$ bilhões)	22,5	26,3	29,8	29,2	35,6
Crescimento real do PIB (%)	8,8	7,9	2,7	-1,3	4,1
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	9,4	10,8	13,9	4,0	5,8
Reservas internacionais (US$ bilhões)	3,1	4,1	3,8	4,1	4,6
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	7,0	8,3	8,8	8,0	8,5
Câmbio (C$ / US$)	517,9	498,1	555,5	565,2	507,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base no dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Febeary 2011.

(1) Estimativa EIU.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

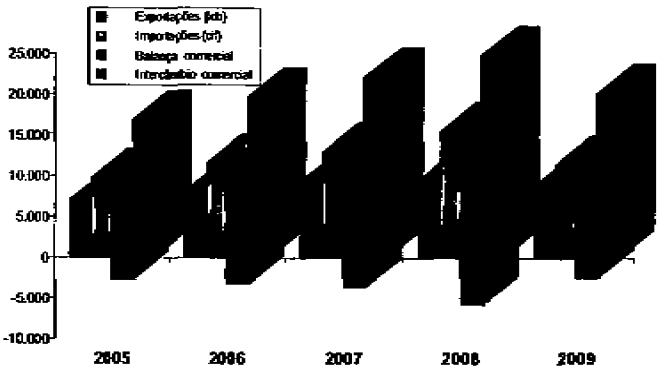
COMÉRCIO EXTERIOR(1) (US$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (2)
Exportações (fob)	7.026	8.198	9.338	9.504	8.788	17.529
Importações (cif)	9.807	11.537	12.948	15.372	11.395	10.020
Balança comercial	-2.781	-3.339	-3.610	-5.868	-2.607	7.509
Intercâmbio comercial	16.833	19.735	22.286	24.876	20.183	27.549

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(1) Janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 10/03/2011.



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	3.515	37,6%	3.527	37,1%	3.157	35,9%	6.011	34,3%
China	849	9,1%	686	7,2%	771	8,8%	2.121	12,1%
Países Baixos	465	5,0%	490	5,2%	596	6,8%	2.039	11,6%
Panamá	326	3,5%	432	4,5%	401	4,6%	307	1,8%
Guatemala	363	3,9%	371	3,9%	351	4,0%	269	1,5%
Nicaragua	356	3,8%	388	4,1%	344	3,9%	263	1,5%
Hong Kong	563	6,0%	393	4,1%	339	3,9%	720	4,1%
Bélgica	197	2,1%	299	3,1%	303	3,5%	322	1,8%
Honduras	307	3,3%	317	3,3%	289	3,3%	222	1,3%
El Salvador	266	2,8%	273	2,9%	225	2,6%	172	1,0%
República Dominicana	187	2,0%	228	2,4%	219	2,5%	168	1,0%
México	239	2,6%	236	2,5%	189	2,2%	145	0,8%
Malásia	164	1,8%	114	1,2%	167	1,9%	120	0,7%
Reino Unido	183	2,0%	167	1,8%	126	1,4%	2.054	11,7%
Itália	103	1,1%	119	1,3%	122	1,4%	101	0,6%
Brasil	*25*	*0,3%*	*31*	*0,3%*	*20*	*0,2%*	*274*	*1,6%*
SUBTOTAL	**8.105**	**86,8%**	**8.070**	**84,9%**	**7.620**	**86,7%**	**15.307**	**87,3%**
DEMAIS PAÍSES	**1.233**	**13,2%**	**1.434**	**15,1%**	**1.168**	**13,3%**	**2.222**	**12,7%**
TOTAL GERAL	**9.338**	**100,0%**	**9.504**	**100,0%**	**8.788**	**100,0%**	**17.529**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2011

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009

(1) janeiro-setembro.

(2) última posição disponível em 10/03/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	5.031	38,9%	6.185	40,2%	4.801	42,1%	4.282	42,7%
México	737	5,7%	950	6,2%	743	6,5%	547	5,5%
China	763	5,9%	888	5,8%	712	6,2%	541	5,4%
Japão	732	5,7%	819	5,3%	602	5,3%	595	5,9%
Colômbia	308	2,4%	403	2,6%	315	2,8%	232	2,3%
Guatemala	247	1,9%	299	1,9%	277	2,4%	204	2,0%
Brasil	*420*	*3,2%*	*425*	*2,8%*	*267*	*2,3%*	*234*	*2,3%*
Panamá	224	1,7%	242	1,6%	216	1,9%	159	1,6%
Alemanha	203	1,6%	271	1,8%	203	1,8%	140	1,4%
Chile	184	1,4%	207	1,3%	173	1,5%	164	1,6%
República da Coréia	251	1,9%	281	1,8%	141	1,2%	104	1,0%
Israel	31	0,2%	43	0,3%	138	1,2%	366	3,7%
Países Baixos	189	1,5%	258	1,7%	133	1,2%	135	1,3%
Suíça	105	0,8%	139	0,9%	126	1,1%	59	0,6%
El Salvador	132	1,0%	151	1,0%	120	1,1%	89	0,9%
SUBTOTAL	**9.555**	**73,8%**	**11.563**	**75,2%**	**8.967**	**78,7%**	**7.850**	**78,3%**
DEMAIS PAÍSES	**3.393**	**26,2%**	**3.809**	**24,8%**	**2.428**	**21,3%**	**2.170**	**21,7%**
TOTAL GERAL	**12.948**	**100,0%**	**15.372**	**100,0%**	**11.395**	**100,0%**	**10.020**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) janeiro-setembro.

(2) Última posição disponível em 10/03/2011.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

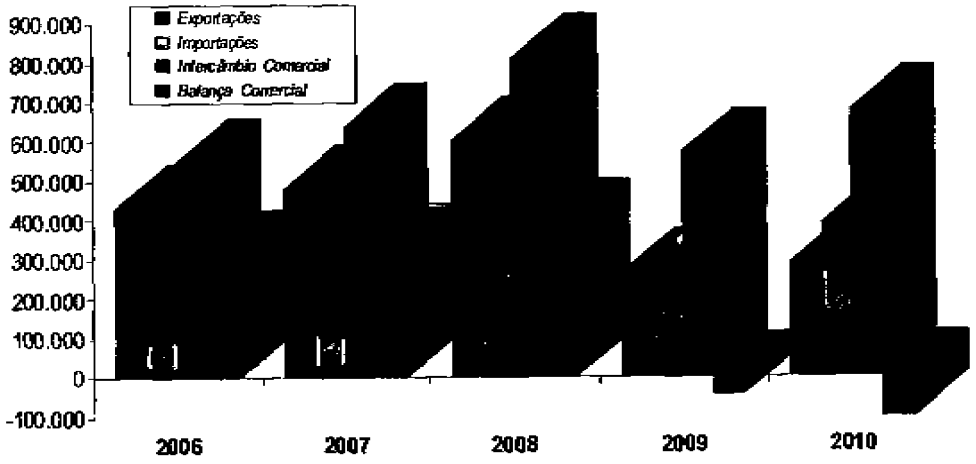
COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões - fob)		
Frutas, cascas de cítricos e de melões	1.006	11,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	957	11,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	918	10,5%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	764	8,8%
Produtos farmacêuticos	258	3,0%
Café, chá, mate e especiarias	220	2,5%
Preparações alimentícias diversas	218	2,5%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	216	2,5%
Plásticos e suas obras	146	1,7%
Plantas vivas e produtos de floricultura	136	1,6%
Borracha e suas obras	134	1,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	127	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	103	1,2%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	97	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	83	1,0%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	77	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	75	0,9%
Peixes e crustáceos, moluscos	68	0,8%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	57	0,7%
Vidro e suas obras	53	0,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	51	0,6%
Alumínio e suas obras	50	0,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	50	0,6%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	47	0,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha	45	0,5%
Subtotal	5.956	68,4%
Demais Produtos	2.755	31,6%
Total Geral	8.711	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição anual disponível em 10/03/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009[1]	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US$ milhões - cif)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.089	18,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	989	8,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	869	7,6%
Plásticos e suas obras	518	4,5%
Produtos farmacêuticos	404	3,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	384	3,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	325	2,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	258	2,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	180	1,6%
Cereais	187	1,6%
Ferro fundido, ferro e aço	180	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	174	1,5%
Produtos químicos orgânicos	128	1,1%
Borracha e suas obras	117	1,0%
Adubos ou fertilizantes	102	0,9%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc	97	0,8%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	94	0,8%
Preparações alimentícias diversas	93	0,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	90	0,8%
Subtotal	7.359	64,2%
Demais Produtos	4.099	35,8%
Total Geral	11.458	100,0%

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COSTA RICA
2006 - 2010

(US$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BASICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COSTA RICA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	53.889	8,9%	15.772	5,9%	36.007	12,4%
Cobre e suas obras	41.903	6,9%	5.389	2,0%	28.479	9,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	50.260	8,3%	22.611	8,5%	24.436	8,4%
Ferro fundido, ferro e aço	19.637	3,3%	23.364	8,8%	20.424	7,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	49.653	8,2%	38.903	14,7%	16.885	5,8%
Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, etc	13.010	2,2%	9.896	3,7%	15.544	5,4%
Borracha e suas obras	15.996	2,7%	9.466	3,6%	15.002	5,2%
Plásticos e suas obras	6.807	1,1%	7.213	2,7%	12.380	4,3%
Alumínio e suas obras	21.867	3,6%	12.749	4,8%	11.497	4,0%
Produtos farmacêuticos	15.079	2,5%	9.449	3,6%	10.627	3,7%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	13.361	2,2%	8.825	3,3%	10.449	3,6%
Peles, exceto a peleteria (peles com pelos), e couros	2.524	0,4%	2.797	1,1%	9.371	3,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	10.538	1,7%	8.618	3,2%	8.767	3,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	8.344	1,4%	7.614	2,9%	7.968	2,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	46.833	7,8%	32.311	12,2%	29	0,0%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc, suas partes e acessórios	125.207	20,8%	5	0,0%	3	0,0%
Subtotal	494.898	82,1%	214.982	81,0%	227.868	78,8%
Demais Produtos	108.177	17,9%	50.289	19,0%	61.478	21,2%
TOTAL GERAL	603.075	100,0%	265.271	100,0%	289.346	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos definidos segundos documento, tendo como base os valores apresentados em 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COSTA RICA (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	170.993	80,9%	274.746	89,8%	329.985	84,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	9.475	4,5%	11.982	3,9%	27.487	7,1%
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	0	0,0%	0	0,0%	8.208	2,1%
Borracha e suas obras	9.311	4,4%	6.569	2,1%	7.330	1,9%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc	2.162	1,0%	4.516	1,5%	5.084	1,3%
Plásticos e suas obras	925	0,4%	600	0,2%	1.506	0,4%
Alumínio e suas obras	2.430	1,2%	678	0,2%	546	0,1%
Subtotal	**195.296**	**92,4%**	**299.691**	**97,8%**	**380.146**	**97,9%**
Demais Produtos	**15.984**	**7,6%**	**6.754**	**2,2%**	**8.334**	**2,1%**
TOTAL GERAL	**211.280**	**100,0%**	**305.845**	**100,0%**	**388.480**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS COSTA RICA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL -COSTA RICA (US$ mil - fob)	2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, ciclos	666	3,6%	2.585	15,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.031	5,6%	1.842	10,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	298	1,6%	1.429	8,5%
Borracha e suas obras	989	5,4%	1.280	7,6%
Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc	986	5,4%	1.207	7,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	488	2,7%	732	4,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	124	0,7%	666	3,9%
Alumínio e suas obras	731	4,0%	651	3,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.325	7,3%	635	3,8%
Plásticos e suas obras	689	3,8%	514	3,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	11	0,1%	479	2,8%
Produtos farmacêuticos	639	3,5%	475	2,8%
Produtos químicos orgânicos	298	1,6%	372	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	449	2,5%	359	2,1%
Ferramentas, artefatos para cutelaria de metais comuns	62	0,3%	354	2,1%
Produtos químicos inorgânicos	169	0,9%	326	1,9%
Cobre e suas obras	4.841	26,5%	0	0,0%
Peles e couros	1.150	6,3%	0	0,0%
Subtotal	**14.946**	**81,9%**	**13.906**	**82,3%**
Demais Produtos	**3.313**	**18,1%**	**2.991**	**17,7%**
TOTAL GERAL	**18.259**	**100,0%**	**16.897**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.895	89,1%	28.875	80,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc	1.013	5,3%	3.430	9,6%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	167	0,9%	1.755	4,9%
Subtotal	**18.075**	**95,3%**	**34.060**	**95,4%**
Demais Produtos	**885**	**4,7%**	**1.636**	**4,6%**
TOTAL GERAL	**18.960**	**100,0%**	**35.696**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan/2011.

Aviso nº 263 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa Rica.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 90, DE 2011
(nº 180/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

Os méritos do Senhor Ánuar Nahes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de junho de 2011.

EMº 00274 MRE

Brasília, 30 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ÁNUAR NAHES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ÁNUAR NAHES que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

EM Nº 274 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ÁNUAR NAHES**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ÁNUAR NAHES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *ANUAR NAHES*
CPF.: 59254041815
ID.: 8121 MRE

1952	Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, nasce em 25 de maio, em Santa Adélia/SP
Dados Acadêmicos:	
1976	Letras pela Universidade de São Paulo
1978	Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale/SP
2003	CAE - IRBr, As Reparações da Guerra do Golfo e suas Implicações para o Brasil. A Comissão de Compensação das Nações Unidas
Cargos:	
1981	CPCD - IRBr
1982	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1992	Primeiro-Secretário
1997	Conselheiro
2005	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1983-84	Divisão da América Meridional II, assistente
1984-85	Divisão das Nações Unidas, assistente
1984	Seminário Internacional das Nações Unidas sobre Intolerância Religiosa, Genebra, Chefe de delegação
1985	Departamento de Coordenação e Planejamento, assistente
1985-86	Coordenadoria Especial de Imprensa, assistente
1986-89	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário
1989-92	Embaixada em Caracas, Segundo e Primeiro-Secretário
1992-95	Embaixada em Damasco, Primeiro-Secretário
1995	Divisão do Pessoal
1994	Embaixada em Beirute, Encarregado de Negócios em missão transitória
1995-1998	Divisão do Oriente Próximo, Chefe, Substituto e Chefe
1996	Missão na área de saúde à Autoridade Palestina, Gaza e Ramallah, Chefe de delegação
1998-01	Embaixada em Paris, Conselheiro
2002-03	Embaixada em Túnis, Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado
2003-04	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Diretoria-Geral, Assistente
2004-05	Divisão do Pessoal, Chefe
2005-07	Coordenação do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes, Coordenador
2006	Embaixada em Damasco, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007	Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes, Coordenador-Geral
2007	Embaixada em Doha, Embaixador
Condecorações:	
1983	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Bronze
1997	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
2001	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
Publicações:	
1983	Linguagem Diplomática: uma Abordagem Irônico-Lingüística, in Revista do Serviço Público, ano 39, n. 02, FUNCEP, Brasília.

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA DO IRAQUE

Maio de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

FEIRAS .....

COMUNIDADE BRASILEIRA NO IRAQUE .....

COMÉRCIO BILATERAL .....

EMPRÉSTIMOS E FINAICIAMENTOS OFICIAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR .....

DADOS ECONÔMICO COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

Nome Oficial:	República do Iraque
Capital:	Bagdá
Área:	437.072 km2 (o dobro de Roraima)
População:	28,9 milhões (est. julho/2009 – CIA)
Idioma oficial:	árabe, curdo (oficial nas regiões curdas), assírio, armênio.
Etnias (Censo de 2005):	árabes (75-80%); curdos (15-20%); turcomanos, assírios e outros (5%).
Principais religiões:	islâmica (97%, dos quais 60-65% são xiitas e 32-37% sunitas); cristãos e outros (3%).
Sistema político:	República Parlamentarista
Chefe de Estado:	Jalal Talabini (curdo)
Chefe de Governo:	Nuri Al Maliki (xiita)
Chanceler:	Hoshyar Zabari
Embaixador do Brasil:	Bernardo de Azevedo Brito (residente em Amã, Jordânia)
Embaixador do Iraque no Brasil:	Baker Fattah Hussen
PIB:	US$ 74,7 bilhões (est. 2009, EIU)
PIB per capita:	US$ 2.815 (2008, est. MRE)
PIB PPP:	US$ 103,9 bilhões (est. 2008, CIA)
PIB per capita PPP:	US$ 3.883 (est. 2009, EIU)
Unidade monetária:	Novo Dinar Iraquiano (NID$) - 1R$ = 717,36 NID$ (em 17/05/2011)
Comunidade brasileira estimada:	10 pessoas

PERFIS BIOGRÁFICOS

CHEFE DE ESTADO

PRESIDENTE JALAL TALABANI

Nascido em 1933, Jalal Talabani é um dos políticos mais experientes de seu país. De origem curdo-sunita, militou desde a juventude na União Patriótica do Curdistão (PUK), inicialmente como fundador do Sindicato de Estudantes. Rapidamente, ascendeu na hierarquia da organização, tornando-se, em pouco tempo, um de seus líderes.

Até sua primeira eleição para a Presidência iraquiana (07 de abril de 2005), Talabani era o principal dirigente do Partido, uma das duas mais importantes agremiações políticas que dominam a região ao nordeste do Iraque. O PUK recebe, tradicionalmente, apoio da população urbana e de elementos radicais. O principal adversário político de Talabani tem sido Mustafá Barzani, dirigente do Partido Democrático Curdo (KDP) , ligado a setores mais conservadores, e com quem manteve disputa nas últimas três décadas.

Talabani foi ferrenho opositor de Saddam Hussein, tendo lançado, no final da década de 1970, campanha armada para derrubar o regime baathista. Sofreu severo revés em 1988, quando o Governo iraquiano usou armas químicas contra os curdos, o que o levou a refugiar-se no Irã.

O atual Presidente iraquiano ressurgiu politicamente após a Guerra do Golfo, em 1991, quando os curdos se levantaram para derrubar o enfraquecido regime de Saddam Hussein. A declaração do Curdistão iraquiano como uma zona autônoma pela Aliança Ocidental marcou o início de uma curta lua-de-mel com o KDP, que permitiu a formação de um Governo de coalizão em 1992.

As tensões latentes entre os dois grupamentos levaram a uma confrontação que provocou guerra fratricida em 1994. Após esforços dos Governos americano e britânico, os dois rivais assinaram acordo de paz em Washington, em 1998, consolidado em 2002, quando já se prenunciava a invasão do Iraque pela Administração Bush.

A partir de então, os velhos inimigos tornaram-se aliados, compromisso que garantiu aos curdos cargos jamais obtidos no Governo central, como os de Chefe de Estado, cujas atribuições, apesar de cerimoniais, deram a Talabani influência considerável na discussão da nova Constituição do país. Ambos os partidos se pronunciaram contra a idéia de uma independência curda, defendendo a autonomia de sua região, em um Iraque unido e federalizado. Talabani tem sabido exercer um papel significativo no processo de aproximação intersectária no Iraque.

Com 78 anos, Jalal Talabani tem apresentado problemas de saúde e esteve internado durante três semanas em fevereiro-março de 2007 em hospital de Amã por uma combinação de problemas pulmonares, fadiga e infecções menores. Em fins de maio de 2007, Talabani viajou para os Estados Unidos para fazer exames e descansar durante três semanas.

Apesar de, em entrevista concedida em Teerã em 11 de março de 2009, Talabani ter anunciado que não pleitearia um segundo mandato por ocasião das eleições de 16 de janeiro de 2010, o referido político curdo foi reempossado Presidente da República em 11 de novembro de 2010, pelo Parlamento de seu país.

CHEFE DE GOVERNO

PRIMEIRO-MINISTRO NURI AL MALIKI

Nuri Kamel Mohammed Hassan (Jawad al Maliki) pertence à etnia xiita e nasceu em 1950, em um pequeno vilarejo próximo a Karbala.

Durante os estudos universitários, sentiu-se atraído pelas propostas reformistas do Partido *Dawa*, fundado logo após a queda da monarquia, em 1958. Com efeito, durante o período denominado por alguns historiadores de "Iraque revolucionário", duas tendências nacionalistas e reformadoras mutuamente excludentes atraíam a juventude para a militância nas novas agremiações políticas nacionais. A primeira, mais restrita às fronteiras estabelecidas pelo Império Britânico, teve maior acolhida nas fileiras do Partido *Baath* ("renascimento"), enquanto a segunda, centrada na dimensão étnica e religiosa, encontrou guarida em partidos islamistas como o *Dawa*.

De forma semelhante a seu antecessor, Ibrahim al Jafaari, Al Maliki foi também exilado a partir de 1980, quando Saddam Hussein baniu o *Dawa* por alegada vinculação ao Irã, após ter mandado assassinar o

Xeque Muhamad Al-Sadr, então líder daquele Partido. Sentenciado à pena de morte pelo regime baathista, Nuri Kamel passou a chamar-se Jawad al Maliki durante os anos em que permaneceu refugiado na Síria. Depois de se opor severamente à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, al Maliki voltou a Bagdá em 2003, integrando-se rapidamente à nova conjuntura política iraquiana. Colaborador da administração civil estadunidense, Jawad al Maliki participou ativamente da Comissão de "Desbaathificação", instituída durante a administração de Paul Bremer.

Eleito para o Conselho de Representantes nas legislativas de janeiro de 2005, al Maliki foi escolhido Vice-Presidente (*Deputy Speaker*) da Assembléia Nacional interina. Membro da comissão redatora do projeto de Constituição, passou a ser um dos principais articuladores das negociações levadas a efeito especialmente entre curdos e xiitas, as quais viabilizaram a aprovação parlamentar do texto constitucional, posteriormente referendado pela população.

Assumiu, pela primeira vez, o cargo de Primeiro-Ministro em abril de 2006, em substituição a seu colega de partido, Ibrahim al Jafaari. Em 21 de dezembro de 2010, após difíceis negociações, foi nomeado novamente Primeiro-Ministro do Iraque.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
HOSHYAR ZEBARI

Nasceu em 1953, na cidade de Aqra, Curdistão iraquiano, e formou-se em sociologia em Mosul, tendo obtido mestrado em sociologia na Universidade de Essex, no Reino Unido.

Durante seus estudos na Grã-Bretanha, Zebari exerceu militância política, tendo assumido a direção do Comitê de Estudantes Iraquianos no Exterior, além de ter sido membro fundador da Sociedade de Estudantes do Curdistão.

Em 1979, foi eleito para o Comitê do Partido Democrático do Curdistão, tendo participado na campanha de resistência armada contra o regime de Saddam Hussein, entre 1980-1988. Foi eleito membro do Partido Democrático do Curdistão (PDK) em 1980 e passou a exercer as funções de Representante do Front do Curdistão na Europa, atuando como porta-voz dos curdos durante a Guerra do Golfo em 1991.

No mesmo ano, foi designado Chefe do Escritório de Relações Exteriores do PDK, função que exerceu até 2003, quando foi apontado Ministro de Relações Exteriores pelo Conselho Governativo do Iraque (ainda sob a gestão norte-americana de Paul Bremer). Durante todo aquele período, atuou intensamente na esfera diplomática. Em 1994, Zebari foi o principal negociador do processo de pacificação curda e das conversações dele decorrentes, realizadas em Paris, Dublin, Ancara, Londres e Washington, e que resultaram, em 1988, no Acordo de Paz de Washington entre o PDK e a União Patriótica do Curdistão.

Em junho de 2004, o Governo interino do Iraque, chefiado pelo Primeiro-Ministro Allawi, confirmou-o nas funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, posição que manteve nos Governos de Ibrahim al Jafaari e Nuri al Maliki.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Iraque estabeleceram relações diplomáticas em 01 de dezembro de 1967. Em 1968, a Embaixada do Brasil em Bagdá foi estabelecida, a partir de cumulatividade com a Embaixada em Damasco. O Iraque acreditou, em 1971, seu primeiro Embaixador no Brasil. Nossa Missão diplomática residente em Bagdá iniciou operações em 1972.

Nas décadas de 1970 e 1980, Brasil e Iraque mantiveram intenso relacionamento bilateral, decorrente da complementaridade entre as duas economias. A relativamente pequena produção nacional de petróleo forçava o Brasil a importar grandes quantidades do produto, com vistas a manter em funcionamento o setor produtivo. O Iraque, por sua vez, era um dos principais produtores mundiais de petróleo, e por causa da elevação brutal dos preços do produto no mercado externo, havia-se tornado o país com o maior programa de investimentos em infra-estrutura em todo o mundo em desenvolvimento.

Havia, ainda, uma forte relação de parceria entre os dois Governos, uma vez que o Brasil fora um dos primeiros países a se solidarizar com o Iraque, logo após a nacionalização das empresas de petróleo do país, em 1971. Mantiveram-se, na ocasião, as importações do óleo iraquiano, a despeito do embargo decretado pelos países desenvolvidos. Brasil e Iraque eram também países com aspirações comuns e possuíam ambições maiores no cenário internacional; em razão disso,

cooperaram tanto em projetos militares quanto na busca de maior intercâmbio e reciprocidade comercial.

O Iraque, naquela época, tornou-se o único país a vender petróleo ao Brasil, sem a exigência de garantias ou cartas de crédito. Por falta de divisas suficientes para adquirir o produto, as importações eram pagas, em parte, com contratos de prestação de serviços. Essa complementaridade de interesses trouxe benefícios para ambos os países, durante muitos anos. Enquanto o Brasil obtinha um substancial alívio cambial, o Iraque executava seu projeto de modernização de infra-estrutura, apoiando-se, em parte, em nossas empreiteiras.

No entanto, após o início da guerra entre o Irã e o Iraque, em 1980, o relacionamento bilateral tornou-se complexo e oneroso. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para gastos decorrentes do conflito e, conseqüentemente, a atrasar os pagamentos devidos às empresas brasileiras. O Brasil, entretanto, continuava dependente da importação do petróleo iraquiano. Por essa razão, foram realizadas diversas operações financeiras entre empresas nacionais prestadoras de serviços e instituições de direito privado controladas pelo Governo brasileiro, como o Banco do Brasil e a Petrobrás, de modo a permitir a continuidade das obras de infra-estrutura no Iraque.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o Governo brasileiro acatou determinação da ONU que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. Essa medida acabou acarretando a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas, um dos principais pontos, aliás, de nossa futura agenda bilateral, já que não participamos, em 2004, da negociação no Clube de Paris que perdoou parte expressiva da dívida externa do Iraque. Naquela ocasião, foi desativada a Embaixada brasileira em Bagdá.

Na crise internacional desencadeada pela invasão do Iraque em 2003, a posição brasileira refletiu a postura tradicional do Brasil de defesa de princípios como o da responsabilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos assuntos relativos à paz e à segurança internacional e o da não interferência em assuntos internos de países soberanos. Nesse sentido, favoreceu, apoiou e empreendeu esforços tendentes a propiciar a preservação da paz e, na eclosão do conflito, ao reiterar a convicção de que não tinham sido esgotadas todas as possibilidades para uma solução pacífica da crise, lamentou o desencadeamento das hostilidades e a desconsideração da responsabilidade do CSNU nessa matéria.

O Governo brasileiro se manteve favorável à plena reinserção da ONU no processo de reconstrução e reorganização política do Iraque e esperava que fosse alcançado consenso entre as diferentes facções políticas, religiosas e étnicas do país. Considerava importante que o novo regime político mantivesse a integridade territorial do Iraque e viabilizasse a participação eqüitativa e condizente dos diversos componentes da sociedade local em sua administração. Nesse sentido, foi favorável à realização de eleições no país, transparentes e conduzidas de forma independente.

O Brasil acompanhou com atenção a realização da Conferência de Doadores para o Iraque, realizada em Madri, em outubro de 2003, tendo em vista a perspectiva de reconstrução do Iraque e a recuperação dos laços bilaterais econômicos e comerciais pré-existentes.

Em 28 de junho de 2004, teve lugar a assunção do Governo interino do Iraque, conforme previsto na Resolução 1546. Nesse mesmo contexto, em 30 de janeiro de 2005, realizaram-se eleições legislativas. O Brasil manifestou satisfação com a realização das eleições, como passo importante e positivo no processo de transição, e elogiou o papel fundamental das Nações Unidas em sua implementação. Observou a necessidade de inclusão dos grupos que se alienaram do processo eleitoral no quadro de transição política, com vistas a que a nova estrutura pudesse refletir os diversos segmentos da sociedade iraquiana.

Em maio de 2005, em sua primeira viagem ao exterior após a assunção do novo Governo provisório, o Presidente Talabani chefiou a delegação iraquiana presente à Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília. Na Declaração de Brasília, os países signatários enfatizaram o respeito à unidade, a soberania e à independência do Iraque e a não-interferência em seus assuntos internos.

Em junho de 2005, o Ministro Celso Amorim participou, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Européia e pelo Governo dos Estados Unidos da América. A Conferência de Bruxelas constituiu oportunidade para a discussão, entre representantes do Governo iraquiano e cerca de 80 representantes de países e de organizações internacionais, sobre temas como reconstrução econômica, processo político e situação institucional iraquianas. Na ocasião, o Chanceler brasileiro expressou o apoio à proposta do Presidente Talabani de criação de um banco bi-regional entre a América do Sul e o mundo árabe, e informou da intenção do Governo brasileiro de reativar, gradualmente, a Embaixada em Bagdá e retomar o relacionamento

bilateral nos níveis anteriores aos da Guerra do Golfo. O Brasil, além de El Salvador foi o único país da América Latina a ser convidado.

Embora o contexto histórico e geopolítico atual se tenha alterado radicalmente (no Brasil, praticamente, não mais existe a dependência externa de petróleo, que fazia do Iraque um país de vital importância para os nossos interesses), sempre será relevante, no âmbito de nossa inserção no Oriente Médio, o relacionamento com Bagdá, principalmente à medida que o Brasil se torna, cada vez mais, um "global player". O Iraque, por sua vez, necessitará recuperar sua infraestrutura, abalada por anos de embargo, pela invasão e por sucessivos atos terroristas. Nesse contexto, abrir-se-ão perspectivas promissoras para as empresas brasileiras retomarem a posição de prestígio e confiança de que desfrutavam há cerca de duas décadas.

Em julho de 2007, o Brasil ofereceu refúgio a cem palestinos do Campo de Ruwaishid, localizado na Jordânia, a 70km da fronteira com o Iraque. Os refugiados, antes residentes no Iraque, foram enviados, a partir de setembro de 2007, em três grupos ao Brasil, tendo prioridade famílias com crianças e pessoas idosas, das quais 22 serão instaladas no Estado de São Paulo e 18 no Rio Grande do Sul. O Brasil ofereceu cuidados médicos, acomodações e recursos necessários durante os primeiros 24 meses, além de aulas de português antes e depois da vinda ao país.

FEIRAS

De 13 a 14 de setembro de 2005, realizou-se, em Amã, Jordânia, a feira "Brasil na Reconstrução do Iraque", organizada pela APEX e pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque. O sucesso do empreendimento incentivou os organizadores a incluir a participação do Brasil na exposição "Rebuild Iraq 2006 – The 3rd International Trade Exhibition for Rebuilding Iraq", que ocorreu em abril de 2006, em Amã.

Além disso, desde 2007 a Embaixada junto ao Iraque tem participado com estande próprio na "Kurdistan DBX International Trade Show", realizada anualmente no mês de novembro. Na edição de 2009 do mencionado certame, a organização e o funcionamento do estande brasileiro contaram com o apoio da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, cujo secretário-geral, dr. Michel Alaby, deslocou-se até Sulaymaniyah com o Embaixador Bernardo Brito no período de 11 a 14/11/2009.

Em 2010, a Embaixada do Brasil manteve pela primeira vez um stand na "Erbil International Fair", na capital da Federação Curda. Ao

lado do stand oficial, encontrava-se o stand da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Na prática, os dois stands se completavam, com o stand da Embaixada distribuindo material informativo de diferentes empresas, e com o stand da Câmara de Comércio exibindo uma incubadora, bem como cartazes de duas firmas produtoras de móveis.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO IRAQUE

Não há informações sobre o total da comunidade brasileira residente no Iraque. Sabe-se que ela é, no presente, muito diminuta, inferior a uma dezena de cidadãos, que se encontram no país a serviço de organizações internacionais, ONGs e missões religiosas. Não há, tampouco, Conselho de Representantes e repartições consulares de carreira ou honorárias naquele país.

No Brasil, residem em caráter permanente 184 iraquianos; em caráter provisório, 16; e na condição de refugiados, 82, segundo informações da Polícia Federal em 25/08/2010.

COMÉRCIO BILATERAL

Em comparação às cifras verificadas durante as décadas de 1970 e 1980, o intercâmbio bilateral apresentou substancial redução, motivada pelos embargos da ONU no período 1990-2003. Em 2010, o Brasil exportou ao parceiro USD 287 milhões - sendo que 65% desse valor corresponderam a vendas de carne de frango e derivados – e dele adquiriu USD 738 milhões, em sua maior parte de combustíveis e hidrocarbonetos. O Iraque é o único país da região do Golfo com o qual Brasil tem apresentado déficits na balança comercial desde 2003.

Com a normalização da situação securitária no Iraque, as exportações brasileiras deverão crescer gradualmente e reduzir esse desnível comercial pró-Bagdá. No entanto, empresas brasileiras não se têm empenhado em realizar atividades de prospecção comercial in loco no país árabe, em virtude do problema de segurança e da repercussão, ainda presente na memória, do seqüestro e da execução de engenheiro brasileiro a serviço de construtora nacional naquele país em 2005.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Em novembro de 2004, o Iraque negociou, junto ao Clube de Paris, a remissão de 80% do estoque de sua dívida junto a diversos outros governos, a ser concedida em três fases. A terceira fase, na qual parcela de 20% do estoque da dívida será perdoada, entrou em vigor no fim de dezembro de 2008.

O Brasil não assinou a ata do Clube de Paris relativa às negociações com o Iraque. No entender do Governo brasileiro, o rito que conduziu ao perdão da dívida iraquiana foi imperfeito. No momento, o Iraque é o maior devedor do Brasil em default.

O Clube de Paris vem solicitando ao Brasil que entre em acordo com os iraquianos em termos semelhantes aos da ata retromencionada. A posição brasileira é a de não negociar com o Iraque até que pendências judiciais internas sobre a titularidade da dívida sejam resolvidas.

POLÍTICA INTERNA

O território que hoje constitui o Iraque integrava o Império Otomano, desmembrado em 1920, em conseqüência da I Guerra Mundial. A Liga das Nações submeteu o atual território iraquiano à tutela britânica, por meio de mandato. Em 1921, Faissal Hussein foi coroado primeiro rei iraquiano, com o apoio dos britânicos. O Iraque tornou-se Estado independente em 1932.

Em 1958, o General Abd al Karim Qasim derrubou a monarquia e instaurou a República, fazendo-se primeiro-ministro e instalando um regime nacionalista de esquerda, que persistiu até 1963, quando o Partido Socialista Árabe Baath liderou golpe de Estado, tornando Presidente Abd al Salam Muhammad Arif. Três anos depois, Abd al Raman Muhammad Arif sucedeu ao irmão, morto em acidente de helicóptero. Em 1968, Abd al Raman foi deposto em novo golpe de Estado promovido pelo Baath. Seu sucessor foi então o General Ahmad Hassan al Bakr.

Em 1972, o Iraque nacionalizou a petrolífera IPC ("Iraq Petroleum Company") e, em 1975, Irã e Iraque assinaram tratado de paz que se propunha definitivo. Quatro anos depois, o presidente Al Bakr

renunciou, sendo sucedido pelo Vice-Presidente e sobrinho Saddam Hussein, que vinha tendo importante participação sobre a política iraquiana desde 1973, com domínio sobre os serviços de segurança e militares.

Em 1980, o Iraque invadiu o Irã visando a assumir o controle do canal Shatt al Arab, de acesso ao Golfo. Saddam Hussein procurava, assim, assumir o papel de protetor dos árabes da região do Golfo contra as aparentes ameaças do regime revolucionário islamista implantado no Irã no ano anterior. Em 4 de setembro de 1980, o Irã bombardeou cidades iraquianas próximas à fronteira. Para o Iraque, o ataque representou o início da guerra entre os dois países. No mesmo mês, o Iraque denunciou o tratado de paz assinado em 1975 com o Irã. A guerra entre os dois países se estendeu até 1988.

No início da década de 1990, o Iraque alegou que o Kuaite havia aumentado sua produção de petróleo com o intuito de reduzir o preço do barril no mercado internacional e, conseqüentemente, diminuir as receitas iraquianas provenientes da exportação dessa commodity. Ademais, acusava os kuaitianos de roubar petróleo dos campos fronteiriços. Baseado nessas acusações, e na aspiração de Saddam Hussein de consolidar o papel do Iraque de potência regional, as tropas iraquianas invadiram o Kuaite em 2 de agosto de 1990. Uma coalizão militar internacional, liderada pelos Estados Unidos, expulsou o exército iraquiano do país em 24 de fevereiro de 1991, depois de cinco semanas de ataques aéreos e quatro dias de combate terrestre. Em 3 de março de 1991, o Iraque aceitou os termos do cessar-fogo da Guerra do Golfo. O episódio levou à punição do país árabe em forma de sanções econômicas impostas pela ONU, que agravaram as condições sociais e econômicas da população iraquiana. A escassez de importações, a hiperinflação e a superdesvalorização do dinar levaram ao aumento dos índices de pobreza e de má nutrição no país.

Em 1991, a União Européia aprovou, em Luxemburgo, a criação de uma zona de segurança ao norte do Iraque para proteção da população curda. Ainda no mesmo ano, os Estados Unidos ordenaram que o Iraque acabasse com toda atividade militar na região do Curdistão. Dois anos depois, foi instituída zona de exclusão aérea também no sul do Iraque. Em 1994, a Assembléia Geral do Iraque reconheceu as fronteiras do Kuaite e a independência do país. No ano seguinte, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o país a retomar parte de suas exportações de petróleo para comprar alimentos e medicamentos, o chamado programa "Oil-for-Food", e Saddam Hussein vencia referendo, conseguindo estender seu mandato presidencial por mais sete anos. Em abril de 1998, relatório da

Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM, um regime de inspeção criado para assegurar que o Iraque eliminaria seu programa de armas de destruição em massa) atestou que o Iraque ainda possuía armas químicas e biológicas. A UNSCOM retirou, então, seus inspetores do Iraque, devido às alegadas práticas de obstrução, praticadas pelo Governo local, em relação a suas atividades.

Depois da evacuação dos funcionários da ONU, os Estados Unidos bombardearam alvos do país, na tentativa de destruir o arsenal de armas químicas e biológicas. Em dezembro de 1999, uma resolução da ONU propôs o fim das sanções ao Iraque, caso viesse a cooperar com os inspetores de armas daquela Organização Internacional. Bagdá rejeitou a resolução. Em maio de 2001, Qusay Husseim, filho mais novo de Saddam Hussein, foi eleito líder do partido governista Baath. A escolha alimentou especulações de que ele estaria sendo preparado para suceder o pai.

Em fevereiro de 2002, o então presidente americano George W. Bush incluiu o Iraque no chamado "Eixo do Mal", abrindo possibilidades de ataque para uma mudança de regime no país. Em maio seguinte, o CSNU aprovou a resolução 1409, modificando o regime de sanções ao Iraque e substituindo o embargo a vários produtos por sanções destinadas, sobretudo, a equipamentos militares. Em agosto do mesmo ano, o Iraque convidou o chefe da equipe de inspeção de armamentos da ONU, Hans Blix, a negociar a retomada das vistorias e, em setembro, o então presidente George W. Bush solicitou a líderes mundiais, reunidos na Assembléia Geral da ONU, que combatessem o Iraque ou que ao menos não se opusessem a um eventual ataque americano.

Em outubro de 2002, Bagdá propôs que inspetores da ONU vistoriassem dezenas de instalações militares do país, proposta rejeitada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Os dois países condicionaram a retomada das inspeções à aprovação de uma resolução do CSNU que obrigasse o Iraque a entregar uma lista com todos os seus supostos armamentos nucleares, químicos e biológicos. Os Governos americano e britânico exigiram, também, que as Nações Unidas autorizassem o uso da força contra Bagdá, caso suas exigências não fossem cumpridas. Em 8 de novembro de 2002, o CSNU aprovou, por unanimidade, a resolução 1441, que exigia que o Iraque se desfizesse de qualquer arma de destruição em massa em seu poder.

No dia 19 de março de 2003, tropas norte-americanas e britânicas, auxiliadas por contingentes poloneses, dinamarqueses e

australianos, iniciam a invasão do território iraquiano e o conseqüente processo de derrubada do regime baathista de Saddam Hussein. É o ponto de partida de um período de ocupação militar do país por tropas da Coalition of the Willing (integrada posteriormente por países como Japão, El Salvador e Geórgia, entre outros). Tal período se estendeu, pelo menos no plano formal, até 28 de junho de 2004, quando, conforme previsto pela resolução CSNU 1546, a administração do país foi transferida a um Governo interino composto por cidadãos iraquianos, liderado pelo primeiro-ministro Iyad Allawi, um inimigo do regime baathista que havia vivido como exilado nos EUA. Durante a dita ocupação, o Iraque foi governado por sucessivos administradores civis norte-americanos *ad interim* (Jay Garner, de março a maio de 2003; Paul Bremer, de maio de 2003 a abril de 2004 e John Negroponte, de abril de 2004 a abril de 2005). O mandato do Governo interino do Iraque se estenderia até a realização de eleições legislativas, que dariam margem à formação de um Gabinete.

O referido pleito eleitoral teve lugar em 30 de janeiro de 2005, em clima de extrema instabilidade interna, mas a necessidade de legitimar uma liderança representativa era mais premente. O resultado das eleições, com a maioria dos grupos xiitas (inclusive os confessionais) em primeiro lugar, os curdos em segundo e o grupo de xiitas e sunitas seculares liderados pelo Primeiro-Ministro Iyad Allawi, em terceiro, estabeleceu alguns parâmetros pelos quais a política interna iraquiana passou a se pautar.

Em 7 de abril de 2005, após dois meses de complexas negociações entre as diversas facções políticas, e com clara disposição de não excluir nenhum grupo político do poder, nem mesmo aqueles que haviam boicotado as eleições (em especial, os sunitas), o Parlamento iraquiano elegeu novo Governo provisório, tendo como Presidente da República o curdo Jalal Talabani, como Primeiro-Ministro o xiita Ibrahim al Jaafari e como Vice-Presidentes o sunita Gazi Yawer e o xiita Adel Abdul Mahdi.

A redação de nova Constituição foi concluída no prazo estipulado pelo cronograma das mencionadas negociações interpartidárias, apesar das pressões da crescente violência dos atentados terroristas que visavam a protelar a instalação de um Estado de direito. Entretanto, a insatisfação de grupos que não se sentiam devidamente amparados pelo novo texto impediu sua aprovação imediata. Após intensas negociações, o Parlamento finalmente aprovou o texto constitucional em 18 de setembro de 2005, ainda a tempo para sua submissão a referendo popular em 15 de outubro de 2005, em conformidade com o cronograma. Não obstante, a

necessidade de se cumprirem os prazos estabelecidos fez com que os temas mais controversos da Constituição, como a definição de federalismo e descentralização, a distribuição das riquezas do petróleo, a extinção do partido Baath, a identidade nacional e a influência do islamismo no ordenamento jurídico permanecessem em aberto, para discussões posteriores.

Em 15 de dezembro de 2005, foram realizadas eleições legislativas para a escolha de uma nova Assembléia que se encarregaria de compor um Governo permanente até 31 de dezembro de 2005. A coalizão xiita da Aliança Iraquiana Unida (AIU), com 17 partidos, encabeçados pelo Partido Islâmico Dawa, do então Primeiro-Ministro Ibrahim al Jaafari, e pelo então Supremo Conselho para a Revolução Islâmica (SCIRI), hoje Supremo Conselho Islâmico Iraquiano (SCII) , de Abdel Aziz Hakim, obteve 128 dos 275 assentos e conseguiu indicar o Primeiro-Ministro e boa parte do Gabinete.

Estabelecendo-se comparação com a morfologia social e cultural do Iraque, percebe-se que os 15 milhões de eleitores privilegiaram aspectos étnicos e religiosos para definir suas escolhas, uma vez que o tamanho dos blocos curdo, árabe sunita, árabe xiita e minorias, correspondeu aproximadamente ao peso demográfico de cada um daqueles segmentos na população do país.

Não obstante esses avanços iniciais no sentido da construção de um regime democrático no Iraque, teve lugar após a queda de Saddam Hussein um processo de crescente violência interna, resultante, inicialmente, da erosão do sistema policial instalado pelo ditadura baathista e do processo de rejeição à presença de tropas estrangeiras no país. Aos poucos, no entanto, esse ciclo de violência foi se aprofundando e adquirindo maior complexidade, ao passar a refletir a disputa por espaços de poder e pela mera sobrevivência quotidiana entre os diferentes segmentos políticos, étnicos e religiosos.

Ao final de fevereiro de 2006, o atentado ao santuário xiita "Al-Askaryia", em Samarra – cuja autoria foi atribuída a milícias sunitas radicais, descontentes com seu afijamento do poder e com o processo de perseguição declarada aos ex-baathistas - levou a uma escalada das tensões entre xiitas e sunitas no país e à decisão da frente de partidos árabe-sunita de abandonar as negociações para a formação de um Governo de unidade nacional. Tal decisão representou revés adicional para os planos da coalizão anglo-americana no Iraque, à medida que a inclusão de representantes sunitas no pretendido Governo de unidade nacional era

considerada passo imprescindível para derrotar a insurgência e dar início à retirada das forças de ocupação do país. A delicada conjuntura interna passou a apresentar indícios de que evoluiria para uma guerra civil.

Em 20 de abril de 2006, o então primeiro-ministro Al-Jafaari, após ameaçar bloquear as eleições para as Presidências da República e do Conselho de Representantes (o parlamento iraquiano), viu sua posição política diante do Parlamento consideravelmente fragilizada e negociou sua própria renúncia, em troca de uma indicação do seu sucessor, Jawad Al-Maliki, também do Partido Dawa, que encabeça a coligação xiita (AIU) vencedora das eleições parlamentares de dezembro de 2005.

Em agosto de 2006, em um claro esforço para reverter a idéia de que o Iraque estaria entrando ou já estaria em guerra civil, as autoridades iraquianas, norte-americanas e britânicas adotaram novas medidas de segurança. Washington, numa tentativa de fortalecer a operação de segurança, teria determinado a transferência de 12 mil soldados para Bagdá, numa mudança clara de estratégia de segurança, que passou, desde então, a se concentrar em bairros específicos da capital e não mais em grandes áreas urbanas. Contudo, os resultados positivos provisoriamente alcançados começaram a se dissipar cedo. Já a partir de 27 de agosto de 2006, nova onda de bombas e de tiroteios assolou o Iraque, de norte a sul. Em conseqüência, as forças estadunidenses de ocupação foram acrescidas de 18.000 homens, de modo a elevar seu total de 127 mil para 145 mil. Acredita-se que a falta de segurança e o caos que prevaleciam, então, resultassem não só da ação de insurgentes sunitas, mas sim fruto da divisão interna entre os xiitas.

Sob enorme pressão dos países árabes sunitas e dos Estados Unidos sobre o Executivo e o Legislativo iraquianos, foi aprovada no Parlamento iraquiano, em janeiro de 2008, a lei de reversão do processo de "desbaathificação" que caracterizou a política interna do país no período 2003-2006. Alguns países, como o Egito, aplaudiram a decisão e afirmaram a impossibilidade de se reduzir a violência político-sectária que assola a realidade iraquiana sem que compromissos similares do Gabinete Maliki em reverter o processo deliberado de marginalização dos sunitas no processo político nacional sejam adotados.

Na última semana de novembro de 2008, o parlamento iraquiano aprovou o acordo sobre a permanência das forças armadas dos EUA em território iraquiano (Status of Forces Agreement) pelo qual os últimos contingentes norte-americanos deixariam o país árabe até 31 de dezembro de 2011.

Em 03 de março de 2010, realizaram-se eleições parlamentares no Iraque. cujos resultados forma homologados em 01/06/10 pela Corte Suprema do país. Os diferentes partidos e coalizões se mantiveram nas posições que já se conheciam, ou seja, com a "Iraqiya", de Ayad Allawi, com 91 parlamentares; com a "Aliança Estado de Direito", do Primeiro-Ministro Nouri Al-Maliki, com 89 parlamentares; com a "Aliança Nacional Iraquiana", de clérigos Moqtada Al-Sadr e Ammar Al-Hakim, com 70 parlamentares; com a "Lista Curda", de Massoud Barzani e Jalal Talabani, com 43 parlamentares; com a "Lista Mudança" (oposição curda), com 8 parlamentares; com a "Frente Iraquiana da Concórdia", de políticos sunitas que optaram por não ingressar na "Iraqiya", com 6 parlamentares; com a "Aliança da Unidade do Iraque", de Jawad Bulani, com 4 parlamentares; com a "Aliança Islâmica" (oposição curda) com 4 parlamentares; com o "Grupo Islâmico" (oposição curda) com 2 parlamentares; e com as minorias religiosas do Iraque, finalmente, sendo representadas por 8 parlamentares. Após difíceis negociações, em novembro de 2010 o Primeiro-Ministro Nouri al Maliki foi mantido no cargo para um novo mandato de 04 anos.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a assunção do Governo Transitório, em 7 de abril de 2005, a política externa do Iraque tem-se norteado pela necessidade de regularizar seus vínculos com a comunidade internacional e de estabelecer boas relações com os países vizinhos, inclusive com aqueles considerados inimigos pelo Governo de Saddam Hussein, como o Kuaite e o Irã.

Submetido a grande isolamento depois da Guerra do Golfo, em 1991, mesmo no período imediatamente após a queda de Saddam Hussein o Iraque continuou a ser tratado com desconfiança por grande parte dos países da comunidade internacional, que condenaram a invasão, criticaram a instalação do CPA e fizeram restrições ao então Governo interino do então Primeiro-Ministro Allawi. O Governo que assumiu necessitava do apoio internacional até mesmo para legitimar-se internamente, pois precisava dissociar-se da imagem de que estaria no poder por contar com o beneplácito norte-americano e britânico.

Por outro lado, seja por restrições políticas, seja por cautela, tanto os organismos internacionais quanto diversas potências mundiais mantiveram-se afastados do processo de reconstrução do Iraque. As próprias Nações Unidas ainda lembram o abalo provocado pelo atentado que vitimou 22 de seus funcionários em agosto de 2003, entre eles o

brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral Kofi Annan.

Do ponto de vista dos direitos humanos, os combates no Iraque em 2003 e a subseqüente ocupação militar do território por tropas da Coalizão liderada pelos Estados Unidos geraram uma primeira onda de refugiados e deslocados internos, ao mesmo tempo em que o colapso da ordem baathista propiciou o retorno de aproximadamente 300.000 iraquianos exilados pelo regime de Saddam Hussein. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) acreditava que esse fluxo inicial seria estancado e se reverteria com a estabilização política promovida pela instalação de um regime democrático no país.

No entanto, os conflitos sectários iniciados com o ataque de insurgentes sunitas contra a "Mesquita Dourada" (templo xiita) de Samarra em fevereiro de 2006 geraram forte instabilidade e uma segunda leva, de gigantescas proporções, de refugiados e de deslocados internos iraquianos. O quadro de violência ampliou-se, abrangendo até hoje não só hostilidades de grupos xiitas contra sunitas e vice-versa, mas também rixas internas de caráter tribal dentro de cada seita e os diversos movimentos de resistência contra as tropas estrangeiras que ocupavam o país e contra autoridades iraquianas.

Como resultado desse processo, os países vizinhos do Iraque passaram a receber um enorme influxo de refugiados iraquianos, que acabou por desequilibrar, parcialmente, o funcionamento de seus sistemas políticos e econômicos. Em abril de 2007 aos dois milhões de iraquianos ora refugiados no exterior somava-se outro tanto de deslocados internos dentro do território daquele país mesopotâmico, segundo estatísticas compiladas pelo ACNUR. De acordo com os mesmos dados, os deslocados iraquianos se dividiriam da seguinte forma:

Iraque : 43%
Síria e Jordânia: 44%
Outros países do Oriente Médio: 9%
Europa: 4%
Resto do mundo: 0,5%

Nesse contexto, em 2008 a Síria era o país que mais acolhia refugiados iraquianos (1,2 milhão), seguida de Jordânia (550 mil), Egito (100 mil), Irã (54 mil), Alemanha (52,9 mil), Líbano (40 mil), Reino Unido (22,3 mil), Holanda (21,8 mil), Suécia (21,1 mil), Austrália (11,1 mil), Dinamarca (10,7 mil), Turquia (10 mil) e Noruega (8,5 mil).

O Governo iraquiano tem empreendido processo de reinserção de seu país no sistema internacional desde 2003, em que as principais vertentes são: a) tentativa de retirada do país do tratamento do Capítulo VII da Carta da ONU, que autoriza o uso eventual de sanções contra o Iraque; b) normalização das relações com os países vizinhos, em que os mesmos desempenhem papel estabilizador na política interna iraquiana; c) retirada das tropas norte-americanas do Iraque, prevista para 31/12/2011, e sua paulatina substituição por forças iraquianas, que assumirão as tarefas de segurança interna e externa do país.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No início da década de 1980, o Iraque enfrentou sérios problemas econômicos, decorrentes, sobretudo, do elevado endividamento provocado pela guerra de oito anos com o Irã, quando teria perdido cerca de US$ 100 bilhões entre gastos em armamentos e queda de receita petrolífera. Após o fim das hostilidades em 1988, as exportações de petróleo gradualmente se ampliaram, com a construção de oleodutos e a recuperação de instalações.

No entanto, a subsequente invasão do Kuaite, seguida da Guerra do Golfo (1990) e do regime de sanções imposto pelas Nações Unidas, tiveram efeito devastador no país. A renda per capita, que havia alcançado US$ 3.600, em 1980, caiu para cerca de US$ 600, em 2003. Após a queda de Saddam Hussein, o Iraque passou a conhecer leve recuperação. O nível de desemprego, em 2003, atingiu 50% da força de trabalho, com tendência, no entanto, a um forte declínio. O Governo concentra cerca de 30% da mão-de-obra disponível, empregando cerca de um milhão de pessoas e perde apenas para a agricultura como principal absorvedor da força de trabalho no país.

Os pagamentos feitos pelo Iraque ao Governo do Kuaite montam US$ 24 bilhões e, à luz da média dos últimos anos, baseada no recolhimento de 5% da venda de petróleo iraquiano, o adimplemento das obrigações restantes levaria ainda cerca de 13 anos.

Desde a segunda metade do século XX, a força motriz da economia iraquiana vem sendo o setor petrolífero, que tradicionalmente responde por cerca de 95% da receita externa do país. Em 2010, o Iraque produziu 2,4 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa uma

notável recuperação face à média de 1,3 milhão de barris em 2003. O objetivo de longo prazo do Governo iraquiano é o de levar a capacidade de produção do país a 6 milhões de barris por dia, o que demandará substancial esforço de investimento na produção e no refino de hidrocarbonetos. Bagdá estima que as reservas provadas do país montem a 270 bilhões de barris, suficientes para 300 anos de exploração pelos padrões atuais.

A fim de recuperar a capacidade produtiva do setor que é o carro-chefe da economia nacional, o Governo iraquiano tem buscado atrair investimento estrangeiro. No entanto, as empresas estrangeiras têm realizado investimentos aquém do esperado no setor de petróleo, à espera de um encaminhamento favorável do projeto de lei sobre o setor ora em tramitação no Parlamento iraquiano, O Ministério do Petróleo do Iraque adjudicou, nos meses de fevereiro e março de 2009, importantes contratos para a exploração do petróleo. As dificuldades do momento se situariam no fato de que: não houve uma gestão adequada das jazidas, nomeadamente no sul do Iraque; na obsolescência dos equipamentos; na assinatura de contratos de serviços (e não de partilha) da produção. Prevalece, portanto, a orientação de que as empresas estatais do país mantenham o controle das operações, indenizando os parceiros estrangeiros pelos trabalhos efetivamente realizados, ainda que sob a forma de uma parcela de petróleo extraído.

Por outro lado, o aumento da confiança doméstica e internacional quanto às condições econômicas e de segurança do país permitiu uma gradual retomada de crescimento, a partir de 2007.

Apesar do momento favorável de sua economia, os seguidos anos de conflitos causaram danos à infraestrutura e problema sociais que dificilmente poderão ser sanados no curto prazo. Parte da população não dispõe de acesso aos serviços de água, saneamento e saúde. Além disso, a retomada do crescimento impõe necessidade de importação de alimentos e, possivelmente, de energia.

A receita pública iraquiana continua extremamente dependente das exportações de petróleo e, portanto, vulnerável a oscilações de produção e de preços. A fim de minorar tal problema, o Governo espera que a redução dos níveis de violência venha a permitir a diversificação da economia e o aumento da base de arrecadação tributária. Quanto a este último aspecto, o Ministério das Finanças submeteu ao Parlamento projetos de lei sobre impostos sobre comunicações de telefonia celular, sobre

circulação de mercadorias e vendas no comércio e está analisando a possibilidade de elevar as tarifas de importação.

À medida que o país seja pacificado e consiga consolidar seu processo de reconstrução física e institucional, haverá fundadas expectativas de que o Iraque se transforme em uma das economias mais promissoras do Oriente Médio.

Em 18/03/2011 o FMI aprovou a liberação para o Iraque de US$ 471 milhões, como parte de um "Acordo Stand-By" definido com a referida entidade em 24/02/2010. O aludido SBA (na sua sigla em inglês), que previa um total de US$ 3,8 bilhões sob a forma de empréstimos de curto prazo ao longo de dois anos, visava assegurar ao país estabilidade macroeconômica e encorajar reformas estruturais. Do total mencionado, US$ 1,7 bilhões já foram utilizados. Toda a operação resultou de solicitação que o Governo de Bagdá foi obrigado a dirigir ao FMI em 2008, quando a situação da economia iraquiana inspirava cuidados, em parte devido a uma fase pré-eleitoral que dificultava a realização de cortes maiores nas despesas públicas.

O mencionado "Acordo Stand-By" foi aprovado sob condições severas, que previam inclusive reformas estruturais, medidas para encorajar os investimentos privados, manutenção de taxas de câmbio estáveis e controle da inflação. A liberação da referida parcela de US$ 471 milhões é significativa na medida inclusive em que corresponde a 0,5% do orçamento de US$ 82,6 bilhões aprovado pelo Conselho de Representantes para o ano de 2011.

Mais importante ainda pareceria, entretanto, o fato de haver a Junta Executiva do FMI avaliado favoravelmente os esforços que vêm sendo feitos pelo Governo de Bagdá na área econômica, muito embora o problema do desemprego continue preocupante, contribuindo inclusive para as manifestações que se têm observado no Iraque no mês de março de 2011.

Para uma apreciação da situação econômica do país e da forma pela qual o seu Governo vem cumprindo, ainda que de maneira qualificada, os compromissos assumidos com o FMI, haveria que ter em conta igualmente que o PIB do Iraque aumentou em 2010 de 2,6% e que, para 2011, as previsões do próprio Fundo são de um incremento de 11,5%.

ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Nome	Data da entrada em vigor
Acordo pondo em vigor o Memorando de Entendimentos entre Autoridades Aeronáuticas do Brasil-Iraque, de 15 de maio de 1979.	26/12/1979
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Brasil, e o Council for Scientific Research – CSR, do Iraque.	26/08/1981
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	26/10/1983
Protocolo de Intenções sobre Intercâmbio Comercial.	12/09/1983

DADOS ECONÔMICO COMERCIAIS

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	2002	2003	2004	2005	2006[1]	2007[1]	2008[1]	2009[1]
População (em milhões de habitantes) [1]	26,6	27,3	28,1	28,2	28,9	29,5	30,1	30,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	60,2	61,8	63,6	65,2	65,4	66,8	68,1	69,5
Crescimento real do PIB (%)	-14,2	-35,2	46,5	3,3[1]	6,2	1,5	7,8	4,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	26,3	36,3	31,7	37,0	53,2	30,7	2,8	2,8
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ bilhões)	4,574.0	3,555.3	7,998.9	12,2	19,4	31,0	49,8	44,8
Dívida externa total (US$ bilhões)	112,5	111,1	109,1	110,8[1]	99,2	102,3	67,7	60,3
Câmbio (US$) (oficial)	1928	1956	1936	1.475	1.391	1.216	1,172	1,970

Fontes: 2002 – 2004: *Economist Intelligence Unit, Country Profile 2006* e *Country Report September 2006; CIA – The World Factbook 2006; CIA – The World Factbook 2007; eia – Energy Information Administration; FT – Financial Times; IMF – International Monetary Fund; Central Bank of Iraq.*
2005-2009: *The Economist Intelligence Unit, Country Report: February 2010*
(1) Estimativa

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009[1]
Exportações (fob)	16.120	17.645	23.760	29.329	48.345	40.947
Importações (cif)	10.239	13.041	13.535	15.167	21.005	35.768
Saldo comercial	5.881	4.604	10.225	14.162	27.340	5.179
Intercâmbio comercial	26.359	30.686	37.295	44.496	69.350	76.715

Fonte: MRE/DPR/DIC, Divisão de Informação comercial, com base em dados do FMI – *Direction of Trade Statistics, CD September 2009*
(1) estimativa, *The Economist Intelligence Unit, Country Profile: February 2010*

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010 Jan-Set	% no total
EXPORTAÇÕES						
Estados Unidos	20.974	49,1%	8.836	36,7%	9.278	40,2%
Índia	8.730	20,4%	5.310	22,1%	4.882	21,1%
Coréia do Sul	3.843	9,0%	3.466	14,4%	2.647	11,5%
Itália	5.306	12,4%	3.239	13,5%	2.538	11,0%
China	1.255	2,9%	2.979	12,4%	4.070	17,6%
Países Baixos	1.604	3,8%	1.321	5,5%	1.090	4,7%
Japão	1.367	3,2%	1.277	5,3%	2.243	9,7%
Canadá	2.155	5,0%	1.128	4,7%	1.234	5,3%
França	1.996	4,7%	1.076	4,5%	1.054	4,6%
Espanha	1.693	4,0%	1.025	4,3%	975	4,2%
SUBTOTAL	**48.924**	**114,4%**	**29.656**	**123,2%**	**30.011**	**130,0%**
DEMAIS PAÍSES	**-6.171**	**-14,4%**	**-5.578**	**-23,2%**	**-6.923**	**-30,0%**
TOTAL GERAL	**42.752**	**100,0%**	**24.078**	**100,0%**	**23.088**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, January 2011, último dado disponível em 04/02/2011.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010 Jan-Set	% no total
IMPORTAÇÕES						
Turquia	4.308	20,0%	5.636	23,8%	4.644	23,5%
China	1.319	6,1%	2.021	8,5%	2.928	14,8%
Estados Unidos	2.335	10,9%	1.952	8,3%	1.336	6,8%
Alemanha	490	2,3%	926	3,9%	731	3,7%
Itália	328	1,5%	898	3,8%	418	2,1%
Coréia do Sul	405	1,9%	863	3,6%	577	2,9%
França	272	1,3%	643	2,7%	325	1,6%
Índia	496	2,3%	521	2,2%	422	2,1%
Canadá	195	0,9%	468	2,0%	238	1,2%
Japão	227	1,1%	347	1,5%	243	1,2%
SUBTOTAL	**10.377**	**48,3%**	**14.275**	**60,4%**	**11.862**	**60,0%**
DEMAIS PAÍSES	**11.117**	**51,7%**	**9.376**	**39,6%**	**7.905**	**40,0%**
TOTAL GERAL	**21.494**	**100,0%**	**23.650**	**100,0%**	**19.767**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, January 2011, último dado disponível em 04/02/2011.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007	Part % no total	2008	Part % no total	2009	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)						
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	35.634	98,2%	60.006	98,8%	37.979	97,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	4	0,0%	3	0,0%	708	1,8%
Outros produtos não-especificados	527	1,5%	362	0,6%	126	0,3%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	49	0,1%	66	0,1%	111	0,3%
Produtos químicos orgânicos	0	0,0%	8	0,0%	23	0,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	8	0,0%	4	0,0%	10	0,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4	0,0%	15	0,0%	9	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	0,0%	11	0,0%	8	0,0%
Veículos e material para vias férreas ou semelhantes	0	0,0%	2	0,0%	5	0,0%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	2	0,0%	5	0,0%	4	0,0%
Subtotal	**36.235**	**99,8%**	**60.481**	**99,6%**	**38.986**	**99,9%**
Demais Produtos	**67**	**0,2%**	**271**	**0,4%**	**25**	**0,1%**
Total Geral	**36.302**	**100,0%**	**60.752**	**100,0%**	**39.012**	**100,0%**

IMPORTAÇÕES (US$ mil)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.584	11,6%	1.796	8,7%	3.406	15,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.208	16,2%	3.050	14,8%	3.074	13,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.042	7,6%	1.785	8,7%	2.766	12,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	462	3,4%	845	4,1%	1.148	5,1%
Cereais	922	6,8%	1.431	6,9%	1.116	4,9%
Ferro fundido, ferro e aço	340	2,5%	617	3,0%	754	3,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	345	2,5%	315	1,5%	538	2,4%
Carnes e miudezas, comestíveis	164	1,2%	291	1,4%	489	2,2%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	231	1,7%	808	3,9%	473	2,1%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	348	2,5%	314	1,5%	433	1,9%
Subtotal	**7.646**	**56,0%**	**11.252**	**54,6%**	**14.196**	**62,9%**
Demais produtos	**6.019**	**44,0%**	**9.353**	**45,4%**	**8.380**	**37,1%**
Total Geral	**13.665**	**100,0%**	**20.605**	**100,0%**	**22.576**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.
Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.
(1) Última posição disponível em 04/02/2011.

BALANÇA COMERCIAL HISTÓRICA BRASIL – IRAQUE (US$ milhões)

Ano	Exportações (X)	Importações (M)	(X + M)	(X - M)
1980	288,9	3.779,6	4.068,5	-3.490,7
1981	298,4	1.896,1	2.194,5	-1.597,7
1982	319,2	2.572,9	2.892,1	-2.253,7
1983	416,0	2.071,3	2.487,3	-1.655,3
1984	350,0	2.018,5	2.368,5	-1.668,4
1985	850,6	1.799,8	2.650,4	-949,2
1986	371,5	960,2	1.331,7	-588,7
1987	305,3	1.490,2	1.795,5	-1.184,9
1988	297,7	1.160,8	1.458,5	-863,1
1989	343,9	1.464,9	1.808,8	-1.121,0
1990	110,5	878,2	988,7	-767,7
1991	...	1,0	1,0	-1,0
1992	...	...	...	...
1993 (1)	...	0,7	0,7	-0,7

Nota: (1) 1º de janeiro a 30 de junho.
Fonte: Departamento de Comércio Exterior (DECEX)/Coordenadoria Técnica de Comércio Exterior (CTIC) – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – IRAQUE (US$ mil – fob)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-abril)
Exportações (fob)	**61.595**	**49.994**	**152.994**	**90.106**	**106.603**	**250.248**	**287.823**	**98.825**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	45,4	-18,83	206,0	-41,1	18,3	134,7	15,02	2,75
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	1,7	1,2	2,7	1,3	1,3	3,3	2,73	3,03
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,06	0,04	0,1	0,1	0,06	0,2	0,14	0,14
Importações (fob)	**473.070**	**522.522**	**596.653**	**271.926**	**1.186.146**	**718.491**	**738.703**	**257.834**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	69,1	10,45	14,2	-54,4	336,2	-39,4	2,81	-4,86
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	20,5	20,8	18,9	3,7	19,0	22,9	15,8	15,7
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,75	0,70	0,7	0,1	0,68	0,6	0,41	0,39
Intercâmbio Comercial	**534.666**	**572.517**	**749.647**	**362.032**	**1.292.749**	**968.738**	**1.026.526**	**356.660**
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	66,0	7,1	30,9	-51,7	257,0	-25,1	5,97	-2,87
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil – Oriente Médio	8,9	8,4	6,7	1,2	9,0	9,0	6,75	0,73
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,33	0,30	0,3	0,1	0,3	0,3	0,27	0,26
Balança Comercial	**-411.475**	**-472.528**	**-443.660**	**-181.820**	**-1.079.543**	**-468.243**	**-450.879**	**-159.008**

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Aliceweb, *março de 2010*
Fonte: SECEX – MDIC

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - IRAQUE (US$ mil- fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)										
Combustíveis, óleos e ceras minerais	**576.110**	**100,0**	**271.926**	**100,0**	**1.184.482**	**99,9**	**718.445**	**100,0**	**738.703**	**100,0**
Óleos brutos de petróleo	576.110	100,0	271.926	100,0	1.184.482	99,9	718.445	100,0	738.703	100,0
Subtotal	**576.110**	**100,0**	**271.926**	**100,0**	**1.184.482**	**99,9**	**718.445**	**100,0**	**738.703**	**100,0**
Demais Produtos	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**1.665**	**0,1**	**0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
TOTAL GERAL	**576.110**	**100,0**	**271.926**	**100,0**	**1.186.147**	**100,0**	**718.491**	**100,0**	**738.703**	**100,0**

Fonte: MRE/DPR/DIC, Divisão de Informação comercial, com base em dados do *MDIC/SECEX/Aliceweb*

Aviso nº 264 - C. Civil.

Em 2 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 685, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Florestal FM de Planalto, pelo transcurso dos 11 anos de sua fundação, que ocorreu em 25-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Getúlio Consoli, no seguinte endereço: Av. Presidente Vargas, 828 – 2° andar – Planalto – RS – CEP: 98470-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 686, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao SESCOOP/RS – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo transcurso do Dia Internacional do Cooperativismo 2011, que ocorrerá em 2-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva à toda a comunidade cooperativista sul-rio-grandense, deverá ser encaminhada ao Senhor Vergílio Frederico Perius, Presidente do Sistema OCERGS-SESCOOP/RS, no seguinte endereço: Rua Félix da Cunha, 12 – Bairro Floresta – Porto Alegre – RS – CEP: 90570-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMIENTO N° 687, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Educadora AM, pelo transcurso dos 16 anos de sua fundação, que ocorreu em 29-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Jocelei Luiz Flores, no seguinte endereço: Rua Sananduva, 178 – Centro – São João da Urtiga – RS – CEP: 99855-970.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 688, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Gazeta 101.7 FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu em 28-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Flávio Falleiro, no seguinte endereço: Rua Ramiro Barcelos, 1206 – 2° andar – Santa Cruz do Sul – RS – CEP: 96810-050.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 689, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Gazeta 1.180 AM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu em 28-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Flávio Falleiro, no seguinte endereço: Rua Ramiro Barcelos, 1206 – 2° andar – Santa Cruz do Sul – RS – CEP: 96810-050.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMIENTO N° 690, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Sananduva AM, pelo transcurso dos 32 anos de sua fundação, que ocorreu em 26-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Itamar Jacob Belin, no seguinte endereço: Av. Fiorentino Bachi, 791 – Sananduva – RS – CEP: 99840-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 691, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Liberdade FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação, que ocorreu em 28-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor José Angelo Pizzutti, no seguinte endereço: Rua Orfanotrófio, 711 –

Bairro Alto Teresópolis – Porto Alegre – RS – CEP: 90840-440.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 692, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio RBS TV Passo Fundo, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu em 28-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Diorges Oliveira, no seguinte endereço: Rua Princesa Isabel, s/n – esquina com Otávio Rocha – Passo Fundo – RS – CEP: 99050-100.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUERIMIENTO N° 693, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Atlântida FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu em 28-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Mikéas Silva, no seguinte endereço: Rua Princesa Isabel, s/n – esquina com Otávio Rocha – Passo Fundo – RS – CEP: 99050-100.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 694, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações á Rádio Cacique AM, pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação, que ocorreu em 26-5-2001.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Paulo Silva, no seguinte endereço: Rua 14 de Julho, 588 — Lagoa Vermelha – RS — Cep: 95300-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 695, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações á Rádio Pitangueira AM, pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação, que ocorreu em 25-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que è extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Pedro Monteiro Lopes, no seguinte endereço: Av. Borges de Medeiros, 1462 – Itaqui – RS — Cep: 97650-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO N° 696, DE 2011

Requeiro, nos temos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Vote de Congratulações á Rádio Solaris AM, pelo transcurso dos 23 anos de sua fundação, que ocorreu em 26-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada á Senhora Maria Teresa Fortuna, no seguinte endereço: Av. Waldomiro Bocchese, 872 — Antônio Prado – RS — Cep: 95250-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 697, DE 2011

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, as informações a seguir, relativamente aos pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras, no período de 2001 a 2010:

1) o quantitativo total de pedidos protocolados, classificados por universidade processante, curso e país de origem;

2) o quantitativo de diplomas revalidados, considerando as seguintes situações:

a) concessão de equivalência, sem necessidade de complementação de estudos;

b) concessão de equivalência, após realização de complementação de estudos;

c) concessão de equivalência, após adoção de outras providências;

3) o quantitativo de diplomas com faltas insanáveis, devolvidos aos portadores sem revalidação, classificados por curso, instituição de origem e instituição processante do pedido;

4) o prazo médio do primeiro pronunciamento das universidades nos pedidos processados em cada uma delas; e

4) o valor das taxas cobradas, em 2009 e 2010, por curso e universidade processante.

JUSTIFICAÇÃO

A despeito da normatização inserida na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), as poucas informações disponíveis acerca dos processos de revalidação dão conta de uma diversidade de procedimentos adotados pelas universidades. Assim, muitas vezes, ocorrem sérios prejuízos para os estudantes a depender da instituição escolhida para a revalidação de seu diploma.

Quase sempre, essas informações são veiculadas pela imprensa, sem maior contestação das universidades ou do Ministério da Educação. Não faz muito, divulgou-se a existência de cerca de 10 mil processos dependentes de deliberação nas universidades públicas brasileiras. Há relatos que vão desde o tratamento diferenciado, sem justificativas, a diplomas expedidos por uma mesma instituição de origem, até a ocorrência de processos que terminam sem solução, em que nem mesmo os documentos são devolvidos aos interessados ou o são sem qualquer manifestação quanto ao intento dos estudantes.

Dessa forma, pautado pela função constitucional desta Casa de fiscalizar o Poder Executivo e suas ações, mas também pelo dever de aprimorar o ordenamento jurídico a envolver questões de relevante interesse público, é que intentamos obter do Ministério da Educação as informações em destaque, com o mínimo de sistematização, de modo a refletir, pelo menos, a realidade da revalidação nas universidades vinculadas à Pasta. De posse dessas informações, será possível dimensionar o fenômeno e avaliar de maneira judiciosa as proposições em andamento no Congresso Nacional a respeito do assunto.

Sala das Sessões, em 24/05/11

Senador **PAULO BAUER**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO NA REUNIÃO DE 24/05/2011, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANGELA PORTELA	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPLICY
PAULO PAIM	4-GLEISI HOFFMANN
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
(VAGO)	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
MARISA SERRANO	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-JAYME CAMPOS
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES
(PTB)	
ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)
(PSOL)	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, DE 2011 (COMPLEMENTAR)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos da articulação administrativa da União e do Estado do Piauí, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

Parágrafo único. A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelos Municípios de Nossa Senhora dos Remédios, Porto, Campo Largo do Piauí, Matias Olímpio, Madeiro, Joca Marques, Luzilândia, Joaquim Pires, Murici dos Portelas, Caxingó, Caraúbas do Piauí, Cocal, Cocal dos Alves, Buriti dos Lopes, Bom Princípio do Piauí, Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí, e Buriti, Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Araióses, Tutóia e Água Doce do Maranhão, no Estado do Maranhão.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e dos Municípios abrangidos pela Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

Art. 4º Os programas e projetos prioritários para a Região, com especial ênfase à irrigação, agricultura familiar, recursos hídricos, piscicultura, turismo, reforma agrária, meio ambiente, sistema de transporte, e os demais relativos à infraestrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pela União, na forma da lei;

II – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pelos Estados do Piauí e do Maranhão, e pelos Municípios abrangidos pela Região Administrativa de que trata esta Lei Complementar;

III – de operações de crédito externas e internas.

Art. 5º A União poderá firmar convênios com os Estados do Piauí e do Maranhão, e com os Municípios referidos no parágrafo único do art. 1º, com a finalidade de atender ao disposto nesta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Dentro da nossa atividade parlamentar temos que discutir alternativas e apresentar propostas que possam, além de indicar caminhos e orientar as ações de governo, abrir espaços para unificação de programas, alocação de recursos, promoção da integração regional e do desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Essa é uma parceria possível e que sempre procuramos ao longo da nossa atividade legislativa.

Na Câmara dos Deputados, em várias oportunidades fiz ecoar a nossa preocupação com as desigualdades regionais. Fui, também, aliado de primeira hora de todos os parlamentares, especialmente do norte e do nordeste, quando o assunto nas comissões técnicas ou no plenário daquela Casa tratava das desigualdades regionais.

A questão tem sido discutida exaustivamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Mas, sem dúvida, pelas limitações constitucionais estabelecidas ao Legislativo, a atividade parlamentar fica sobremaneira limitada aos debates e aperfeiçoamentos nos projetos de iniciativa da Presidência da República.

Todavia, inspirou-nos a formular este projeto a proposta apresentada pelo nobre Senador Roberto Freire, que criou a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, às margens do Rio São Francisco (Lei Complementar 113, de 2001). Sem dúvida alguma, uma grande idéia para desenvolver aquela região.

Da mesma forma, inspirou-nos a criação, no ano de 1998, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Lei complementar nº 94, de 1998), resultante de Projeto de Lei do Senado de autoria do nobre Senador Iris Rezende, a qual foi concebida a partir do diagnóstico de expansão das regiões periféricas da Capital Federal e dos municípios localizados nos Estados vizinhos.

A proposição em tela visa criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba, por ação do próprio Executivo que poderá estabelecer políticas abrangendo complexos geográficos, econômicos e sociais, procurando a redução das desigualdades regionais e sociais.

A região do Baixo Parnaíba, sabidamente o grande rio divisor dos Estados do Piauí e Maranhão, desponta no cenário regional como um pólo para o desenvolvimento desses dois Estados.

O Rio Parnaíba, outro ponto de nosso compromisso especialmente no que diz respeito à sua preservação e revitalização, nasce na chapada das Mangabeiras, a quase mil metros de altura, da confluência de vários cursos d'água, destacando-se o Água Quente na divisa do Piauí com o Maranhão, o Curriola e o Lontra no Piauí. Percorre todo o estado do Piauí, em uma extensão aproximadamente de 1.485 km, compreendendo três cursos: Alto Parnaíba, o Médio Parnaíba e o Baixo Parnaíba. O Rio desempenha um importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos Estados do Piauí e do Maranhão pelas oportunidades econômicas que vão desde o potencial turístico até a riqueza de sua peculiar biodiversidade. Suas águas também fornecem energia, que é transformada em eletricidade na Usina de Boa Esperança.

Gostaríamos de destacar, por exemplo, o potencial para agricultura irrigável da região do Baixo Parnaíba. Para se ter uma idéia, o Projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos, no município de Parnaíba, tem investimento na ordem de R$ 230 milhões na estrutura de apoio a produção instalada. São 15 quilômetros só de canais. Está em conclusão uma segunda etapa que permitirá a irrigação de mais 5.900 hectares, perfazendo um total de mais de 8.000 hectares irrigados. Há previsão de distribuição de lotes para Técnicos Agrícolas, Engenheiros Agrônomos, Empresários e Agricultores Familiares. A produção de acerola, caju, goiaba, limão e coco possui o chamado certificado de cultura orgânica, o que faz com que os produtos sejam totalmente livres de agrotóxico, prejudicial à saúde, e por isso tem despertado grande interesse comercial para essa produção.

É sabido que o comércio de frutas tropicais é uma das atividades mais prósperas e de futuro mais promissor no mundo moderno. Segundo estatísticas confiáveis, geram-se de 2 a 3 empregos por hectare na fruticultura irrigada Além de tudo, a fruticultura irrigada é o setor produtivo cujo desenvolvimento proporciona mais retorno por capital investido, em forma de emprego. Isso implicará no surgimento de centenas de empregos e o assentamento de inúmeras famílias, evitando-se o processo migratório especialmente para as capitais Teresina e São Luiz.

Outro ponto que nos entusiasmou a apresentar essa proposição é o potencial da região em abrigar projetos de piscicultura. O Brasil, infelizmente, ainda é um grande importador de pescado. A receita alcançada pela industrialização de pescado é muito superior a outras culturas tradicionais, como o arroz, por exemplo. Além disso, o consumo de peixe proporciona inúmeras vantagens para a saúde humana, e poderíamos introduzi-lo na dieta de nossas crianças através da merenda escolar. A exploração e comercialização do caranguejo na foz do Parnaíba é uma realidade que merece toda a nossa atenção, não apenas econômica, mas também do ponto de vista social e de preservação do meio ambiente.

Vale destacar, também, a construção do Porto de Luiz Correia, no Estado do Piauí. O Porto, uma obra em que já foram investidos aproximadamente R$ 300 milhões, tem previsão de conclusão para o final de 2011. Com a inauguração do Porto de Luiz Correa estaremos abrindo uma porta fluvial para o mundo e outros estados do país. O intercâmbio comercial sofrerá um impulso considerável e a localização estratégica vem ao encontro dos objetivos almejados pela Região Administrativa proposta.

Não poderíamos deixar de incorporar ao projeto o potencial turístico da região. O turismo, na versão de alguns, é a indústria de custo zero. Tanto o Estado do Piauí como o Maranhão são ricos em recursos e belezas naturais. Destaca-se, na região do Baixo Parnaíba, o Delta do Rio, com praias, ilhas e dunas exuberantes. A culinária especializada em frutos do mar, os produtos típicos da localidade e o artesanato completam o atrativo turístico da região. O turismo promove o Estado em nível nacional e internacional.

Com a criação da Região Administrativa Integrada – que poderá ser incluída como um Eixo de Desenvolvimento do Rio Parnaíba no Plano Plurianual de Investimentos, quando da sua revisão – os estados e os municípios poderão ser contemplados nos orçamentos gerais da União e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias a partir de estratégias a serem adotadas pelo Poder Público Federal. Nessa ótica, com uma unidade de planejamento, facilitam-se os caminhos para investimentos federais, mormente com as ações a serem desencadeadas por Programas Especiais de Desenvolvimento.

Os recursos alocados, sejam eles iniciais ou complementares, serão sustentáveis pelo elevado retorno social promovido pelos empregos criados, pela geração de renda, pelo ICMS resultante, pelo fomento ao

turismo. Isso, por si só, já justificam a implantação da Região Administrativa do Baixo Parnaíba.

Finalmente, é preciso registrar que não basta criarmos a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, o mais importante é a instituição de Programas Especiais de Desenvolvimento com ênfase nas novas tecnologias, otimização dos recursos naturais da região, formação de mão-de-obra, bem como uma estrutura adequada de comercialização da produção gerada.

Por essas razões, e esperando contribuir com o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Art. 21. Compete à União:

.....

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

.....

Seção IV
Das Regiões

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

.....

Seção II
Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

.....

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 113,
DE 19 DE SETEMBRO DE 2001

Mensagem de veto
Regulamento

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos da articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43, e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelos Municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, e pelos Municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 4º Os programas e projetos prioritários para a Região, com especial ênfase à irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte, e os demais relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pela União, na forma da lei;

II – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pelos Estados de Pernambuco e da Bahia, e pelos Municípios abrangidos pela Região Administrativa de que trata esta Lei Complementar;

III – de operações de crédito externas e internas.

Art. 5º A União poderá firmar convênios com os Estados de Pernambuco e da Bahia e com os Municípios referidos no parágrafo único do art. 1º, com a finalidade de atender ao disposto nesta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Sérgio Silva do Amaral – Ramez Tebet**.

LEI COMPLEMENTAR Nº 94,
DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República**, f**aço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela RIDE.

Art. 3º Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infra-estrutura e de geração de empregos.

Art. 4º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos

relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade de entes federais, como aqueles de responsabilidade dos entes federados referidos no art. 1º, especialmente em relação a:

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;

III – isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Art. 5º Os programas e projetos prioritários para a região, com especial ênfase para os relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pela União, na forma da lei;

II – de natureza orçamentária que lhe forem destinados pelo Distrito Federal, pelos Estados de Goiás e de Minas Gerais, e pelos Municípios abrangidos pela Região Integrada de que trata esta Lei Complementar;

III – de operações de crédito externas e internas.

Art. 6º A União poderá firmar convênios com o Distrito Federal, os Estados de Goiás e de Minas Gerais, e os Municípios referidos no § 1º do art. 1º, com a finalidade de atender o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177 da Independência e 110 da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2011

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, para determinar critérios de reajuste da bolsa de médico-residente e estabelecer seu regime de filiação ao Regime Geral de Previdência Social e os benefícios a que tem direito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Ao médico-residente é assegurada bolsa no valor de dois mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos, em regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais.

§ 1º O médico-residente é filiado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS como contribuinte individual.

§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença paternidade de cinco dias ou à licença maternidade de cento e vinte dias.

§ 3º O valor da bolsa do médico-residente será reajustado anualmente no mesmo percentual e data do salário mínimo.

§ 4º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar o período de licença maternidade em até sessenta dias, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente.

§ 5º O tempo de residência médica será prorrogado por prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º.

§ 6º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica fornecerá ao médico-residente, durante todo o período de residência:

I − condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões;

II − alimentação;

III − moradia, conforme estabelecido em regulamento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A residência médica é um programa de treinamento em serviço de longa duração, que permite a qualificação do médico nas diferentes especialidades.

Estão em treinamento atualmente no País mais de 23.000 médicos-residentes, em 53 especialidades e 54 áreas de atuação, em programas com duração de dois a cinco anos e carga horária de sessenta horas semanais.

Por sua característica de treinamento em serviço, é concedida ao médico-residente uma bolsa de estudos com características de bolsa-trabalho sem, no entanto, caracterizar vínculo empregatício.

Essas bolsas são pagas, na sua maioria, com recursos públicos, sendo os Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde seus maiores financiadores. O MEC é, atualmente, responsável pelo pagamento de 6.093 bolsas de residência médica por mês, em programas desenvolvidos pelas universidades federais em sua

rede de hospitais; e o Ministério da Saúde, por 1.862 bolsas mensais, em programas de residência mantidos em suas unidades próprias, estaduais, municipais e em hospitais filantrópicos.

A regulamentação da residência médica, como modalidade de ensino, data de 1977, atualizada, posteriormente, pela Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que estabelece a vinculação do médico-residente ao sistema previdenciário e os benefícios concedidos a eles. A nova redação que propomos aos dispositivos que tratam dessa matéria objetiva deixar claras, frente ao atual ordenamento de nossa Previdência Social, essas obrigações e esses benefícios.

Não menos relevante é o estabelecimento de um valor digno para a bolsa que os programas de residência pagam. Esse valor tem sido objeto de desentendimento entre os médicos-residentes e o Governo Federal, obrigando à edição sucessiva de leis para regulamentar a matéria, nos últimos anos. Esse reajuste e a concessão de benefícios adicionais constituíram as principais reivindicações do movimento que levou à paralisação nacional liderada pela Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR) no início do segundo semestre do ano passado.

As negociações entre a ANMR e o governo resultaram na concessão de aumento da bolsa e de alguns dos benefícios solicitados; os Ministérios da Educação e da Saúde incorporaram os valores necessários à concessão do reajuste das bolsas em sua previsão orçamentária para 2011, e uma medida provisória foi editada com esse teor.

Por não ter sido convertida em lei, a medida provisória perdeu sua eficácia, razão pela qual apresentamos à consideração dos nobres colegas senadores esta proposição legislativa.

Nosso projeto não apenas reinstitui o reajuste e os benefícios previdenciários que tinham sido concedidos por meio da citada medida provisória, como também estabelece o princípio do reajuste anual do valor da bolsa de médico-residente, a ocorrer na mesma data e com idêntico percentual daquele do salário mínimo.

A proposta decorre de nosso entendimento de que a residência médica constitui uma modalidade de ensino importantíssima para a formação de nossos futuros profissionais de saúde e que a atuação dos médicos-residentes é essencial ao sistema de saúde.

Temos, ademais, a certeza de que a atividade necessita de segurança jurídica, que a norma vigente não lhe concede integralmente e que é necessária para melhorar a condição de trabalho dos médicos residentes e garantir condições para um ambiente de tranquilidade junto à categoria. – Senador **Cyro Miranda.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981

Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

§ 1º As instituições de saúde de que trata este artigo somente poderão oferecer programas de Residência Médica depois de credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica.

§ 2º É vedado o uso da expressão residência médica para designar qualquer programa de treinamento médico que não tenha sido aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 2º Para a sua admissão em qualquer curso de Residência Médica o candidato deverá submeter-se ao processo de seleção estabelecido pelo programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 3º O médico residente admitido no programa terá anotado no contrato padrão de matrícula:

a) a qualidade de médico residente, com a caracterização da especialidade que cursa;

b) o nome da instituição responsável pelo programa;

c) a data de início e a prevista para o término da residência;

d) o valor da bolsa paga pela instituição responsável pelo programa.

~~*Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo de valor equivalente ao vencimento inicial da carreira de médico, de 20 (vinte) horas semanais, do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, paga pela instituição, acrescido de um adicional de 8% (oito por cento), a título de compensação previdenciária, incidente na classe da escala de salário-base a que fica obrigado por força de sua vinculação, como autônomo, ao regime da Previdência Social.*~~

~~*Art. 4º Ao médico-residente será assegurada bolsa de estudo de valor igual ao fixado no art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, acrescido de um adicional de 35% (trinta e cinco por cento) por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais, mais 10% (dez por cento), a título de*~~

compensação previdenciária, incidente na classe de salário-base a que fica obrigado por força de sua vinculação, como autônomo, ao regime da Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 7.217, de 1984).

§ 1º As instituições de saúde responsáveis por programa de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e alojamento no decorrer do período da residência.

§ 2º Ao médico residente, inscrito na Previdência Social na forma deste artigo, serão assegurados todos os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, bem como os decorrentes do seguro de acidentes do trabalho.

§ 3º À médica residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudo durante o período de 4 (quatro) meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes do art. 7º desta Lei.

Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo no valor de 70% (setenta por cento), do salário do Professor Auxiliar, Nível 1, em regime de dedicação exclusiva, das Instituições Federais de Ensino Superior. (Redação dada pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 1º O médico residente é filiado ao Sistema Previdenciário na qualidade de segurado autônomo. (Redação dada pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 2º Para efeito do reembolso previsto no § 1º do art. 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, combinada com o § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de 10% (dez por cento) sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo, o médico residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programa de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e alojamento no decorrer do período da residência. (Incluído pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo, são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes do trabalho. (Incluído pela Lei nº 7.601, de 1987).

§ 6º À médica residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudo durante o período de 4 (quatro) meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes do art. 7º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 7.601, de 1987).

Art. 4° Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo no valor de setenta e cinco por cento dos vencimentos do médico do Ministério da Educação, Nível V, acrescido de um adicional de cem por cento, por regime especial de treinamento ao serviço de sessenta horas semanais. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990).

Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa de estudo no valor correspondente a oitenta e cinco por cento da remuneração atribuída ao servidor ocupante do cargo de médico, classe D, padrão I, constante da Tabela de Vencimento, Anexo III, quarenta horas, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, acrescido de cem por cento, por regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais. (Redação dada pela Lei nº 8.725, de 1993).

Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no padrão I da classe A do Anexo da Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de adicional no percentual de 112,09% (cento e doze vírgula zero nove por cento), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais. (Redação dada pela Lei nº 10.405, de 2002). (Efeitos financeiros)

Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a R$1.916,45 (mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais. (Redação dada pela Lei nº 11.381, de 2006). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

§ 1° O médico residente é filiado ao Sistema Previdenciário na qualidade de segurado autônomo. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

§ 2° Para efeito do reembolso previsto no art. 69 da Lei n° 3.807, de 26 de agosto de 1960, com redação dada pela Lei n° 5.890, de 8 de junho de 1973, combinada com o § 1° do art. 1° do Decreto-Lei n° 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de dez por cento sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo o médico residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programas de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e moradia no decorrer do período de residência. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990).

§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 1.729, de 1998).

§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

§ 6º A médica residente será assegurada a continuidade de bolsa de estudos durante o período de quatro meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.138, de 1990). (Revogado pela Medida Provisória nº 521, de 2010).

Art. 4º-A. Ao médico-residente é assegurada bolsa no valor de R$2.338,06 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos), em regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

§ 1º O médico-residente é filiado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS como contribuinte individual. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença paternidade de cinco dias ou à licença maternidade de cento e vinte dias. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

§ 3º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente, o período de licença maternidade em até sessenta dias. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

§ 4º O tempo de residência médica será prorrogado por prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica fornecerá ao médico-residente alimentação e condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões. (Incluído pela Medida Provisória nº 521, de 2010)

Art. 5º Os programas dos cursos de Residência Médica respeitarão o máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas um máximo de 24 (vinte e quatro) horas de plantão.

§ 1º O médico residente fará jus a um dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias consecutivos de repouso, por ano de atividade.

§ 2º Os programas dos cursos de Residência Médica compreenderão, num mínimo de 10% (dez por cento) e num máximo de 20% (vinte por cento) de sua carga horária, atividades teórico-práticas, sob a forma de sessões atualizadas, seminários, correlações clínico-patológicas ou outras, de acordo com os programas pré-estabelecidos.

Art. 6º Os programas de Residência Médica credenciados na forma desta Lei conferirão títulos de especialistas em favor dos médicos residentes neles habilitados, os quais constituirão comprovante hábil para fins legais junto ao sistema federal de ensino e ao Conselho Federal de Medicina.

Art. 7º A interrupção do programa de Residência Médica por parte do médico residente, seja qual for a causa, justificada ou não, não o exime da obrigação de, posteriormente, completar a carga horária total de atividade prevista para o aprendizado, a fim de obter o comprovante referido no artigo anterior, respeitadas as condições iniciais de sua admissão.

Art. 8º A partir da publicação desta Lei, as instituições de saúde que mantenham programas de Residência Médica terão um prazo máximo de 6 (seis) meses para submetê-los à aprovação da Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1981; 160º da Independência e 93º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO – Rubem Ludwig – Murilo Macêdo – Waldir Mendes Arcoverde – Jair Soares.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 9-7-1981

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2011

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza de proteção integral.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....

d) cinco décimos por cento aos Estados e cinco décimos por cento aos Municípios para aplicação exclusiva na criação e manutenção de suas respectivas unidades públicas de conservação da natureza classificadas, nos termos de lei federal, como unidades de proteção integral;

.....

§ 5º Os critérios de distribuição e os coeficientes individuais de participação dos Estados e Municípios nos recursos previstos na alínea 'd', inciso I, *caput*, bem como a forma de cálculo e de controle de suas liberações, serão estabelecidos em lei complementar, considerando-se o percentual de suas respectivas áreas territoriais ocupadas pelas unidades públicas de conservação da natureza referidas no *caput* deste artigo.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" e "preservar as florestas, a fauna e a flora" (CF, art. 23, VI e VII).

Além disso, os entes federados têm competência concorrente para legislarem, entre outros assuntos, sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição" (CF, art. 24, VI).

Os Constituintes incluíram, também, na Carta de 1988, um capítulo especial dedicado ao meio ambiente, estabelecendo que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225).

Interessa, no ponto principal desta proposição legislativa, destacar que incumbe ao poder público

> **definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos**, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, III, CF). (grifei).

Por outro lado, visando garantir a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Congresso Nacional aprovou, em 18 de julho de 2000, a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

De acordo com essa lei, o SNUC é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais, classificadas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Uma unidade de conservação é definida como

> "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção." (art. 2° da Lei nº 9985, de 2000).

Deve-se ressaltar que essas unidades cumprem funções ecológicas, econômicas e sociais. Contribuem inegavelmente para o desenvolvimento sustentável na medida em que conservam a biodiversidade, protegendo espécies raras, o patrimônio paisagístico e os recursos hídricos. Ademais, a criação de UCs resulta de "estudos técnicos e consultas públicas para determinar a extensão de suas áreas, limites e especificidades."

Do exposto, há de se reconhecer que, sob o ponto de vista do estabelecimento dos objetivos colimados pelos constituintes derivados, o ordenamento constitucional e ordinário encontra-se plenamente satisfeito. Isso não ocorre, todavia, com o estabelecimento de meios para a concretização daqueles objetivos.

Sabe-se que, nas últimas décadas, a elevação da carga tributária no País concentrou recursos no governo federal, em detrimento do aumento relativo de recursos públicos para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a carga tributária – medida pelo total de tributos federais, estaduais e municipais em relação ao PIB – situava-se em 22,16% do PIB, em 1989, primeiro ano de efetividade da Nova Carta Política. Naquele ano, o total de tributos federais representava 14,5% do mesmo PIB. Em 2010, a carga tributária atingiu 35,04% do PIB, enquanto a arrecadação tributária federal alcançou 24,35%.[1]

Em outras palavras, no primeiro ano pós-Constituinte, a União absorvia cerca de 65,4% de todos os tributos arrecadados no País. Em 2010, essa cifra atingiu 69,5%. Nota-se que, ao lado do forte aumento da carga tributária no País, houve aumento, também, da concentração dos recursos públicos nas mãos do governo federal. Trata-se de perfil distributivo incompatível com o modelo federativo que adotamos.

Esses dados ilustram a ingente necessidade de aumento dos meios financeiros para os Estados e Municípios, de modo que possam alcançar os fins previstos pelos constituintes, especialmente na área da preservação do meio ambiente nas diversas regiões do País. Como visto, a descentralização administrativa prevista no ordenamento constitucional – competência comum dos entes federados para cuidar da sustentabilidade ambiental – é, na verdade, um mandamento destinado especificamente aos gestores da coisa pública. Logo, o seu cumprimento demanda a descentralização de recursos financeiros.

---

[1] Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Dados no sítio http://www.ibpt.com.br/img/_publicacao/13913/191.pdf?PHPSESSID=c020dc09d5e16b924b6442b601bab910, visitado em 18 de abril de 2011.

A presente proposta de emenda à Constituição visa assegurar a transferência pela União, aos entes subnacionais, de pequena parcela da arrecadação do imposto sobre a renda e do imposto sobre produtos industrializados (meio por cento do total para os Estados e meio por cento para os Municípios). Os recursos destinam-se a aplicação exclusiva na implantação e na manutenção de unidades de conservação classificadas como unidades de proteção integral.

Para tanto, a proposta determina que os critérios de distribuição dessa parcela de tributos destinados a unidades de conservação, bem como a definição dos coeficientes individuais de participação dos Estados e dos Municípios sejam fixados em lei complementar, considerando-se o percentual de suas respectivas áreas territoriais comprometidas com unidades de conservação de proteção integral.

Considerando se a arrecadação federal em 2010, a transferência de recursos ora proposta atingiria a cifra de R$ 195 milhões para os Estados e igual valor para os Municípios que possuírem as referidas unidades de conservação.

A proposta contribui para a descentralização dos tributos arrecadados pelo governo federal, assim como para o aumento da eficiência administrativa relativamente às questões ambientais e, por via de conseqüência, para a concretização do almejado desenvolvimento econômico e social sustentável.

Submeto aos ilustres pares a presente proposta de emenda à Constituição, na expectativa de sua aprovação.

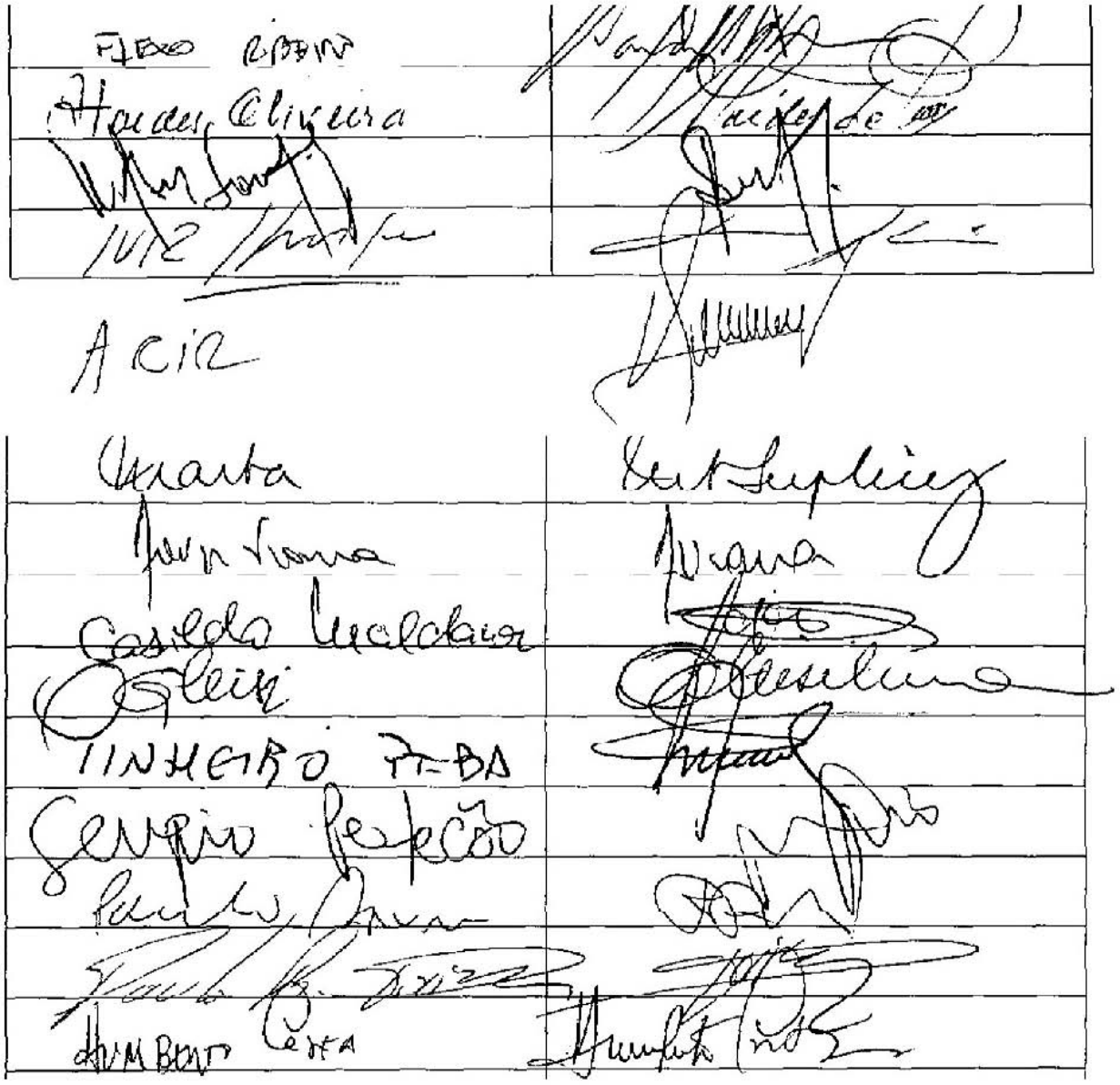
Sala das Sessões,

SENADOR IVO CASSOL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2011

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza de proteção integral.

SENADORES	
NOME DO PARLAMENTAR	**ASSINATURA**
ANA AMÉLIA (PP/RS)	
CYRO MIRANDA	
JARESSA	



(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2011

Altera a redação dos arts. 84 e 89 e acrescenta o art. 90-A à Constituição Federal, para modificar a composição e as atribuições do Conselho da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 84 e 89 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 84.** .....

.....

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, observado o disposto nos arts. 89 e 90-A, a direção superior da administração federal;

....." (NR)

"**Art. 89.** O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República e de deliberação sobre obras de infraestrutura de grande vulto e interesse nacional, e dele participam:

.....

VIII – os ex-presidentes da República." (NR)

IX – os Governadores dos estados onde serão executadas as obras.

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 90-A:

"**Art. 90-A.** Compete ao Conselho da República deliberar sobre a execução de obras de infraestrutura de grande vulto e interesse nacional, nos termos da lei.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal define o Conselho da República como órgão superior de assessoramento do Presidente da República, atribuindo-lhe competência para manifestar opinião em situações de extrema relevância para o País, como nos casos em que se cogita a instituição de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, ou ainda para outras questões de impacto quanto à estabilidade das instituições democráticas.

Os integrantes desse colegiado são titulares de cargos proeminentes no panorama institucional da República: o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e o Ministro da Justiça. Além dessas autoridades, são nomeados para integrar o Conselho da República seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de três anos, em igual número, pelo Presidente da República, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Acreditamos que a função institucional do Conselho da República pode ser aperfeiçoada com duas medidas que apresentamos nesta proposição: a inclusão, dentre suas competências, da deliberação sobre as obras de infra-estrutura de grande vulto e interesse nacional e a participação dos ex-Presidentes da República.

E preciso estimular o debate sobre os projetos de grandes obras nacionais de infraestrutura, que representam elemento indispensável para o desenvolvimento socioeconômico da nação. A discussão e deliberação sobre esses projetos no Conselho da República, que congrega as mais altas autoridades, representantes do Executivo e Legislativo, deve incrementar a qualidade das decisões, além de amplificar o diálogo entre os Poderes da República.

Os ex-Presidentes da República, com toda a experiência que acumularam no exercício de seus mandatos, podem oferecer relevantes contribuições para a definição dos destinos do país e para a manutenção da estabilidade das instituições democráticas. Por essas razões, rogamos o apoio de nossos Pares a esta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador IVO CASSOL

SENADORES

NOME DO PARLAMENTAR	ASSINATURA
PEDRO TAQUES	
EDUARDO SUPLICY	
ANA AMÉLIA (PP/RS)	
CYRO MIRANDA	
VANESSA	
ACYR GURGACZ	
ANIBAL DINIZ	ANIBAL DINIZ - PT-AC
JOSÉ AGRIPINO	
JOÃO PEDRO	
EDUARDO SUPLICY	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	
LINDBERGH FARIAS	
IVO CASSOL	
ACIR GURGACZ	
GLEISI	
OMAR AZIZ	
MOZARILDO CAVALCANTI	
CASILDO MALDANER	
JOSÉ PIMENTEL	
PINHEIRO	
SÉRGIO PETECÃO	
RENAN CALHEIROS	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	
HUMBERTO COSTA	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2011

(nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO MALÁUI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República do Maláui

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Reconhecendo o interesse em fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico,

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes.

Artigo II

1. Programas, projetos e atividades de cooperação técnica serão implementados por meio de Programas Executivos.

2. Igualmente por meio de Programas Executivos, serão definidas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas, projetos e atividades.

3. Nos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, as Partes Contratantes poderão considerar a participação de instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países, conforme acordado por meio de Programas Executivos.

4. As Partes Contratantes poderão, em conjunto ou separadamente, contribuir para a implementação de programas, projetos e atividades por elas aprovados e procurar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

Artigo III

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes a programas, projetos e atividades de cooperação técnica, como:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

d) analisar, aprovar e implementar programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução de programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo IV

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

Artigo V

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem acordadas nos Programas Executivos.

Artigo VI

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de seus próprios nacionais ou de estrangeiros com residência permanente no seu território:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitado por canal diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção idêntica àquela prevista na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda relativa a salários pagos por instituições da Parte Contratante que os enviou; no caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) imunidade de jurisdição por palavras faladas ou escritas e por todos os demais atos praticados no exercício de suas funções; e

f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o envie e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o recebe.

Artigo VII

O pessoal enviado ao território da outra Parte, no âmbito do presente Acordo, deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e aos regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VI do presente Acordo.

Artigo VIII

1. Bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte Contratante à outra, para a execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado no respectivo Programa Executivo, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos programas, projetos e atividades, todos os bens, equipamentos e outros itens que não tiverem sido transferidos a título permanente à outra Parte Contratante pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de exportação e outros impostos normalmente incidentes, com exceção de taxas e encargos governamentais relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

Artigo IX

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que entrará em vigor a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com pelo menos 1 (um) ano de antecedência à sua renovação automática.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, programas, projetos e atividades em execução não serão afetados, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente, por escrito e por via diplomática.

4. O presente Acordo poderá ser emendado por entendimento mútuo. Emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Artigo X

Quaisquer controvérsias relativas à interpretação e implementação do presente Acordo serão dirimidas de forma amigável pelas Partes Contratantes por meio de negociação direta pela via diplomática.

Feito em Brasília, em 16 de setembro de 2009, em dois (2) exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO MALÁUI

Eta E. Banda
Ministra de Assuntos Externos

Mensagem nº 158, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

Brasília, 9 de abril de 2010.

EM No 00401 MRE/DAI/ABC/DAF II/AFEPA – PAIN-BRAS-MAUI

Brasília, 11 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.

2. A assinatura desse instrumento, primeiro Acordo celebrado entre os dois países, atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico dos respectivos países.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países e organismos internacionais. Para tanto, poderão ser convocadas reuniões entre as partes com vistas a assegurar a implementação do Acordo.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, em conformidade com o Artigo 49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2011
(Nº 1.669/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

§ 1º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer emendas, protocolos adicionais, acordos executivos ou ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

§ 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional os tratados e acordos que, nos termos do art. 13 do Tratado, venham a criar outras instituições e organizações vinculados à União de Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS

A República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela,

PREÂMBULO

APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngües e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum;

INSPIRADAS nas Declarações de Cusco (8 de dezembro de 2004), Brasília (30 de setembro de 2005) e Cochabamba (9 de dezembro de 2006);

AFIRMANDO sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe;

CONVENCIDAS de que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de nossos povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes;

SEGURAS de que a integração é um passo decisivo rumo ao fortalecimento do multilateralismo e à vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar, equilibrado e justo no qual prevaleça a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa;

RATIFICANDO que tanto a integração quanto a união sul-americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável;

ENTENDENDO que a integração sul-americana deve ser alcançada através de um processo inovador, que inclua todas as conquistas e avanços obtidos pelo MERCOSUL e pela CAN, assim como a experiência do Chile, Guiana e Suriname, indo além da convergência desses processos;

CONSCIENTES de que esse processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso em seus objetivos estratégicos, que deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assuma os compromissos segundo sua realidade;

RATIFICANDO que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro comum de paz e prosperidade econômica e social e o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Membros;

ACORDAM:

Artigo 1
Constituição da UNASUL

Os Estados Partes do presente Tratado decidem constituir a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como uma organização dotada de personalidade jurídica internacional.

Artigo 2
Objetivo

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Artigo 3
Objetivos Específicos

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivos específicos:

a) o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional;

b) o desenvolvimento social e humano com eqüidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região;

c) a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos;

d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região;

e) o desenvolvimento de uma infra-estrutura para a interconexão da região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis;

f) a integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros;

g) a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática;

h) o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração eqüitativa;

i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana;

j) o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde;

k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas;

l) a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, eqüitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza;

m) a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;

n) a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;

o) a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;

p) a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;

q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a deminagem;

r) a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados Membros da UNASUL;

s) o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa;

t) a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã, e

u) a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação

Artigo 4
Órgãos

Os órgãos da UNASUL são:

1. O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;

2. O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

3. O Conselho de Delegadas e Delegados;

4. A Secretaria Geral.

Artigo 5
Desenvolvimento da Institucionalidade

Poderão ser convocadas e conformadas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais que sejam requeridas, de natureza permanente ou temporária, para dar cumprimento aos mandatos e recomendações dos órgãos competentes. Essas instâncias prestarão conta do desempenho de seus atos por meio do Conselho de Delegadas e Delegados, que o elevará ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo ou ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, conforme o caso.

Os acordos adotados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais serão submetidos à consideração do órgão competente que os tenha criado ou convocado.

O Conselho Energético Sul-americano, criado na Declaração de Margarita (17 de abril de 2007), é parte da UNASUL.

Artigo 6
O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da UNASUL.

Suas atribuições são:

a) estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação;

b) convocar Reuniões Ministeriais Setoriais e criar Conselhos de nível Ministerial;

c) decidir sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

d) adotar as diretrizes políticas para as relações com terceiros;

As reuniões ordinárias do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo terão periodicidade anual. A pedido de um Estado Membro poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, através da Presidência Pro Tempore, com o consenso de todos os Estados Membros da UNASUL.

Artigo 7
A Presidência Pro Tempore

A Presidência Pro Tempore da UNASUL será exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética, por períodos anuais.

Suas atribuições são:

a) preparar, convocar e presidir as reuniões dos órgãos da UNASUL;

b) apresentar para consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Delegadas e Delegados o Programa anual de atividades da UNASUL, com datas, sedes e agenda das reuniões de seus órgãos, em coordenação com a Secretaria Geral;

c) representar a UNASUL em eventos internacionais, devendo a delegação ser previamente aprovada pelos Estados Membros;

d) assumir compromissos e firmar Declarações com terceiros, com prévio consentimento dos órgãos correspondentes da UNASUL.

Artigo 8
O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores tem as seguintes atribuições:

a) adotar Resoluções para implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;

b) propor projetos de Decisões e preparar as reuniões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;

c) coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana;

d) desenvolver e promover o diálogo político e a concertação sobre temas de interesse regional e internacional;

e) realizar o seguimento e a avaliação do proceso de integração em seu conjunto;

f) aprovar o Programa anual de atividades e o orçamento anual de funcionamento da UNASUL;

g) aprovar o financiamento das iniciativas comuns da UNASUL;

h) implementar as diretrizes políticas nas relações com terceiros;

i) aprovar resoluções e regulamentos de caráter institucional ou sobre outros temas que sejam de sua competência;

j) criar Grupos de Trabalho no marco das prioridades fixadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

As reuniões ordinárias do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores terão periodicidade semestral, podendo a Presidência Pro Tempore convocar reuniões extraordinárias a pedido de metade dos Estados Membros.

Artigo 9
O Conselho de Delegadas e Delegados

O Conselho de Delegadas e Delegados tem as seguintes atribuições:

a) implementar, mediante a adoção das Disposições pertinentes, as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral;

b) preparar as reuniões do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

c) elaborar projetos de Decisões, Resoluções e Regulamentos para a consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

d) compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional vigentes, com a finalidade de promover a complementaridade de esforços;

e) conformar, coordenar e dar seguimento aos Grupos de Trabalho;

f) dar seguimento ao diálogo político e à concertação sobre temas de interesse regional e internacional;

g) promover os espaços de diálogo que favoreçam a participação cidadã no processo de integração sul-americana;

h) propor ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores o projeto de orçamento ordinário anual de funcionamento para sua consideração e aprovação.

O Conselho de Delegadas e Delegados é formado por uma ou um representante acreditado(a) por cada Estado Membro. Reúne-se com periodicidade preferencialmente bimestral, no território do Estado que exerce a Presidência Pro Tempore ou outro lugar que se acorde.

Artigo 10
A Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão que, sob a condução do Secretário Geral, executa os mandatos que lhe conferem os órgãos da UNASUL e exerce sua representação por delegação expressa dos mesmos. Tem sua sede em Quito, Equador.

Suas atribuições são:

a) apoiar o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, o Conselho de Delegadas e Delegados e a Presidência Pro Tempore no cumprimento de suas funções;

b) propor iniciativas e efetuar o seguimento das diretrizes dos órgãos da UNASUL;

c) participar com direito a voz e exercer a função de secretaria nas reuniões dos órgãos da UNASUL;

d) preparar e apresentar a Memória Anual e os informes respectivos aos órgãos correspondentes da UNASUL;

e) servir como depositário dos Acordos no âmbito da UNASUL e disponibilizar sua publicação correspondente;

f) preparar o projeto de orçamento anual para a consideração do Conselho de Delegadas e Delegados e adotar as medidas necessárias para sua boa gestão e execução;

g) preparar os projetos de Regulamento para o funcionamento da Secretaria Geral e submetê-los à consideração e aprovação dos órgãos correspondentes;

h) coordenar-se com outras entidades de integração e cooperação latino-americanas e caribenhas para o desenvolvimento das atividades que lhe encomendem os órgãos da UNASUL;

i) celebrar, de acordo com os regulamentos, todos os atos jurídicos necessários para a boa administração e gestão da Secretaria Geral.

O Secretário Geral será designado pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo com base em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos, renovável apenas uma vez. O Secretário Geral não poderá ser sucedido por uma pessoa da mesma nacionalidade.

Durante o exercício de suas funções, o Secretário Geral e os funcionários da Secretaria terão dedicação exclusiva, não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo, nem de entidade alheia à UNASUL, e se absterão de atuar de forma incompatível com sua condição de funcionários internacionais responsáveis unicamente perante esta organização internacional.

O Secretário Geral exerce a representação legal da Secretaria Geral.

Na seleção dos funcionários da Secretaria Geral será garantida uma representação eqüitativa entre os Estados Membros, levando-se em conta, na medida do possível, critérios de gênero, de idiomas, étnicos e outros.

Artigo 11
Fontes Jurídicas

As fontes jurídicas da UNASUL são as seguintes:

1. O Tratado Constitutivo da UNASUL e os demais instrumentos adicionais;
2. Os Acordos que celebrem os Estados Membros da UNASUL com base nos instrumentos mencionados no parágrafo precedente;
3. As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
4. As Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, e
5. As Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 12
Aprovação da Normativa

Toda a normativa da UNASUL será adotada por consenso.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e as Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados poderão ser adotadas estando presentes ao menos três quartos (3/4) dos Estados Membros.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores acordadas sem a presença de todos os Estados Membros deverão ser objeto de consultas do Secretário Geral dirigidas aos Estados ausentes, que deverão pronunciar-se em um prazo máximo de trinta (30) dias corridos, a contar do recebimento do documento no idioma correspondente. No caso do Conselho de Delegadas e Delegados, esse prazo será de quinze (15) dias.

Os Grupos de Trabalho poderão realizar sessão e apresentar propostas sempre que o quorum das reuniões seja de metade mais um dos Estados Membros.

Os atos normativos emanados dos órgãos da UNASUL serão obrigatórios para os Estados Membros uma vez que tenham sido incorporados no ordenamento jurídico de cada um deles, de acordo com seus respectivos procedimentos internos.

Artigo 13
Adoção de Políticas e Criação de Instituições, Organizações e Programas

Um ou mais Estados Membros poderão submeter à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns para serem adotados por consenso, com base em critérios flexíveis e graduais de implementação, segundo os objetivos da UNASUL e o disposto nos Artigos 5 e 12 do presente Tratado.

No caso de programas, instituições ou organizações em que participem Estados Membros antes da entrada em vigor deste Tratado, poderão ser considerados como programas, instituições ou organizações da UNASUL de acordo com os procedimentos assinalados neste Artigo e em consonância com os objetivos deste Tratado.

As propostas serão apresentadas ao Conselho de Delegadas e Delegados. Uma vez aprovadas por consenso, serão remetidas ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e, subseqüentemente, ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, para aprovação por consenso. Quando uma proposta não for objeto de consenso, a mesma só poderá ser novamente submetida ao Conselho de Delegadas e Delegados seis meses após sua última inclusão na agenda.

Aprovada uma proposta pela instância máxima da UNASUL, três ou mais Estados Membros poderão iniciar seu desenvolvimento, sempre e quando se assegurem tanto a possibilidade de incorporação de outros Estados Membros, quanto a informação periódica sobre seus avanços ao Conselho de Delegadas e Delegados.

Qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros poderá participar como observador ou eximir-se total ou parcialmente de participar por tempo definido ou indefinido.

A adoção de políticas e a criação de instituições, organizações e programas será regulamentada pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com base em proposta do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 14
Diálogo Político

A concertação política entre os Estados Membros da UNASUL será um fator de harmonia e respeito mútuo que afiance a estabilidade regional e sustente a preservação dos valores democráticos e a promoção dos direitos humanos.

Os Estados Membros reforçarão a prática de construção de consensos no que se refere aos temas centrais da agenda internacional e promoverão iniciativas que afirmem a identidade da região como um fator dinâmico nas relações internacionais.

Artigo 15
Relações com Terceiros

A UNASUL promoverá iniciativas de diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscará consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras entidades com personalidade jurídica internacional, priorizando projetos nas áreas de energia, financiamento, infra-estrutura, políticas sociais, educação e outras a serem definidas.

O Conselho de Delegadas e Delegados é o responsável por dar seguimento às atividades de implementação com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral. Com o propósito de assegurar adequada coordenação, o Conselho de Delegadas e Delegados deverá conhecer e considerar expressamente as posições que sustentará a UNASUL em seu relacionamento com terceiros.

Artigo 16
Financiamento

O Conselho de Delegadas e Delegados proporá ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração e aprovação, o Projeto de Orçamento ordinário anual de funcionamento da Secretaria Geral.

O financiamento do orçamento ordinário de funcionamento da Secretaria Geral será realizado com base em cotas diferenciadas dos Estados Membros a serem determinadas por Resolução do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por proposta do Conselho de Delegadas e Delegados, levando em conta a capacidade econômica dos Estados Membros, a responsabilidade comum e o princípio da eqüidade.

Artigo 17
Parlamento

A formação de um Parlamento Sul-americano com sede na cidade de Cochabamba, Bolívia, será matéria de um Protocolo Adicional ao presente Tratado.

Artigo 18
Participação Cidadã

Será promovida a participação plena da cidadania no processo de integração e união sul-americanas, por meio do diálogo e da interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da UNASUL.

Os Estados Membros e os órgãos da UNASUL gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.

Artigo 19
Estados Associados

Os demais Estados da América Latina e do Caribe que solicitem sua participação como Estados Associados da UNASUL poderão ser admitidos com a aprovação do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

Os direitos e obrigações dos Estados Associados serão objeto de regulamentação por parte do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

Artigo 20
Adesão de Novos Membros

A partir do quinto ano da entrada em vigor do presente Tratado e levando em conta o propósito de fortalecer a unidade da América Latina e do Caribe, o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo poderá examinar solicitações de adesão como Estados Membros por parte de Estados Associados que tenhan esse status por quatro (4) anos, mediante recomendação por consenso do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores. Os respectivos Protocolos de Adesão entrarão em vigor aos 30 dias da data em que se complete seu processo de ratificação por todos os Estados Membros e o Estado Aderente.

Artigo 21
Solução de Controvérsias

As controvérsias que puderem surgir entre Estados Partes a respeito da interpretação ou aplicação das disposições do presente Tratado Constitutivo serão resolvidas mediante negociações diretas.

Em caso de não se alcançar uma solução mediante a negociação direta, os referidos Estados Membros submeterão a controvérsia à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados, o qual, dentro de 60 dias de seu recebimento, formulará as recomendações pertinentes para sua solução.

No caso de não se alcançar uma solução, essa instância elevará a controvérsia ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração em sua próxima reunião.

Artigo 22
Imunidades e Privilégios

A UNASUL gozará, no território de cada um dos Estados Membros, dos privilégios e imunidades necessários para a realização de seus propósitos.

Os representantes dos Estados Membros e os funcionários internacionais da UNASUL igualmente gozarão dos privilégios e imunidades necessários para desempenhar com independência suas funções relacionadas a este Tratado.

A UNASUL celebrará com a República do Equador o correspondente Acordo de Sede, que estabelecerá os privilégios e imunidades específicos.

Artigo 23
Idiomas

Os idiomas oficiais da União de Nações Sul-americanas serão o português, o castelhano, o inglês e o neerlandês.

Artigo 24
Duração e Denúncia

O presente Tratado Constitutivo terá duração indefinida. Poderá ser denunciado por qualquer dos Estados Membros mediante notificação escrita ao Depositário, que comunicará a denúncia aos demais Estados Membros.

A denúncia surtirá efeito uma vez transcorrido o prazo de seis (6) meses da data em que a notificação tenha sido recebida pelo Depositário.

A notificação de denúncia não eximirá o Estado Membro da obrigação de pagar as contribuições ordinárias que estiveram pendentes.

Artigo 25
Emendas

Qualquer Estado Membro poderá propor emendas ao presente Tratado Constitutivo. As propostas de emenda serão comunicadas à Secretaria Peral, que as notificará aos Estados Membros para sua consideração pelos órgãos da UNASUL.

As emendas aprovadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo seguirão o procedimento estabelecido no Artigo 26 para sua posterior entrada em vigor.

Artigo 26
Entrada em Vigor

O presente Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas entrará em vigor trinta dias após a data de recepção do nono (9º) instrumento de ratificação.

Os instrumentos de ratificação serão depositados perante o Governo da República do Equador, que comunicará a data de depósito aos demais Estados Membros, assim como a data de entrada em vigor do presente Tratado Constitutivo.

Para o Estado Membro que ratifique o Tratado Constitutivo após haver sido depositado o nono instrumento de ratificação, o mesmo entrará em vigor trinta dias após a data em que esse Estado Membro tenha depositado seu instrumento de ratificação.

Artigo 27
Registro

O presente Tratado Constitutivo e suas emendas serão registrados perante a Secretaria da Organização das Nações Unidas.

Artigo Transitório

As Partes acordam designar uma Comissão Especial, que será coordenada pelo Conselho de Delegadas e Delegados e será integrada por representantes dos Parlamentos Nacionais, Sub-regionais e Regionais com o objetivo de elaborar um Projeto de Protocolo Adicional que será considerado na IV Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Essa Comissão se reunirá na cidade de Cochabamba. Esse Protocolo Adicional estabelecerá a composição, as atribuições e o funcionamento do Parlamento Sul-americano.

Feito em Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 23 de maio de 2008, em originais nos idiomas português, castelhano, inglês e neerlandês, sendo os quatro textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PELA REPÚBLICA DA BOLÍVIA

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA DO CHILE

PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

PELA REPÚBLICA DO EQUADOR

PELA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

PELA REPÚBLICA DO PERU

PELA REPÚBLICA DO SURINAME

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

PELA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Mensagem nº 537 , **de 2008**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

Brasília, 22 de julho de 2008.

Mensagem nº 537 , de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

Brasília, 22 de julho de 2008.

EM No 00225 MRE - CGSUL/DAI/– PREG/AMSU

Brasília, 18 de maio de 2008.

00001.005622/2008-80

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à alta consideração de Vossa Excelência, para encaminhamento ao Congresso Nacional, o anexo texto do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, assinado por todos os Estados Membros durante a Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo realizada em Brasília, em 23 de maio último.

2. Como sabe Vossa Excelência, o instrumento jurídico em apreço entrará em vigor com o depósito da nona ratificação, provendo a União das Nações Sul-Americanas de arcabouço institucional flexível e ágil para articular iniciativas comuns de integração. A esse propósito, cabe ressaltar que o Tratado em tela, conforme disposto em seu Artigo 19, prevê a participação na UNASUL de outros Estados da América Latina e Caribe, como Estados Associados, sendo-lhes ainda facultado solicitar a adesão como membros plenos, nos termos previstos no Artigo 20. Tais dispositivos conferem à UNASUL a possibilidade de vir a ter alcance geográfico muito mais amplo, tornando-se instrumento privilegiado de integração para toda a América Latina e Caribe.

3. A vigência do Tratado Constitutivo permitirá dar início à implementação do Plano de Ação da UNASUL, o qual, nesta primeira fase, contemplará projetos nas seguintes áreas prioritárias: integração financeira, infra-estrutura, energia, políticas sociais e educação. Ademais, possibilitará dar continuidade a outras iniciativas relevantes para a integração, tais como a instituição de um mecanismo regional de solução de controvérsias em matéria de investimentos, a criação de um Parlamento e de um Conselho de Defesa sul-americanos.

4. É, pois, de todo interesse, que o Tratado Constitutivo da UNASUL possa entrar em vigor o mais breve possível, como forma de assegurar o efetivo início das ações concretas de integração. Uma vez que os procedimentos internos para a vigência do presente Tratado requerem sua ratificação pelo Legislativo, nos termos do inciso I, artigo 49 da Constituição Federal, elevo a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, para seu encaminhamento à apreciação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 137 e 138, de 2011, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 95 a 99, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 42 a 46, de 2011, respectivamente, e recomendando os seus arquivamentos.

São os seguintes os Ofícios:

OF. 95/2011/CAE

Brasília, 10 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de maio, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 42 de 2011 (n° 110/MF), de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, informando, no contexto do Programa, de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal n° 20/04, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República no primeiro trimestre de 2011. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE n° 12/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 96/2011/CAE

Brasília, 10 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de maio, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 43 de 2011 (n° 032/2011-BCB), de 29 de abril de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE n° 12/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 97/2011/CAE

Brasília, 10 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de maio, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 44 de 2011 (n° 532-Seses-TCU-Plenário), de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC-022.065/2010-5, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 27/4/2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução n° 41 de 2010 desta

Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE n° 12/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos .

OF. 98/2011/CAE

Brasília, 10 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de maio, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 45 de 2011 (n° 525-Seses-TCU-Plenário), de 27 de abril de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC-025.597/2010-8, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 27/4/2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução n° 50 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE n° 12/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. 099/201 1/CAE

Brasília, 10 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de maio, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso n° 46 de 2011 (n° 109/GMF), de 28 de abril de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal n° 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE n° 12/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os Avisos nºs 42 a 46, de 2011, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 58, de 2011** (nº 698/2011, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 58, DE 2011

Aviso nº 698-GP/TCU

Brasília, 30 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2011.

Atenciosamente,

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

2011 Relatório de Atividades

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), do 1º trimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de suas atribuições, os quais constituem, no essencial, resposta positiva a delinear o acerto da conjugação de esforços institucionais pela busca constante de melhoria da Administração Pública, criando-se, assim, uma ambiência favorável ao atendimento dos anseios do cidadão por crescentes ganhos de qualidade na prestação dos serviços que lhe são ofertados ou postos à sua disposição.

Vale ressaltar que, embora a maior parte dos benefícios das ações de controle externo sejam imensuráreis, por advir basicamente da expectativa de controle, da prevenção de desperdícios, de melhoria na alocação de recursos, de sugestão de aprimoramento de leis, de redução de danos ambientais e melhorias de políticas públicas, alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração, tendentes, inclusive, a gerar benefícios por tempo indeterminado.

Em consonância com essa assertiva, merece registro o fato de que, no período em exame, tais benefícios alcançaram o montante de R$ 1,5 bilhão, valor 4,97 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no período, estimado em R$ 307,2 milhões.

Outro aspecto, a ser também ressaltado, diz respeito à manutenção da política de redução sistemática do estoque de processos. No trimestre, foram autuados 1.346 processos referentes ao controle externo e apreciados conclusivamente 1.521 autos da mesma natureza.

No período, o TCU, em respeito ao devido processo legal, apreciou ainda 207 processos em grau de recurso, dos quais 36% foram providos e 50% não providos.

Ademais, *em sua atuação fiscalizadora, o Tribunal* concluiu 165 auditorias e inspeções, envolvendo esforço de 10.616 Homens-Dia de Fiscalização – HDF, das quais 5,5% (9) foram objeto de solicitação do Congresso Nacional e o restante, 94,5% (156), de iniciativa do próprio TCU.

Também teve destaque a atuação prévia do Tribunal, mediante a adoção de 19 medidas cautelares, as quais envolveram a aplicação de recursos públicos superiores a R$ 387,6 milhões e evidenciam o mérito da visão pró-ativa do TCU em relação à despesa pública, cujo intuito é neutralizar real ameaça de concretização de graves danos ao erário.

Em suma, a apresentação de alguns números decorrentes da ação de controle do Tribunal reafirma o compromisso e o empenho desta Instituição na busca pela melhoria contínua do desempenho da Administração Pública, de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo Federal e prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Brasília, maio de 2011.
Benjamim Zymler
Presidente

SUMÁRIO

TCU EM NÚMEROS

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

1.1. Competências e Jurisdição

1.2. Estrutura

1.3. Deliberações dos Colegiados

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

2.1. Resultados do Controle Externo

2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

2.1.3. Recursos Julgados

2.1.4. Medidas Cautelares

2.1.5. Julgamento de Contas

2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas

2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

2.1.8. Fiscalizações

2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

2.2.1. Administração-Geral

2.2.2. Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

2.2.3. Educação

2.2.4. Energia

2.2.5. Gestão de Pessoas

2.2.6. Habitação e Urbanismo

2.2.7. Saúde

2.2.8. Trabalho

2.2.9. Transporte

3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS

3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

3.2. Audiências no Congresso Nacional

3.3. Acordos e Eventos

3.4. Atuação Internacional

3.5. Ouvidoria do TCU

3.6. Divulgação Institucional

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4.1. Estratégias e Planos

4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

4.3. Gestão de Pessoas

4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros

ANEXOS

Anexo I. "Organograma do Tribunal de Contas da União"

Anexo II. "Medidas Cautelares Adotadas no Período"

Anexo III. "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal"

Anexo IV. "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"

Anexo V. "Fiscalizações Concluídas no Período"

Anexo VI. "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei nº 12.214/2011 (LOA/2011)"

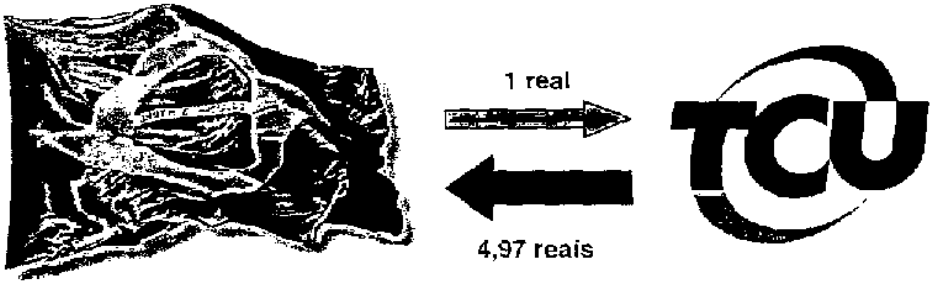
Anexo VII. "Unidades da Secretaria do TCU"

TCU EM NÚMEROS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2011 estão sintetizados abaixo.

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R$ 1,53 bilhão
Medidas cautelares adotadas	19
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	19
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R$ 387,6 milhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	805
Valor das condenações	R$ 267,7 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	576
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R$ 166,1 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	35
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	24
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	688
Processos julgados conclusivamente	1.521
Acórdãos proferidos	3.138
Recursos julgados	207
Atos de pessoal analisados	36.792
Fiscalizações concluídas – Total	165
Fiscalizações concluídas – Solicitadas pelo Congresso Nacional	9

Para cada R$ 1 do Orçamento da União alocado ao TCU, o retorno ao País foi de R$ 4,97



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União - TCU, criado em 1890 por iniciativa de Rui Barbosa, na época Ministro da Fazenda, norteia-se, desde então, pelos princípios da ética, da efetividade, da independência, da justiça e do profissionalismo, e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública. A Constituição de 1891, a primeira republicana, institucionalizou definitivamente o TCU. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional.

1.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, clama por moralidade, profissionalismo e excelência da Administração Pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais.

O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado, passando a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude, do desvio, da corrupção e do desperdício e contribui, assim, para a transparência e melhoria do desempenho da Administração Pública e da alocação de recursos federais.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles

que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

1.2. Estrutura

O TCU é integrado por nove Ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os Ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro Ministros. Os auditores, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os Ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

No dia 8 de dezembro de 2010 o **Ministro Benjamin Zymler** tomou posse como **Presidente** do Tribunal de Contas da União para o ano de 2011. Na mesma ocasião, o **Ministro Augusto Nardes** assumiu a Vice-Presidência do TCU. Ambos foram eleitos no dia 1º de dezembro de 2010 para mandato de um ano, permitida uma reeleição pelo mesmo período.

O Tribunal de Contas da União, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais cometidas ao TCU. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex, estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O organograma do Tribunal consta do Anexo I deste relatório – "Organograma do Tribunal de Contas da União".

1.3. Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 1992, pode expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse intuito, o TCU aprovou, no trimestre, três decisões normativas,

e duas resoluções. Apresenta-se, a seguir, a ementa desses normativos.

• **Decisão Normativa nº 113, de 31 de março de 2011.** *Prorroga data fixada no Anexo I da* Decisão Normativa-TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, para envio dos relatórios de gestão do exercício de 2010.

• **Decisão Normativa nº 112, de 23 de março de 2011.** Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos *recursos previstos no art. 159, inciso III, da* Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2011, constantes do Anexo I da Decisão Normativa TCU 111, de 9 de fevereiro de 2011.

• **Decisão Normativa nº 111, de 9 de fevereiro de 2011.** Aprova, para o exercício de 2011, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *brasileiros nos recursos previstos no art. 159,* inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

• **Resolução nº 242, de 26 de janeiro de 2011.** Altera a Resolução TCU 233/2010, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos ofertados por meio de solução denominada TCU-eletrônico - e-TCU.

• **Resolução nº 241, de 26 de janeiro de 2011.** Estabelece procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiveram as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral e dá outras providências.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Sessões Realizadas e Acórdãos Proferidos

Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2011
Plenário	20	20	654	745
1ª Câmara	9	9	1.604	1127
2ª Câmara	9	9	1.367	1266
Total	38	38	3.625	3.138

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal - CF. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no 1º trimestre de 2011.

2.1. Resultados do Controle Externo

A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

No trimestre, foram **autuados 1.346 processos** referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram **apreciados** de forma conclusiva pelo Tribunal **1.521 processos** da mesma natureza.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Processos Autuados e Apreciados Conclusivamente (exceto processo de pessoal)

Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Auditoria, inspeção e levantamento	171	224	140	167
Consulta	14	15	13	11
Denúncia	87	84	121	108
Representação	529	586	765	545
Solicitação do Congresso Nacional	16	5	20	28
Tomada e Prestação de contas	5	10	310	178
Tomada de contas especial	376	308	506	424
Outros processos	70	114	55	60
Total de processos	1.268	1.346	1.930	1.521

2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No período, foram **autuados 244.913 atos** de pessoal e **apreciados 36.792 atos** dessa natureza.

O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Autuados	31.333	244.913
Apreciados	26.542	36.792
Ilegais	804	664
Legais	25.738	36.128

Do total de **24.786 atos** referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, **664** tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

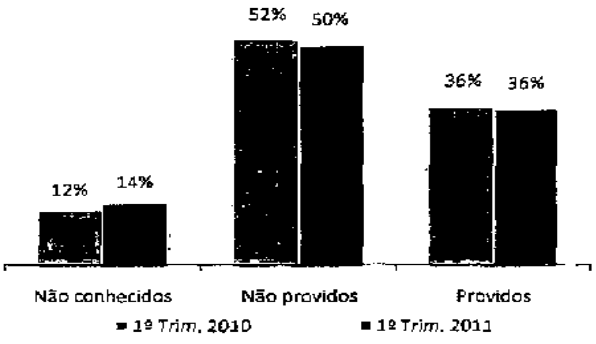
A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no **Portal TCU: http://www.tcu.gov.br**. Nesse mesmo endereço, é possível consultar a situação dos atos de admissão, de aposentadoria ou de concessão submetidos à apreciação do Tribunal.

2.1.3. Recursos Apreciados

Em observância ao princípio do devido processo legal, cabe recurso das deliberações proferidas pelo Tribunal. As modalidades de recursos estão previstas nos artigos 32 e 48 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992).

No trimestre, os colegiados julgaram **207** processos em grau de recurso. O gráfico ao lado apresenta o resultado da apreciação de recursos no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Resultado da apreciação de recursos



2.1.4. Medidas Cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No trimestre, foram adotadas **19 cautelares** contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a **R$ 387,6 milhões**, conforme se verifica no quadro adiante.

Tais medidas excepcionais estão relacionadas no Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Período"..

Medidas Cautelares

Determinação	Nº de Cautelares 1º trimestre	Valores Envolvidos (R$) 1º trimestre
Suspensão de contrato	2	33.744.271,23
Suspensão de licitação	15	348.594.247,24
Suspensão de repasses/pagamentos a convênios/contratos	2	5.345.024,05
Suspensão de processo seletivo para contratação de pessoal	-	-
Outros	-	-
Total	19	387.683.542,52

2.1.5. Julgamento de Contas

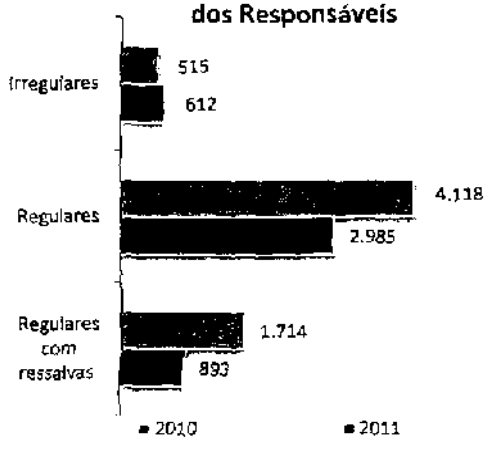
As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas são atualmente estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 63/2010.

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar tomada de contas especial - TCE, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

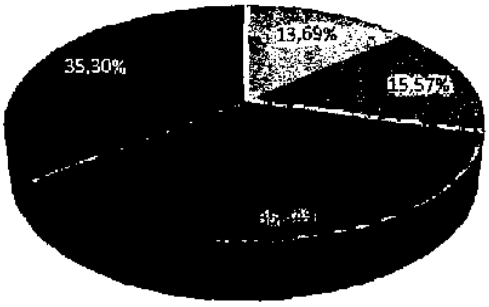
No trimestre, o TCU julgou de forma definitiva contas de **3.851 responsáveis**. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas.

Resultado Julgamentos das Contas dos Responsáveis



Motivo da irregularidade das contas



2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os **602 processos de contas** apreciados de forma conclusiva no trimestre, **330 (50,33%)** condenaram **673 responsáveis** ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros **54 processos** de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a **132 responsáveis**.

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Prestação de contas	21	21	55	59
Tomada de contas	6	9	10	27
Tomada de contas especial	320	300	551	587
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	**347**	**330**	**616**	**673**
Outros processos	26	54	66	132
Total	**373**	**384**	**682**	**805**

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de **multa** ou ressarcimento de **débito** no valor de **R$ 266,9 milhões**, atualizados até a data de 31.3.2011. Em outros processos, foram aplicadas **multas** que totalizaram **R$ 788,3 mil.**

Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	1º trimestre 2011 (R$)			1º trimestre 2010
	Débito	Multa	Total	(Débito + Multa)
Prestação de contas	2.020.798,91	311.376,00	332.174,91	5.518.491,94
Tomada de contas	805.664,22	174.793,40	980.457,62	1.299.968,15
Tomada de contas especial	254.721.872,95	8.910.178,65	263.632.051,60	234.962.468,27
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	257.548.336,08	9.396.348,05	266.944.684,13	241.780.928,36
Outros processos	-	788.336,70	788.336,70	406.437,23
Total	257.548.336,08	10.184.684,75	267.733.020,83	242.187.365,59

A relação dos responsáveis condenados ao recolhimento de débito e ao pagamento de multa consta do Anexo III - "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo *Tribunal*".

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 1º trimestre de 2011, **35 responsáveis** foram considerados **inabilitados** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e **24 empresas** declaradas **inidôneas** para licitar com a Administração Pública Federal.

Podem ser consultados no Portal TCU e no Anexo IV deste relatório - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em assuntos sujeitos à decisão do Tribunal, na forma prevista no art. 81, inciso II, da Lei nº 8.443/1992.

Ao MP/TCU, que é composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores, compete, ainda, promover, por intermédio da Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas necessárias à efetivação da cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal.

No 1º trimestre de 2011, foram autuados **576 processos** de cobrança executiva, **envolvendo** cerca de **R$ 166,1 milhões**. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu **parecer** em **3.234 processos**.

Processos com Parecer do MP/TCU

Classe de Assunto	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	1.227	2.013
Auditoria, inspeção e levantamento	13	21
Consulta	1	2
Denúncia	8	12
Representação	57	62
Solicitação do Congresso Nacional	-	1
Tomada e prestação de contas	733	842
Tomada de contas especial	320	278
Outros processos	6	3
Total	2.365	3.234

2.1.8. Fiscalizações

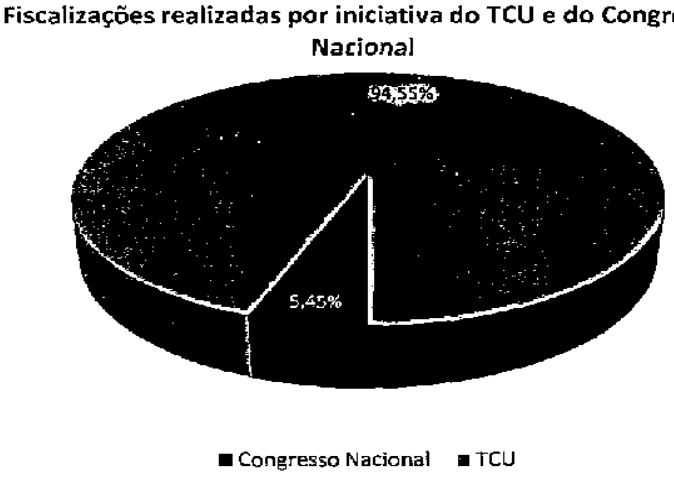
Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu *Regimento Interno* (*Resolução TCU nº* 155/2002), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, *levantamento* e *monitoramento*.

No período, foram concluídas **165 fiscalizações**, envolvendo um esforço de **10.616 Homens-Dia de Fiscalização - HDF**. O quadro adiante apresenta a quantidade dessas fiscalizações.

Fiscalizações Concluídas

Tipo de Fiscalização	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Acompanhamento	8	8
Auditoria	74	78
Inspeção	69	53
Levantamento	7	20
Monitoramento	9	6
Total	167	165

O gráfico a seguir representa as fiscalizações concluídas no trimestre, sendo que **5,5% (9)** do total realizado foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **94,5% (156)**, foram de iniciativa do próprio Tribunal. A relação dos trabalhos de fiscalização desenvolvidos pelo TCU, no trimestre, consta do Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período". O inteiro teor dos relatórios, votos e acórdãos referentes a todas as fiscalizações pode ser obtido no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.



2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou contrato em execução, consoante o preconizado no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar a execução do ato, comunicando a decisão à Câmara .

O quadro adiante apresenta os mais relevantes processos de fiscalização deliberados no período nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências.

Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em licitações	Serviço Social da Indústria (Departamento Regional no Espírito Santo) (Acórdão nº 534/Plenário, de 02.3.2011, TC nº 032.619/2010-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar)
	Companhia Docas do Pará (CDP) (Acórdão nº 601/Plenário, de 16.03.2011, TC nº 033.958/2010-6, Relator: Ministro José Jorge)
	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) (Acórdão nº 718/Plenário, de 23.3.2011, TC nº 000.658/2011-1, Relator: Ministro Valmir Campelo)
Suspensão de pagamento ou ressarcimento/retenção de valores em contratos	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) (Acórdão nº 536/Plenário, de 02.03.2011, TC nº 021.588/2010-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
Anulação, suspensão, rescisão e ajustes em contratos	Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) (Acórdão nº 311/Plenário, de 09.02.2011, TC nº 006.306/2008-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Conselho Regional de Enfermagem no Estado do Rio Grande do Sul (Coren/RS) (Acórdão nº 406/Plenário, de 16.02.2011, TC nº 026.901/2008-7, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Espírito Santo (Sesc/ES) (Acórdão nº 378/Plenário, de 16.02.2011, TC nº 000.320/2011-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
Devolução e suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Acórdão nº 495 /Plenário, de 23.2.2011, TC nº 026.714/2008-4, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Acórdão nº 522/Plenário, de 02.03.2011, TC nº 028.657/2009-3, Relator: Ministro Augusto Nardes)

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação de atos ou contratos referentes a pessoal	Conselho Regional de Odontologia do Estado do Paraná (Acórdão nº 401/Plenário, de 16.2.2011, TC nº 024.216/2009-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades.

Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os órgãos ou entidades envolvidos suspendessem, no todo ou em parte, o pagamento considerado irregular.

2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No trimestre, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

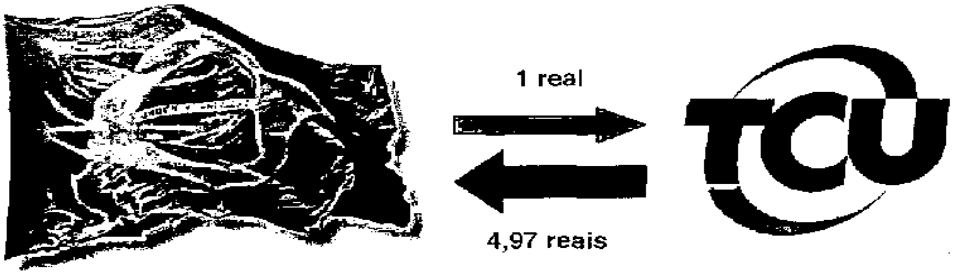
Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Benefício	Acórdão	Processo	Valor (R$)
Correção de vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado	AC-601-8/2011-PL	033.958/2010-6	2.659.000,00
	AC-175-3/2011-PL	004.636/2004-7	1.500.000,00
Elevação da arrecadação	AC-59-1/2011-PL	032.654/2008-0	3.259.342,00
Elevação da receita	AC-761-10/2011-PL	017.225/2006-5	195.171.802,90
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	AC-147-3/2011-PL	014.045/2010-9	6.000.000,00
	AC-609-8/2011-PL	007.588/2009-2	3.620.000,00
Glosa ou impugnação de despesa	AC-1.497-7/2011-1C	023.250/2010-0	2.386.843,07
	AC-761-10/2011-PL	017.225/2006-5	1.976.378,29
	AC-147-3/2011-PL	014.045/2010-9	1.349.380,00
	AC-1.382-21/2010-PL	008.662/2006-1	1.179.458,59
Interrupção do pagamento de vantagem indevida	AC-258-4/2011-PL	026.846/2006-7	125.796.669,98
Redução de preço máximo em processo licitatório	AC-302-4/2011 – PL	025.954/2010-5	531.966.043,51
	AC-373-5/2011-PL	021.731/2007-4	344.800.000,00
	AC-896-13/2010-PL	024.376/2008-6	6.989.213,27
	AC-727-14/2009-PL	001.136/2009-7	2.120.770,40
Redução de valor contratual	AC-644-3/2011-2C	019.120/2008-9	15.137.423,40
	AC-689-9/2011-PL	030.510/2008-0	6.371.347,28

	AC-2.232-38/2009-PL	009.117/2009-8	5.061.031,74
Restituição de recursos ao órgão repassador	AC-524-7/2011-PL	027.266/2006-1	5.000.000,00
TOTAL			1.262.344.704,43

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também como benefício das ações de controle os valores das condenações em débito e aplicação de multas **R$ 267.733.020,83**.

O benefício financeiro das ações de controle, no 1º trimestre de 2011, atingiu o montante de **R$ 1.530.077.725,26**, valor **4,97** vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (**R$ 307.272.187,67**).



2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no 1º trimestre de 2011, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas, agrupados por Função de Governo ou área envolvida.

2.2.1. - Administração-Geral

TCU avalia eficácia dos programas governamentais presentes no PPA

Com a finalidade de verificar a adequação de programas constantes no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 aos objetivos do Governo, o Tribunal avaliou o trabalho da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento. A equipe técnica do TCU constatou que a qualidade das informações inseridas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan) é deficiente e não reflete a real execução dos programas pelos órgãos responsáveis.

Devido à importância do sistema informatizado para o monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, o TCU determinou a adoção de algumas medidas para aperfeiçoar a operacionalização. O Comitê de Gestão do PPA deverá apresentar plano de ação que contenha medidas visando ao fortalecimento da gestão para resultados e deverá encaminhar ao Tribunal os principais resultados do processo de monitoramento estratégico do PPA, identificando eventuais problemas nas etapas de planejamento e avaliação dos programas do Governo Federal.

O TCU determinou ainda à SPI que encaminhe cronograma de capacitação de servidores envolvidos com a elaboração de programas e indicadores em todas as áreas do Plano Plurianual 2008-2011. (Acórdão nº 117/Plenário, de 26.1.2011, TC 014.899/2009-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Semag).

TCU determinou à Petrobras alteração na forma de indenização por danos sofridos com chuvas

O Tribunal determinou que a Petrobras modifique a metodologia de pagamento de verba de chuva em diversos contratos para a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Verba de chuva é o ressarcimento de valores correspondentes a gastos em decorrência de prejuízos com chuvas e descargas atmosféricas.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e envolve o equivalente a R$ 23 bilhões. De acordo com o relatório do TCU, os valores das indenizações poderiam custar em torno de R$ 300 milhões. Os técnicos do Tribunal constataram que o método utilizado pela Petrobras para o cálculo de verbas indenizatórias é inadequado.

A Petrobras alegou que não haveria por que se preocupar com a imprecisão dos valores previstos para as verbas de chuvas, uma vez que apenas os custos efetivamente incorridos serão pagos, como ressarcimento dos valores decorrente da paralisação. A auditoria sustentou que gastos com consumo de combustíveis, óleos lubrificantes e manutenção não devem ser contabilizados quando os equipamentos estão parados. Foi argumentado também que os critérios utilizados pela Petrobras para o ressarcimento não estão explícitos nos contratos ou nos editais enviados às empresas convidadas a participar das licitações.

O Tribunal determinou que a Petrobras adote outro mecanismo para o cálculo de custos indenizatórios em relação às chuvas. O cumprimento da determinação do TCU pode alcançar uma redução de até 75% no valor das indenizações, um benefício de R$ 225 milhões. (Acórdão nº 271/Plenário, de 9.2.2011, TC 009.758/2009-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 3ª Secob)..

Ex-funcionário da Caixa deverá devolver R$ 2,4 milhões

O TCU condenou ex-funcionário da Caixa Econômica Federal a devolver mais R$ 2,4 milhões, valor atualizado, ao Banco. Relatório do TCU apontou que o antigo gerente das agências de Virgínia e de Ouro Fino, em Minas Gerais, administrou de forma irregular contas de clientes.

O ex-funcionário concedeu empréstimos indevidamente, inclusive a si mesmo, movimentou conta de terceiros, repassou valores para a sua conta pessoal e realizou operações fraudulentas.

O Tribunal declarou o ex-Gerente inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública. O responsável ainda foi multado em R$ 30 mil. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 41/Plenário, de 19.1.2011, TC nº 019.800/2007-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU constata irregularidades em licitação do Ministério da Justiça

Dois funcionários do Ministério da Justiça (MJ) foram condenados pelo Tribunal por irregularidades em licitação para serviços de informática. Os referidos servidores, à época Coordenadores-Gerais de Tecnologia da Informação e de Logística da Secretaria-Executiva do MJ, também foram individualmente multados. Os gestores foram condenados por terem aprovado a contratação de serviços em bloco, contrariando a Lei 8.666/93, que prevê a divisão do objeto licitado "em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis".

O Tribunal determinou, ainda, prazo para que o MJ verifique se a empresa contratada, Politec Tecnologia da Informação S/A, pagou percentual superior ao previsto em lei para 13º salário e FGTS dos empregados. O Ministério deverá providenciar a recuperação dos valores cobrados indevidamente pela empresa.

O contrato em questão foi firmado entre o Ministério da Justiça e a então Politec Informática Ltda. para serviços de consultoria, desenvolvimento, manutenção, implantação, suporte e operação de sistemas, rede corporativa e teleprocessamento. Mas, segundo verificou o TCU, os serviços eram técnica e economicamente passíveis de serem licitados em separado.

Um dos argumentos apresentados pela defesa afirma que não houve divisão em razão de haver risco de se contratar empresas que utilizassem tecnologias divergentes, que poderiam não se comunicar bem. Os argumentos foram considerados improcedentes pelo Tribunal, que já havia multado responsáveis do Ministério da Justiça pelo mesmo motivo. Cabe recurso da decisão ao TCU. (Acórdão nº 372/Plenário, de 16.2.2011, TC-003.739/2008-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU suspende pregão eletrônico da Companhia Energética de Alagoas

O Tribunal determinou à Companhia Energética de Alagoas (Ceal) que suspenda, pregão eletrônico para registro de fornecedores do serviço de call center. O valor a ser contratado é de cerca de R$ 70 milhões.

O Tribunal constatou inabilitação indevida da empresa Call Tecnologia. O pregão foi vencido pela Provider Soluções Tecnológicas Ltda., que apresentou preço superior ao dos dois concorrentes que deram os melhores lances e que, mesmo assim, foram inabilitados por razões que não interferiam no preço do serviço. De acordo com o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "a não-adoção da medida cautelar poderia acarretar prejuízo".

O Tribunal alertou a Ceal para a possibilidade de vir a fixar prazo para a anulação do pregão e, por consequência, de qualquer contrato decorrente dele. O Tribunal também determinou a oitiva da empresa Provider. (Comunicação em Plenário, de 19.1.2011, TC nº 000.312/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).

TCU condena ex-prefeitos de Anápolis/GO

O Tribunal condenou dois ex-prefeitos do Município de Anápolis, no Estado de Goiás, a devolverem cerca de R$ 1,4 milhão, valores atualizados, ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Município firmaram convênio com o objetivo de implementar ações do Programa Sentinela, visando o atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, vítimas de abuso e da exploração sexual comercial. O acordo também previa ações comunitárias no enfrentamento da pobreza, com a construção de uma creche e aquisição de equipamentos para acolher 80 crianças carentes.

Não houve comprovação de que os recursos foram regularmente aplicados, de acordo com os termos de responsabilidade e com a legislação vigente. O TCU verificou que equipamentos não foram adquiridos e que houve irregularidades em pagamento de despesas.

Os responsáveis também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.137/2ª Câmara, de 22.2.2011, TC 002.409/2009-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-GO).

Construtora e ex-Prefeito de Peixoto de Azevedo/MT sofrem condenação milionária

O TCU condenou ex-Prefeito de Peixoto de Azevedo, no Estado do Mato Grosso, juntamente com os responsáveis pelo pagamento e pela atestação da prestação dos serviços e a empresa Construbel Engenharia Planejamento e Representações Ltda. a devolverem, mais de R$ 4,2 milhões, valor atualizado, ao Tesouro Nacional.

O Município firmou convênio com o Ministério da Integração Nacional com o objetivo de reconstruir pontes de madeira, bueiros e recuperar estradas. Entre as irregularidades encontradas pelo Tribunal estão atraso injustificado na apresentação da prestação de contas, não conformidade das obras com o plano de trabalho e desvio de finalidade na aplicação dos recursos, além de documentos fiscais inidôneos.

Os responsáveis também foram multados individualmente em R$ 75 mil. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1146/1ª Câmara, de 22.2.2011, TC 004.606/2003-0, Relator: Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MT).

Ex-Prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM sofre condenação milionária

O TCU condenou ex-Prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM a devolver cerca de R$ 3,8 milhões valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O ex-Prefeito não comprovou a regular aplicação dos recursos repassados ao Município para desenvolvimento, implantação e execução de ações do sistema de assistência à saúde da população indígena em todo o território do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro. O Tribunal identificou irregularidades como divergências entre a relação de pagamentos e os extratos bancários e falhas em licitações.

O responsável também foi multado. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 961/2ª Câmara, de 15.2.2011, TC 025.604/2008-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AM).

Ações do Instituto Treinar causam prejuízo de R$ 1,4 milhão

O TCU encontrou irregularidades em parcerias e convênios celebrados entre a União e o Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, sediado em Florianópolis/SC. A Instituição catarinense, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), recebeu recursos para projeto de capacitação de empregadas domésticas, fortalecimento de rede de ONGs geridas e mantidas por negros, e para evento de lançamento do plano nacional de ações integradas para enfrentar o crescimento da AIDS entre mulheres.

Dois dos convênios foram firmados com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e um com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Segundo os relatórios do TCU que tratam do assunto, as irregularidades na gestão envolvem indícios de conluio entre as licitantes, ausência de licitação e uso de comprovantes que não demonstram a aplicação do dinheiro na finalidade dos convênios. Entre os comprovantes estão notas fiscais de churrascarias, lanchonetes, supermercados e bares.

As irregularidades na execução das ações provocaram prejuízos que, somados e atualizados, chegam a mais de R$ 1,4 milhão. O responsável legal pelo Instituto Treinar e as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda., YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda., VK Consulting – Videira & Kuchiniski e Fala Produções foram condenados a devolver os recursos.

O relatório do TCU destaca que as empresas VK Consulting e Logos pertencem ao Diretor-Geral do Instituto Treinar e a sua irmã. A empresa Fala Produções tem

como sócia principal pessoa que também possui estreitas relações com o Instituto. Os responsáveis ainda foram multados. Cabe recurso das decisões. (Acórdãos nºs 273, 274 e 275, todos do Plenário, de 9.2.2011, TC nºs 020.737/2008-1, 020.981/2008-0 e 020.988/2008-1, respectivamente, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-SC).

2.2.2. - Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

TCU recomenda melhorias no apoio ao esporte de alto rendimento

O Tribunal identificou falhas que comprometem o sucesso das ações de apoio ao Esporte de Alto Rendimento, voltado a resultados e a competições nacionais e internacionais. Auditoria realizada pelo TCU constatou precariedade das estruturas de treinamento, falhas nos programas de apoio financeiro e inexistência de um sistema nacional para identificar talentos esportivos.

A concessão de Bolsa-Atleta foi a ação que mais utilizou recurso dentre as ações estruturantes do Programa. A bolsa tem o objetivo de auxiliar com uma quantia mensal o desenvolvimento de atletas que não possuem patrocínio. Porém, não alcança atletas de base, geralmente os mais necessitados de apoio financeiro. Outras ações consideradas importantes para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no País apresentam financiamento descontínuo e baixa ou nenhuma execução, como no caso das ações para fomento à infraestrutura.

Segundo a auditoria, faltam incentivos e oportunidades para a prática esportiva. Escolas públicas não possuem estrutura e é "notável" a deficiência na formação de professores. Nos clubes, as limitações estão ligadas ao custo para a população se associar e ao grau de endividamento em que se encontram alguns dos principais clubes brasileiros, o que contribui para uma redução nos investimentos em modalidades olímpicas.

A auditoria verificou ainda carência de um instituto governamental específico de pesquisa para o esporte e apoio multidisciplinar para os atletas de alto rendimento. Há apenas um projeto interinstitucional conhecido como Rede de Centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp), que possui baixa articulação com confederações e federações do esporte.

Entre as recomendações do TCU à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) para adequar as ações ao objetivo do Programa, destaca-se a elaboração e a implementação de um plano nacional para universalizar a iniciação à prática esportiva, a estruturação de um plano estratégico para o direcionamento dos recursos disponíveis à Rede Cenesp e a ampliação da cobertura do Programa Bolsa-Atleta.

Essas e outras recomendações buscam garantir maior efetividade às ações de detecção de atletas de alto rendimento no Brasil, aperfeiçoamento do processo de concessão do apoio financeiro prestado ao atleta por meio da bolsa, estruturação de sistema de apoio ao pós-carreira do atleta e melhoria das condições de infraestrutura de treinamento existentes. (Acórdão nº 357/Plenário, de 16.2.2011, TC 003.701/2010-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Seprog).

TCU identifica irregularidades em licitação da Embratur para divulgar Brasil no exterior

A política nacional de turismo, que inclui promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, é

feita pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que pertence ao Ministério do Turismo.

O Tribunal realizou auditoria no Instituto e encontrou indícios de irregularidades na licitação destinada à contratação de serviços de consultoria e execução de relações públicas e assessoria de imprensa, para divulgar o Brasil no exterior como destino turístico.

Uma contratação para divulgação do Brasil no exterior se torna ainda mais relevante diante da aproximação da Copa do Mundo. A licitação envolve cerca de R$ 40 milhões, que representam 17% do orçamento geral da Embratur para 2011.

As irregularidades encontradas, além de poderem representar riscos à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa, poderiam também configurar prejuízos à fiscalização e ao acompanhamento do contrato. Chamou a atenção a previsão de contratação de serviços de artistas, atletas ou qualquer personalidade que, a princípio, não têm relação com os serviços de consultoria, assessoria de imprensa ou relações públicas.

O TCU determinou à Embratur que, ao demandar a contratação de artistas, atletas ou qualquer personalidade, demonstre a relação do serviço pretendido com o objeto da contratação e, além disso, explicite as razões pelas quais eles não poderiam ser realizados sem a intermediação da empresa vencedora. (Acórdão nº 608/Plenário, de 16.3.2011, TC nº 020.598/2010-6, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex).

TCU incentiva transparência em atos do Ministério do Turismo

A transparência é um dos maiores compromissos da administração pública com os cidadãos. Por isso, tanto na Constituição Federal como em inúmeras leis há a previsão de publicidade dos atos. Isso quer dizer tornar públicas as ações realizadas pelo Governo, diminuindo, assim, a chance de ocorrer fraudes, corrupção ou outros atos ilícitos.

Para colaborar com essa política, o Tribunal determinou ao Ministério do Turismo que na celebração de convênios, especialmente quando se tratar de objeto estratégico para o setor de turismo do País, realize o chamamento público, previsto em Portaria Interministerial, de modo a selecionar o parceiro mais apto a cumprir o objeto, a partir de critérios técnicos e objetivos para medir a qualificação técnica e a capacidade operacional.

A determinação ocorreu após o Tribunal identificar irregularidades analisando convênio realizado pela Secretária Nacional de Turismo, que aprovou o Plano de Trabalho do referido acordo sem que o interesse recíproco dos participantes estivesse evidenciado.

Além disso, foi autorizada pela mesma Secretaria a realização de estudos e pesquisas abrangendo todas as cidades candidatas a sediar a Copa do Mundo de 2014, antes mesmo da definição oficial de quais cidades seriam escolhidas, resultando na produção de informações que não foram utilizadas. O TCU cobrou explicações dos responsáveis, sujeitando a multa os que não cumprirem com as determinações do Tribunal. (Acórdão nº 2.163/2ª Câmara, de 5.4.2011, TC nº 016.324/2009-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex)..

Produtora é condenada a pagar mais de R$ 1,6 milhão

O TCU condenou a empresa Bonito Produções Artísticas Ltda. e o responsável pela peça teatral Hamlet, ao pagamento solidário de cerca de R$ 1,6 milhão, valor atualizado, ao Fundo Nacional da Cultura.

Os recursos captados pela Lei Rouanet eram destinados à montagem e à apresenta-

ção da peça de Shakespeare em 23 cidades brasileiras, além de temporada popular em São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto também previa palestras e workshops com a presença de atores e estudantes de teatro.

O Tribunal verificou que o responsável e a produtora não prestaram contas do dinheiro investido na peça. Os responsáveis também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 560/2ª Câmara, de 1.2.2011, TC 008.714/2004-3, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-SP).

2.2.3 - Educação

TCU multa pró-reitora e Vice-Reitor da Ufac

O Tribunal constatou irregularidades nos pagamentos feitos pela Universidade Federal do Acre (Ufac), que incluiu o percentual de 3,17% na remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas. A inclusão aconteceu a partir de dezembro de 2008, com efeitos retroativos a janeiro do mesmo ano.

O TCU determinou a devolução dos valores indevidamente pagos e multou a pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Ufac e também o vice-Reitor da Instituição. Segundo relatório, há vários indícios de que o processo administrativo que concedeu a vantagem foi montado, o que conferiu falsa aparência de legalidade ao procedimento e dificultou a fiscalização.

Verificou-se, também, que todos os atos do processo foram produzidos em um único dia: peça inaugural, parecer da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, autorização do pagamento da parcela pelo Reitor em exercício, despacho da pró-Reitora de adoção de procedimentos para o pagamento, cálculo dos valores retroativos devidos a mais de mil beneficiários e inclusão da vantagem no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape).

Além disso, o parecer que fundamentou o pagamento foi elaborado por pessoa sem formação jurídica, a Procuradoria Jurídica da Universidade não se manifestou sobre a matéria e a vantagem foi lançada no Siape como objeto de decisões judiciais e não administrativas

Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 35/Plenário, de 19.1.2011, TC 033.538/2008-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-AC).

TCU fiscaliza Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Para reintegrar jovens, entre 15 e 29 anos, ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Com a finalidade de verificar a eficácia desse programa, o Tribunal realizou auditoria em 14 municípios que o executaram. O trabalho do TCU avaliou a regularidade da gestão e da execução do Programa e verificou a eficiência das ações de supervisão e fiscalização dos órgãos que o coordenam.

O Programa é constituído por quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo. A auditoria do TCU constatou falhas como baixa frequência de execução de fiscalização, ausência de procedimentos padronizados, falta de planejamento das ações e não-circulação de informação entre os órgãos centrais e os estados sobre os trabalhos realizados.

Para corrigir tais falhas, o Tribunal determinou à Secretaria Nacional de

Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS) que elabore plano de ação contendo dados relativos à frequência dos alunos do Projovem Adolescente, para o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais adotados.

O TCU também determinou à SNAS que implemente mecanismos de controle impeditivos do acesso e da permanência no Programa de jovens que não atendam aos critérios de elegibilidade especificados na respectiva legislação. (Acórdão nº 488/Plenário, de 23.2.2011, TC nº 019.571/2009-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Secex).

2.2.4 - Energia

TCU contribui para que energia elétrica chegue a famílias de áreas isoladas do País

Muitas famílias no interior do Brasil vivem isoladas e sem acesso à energia elétrica. Para tentar acabar com essa exclusão, há alguns anos o Governo Federal está implementando o "Luz para Todos". De 2003 até 2010, esse Programa beneficiou mais de 13 milhões de moradores que vivem no meio rural.

No entanto, o Tribunal verificou que ainda é preciso atender milhares de outras famílias. No início do Programa a meta referente à quantidade de famílias que seriam beneficiadas foi baseada no censo do IBGE de 2000. Porém, na época, muitas famílias não foram contempladas, o que obrigou o Governo a ampliar o Projeto e consequentemente estabelecer novos prazos.

O TCU realizou auditoria no Programa e constatou que 28% da meta inicialmente estipulada estão pendentes, sendo que a região Norte possui a maior deficiência. Isso significa que pelo menos 830 mil famílias ainda estão sem energia elétrica.

Para a execução das obras nas residências atendidas, foram utilizados aproximadamente R$15 bilhões. Esses recursos são, em sua maioria, provenientes das tarifas de energia pagas pelos consumidores em todo o País, mais um motivo para uma minuciosa atuação regulatória. O Tribunal determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, melhore os métodos de fiscalização.

O TCU determinou, ainda, a atuação dos órgãos e instituições envolvidas, como o Ministério de Minas e Energia e a Centrais Elétricas Brasileiras, de modo a aperfeiçoarem o planejamento de suas ações, bem como possibilitar o efetivo atendimento da universalização, sem que ocorram impactos tarifários indevidos. (Acórdão nº 371/Plenário, de 16.2.2011, TC 028.492/2007-5, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU acompanha leilão e concessão da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio

A energia é um bem que tem se mostrado cada vez mais importante no dia a dia. Para garantir o fornecimento de energia elétrica, o Brasil tem procurado novas fontes. Uma delas virá da construção da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, que faz parte do Complexo do Rio Madeira em Porto Velho/RO e que também inclui a Hidrelétrica Jirau.

Trata-se de um empreendimento estratégico para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com potência instalada de 3.150 MW. Os investimentos inicialmente previstos são de R$ 9,5 bilhões e a previsão

para início de operação é em 2012. O valor da tarifa de energia oriunda dessa usina impacta diretamente milhares de consumidores no País.

O Tribunal acompanhou o leilão e a concessão de uso de bem público para exploração e aproveitamento hidrelétrico pela empresa vencedora. Depois de estudos detalhados das quatro etapas, o TCU aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do acompanhamento do Leilão 005/2007 e aprovou, plenamente, os demais estágios.

As recomendações emitidas pelo TCU e que foram acatadas possibilitaram um ganho efetivo do controle da ordem de R$ 345 milhões em 5 anos. A tarifa teto do leilão passou de 130 R$/MWh para 122 R$/MWh. A atuação do Tribunal contribuiu não somente para o aperfeiçoamento desse leilão, mas também dos leilões de geração que o sucederam, como Jirau e Belo Monte. (Acórdão nº 373/Plenário, de 16.2.2011, TC 021.731/2007-4, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Sefid).

TCU verifica desvio de combustíveis

O Tribunal fiscalizou a Companhia de Energia do Amazonas (CEAM) e a Manaus Energia S.A. para averiguar desvio de combustíveis pagos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL). Tais recursos são administrados pela Eletrobrás e têm como finalidade o reembolso de parte das despesas com combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em favor de usinas localizadas em regiões isoladas.

A auditoria do TCU apontou divergência elevada entre o estoque físico informado pelo operador da usina e o apropriado no sistema de informatização com base nas notas fiscais emitidas para faturamento, fato de conhecimento da Eletrobrás; divergências nas planilhas mensais de controle de combustíveis informadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); pagamentos de combustíveis feitos pelo total emitido na nota fiscal sem conferência das quantidades entregues nas usinas; não-entrega de parte do volume de óleo enviado pela Petrobrás Distribuidora e ausência de manutenção em equipamentos das usinas termelétricas.

Para corrigir tais irregularidades, o TCU determinou à Manaus Energia S.A. que reduza ou elimine o déficit causado pelos desvios e fraudes de energia elétrica; adote providências junto aos seus funcionários, em especial, àqueles responsáveis pelo recebimento, guarda e administração do óleo diesel destinado às suas usinas; e que efetue a manutenção de equipamentos das usinas termelétricas. (Acórdão nº 671/Plenário, de 30.3.2011, TC nº 017.225/2006-5, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AM).

2.2.5 – Gestão de Pessoas

TCU identifica acúmulo de benefícios a anistiados políticos

O TCU realizou auditoria para verificar a regularidade das indenizações concedidas pelo Ministério da Justiça a anistiados políticos. A auditoria identificou acúmulo de benefícios concedidos, concessão de reparação econômica sem caracterização da condição de anistiado, concessão de efeitos retroativos em desacordo com a regra e definição do valor da prestação mensal em desacordo com a Lei 10.559/2002.

Em razão das irregularidades, o TCU determinou ao Ministério da Justiça que informe ao Tribunal as providências adotadas para a obtenção do ressarcimento, quando for o caso, dos valores de reparação

econômica anteriormente concedidos e já eventualmente pagos, a título tanto de retroativos quanto de prestações mensais.

Além disso, o Tribunal recomendou à Comissão de Anistia/MJ que doravante, na análise dos pedidos de reparação econômica, inclua a verificação quanto a se anteriormente foi ofertada ao requerente a readmissão ou reintegração ao cargo ou emprego cujo afastamento fundamentou a declaração de anistia. (Acórdão nº 258/Plenário, de 9.2.2011, TC 026.846/2006-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU aprova nova orientação acerca do regime previdenciário dos ministros militares do Superior Tribunal Militar (STM)

O Tribunal analisou questionamento do Superior Tribunal Militar (STM) acerca do entendimento objeto do Acórdão 289/2009 alterado pelo Acórdão 1.181/2010, ambos do Plenário, por meio dos quais o TCU expediu orientação quanto ao regime previdenciário no caso de aposentadoria de ministros do STM oriundos das Forças Armadas.

O Tribunal analisou questionamento do Superior Tribunal Militar (STM) acerca do entendimento objeto do Acórdão 289/2009-Plenário com a redação dada pelo Acórdão 1.181/2010, por meio dos quais o TCU expediu orientação quanto ao regime previdenciário no caso de aposentadoria de ministros do STM oriundos das Forças Armadas.

Ao analisar a questão suscitada pelo STM, o TCU entendeu por bem reformar os acórdãos anteriores. Desse modo, foi tornado insubsistente o entendimento firmado no Acórdão 289/2009-Plenário com a redação dada pelo Acórdão 1.181/2010 e, considerando os argumentos apresentados, o Tribunal expediu a seguinte orientação:

1. os Ministros Militares do STM, integrantes dos quadros militares de natureza especial por força do art. 3º, § 2º, da Lei 8.457/1992, são inativados nos termos das normas previdenciárias previstas na legislação destinada aos militares das Forças Armadas em geral, sem prejuízo à observância das regras especificamente aplicáveis aos magistrados da Justiça Militar, entendendo-se como soldo, para fins de cálculo de proventos, os subsídios recebidos no cargo de magistrado do STM;

2. dada a condição de militares da ativa e a não submissão às regras do art. 40 da Constituição Federal de 1988, aplica-se aos Ministros Militares do STM o disposto no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001, inclusive no que respeita ao direito à pensão das filhas solteiras maiores, desde que observados os requisitos previstos; e

3. os pagamentos de proventos de inatividade e de pensão devem ser efetuados aos beneficiários pelas respectivas Forças Armadas, em razão da natureza peculiar da transferência para a inatividade e das contribuições vertidas para plano de seguridade administrado pela Marinha, Exército ou Aeronáutica, conforme o caso, durante todo o serviço ativo, inclusive no desempenho da função de Ministro do Superior Tribunal Militar. (Acórdão nº 467/Plenário, de 23.2.2011, TC nº 004.138/2008-7, Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz; Unidade Técnica: não atuou).

2.2.6 – Habitação e Urbanismo

O Poder Executivo deverá informar repasses à Reglão Serrana do Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal determinou à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que informem os recursos federais transferidos

para socorrer as cidades da Região Serrana do Rio de Janeiro, atingidas pelas chuvas ocorridas em 2011.

Além do valor repassado, as informações deverão conter dados sobre o ente beneficiado, as ações a serem implementadas com os recursos e a maneira como será realizado o acompanhamento do dinheiro recebido. As futuras transferências que tenham o mesmo objetivo de assistir às vítimas desalojadas e restabelecer as condições de moradia nos municípios também deverão ser informadas de forma discriminada, no prazo de cinco dias a contar da efetivação do repasse.

Tendo em vista a relevância do tema para o País, o Tribunal entendeu que a questão deve ser acompanhada de perto, verificando-se os avanços eventualmente registrados e os desafios ainda a serem vencidos. Assim, foi determinado o início do monitoramento do Acórdão nº 729/2010, do Plenário. Esse acórdão é o resultado de auditoria realizada pelo TCU na Secretaria Nacional de Defesa Civil, ainda em 2010, com o objetivo de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações da defesa civil brasileira. (Acórdão nº 105/Plenário, de 26.1.2011, TC-000.919/2011-0, Secex-RJ).

2.2.7 – Saúde

TCU encontra irregularidades na destinação de recursos para compra de medicamentos no DF

O Tribunal identificou que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal vem comprando medicamentos com recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Segundo o relator do processo, Ministro José Jorge, "a adoção de tal prática compromete as ações e serviços de atenção à média e alta complexidade, resultando em atendimento de pior qualidade à população".

Também não há estudo de demanda que evidencie a quantidade necessária de cada medicamento da farmácia básica, o que causa desabastecimento do estoque de medicamentos. Segundo auditoria realizada pelo TCU, toda a compra do DF é realizada com base em um único parâmetro: consumo médio mensal.

Além disso, há falhas na utilização do sistema informatizado e na comunicação da Secretaria com a população, que não obtém a informação necessária a respeito da regularização e fornecimento de medicamentos.

O Tribunal determinou à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que realize as despesas com medicamentos da assistência farmacêutica básica com recursos destinados especificamente ao Programa. O Órgão deverá corrigir falhas no sistema de controle de estoque, para melhorar a gestão e evitar desvios de medicamentos. (Acórdão nº 182/Plenário, de 2.2.2011, TC 018.405/2010-0, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

Construtora e ex-Prefeito de Icó/CE terão de pagar R$ 7 milhões

O Tribunal condenou ex-Prefeito de Icó, no Ceará e a empresa C.G.A – Construtora Gomes de Araújo Ltda. ao pagamento solidário de mais de R$ 7,2 milhões, valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os recursos eram destinados à construção de sistemas de abastecimento de água em 22 áreas do Município.

O ex-Prefeito não apresentou a prestação de contas dos recursos públicos repassados pela Funasa. Além disso, o TCU verificou que mesmo com o término

da vigência do convênio, a obra ainda não havia sido concluída. A água fornecida não estava sendo tratada e as instalações eram de má qualidade. O responsável e a empresa também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 522/2ª Câmara, de 1.2.2011, TC 001.964/2008-7, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-CE).

TCU identifica irregularidades na aplicação de recursos do SUS em Barbacena/MG

O Tribunal condenou o Departamento Municipal de Saúde Pública (Demasp) de Barbacena/MG a devolver mais de R$ 1,3 milhão, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Relatório do TCU indicou que houve irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Departamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), consistentes na cobrança indevida de procedimentos odontológicos.

O ex-Diretor do Departamento foi multado, por utilizar os recursos federais para finalidades distintas daquelas previstas no convênio. Cabe recurso da decisão. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 737/2ª Câmara, de 8.2.2011, TC-025.421/2008-8, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU condena ex-Coordenador da União das Nações Indígenas

O Tribunal condenou ex-Coordenador da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (Uni/AC) ao pagamento de mais de R$ 1,6 milhão, valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A instituição recebeu recursos da Funasa para a estruturação de distritos sanitários especiais indígenas do Alto Purus e do Alto Juruá. O objetivo era fornecer assistência básica à saúde de 13 mil pessoas em 125 comunidades indígenas e formar 162 agentes de saúde.

Segundo relatório do TCU, o ex-Coordenador não comprovou a utilização dos recursos nas ações previstas pelo convênio. Constatou-se, ainda, a antecipação de pagamento de salários a empregados com suprimento de fundos, o que é proibido por lei, e pagamento de multas de trânsito. O responsável também foi multado. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 297/2ª Câmara, de 25.1.2011, TC-017.971/2008-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-AC).

2.2.8. - Trabalho

TCU contribui para aperfeiçoar o Programa Seguro-Desemprego

Quando um trabalhador é dispensado de seu emprego contra sua vontade, o Ministério do Trabalho e Emprego lhe fornece, por meio do Programa do Seguro-Desemprego, assistência financeira temporária, bem como orientação e qualificação para procurar um novo emprego.

Trata de um programa que envolve recursos públicos federais e, assim, compete ao TCU fiscalizá-lo. Em auditoria realizada em 2009, o TCU encontrou diversas oportunidades de melhoria. Foram realizadas visitas técnicas a unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) nos estados de São Paulo, Paraná, Amazonas e Bahia, selecionados em razão do número de requerentes e segurados do Seguro-Desemprego.

O enfoque da fiscalização foi nos mecanismos de controle das ações

envolvidas, avaliando-se, entre outros aspectos, o desempenho dos trabalhos realizados pelo Sine e a confiabilidade dos sistemas de pagamento dos benefícios.

Constatou-se que não há padronização em alguns procedimentos, como nos sistemas utilizados para a inclusão dos requerimentos do Seguro-Desemprego. Outra deficiência está na demora da apreciação dos recursos recebidos. O Tribunal recomendou à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) que edite norma estabelecendo prazo para a apreciação desses recursos administrativos.

Em alguns estados, o acesso aos sistemas de apoio é possível por meio de apenas um terminal em cada posto, o que prejudica a consulta durante os atendimentos. Em outros, nem se tem acesso a todos os sistemas. Há ainda locais em que 33% dos postos sequer são informatizados. A SPPE deve adotar medidas no sentido de implantar os sistemas no maior número de postos possível, segundo a recomendação do TCU.

As determinações expedidas pelo Tribunal deverão resultar no aperfeiçoamento do Sine devido à melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. As orientações quanto ao controle da execução dos serviços e os correspondentes pagamentos às empresas envolvidas na operacionalização do Seguro-Desemprego podem gerar economia aos cofres do Ministério do Trabalho e Emprego. (Acórdão nº 304/Plenário, de 9.2.2011, TC 021.496/2009-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 5ª Secex).

2.2.9. - Transporte

TCU condena ex-diretores do DER/MG

O Tribunal identificou superfaturamento no contrato firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG) e a Construtora OAS Ltda. para obras de adequação de contornos rodoviários do Corredor Leste, em Coronel Fabriciano/MG.

Diante da irregularidade detectada, o TCU condenou o Diretor Geral e o Diretor de Construção do DER/MG, à época, a devolverem solidariamente com a Construtora Barbosa Mello S.A. a quantia atualizada de mais de R$ 14, 1 milhões, ao Tesouro Nacional.

TCU multa ex-Presidente da Codesa

O Tribunal multou ex-Presidente da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo S.A (Codesa), devido a irregularidades na autorização de obras na área do porto organizado de Vitória.

O TCU condenou também o espólio do ex-Diretor Geral do DER/MG a devolver, solidariamente com outro responsável e a Construtora Barbosa Mello S.A., o valor atualizado de R$ 28,8 milhões, ao Tesouro Nacional.

Além das condenações, os responsáveis e a Construtora Barbosa Mello S.A. foram multados individualmente em R$ 100 mil. (Acórdão nº 652/Plenário, de 23.3.2011, TC nº 026.925/2006-2, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades Técnicas: Secex-MG e Secob-2).

A Companhia, que administra o porto, permitiu que a empresa Prysmian Energia Cabos e Sistemas do Brasil S/A executasse aterro, instalasse fábrica e explorasse o terminal portuário sem prévia licitação e sem a formalização de instrumento contratual. Constatou-se, também, que a Codesa não recebeu nenhum pagamento das operações portuárias que foram realizadas pela empresa.

Segundo relatório do TCU, a autorização consistia na montagem de fábricas de cabos umbilicais para a exploração petrolífera em plataformas marítimas e foi concedida para atender uma finalidade privada. O Tribunal alertou a Codesa e a Agência Nacional de Transporte Aquaviário para a necessidade de regularizar, perante a Secretaria de Patrimônio da União, a área do terminal portuário atualmente ocupada pela empresa Prysmian,. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 26/Plenário, de 19.1.2011, TC-015.694/2007-3, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-ES).

3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania. O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição de foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização no âmbito de toda a Administração Pública.

3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas.

Durante o 1º trimestre de 2011, foram autuados **5 processos** de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados **28** processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, **74** processos de solicitação do Congresso Nacional.

3.2. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

A participação do Tribunal em reuniões de audiência pública se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Esses trabalhos, que aperfeiçoam os laços entre o Tribunal e o Parlamento, estão relacionados a seguir.

No 1º trimestre de 2011, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas no Congresso Nacional. O propósito dos encontros foi apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo TCU nas respectivas áreas de atuação das diversas Comissões e

disponibilizar o Tribunal para apresentar informações em audiências públicas.

Nesse intuito, representantes do TCU reuniram-se com assessores de **novos parlamentares na Câmara dos Deputados**. Participaram dos encontros assessores de Deputados Federais de diferentes denominações partidárias. As reuniões aconteceram nos dias 9, 10, 16, 17 e 24 de fevereiro e tiveram como objetivo apresentar o Tribunal e suas funções aos novos parlamentares, ressaltar a importância do relacionamento do Congresso Nacional com o TCU e as várias formas de cooperação entre as Casas, bem como esclarecer dúvidas.

Os encontros fazem parte de ciclo de palestras proporcionado pelo Tribunal em conjunto com a Câmara, por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). O propósito da iniciativa é estreitar os laços de relacionamento entre o TCU e os parlamentares eleitos para nova gestão.

Comissão de Desenvolvimento Regional no Senado Federal (CDR)

No dia 23 de março, representante do Tribunal participou da 4ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), no Senado Federal. Também participaram da reunião, o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, e o Senador Vital do Rêgo.

Na oportunidade foi apresentada aos Deputados e aos Senadores a estrutura do TCU, bem como suas competências e formas como os parlamentares podem entrar em contato com o Tribunal e fazer requerimentos.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC)

Dirigentes do TCU participaram de reunião com o novo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Deputado Sérgio Brito, na Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião, realizada no dia 15 de março, foi apresentar as ações desenvolvidas pelo Tribunal ao novo Presidente da CFFC.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI)

No dia 29 de março, representantes do TCU foram recebidos pelo **Deputado Bruno Araújo, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados**. O propósito da visita foi apresentar informações técnicas a respeito de importantes auditorias feitas pelo Tribunal relacionadas ao trabalho da Comissão.

3.3. Acordos e Eventos

No âmbito do TCU, a celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211, de 2008.

No trimestre, o Tribunal promoveu e participou de eventos que contaram com a presença de vários órgãos e entidades da Administração Pública e da iniciativa privada, onde foram discutidos temas relevantes que visam a estimular as ações de prevenção do controle.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, recebeu o **Ministro da Saúde, Alexandre Padilha**, no dia 25 de janeiro. Na reunião, o Presidente apresentou os princi-

pais trabalhos do Tribunal realizados na área no último biênio e destacou a relevância das auditorias operacionais para aprimoramento das ações a cargo do Ministério da Saúde.

No dia 27 de janeiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu visita do **Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.** Na oportunidade trataram de assuntos de interesse do DF, incluindo questões relacionadas ao Fundo Constitucional.

O Ministro Valmir Campelo participou, no dia 25 de janeiro, de reunião no **Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)** para tratar das ações de fiscalização nas obras da **Copa do Mundo 2014.** O objetivo foi discutir fiscalizações conjuntas em obras.

No dia 27 de janeiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu visita de cortesia do **Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman.** O Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, relator das contas do COB no TCU para o biênio 2011-2012, também participou da reunião.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 3 de fevereiro, visita de cortesia do **Governador do Acre, Tião Viana**, que destacou as dificuldades para execução de obras na Amazônia.

No dia 3 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu a visita do **Governador de Goiás, Marconi Perillo,** acompanhado do **Senador Cyro Miranda** e do **Deputado Federal Vilmar Rocha.** O Presidente do TCU esclareceu que a continuidade das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Goiânia não está impedida por nenhuma medida do TCU. A Infraero decidiu pela rescisão do contrato de execução das obras, e o caso está sendo discutido judicialmente.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 10 de fevereiro, visita de cortesia da **Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini,** acompanhada do **Senador José Agripino Maia.** Entre os assuntos tratados, ela destacou a importância estratégica do aeroporto São Gonçalo do Amarante para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

No dia 18 de fevereiro, o Presidente Banjamin Zymler e o **Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo,** assinaram **acordo de cooperação,** na sede da Universidade Petrobras, no Rio de Janeiro. O acordo tem por objetivo estimular o aperfeiçoamento mútuo das relações institucionais entre a Petrobras e o Tribunal, além de contemplar aspectos técnicos e de negócio da Empresa. Também participou da solenidade o Ministro Walton Alencar.

No dia 22 de fevereiro, o Ministro Raimundo Carreiro recebeu o **Ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino**, o **Vice-Governador do Espírito Santo, Givaldo Vieira, a Deputada Rose de Freitas,** coordenadora da bancada do Espírito Santo e o **Diretor-Presidente da Codesa, Ângelo Baptista.** No encontro trataram do andamento do processo de fiscalização das obras de reforma e construção do Porto de Vitória.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, acompanhado pelo Ministro José Múcio, recebeu, no dia 22 de fevereiro, o **Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot.** O propósito da visita foi discutir possibilidades de melhorias nas obras públicas realizadas pelo Dnit. Tratou-se da questão da má qualidade das obras, o que ocasiona um gasto maior com a recuperação das rodovias, além de diminuir a respectiva vida útil. Foi proposta a criação de grupo de trabalho composto por técnicos do Dnit e do Tribunal para identificar soluções para as falhas nessa área.

No dia 24 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu o **Ex-Secretário dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi.** Durante o encontro, foram tratados assuntos relacionados aos direitos dos deficientes físicos.

O Ministro Valmir Campelo recebeu, no dia 25 de fevereiro, diretores da Caixa Econômica Federal para tratar da **Copa do Mundo de 2014**. O encontro teve por objetivo aproximar os processos de trabalho desenvolvidos pelos dois órgãos.

Nos dias 28 de fevereiro e 1º de março, o Presidente Benjamin Zymler, **o Governador do Acre, Tião Viana**, e os **Senadores, Jorge Viana e Aníbal Diniz**, participaram do **Seminário Obras de Infraestrutura no Estado**, com o objetivo de apresentar e debater os parâmetros, particularidades, logística, custos e especificidades para a realização de obras públicas locais.

O Ministro Aroldo Cedraz participou, no dia 28 de fevereiro, de reunião com membros da **Comissão de Acompanhamento de Projetos no Congresso Nacional e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon)**. Os objetivos do encontro foram estabelecer um programa de trabalho da Comissão e eleger as matérias prioritárias em tramitação no Parlamento de interesse dos tribunais de contas. Também participou da reunião o **Desembargador Jurandir de Souza Oliveira, do Tribunal de Justiça de São Paulo**, além de Conselheiros dos tribunais de contas estaduais.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu a visita do **Procurador-Geral do Estado do Ceará, Fernando Antônio Costa de Oliveira**, no dia 2 de março. No encontro, trataram de assuntos relacionados a irregularidades identificadas pelo TCU na condução administrativa do Porto de Pecém, no Ceará.

No dia 15 de março, o Presidente Benjamin Zymler e o Ministro Valmir Campelo receberam visita de cortesia do **Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Ari Pargendler**. Durante a visita, os Ministros trocaram ideias e experiências sobre temas administrativos.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 16 de março, a visita de cortesia do **Senador Rodrigo Rollemberg**. O parlamentar participa das comissões de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Ciência e Tecnologia.

No dia 17 de março, o Presidente Benjamin Zymler e o Ministro Valmir Campelo visitaram as obras de reforma do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. A visita foi promovida pelo **Governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral**, e também contou com a presença dos **Ministros do Esporte, Orlando Silva**, e da **Controladoria-Geral da União, Jorge Hage**. Na manhã do mesmo dia, o Ministro Valmir Campelo esteve na sede do BNDES para participar de reunião de apresentação da situação dos procedimentos de concessão de financiamentos, realizados pelo Banco, para obras da Copa de 2014.

O Presidente Benjamin Zymler visitou as **novas instalações do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes)**, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, no dia 18 de março. O objetivo do centro é atender às demandas tecnológicas das áreas de negócio da Petrobras. O Presidente também visitou as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) da Petrobras, no Município de Itaboraí.

O Ministro José Múcio participou como palestrante, dia 21 de março, em Brasília, do **Seminário Desafios do Poder Legislativo**.

No dia 23 de março, o Presidente Benjamin Zymler abriu o encontro institucional entre o TCU e a **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)**. O encontro faz parte da estratégia de interação do Tribunal com os órgãos jurisdicionados.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 28 de março, o **Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Presidente da Associação dos**

Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Salomão Ribas. Completaram a visita, o **Presidente do TCE de Tocantins, Conselheiro Severiano Costandrade**, o **Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará Luiz Sérgio Gadelha** e o **Conselheiro Isnaldo Bulhões, do TCE de Alagoas**. Na ocasião, o Presidente do TCU entregou aos presentes estudo sobre a instituição de lei complementar para regulamentar a fiscalização de obras públicas.

No dia 29 de março, o Presidente Benjamin Zymler promoveu a abertura do **Seminário Conjuntura Econômica e Contas do Governo**. O seminário, promovido pelo TCU, foi iniciativa do Ministro Aroldo Cedraz, relator das contas do Presidente da República do exercício de 2010. O evento faz parte da proposta de inserir a sociedade civil e o Governo na discussão sobre possíveis melhorias no parecer sobre as contas presidenciais emitidas pelo Tribunal anualmente. Foram palestrantes no evento, o **Presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini**, e do **Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland.**

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 29 de março, visita do **Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), General José Elito Carvalho Siqueira**, e do **Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)**. O tema do encontro foi a inteligência e sua aplicação, tanto para resguardar a segurança nacional, como na busca da qualidade da prestação de serviços à sociedade.

No dia 29 de março, o Presidente Benjamin Zymler recebeu **visita de cortesia do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselheiro Fernando Augusto Melo Guimarães.** O propósito do encontro foi a apresentação de uma proposta de criação de um Plano Anual de Fiscalização Social no Estado do Paraná.

Rede de Controle da Gestão Pública

Instituída pelo TCU, a **Rede de Controle da Gestão Pública** foi lançada em 25 de março de 2009. Ela é formada mediante a assinatura de acordos de cooperação entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de aumentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

No âmbito da Rede, **existem três grupos de trabalho constituídos**: um na área de tipologia de irregularidades, outro sobre auditorias de obras e um terceiro dedicado ao tema "Tomada de Contas Especial" (processo administrativo que visa identificar responsáveis e quantificar débitos).

Em 2011, está prevista a **realização de auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública**. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

No dia 28 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler participou da audiência pública **novos modelos de orçamentos de obras públicas.** O evento, realizado no auditório da Procuradoria-Geral da República (PGR), foi uma iniciativa da Rede de Controle.

No 1º trimestre de 2011, foram realizadas **reuniões da Rede de Controle** nos estados do Piauí, do dia 22 de fevereiro, e no Rio Grande do Sul, no dia 14 de março.

3.4. Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a **Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)**, a **Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)** e a **Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.** O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. No 1º trimestre de 2011, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, conforme descrito a seguir.

No período de 9 a 11 de março, o Ministro José Múcio representou o TCU na **10ª Reunião do Comitê Diretivo do Grupo de Auditoria Ambiental da Intosai (WGEA)**, realizada na cidade de Marrakech, Marrocos. O principal objetivo do evento f definir as atividades que integrarão o plano de trabalho do grupo para o período 2011-2013. Os projetos referentes às atividades foram discutidos e aprovados pelos participantes.

O Ministro-Substituto Augusto Sherman participou da **16ª Reunião do Comitê de Capacitação da Olacefs (CCR)** em Lima, no Peru, No período de 31 de março a 1 de abril. O objetivo do encontro foi estabelecer estratégias, responsáveis e cronograma do Plano Operacional de Capacitação Regional.

3.5. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo Portal TCU - http://www.tcu.gov.br; por e-mail - ouvidoria@tcu.gov.br; pela central de atendimento - telefone 0800-6441500; e via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 1º trimestre de 2011, foram registrados **1.711 chamados, sendo 59,8%** de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e **40,2% referentes a indício de irregularidade** na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU **autuam processos** de representação que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do TCU no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	463	688
Outros*	810	1.023
Total	**1.273**	**1.711**

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

3.6. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

- **Portal TCU** - http://www.tcu.gov.br;
- **Página Contas Públicas** (Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br);
- **Portal da Rede de Controle da Gestão Pública** - http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole;
- **Relatórios institucionais** encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU;
- **Revista do TCU**;
- Publicação **Auditorias do TCU**;
- **Informativo TCU**; e
- Participação no programa **A Voz do Brasil**.

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- **Revistas do TCU**: Periódicos quadrimestrais destinados à divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos e está disponível no portal do TCU na internet (http://www.tcu.gov.br). No trimestre, foram publicadas as Revistas de nº 117 a 119.



- **Revista do TCU nº 117.** Esta edição é referente ao período de janeiro a abril de 2010 e é um especial sobre Tecnologia da Informação (TI), com artigos escritos, predominantemente, por servidores da unidade do TCU especializada em fiscalização de TI.

- **Revista do TCU nº 118.** A edição de nº 118 é referente ao período de maio a agosto de 2010.

- **Revista do TCU nº 119.** A edição de nº 119 é referente ao período de setembro a dezembro de 2010.

- **Orientações para Conselheiros de Saúde.** Trata-se de publicação elaborada com o objetivo de concorrer para a otimização do desempenho dos conselhos, estimular o exercício do controle social, e colaborar para a melhoria e evolução do SUS. Os Conselhos de Saúde são instrumentos de controle social que unem o cidadão-usuário aos responsáveis pela elaboração e execução das ações de Saúde, possibilitando que a coletividade participe da formulação dos planos e das diretrizes dessa importante área.

- **Orientações para elaboração de documentos técnicos de Controle Externo.** O objetivo da publicação é contribuir para o aprimoramento dos documentos de controle externo. Considerando o rol de questões levantadas em decorrência do controle de qualidade elaborado no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo, em lugar de instituir modelos optou-se pela padronização dos documentos nos aspectos que lhes são comuns e pela definição de diretrizes que orientem a criação e/ou atualização dos modelos considerados necessários pelas unidades técnicas.

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, referentes às estratégias e planos, à gestão de pessoas e à utilização dos recursos, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

4.1. Estratégias e Planos

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas; e atua, também, como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

No 1º trimestre de 2011, foi realizado o **33º Encontro de Dirigentes do TCU**. O evento contou com a participação dos principais gerentes das unidades da Sede e dos estados.

Durante o encontro, foram abordados assuntos relativos ao controle externo, ao aprimoramento da articulação do Tribunal com outros órgãos responsáveis pelo controle e ao alinhamento de atividades de apoio estratégico e administrativo como catalisadores do alcance das metas institucionais.

Ainda durante o período, foram definidas as prioridades gerais de atuação do TCU para 2011. Essas prioridades estão expressas no **Plano de Diretrizes do TCU**. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal, contém os objetivos que devem pautar as ações do TCU, além dos principais desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

As prioridades do TCU foram divididas em sete grandes áreas:

- **Transparências da gestão pública e das ações de controle do Tribunal;**
- **Estabelecimento e estreitamento de parcerias estratégicas para possibilitar maior efetividade do sistema de controle;**
- **Melhoria na tempestividade e na produtividade das ações de controle do Tribunal;**
- **Aprimoramento da Política de Gestão de Pessoas com foco no alcance de resultados; e**
- **Melhoria do suporte logístico e administrativo oferecido aos colaboradores do Tribunal.**
- **Aprimoramento do uso de tecnologia da informação para suporte à atividade finalística e à gestão do TCU.**
- **Melhoria da governança do TCU.**

4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

O Tribunal, quando solicitado, presta informação ou encaminha cópia de processo a órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou ao Ministério Público, para subsidiar ações por eles conduzidas. As demandas atendidas nesse sentido no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período de 2010 constam do quadro adiante.

Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

Requisitante	Informação		Cópia de processo	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Supremo Tribunal Federal	59	53	-	-
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-
Tribunal Regional Federal	3	3	-	-
Justiça Federal	8	4	1	-
Justiça do Trabalho (TST – TRT)	3	2	-	-
Justiça Estadual	5	2	-	-
Procuradoria-Geral da República	4	9	3	-
Ministério Público Estadual	1	4	-	-
Procuradoria da República nos Estados	6	-	-	-
Ministério da Justiça/DPF/Delegacias	26	19	1	-
AGU/Procuradoria da União nos Estados	5	4	2	-
Total	120	100	7	00

Além disso, no 1º trimestre de 2011, foram atendidas solicitações de convocação de servidores feitas pela Justiça Federal (nove), pelo Ministério da Justiça (duas), pela Advocacia Geral da União (duas) e Procuradoria da república nos Estados (uma), para prestarem informações aos respectivos órgãos. No mesmo período do exercício de 2010, foram atendidas 14 convocações de servidores.

4.3. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.700 cargos efetivos, dos quais 2.627 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 21 vacâncias, sendo quatorze no cargo de auditor federal de controle externo e sete no cargo de técnico federal de controle externo.

Quadro de Pessoal do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.564	1.502
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	197	193
Subtotal	1760	1695
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	168	166
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	751	746
Subtotal	919	912
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	2.700	2.627

No tocante ao desenvolvimento profissional e à capacitação, foram realizados pelo TCU **21 eventos** no 1º trimestre de 2011, dos quais participaram 366 servidores. Além disso, **87 servidores** do Tribunal participaram de 41 eventos promovidos por outras instituições.

O TCU possui programa de bolsas de estudos para pós-graduação nas áreas de Direito Público, Contabilidade e Orçamento Público, Economia do Setor Público, Avaliação de Políticas Públicas, Gestão Governamental, Controle da Administração Pública, Tecnologia da Informação, Gestão do Conhecimento Organizacional, Gestão

de Pessoas e Gestão de Serviços e Logística. Além disso, mantém parceria com instituições de ensino superior para concessão de bolsas. No trimestre, dez servidores do Tribunal estavam regularmente matriculados em um cursos de pós-graduação.

4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros

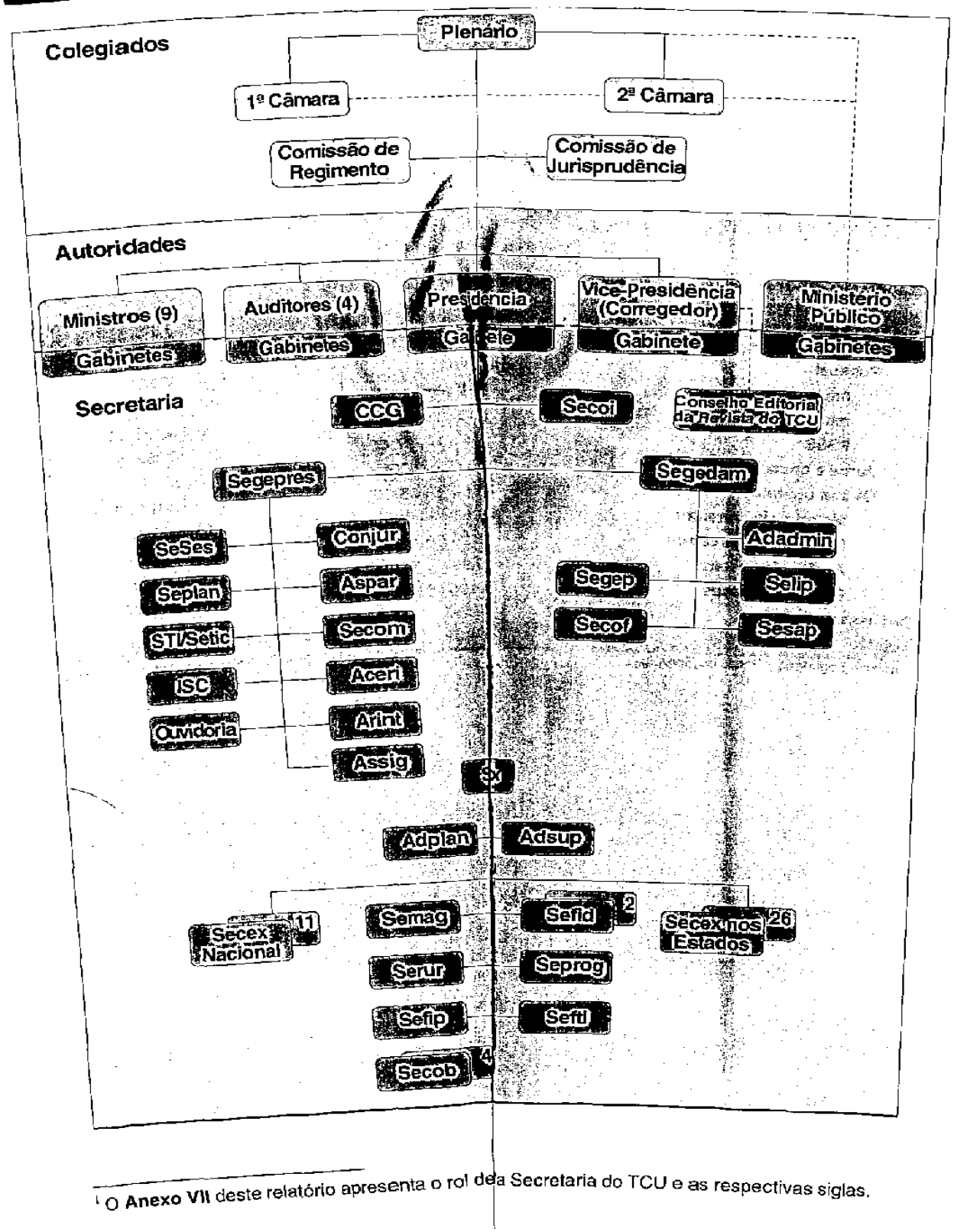
O orçamento do TCU para o ano de 2011 apresentou dotação de **R$ 1.354.824.551,00.** A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de **R$ 307.272.187,67 (22,67%)** da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 31.03.2011

Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	**1.305.674.414,00**	**306.562.721,10**
Pessoal	1.156.238.456,00	284.733.820,24
Ativo	639.167.753,00	163.832.838,64
Inativo e Pensionista	402.565.896,00	94.860.121,90
PSSS*	114.504.807,00	26.040.859,70
Juros e encargos da dívida	357.703,00	76.283,34
Outros custeios	149.078.255,00	21.752.617,52
Material de consumo	4.639.244,30	388.004,01
Serviços de terceiros	98.257.071,83	8.419.023,79
Auxílio financeiro	39.991.879,29	11.571.724,86
Outras despesas	6.190.059,58	1.373.864,86
Despesas de capital	**49.150.137,00**	**709.466,57**
Total	**1.354.824.551,00**	**307.272.187,67**

* *Plano de Seguridade Social do Servidor.*

Anexo I - "Organograma do Tribunal de Contas da União" [1]



[1] O **Anexo VII** deste relatório apresenta o rol dea Secretaria do TCU e as respectivas siglas.

Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Período"

Órgão	Medida Cautelar Adotada	Valor envolvido na cautelar (R$)
ALAGOAS		
Companhia Energética de Alagoas (CEAL)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 26/2010. (Ata nº 01/Plenário, de 19.01.2011, TC 000.312/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).	78.671.600,70
Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL	Suspensão da Tomada de Preços nº 01/2010. (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 000.561/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).	457.697,95
AMAZONAS		
Fundação Universidade do Amazonas (Ufam)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 86/2010, destinado ao registro de preços visando à eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e expansão das redes óptica, estruturada, sem fio e de telefonia digital, bem como todos os atos administrativos dele decorrentes. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 033.841/2010-1, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AM).	2.815.000,00
DISTRITO FEDERAL		
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Abstenção de praticar qualquer ato decorrente do Pregão nº 73/2010 ou então, caso já tenham sido assinados contratos ou firmada a ata de registro de preços decorrente dessa licitação, não execute esses contratos ou não permita a adesão a essa ata. (Acórdão 57/2011, Ata nº 01/Plenário, de 19.01.2011, TC 000.321/2011-7, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: 8ª Secex).	5.397.809,52
Gerência Executiva do INSS (Belo Horizonte/MG)	Suspensão do pagamento da rubrica "AO 7015640/85 – Quinquênio" e da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – GATS, atualmente consignadas nos contracheques dos pensionistas do ex-servidor Jesualdo Monteiro Gonzaga como "parcela complementar do subsídio". (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 010.366/2005-3, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Sefip).	1.535.602,20
Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (ABIN)	Suspensão do Pregão Eletrônico SRP 153/2010. (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 000.441/2011-2, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 6ª Secex).	7.127.947,50
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero	Suspensão da Concorrência Internacional 010/2010, cujo objeto é a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins. (Ata nº 04/Plenário, de 09.02.2011, TC 000.658/2011-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 1ª Secob).	Não há valor
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)	Suspensão do processo licitatório da Concorrência Pública 342/2010-00 destinado à realização de obras de melhorias de capacidade e duplicação da rodovia BR- 116 no Estado do Rio Grande do Sul. (Ata nº 04/Plenário, de 09.02.2011, TC 030.105/2010-2, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: 2ª Secob).	45.988.657,61
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Promoção da imediata adequação dos preços praticados no âmbito do Contrato nº 104/2010, cujo objeto é a execução de obras de duplicação e restauração com melhoramento na Rodovia BR 101/PE, com vistas à eliminação de sobrepreço identificado em 23 itens da planilha de preços do contrato. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 019.731/2009-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 2ª Secob).	115.333.494,50

Órgão	Medida Cautelar Adotada	*Valor envolvido* na cautelar (R$)
Autoridade Portuária do Porto de Suape	Abstenção de assinar o contrato relativo à Concorrência 025/2009. (Ata nº *09/Plenário, de* 23.03.2011, TC 018.373/2010-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 1ª Selfid).	12.675.182,78
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)	Suspensão imediata dos procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 01/2011. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 005.686/2011-3, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 1ª Secex).	248.444,79
MATO GROSSO		
Ministério da Integração Nacional	Abstenção de liberar recursos relativos ao Convênio SIAFI nº 703900, nº original 00012/2009, para a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, e para que a referida Prefeitura suspenda os pagamentos à contratada, interrompendo a execução de novos serviços relativos às obras objeto do mencionado Convênio. (Ata nº 06/Plenário, de 23.2.2011, TC 002.192/2011-0, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-MT).	5.096.579,26
Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá - SME/Cuiabá	Suspensão dos procedimentos relativos ao Pregão Presencial 3/2011, até que o Tribunal decida sobre o mérito deste processo. (Ata nº 07/Plenário, de 02.03.2011, TC 002.485/2011-7, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade *Técnica: Secex-MT*).	21.488.103,0
Coordenação Regional em Mato Grosso da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/Core-MT)	Suspensão dos procedimentos do *Pregão Eletrônico de Registro de Preços* nº 76/2010, Processo nº 25180.008.231/2010-00, até que o Tribunal decida o mérito do processo. (Ata nº 16/Plenário, de 11.05.2011, TC 000.582/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MT).	3.227.488,95
PARANÁ		
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	*Suspensão de novas aquisições por conta do registro de preços*, Pregão Eletrônico SRP Nº 176/2010 – UFPR. A segunda instrução sugeriu, após oitiva, manter a medida, abrindo fase de audiência aos responsáveis. TC 034.032/2010-0, Relator: Ministro Augusto Nardes.	674.700,00
RIO GRANDE DO SUL		
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea/RS)	*Suspensão* do Pregão Eletrônico nº 30/2010, para registro de preços, destinado à aquisição de mobiliário, tipo menor preço do lote. (Ata nº 02/2ª Câmara, de 01.02.2011, TC 033.288/2010-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, *Unidade Técnica: Secex-RS*).	23.000.000,00
RIO DE JANEIRO		
Furnas Centrais Elétricas S/A	Promoção da adequação dos preços do Contrato nº 17.967/2008 assinado com a empresa Comércio e Construções Camargo Corrêa S/A para a execução das obras civis da Usina Hidrelétrica UHE Batalha e cálculo dos valores pagos a mais. (Ata nº 07/Plenário, de 02.03.2011, TC 010.285/2008-8, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-RJ).	21.069.088,45
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ)	Abstenção de realizar a titulação de ocupantes do Projeto de Regularização Fundiária no Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro. (Ata nº 09/Plenário, de 23.3.2011, TC 030.186/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RJ).	41.643.615,23
Instituto Benjamin Constant	Suspensão imediata dos atos relativos ao *Pregão Eletrônico* n.º 01/2011 – IBC. (Ata nº 09/Plenário, de 23.3.2011, TC 005.109/2011-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-RJ).	1.232.530,08

Anexo III - "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal"

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
AC				
003.861/2009-7	397-5/2011-PL	Júnior Cardenas Moreno José Hélio Freire Viana *Janaina Santos da Silva* João Francisco Salomão Christiano dos Santos Villela Júnior *Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira* Mauro Renato Alves Salomão Arlete Barbosa Lima Edilson Simões Cadaxo Sobrinho Maria Jane Ribeiro Damasceno Júlio Cesar Fragoso	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/AC - MTE	21.168,00
004.655/2008-5	748-10/2011-PL	Sílvio Charles de Mesquita Gomes Luiz de Freitas Matos Wellington Cruz das Neves Damiao de Oliveira Maia Junior Thania Cristina Silva da Cruz Celso Santos Matheus	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROBRAS - MME	30.000,00
017.971/2008-2	297-1/2011-2C	Francisco Avelino Batista	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AC - MS FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	1.707.484,80
018.715/2005-2	1.404-6/2011-1C	Antonio Francisco Viana Pacifico Jose Alvani Lopes Nilton Cesar Rufino de Lima Raildo Lima do Nascimento Edmilson Rufino de Lima	Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC	13.000,00
022.349/2009-8	1.922-9/2011-1C	Vanderley Messias Sale	Prefeitura Municipal de Porto Walter - AC	335.599,50
023.437/2008-9	1.782-8/2011-1C	Vanderley Messias Sales Antônio Luiz Bento de Melo	Prefeitura Municipal de Porto Walter - AC PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO ACRE (22 MUNICÍPIOS)	375.904,78
033.538/2008-5	35-1/2011-PL	Rosemir Santana de Andrade Lima Pascoal Torres Muniz	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC	30.492,00
AL				
006.801/2005-0	329-1/2011-1C	INSTITUTO EXATO Maria Jeane dos Santos Alves	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/AL	46.503,47
012.733/2005-3	90-2/2011-PL	CONARQ CONSTRUÇÕES E ARQUITETURA LTDA. CONSTRUTORA ALYSCON LTDA. Margareth Vieira Alves Maria Alice Remigio Gama	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas	48.920,05
016.108/2010-8	536-2/2011-2C	Manoel Sertorio Queiroz Ferro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS)	471.290,54
022.808/2009-2	929-4/2011-2C	José Rodrigues Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Água Branca - AL	849.775,60
022.857/2009-7	1.296-6/2011-2C	CONSTRUTORA BARBOSA LTDA. José Gomes dos Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela - AL	137.544,73
024.950/2010-6	939-4/2011-2C	Wellington Damasceno Freitas	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS)	52.501,13
AM				
008.654/2010-7	1.784-8/2011-2C	Sidney Ricardo de Oliveira Leite	Prefeitura Municipal de Maués - AM	262.107,27
008.657/2010-6	965-4/2011-2C	Abraham Lincoln Dib Bastos	Prefeitura Municipal de Codajás - AM	119.816,76
008.658/2010-2	1.581-7/2011-2C	José Vicente Amorim	Prefeitura Municipal de Pauini - AM	57.923,47
010.922/2002-7	547-2/2011-2C	Heraldo Farias Maia	PREFEITURAS MUNICIPAIS	462.981,50

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Parintins - AM	
013.237/2010-1	1.317-6/2011-2C	Raimundo Nonato Batista de Souza	Prefeitura Municipal de Tabatinga - AM	417.853,49
014.201/2008-6	1.309-6/2011-2C	Antonio Gomes Graça	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	130.269,83
015.166/2009-8	303-1/2011-2C	*Odilon Galvão Picanço*	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AM - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	1.059.756,37
019.512/2008-9	718-3/2011-2C	Hidembergue Ordozgoith da Frota Neuza Inez Lahan Furtado Belém	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - MEC	21.600,00
024.110/2009-1	1.586-7/2011-2C	Manoel Silva Pinto Raimundo Enedino Valente Doce	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	73.902,60
025.604/2008-8	961-4/2011-2C	Amilton Bezerra Gadelha	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	4.193.841,94
		AP		
005.764/2004-1	403-5/2011-PL	Rodolfo Fernandes da Silva Torres Annibal Barcellos Joel Buna Rocha Pinto *Odival Monterozzo Leite* Jaezar de Lima Dantas	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	15.120,00
		BA		
000.575/2006-8	752-3/2011-2C	DUTOBRAS CONSTRUÇÕES LTDA. Gilberto dos Santos Rocha	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	223.657,35
001.123/2009-9	978-4/2011-1C	Josenildo Miguel de Brito	Prefeitura Municipal de Itaberaba - BA	703.514,66
001.193/2009-3	979-4/2011-1C	Ruiverson Lemos Barcelos	Prefeitura Municipal de Ibirapitanga - BA	172.301,26
001.916/2009-8	1.610-7/2011-1C	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO/BA Joseph Wallace Faria Bandeira	Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA	64.714,24
002.333/2009-0	1.771-8/2011-1C	Luiz Gugé Santos Fernandes Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/BA - MDA	6.000,00
007.154/2009-2	980-4/2011-1C	Ruiverson Lemos Barcelos	Prefeitura Municipal de Ibirapitanga - BA	396.971,39
007.156/2009-7	977-4/2011-1C	Raimundo Nonato do Sacramento	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	543.920,19
008.302/2010-3	1.611-7/2011-1C	José Luiz Araújo dos Santos	Prefeitura Municipal de Pedrão - BA	47.096,01
009.486/2005-9	1.401-8/2011-1C	Antônio Galdino de Oliveira Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	1.061.521,85
009.823/2009-3	882-3/2011-1C	Vicente Gonçalves da Silva	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	287.501,74
010.146/2004-1	40-1/2011-PL	Edivaldo Manuel dos Santos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	93.428,02
013.353/2005-9	523-2/2011-2C	José Ubaldino Alves Pinto Júnior	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	324.927,51
013.603/2006-1	975-4/2011-2C	Rosevania Rodrigues de Souza	Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo - BA	2.160,00
015.134/2001-9	200-3/2011-PL	Agfido Tadeu Gil Prates Alcione Cardoso Cruz Filho André Dórea da Silva CONSTRUCAO INDÚSTRIA COMÉRCIO PREMOLDADOS LTDA. *EMPREENDIMENTOS LTDA.* Fabio Sampaio de Castro José Ubaldino Alves Pinto Júnior Marcia Carvalho de Mendonça	Prefeitura Municipal de Porto Seguro - BA	6.186.625,52
015.653/2003-8	299-1/2011-2C	*José Alves de Araújo*	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	5.062,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
015.817/2005-9	1.310-6/2011-2C	Roque Rocha Monteiro	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	596.498,92
015.863/2006-0	1.177-5/2011-1C	Sayonara Cotrim Sabioni Ariomar Rodrigues dos Santos LILA'S PAPELARIA LTDA.	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE GUANAMBI ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA - MEC	19.861,36
015.884/2009-4	981-4/2011-1C	Williams Cunha Santana	*Prefeitura Municipal de* Almadina - BA	209.794,04
016.119/2005-0	712-3/2011-2C	Juracy Alves dos Santos Hélio Tavares de Souza Júnior	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	439.073,39
016.793/2002-5	209-3/2011-PL	João Valter de Souza Neiva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR)	5.040,00
019.037/2008-0	963-4/2011-1C	Marcelo Ferreira de Cerqueira	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - PR	4.320,00
023.930/2008-5	340-1/2011-1C	Astor Moura Araújo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	139.439,86
024.387/2007-1	973-4/2011-1C	Paulo Martinho Apolinário da Silva MESSIAS SANTOS CONSTRUTORA LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	707.212,00
026.124/2009-6	1.614-7/2011-1C	Erivaldo Almeida Nunes	Prefeitura Municipal de Camacan - BA	85.238,96
026.843/2009-0	360-1/2011-1C	Mauro Korn	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	128.764,38
027.547/2009-7	351-1/2011-1C	Danilo Gusmão de Quadros	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	84.584,84
027.813/2009-5	352-1/2011-1C	Raimundo Nonato do Sacramento	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	1.102.858,21
031.879/2008-5	976-4/2011-1C	Paulo Ernesto Pessanha da Silva	Prefeitura Municipal de Itabela - BA	3.240,00
033.400/2008-2	497-2/2011-1C	Julio Cesar Santos Leal	Prefeitura Municipal de Ibirataia - BA	306.352,77
		CE		
001.984/2008-7	522-2/2011-2C	CGA CONSTRUTORA GOMES DE ARAUJO LTDA. Francisco Leite Guimarães Nunes	Prefeitura Municipal de Icó - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	7.592.924,30
003.399/2009-7	555-2/2011-2C	IMOBILIARIA ROCHA LTDA. Edmundo de Sá Filho	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	216.121,34
005.936/2010-1	1.763-8/2011-2C	OAP OBRAS ASSESSORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA. Henrique Antonio Fonseca da Mota	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	774.344,72
005.960/2007-0	725-3/2011-2C	Joaquim Alves do Nascimento	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	112.291,06
006.134/2010-6	1.944-9/2011-2C	Henrique Antonio Fonseca da Mota Maria de Fátima Ferreira de Oliveira	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	10.000,00
006.245/2009-4	1.158-5/2011-2C	Luiz Alves de Freitas	Prefeitura Municipal de Ipaumirim - CE	140.429,84
007.472/2007-0	285-1/2011-2C	Maria Arivan de Holanda Lucena	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de	2.032,80

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			Limoeiro do Norte - CE	
014.120/2008-6	1.147-5/2011-2C	Raimundo Nonato Souza Silva	Prefeitura Municipal de Irauçuba - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	133.727,25
015.124/2009-8	1.319-6/2011-2C	Vicente Félix de Souza	Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE	339.156,03
016.242/2010-6	1.951-5/2011-2C	*Jose Gonzaga Barbosa*	Prefeitura Municipal de Pindoretama - CE	199.839,63
022.813/2007-6	540-2/2011-2C	A P C - ASSESSORIA DE PROJETOS ECONSTRUÇÕES LTDA. Joaquim Ximenes de Carvalho	Prefeitura Municipal de Alcântaras - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	162.281,23
926.323/1998-9	659-9/2011-PL	Joaquim dos Santos Barros Emani José Varela de Melo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - MF	9.000,00
		DF		
000.229/2010-5	318-1/2011-1C	Nabil Ali Mohamed Murshed	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	75.876,58
000.575/2006-8	752-3/2011-2C	DUTOBRAS CONSTRUÇÕES LTDA. Gilberto dos Santos Rocha	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS *PREFEITURAS MUNICIPAIS* DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	223.657,35
001.111/2004-7	288-1/2011-2C	Aurino Vieira Nogueira	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR) Prefeitura Municipal de Bacuri - MA	305.807,46
001.353/2008-0	304-1/2011-2C	José Otávio Scholl	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)	85.309,80
001.517/2010-4	479-2/2011-1C	Paulo Roberto Steiberg Grikis	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	192.720,50
002.535/2004-5	669-3/2011-1C	JOSHULDENE BENVINDO DA FONSECA NEIVA Antônio Luiz Lima Vitorino	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	21.600,00
002.778/2006-0	1.123-5/2011-2C	Daniel Pereira de Araújo João César da Mata Paulo Celio de Figueiredo	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - MMA	207.242,94
002.983/2007-9	670-3/2011-1C	Aldaci Aparecida da Silva	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - CASA CIVIL/PR (EXCLUÍDA) PREFEITURAS MUNICIPAIS *DO ESTADO DE MATO* GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	148.612,08
003.328/2008-4	631-9/2011-PL	Francisco Carlos Lago Picado CONSTRUTORA SERRA VERDE LTDA. *Marcos Antônio de Oliveira Morais*	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/RN - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	145.925,55
003.739/2008-2	372-5/2011-PL	Jean Pierre Ernest Kung Lilian de Azevedo Gonçalves	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA - MJ	20.160,00
004.997/2002-2	325-1/2011-1C	Paulo Modesto Filho	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	170.530,24
005.260/2009-6	1.417-6/2011-1C	Celso Mendonça de Aguiar	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	868.880,76
005.436/2009-6	982-4/2011-1C	Leonísio Lemos Melo Júnior	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	115.475,13
006.060/2009-0	961-4/2011-1C	José de Arimatea de Matos	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	56.762,70
008.714/2004-3	560-2/2011-2C	Paulo Augusto Ferreira Pinho BONITO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. Joaquim Mendonça Filho	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	1.744.502,42
008.729/2004-6	475-2/2011-1C	Mário Ferreira Neto Antonio Limone Diva de Souza Dias Aires Ferreira Coimbra Maria do Perpétuo Socorro Mendes Meira	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	23.184,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
008.916/2005-7	1.743-8/2011-2C	Renato Nardoni Bernardo Lucídio de Caldas Brito Elaine Rodrigues Santos MARIA DE NAZARÉ PEDROSA	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	125.406,14
008.950/2008-3	179-3/2011-PL	Denise Antonia de Paulo Matilde Ribeiro Alexandre da Anunciação Reis	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	6.048,00
008.958/2009-0	230-4/2011-PL	Clésio da Gama Fernandes	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	94.956,94
009.027/2004-8	519-2/2011-2C	SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA/DF - MPF/MPU PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	76.127,04
009.486/2005-9	1.401-6/2011-1C	Antônio Galdino de Oliveira Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	1.061.521,85
009.728/2009-4	1.307-6/2011-2C	Antonio Aires Costa	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR)	636.727,21
009.863/2004-0	604-8/2011-PL	Benedito Dias Lopes F Q INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Maria Felicia Valadão Silveira Oswaldo Valadão Silveira SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	1.798.949,46
010.089/2007-8	1.594-7/2011-1C	Antônio Edivaldo Gomes	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	277.522,37
010.146/2004-1	40-1/2011-PL	Edivaldo Manuel dos Santos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	93.428,02
010.268/2010-3	1.566-7/2011-2C	SOCIEDADE RECREATIVA PARQUE NILO DOS SANTOS José Caio Meneses Feitosa	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Mtur	70.246,91
011.134/2010-0	295-1/2011-2C	Kerles Oliveira dos Santos	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	144.581,04
011.472/2009-3	1.284-6/2011-2C	Renan Ribeiro de Jesus	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	25.162,25
011.722/2006-3	1.158-5/2011-1C	Gilmar Donizette Benites Garcia	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	5.040,00
011.773/2010-3	1.766-8/2011-2C	JOSÉ CARDOSO MATOS	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	50.881,19
011.927/2007-9	1.582-7/2011-1C	YAKINO Ismael Pedrosa Moreira Josa Maria Nardeli Pinto Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim Valnei Batista Alves João Carlos Monteiro	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)	249.167,50
012.304/2005-0	583-8/2011-PL	Edna Maria Teodoro	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	8.000,00
012.402/2007-7	203-3/2011-PL	Prefeitura Municipal de Itamaracá - PE	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA SECRETARIA EXECUTIVA - MJ PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS)	594.227,29 38.406,61
012.528/2004-4	539-7/2011-PL	Ivanildo Ferreira Alves Hiran Augusto Maia Lopes Sá Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara Pedro Alberto da Silva Alvarenga	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	1.273.430,98
012.713/2004-2	945-4/2011-1C	DENISON BRASIL PUBLICIDADE LTDA. Paulo Cesar Campos Jorge Eduardo Levi Mattoso Silvia Sardinha Ferro	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	14.750,43
012.731/2005-9	77-2/2011-PL	Alberto Paiva Farias Sebastião dos Santos Barreto	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	594.996,88
014.110/2007-1	727-3/2011-2C	Rui Costa Pimenta Edinaldo Augusto da Silva	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - JE	4.032,00
015.291/2009-6	531-2/2011-2C	Josiane Alves Kolc	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO	329.071,61
015.567/2010-9	359-5/2011-PL			

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			PARANÁ MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	
015.653/2003-8	299-1/2011-2C	José Alves de Araújo	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	5.082,00
015.817/2005-9	1.310-6/2011-2C	Roque Rocha Monteiro	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR) MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	596.498,92
015.885/2009-1	1.934-9/2011-1C	Paulo Roberto Pereira	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	1.345.197,28
015.996/2003-1	1.169-5/2011-2C	Edeijavá Rodrigues Lira	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - MMA	15.120,00
016.043/2008-4	578-3/2011-1C	Maria do Socorro Pelaes CONSTRUTORA RODRIGUES E COIMBRA LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	127.476,61
016.119/2005-0	712-3/2011-2C	Juracy Alves dos Santos Hélio Tavares de Souza Júnior	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	439.073,39
016.817/2010-0	566-2/2011-2C	Rosemiro Rocha Freires	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	57.235,67
016.793/2002-5	209-3/2011-PL	João Valter do Souza Neiva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR)	5.040,00
017.047/2008-8	957-4/2011-1C	Pedro Moraes Trindade	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	2.160,00
017.228/2006-7	1.150-5/2011-2C	Rildo Fernando Correia da Melo Múcio Cruz Lima Isnard Bezerra de Almeida Ivany Pereira de Lima Souza Manoel Marcos Clemente da Silva Solange Maria Nascimento dos Santos	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - MJ	12.096,00
017.971/2008-2	297-1/2011-2C	Francisco Avelino Batista	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AC - MS FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	1.707.484,80
018.111/2010-6	1.570-7/2011-2C	Rafael Henrique Quedevez	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	70.192,92
018.153/2008-5	1.918-9/2011-2C	Bernardino Carmo de Souza	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	8.000,00
018.501/2002-1	1.165-5/2011-1C	Filemon Josa Francisco de Sousa Nogueira Paranaguá	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PI - MS	3.024,00
019.037/2008-0	963-4/2011-1C	Marcelo Ferreira de Cerqueira	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	4.320,00
019.800/2007-6	41-1/2011-PL	Roberto Pereira Alves	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - PR CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	2.712.928,55
020.345/2004-9	97-2/2011-PL	Claudio Melo Colaço Hassan Gebrim NBQ - ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. PROGRESS ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. R-PRESTES REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS LTDA. Sylvio Sniecikowski	INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	3.380.174,63

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
020.607/2008-7	1.168-5/2011-1C	ZAIT - ZTR DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA. CONSTRUTORA NARCISA LTDA.(ANTIGA S.R.B.A. SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.) Adiel de Campos Ferreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	71.860,90
021.447/2008-6	1.760-8/2011-1C	Geraldo Eustáquio de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS) FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	146.364,03
022.130/2008-7	1.313-6/2011-2C	Afonso Nivaldo da Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RORAIMA (15 MUNICÍPIOS) 7ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU (EXTINTA)	2.000,00
023.928/2009-5	1.770-8/2011-2C	Raimundo Silva de Andrade	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	87.548,06
024.097/2009-8	374-5/2011-PL	Heliton Ribeiro Tavares Dorivan Ferreira Gomes	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	8.064,00
025.550/2010-1	1.550-7/2011-2C	José Camilo Novello	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	161.212,77
027.547/2009-7	351-1/2011-1C	Danilo Gusmão de Quadros	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	84.584,84
027.989/2009-9	482-2/2011-1C	Vânia Aparecida Schittenhelm	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	529.807,14
028.082/2009-3	298-1/2011-2C	Cristina Gacek	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	831.764,08
028.723/2007-4	1.555-7/2011-2C	Reginaldo Brito de Miranda	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	230.590,75
032.153/2008-5	338-1/2011-1C	Reginaldo Brito de Miranda	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	572.128,43
033.632/2008-7	1.175-5/2011-1C	Jailton Magalhães do Nascimento	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	304.754,79
		ES		
000.373/2007-0	1.738-8/2011-2C	Nélio Ribeiro Nogueira Mateus Vasconcelos	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra - ES	819.877,22
000.382/2007-0	1.157-5/2011-2C	ATANEL PASSOS WAGMACKER	Prefeitura Municipal de Mucurici - ES	3.024,00
001.260/2009-8	541-2/2011-2C	ÉLIO BAHIA SOUZA	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DNIT/MT	5.040,00
001.594/2007-6	686-9/2011-PL	Elisangela Portella Sobreira Magda Aparecida Gasparini Luciara Botelho Moraes Sergio de Mory Pezzin George Macedo Vieira Jorge Luiz Gava Lílian de Souza Barbosa Felipe Meleipe	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES	28.000,00
002.128/2008-1	607-8/2011-PL	Weslene Batista Gomes Marco Cesar Nunes de Mendonça Antônio Bittencourt	Prefeitura Municipal de Marataízes - ES	45.000,00
004.088/2008-3	1.740-8/2011-2C	Venício Alves de Oliveira	Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte - ES	830.158,07
005.760/2009-3	1.754-8/2011-1C	Luiz Gonzaga Ribeiro	Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro - ES	5.000,00
009.842/2004-8	300-4/2011-PL	Sebastião da Cunha Sena	SERVIÇO SOCIAL DA	50.527,51

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
010.736/2002-4	301-4/2011-PL	Cleuza Maria Cássaro S.C. CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA. S.C. CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA. Sebastião da Cunha Sena Cleuza Maria Cássaro	INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MDS SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MDS	95.831,32
012.423/2009-3	1.155-5/2011-1C	José Ignácio Ferreira	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/ES - JE	196.780,92
014.673/2010-0	315-1/2011-2C	RUBENS SÉRGIO RASSELI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - MEC	5.082,00
015.034/2008-4	1.171-5/2011-1C	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA ECONÔMICAS E SOCIAIS Robson Santos Cardoso PAULO REGIS VESCOVI FERNANDO ANTONIO DAL PIERO Aly da Silva Edson Franco Immaginario LENORA DANTAS DA SILVA VESCOVI ROSIVALDO BISPO DOS SANTOS EDENYR DANTAS DA SILVA ADRIANA DANTAS DA SILVA SIVIERO	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MTE	182.242,38
015.694/2007-3	26-1/2011-PL	Henrique Germano Zimmer	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - MT	10.164,00
019.677/2007-0	567-3/2011-1C	Clovis Lascosque Marcos Zanotti Breciani Mário Emílio Nascimento da Silva	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - MT	11.880,00
		GO		
001.547/2010-0	970-4/2011-2C	Wagner Camargo Júnior	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	381.995,44
002.409/2009-0	1.137-5/2011-2C	ERNANI JOSÉ DE PAULA Pedro Fernando Sahium	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	1.427.708,27
003.921/2008-8	458-6/2011-PL	Ary Soares dos Santos	IBAMA - SUPERINT. ESTADUAL/GO - MMA	8.064,00
007.651/2006-3	726-3/2011-2C	Carlos Beethoven de Souza Lobo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	2.160,00
008.871/2008-8	1.125-5/2011-2C	Maria Luiza Amaral Rizzotti Rosilene Cristina Rocha Fausto Veiga de Paula	Prefeitura Municipal de Planaltina - GO	4.032,00
014.339/2008-9	1.176-5/2011-1C	Halley de Lima Menezes IDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Ortizon Vaz Vieira Filho	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás	124.844,29
016.167/2009-0	1.287-6/2011-2C	CONSTRUTORA CLAUDIO THOME LTDA. Abilio Venancio Neto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	292.286,92
016.811/2005-0	51-1/2011-PL	Hozana Martins de Paiva	Prefeitura Municipal de Cabeceiras - GO PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	57.224,38
017.715/2009-0	1.761-8/2011-2C	FGW ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. EDSON FERREIRA DOS SANTOS	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	553.067,72
018.070/2009-9	550-2/2011-2C	Renato da Silva Manata Júnior Divino Fleuri de Matos	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/GO - JE	54.003,85
020.537/2007-2	928-4/2011-2C	Antonio Camilo de Andrade	Prefeitura Municipal de Cristalina - GO	3.240,00
		MA		
001.111/2004-7	288-1/2011-2C	Aurino Vieira Nogueira	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR) Prefeitura Municipal de Bacuri - MA	305.807,46
001.893/2008-3	543-2/2011-2C	Haroldo Euvaldo Brito Lêda	Prefeitura Municipal de Lago do Junco - MA	182.077,80
001.949/2008-0	544-2/2011-2C	José Willys Nogueira	Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão - MA	53.905,48
003.215/2007-2	1.138-5/2011-2C	Jomar Fernandes Pereira Filho Claudio Henrique de Sousa Trindade Emílio Carlos de Sousa Marques Francisco Sena Leal Maria de Jesus Lopes Ferreira	Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA	4.854.355,82
005.038/2007-8	1.575-7/2011-2C	Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA Arismar dos Reis de Jesus	Prefeitura Municipal de	856.625,92

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Dausamar Sousa do Nascimento Elicleide de Castro Lima Gonçalves Hilda Santos Silva Isaque Sousa Almada Iva Alves Benavenuto Jose Juscelino dos Santos Rezende Leile dos Santos Rezende Maria Costa Felipe Maria Francisca de Sousa da Cruz Maria Lúcia Barbosa Feitosa Raimundo Nonato Barros Filho	Vitorino Freire - MA	
008.670/2008-0	1.306-6/2011-2C	Erinaldo Honorato de Lima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS) Câmara Municipal da Raposa - MA	367.354,08
008.968/2009-6	667-9/2011-PL	George Ferraz Campos Jacy Azevedo Pacheco de Souza Francisco Valdilemo Ribeiro Mota Denizia Faria Ramos Conceição de Maria Barros Carvalho	GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS - IMPERATRIZ/MA - INSS/MPS	10.000,00
009.570/2006-2	972-4/2011-2C	Nilson Santos Garcia Maria de Nazaré Martins Márcio Ribeiro de Jesus Sousa WEDER PEREIRA GARCIA Fabiane Pinheiro Trinta	Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA	14.040,00
009.741/2006-1	1.143-5/2011-2C	CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO MARANHÃO/PIAUÍ LTDA. Nilson Santos Garcia	Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA	153.053,55
010.445/2006-7	756-3/2011-2C	Governo do Estado do Maranhão Eduardo Gomes Soares Portilho	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	157.690,55
011.243/2006-6	1.308-6/2011-2C	Miuzete Fontenele Nascimento Raimundo Nonato Jansen Veloso José Augusto Sousa Veloso	Prefeitura Municipal de Pio XII - MA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS)	4.519.401,62
012.808/2009-9	956-4/2011-1C	Aurino Vieira Nogueira	Prefeitura Municipal de Bacurituba - MA	481.586,90
015.201/2005-6	1.172-5/2011-1C	Elito Hora Fontes Menezes JOAQUIM DO VALE MONTEIRO Jorge Machado Mendes JULIO CEZAR DA MOTTA BARRETO LUIS ALBERTO SANTIAGO FARIAS MARCOS ANTONIO DA SILVA NERI NELSON MARTINS BANDEIRA NETO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/MA - MDS	76.508,00
015.613/2005-9	747-3/2011-2C	Aluizio Coelho Duarte José Benedito da Silva Santos Aluizio Coelho Duarte	Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato - MA	962.817,02
016.532/2005-3	1.558-7/2011-2C	J O A ARAGÃO N B A ARAGÃO E CIA LTDA. Marconi Bimba Carvalho de Aquino	Prefeitura Municipal de Rosário - MA	2.845.813,11
016.542/2005-0	1.311-6/2011-2C	DATABYTE COMPUTADORES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. LINK CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Luiz Gonzaga dos Santos Barros	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Itaipava do Grajaú - MA	220.650,43
019.486/2007-9	749-3/2011-2C	Raimundo Avelar Sampaio Peixoto	Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA	923.748,39
020.055/2006-5	958-4/2011-2C	Francisco Rodrigues de Sousa	Prefeitura Municipal de Timon - MA	114.876,58
020.647/2008-2	750-3/2011-2C	César Rodrigues Viana	Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA	40.519,54
023.865/2007-7	552-2/2011-2C	Raimundo José Fernandes Cardoso Vadilson Fernandes Dias	Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias - MA	98.730,05
025.975/2008-6	1.156-5/2011-2C	Raimundo João Pires Saldanha Neto José Ribamar Coelho Castro Franciana Lopes Coelho	Prefeitura Municipal de Rosário - MA	4.127.126,62
029.658/2010-1	1.598-7/2011-1C	Maria Irene do Araújo Sousa	Prefeitura Municipal de Centro do Guilherme - MA	165.723,51
030.083/2008-0	1.580-7/2011-2C	MARIA GORETHE GOMES VANDERLEY ROBERTO FERREIRA SANTOS ANA TEREZA MENDONÇA PEREIRA Nauro Sérgio Muniz Mendes	Prefeitura Municipal de Penalva - MA	10.000,00
350.161/1996-8	377-5/2011-PL	Raimundo Nonato Palhano Silva FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DENSEVOLVIMENTO DA UFMA Aldy Mello de Araújo	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - MEC	175.424,07

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
MG				
003.784/2005-8	272-1/2011-2C	José Rogerio Honorio Romulo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	215.766,58
004.459/2008-3	1.766-8/2011-2C	CLERIO KNUPP Sebastião Carrara da Rocha	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Carangola - MG	8.000,00
010.834/2007-3	1.138-5/2011-1C	Adelido Sirilo Vieira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	5.856,98
013.836/2010-2	978-4/2011-2C	Gessilene Zigler Foine	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - MEC	5.400,00
016.021/2005-2	160-3/2011-PL	Célio Alves Pinto	Prefeitura Municipal de Aimorés - MG PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	8.064,00
017.749/2009-9	1.024-5/2011-2C	Paulo Sergio Reis Ladeira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Taperuba - MG	267.022,11
024.050/2008-8	1.573-7/2011-2C	José de Souza Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	42.215,31
025.421/2008-8	737-3/2011-2C	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE BARBACENA-MG-DEMASP Honorio Teixeira de Carvalho Neto	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	1.555.885,32
025.430/2008-7	1.297-6/2011-2C	José Modesto Pessoa de Avila	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	245.745,56
025.783/2009-5	1.926-9/2011-2C	Edson Paulino Cordeiro	Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG	2.500,00
MS				
005.222/2006-0	1.561-7/2011-2C	Célia Maria da Silva Oliveira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	2.000,00
010.126/2010-4	1.126-5/2011-2C	Margarida de Fátima Nicoletti	FUNAI - Coordenação Regional de Dourados/MS	3.024,00
012.619/2005-3	1.140-5/2011-1C	Manoel Catarino Paes Pero Sebastião Luiz de Mello	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	9.072,00
021.359/2007-3	1.585-7/2011-2C	Luiz Carlos Bonelli Jurandir Pinto Nunes Meire Lourdes da Rocha	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MS - MDA	14.000,00
MT				
002.983/2007-9	670-3/2011-1C	Aldaci Aparecida da Silva	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - CASA CIVIL/PR (EXCLUÍDA) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	148.612,08
004.606/2003-0	1.146-5/2011-1C	Argemiro Alcantara CONSTRUBEL ENGENHARIA PLANEJAMENTO E REPRESENTACOES LTDA. Francisco de Assis Tenório Luiz Carlos Aparecido Bido	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	4.679.650,64
004.997/2002-2	325-1/2011-1C	Paulo Modesto Filho	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	170.530,24
010.548/2005-6	675-3/2011-1C	ENGEVOLT ENGENHARIA LTDA. GONÇALO FERREIRA DE ALMEIDA Nereu Botelho de Campos TRIANGULO ENGENHARIA LTDA. Waldisnei Moreno Costa	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	1.882.536,46
010.660/2010-0	278-1/2011-2C	Fernando Zafonatto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍ-	3.049,20

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			PIOS)	
013.280/2002-6	1.595-7/2011-1C	CONSPAN CONSTRUTORA PORTO ALEGRE DO NORTE LTDA. José dos Santos Rodrigues Bonfim Leite dos Santos José Viana Sabino	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte - MT	362.357,01
014.337/2006-8	333-1/2011-1C	Hegídio Henrique Lunkes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	164.723,09
014.388/2005-9	1.920-9/2011-1C	Raymundo da Silva Mello Júnior José Luis Teixeira de Almeida Carlos David Barroso Teixeira	CEPLAC - SUPERINT. REG. DA AMAZÔNIA ORIENTAL - ALTA FLORESTA/MT - MAPA	6.000,00
014.617/2006-1	484-2/2011-1C	Yukio Miyazima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	59.965,73
015.600/2006-9	1.616-7/2011-1C	José Bispo Barbosa Henrique do Carmo Barros	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MATO GROSSO - MEC	10.000,00
015.974/2005-0	334-1/2011-1C	Aurino Rodrigues da Silva Natanael Matos Nascimento	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	917.122,75
019.647/2005-5	486-2/2011-1C	SIGILOSO	Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT	10.080,00
021.447/2008-6	1.760-8/2011-1C	Geraldo Eustáquio de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	146.364,03
033.115/2008-9	1.155-5/2011-1C	Cicero Francisco de Moraes	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	140.331,72
		PA		
004.900/2009-1	294-1/2011-2C	Gervasio Bandeira Ferreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	653.693,44
005.596/2007-9	327-1/2011-1C	Francisca Martins Oliveira E Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Acará - PA	4.065,60
009.027/2004-8	519-2/2011-2C	SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA/DF - MPF/MPU PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	76.127,04
011.799/2003-4	358-1/2011-1C	EVALDINO BENTO CELESTINO	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará - PA	65.165,07
012.713/2004-2	945-4/2011-1C	Ivanildo Ferreira Alves Hiran Augusto Mala Lopes Sá Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara Pedro Alberto da Silva Alvarenga	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	1.273.430,98
014.588/2008-4	926-4/2011-2C	ESTACON ENGENHARIA S.A. OLIMPIO YUGO OHNISHI Fernando Agostinho Cruz Dourado	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	324.309,86
014.599/2008-8	927-4/2011-2C	Fernando Agostinho Cruz Dourado SAHID XERFAN OLIMPIO YUGO OHNISHI ESTACON ENGENHARIA S.A. ADAUTO CERQUEIRA SANTOS FILHO	Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará	168.335,23
016.919/2008-8	1.769-8/2011-2C	Florivaldo Vieira Martins	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PA - MS	3.000,00
019.411/2003-5	360-1/2011-1C	MARISIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Raimundo Silveira Lima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia - PA	214.302,25
021.025/2008-7	686-3/2011-1C	Silvaneto Ferraz Mangueira	Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo - PA	196.770,24
022.568/2008-6	947-4/2011-1C	Miguel Santana de Castro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	1.135.841,67
025.636/2009-4	571-2/2011-2C	Antonio Carvelli Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS	224.754,73

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Wagner Pereira da Silva ABRIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	
032.724/2008-6	1.152-5/2011-1C	Bianca Ribeiro Corrêa ASSOCIAÇÃO AMAZÔNICA DE DIFUSÃO CULTURAL, SOCIAL E AMBIENTAL / PA	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	193.476,10
		PB		
002.591/2009-5	1.387-6/2011-1C	Antônio Mendonça Coutinho Filho	Prefeitura Municipal de Massaranduba - PB	37.384,89
002.765/2008-9	42-1/2011-PL	Guilardo Antônio Barros Moreira Carvalho	Prefeitura Municipal de Soledade - PB	401.004,09
002.816/2007-0	186-3/2011-PL	Josilene Monteiro Cordeiro Dias	Prefeitura Municipal de Caldas Brandão - PB	8.064,00
003.934/2009-5	665-3/2011-1C	TRANSAMERICA CONSTRUTORES ASSOCIADOS LTDA. Teófilo José de Sousa E Silva	Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	1.209.791,59
004.636/2004-7	175-3/2011-PL	Ademar Paulino de Lima Adria Perazzo Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA PARAÍBA (223 MUNICÍPIOS)	10.080,00
006.106/2008-2	1.161-5/2011-1C	Achilles Leal Filho EMPRESA COBEZA CONSTRUÇÕES LTDA.	Prefeitura Municipal de Mulungu - PB	880.058,67
008.957/2007-6	331-1/2011-1C	JR PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Jose Feliciano Filho	Prefeitura Municipal de Sapé - PB	367.738,12
010.089/2007-8	1.594-7/2011-1C	Antônio Edivaldo Gomes	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	277.522,37
010.327/2003-9	399-5/2011-PL	Antônio Celso Cavalcanti de Andrade Filho Eraldo Dantas da Nóbrega Eraldo Xavier Pimentel FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA - FAEPA Frank Roberto Santana Lins Geraldo Clemente Galvão Ilênio Gomes da Veiga Pessoa Júnior Joel de Moraes Andrade José Martinho de Andrado Silveira José Ramalho Felipe Loester Imperiano da Silva Manoel Porfírio Neves Marcus Alânio Martins Vaz Otávio Augusto Sitônio Pinto Rivaldo Alves Pereira da Costa. Roberto Vasconcelos Alves Rousseau Imperiano da Silva	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	2.000.389,07
013.568/2009-5	1.942-9/2011-2C	Thompson Fernandes Mariz Alexandre Jose de Almeida Gama	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - MEC	40.000,00
013.590/2005-3	280-4/2011-PL	Emani de Souza Diniz	Prefeitura Municipal de Diamante - PB	948.799,14
013.685/2009-1	1.147-5/2011-1C	Deczon Farias da Cunha Alberto Nepomuceno	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa - PB	306.830,56
013.807/2007-0	1.322-6/2011-2C	Gilvando Cabral de Santana CELIA MARIA NUNES CABRAL DE SANTANA	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU/PB	139.114,76
017.010/2007-0	966-4/2011-2C	Joaquim Ostorne Carneiro Mario Antonio Pereira Borba	Prefeitura Municipal de Caldas Brandão - PB SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	10.800,00
018.333/2008-3	92-2/2011-PL	Benjamin Gomes Maranhão Neto ANTÔNIO ALVES SIMÕES FILHO Ronaldo Targino Moreira Maura Targino Moreira Availdo Luís da Alcântara Azevedo MARIA HELENA BRITO MOREIRA	Prefeitura Municipal de Araruna - PB	66.066,00
019.052/2009-5	1.584-7/2011-1C	JOAQUIM GILBERTO SOARES CONSERVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu - PB	271.509,04
022.109/2007-5	1.167-5/2011-1C	Josival Junior de Souza	Prefeitura Municipal de Bayeux - PB	4.032,00
022.234/2007-3	1.412-6/2011-1C	Teófilo José de Sousa E Silva	Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	66.789,31
026.533/2007-0	1.414-6/2011-1C	Antônio José da Silva Achilles Leal Filho	Prefeitura Municipal de Mulungu - PB	725.974,74
026.966/2008-4	680-3/2011-1C	Luciano Morais da Silva CONSTRUTORA CAIÇARA LTDA.	Prefeitura Municipal de Salgadinho - PB	291.463,45
031.251/2007-3	1.770-8/2011-1C	CARLOS CLÁUDIO PIRES MOREIRA Sabino Dias de Almeida	Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé - PB	81.992,17

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
PE				
000.312/2009-1	1.153-5/2011-1C	Ana Paula Vieira da Silva Carlos Alexandre Lapa de Aguiar Elane Vieira da Silva Thuran Cedric Cesar da Silva	Prefeitura Municipal de Aliança - PE	862.587,76
000.315/2009-3	1.157-5/2011-1C	José Rolim da Silva	Prefeitura Municipal de Ibimirim - PE	3.024,00
003.770/2004-0	1.139-5/2011-2C	JOSE CORDEIRO FEITOSA Márcia Cavalcanti Siqueira CONSTRUTORA MONTE COLUMINHO LTDA. - PE	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Tupanatinga - PE	79.878,79
005.827/2003-5	940-4/2011-2C	Prefeitura Municipal de Flores - PE	Prefeitura Municipal de Flores - PE	44.452,33
006.049/2009-2	319-1/2011-1C	Hildemar Alves Guimarães	Prefeitura Municipal de Araçoiaba - PE	215.557,65
007.704/2009-3	1.755-8/2011-1C	Narcizo Ferreira dos Santos Filho Prefeitura Municipal de Tracunhaém - PE	Prefeitura Municipal de Tracunhaém - PE	73.393,19
009.765/2010-7	1.402-6/2011-1C	Carlos Jose Breckenfeld Lopes da Costa	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão - PE	452.241,01
009.778/2010-1	480-2/2011-1C	José Laércio Viana de Queiroz Maria Lucia Heraclio de Souza Lima	Prefeitura Municipal de Bonito - PE	476.561,66
009.848/2009-2	1.756-8/2011-1C	Adalberto Teixeira Filho	Prefeitura Municipal de Jupi - PE	109.208,88
012.528/2004-4	539-7/2011-PL	Prefeitura Municipal de Itamaracá - PE	SECRETARIA EXECUTIVA - MJ PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS)	38.406,61
015.513/2008-8	1.388-6/2011-1C	Valéria Maria Souza de Lima	Prefeitura Municipal do Barra de Guabiraba - PE	139.636,75
015.712/2010-9	320-1/2011-1C	Arnaldo Pedro da Silva Marconi Martins Santana	Prefeitura Municipal de Flores - PE	204.930,88
019.825/2007-5	573-2/2011-2C	Emílio Moacir do Amaral Gonçalves Marcelo Henrique Aguiar Silva	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - MEC	5.040,00
021.139/2009-6	322-1/2011-1C	Francisco Jácomo de Araújo	Prefeitura Municipal de Barra de Guabiraba - PE	205.732,58
024.070/2008-6	675-9/2011-PL	Newton D'Emery Carneiro	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE	5.000,00
026.915/2009-0	1.923-9/2011-1C	CONSTRUTORA TAQUARY LYDA. Marco Antônio Leal Calado	Prefeitura Municipal de Angelim - PE	154.477,11
031.465/2007-0	1.783-8/2011-1C	EDSON BEZERRA DA SILVA REPRESENTAÇÃO CARUARU - ME Claudio Rodrigues Galindo	Prefeitura Municipal de Afrânio - PE	26.025,48
PI				
002.470/2009-0	306-1/2011-2C	CONSTRUTORA VALE DO GUARIBAS LTDA. José Rodrigues Damasceno	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	442.973,36
002.535/2004-5	669-3/2011-1C	JOSHULDENE BENVINDO DA FONSECA NEIVA Antônio Luiz Lima Vitorino	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	21.600,00
003.127/2007-0	985-4/2011-1C	Ronaldo Cesar Lages Castelo Branco	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios - PI	2.160,00
008.306/2009-0	559-2/2011-2C	José Idílio Cavalcante	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	10.080,00
008.660/2009-1	1.321-6/2011-2C	Vitorino Tavares da Silva Neto	Prefeitura Municipal de João Costa - PI	5.000,00
009.627/2009-1	979-4/2011-2C	Agapito Coelho da Luz	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	5.400,00
010.734/2009-4	1.588-7/2011-2C	Luis de Sousa Ribeiro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	384.155,04
011.408/2010-3	1.589-7/2011-2C	Gervásio Barbosa	Prefeitura Municipal do Boqueirão do Piauí - PI	111.644,95
018.501/2002-1	1.165-5/2011-1C	Filemon Jose Francisco de Sousa Nogueira Paranagua	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PI - MS	3.024,00
020.570/2010-4	567-2/2011-2C	Antônio Gomes de Sousa	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí - PI	224.010,48
022.435/2009-8	1.170-5/2011-2C	José Alves dos Reis	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí - PI	574.347,67

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
022.467/2009-1	758-3/2011-2C	José Idílio Cavalcante CONSTRUTORA CONSTRUBRÁS LTDA.	Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí - PI	690.076,94
022.624/2007-9	1.148-5/2011-1C	Reginaldo Correia da Silva Reginaldo Correia da Silva José Ferreira Paes Landim Neto Reginaldo Correia da Silva Katia Porto da Silva Erasmo Juscelino Carvalho Neto João Abimael Neto José Ferreira Paes Landim Neto Katia Porto da Silva Reginaldo Correia da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Guaribas - PI	1.283.136,45
023.769/2009-7	1.943-9/2011-2C	João Batista de Carvalho CLÍNICA MÉDICA GERAL DE SIMÕES LTDA./PI	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	1.041.963,49
027.602/2009-0	322-1/2011-2C	MIRANTE ENGENHARIA LTDA. Francisco das Chagas Silva	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho - PI	749.393,30
027.627/2008-0	570-2/2011-2C	Raimundo Nonato Bona	Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI	1.213.808,89
027.654/2009-7	759-3/2011-2C	Charles Barbosa Lima CONSTRUTORA RIO BRANCO	Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI	800.000,81
028.038/2009-5	1.324-6/2011-2C	Salmon Lustosa Cavalcante Filho Tertuliano José Cavalcanti Lustosa	Prefeitura Municipal de Corrente - PI	306.417,88
		PR		
001.597/2003-5	1.746-8/2011-2C	César Marçal Julio Malto Filho Odebal Bond Carneiro	CONSELHO REGIONAL DE REPRESENTANTES COMERCIAIS-PR	15.000,00
003.060/2009-6	949-4/2011-1C	Manoel Aguilar Filho	Prefeitura Municipal de Inajá - PR	303.728,68
003.761/2008-3	1.314-6/2011-2C	Alcyone Vasconcelos	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	981.646,96
005.873/2010-0	889-3/2011-1C	Claudiner Feliciano	Prefeitura Municipal de Marumbi - PR	5.400,00
012.872/2003-0	668-9/2011-PL	Amauri Ribas de Oliveira	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PR	5.000,00
014.017/2003-4	528-2/2011-2C	Carlos Roberto Antunes dos Santos Carlos Augusto Moreira Junior Flávio Zanette Hamilton Costa Junior	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - MEC	12.096,00
015.567/2010-9	359-5/2011-PL	Josiane Alves Kolc	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	329.071,61
016.320/2006-0	1.604-7/2011-1C	Darci Piana Roberto Brustolin RUTH BRUSTOLIN RUBENS GUIMARÃES BRUSTOLIN Paulo Roberto Araujo Cruz	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PR	1.342.995,71
021.984/2007-9	1.164-5/2011-2C	João Adolfo Schereiner	Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR	492.158,24
024.216/2009-0	401-5/2011-PL	SIGILOSO	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA-PR	7.056,00
		RJ		
005.018/2003-2	261-4/2011-PL	João Luiz Duboc Pinaud Carlos Augusto Siqueira	DEPEN/MJ (EXCLUÍDA) ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	21.500,00
006.525/2004-7	328-1/2011-1C	Gilson Cantarino O Dwyer	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	846.003,50
009.987/2009-6	1.564-7/2011-2C	Alberto Dauaire Filho	Prefeitura Municipal de São João da Barra - RJ	493.404,53
010.302/2002-1	332-1/2011-1C	Marcos de Oliveira Goncalves Ubiraci Raimundo Barbosa Lima	REDE FED. DE ARMAZÉNS GERAIS FERROVIÁRIOS S.A. (EXTINTA)	541.564,10
013.153/2000-7	474-6/2011-PL	Edival Fernando de Oliveira Jose Newton Veras Alberto Torres	COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR	56.035,42
015.484/2006-8	48-1/2011-PL	Cicero Eutropio Magalhaes	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SÁUDE/RJ	3.557,40
016.250/2008-0	1.578-7/2011-2C	Joao Carlos Miller Sa Ramon Baptista Soares SERGIO ANTONIO FERREIRA	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ITATIAIA	9.000,00
020.495/2009-7	1.295-6/2011-2C	PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Cléia Maria Trevisan Vedoin	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (92 MUNICÍPIOS)	216.040,62

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Gutemberg Medeiros Damasceno		
022.105/2009-2	719-3/2011-2C	Antonio Pereira Alves de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (92 MUNICÍPIOS)	100.658,42
022.830/2006-9	1.427-6/2011-1C	HUGO CANELLAS RODRIGUES FILHO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA PLENA	Prefeitura Municipal de Iguaba Grande - RJ	1.542.591,33
023.803/2006-6	259-4/2011-PL	Sylvia da Silveira Mello Vargas Aloísio Teixeira	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ - MEC	27.000,00
024.889/2009-0	405-5/2011-PL	José Fernando Thome Juca Antonio Luiz Gonçalves Ferreira Junior Frederico Cavalcanti Montenegro	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCT	25.200,00
028.657/2009-3	522-7/2011-PL	Malvina Tania Tuttman	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - MEC	3.000,00
029.249/2006-0	962-4/2011-2C	CLAUDIO MOREIRA MEDEIROS JULIO CESAR MELO DE FARIA Marcos de Oliveira Rodrigues R1RJ 2003 CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA. SERGIO DE OLIVEIRA RIBEIRO Wagner Nunes Pereira	HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA	211.101,19
		RN		
002.709/2007-0	1.399-6/2011-1C	M ALMEIDA XAVIER MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL I.M.COMERCIAL LTDA. João Maria de Góis	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	953.009,94
003.329/2008-4	631-9/2011-PL	Francisco Carlos Lago Picado CONSTRUTORA SERRA VERDE LTDA. Marcos Antônio de Oliveira Morais	Prefeitura Municipal de Ouro Branco - RN INCRA - SUPERINT. REGIONAL/RN - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	145.925,55
003.838/2008-0	1.400-6/2011-1C	Enildo Alves	Prefeitura Municipal do Natal - RN PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	3.000,00
004.072/2008-3	1.753-8/2011-1C	TERRAMOTO CONSTRUÇÕES LTDA. Maria José Jácome da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	126.655,60
005.094/2009-5	110-2/2011-PL	Valmir José da Costa Maria da Piedade da Silva Sebastião Paulino da Rocha Valdenício José da Costa	Prefeitura Municipal de Tibau do Sul - RN	8.131,20
009.050/2009-7	962-4/2011-1C	José Ferreira de Melo Neto Pedro Ferreira de Melo Filho	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/RN - JE	521.052,06
012.314/2005-6	1.774-8/2011-2C	Domicio Jose Gregorio Arruda Silva	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - MT	10.000,00
015.070/2009-5	903-4/2011-1C	Ionas Carvalho de Araujo Filho	Prefeitura Municipal de Serra de São Bento - RN	211.458,91
020.916/2009-0	965-4/2011-1C	Silvio Romero de Lucena ANTONIO VALBAN DE LIMA	Prefeitura Municipal de Serra do Mel - RN	292.157,17
021.310/2010-6	1.605-7/2011-1C	Genildo de Freitas Melo SARAIVA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.	Prefeitura Municipal de Severiano Melo - RN	82.121,87
023.646/2007-0	323-1/2011-1C	Wilton Gomes Machado CONSTRUTORA AUGUSTO LTDA.	Prefeitura Municipal de Goianinha - RN PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	105.739,34
027.577/2006-1	521-7/2011-PL	SIGILOSO	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	30.000,00
027.869/2010-5	1.608-7/2011-1C	SAME - CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Francisco Gilson de Oliveira	Prefeitura Municipal de Baraúna - RN	291.240,03
028.812/2010-7	1.174-5/2011-1C	José Edilson Alves de Meneses	Prefeitura Municipal da Calçara do Norte - RN	375.545,70
029.228/2008-6	102-2/2011-PL	GG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Laércio José de Oliveira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	355.492,84
		RO		
002.418/2002-2	517-2/2011-2C	CONSILUX CONSULTORIA E CONSTRU-	Prefeitura Municipal de Jaru -	164.346,99

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		ÇÕES ELETRICAS LTDA. *Ademario Serafim de Andrade*	RO	
008.766/2010-0	690-3/2011-1C	Mileni Cristina Benetti Mota Lindomar de Oliveira Saidler	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA (52 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal da Rolim de Moura - RO	117.339,67
009.431/2001-8	561-2/2011-2C	Ene Glória da Silveira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - MEC	241.836,56
015.431/2009-9	777-10/2011-PL	Maria Goretti de Oliveira Andrade	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO/AC-RO - JT	3.871.471,53
016.891/2008-7	301-1/2011-2C	Regina Maria Malta da Silva Vilas Boas Josias Muniz de Almeida Silvano Oliveira Nascimento	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	9.147,60
017.033/2001-5	1.403-6/2011-1C	Gilda Pereira da Silva Josias Alves de Souza	DIRETORIA REGIONAL DA ECT EM RONDÔNIA - DR/RO	224.992,80
018.962/2008-8	510-2/2011-1C	Tânia Magalhães da Silva Timóteo AMBIENTAL COMÉRCIO TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA. Dilson Juarez Abreu	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/RO	520.391,22
021.629/2007-0	226-3/2011-PL	Breno Azevedo Lima Nelcina Maria de Azevedo Lima	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-RO,AC	10.897,94
		RR		
020.029/2009-0	964-4/2011-1C	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Jorci Mendes de Almeida Francisco Flamarion Portela JANDER GENER CESAR GUERREIRO	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	145.549,31
020.078/2009-4	342-1/2011-1C	Amobio Venicio Lima Bessa JANDER GENER CESAR GUERREIRO Jorci Mendes de Almeida JOSE LUIZ MOTTA DE ROSSO MOTOKA VEÍCULOS E MOTORES LTDA. RICARDO NATTRODT DE MAGALHAES VILMARA ROQUE DE ALENCAR MARTINS	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	753.899,70
022.130/2008-7	1.313-6/2011-2C	Afonso Nivaldo de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RORAIMA (15 MUNICÍPIOS) 7ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU (EXTINTA)	2.000,00
023.529/2009-0	1.606-7/2011-1C	DIÂMETRO COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. Noé Pereira de Carvalho Francisco Severo da Silva	Prefeitura Municipal de Caroebe - RR	257.903,47
025.503/2007-7	196-3/2011-PL	Neudo Ribeiro Campos	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	4.929.640,72
026.581/2009-4	1.607-7/2011-1C	Antonio Sousa Martins Filho	Prefeitura Municipal de Caroebe - RR	1.601.341,80
		RS		
008.729/2004-6	475-2/2011-1C	Joaquim Mendonça Filho Mário Ferreira Neto Antonio Limone Diva de Souza Dias Aires Ferreira Coimbra Maria do Perpétuo Socorro Mendes Meira Renato Nardoni	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	23.184,00
009.888/2008-5	560-7/2011-PL	Flavio Koch	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-RS/3A REGIÃO	20.000,00
010.348/2010-7	943-4/2011-1C	Conceição Doromar Castro Krusser	Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul - RS	1.232.180,64
010.680/2010-1	744-3/2011-2C	LUIZ ALCIDES CAPOANI	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA-RS	154.829,32
026.050/2008-2	958-4/2011-1C	Gasparita Clarete Mariu Lodeyro JORGE AFFONSO SILVEIRO SCHREINER Ladimir Kosciuk Marivaldo da Silva Sayonara Goretti Mariu Lodeyro	HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - MS	1.216.319,12
026.901/2008-7	406-5/2011-PL	SIGILOSO	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-RS	20.160,00
027.619/2008-4	1.559-7/2011-2C	Urbano Knorst Tania Regina Gomes de Oliveira Santos Ramos	Prefeitura Municipal de São Jerônimo - RS	222.198,94
		SE		

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
001.980/2009-9	746-3/2011-2C	Jose de Oliveira Guimaraes Emanuel Silveira Sobral ÂNGELA MARIA MENEZES DE SOUZA Bárbara Bezerra Tavares CARLOS EDUARDO SANTANA Elizano Santos de Assis Hortência Maria de Santana Linhares KÁTIA VIEIRA GOMES FERREIRA Louise Maria Holtz Santos de Oliveira *MARIA DOS SANTOS* Maril Francisca dos Santos Palmeira Mirian Christina dos Santos Carvalho MONDRIAN MONTE & REINOL ADVOGADOS ASSOCIADOS Zilda Maria da Silva GOMES E JÚLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS	Prefeitura Municipal de Ribeirópolis - SE	4.320,00
002.817/2008-6	310-4/2011-PL	*CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SE*		1.420.292,32
003.817/2004-8	395-5/2011-PL	Tânia Sueli Silva dos Santos Ivone Costa Passos Edjane Silva Armando Batalha de Gois Dilene Miranda Job	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	766.682,15
008.566/2007-3	456-6/2011-PL	José Renato Vieira Brandão	Prefeitura Municipal de Propriá - SE	135.478,45
008.593/2009-7	1.907-9/2011-2C	JOSE VALMIR MONTEIRO AMANDA REGINA CARVALHO REIS	Prefeitura Municipal de Lagarto - SE	4.340,70
012.707/2004-5	952-4/2011-1C	José Ivan de Carvalho Paixão Jose Lealdo Lima Costa JOSÉ AMÉRICO MAGALHÃES PESSOA	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	25.920,00
013.934/2007-2	204-3/2011-PL	Antonio Fernando Pereira de Carvalho Carlos Eduardo Lazzaro Traversa Cleiton Freitas Feijo de Melo	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	30.240,00
025.993/2010-0	662-9/2011-PL	Luciano Bispo de Lima *Maria Vieira de Mendonça*	Prefeitura Municipal de *Itabaiana - SE*	15.000,00
028.280/2008-1	323-1/2011-2C	Renes Ferreira de Barros	Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas - SE	8.131,20
		SP		
001.445/2007-6	1.398-6/2011-1C	*Antônio Henrique Blanco Ribeiro* GETAR INCORPORAÇÃO LTDA. Henry Cristian de Oliveira José Carlos Ferreira Milton Ferreira Baruel Roberto Miscow Ferreira Silvino Luiz Carvalheiro da Silva Válter Stratacci Junior Wagner Aparecido da Silva	GRUPAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	3.908.925,90
006.494/2010-2	76-2/2011-PL	Gerson de Oliveira Célia Regina Corrêa Pacheco Odilon Corrêa Pacheco	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	2.220.124,15
007.100/2010-8	1.600-7/2011-1C	Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA.	FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEG. E MEDICINA DO TRABALHO - MTE	84.170,35
010.902/2010-4	279-1/2011-2C	Dorival Marzola	Prefeitura Municipal de Ocauçu - SP	1.880,34
016.898/2005-1	684-9/2011-PL	Ana Paula Naves Britto *Atilio Mauro Suarti* Carlos Ruiz da Silva Cid Bianchi Eber Emanoel Viana Seratim Araujo Eliana Maria Fragoso Fábio Horvat Fábio Linaldo dos Santos Heraclides Moreira da Silva Jorge Ferreira Lima Lúcia de Fátima da Cunha Nary Lucia Rienzo Varella Maria Aparecida Bevilacqua Maria Mabel Palácio Miranda *Regina Aparecida Rossetti Heck* Regina Celi Nascimento Ricardo Silva Brunialti Zenildo Gomes da Costa	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL-SP/3A REGIÃO	7.434.239,13
025.476/2009-4	1.549-7/2011-2C	Guilherme Cyrino Carvalho Paulo Sérgio Miguez Urbano José Trevisol Maria Isabel Alves Domingos Silveira Ariston de Oliveira Lucena Raimundo Pires Silva	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/SP -MDA ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	58.000,00
025.652/2007-7	1.150-5/2011-1C	Fernando Lima Barbosa Vianna Jose Carlos Mello Rego	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	25.200,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Célio Juliano da Silva Coimbra	S.A. - MT	
028.315/2010-3	1.589-7/2011-1C	Verônica Otília Vieira de Souza	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	557.978,50
028.737/2010-5	537-7/2011-PL	Tércio Augusto Garcia Júnior Satoru Kishi	Prefeitura Municipal de São Vicente - SP	20.000,00
033.264/2008-9	213-3/2011-PL	Nelson Borges Moreira	Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP	3.024,00
033.275/2008-2	743-3/2011-2C	Eulália Apparecida Santos Ramos L. J. M. GRÁFICA E EDITORA LTDA. Luiz Evandro Cillo Tadei PRINT LASER GRÁFICA E FOTOLITO LTDA. Rosana Alves de Jesus Wilson Sandoli	CONSELHO REGIONAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL-SP	1.919.528,14
		TO		
000.233/2009-6	1.304-6/2011-2C	JOAO PEREIRA DA COSTA Iraci Pires de Souza MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	73.505,65
007.041/2006-4	1.316-6/2011-2C	Jonas Macedo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO	298.940,94
007.254/2003-9	207-3/2011-PL	Mauro Medeiros de Moura	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM TOCANTINS - MAPA	5.040,00
008.711/2010-0	753-3/2011-2C	Ademir Pereira Luz	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	539.931,83
008.873/2009-0	543-7/2011-PL	Marcus Carlos Costa Santos João Carlos Farencena Luiz Alberto Osório de Castro Jose Edmar Brito Miranda	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	18.000,00
014.374/2004-5	339-1/2011-1C	Edson Fernandes da Costa	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	4.065,60
015.327/2009-0	1.148-5/2011-2C	Antenor Pinheiro Queiroz Antonio Nilson Moreira de Souza Joaquim Barbosa da Silva Jose Osvaldo Fontinelle Barbosa Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	14.112,00
016.509/2010-2	1.149-5/2011-2C	Jose Mauricio Viana de Medeiros	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	69.439,08
017.995/2009-2	974-4/2011-2C	Gerson Limeira Borges	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	839.862,94
018.295/2010-0	551-2/2011-2C	Paschoal Baylon das Graças Pedreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	103.935,21
021.521/2010-7	1.312-6/2011-2C	Pedro Lopes da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	121.515,29
022.862/2009-7	959-4/2011-2C	Isamar Moraes Ribeiro E. P . CAETANO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	82.929,76
024.516/2007-0	552-7/2011-PL	Jose Cardoso	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/TO - MDA	5.000,00
028.552/2009-1	309-4/2011-PL	Anizio Costa Pedreira Jose Edmar Brito Miranda Luiz Alberto Osório de Castro CLAUDIO MANOEL BARRETO Elicima Oliveira Bezerra Amanda da Rosa Lena Maria Ivoneide Matos Barreto	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	22.680,00
032.508/2008-1	511-2/2011-1C	UMUARAMA CONSTRUÇÕES COM. EMPREENDIMENTOS LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	154.563,62

Total de débitos/multas: **R$ 267.733.020,83**

Total de responsáveis condenados em débito ou multados: **805**

Anexo IV - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
AC	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/AC - MTE	ÁBACO ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	003.861/2009-7	397-5/2011-PL
		CODIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA		
		F. CHAGAS MOURA ARAÚJO		
		MAV CONSTRUTORA LTDA ME		
		ZORTTON CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA		
AL	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas	CONARQ CONSTRUCOES E ARQUITETURA LTDA	012.733/2005-3	90-2/2011-PL
		CONSTRUTORA ALYSCON LTDA.		
		J FERREIRA & CONSTRUCOES LTDA		
		T. G. CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA		
DF	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (VINCULADOR)	DICACIEL TELEMED COMERCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIP MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA	024.273/2008-9	457-6/2011-PL
ES	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES	CHF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME	001.594/2007-6	686-9/2011-PL
		LUVAMED COMERCIAL LTDA. - ME		
		SHALON ADONAI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME		
		W A SILVA & CIA LTDA - ME		
PB	Prefeitura Municipal de Araruna - PB	CONSTRUTORA COSTA LTDA	018.333/2008-3	92-2/2011-PL
		CSM CONSTRUTORA SANTA MARIA LTDA		
		MOURA RAMOS GRÁFICA E EDITORA LTDA.		
SE	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	AFS-CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	013.934/2007-2	204-3/2011-PL
		ENGECOP- ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA		
		LAREDO CONSTRUCOES LTDA		
	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	AMORIM FILHOS LTDA.	003.817/2004-8	395-5/2011-PL
		FRANÇA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.		
		JÚLIO PRADO VASCONCELOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.		
		REPRESENTAÇÕES UNIVERSAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.		

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
DF	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS	Antonio Carlos Alves Carvalho	011.921/2005-9	108-2/2011-PL
		Carlos Alberto Jacques de Castro		
		Jose Jairo Ferreira Cabral		
		JOSÉ ROBERTO BORGES DA ROCHA LEÃO		

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública				
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**
		Sérgio Paulo Veiga Torres		
		Tito Cardoso de Oliveira Neto		
	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	Edna Maria Teodoro	012.402/2007-7	203-3/2011-PL
	MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	Josiane Alves Kolc	015.567/2010-9	359-5/2011-PL
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Roberto Pereira Alves	019.800/2007-6	41-1/2011-PL
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Benedito Dias Lopes	009.883/2004-0	604-8/2011-PL
ES	Prefeitura Municipal de Marataízes - ES	Antônio Bitencourt	002.128/2008-1	607-8/2011-PL
PB	Prefeitura Municipal de Diamante - PB	Emani de Souza Diniz	013.590/2005-3	280-4/2011-PL
	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	Geraldo Clemente Galvão	010.327/2003-9	399-5/2011-PL
		José Ramalho Felipe		
		Loester Imperiano da Silva		
PR	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	Josiane Alves Kolc	015.567/2010-9	359-5/2011-PL
RS	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-RS/3A REGIÃO	Flavio Koch	008.888/2008-5	560-7/2011-PL
SE	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	Antonio Fernando Pereira de Carvalho	013.934/2007-2	204-3/2011-PL
		Carlos Eduardo Lazzaro Traversa		
		Cleiton Freitas Feijo de Melo		
	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SE	Hortência Maria de Santana Linhares	002.817/2008-6	310-4/2011-PL
		Louise Maria Holtz Santos de Oliveira		
		Marli Francisca dos Santos Palmeira		
		Mirian Christina dos Santos Carvalho		
		Zilda Maria da Silva		
	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	Armando Batalha de Gois	003.817/2004-8	395-5/2011-PL
		Dilene Miranda Job		
		Edjane Silva		
		Ivone Costa Passos		
		Tânia Sueli Silva dos Santos		
SP	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL-SP/3A REGIÃO	Atilio Mauro Suarti	016.898/2005-1	684-9/2011-PL
		Eber Emanoel Viana Serafim Araujo		
		Fábio Horvat		
		Heraclides Moreira da Silva		
		Maria Aparecida Bevilacqua		
		Zenildo Gomes da Costa		

Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período"

Função governo	Número do processo	Unidade Fiscalizada	Objetivo da fiscalização
Acre			
TRANSPORTE	000.186/2010-4	DER/AC - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre	Sanear o TC 000.186/2010-4.
Alagoas			
EDUCAÇÃO	015.261/2009-7	UFAL/MEC FUNDEPES-UFAL - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENV. DE EXTENSÃO E PESQUISA - UFAL - MEC	Verificar eventuais danos ao erário relativos as irregularidades apontadas no relatório do controle interno.
Amazonas			
EDUCAÇÃO	002.146/2011-8	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.147/2011-4	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.148/2011-0	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.149/2011-7	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
Amapá			
SAÚDE	004.958/2011-0	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP	Avaliar a aplicação dos recursos do SUS repassados fundo a fundo ao município de Tartarugalzinho/AP nos exercícios de 2009 e 2010.
SAÚDE	022.706/2010-0	EG/AP - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	Obter documentos e informações necessárias à análise da regularidade da celebração e execução do Contrato 003/2007 - Sesa/AP.
Bahia			
TRANSPORTE	030.230/2010-1	CODEBA/MT - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA S.A. - MT	Examinar a administração financeira do Plano de Benefícios Portus 1, bem como a origem e conformidade legal dos compromissos assumidos pela CODEBA em relação ao Plano.
Ceará			
EDUCAÇÃO	000.861/2011-1	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
EDUCAÇÃO	001.268/2011-2	Prefeitura Municipal de Jardim - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	001.269/2011-9	Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
EDUCAÇÃO	001.270/2011-7	Prefeitura Municipal de Farias Brito - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.188/2011-6	Prefeitura Municipal de Guaramiranga - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.189/2011-2	Prefeitura Municipal de Palmácia - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.260/2011-9	Prefeitura Municipal de Redenção - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.

EDUCAÇÃO	003.261/2011-5	Prefeitura Municipal de Itaplúna - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	004.764/2011-0	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	004.766/2011-3	Prefeitura Municipal de Pacoti - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
SAÚDE	000.861/2011-1	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
SAÚDE	001.268/2011-2	Prefeitura Municipal de Jardim - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
SAÚDE	001.269/2011-9	Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
SAÚDE	001.270/2011-7	Prefeitura Municipal de Farias Brito - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.188/2011-6	Prefeitura Municipal de Guaramiranga - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.189/2011-2	Prefeitura Municipal de Palmácia - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.260/2011-9	Prefeitura Municipal de Redenção - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.261/2011-5	Prefeitura Municipal de Itaplúna - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	004.764/2011-0	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	004.766/2011-3	Prefeitura Municipal de Pacoti - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
Distrito Federal			
ADMINISTRAÇÃO	000.089/2011-7	PE-MS ANVISA/MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Sanar as dúvidas que ainda permanecem quanto à Autorização Especial para Transporte de Medicamentos, referente à habilitação da primeira colocada Voetur Cargas e Encomendas Ltda. no Pregão Eletrônico 165/2010 do Ministério da Saúde.
ADMINISTRAÇÃO	000.775/2011-8	PE-Mtur - MINISTÉRIO DO TURISMO (VINCULADOR)	*Instruir os autos do TC-000.775/2011-8.*
ADMINISTRAÇÃO	002.764/2011-3	CD MPU PE-PR PJ-JE PJ-JF PJ-JM PJ-JT SF STF STJ TCU TJDFT - SENADO FEDERAL - SF	Avaliar o cumprimento dos limites de gasto com pessoal pelos órgãos autônomos identificados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como das demais disposições legais que regem a gestão fiscal no que concerne aos dados apresentados no âmbito dos relatórios de gestão fiscal.
ADMINISTRAÇÃO	003.407/2011-0	SE/MCT - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o cumprimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 645/2009 - Plenário pela SE/MCT.
ADMINISTRAÇÃO	011.772/2010-7	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Avaliar a gestão e uso de TI nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
ADMINISTRAÇÃO	016.336/2010-0	PE-MF PE-MP PE-MT PE-MME - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)	Levantar informações gerais de caráter legal e operacional relacionadas ao processo de programação dos recursos e dispendios das empresas não dependentes, com destaque para o orçamento de investimento, observando-se, entre outros, aspectos ligados à sua abrangência, finalidade, organização, elaboração, aprovação, execução, acompanhamento e controle, revisão,avaliação de resultados, publicidade e transparência.
ADMINISTRAÇÃO	016.574/2010-9	SOF/MP STN/MF - SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL	Verificar o nível de regionalização da despesa nas esferas fiscal e de investimento nas leis orçamentárias e nos sistemas de dados de acompanhamento concernentes.
ADMINISTRAÇÃO	017.907/2009-0	PE-MDIC - MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Realizar acompanhamento sistematizado das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação com recursos públicos federais.
ADMINISTRAÇÃO	022.107/2010-0	RFB/MF - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Avaliar a eficiência operacional da gestão dos processos tributários relacionados às contribuições de natureza previdenciária.
ADMINISTRAÇÃO	022.241/2010-8	SERPRO - REGIONAL BRASILIA/DF - MF	Avaliar a legalidade de uma amostra das contratações firmadas por entes da Administração Pública e o Serpro.
ADMINISTRAÇÃO	024.956/2010-4	PE-MP - MINISTÉRIO DO PLANEJA-	*Avaliar os controles gerais de TI na Secretaria-Executiva do*

		MENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.
ADMINISTRAÇÃO	025.696/2010-6	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	Verificar aderência do sistema aos requisitos do Termo de Referência.
ADMINISTRAÇÃO	027.591/2010-7	DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - MME	Mapear áreas de risco de controle do DNPM para subsidiar futuras fiscalizações.
ADMINISTRAÇÃO	028.772/2010-5	SLTI/MP - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Monitorar as recomendações e determinações relacionadas com TI na SLTI/MP e outros.
ADMINISTRAÇÃO	029.074/2010-0	SE/MS - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o sistema informatizado que apoia as atividades do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), quanto à utilização de boas práticas de segurança da informação, aos controles existentes para evitar a ocorrência de erros ou fraudes, à consistência das informações e ao cumprimento da legislação aplicável.
ADMINISTRAÇÃO	029.120/2010-1	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Efetuar auditoria de conformidade decorrente de indícios de irregularidade no contrato nº 02.003.00/2009, celebrado pelo MCT e a empresa Módulo Security Solutions S.A.
ADMINISTRAÇÃO	029.211/2010-7	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Verificar o grau de cumprimento, por parte das unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia, das determinações e recomendações exaradas pelo TCU por meio do Acórdão 1562/2009-Plenário.
ADMINISTRAÇÃO	032.287/2010-0	SPIE/MP - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS	Identificar como estão sendo implementadas as atividades de avaliação a cargo de cada órgão responsável por programa finalístico do executivo federal, com apoio das unidades de monitoramento e avaliação - UMA (conforme Anexo III da Lei nº 11.653 de 07/04/2008 que dispõe sobre o Plano Plurianual de 2008/2011).
AGRICULTURA	005.294/2011-8	PE-MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	Elaborar Capítulo "Ação Setorial de Governo - Agricultura e Organização Agrária.
ASSISTÊNCIA SOCIAL	027.709/2010-8	SE/MDS - SECRETARIA EXECUTIVA	Verificar a regularidade da execução de convênios, acordos ou outros ajustes por parte de Organizações Não-Governamentais para a consecução de programas sociais com recursos oriundos do Orçamento da União, em especial do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
ASSISTÊNCIA SOCIAL	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	003.407/2011-0	SE/MCT - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o cumprimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 645/2009 - Plenário, pela SE/MCT.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	029.211/2010-7	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Verificar o grau de cumprimento, por parte das unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia, das determinações e recomendações exaradas pelo TCU por meio do Acórdão 1562/2009-Plenário.
COMUNICAÇÕES	027.555/2010-0	ANEEL ANATEL ANAC/MD ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
COMUNICAÇÕES	031.349/2010-2	ECT/MC - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Verificar a regularidade em contratos de manutenção celebrados pela Diretoria Regional da ECT na Bahia nos exercícios 2009/2010.
DEFESA NACIONAL	005.350/2011-5	PE-MD PE-MD/CA PE-MD/CE PE-MD/CM - MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR)	Agrupar informações relativas ao desempenho da gestão da política da Defesa Nacional em subsídio a elaboração do Parecer das Contas de Governo do exercício de 2010.
DESPORTO E LAZER	015.990/2010-9	PE-ME - MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR)	Verificar a regularidade dos contratos supra-mencionados.
EDUCAÇÃO	002.294/2011-7	INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	Verificar impactos e providências em relação às falhas na realização do ENEM 2010.
EDUCAÇÃO	005.201/2011-0	CAPES/MEC PE-MEC INEP - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Colaborar no processo de elaboração do Relatório e Parecer Prévio, no que concerne a áreas afetas à função Educação, no capítulo Ação Setorial do Governo.
EDUCAÇÃO	005.718/2011-2	PE-MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Monitorar a FGC nos HU vinculados as IFES - ACÓRDÃO 2813/2009-P.
EDUCAÇÃO	032.882/2010-6	INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	Verificar impactos e providências em relação às falhas na realização do ENEM 2010.
ENCARGOS ESPECIAIS	010.173/2010-2	BACEN/MF - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Avaliação dos resultadose da confiabilidade das demonstrações contábeis dos exercícios de 2008e 2009.
ENCARGOS ESPECIAIS	027.905/2010-1	BANCO DO BRASIL S.A. - MF	Realizar o acompanhamento dos atos praticados pelo Banco do Brasil relativos às aquisições realizadas com base nas MPs 442 e 443/2008, e nas leis que vierem a ser convertidas, avaliando-os nos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

ENERGIA	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
ENERGIA	027.555/2010-0	ANEEL ANATEL ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC/ MD	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
ENERGIA	028.424/2010-7	CDE-ELETROBRAS - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - MME	Apurar possíveis irregularidades na gestão do fundo do setor elétrico intitulado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o subsídio da geração de energia por meio de carvão mineral nacional.
ESSENCIAL À JUSTIÇA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
GESTÃO AMBIENTAL	000.910/2011-2	PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalizar as obras do Canal Adutor Vertente Litorânea no estado da Paraíba.
GESTÃO AMBIENTAL	002.574/2011-0	DNOCS PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalização da construção do Açude Poço de Varas no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	002.575/2011-6	DNOCS PE-MI EOG/RN - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalização da Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	002.577/2011-9	EOG/RN PE-MICI - MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)	Fiscalizar a execução de obras civis do Sistema Adutor Santa Cruz do Apodi / Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	025.829/2010-6	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - MMA	Avaliar a posteriori o processo de licenciamento ambiental em obras de infra estrutura a fim de identificar pontos que podem ser aperfeiçoados.
GESTÃO AMBIENTAL	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
GESTÃO AMBIENTAL	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.
GESTÃO AMBIENTAL	029.539/2010-2	PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Analisar o edital, e seus anexos, para contratação de empresa para Execução de obras civis, fornecimento, instalação, montagem, testes e comissionamento dos equipamentos mecânicos e elétricos dos Lotes 05, 08, 15, 16, 17 e 18 do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.
HABITAÇÃO	002.810/2011-5	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES	Fiscalizar a implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social em Manaus/AM.
HABITAÇÃO	002.811/2011-1	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES	Fiscalizar a implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social em Manaus/AM.
HABITAÇÃO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
INDÚSTRIA	033.837/2010-4	PE-MDIC - MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Sanear os autos do TC-033.837/2010-4.
JUDICIÁRIA	003.096/2011-4	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)	Realizar auditoria nas obras de construção da sede do TRF - 1a Região - DF.
JUDICIÁRIA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
LEGISLATIVA	005.294/2011-8	PE-MDA PE-MAPA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	Elaborar Capítulo "Ação Setorial de Governo - Agricultura e Organização Agrária.
LEGISLATIVA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	029.265/2010-0	INCRA/MDA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	Verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios e os respectivos contratos de prestação de serviços de georreferenciamento, firmados pelo Incra, a partir de 2007.
PREVIDÊNCIA SOCIAL	015.529/2010-0	INSS/MPS PE-MD PE-MF PE-MP PE-MPS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - MPS	Examinar a consistência e legalidade das receitas e despesas que têm sido incluídas na apuração dos resultados dos três regimes de previdência pública da união (RGPS, RPPS e militares).
SANEAMENTO	002.604/2011-6	CEF/MF - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	Fiscalizar as obras de Macrodrenagem do Canal do Congo - Serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES.
SANEAMENTO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
SANEAMENTO	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.

SAÚDE	002.573/2011-3	HEMOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS/MS	Fiscalizar os atos relacionados às obras da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia da Hemobrás em Goiana/PE.
SAÚDE	005.359/2011-2	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Levantar informações sobre os principais resultados da atuação governamental no setor Saúde, bem como as iniciativas de controle externo relativas à função em análise.
SAÚDE	005.718/2011-2	PE-MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Monitorar a FOC nos HU vinculados as IFES - ACÓRDÃO 2813/2009-P.
SAÚDE	010.132/2009-7	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Conhecer as ações de acompanhamento da estruturação da Secretaria Especial de Saúde Indígena pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena - Conselho Nacional de Saúde.
SAÚDE	017.238/2006-3	ANVISA/MS - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atualizar informações e achados registrados no processo TC 017.238/2006-3, nos termos do Despacho do Ministro-Relator José Múcio Monteiro de 08/06/2010.
SAÚDE	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.
SAÚDE	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
SEGURANÇA PÚBLICA	000.741/2011-6	SEDEC/MI - SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL	Acompanhar o nível de implementação das deliberações constantes do Acórdão 729/2010.
SEGURANÇA PÚBLICA	002.419/2011-4	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - MJ	Fiscalizar as obras da Etapa II do Complexo Sede e Academia do DPRF.
SEGURANÇA PÚBLICA	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
TRABALHO	000.654/2011-6	PE-MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)	Sanear os autos do TC-000.654/2011-6.
TRABALHO	003.558/2011-8	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Verificar a documentação relativa à licitação e contratação da empresa DMDL, a conservação da parte da obra já executada e dos ônibus, picape e cadeiras adquiridos para utilização no módulo operacional provisório, bem como as medidas adotadas para a tempestiva retomada da obra.
TRABALHO	005.313/2011-2	PE-MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)	Verificar a celebração, execução, prestação de contas e fiscalização dos convênios decorrentes do programas de qualificação do MTE.
TRANSPORTE	000.745/2011-1	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Cumprir determinação Acórdão n. 3405/2010 - P (item 9.3).
TRANSPORTE	000.822/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalização das obras de Duplicação de Rodovia incluindo Melhoramentos para Adequação de Capacidade e Segurança - Remanescente do Lote 1.0 na Rodovia BR - 365/MG, Trecho: Entr. BR-122/135/251 (A) Montes Claros - Entr. BR-364 (B) Div. MG/GO.
TRANSPORTE	000.868/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalização da execução de obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL. Trecho e Subtrecho: Div. PE/AL - Div. AL/SE; Segmento: km 0,0 - km 248,4; Extensão: 248,4 km.
TRANSPORTE	001.202/2011-1	SEP SUAPE - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	Fiscalizar as obras de dragagem e derrocamento do canal de acesso externo ao Porto Organizado de Suape-PE.
TRANSPORTE	001.306/2011-1	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade da construção da Variante Ferroviária de Camaçari/BA, ligando o Pólo Petroquímico ao Porto de Aratu. EF - 431/BA.
TRANSPORTE	002.002/2011-6	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Fiscalizar as obras no Aeroporto Tancredo Neves, Confins/MG.
TRANSPORTE	002.509/2011-3	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	Fiscalizar o fornecimento de Trilhos - Ferrovias EF-334 e EF-151.
TRANSPORTE	002.560/2011-9	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras de duplicação e restauração com melhoramento na Rodovia BR-101/BA - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324/BA.
TRANSPORTE	003.134/2011-3	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Levantar a situação das obras de arte especiais das rodovias federais, identificando pontos críticos nas ações adotadas pela autarquia com vistas à manutenção e conservação dessas estruturas.
TRANSPORTE	006.434/2011-8	DNIT/MT PE-MT - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (VINCULADOR)	Subsidiar a elaboração do relatório da Semag relativo às contas do governo 2010 quanto ao Capítulo 4 - Função Transporte.
TRANSPORTE	006.724/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação, reforço e alargamento da ponte sobre o Rio Maranhão/GO.
TRANSPORTE	006.725/2011-2	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação e reforço sobre o Rio Corumbá/GO.

TRANSPORTE	006.978/2011-8	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação e reforço da ponte sobre o Corrego Safra II/ES.
TRANSPORTE	010.474/2010-2	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar o sistema Siac, em especial se as bases de dados do sistema são integras confiáveis e representam as regras do negócio.
TRANSPORTE	021.257/2009-0	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - MT	Sanear lacunas relativas ao TC 021.257/2009-0.
TRANSPORTE	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
TRANSPORTE	026.020/2010-6	SEP PE-MT DNIT/MT Infraero/MD - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	Obter e avaliar informações relativas à execução dos programas de governo inseridos no PAC no setor de transportes, seguindo a Diretiva 4 das contas do governo para o exercício de 2010.
TRANSPORTE	027.555/2010-0	ANEEL ANATEL ANAC/MD ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
TRANSPORTE	030.105/2010-2	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Realizar auditoria no edital da obra de melhoria da capacidade da BR-116/RS incluindo duplicação.
URBANISMO	018.005/2010-1	CEF/MF SNTMU/MICI - SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA	Identificar fragilidades e riscos inerentes às políticas e ações do Governo Federal na área de mobilidade urbana, subsidiando, inclusive, as Contas do Governo de 2010.
URBANISMO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
Goiás			
DESPORTO E LAZER	003.560/2011-2	Prefeitura Municipal de Goiânia - GO	Verificar a conformidade da Concorrência Pública 1/2010, que objetivou contratação de empresa para reforma do Parque Mutirama, com recursos repassados por meio de convênios pelo Ministério do Turismo.
JUDICIÁRIA	018.909/2010-8	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18ª REGIÃO/GO - JT	Saneamento do processo de contas do exercício de 2009, em especial quanto à existência de passivos referentes a despesas de pessoal não quitados por insuficiência de recursos.
Maranhão			
ADMINISTRAÇÃO	021.491/2009-2	DPF - SUPERINT. REGIONAL/MA - MJ	Coletar evidências e esclarecer dúvidas acerca de atos de concessão de aposentadoria.
SEGURANÇA PÚBLICA	021.491/2009-2	DPF - SUPERINT. REGIONAL/MA - MJ	Coletar evidências e esclarecer dúvidas acerca de atos de concessão de aposentadoria.
TRANSPORTE	000.752/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO MARANHÃO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-135/MA.
Minas Gerais			
EDUCAÇÃO	000.848/2011-5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - MEC	Fiscalizar a conformidade da contratação das obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, quanto aos aspectos legais, técnicos, de engenharia e orçamentários.
EDUCAÇÃO	015.203/2009-3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MEC	Apurar a ocorrência de pagamentos indevidos em decorrência de falhas na contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros.
JUDICIÁRIA	020.846/2010-0	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO/MG - JT	Verificar a legalidade do passivo mencionado no Relatório de Getão do exercício de 2009.
TRANSPORTE	003.296/2011-3	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE MINAS GERAIS - DNIT/MT	Verificar as informações prestadas pelos responsáveis no processo.
Mato Grosso do Sul			
EDUCAÇÃO	016.059/2009-2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	Sanear o TC 016.059/2009-2.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	025.198/2009-5	SR-16/MS - INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MS - MDA	Sanear o TC 025.198/2009-5.

SAÚDE	015.923/2010-0	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/MS	Sanear o TC 015.923/2010-0.
Mato Grosso			
ADMINISTRAÇÃO	032.096/2010-0	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	Saneamento do processo 032.096/2010-0.
EDUCAÇÃO	003.349/2011-0	UFMT HUJM/UFMT - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	Realizar auditoria nas obras de construção do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso.
EDUCAÇÃO	032.096/2010-0	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	Saneamento do processo 032.096/2010-0.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	015.394/2009-3	SR-13/MT - INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MT - MDA	Verificar o descumprimento ao disposto no Ac. 2.633/2007-P pelo INCRA/SR(13) em seus procedimentos relativos ao assentamento na Fazenda Bordolândia.
SANEAMENTO	004.022/2011-4	PS-CEF/MICI - PROGRAMAS SOCIAIS (HABITAR-BRASIL, PASS, PRO-INFRA)	Avaliar a adequação das taxas de administração cobradas pela Caixa e pontos relacionados no item II da proposta de encaminhamento referentes à divergência de dados oriundos do Relatório de Gestão.
SANEAMENTO	024.102/2009-0	PS-CEF/MICI - PROGRAMAS SOCIAIS (HABITAR-BRASIL, PASS, PRO-INFRA)	Avaliar a adequação das taxas de administração cobradas pela Caixa e pontos relacionados no item II da proposta de encaminhamento referentes à divergência de dados oriundos do Relatório de Gestão.
Pará			
EDUCAÇÃO	008.427/2008-8	Prefeitura Municipal de Prainha - PA	Verificar a regularidade na aplicação dos recursos federais dos programas PNAE, PNAE - Creche e PEJA pelo município de Prainha/PA no exercício de 2005.
TRANSPORTE	002.345/2011-0	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ - DNIT/MT	Fiscalizar as obras do trecho rodoviário na BR-230/PA.
Paraíba			
ADMINISTRAÇÃO	003.855/2011-2	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/PB	Verificar a ocorrência de acumulações irregulares de cargos públicos por parte dos servidores do NEMS/PB.
Pernambuco			
ENERGIA	015.815/2009-7	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRÁS - MME	*Coletar elementos/informações para subsidiar a análise* do processo TC 015.815/2009-7.
JUDICIÁRIA	005.455/2005-4	JF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO (PE-AL-CE-PB-RN-SE)	Verificar o cumprimento da Decisão 80/2002 TCU - Plenário.
JUDICIÁRIA	027.900/2009-2	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/PE - JE	Coletar elementos/informações para subsidiar a análise do processo nº TC 027.900/2009-2.
SANEAMENTO	019.362/2010-2	EOG/PE PRM/PE - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Acompanhar as ações tendentes a auxiliar a região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.
SAÚDE	019.362/2010-2	EOG/PE PRM/PE - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Acompanhar as ações tendentes a auxiliar a região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.
TRANSPORTE	000.753/2011-4	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE PERNAMBUCO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-101/PE - Contorno de Recife.
Piauí			
ADMINISTRAÇÃO	011.416/2010-6	PE-MI EOG/PI - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	Subsidiar a instrução do processo TC-011.416/2010-6.

EDUCAÇÃO	029.554/2009-0	Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí - PI	Para fins de subsidiar a instrução do processo TC-029.554/2009-0.
Paraná			
EDUCAÇÃO	020.983/2010-7	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - MEC	Verificar a regularidade da aplicação dos recursos.
JUDICIÁRIA	020.041/2010-1	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO/PR - JT	Verificar a regularidade da execução de despesas referentes a obras e serviços de engenharia, prestação de serviços não contínuos e aquisição de bens de informática.
SANEAMENTO	028.783/2010-7	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PR - MS	Verificar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão, em particular os relacionados com a área de licitação e contratos da unidade.
SEGURANÇA PÚBLICA	004.681/2011-8	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	Verificar a regularidade da aplicação dos recursos do PRONASCI descentralizados para uma Associação Pública denominada CISMEL Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região.
TRANSPORTE	002.395/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO PARANÁ - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras de duplicação e adequação do Contorno Norte de Maringá/PR, na BR-376/PR.
Rio de Janeiro			
ADMINISTRAÇÃO	028.400/2010-0	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Traçar um panorama acerca dos sistemas informatizados de gestão das empresas estatais, em especial os integrados (do tipo ERP Enterprise Resource Planning).
ADMINISTRAÇÃO	029.150/2010-8	SEBRAE - DEP. REGIONAL/RJ - MDIC	Verificar a regularidade de processos licitatórios e seus contratos decorrentes.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	031.305/2010-5	ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - MCT	Aprofundar o conhecimento da execução das despesas relativas aos contratos de gestão celebrados com essas entidades.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	004.985/2011-7	RNP IMPA - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhar a aplicação, verificando aspectos de conformidade, dos recursos decorrentes de operação de crédito autorizada no âmbito do Programa Multissetorial NIB III - Linha de Crédito - Países Nórdicos, firmada com o Nordic Investment Bank.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	006.662/2011-0	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhamento, no exercício de 2011, da operação de crédito relativa ao Projeto da Arena da Amazônia, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	019.445/2010-5	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - MP	Saneamento das contas do exercício de 2009.
CULTURA	006.592/2011-2	ARQUIVO NACIONAL - PR	Verificar a legalidade dos procedimentos adotados no Pregão Eletrônico nº 44/2010.
DESPORTO E LAZER	006.662/2011-0	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhamento, no exercício de 2011, da operação de crédito relativa ao Projeto da Arena da Amazônia, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
EDUCAÇÃO	033.422/2010-9	Prefeitura Municipal de Itaguaí - RJ	Verificar a aplicação de recursos federais transferidos ao município nos exercícios 2005 a 2010.
ENCARGOS ESPECIAIS	004.985/2011-7	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhar a aplicação, verificando aspectos de conformidade, dos recursos decorrentes de operação de crédito autorizada no âmbito do Programa Multissetorial NIB III - Linha de Crédito - Países Nórdicos, firmada com o Nordic Investment Bank.
ENCARGOS ESPECIAIS	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
ENERGIA	002.564/2011-4	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	ANÁLISE DE NOTÍCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA ACERCA DA AQUISIÇÃO DE AÇÕES POR FURNAS COM VALOR MUITO SUPERIOR AO QUE JÁ LHE HAVIA SIDO OFERECIDO ANTERIORMENTE PELOS MESMOS PAPÉIS.
ENERGIA	003.241/2011-4	BR BRASPETRO Eletronuclear FIC PBIO PETROQUISA	Obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.

		PIFCO PNBV REFAP SFE TAG TBG TERMOMACE TRANSPETRO UTEIF - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - MME	
ENERGIA	003.789/2011-0	TRANSPETRO - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - MME	Inspeção para sanear TC 003.789/2011-0, com vistas a dirimir dúvidas levantadas em denúncia de indícios de irregularidade na Transpetro.
ENERGIA	004.070/2011-9	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.
ENERGIA	005.008/2011-5	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Levantar informações sobre área de energia para subsidiar Relatório de Contas de Governo da Semag.
ENERGIA	005.324/2011-4	TRANSPETRO - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - MME	Visita técnica ao Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara TABG, da Transpetro, com vistas a conhecer mais uma unidade operacional da clientela desta secretaria.
ENERGIA	007.314/2011-6	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Fiscalizar as obras do Complexo petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.
GESTÃO AMBIENTAL	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
INDÚSTRIA	032.242/2010-7	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDÚSTRIAL - MDIC	Sanear os autos do TC 032.242/2010-7.
JUDICIÁRIA	027.040/2009-9	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO/RJ - JT	Verificar as designações de servidores para o exercício temporário do cargo de oficial de justiça.
TRABALHO	033.646/2010-4	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/RJ	Realização de inspeção na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, para sanear os autos do TC 033.646/2010-4, no tocante ao Pregão Eletrônico 16/2010, para contratação de serviços de vigilância desarmada no Estado do Rio de Janeiro.
Rio Grande do Norte			
COMÉRCIO E SERVIÇOS	003.504/2011-5	Gov-RN PE-Mtur - Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Fiscalizar as obras de esgotamento sanitário na cidade de Natal/RN.
Roraima			
TRANSPORTE	000.751/2011-1	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-364/RO.
Roraima			
COMÉRCIO E SERVIÇOS	003.103/2011-0	Prefeitura Municipal de Mucajaí - RR	Avaliar a gestão dos recursos federais repassados no âmbito dos instrumentos de repasse 732088, 732103 e 709343, os quais tem por objeto o fomento a atividades culturais e turísticas (realização de festival da cultura, encenação da Paixão de Cristo, e construção do complexo cenográfico, respectivamente).
SAÚDE	003.104/2011-7	EOG/RR - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	Avaliar a gestão dos recursos federais repassados no âmbito do Convênio n.º 2611/2007, Siafi n.º 622000, tendo por objeto a construção do Hospital das Clínicas de Roraima.
Santa Catarina			
EDUCAÇÃO	004.114/2011-6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - MEC	Apurar procedimentos relativos ao desvio de função de servidora, que resultou em condenação judicial da UFSC.
ENERGIA	003.955/2011-7	FURNAS Eletrosul ELETRONORTE - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A. - ELETROBRAS - MME	Obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.

TRANSPORTE	000.823/2011-2	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-280/SC.
TRANSPORTE	003.807/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Fiscalizar as obras da construção da ponte sobre o Canal das Laranjeiras BR-101/SC.
TRANSPORTE	029.379/2010-5	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Esclarecer dúvidas e suprir omissões e lacunas de informações, para instrução do processo 029.379/2010-5.
TRANSPORTE	032.607/2010-5	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura de Santa Catarina	VERIFICAR O CUMPRIMENTO DOS ACÓRDÃOS Nºs 171/2003, 958/2003, 388/2004, 1255/2007 E 2658/2010-TCU-PLENÁRIO.
Sergipe			
TRABALHO	031.987/2010-9	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA-SE/8A REGIÃO	Verificar possível infração às normas legais e/ou cometimento de dano ao erário, conforme ocorrências narradas na Representação do Ministério Público Federal/SE.
São Paulo			
TRANSPORTE	001.263/2011-0	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SÃO PAULO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras do Contorno Ferroviário em Barretos-SP.
TRANSPORTE	003.532/2011-9	CODESP - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - MT	Verificar a necessidade de contratação de novos equipamentos, ante os altos custos previstos.
TRANSPORTE	005.976/2011-1	INFRAERO-SP - Empresa Brasileira de Infra estrutura Aeroportuária	Fiscalizar as obras de Construção do Aeroporto de Goiânia / GO.
Tocantins			
ADMINISTRAÇÃO	002.371/2011-1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - MEC	Averiguar a documentação completa do Pregão Eletrônico n.º 30/2010, para subsidiar a instrução de representação.
ADMINISTRAÇÃO	003.351/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	*Colher subsídios para sanear os autos do TC 029.553/2009-3.*
ADMINISTRAÇÃO	003.924/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar a boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados ao município, a partir do exercício de 2008.
ADMINISTRAÇÃO	022.598/2010-3	FUNAI - Coordenação Regional de Palmas/TO	Obteção de elementos necessários e imprescindíveis ao saneamento dos autos do TC 022.598/2010-3.
EDUCAÇÃO	002.402/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar o andamento das obras da creche, para sanear os autos do TC 023.916/2010-9.
EDUCAÇÃO	023.916/2010-9	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar o andamento das obras da creche, para sanear os autos do TC 023.916/2010-9.

Anexo VI - "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei 12.214/10 (LOA/2010)"

UF	Obra	Processo (s) e Relator (es)	Gravidade (*)	Objetos paralisados e motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
AL	Drenagem do Tabuleiro dos Martins - Maceió	006.250/2002-7 AUGUSTO SHERMAN / 006.783/2011-2 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Contrato 01/1997, cujo objeto é a execução de serviços de Engenharia necessários à Ampliação da Macrodrenagem da área denominada de Grande Tabuleiro em Maceió - AL, (Valor: R$ 48.164.381,06, data-base: 27/11/1997), consta do quadro de bloqueio da LOA 2010. O contrato 01/97 teve sua execução suspensa por causa de diversas irregularidades, entre as quais se destacam: (i) superfaturamento da ordem de R$ 18.737.204,06, sendo materialmente relevante em relação ao total do contrato (38,90%); (ii) Proposta da empresa vencedora em desacordo com o Projeto Básico, sendo tal proposta considerada a base para a execução do contrato; e (iii) subcontratação de cerca de 50% da obra sem previsão em edital ou contrato. O convênio 520644 foi suspenso em decorrência de irregularidades graves na sua execução. Os indícios de irregularidade em apuração constituem grave desvio aos princípios a que está submetida à licitação, em especial ao da economicidade (Art. 37, CF/88) e da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 3°, Lei n° 8.666/1993).	O Acórdão 1093/2007-PL (itens 9.5.5 a 9.5.7)descreve detalhadamente as medidas corretivas que, se tomadas pelo gestor, recomendariam a continuidade da execução da obra. Em resumo, as medidas versam sobre a necessidade de realização de levantamentos pela Seinfra/AL, com posterior remessa para análise do Tribunal, de diversos itens de serviços e seus correspondentes quantitativos previstos, já efetivamente executados e que se pretende ainda executar. Além disso, a continuidade da obra está condicionada a ajustes no projeto executivo e adaptações no orçamento estimativo, bem como dar continuidade, com celeridade, ao processo de desapropriação das áreas onde está localizada a lagoa 1.
AM	Modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus/AM	006.065/2011-2 ANDRÉ LUÍS / 009.008/2009-3 ANDRÉ LUÍS / 016.691/2008-4 UBIRATAN AGUIAR	IG-C	Estão bloqueados na LOA 2011 o edital da Concorrência 018/2009-CGL/AM e o Contrato 003/2009-SRMM, dela decorrente, cujo objeto é a execução de serviços e obras de engenharia para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus/AM, com valor global de R$ 65.170.972,33 e com 2% de execução física. Em 2011, também retornou ao quadro bloqueio o Convênio 57/2007, embora já houvesse posição do TCU quanto ao saneamento da irregularidade respectiva. O Contrato 003/2009-SRMM, apresentou sobrepreço estimado de 15%, além de ter sido decorrente de licitação (Concorrência 018/2009-CGL) com projeto básico deficiente, na qual se observou restrição à competitividade e falhas relativas à publicidade. A despeito do bloqueio na LOA, em 2009 a Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) ordenou a execução de serviços do Contrato 003/2009-SRMM, sem que houvesse autorização por parte da Suframa.	A Concorrência 018/2009-CGL e o Contrato 003/2009/SRMM foram anulados, conforme verificado em publicação do Diário Oficial do Estado do Amazonas de 23/4/2010. Em 14/3/2011, a Suframa informou que aprovou o novo projeto executivo da obra, escoimado dos indícios de sobrepreço verificados durante a fiscalização de 2010. Além disso, apresentou comprovação de que não foram usados até o momento recursos federais para pagamento dos serviços executados enquanto o Contrato 003/2009-SRMM estava bloqueado na LOA. Diante dessas informações, por meio do Acórdão 773/2011 (30/3/2011), o Plenário do TCU considerou saneados todos os indícios de irregularidade grave relativos à obra, ao mesmo tempo em que determinou à Suframa que apresente o acerto de contas do Contrato 003/2009-SRMM comprovando definitivamente a ausência de emprego de recursos federais.
PI	Av. Marginal Leste - Controle Enchentes Rio Poty - Teresina	019.812/2009-3 BENJAMIN ZYMLER / 021.023/2003-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-P	O Contrato 01/99 (Construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em Teresina /PI.), cujo valor é de R$ 36.692.429,75, está paralisado com 6% das obras concluídas. Foi executado somente cerca de 50% do trecho 1, o qual possui	De acordo com o AC-1727/10-P, a medida corretiva corresponderia à anulação da Concorrência 02/97 e do decorrente Contrato 01/99.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

				3.706,93 m de extensão, sendo que a obra total teria uma extensão de 23.706,93 m. Também há indicativo de paralisação para o Edital 002/97, que precedeu o Contrato 01/99. O Contrato 01/99 foi paralisado em 05/07/2002, antes mesmo da medida cautelar adotada pelo TCU em 2005 (Acórdão 721/2005-TCU-Plenário). Nessa deliberação, foram citadas as seguintes irregularidades: sobrepreço e extrapolação do limite legal para realização de aditivo contratual, relativas ao Contrato 01/99; restrição à competitividade, ausência de critério de aceitabilidade de preços máximos e ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços conforme exigido pela Lei 8.666/93, relativas ao Edital 002/97. O indício de sobrepreço é da ordem de 105,74%, o que indica um potencial dano ao erário de R$ 13.083.972,00.	
RJ	(PAC) Implantação do Metrô - Linha 3 do Rio de Janeiro	005.981/2011-5 JOSÉ JORGE / 011.288/2010-8 JOSÉ JORGE	IG-P	Encontra-se parado o Convênio nº 01/2008 (Siafi 640150), cujo objeto abrange: a) Desenvolvimento de estudos e execução de parte dos Levantamentos Topográficos, Geológicos e Geotécnicos, para levantamento da faixa de domínio, com identificação da poligonal de referências básicas para o Projeto, RN's, marcos topográficos, identificação de áreas invadidas e delimitação de áreas de bota fora e jazidas do Pátio e Estação do Barreto e da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro; b) Elaboração do Projeto Executivo da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Projeto de Implantação da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, compreendendo detalhes construtivos, especificações técnicas, desenhos, listas de materiais e todos os documentos necessários à implantação das estações do trecho considerado; e c) Apoio à implantação da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara. Concedente: Ministério das Cidades Convenente: Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Valor do convênio 001/2008: R$ 62.500.000,00 Contrapartida Federal: R$ 50.000.000,00 (80%) Contrapartida Estadual: R$ 12.500.000,00 (20%) *Convênio assinado em 30/12/2008, vigente até 30/12/2010.* O escopo do convênio corresponde a 4,57% do valor do contrato 02/2002. O Contrato 02/2002, que possui como objeto a execução, pelo regime de empreitada por preço unitário, das Obras Civis do Lote 2 da Linha 3 do Sistema de Transporte Metroviário do	Conforme Acórdão 2005/2009-P, item 9.1.1, o gestor deve comprovar a devida alocação de recursos relativos à contrapartida do convenente no Plano Plurianual, bem como na Lei Orçamentária do Estado; Conforme determinação contida no Acórdão 2136/2010-P, item 9.1, o gestor deve se abster de repassar recursos à Obra de Implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, até que o projeto do objeto do convênio contemple os elementos estabelecidos pelo inciso IX, art. 6º da Lei 8.666/1993, bem como o detalhamento estabelecido pelo art. 7º, §2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993. Conforme o Acórdão 486/2010-P, item 9.2.3, a Secretaria Nacional da Mobilidade Urbana (Semob/Ministério das Cidades) antes de enviar ao TCU documentos provenientes do convenente, do seu contratado e de outro interessado, deve analisá-los prévia e conclusivamente, emitindo parecer formal acerca das informações neles veiculadas. Em 1/4/2011 a SeMOB/MCIDADES encaminhou o ofício 2276/2011 encaminhando documentos com vistas à regularizar a situação da obra, em face dos indícios de deficiência do Projeto Básico. Documentação em análise pelo TCU no prazo legal.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

				Estado do Rio de Janeiro, encontra-se impedido de receber recursos federais em decorrência do item 9.1 do Acórdão 2136/2010 - TCU - Plenário. Contratante: Governo do Estado do Rio de Janeiro Contratado: Consórcio Construtor Fluminense (Construtora Queiroz Galvão S/A e Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A) O contrato foi assinado em 04/04/2002 e possui vigência até 30/06/2011. O valor total do contrato é de R$ 714.972.486,31 (base junho/2001). Até a sexta medição (agosto/2009) havia sido liquidado 0,407% do valor contratado. Ressalta-se que o empreendimento possui dotação orçamentária para no exercício financeiro de 2010. O Convênio 001/2008 (Siafi 640150) está parado em decorrência: a) da insuficiência e da ausência de dotação orçamentária própria do convenente (Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS); b) projeto básico deficiente ou desatualizado. Portanto o Ministério das Cidades está impedido de repassar recursos federais à Obra de Implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, Contrato 02/2002.	
SP	Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquirivu - Guarulhos/SP	011.101/2003-6 AUGUSTO NARDES	IG-P	O Contrato 039/99 (execução das obras civis de implantação do Sistema Viário Marginal Baquirivu), de R$ 101.673.707,03, com 89% de execução física, está bloqueado na LOA desde 2004. Identificou-se superfaturamento de R$ 6.992.352,01 (7% do valor total) no Contrato 039/99, além de alterações indevidas de projetos e especificações. Apesar de o Congresso Nacional suspender o repasse de recursos federais, as obras prosseguiram com recursos municipais e estaduais. Com 89% de execução física, o Sistema Viário Baquirivu está em pleno funcionamento. Restam a executar do contrato apenas dois viadutos e duas pontes no trecho do Terminal de Cargas.	Caso a Prefeitura de Guarulhos tenha interesse em continuar a execução do Contrato 039/99, ela deverá adotar as seguintes medidas, conforme Acórdão 2277/2009-TCU-Plenário, de 30/9/2009, que foi ratificado pelo Acórdão 1809/2010-TCU-Plenário, de 28/7/2010: descontar, nas próximas faturas, o débito de R$ 6.992.352,01; renegociar os preços contratados dos serviços a executar, caso estejam superiores aos do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). A Prefeitura de Guarulhos informou à equipe de fiscalização do TCU em 2009 que não há mais necessidade nem interesse em executar o restante da obra e que adotará providências para encerrar o Contrato 039/99, o que ainda não comprovou ao Tribunal. Em 2010, a Prefeitura de Guarulhos informou que todos os documentos pertinentes ao Contrato 039/99 e à licitação correspondente foram apreendidos por decisão judicial e que a equipe técnica existente à época do contrato foi substituída. Portanto, nenhuma providência foi informada pelo gestor. No processo que trata dessa obra no TCU, busca-se o ressarcimento ao erário do valor superfaturado. Alguns responsáveis apresentaram suas defesas, cuja análise foi concluída em 26/11/2009. Outros responsáveis pelo débito serão chamados a se pronunciarem.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.

Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;

IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

TO	Construção da Barragem do Rio Arraias em Arraias/TO	005.960/2011-8 AUGUSTO SHERMAN / 008.875/2009-5 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Constam do quadro de bloqueio da LOA 2010: o Contrato 117/2004, cujo objeto é a construção da Barragem do Rio Arraias, Eixo 16, com fornecimento e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos (Valor: R$ 34.167.800,73 - após 1º Termo Aditivo), com 54% de execução. o Contrato 045/2005, cujo objeto é a elaboração de Projeto Executivo, Projetos Básicos Ambientais e Gerenciamento, Assessoria Técnica, Supervisão e Fiscalização das Obras da Barragem do Rio Arraias/TO (Valor: R$ 4.263.992,00) De acordo com o Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário, o Convênio 113/2007, firmado entre o MI e a SRHMA/TO, (Siafi 610857), não pode ter recursos federais liberados até que ocorra o saneamento do contrato 117/2004. Foi identificado, preliminarmente, sobrepreço de 31,72% (R$ 9.336.953,16) no Contrato 117/2004. No Contrato 045/2005 foi apontado, inicialmente, sobrepreço em alguns itens, no valor de R$ 154.782,91 (o Ministro-Relator adotou medida cautelar até que a Secob se manifestasse acerca da necessidade de IG-P no contrato).	Acórdão 1917/2010 - Plenário do TCU, determinou, em 04/08/2010, à Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Tocantins (SRHMA/TO) que: - promova a análise, caso ainda não concluída, e a aprovação do projeto executivo referente às obras de construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias/TO; e - informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas em cumprimento ao item anterior, bem como as medidas adotadas no intuito de zelar pela integridade de parte da obra já executada; O Acórdão 3.159/2010-P, de 24/11/2010, rejeitou os embargos de declaração interpostos, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 1.913/2010-P; também indeferiu, por falta de amparo legal, o pedido da empresa Egesa Engenharia S.A.para prorrogação do prazo para interposição de recursos; finalmente, concedeu o prazo de 30 dias solicitado pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Tocantins para o encaminhamento de novas informações acerca das medidas adotadas em razão do Acórdão 1.913/2010-Plenário. Por sua vez, o Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário determinou à SRHMA/TO que: - com relação ao Contrato 117/2004, promovesse o desconto do superfaturamento detectado nos custos unitários, no BDI e nos reajustes indevidos referentes aos serviços executados até a 14ª. medição, além de sua repactuação; - no âmbito do contrato 045/2005, somente prossiga com a execução contratual após o saneamento das ocorrências atinentes ao contrato 117/2004, e adote como limite em eventuais acréscimos de quantitativos decorrentes de aditivos contratuais, no caso da retomada da execução contratual.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

Anexo VII - "Unidades da Secretaria do TCU"

Unidade	Sigla	Titular	Contato
Secretaria de Controle Interno	Secoi	Eugênio Paccelli de Paula Corrêa	(61)3316-7779
Secretaria-Geral da Presidência	Segepres	Cristiano Rondon Prado de Albuquerque	(61)3316-5338
Ouvidoria	Ouvidoria	Eduardo Dualibe Murici	(61)3316-5292
Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais	Acerl	Cláudia Gonçalves Mancebo	(61)3316-7423
Secretaria de Comunicação	Secom	Karla Cristina de Oliveira Ferreira	(61)3316-7548
Assessoria de Relações Internacionais (interino)	Arint	Luciano dos Santos Danni	(61)3316-7256
Assessoria Parlamentar	Aspar	Paulo Nogueira de Medeiros	(61)3316-7878
Assessoria de Segurança da Informação e Governança de TI	Asig	Marisa Rodrigues Alho	(61)3316-7954
Consultoria Jurídica	Conjur	Edimilson Erenita de Oliveira	(61)3316-7269
Instituto Serzedello Corrêa	ISC	Adriano César Ferreira Amorim	(61)3316-5802
Secretaria de Tecnologia da Informação	Setec	Mauro Giacobbo	(61)3316-7276
Secretaria de Planejamento e Gestão	Seplan	Cláudio Sarian Altounian	(61)3316-7498
Secretaria das Sessões	Seses	Luiz Henrique Pochyly da Costa	(61)3316-7416
Secretaria-Geral de Administração	Segedam	Fernando Luiz Souza da Eira	(61)3316-7101
Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio	Sesap	Pedro Tadeu oliveira da Silva	(61)3316-7090
Secretaria de Gestão de Pessoas	Segep	Fernando Silveira Camargo	(61)3316-7117
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Selip	Ary Fernando Beirão	(61)3316-7775
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Secof	José Elomá Oliveira Albuquerque	(61)3316-7143
Secretaria-Geral de Controle Externo	Segecex	Guilherme Henrique de La Rocque Almeida	(61)3316-7322
Secretaria-Adjunta de Planejamento e Coordenação	Adplan	Marcelo Luiz Souza Eira	(61)3316-7311
Secretaria-Adjunta de Supervisão e Suporte	Adsup	Vanda Lídia Romano da Silveira	(61)3316-7315
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª Secex	Aladir Filgueiras de Paula	(61)3316-7300
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª Secex	Arsênio José da Costa Dantas	(61)3316-7371
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª Secex	Edison Franklin Almeida	(61)3316-7673
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª Secex	Marcelo André Barboza da Rocha Chaves	(61)3316-7334
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª Secex	Frederico Julio Goepefert Júnior	(61)3316-7365
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª Secex	Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano	(61)3316-7646
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª Secex	Rafael Lopes Torres	(61)3316-5342
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª Secex	Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	(21)3805-4200
Secretaria de Fiscalização de Pessoal	Selip	Alessandro Giuberti Laranja	(61)3316-7655
1ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	1ª Secob	André Luiz Mendes	(61)3316-7690
2ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	2ª Secob	José Ulisses Rodrigues Vasconcelos	(61)3316-2416
3ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	3ª Secob	Eduardo Nery Machado Filho	(61)3316-2417
4ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	4ª Secob	Juliana Pontes Monteiro de Carvalho	(61) 3316-5389
1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação	1ª Sefid	Adalberto Santos de Vasconcelos	(61)3316-7649
2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação	2ª Sefid	Maurício de Albuquerque Wanderley	(61)3316-7126
Secretaria de Fisc. e Avaliação de Programas de Governo	Seprog	Carlos Alberto de Sampaio Freitas	(61)3316-7902
Secretaria de Macroavaliação Governamental	Semag	Marcelo Barros Gomes	(61)3316-7126
Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação	Sefti	Cláudio Souza Castello Branco	(61)3316-5371
Secretaria de Recursos	Serur	Junnius Marques Arifa	(61)3316-7710
Secretaria de Controle Externo/AC	Secex-AC	José Ricardo Tavares Louzada	(68)3224-1052
Secretaria de Controle Externo/AL	Secex-AL	Ricardo Fahr Pessoa	(82)3221-5696
Secretaria de Controle Externo/AP	Secex-AP	Aparecido Martins	(96)3223-7730
Secretaria de Controle Externo/AM	Secex-AM	Zenaide Fernandes da Silva	(92)3622-1576
Secretaria de Controle Externo/BA	Secex-BA	Antônio França da Costa	(71)3341-1966
Secretaria de Controle Externo/CE	Secex-CE	Shirley Gildene Brito Cavalcante	(85)4008-8388
Secretaria de Controle Externo/ES	Secex-ES	João Manoel da Silva Dionísio	(27)3324-3955
Secretaria de Controle Externo/GO	Secex-GO	Paulo Henrique Nogueira	(62)3255-9233
Secretaria de Controle Externo/MA	Secex-MA	Carlos Wellington Leite de Almeida	(98)3232-9970
Secretaria de Controle Externo/MT	Secex-MT	Carlos Augusto de Melo Ferraz	(65)3644-2772
Secretaria de Controle Externo/MS	Secex-MS	Edmur Balda	(67)3382-7552
Secretaria de Controle Externo/MG	Secex-MG	José Reinaldo da Motta	(31)3374-4487
Secretaria de Controle Externo/PA	Secex-PA	Ronaldo Saldanha Honorato	(91)3226-7978
Secretaria de Controle Externo/PB	Secex-PB	Rainério Rodrigues Leite	(83)3208-2003
Secretaria de Controle Externo/PR	Secex-PR	Luiz Gustavo Gomes Andrioli	(41)3218-1350
Secretaria de Controle Externo/PE	Secex-PE	Fabiano de Oliveira Luna	(81)3424-8109
Secretaria de Controle Externo/PI	Secex-PI	Clemente Gomes de Sousa	(86)3218-2990
Secretaria de Controle Externo/RJ	Secex-RJ	Osvaldo Vicente Cardoso Perrout	(21)3805-4200
Secretaria de Controle Externo/RN	Secex-RN	Alexandre José Caminha Wairaven	(84)3211-8753
Secretaria de Controle Externo/RS	Secex-RS	Cláudio Augusto Prates Thomas	(51)3227-0075
Secretaria de Controle Externo/RO	Secex-RO	Arildo da Silva Oliveira	(69)3223-1649
Secretaria de Controle Externo/RR	Secex-RR	Waldemir Paulino Pascholotto	(95)3623-9411
Secretaria de Controle Externo/SC	Secex-SC	Márcio Macedo Mussi	(48)3223-4690
Secretaria de Controle Externo/SP	Secex-SP	Fernanda Folchi França	(11)2113-2805
Secretaria de Controle Externo/SE	Secex-SE	Adriano de Souza César	(79)3259-2767
Secretaria de Controle Externo/TO	Secex-TO	Wagner Martins de Morais	(63)3224-1064

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O Aviso nº 58, de 2011, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 59, de 2011** (nº 680/2011, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.365/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 33/2010, do Senado Federal (TC 022.073/2010-8).

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 59, DE 2011

Aviso nº 680-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 25 de maio de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício 1676-SF, de 10/8/2010, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 022.073/2010-8, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 25/5/2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente,

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF

TC 022.073/2010-8

ACÓRDÃO Nº 1365/2011 – TCU – Plenário

1. Processo TC 022.073/2010-8
2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Presidência do Senado Federal.
4. Unidade: Município de Catanduva/SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 33/2010, firmada entre o Município de Catanduva/SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 8.439.000,00, para financiar o "Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva-SP".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;

9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia desta deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

9.4. considerar integralmente atendida a solicitação formulada por meio do Ofício 1676-SF, datado de 10/8/2010, e arquivar os autos, com base na parte final do § 3° do art. 2° da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do **caput** do art. 17 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 19/2011 – Plenário.
11. Data da Sessão: 25/5/2011 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1365-19/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário
TC 022.073/2010-8
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Interessada: Presidência do Senado Federal.
Unidade: Município de Catanduva/SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

Sumário: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL NO TOCANTE À MATÉRIA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO E OBTENÇÃO DA GARANTIA DA UNIÃO. COMUNICAÇÃO AO SENADO FEDERAL. ATENDIMENTO INTEGRAL DA SOLICITAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1 – A competência do TCU no tocante a operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno com garantia da União limita-se ao controle das garantias prestadas pela última, *sem interferência* direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante.

RELATÓRIO

A Presidência do Senado Federal (fl. 1) recomendou ao Tribunal o acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 33/2010, firmada entre o Município de Catanduva/SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 8.439.000,00, para financiar o "Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva-SP".

2. A matéria foi analisada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag nos seguintes termos (fls. 10/11, verso):

"**Análise**

2. O montante decorrente da operação de crédito destina-se a financiar o 'Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva-SP', razão da Exposição de Motivos 101/2010-MF, do Ex^mo^ Sr. Ministro de Estado da Fazenda (anexo 1, fl. 2v).

3. A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (1) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex; (2) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício; (3) Fluxo Financeiro; (4) Condições Financeiras; (5) Requisitos Legais e Normativos, compreendendo: (5.1) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (5.2) Inclusão no Plano Plurianual; (5.3) Previsão Orçamentária; (5.4) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (5.5) Limites de Endividamento do Mutuário; (5.6) Limites para a Concessão da Garantia da União; (5.7) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Município; (5.8) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (5.9) Situação de Adimplência; (5.10) Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (5.11) Alcance das Obrigações Contratuais; (5.12) Demais exigências da Resolução SF 48/2007 e da Lei Complementar 101/2000.

4. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o projeto submetido à análise da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, que por meio da Recomendação 924, de 18/5/2007, recomendou a preparação do Programa (anexo 1, fl. 9).

5. A Lei Municipal 4.717/2009 dispôs sobre o Plano Plurianual do município de Catanduva para o período de 2010/2013, relativamente às ações previstas para o Programa em tela.

6. Quanto à análise da capacidade de pagamento consignado na Nota 932/2009/STN/COREM, de 14/7/2009 (citada no Parecer 659/2010 – anexo 1, fl. 12), o município de Catanduva foi classificado na categoria b, considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25/4/1997.

7. Referente à situação de adimplência, informou a Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer 659/2010/GERFI/COPEM/SECAD4/STN/MF, de 25/5/2010 (anexo 1, fl. 12v), que, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal 43/2001, verificou-se que o município de Catanduva encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central (Sisbacen/Cadip), realizada em 25/5/2010 (anexo 1, fl. 12v). A verificação da adimplência financeira junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas poderá ser feita mediante consulta ao referido Cadastro Único de Convênio (Cauc), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal 48/2007.

8. O Poder Executivo do município de Catanduva, em virtude da Lei Municipal 409/2007, está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

9. A Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem/STN) informou na Nota 932/2009/STN/COREM (citada no Parecer 659/2010 – Copem, anexo 1, fl. 12), que o município de Catanduva não assinou contrato de renegociação de dívidas com a União. A operação em questão produzirá compromissos financeiros ao município até 2035 e o estudo foi projetado até 2018.

10. Quanto aos antecedentes do município de Catanduva junto à Secretaria do Tesouro Nacional, e conforme consulta eletrônica ao sítio da STN/Coafi – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, realizada em 25/5/2010 (citado no Parecer 659/2010 – Copem, anexo1, fl. 9v), não há registro, no âmbito daquela Coordenação-Geral, de procedimento de cobrança referente à recuperação de créditos decorrentes de honra de aval ou concessão de garantias.

11. Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Município, bem como o cumprimento dos arts. 198, com a redação da Emenda Constitucional 29/2000, e 212 da *Constituição Federal* o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante Certidão 285, de 6/4/2010, atestou o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado (2008). Quanto ao exercício de 2009, ainda pendente de apreciação, o mesmo Tribunal atesta o pleno exercício da competência tributária e os gastos mínimos com saúde e educação (anexo 1, fl. 13).

12. Em conformidade com o Parecer 509/2010 – Copem/STN, de 7/5/2010 (citado no Parecer 659/2010 – Copem, anexo 1, fls. 9-14v), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do município de Catanduva nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal 43/2001, tendo sido atendidos os requisitos mínimos exigidos.

13. O Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se de acordo com a proposta da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), prevalecendo concordância *quanto ao pleito no âmbito da referida Secretaria* (anexo 1, fl. 20).

14. A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inciso II do art. 23 da Resolução do Senado Federal 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (COF/PGFN), em seu Parecer PGFN/COF 1404/2010 (anexo 1, fls. 3v-8v), ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia e preenchidas as condições prévias ao primeiro desembolso, tal como previstas na minuta do contrato de empréstimo, bem como comprovada a adimplência do município com a União e suas entidades controladas.

15. Mediante Resolução 33/2010 (fls. 2-4), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Prefeito do município de Catanduva-SP.

16. Consta do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao 3º Quadrimestre de 2010, pág. 28, que o contrato de garantia alusivo a esta operação de crédito externo foi assinado em 20/8/2010.

Conclusão

17. À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, *caput* e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar 101/2000.

18. No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa-TCU 59/2009 estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com garantia da União. O § 3º do art. 2º dessa Instrução Normativa dispõe:

Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no caput, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.

19. Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 59/2009.

20. A mesma Instrução Normativa 59/2009, no art. 4º, dispõe:

Art. 4º Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I – comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II – divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo:

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.

21. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º, da mencionada Instrução Normativa."

Por tais motivos, a Semag, em pareceres uniformes (fls. 11, verso/13), sugeriu a esta Corte

a) conhecer da solicitação;

b) informar à Presidência do Senado Federal que:

b.1) o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garant da União foram tomadas;

b.2) esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em cas de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

c) encaminhar cópia da deliberação proferida à Presidência do Senado Federal e a Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

d) considerar integralmente atendida a solicitação e arquivar os autos.

É o Relatório.

VOTO

Atendidos os requisitos de admissibilidade definidos no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992, pode ser conhecida esta solicitação da Presidência do Senado Federal para que o TCU acompanhe a aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 33/2010, firmada entre o Município de Catanduva/SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US$ 8.439.000,00, para financiar o "Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva-SP".

2. Consoante definido no acórdão 2.328/2008 – Plenário, a competência deste Tribunal para examinar operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno com garantia da União limita-se ao controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações de recursos pelo ente federado contratante.

3. Uma vez que a análise empreendida pela Semag, a partir dos elementos constantes dos autos, concluiu pelo atendimento das exigências legais aplicáveis à contratação da operação em foco, inclusive no tocante à obtenção de garantia da União, acolho a manifestação daquela unidade técnica e voto pela adoção da minuta de acórdão que submeto ao escrutínio deste colegiado.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2011.

AROLDO CEDRAZ
Relator

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O Aviso nº 59, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nºs 41, de 2011-CN (nº 171, de 2011, na origem), e 42, de 2011-CN (nº 172, de 2011, na origem), encaminhando, respectivamente, os seguintes projetos de lei do Congresso Nacional:

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2011-CN

MESAGEM Nº 41, DE 2011-CN (nº 171/2011, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Órgão: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Unidade: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0351	**Agricultura Familiar - PRONAF**							20.000.000
		ATIVIDADES							
21 605	0351 2B81	**Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA**							15.000.000
21 605	0351 2B81 0001	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional							15.000.000
			F	5	2	90	0	388	15.000.000
21 122	0351 2B83	*Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA*							5.000.000
21 122	0351 2B83 0001	*Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional*							5.000.000
			F	3	2	90	0	388	5.000.000
TOTAL – FISCAL									20.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Unidade: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1049	**Acesso à Alimentação**							526.500.000
		ATIVIDADES							
08 306	1049 2798	**Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**							164.000.000
08 306	1049 2798 0001	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional							164.000.000
			S	3	2	90	0	388	132.000.000
			S	3	2	30	0	388	32.000.000
08 605	1049 2802	**Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar**							10.000.000
08 605	1049 2802 0001	*Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar - Nacional*							10.000.000
			S	3	2	90	0	388	10.000.000
08 511	1049 8948	**Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo**							197.500.000
08 511	1049 8948 0001	Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo - Nacional							197.500.000
			S	3	2	30	0	388	3.800.000
			S	3	2	40	0	388	1.650.000
			S	3	2	50	0	388	30.000.000
			S	3	2	90	0	388	1.575.000
			S	4	2	50	0	388	70.000.000
			S	4	2	90	0	388	8.925.000
			S	4	2	30	0	388	72.200.000
			S	4	2	40	0	388	9.350.000
		PROJETOS							
08 511	1049 11V1	**Construção de Cisternas para Armazenamento de Água**							155.000.000
08 511	1049 11V1 0001	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água - Nacional							155.000.000

			S	3	2	40	0	388	1.580.000
			S	3	2	90	0	388	2.000.000
			S	3	2	50	0	388	10.000.000
			S	4	2	30	0	388	79.200.000
			S	4	2	40	0	388	14.220.000
			S	4	2	90	0	388	18.000.000
			S	4	2	50	0	388	30.000.000
	1335	**Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família**							400.200.000
		ATIVIDADES							
08 244	1335 8442	**Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)**							339.900.000
08 244	1335 8442 0010	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Norte							39.920.000
			S	3	1	90	0	388	39.920.000
08 244	1335 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							175.330.000
			S	3	1	90	0	388	175.330.000
08 244	1335 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste							79.940.000
			S	3	1	90	0	388	79.940.000
08 244	1335 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul							18.010.000
			S	3	1	90	0	388	18.010.000
08 244	1335 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							25.700.000
			S	3	1	90	0	388	25.700.000
08 244	1335 8446	**Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família**							61.300.000
08 244	1335 8446 0001	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - Nacional							61.300.000
			S	3	1	40	0	388	58.235.000
			S	3	1	30	0	388	3.065.000
TOTAL – FISCAL									0
TOTAL – SEGURIDADE									926.700.000
TOTAL - GERAL									926.700.000

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Unidade: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0073	**Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**							6.207.840
		ATIVIDADES							
08 243	0073 2383	**Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**							6.207.840
08 243	0073 2383 0001	Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - Nacional							6.207.840
			S	3	2	41	0	388	6.207.840
	1384	**Proteção Social Básica**							44.000.000
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2A60	**Serviços de Proteção Social Básica às Famílias**							44.000.000
08 244	1384 2A60 0001	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Nacional							44.000.000
			S	3	2	40	0	388	44.000.000
	1385	**Proteção Social Especial**							2.211.340
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2A65	**Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias**							2.211.340
08 244	1385 2A65 0001	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - Nacional							2.211.340
			S	3	2	41	0	388	2.211.340
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									52.419.180
TOTAL - GERAL									52.419.180

EM nº 00089/2011/MP

Brasília, 1º de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº .381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	**Suplementação**	**Origem dos Recursos**
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Administração direta)	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	979.119.180	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	926.700.000	
Fundo Nacional de Assistência Social	52.419.180	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		999.119.180
Total	**999.119.180**	**999.119.180**

3. O presente crédito objetiva fazer face às despesas decorrentes da instituição do Plano Brasil sem Miséria, que visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, tendo como eixos de atuação a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva da população com renda familiar *per capita* mensal de até R$,00 (setenta reais). Assim, para o atingimento destes objetivos gerais, um conjunto de metas específicas será adicionado àquelas previstas na ação previamente planejada pelo Governo Federal.

4. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a suplementação permitirá a intensificação da inclusão produtiva dos agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar e do fortalecimento dos processos de operacionalização da aquisição, da armazenagem e da revenda desses produtos.

5. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o crédito viabilizará ações para a promoção da segurança alimentar por meio da aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, da operacionalização de estoques estratégicos, de acesso à água e da construção de cisternas para consumo e para a produção de alimentos.

6. Ainda no MDS, os recursos destinados ao Programa Bolsa Família possibilitarão localizar e atender as famílias que fazem parte do público-alvo do novo Plano e ainda não são beneficiadas, por meio do apoio aos Municípios em sua gestão e implementação. Além disso, viabilizarão a modificação da atual configuração dos benefícios, a fim de permitir o pagamento mensal de mais de três benefícios variáveis por família, uma vez que as pessoas que vivem em extrema pobreza têm uma composição familiar mais densa que a contemplada pelo Programa atualmente.

7. O crédito fortalecerá, também no âmbito do MDS, os serviços de proteção social básica às famílias, de proteção social especial a indivíduos e famílias, e de proteção social especial para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), essenciais para o acolhimento e acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza.

8. Cabe ressaltar que o crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos e será viabilizado mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de , relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. , § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 598.919.180,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, novecentos e dezenove mil, cento e oitenta reais) referem-se à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira;

b) R$ 400.200.000,00 (quatrocentos milhões e duzentos mil reais) tratam de atendimento de despesas primárias obrigatórias a serem consideradas na avaliação de receitas e despesas, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; e

c) no caso da alínea "a", as despesas serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

10. É demonstrado, em quadro anexo a esta Exposição de Motivos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de , relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, utilizado parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2011.

11. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito suplementar.

Respeitosamente,

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010)

Fonte 88: Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010	11.388.759.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	999.119.180
Abertos	0
Em tramitação	
Valor deste crédito	999.119.180
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**10.389.639.820**

(A) Portaria STN nº 196, de 29 de março de 2011, publicada no Diário Oficial de 30 de março de 2011.

Mensagem nº 171

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 2 de junho de 2011.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9o Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1o No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2o Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3o No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4o Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5o No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2010, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2011;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2010, por fonte de recursos.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2011-CN

MESAGEM Nº 42, DE 2011-CN
(nº 172/2011, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo II desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
Unidade: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Especial

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1145	**Comunidades Tradicionais**							10.000.000
		ATIVIDADES							
18 541	1145 20GF	**Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria**							10.000.000
18 541	1145 20GF 0001	Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria - Nacional							10.000.000
		Família atendida (unidade): 18.000	F	3	2	90	0	388	10.000.000
TOTAL – FISCAL									**10.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

Crédito Especial

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1025	**Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO**							161.000.000
		PROJETOS							
18 544	1025 12QC	**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria**							161.000.000
18 544	1025 12QC 0001	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria - Nacional							161.000.000
		Estrutura implantada (unidade): 34.900	F	4	2	90	0	388	161.000.000
TOTAL – FISCAL									**161.000.000**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**161.000.000**

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Unidade: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO I **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	PTE	VALOR
	0099	**Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda**							1.800.000
		ATIVIDADES							
08 334	0099 20GH	**Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – Plano Brasil sem Miséria**							1.800.000
08 334	0099 20GH 0001	Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – Plano Brasil sem Miséria - Nacional							1.800.000
		Pessoa capacitada (unidade): 10.000	S	3	2	90	0	388	1.800.000
	1049	**Acesso à Alimentação**							11.300.000
		ATIVIDADES							
08 244	1049 20GD	**Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil sem Miséria**							11.300.000
08 244	1049 20GD 0001	Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Plano Brasil sem Miséria - Nacional							11.300.000
		Família atendida (unidade): 18.800	S	3	2	90	0	388	11.300.000
	1133	**Economia Solidária em Desenvolvimento**							21.500.000
		ATIVIDADES							
08 334	1133 20GG	**Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria**							21.500.000
08 334	1133 20GG 0001	Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria - Nacional							21.500.000
		Pessoa atendida (unidade): 15.000	S	3	2	40	0	388	13.500.000
			S	4	2	40	0	388	8.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**34.600.000**
TOTAL - GERAL									**34.600.000**

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda*

Objetivo Setorial *Implementar um Sistema Público de Emprego para a promoção de políticas universais de emprego, trabalho e renda*

Programa **0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda** Órgão Responsável **38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Objetivo *Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego*

Público-alvo *Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aquele a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial*

AÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Código	Título	Produto	Órgão Executor	Regionalização		2008	2009	2010	2011
20GH	**Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – Plano Brasil sem Miséria**	*Pessoa Capacitada (unidade)*	MDS	Nacional	RS	-	-	-	1.800.000
					Meta	-	-	-	*70.000*

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R$ 1,00

Objetivo de Governo *Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional*

Objetivo Setorial *Reduzir as desigualdades regionais e sociais pela potencialização dos ativos territoriais endógenos*

Programa **1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO** Órgão Responsável **53000 Ministério da Integração Nacional (MI)**

Objetivo *Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais*

Público-alvo Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Projeto

Código	Título	Produto (Unidade de Medida)	Início / Término	Órgão Executor	Custo Total Estimado	Regionalização		2008	2009	2010	2011
12QC	**Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria**	*Estrutura implantada (unidade)*	06/2011 12/2014	MI	1.920.000.000 *240.000*	Nacional	RS Meta	- -	- -	- -	161.000.000 *34.960*

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover a inclusão social e a redução das desigualdades*

Objetivo Setorial *Erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional*

Programa **1049 Acesso à Alimentação** Órgão Responsável **55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**

Objetivo *Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana*

Público-alvo *Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas*

AÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Código	Título	Produto / Unidade de Medida	Órgão Executor	Tipo de Localização		2008	2009	2010	2011
20GD	Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Plano Brasil sem Miséria	*Família atendida (unidade)*	MDS	Nacional	R$	-	-	-	11.386.000
					Meta	-	-	-	*18.800*

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II – Programas de Governo – Finalístico

Valores em R$ 1,00

Objetivo de Governo *Promover a inclusão social e a redução das desigualdades*

Objetivo Setorial *Expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do País*

Programa **1133 Economia Solidária em Desenvolvimento** Órgão Responsável **38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Objetivo *Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário*

Público-alvo *Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento*

AÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividade

Código	Título	Produto / Unidade de Medida	Órgão Executor	Tipo de Localização		2008	2009	2010	2011
20GG	Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores - Plano Brasil sem Miséria	*Pessoa atendida (unidade)*	MDS	Nacional	R$	-	-	-	21.500.000
					Meta	-	-	-	*15.000*

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II - Programas de Governo - Finalístico

Valores em R$ 1,00

Objetivo de Governo *Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional*

Objetivo Setorial *Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais*

Programa **1145 Comunidades Tradicionais** Órgão Responsável **44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Objetivo *Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social*

Público-alvo *Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais*

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Atividade

Tipo	Título	Produto	Unidade de Medida	Origem	Regionalização	Unidade de Medida	Financeiro Fiscal			
							2008	2009	2010	2011
20GT	**Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural - Plano Brasil sem Miséria**	*Família Atendida (unidade)*	MMA	Nacional	R$		-	-	-	10.000.000
					Meta		-	-	-	*12.000*

EM nº 00092/2011/MP

Brasília, 1º de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº .381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00 (duzentos e cinco milhões e seiscentos mil reais), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente	10.000.000	
Ministério do Meio Ambiente (Administração direta)	10.000.000	
Ministério da Integração Nacional	161.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	161.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	34.600.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	34.600.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		205.600.000
Total	**205.600.000**	**205.600.000**

3. O presente crédito objetiva fazer face às despesas decorrentes da instituição do Plano Brasil sem Miséria, que visa superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, tendo como eixos de atuação a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva da população com renda familiar *per capita* mensal de até R$,00 (setenta reais). Assim, para o atingimento destes objetivos gerais, um conjunto de metas específicas será adicionado àquelas previstas na ação previamente planejada pelo Governo Federal.

4. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o crédito viabilizará o pagamento a famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural. Além de incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável, essa iniciativa irá promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda das famílias beneficiadas.

5. No que tange ao Ministério da Integração Nacional, a suplementação permitirá a implantação de obras e equipamentos para a oferta de água, propiciando à população em extrema pobreza o acesso à água potável para consumo domiciliar e para a produção agroalimentar.

6. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito viabilizará a orientação profissional e a intermediação de mão-de-obra voltada à população em extrema pobreza, o fomento a atividades produtivas rurais e à implementação de iniciativas de capacitação ocupacional para o mercado de trabalho formal e assistência técnica aos empreendimentos populares e solidários e a trabalhadores, desse segmento populacional.

7. Cabe ressaltar que o crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos e será viabilizado mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de , relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. , § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira, a serem executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

9. Cabe destacar que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. , § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Plano Plurianual 2008-2011, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações 12QC – Implantação de Obras e Equipamentos para a Oferta de Água – Plano Brasil sem Miséria, 20GF - Pagamento a Famílias em Situação de Extrema Pobreza pela Prestação de Serviços de Conservação de Recursos Naturais no Meio Rural – Plano Brasil sem Miséria, 20GH – Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – Plano Brasil sem Miséria, 20GD – *Fomento às Atividades* Produtivas Rurais – Plano Brasil sem Miséria e 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional e *Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários* e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria, que passam a se integrar ao referido Plano.

10. É demonstrado, em quadro anexo a esta Exposição de Motivos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de , relativo a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, utilizado *parcialmente neste crédito, em atendimento* ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2011.

11. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 1º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010)

Fonte 88: Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	R$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010	11.388.759.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	1.204.719.180
Abertos	0
Em tramitação	999.119.180
Valor deste crédito	205.600.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	**10.184.039.820**

(A) Portaria STN nº 196, de 29 de março de 2011, publicada no Diário Oficial de 30 de março de 2011.

Mensagem nº 172

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 2 de junho de 2011.

PLN 4 (CRF)
(MCN 42/2011, na origem)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

.....

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3o poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2011.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos quando se tratar de créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, inclusive exames periódicos; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II - serviço da dívida; e

III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2011, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2010, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2011;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2010, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei referentes a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do MPU, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais em favor do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela Lei Orçamentária de 2011, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

§ 16. A abertura de crédito ou o encaminhamento do respectivo projeto a que se refere o § 15 deste artigo, ocorrerá nos seguintes prazos:

I - até 15 de agosto de 2011, para os acréscimos apurados no primeiro semestre; e

II - até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de abertura de créditos

§ 17. O prazo de 15 de dezembro, previsto no inciso II do § 16 deste artigo, poderá ser prorrogado até o final do exercício se a abertura do crédito for necessária ao atendimento de despesas obrigatórias constantes da Seção I do Anexo IV desta Lei.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei no 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e

c) "6 - Amortização da Dívida":

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei no 12.309, de 9 de agosto de 2010, e não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ mil

	ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais(*)		Obrigatórias		Total	
		Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e)=(a+c)	Disponível (f)=(b+d)
20000	Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985
20102	Vice-Presidência da República	3.500	3.223	133	133	3.633	3.356
20114	Advocacia-Geral da União	269.083	226.000	36.037	36.037	305.120	264.037
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.198.713	202.703	202.703	2.869.568	1.401.416
24000	Ministério da Ciência e Tecnologia	5.675.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205
25000	Ministério da Fazenda	3.443.252	2.640.300	303.152	303.152	3.746.404	2.943.452
26000	Ministério da Educação	21.299.484	18.167.590	6.727.416	6.727.416	28.026.900	24.928.007
28000	Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	927.891	622.493	20.528	20.928	848.419	643.021
30000	Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767
32000	Ministério de Minas e Energia	938.702	701.831	40.105	40.105	978.807	741.936
33000	Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	876.000	62.220	62.220	1.213.553	938.220
36000	Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.092	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	900.000	60.414	60.414	1.456.274	960.414
39000	Ministério dos Transportes	18.209.860	15.815.414	201.776	201.776	18.411.636	16.018.190
41000	Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.118	451.915
42000	Ministério da Cultura	1.307.376	778.006	28.663	28.663	1.336.039	806.669
44000	Ministério do Meio Ambiente	1.031.982	633.727	46.607	46.607	1.078.490	680.335
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	952.924	775.330	305.042	305.042	1.257.966	1.080.372
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.777	2.158.402	180.606	180.606	3.268.382	2.339.008
51000	Ministério do Esporte	2.371.508	850.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222
52000	Ministério da Defesa	13.113.315	8.730.163	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.891.927
53000	Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.609
54000	Ministério do Turismo	3.652.438	570.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.051.907	4.029.056	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209
56000	Ministério das Cidades	21.076.261	12.498.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	524.837	214.000	1.991	1.991	526.828	215.991
71000	Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.611	0	0	1.360.426	672.611
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343
74902	Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423
74905	Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60
74912	Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800
	TOTAL	136.608.709	100.407.638	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os Projetos de Lei nºs 3 e 4, de 2011-CN, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 6-6-2011

até 11-6 prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 19-6 prazo para apresentação de emendas;

até 24-6 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 9-7 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 7 de junho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Os Srs. Senadores Maria do Carmo Alves e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, uma data instituída pelas Nações Unidas, em 1972, para convergência entre os povos na solução dos imensos problemas ambientais que nos desafiam. A data marca também um momento mundial de esperanças renovadas na construção de um novo paradigma de relacionamento entre o ser humano e seu ambiente.

Começo falando de esperança, Sr. Presidente, porque temos presenciado a cada ano uma crescente manifestação do desequilíbrio ecológico por que passa o planeta, com chuvas, secas, calores e frios intensificados e conseqüências sociais catastróficas.

Muitos povos já lidam com a insegurança alimentar proporcionada pelas mudanças climáticas, que devastam plantações e tornam escassos e caros os alimentos. Outros também já lidam com a escassez de água e esses fatores têm motivado o deslocamento migratório de grandes massas humanas em alguns continentes.

Aqui, tivemos um ano marcado por secas, enchentes e deslizamentos de terra que custaram a vida de muitos brasileiros e nos colocaram diante do terror e da impotência humana frente às forças da natureza.

Cabe, nesta Semana do Meio Ambiente, que também instituímos para reflexão nacional do tema, demonstrar nossa preocupação com questões que estão na pauta de discussão da sociedade brasileira e cujos impactos ambientais ainda não nos são conhecidos.

Estamos seguindo com as obras para transposição do Rio São Francisco, alterando o já fragilizado contexto de umas das principais bacias hidrográficas brasileiras, sem que tenhamos real idéia do que disso possa resultar.

Sobre isso, faço meu o alerta do geógrafo alagoano João André Amorim, pós-graduado em História do Nordeste Brasileiro, em seu artigo sobre a transposição do Rio São Francisco e os danos ambientais decorrentes, onde pontua que transpor um rio pode se tornar um problema ecológico de proporções desconhecidas e lembra que um rio é mais do que água deslocando-se em uma vala no solo, pois é um ecossistema de natureza complexa e forma um conjunto orgânico onde o todo é mais do que a soma das partes.

Ele conclui, em seu artigo, que os benefícios a serem criados pela transposição também seriam possíveis através de alternativas que dispusessem da própria capacidade hídrica do Nordeste e que não gerassem os malefícios que poderiam resultar e que consumiriam centenas de anos para sua correção ou mesmo que tornariam irreparável o prejuízo natural.

Também parece oportuno trazer à reflexão nessa Semana Nacional e Dia Mundial do Meio Ambiente as questões relativas à matriz energética brasileira e as soluções que vêm sendo pensadas como suporte para o futuro.

A despeito das medidas de precaução que vários países adotaram em relação à sua política nuclear e do temor da maioria dos brasileiros que assistiram a tragédia recentemente vivida no Japão, continuamos a cogitar o incremento do programa nuclear brasileiro e a construção de novas quatro usinas, uma delas possivelmente no Estado de Sergipe ou próxima dele.

Parece adequada a reflexão, senhoras e senhores, uma vez que estamos nos trópicos, dispomos de ventos e luz solar em condições privilegiadas e podemos investir em alternativas de maior segurança para a população.

Dispomos também de uma capacidade hídrica invejável e bem explorada para fins energéticos, que tiveram papel preponderante para o desenvolvimento brasileiro no Século XX, mas que atualmente não tem encontrado consenso quanto à relação entre custos e benefícios que novas unidades possam apresentar.

Na semana passada tivemos autorizada a construção da usina de Belo Monte na parte paraense da

Bacia do Rio Xingu, definindo mais de 20 anos de polêmica quanto aos danos ambientais e sociais que serão provocados.

Por fim, também cabe registrar o recebimento do Projeto do novo Código Florestal pelo Senado, que dará a esta casa a oportunidade de revisar os pontos que não se adéquam à perspectiva sócio-econômico-ambiental determinada pelos novos tempos.

O que percebemos, Sr. Presidente, ao traçar um paralelo entre todos os assuntos levantados aqui, é que os novos tempos exigem uma solução 'integral', que contemple em conjunto os aspectos ambientais, científicos, políticos, sociais e econômicos. Tal solução, entretanto, só poderá ser embasada por uma transformação de mentalidade, pela construção de um novo olhar que reconheça os recursos naturais, a diversidade e o equilíbrio biológico como o maior patrimônio que dispomos para enfrentar o futuro.

E concluo falando de esperança, assim como comecei, porque acredito que temos condições de chegar às melhores soluções e que não nos furtaremos à História na definição de melhores horizontes para os brasileiros, das atuais e das próximas gerações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

Muito obrigada!

O SR ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Justiça do Trabalho comemorou, dia 2 de maio passado, os 70 anos de sua instalação no Brasil. Nasceu, em 1941, como um braço funcional do Executivo, por força das características especiais que assumiu a Administração Pública sob o Estado Novo varguista. Entretanto, sua característica de Órgão jurisdicional foi rapidamente reconhecida por decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada já em 1943.

Formal e permanentemente vinculada ao Poder Judiciário a partir da Constituição de 1946, a Justiça do Trabalho veio se consolidando, desde então, como uma das instituições públicas mais dinâmicas e respeitadas em nosso País. E, para isso, ela não teve receio de mudar, de crescer e de se modernizar, demonstrando sempre, ao longo desse processo, a prioridade e o zelo que de regra confere ao desafio de fazer valer a justiça, no mundo do trabalho.

Os direitos trabalhistas formam âmbito relevante dos assim chamados direitos humanos de segunda geração. Diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem: "Todo aquele que trabalha tem direito a remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim com a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana".

Essa garantia, entretanto, não depende da situação da economia, ou do avanço da Lei, somente. Requer, mais ainda, que a justiça e que a equidade se façam no caso concreto. E é com esse propósito fundamental que, hoje, distribuem-se por todo o território nacional as diversas representações da jurisdição trabalhista.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e às quase 1.400 Varas trabalhistas presentes em todas as regiões brasileiras, sob a liderança dos 27 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse verdadeiro complexo institucional, cerca de 3.600 juízes e quase 41 mil servidores se desdobram no processamento de um gigantesco estoque de trabalho – estimado em mais de sete milhões de processos, por exemplo, ao fim do ano de 2009 –, ao qual todo ano somam-se cerca de outros três milhões de feitos novos.

Trata-se, é evidente, de um desafio de proporções monumentais, que vai sendo vencido com entrega e dedicação, a despeito das limitações institucionais que, como sobre todo o restante da máquina administrativa do Estado, também pesam sobre a Justiça do Trabalho. Oportuna, por isso, a lembrança que teve o Senador José Pimentel quando propôs, na condição de primeiro signatário, o Requerimento nº 392, de 2011, que estabeleceu a presente homenagem.

Congratulo-me, portanto, Sr. Presidente, com todos os Ministros, Magistrados e Servidores da Justiça trabalhista, em todo o Brasil, pela passagem de data tão significativa quanto os 70 anos de instalação da Justiça do Trabalho. São esses agentes públicos, mais que quaisquer outros, os que souberam engrandecer e fazer brilhar a história dessa importante e imprescindível instituição.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro*

de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

– leitura do parecer da CCJ;

– emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

– leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;

– emissão de parecer da CRE.)

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.*

Parecer sob nº 255, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador José Pimentel.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 632, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2010 (nº 2.128/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 352, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 635, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2010 (nº 2.402/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 353, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011 (nº 568/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 354, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2011 (nº 2.827/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 355, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Bauer.

9

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 548, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (indicadores de produtividade).*

10

REQUERIMENTO Nº 549, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 549, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (indicadores de produtividade).*

11

REQUERIMENTO Nº 569, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 569, de 2011, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 565 e 641, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 276 e 345, de 2007, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (operações de crédito consignado).*

12

REQUERIMENTO Nº 573, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 573, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Governo Brasileiro, em razão da declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).*

13

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 574, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de censura à declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).*

14

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 322, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (regulameta profissão de DJ).

15

REQUERIMENTO Nº 580, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 580, de 2011, da Senadora Marisa Serrano, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (exame de proficiência para registro profissional).*

16

REQUERIMENTO Nº 581, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 581, de 2011, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (sódio em produtos alimentícios).*

17

REQUERIMENTO Nº 586, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 586, de 2011, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (seguro-desemprego).*

18

REQUERIMENTO Nº 603, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 603, de 2011, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2006, de sua autoria.*

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Damos por encerrada esta sessão de hoje.

Obrigado.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 57 minutos)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (4)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (4)
Ciro Nogueira (PP-PI) (4)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (4)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (4)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (3)	1.
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (5)	1. Gim Argello (DF) (5)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (5)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (5)

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (7)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - IV CONFERÊNCIA DE PREFEITOS DA C40

Finalidade: Representar o Senado Federal na IV Conferência de Prefeitos da C40, que acontecerá em São Paulo, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011.

(Requerimento nº 588, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 31.05.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 068/2011 - GLDBAG).

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (4)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (19)	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. VAGO (5,6)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (5,9)	1. VAGO (6)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) (3)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Mário Couto (PSDB) (5)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (6)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) (4)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/04/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (7)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (6)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (2)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:
1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (14)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (8)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (10)
PTB
Armando Monteiro (PE) (11)
DEM
José Agripino (RN) (9)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ivo Cassol (RO) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (15)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (6)
PT
Ana Rita (ES) (8)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (11)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (9)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (5)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
PMN

Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01/2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

_____

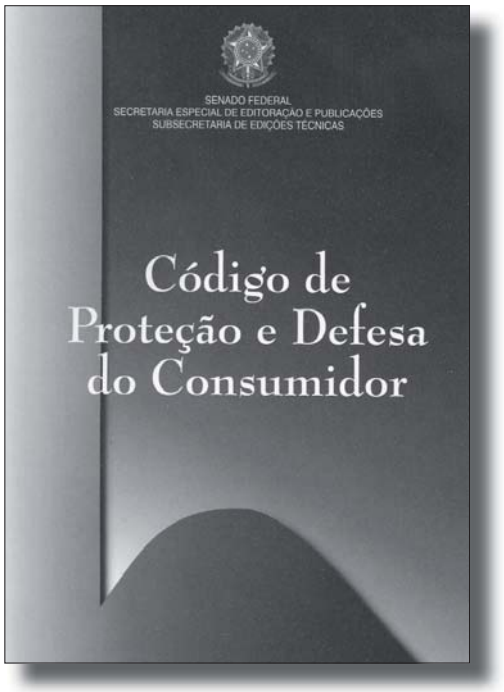
Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui os dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 762 páginas
OS: 2011/12751